



Paulo Manuel Quintas de Almeida Fernandes

Matéria das Astúrias

Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal
séculos VIII-X

Tese de doutoramento em História da Arte,
orientada por Francisco Pato de Macedo
e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro/2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Paulo Manuel Quintas de Almeida Fernandes

Matéria das Astúrias

Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal
séculos VIII-X

Tese de doutoramento em História da Arte,
orientada por Francisco Pato de Macedo
e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro/2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

Há muitas formas de caracterizar o século VIII. Neste estudo, pretendi esclarecer o real alcance dos agentes de Córdova e de Oviedo no Ocidente peninsular e discutir a importante acção de berberes e de moçárabes naquele primeiro século do Emirato de Córdova e do reino das Astúrias. O resultado final é um contributo para a definição de um panorama mais rigoroso acerca de um século sobre o qual se sabe ainda tão pouco.

Esclarecidas as “fronteiras” (ou a sua ausência) entre os blocos civilizacionais que, na Idade Média, protagonizaram a (re)conquista, pretendi estudar a forma como os agentes colonizadores asturianos e leoneses se instalaram no espaço entre os rios Douro e Mondego, a partir da segunda metade do século IX. Assumindo que existiram *terras de ninguém* - no sentido em que, durante muito tempo, largas faixas da Península Ibérica não estiveram vinculadas a poderes delegados de Córdova ou de Oviedo-León e que, por isso, mantiveram ou criaram fórmulas específicas de auto-regulação - concluo que a acção colonizadora setentrional terá sido tendencialmente pacífica (sem que subsista notícia acerca de enfrentamentos militares pela posse do território) e de uma extraordinária amplitude geográfica, que abarca praticamente todo a área entre o rio Côa e o Oceano Atlântico, e entre o rio Douro e regiões mais difusas a Sul da Serra da Estrela e do rio Mondego.

Esta dinâmica colonizadora globalizante em direcção ao actual centro de Portugal, que a documentação da época situa sobretudo numa faixa ocidental mais litoral, entre Santa Maria da Feira e Coimbra, conhece-se especialmente graças aos contributos da História da Arte e da Arqueologia. No vasto território interior entre Penacova e Numão, entre Arouca e Trancoso, subsistem os vestígios materiais mais impressionantes da primeira expansão do bloco cristão setentrional sobre o Ocidente peninsular. Neste âmbito, S. Pedro de Lourosa continua a ser a principal referência construtiva (enriquecida, em anos recentes, com novas e problemáticas leituras sobre o que representa). Mas a análise territorial mais profunda, que tive ocasião de sintetizar, reafirma a verdadeira importância de outros locais, como S. Pedro de Balsemão, o Mosteiro de Fráguas, S. Martinho da Várzea de Lafões, a Sé de Viseu, o castelo de Trancoso, a Senhora do Barrocal, a igreja do Prazo, e um número crescente de sítios onde os agentes asturianos e leoneses deixaram registo material da sua instalação.

Durante século e meio, diferentes vagas da expansão asturiana e leonesa alteraram profundamente a paisagem construída do território. Entre os agentes da

colonização conta-se um príncipe, um rei, diversas famílias condaís, bispos, comunidades monásticas, presbíteros e um número indeterminado de homens e mulheres livres, atraídos pelas possibilidades oferecidas por toda uma região a presuriar.

Os dados reunidos nesta tese asseguram ao centro do actual território de Portugal continental o estatuto de capítulo essencial para a história dos reinos de Astúrias e de Leão. Foi aqui que aquelas unidades políticas mais se expandiram para Sul até finais do século X. E é aqui que se encontram materiais em quantidade e qualidade inequívocas da sua presença.

ABSTRACT

There are many ways to define the 8th century. In this thesis, I intend to clarify the limits of Cordova and Oviedo's authority in Western peninsula and discuss the important role played by Berbers and Mozarabs in those initial times of Cordova's Emirate and the reign of Asturias. I believe that the final result is a valid contribution to define a close comprehensive overview about most Middle Ages' unknown century.

Enlightened the "borders" between the two political blocks that played the leading role in what is known as the Reconquest, or assuming the absence of boundaries between them in those early times, I meant to study how Asturian and Leonese settlers colonized the huge space between the rivers Douro and Mondego, from the second half of the 9th century on.

To do so, I assume that *no men lands* really existed. There was a time in Iberian Peninsula that large fragments of land had no political connections with Cordova or Oviedo-León and, therefore, the inhabitants there settled, kept or had to create their own specific features of existence. I conclude, however, that northern colonization was both pacific and reached all parts of that region, from the Atlantic Ocean to Côa river, and from the Douro river to more scattered areas south of the Estrela mountain and Coimbra.

This extraordinary dynamic towards the centre of what is now Portugal is specially known thanks to contributions from archaeology and history or art, because documentation from this period is basically limited to a western corridor between Santa Maria da Feira and Coimbra.

It is, in fact, in a more interior region between Penacova, Numão, Arouca and Trancoso that we find impressive materials dating from that initial northern Christian expansion. In this chapter, the church of São Pedro of Lourosa is still the main artistic reference, today enriched with new and problematic interpretations about what the building stands for.

The deeper research I had the opportunity to carry out firms up the true importance of other places to this subject, such as S. Pedro of Balsemão, Fráguas' monastery, S. Martinho of Várzea de Lafões, the cathedral of Viseu, Trancoso's castle, the archaeological site of Senhora do Barrocal, the church of Prazo, and a growing number of sites where Asturian and Leonese people left material traces of their settlement.

In this extensive region, for one and a half century, different waves of northern expansion were responsible for the complete landscape change. Among the settlers, we can find a prince, a king, several earls and families, bishops, monks, presbyters and an undetermined number of free women and free men, attracted by the possibilities of a whole region to take possession of.

Data here gathered certify that the centre of nowadays Portugal is part of an essential chapter to characterize Asturian and Leonese history. It was here that those political formations reached their most significant southern expansion until the end of the 10th century. And it is still here that we find major material evidences of its presence, both in quality and quantity.

ÍNDICE

| | |
|----|---|
| 03 | Resumo |
| 11 | INTRODUÇÃO |
| 23 | PARTE I |
| | 711-791 |
| | As “terras de ninguém”. Os Protagonistas. |
| 30 | 1. Os novos habitantes. Os limites da conquista islâmica e a ocupação selectiva do território |
| 31 | 1.1. Árabes e berberes: as plataformas da conflitualidade |
| 37 | 1.2. Uma endémica divisão interna: as lutas entre estirpes árabes e a tendência para a fragmentação territorial |
| 43 | 1.3. Um regime fiscal baseado numa militarização restrita do território |
| 48 | 1.4. A política de pactos e o menor controlo efectivo do território |
| 57 | 2. O reduto asturiano-cantábrico e os limites do reconhecimento da sua autoridade |
| 58 | 2.1. A estrutura dirigente e o suposto “visigotismo” da primeira etapa asturiana |
| 59 | Isolamento das comunidades de montanha? |
| 60 | Visigotismo da monarquia asturiana |
| 61 | Pedro e Pelaio. Relações familiares com os Visigodos |
| 65 | Sucessão ao trono: eleição como forma dominante |
| 67 | Emigração maciça de hispanogodos para as Astúrias? |
| 70 | Guerra como factor justificador da monarquia asturiana |
| 73 | 2.2. O tempo de Afonso I. Sucessos e insucessos de um rei “fundador” |
| 74 | Contra quem foram dirigidas as campanhas de Afonso I? |
| 77 | Momento de debilidade do Estado islâmico? |
| 80 | 2.3. A integração da Galiza na esfera asturiana: um processo rápido, porém, complexo |
| 83 | Lugo, Samos e Sarria |
| 89 | 2.4. A “fundação” de Oviedo (761), a dimensão religiosa do reino |

| | |
|-----|--|
| | asturiano e os primeiros passos de uma igreja nacional |
| 92 | Estrutura episcopal |
| 94 | Monacato |
| 95 | Fundação de Oviedo |
| 96 | Adopcionismo |
| 101 | 3. As “terras de ninguém”. Continuidades e rupturas numa sociedade peninsular regionalizada |
| 103 | 3.1. Sinais da vitalidade moçárabe. Os primeiros tempos |
| 103 | Inadequação do termo “moçárabe” |
| 105 | Heterogeneidade do colectivo moçárabe |
| 106 | Demografia e estatuto jurídico dos moçárabes |
| 108 | Separação entre arte moçárabe e arte pré-românica dos reinos do Norte peninsular |
| 110 | 3.1.1. Convivência e tolerâncias. Nas entrelinhas do registo escrito de natureza religiosa |
| 113 | <i>Crónica Anónima de 754</i> |
| 115 | Martírios voluntários de Córdova |
| 121 | 3.1.2. O quadro diocesano, o culto dos santos e a permanência monacal |
| 123 | Toledo |
| 125 | Córdova |
| 128 | Mérida |
| 131 | Continuidade diocesana |
| 137 | 3.1.3. A actividade construtiva |
| 137 | Velhas e novas teorias acerca da actividade construtiva moçárabe |
| 139 | Os dados da documentação |
| 142 | Os dados da arqueologia |
| 152 | 3.2. Do “Ermamento” às “Terras de Ninguém”: um percurso não só historiográfico |
| 152 | Ermamento |
| 154 | As terras de ninguém |
| 158 | 3.2.1. Os sinais de uma cultura. Alguns dados procedentes do centro de Portugal |
| 158 | Sepulturas escavadas na rocha |
| 163 | Necrópole de Lourosa (Oliveira do Hospital) |
| 169 | Povoamento autóctone de altitude |

| | |
|-----|---|
| 175 | PARTE II |
| | Matéria das Astúrias: |
| | a arte pré-românica no centro do actual território português (séculos VIII-X) |
| 177 | 1. As marcas da expansão asturiano-leonesa por uma <i>terra de fronteira</i> ? |
| 177 | 1.1. Preenchendo o vazio |
| 180 | 1.2. Século VIII: perspectivas (não) cruzadas a partir de Córdova e de Oviedo |
| 187 | 1.3. 791-866: os anos de afirmação asturiana e o arranque do povoamento |
| 187 | A transição de poder em Coimbra |
| 192 | De Afonso II a Afonso III: a expansão asturiana no Ocidente peninsular |
| 196 | 1.3.1. Marcas físicas da expansão asturiana no Ocidente peninsular anteriores ao reinado de Afonso III |
| 197 | S. Pedro de Balsemão |
| 202 | Capitel asturiano de Sernancelhe |
| 208 | 1.4. O tempo de Afonso III e a inclusão oficial do actual centro de Portugal no reino asturiano |
| 209 | Entre Afonso III e al-Mansur: o Ocidente peninsular na primeira etapa de vida do reino leonês |
| 216 | 1.4.1. Centro e periferia no povoamento das Beiras durante o século X. As marcas físicas de uma extraordinária dinâmica |
| 217 | Lamego |
| 218 | Balsemão |
| 230 | Lourosa |
| 257 | De Trancoso a Idanha-a-Velha |
| 272 | Um imenso Sul desconhecido |
| 281 | 2. (Re)conquista: marcas da expansão asturiano-leonesa num território interior (a futura diocese de Viseu). Um caso em estudo |
| 284 | 2.1. A c(entral)idade de Viseu |
| 285 | 2.1.1. A história possível |
| 288 | Uma surpreendente capital regional |
| 292 | A diocese de Viseu nos séculos IX e X |
| 295 | 2.1.2. A Viseu asturiano-leonesa. Os vestígios e as hipóteses |
| | A dimensão religiosa dos vestígios materiais |
| 305 | Um paço condal na colina da sé? |

| | |
|-----|--|
| 312 | A discutida dimensão militar da colina da sé |
| 313 | A Cava de Viriato |
| 317 | 2.2.O território: dispersos da colonização asturiano-leonesa |
| | 2.2.1. A “corte” de Lafões |
| 325 | 2.2.2. A importância estratégica de Trancoso e o povoamento na <i>Stremadura</i> |
| 334 | 960: a doação de D. Flâmula ao mosteiro de Guimarães |
| 347 | O fragmento de friso da igreja de Santa Maria de Trancoso |
| 353 | 2.2.3. O território interior entre Viseu e Trancoso |
| 367 | 2.2.4. O Sul do território. Entre Viseu e Coimbra |
| 369 | CONCLUSÃO |
| 387 | BIBLIOGRAFIA |

INTRODUÇÃO

O tema desta tese de doutoramento começou a ganhar forma em 2007. Nesse ano, a convite de Santiago Macias para o catálogo da exposição *Lusa. A Matriz Portuguesa*, escrevi um texto intitulado «O Ocidente peninsular entre Oviedo-Leão e Córdova. Uma perspectiva cristianocêntrica». Pretendia, com este contributo, dialogar com a visão islamocêntrica que o texto de catálogo de Santiago Macias necessariamente traria, não só pelas nossas distintas formações, mas também pela sua conhecida divisão da história do Al-Andaluz ocidental em 4 grandes períodos (Macias, 1992: 417-432)ⁱ. O meu texto, que abrangia apenas o tempo compreendido entre 711 e 1096, organizava-se a partir da progressão / retracção do bloco (re)conquistador cristão e estipulava períodos necessariamente mais curtosⁱⁱ. Por razões alheias à nossa vontade, o resultado do “debate” não foi inteiramente conseguido, tendo só muito tardiamente tomado consciência de que o catálogo da exposição brasileira não era o lugar para um texto com aquelas características.

Aquele meu contributo, por razões editoriais apressado e desprovido do aparato crítico e contextual que deve acompanhar todos os textos de carácter científico, fez o seu caminho e, anos mais tarde, mereceu uma crítica severa por parte de José Mattoso. Com muita razão e uma boa dose de benevolência, o nosso mais reputado medievalista questionou algumas hipóteses que eu havia colocado sem a fundamentação necessária e referiu-se especialmente às dúvidas que lhe motivava os conceitos que eu havia empregue de “repovoamento” e de “terras de ninguém”. Nesse dia nasceu o projecto para a primeira parte da minha tese. Sintomaticamente intitulado “711-791. As terras de

ⁱ Santiago Macias, chamado a efectuar uma «Resenha de factos políticos» do Garb-al-Andaluz, estruturou a presença islâmica no Ocidente peninsular em 4 grandes blocos cronológicos: 1)711-828 (da invasão islâmica até à primeira revolta em Mérida na qual foi morto o pai do célebre Ibn Marwan); 2)828-929 (das revoltas de Mérida até à “pacificação” proporcionada por Abd al-Rahmann III); 3)929-1086 (do governo de Abd al-Rahmann III até à chegada dos almorávidas, incluindo, num mesmo período, o califado e os reinos taifas); e 4)1086-1250 (período que corresponde efectivamente a um enfrentamento militar mais frequente entre cristãos do Norte e muçulmanos do Sul, aqui se incluindo o movimento de (re)conquista portuguesa, entre Afonso Henriques e Afonso III).

ⁱⁱ Fernandes, 2007: 1)711-791 («As terras de ninguém», da invasão islâmica até à subida ao poder de Afonso II); 2)791-866 («Os anos de afirmação asturiana e o arranque do povoamento», que correspondia ao período entre o início do reinado de Afonso II e o de Afonso III); 3)866-950 («Em busca das fronteiras do reino e do “repovoamento” de Afonso III», desde o governo daquele monarca até à morte de Ramiro II, rei que havia tutelado a marca ocidental, provavelmente a partir de Viseu, antes de unificar novamente o reino de León); 4)950-1035 («Al-Mansur e o estatuto central de Coimbra», entre Ramiro II e a subida ao trono de Castela de Fernando I); e 5)1035-1096 («Novos desafios, novas respostas», entre o governo de Fernando Magno e a constituição do Condado Portucalense, período marcado já pela abertura peninsular às correntes transpirenaicas que haveriam de forjar a Baixa Idade Média dos reinos hispânicos).

ninguém. Os protagonistas”, retomei a sistematização temporal que havia proposto em 2007 e conferi densidade, contexto e problematização a um tempo tão complexo como (porque) desconhecido. Hoje questiono os tradicionais mapas que separam cristãos e muçulmanos no século VIII peninsular, ao mesmo tempo que equaciono a emergência de, pelo menos, mais dois grupos de protagonistas – os berberes e os moçárabes. E hoje junto a minha voz aos que, antes de mim, e aos que comigo, admitem a existência de “terras de ninguém”, de comunidades autárquicas, de territórios suficientemente afastados de Córdova ou de Oviedo-León no primeiro século de vigência do Islão peninsular, e também no segundo século, e ainda no terceiro século...dessa história tantas vezes resumida ao termo (re)conquista. Com José Mattoso obtive a primeira lição para a construção desta tese.

Definido o tema – como se processou a expansão asturiano-leonesa pelo Ocidente peninsular por uma terra afinal de ninguém e quais os vestígios materiais dessa dinâmica (que, a seu tempo, apelido de colonizadora) – havia que encontrar orientação. Esse aparente problema - porque se contam pelos dedos de uma mão os historiadores da arte medieval integrados em carreiras universitárias (literalmente) - foi facilmente ultrapassado por intermédio de António Filipe Pimentel, que fez o favor de me colocar em contacto com Francisco Pato de Macedo. Não nos conhecíamos pessoalmente. Ou melhor, eu conhecia-o graças a uma visita comentada a que tinha tido o privilégio de assistir anos antes, no “seu” Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Ele não me conhecia. A primeira reunião de trabalho, no seu gabinete na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi o momento de partida para esta tese, o momento em que tive consciência que iria escrevê-la sob sua supervisão. Ao longo dos anos, de Francisco Pato de Macedo recebi apenas e só palavras de amizade, de estímulo, de trabalho concreto e de histórias de vida que me enriquecem como ser humano muito para lá de historiador da arte. À sua orientação devo a objectividade que caracterizou o plano final desta tese, em particular a sua adequação ao binómio tempo / disponibilidade, bem como um sem número de sugestões de redacção e de leitura. Fazer esta tese sob sua orientação foi uma agradável surpresa e espero poder retribuir em amizade todo o conhecimento que generosamente me ofereceu.

Dedicar as poucas horas que consigo à Idade Média tem-me trazido saber, mas também, e principalmente, amigos. Um desses amigos foi mais importante que todos os outros para o sucesso desta tese e para a generalidade do meu trabalho. Há vinte anos, quando pensava ainda poder dedicar-me à arte românica, os trabalhos de Manuel Luís

Real foram o mais poderoso incentivo. Tenho os seus artigos todos “fichados”, em mil folhas de síntese que remetem umas para as outras, realçadas as conclusões a vermelho, os temas iconográficos, as evidências de *atelier* ou oficina, os nomes dos nobres que a documentação revelou, as etapas construtivas, as rupturas e os discretos sintomas de paralisação ou retoma das empreitadas. Um dia, optimistamente falando, terei tempo para transportar essa informação para formato digital e, continuo a ser optimista, terei novo ensejo de me dedicar à arte românica. Foi, porém, pela Alta Idade Média que nos conhecemos, no seu gabinete da Casa do Infante. Nessa primeira reunião, em 2001, motivada por um artigo que eu havia escrito para o catálogo do Museu Arqueológico do Carmo e sobre o qual pedira uma leitura crítica, Manuel Luís Real levou-me a sua casa e encheu duas malas de livros para eu trazer para Lisboa, para que os pudesse ler com calma. Foi o primeiro gesto de uma amizade que não cessa de ter episódios.

Não foi sem receio que optei por concentrar a minha atenção no actual Centro de Portugal como segunda parte da minha tese. Se, por um lado, essa opção representava uma continuidade natural em relação ao meu tema de mestrado, dedicado ao estudo monográfico da igreja de São Pedro de Lourosa (concelho de Oliveira do Hospital) - trabalho que, quanto a mim, havia provado a natureza asturiana da construção -, por outro lado, os principais trabalhos depois dessa tese haviam surgido pela mão de Manuel Luís Real, que reservava para os anos de 2013 e 2014 o essencial das suas publicações sobre o território. Ou seja, ao mesmo tempo que eu estaria a investigar o imenso espaço entre os rios Mondego e Douro, Manuel Luís Real estava a fazer exactamente o mesmo. Só graças à amizade é que atribuo o facto de termos feito esta investigação em conjunto. Ao longo desta tese, ver-se-á que muitos vestígios materiais, muitas ideias e muitas conclusões são de ambos, sem que se perceba exactamente qual a fronteira que separa o trabalho de um e de outro. A constante troca de informações, as visitas efectuadas em conjunto e a cumplicidade científica que existe entre ambos são fortes elos que fazem com que acredite que o meu trabalho surja na exacta continuidade do seu.

Mas a análise ao actual Centro de Portugal como caso “em” estudo – e não caso “de” estudo, como bem frisou Francisco Pato de Macedo numa das nossas muitas reuniões – contou com outros influentes aliados. O dilema da sobreposição de investigações foi ultrapassado graças a Anísio Saraiva, que amavelmente sugeriu o meu nome para participar na *História da Diocese de Viseu*. Este projecto, temporalmente

paralelo à investigação de doutoramento, e com ela parcialmente coincidenteⁱⁱⁱ, beneficiou da competente coordenação de José Pedro Paiva, cuja capacidade de trabalho e de gestão de equipas não cessou de me surpreender ao longo de mais de quatro anos de intensa pesquisa. Não era apenas em relação aos tempos pré-românicos que a diocese baixo-medieval de Viseu era mal conhecida. Esse panorama de insuficiente caracterização alargava-se a todo o período românico e o inquérito que tive oportunidade de fazer a este território permitiu perceber qual o destino dado pela organização diocesana viseense a alguns importantes centros asturiano-leoneses locais, em particular os mosteiros. O material publicado na *História da Diocese de Viseu* (Fernandes, 2016) é uma pequena parte do que foi possível apurar e, para os cinco períodos então abordados (época suevo-visigótica; expansão asturiano-leonesa; (re)conquista islâmica; pré-românico do século XI e românico) subsiste matéria que não cabia naquele plano editorial, pelo que é natural que exista uma mais alargada publicação de resultados nos próximos anos, sobretudo sobre os vestígios pré-românicos dos séculos IX e X, as distintas estratégias islâmica e cristã para o território no século XI e uma visão comparada no âmbito da História da Arte sobre a afirmação territorial das dioceses românicas no reino de Portugal durante os séculos XII e XIII. A José Pedro Paiva agradeço, portanto, a oportunidade de estudar a fundo um território numa dimensão transtemporal mais vasta, bem como os seus comentários, invariavelmente cirúrgicos e assertivos, que em muito beneficiaram o meu contributo naquela obra colectiva e, em paralelo, na tese que agora se apresenta.

O trabalho proporcionado pela *História da Diocese de Viseu* fomentou o encontro de visões com o inovador plano de investigação que Catarina Tente tem desenvolvido sobre a região. Tendo começado por investigar as periferias na vertente Noroeste da Serra da Estrela, aquela arqueóloga aproximou-se, em anos recentes, de zonas mais centrais do território, ou, pelo menos, de áreas onde é possível detectar a instalação de comunidades com maiores ligações à expansão asturiano-leonesa. A escavação que realizou em S. Miguel do Fetal, Viseu, não confirmou o protagonismo que uma passagem das *Crónicas Asturianas* atribui ao local, mas, em compensação, os dados até agora reunidos sobre a Senhora do Barrocal (e, em sentido mais lato, sobre o

ⁱⁱⁱ Para a *História da Diocese de Viseu* realizei uma investigação mais ampla cronologicamente, mas mais limitada geograficamente. Com Catarina Tente, pude estudar as marcas deixadas pela época suevo-visigótica na região de Viseu; no extremo cronológico oposto, abordei os escassos testemunhos do século XI e estudei mais profundamente as marcas românicas dos séculos XII e XIII, em paralelo com a progressão organizativa da própria diocese viseense após a sua restauração de 1147.

concelho de Sátão) – que aqui apenas aparecem referidos mas não aprofundados, pois trata-se de matéria ainda inédita – permitem concluir que é a Catarina Tente que se deve o essencial do conhecimento arqueológico moderno sobre este território, depois dos estudos, em certo sentido fundadores, de João Luís da Inês Vaz e Jorge Adolfo Marques. O interesse por este território levou-a, em parceria com Manuel Luís Real, a promover sondagens na Cava de Viriato e a avançar com um projecto de conhecimento mais global sobre o concelho de Vouzela, cujos resultados se esperam para breve. A Catarina Tente liga-me a amizade e a admiração e é sempre com grande proveito que sigo os seus trabalhos, sobretudo por me permitirem estar a par dos mais recentes sucessos da arqueologia peninsular dedicada à Alta Idade Média. Agradeço-lhe, ainda, ter comentado a Parte II desta tese, leitura crítica que foi essencial para o resultado final.

No âmbito da arqueologia impõe-se uma referência especial a Luís Caballero Zoreda. Conhecemo-nos em 2003, por sugestão de Maria Ramalho. Na altura, eu trabalhava no Instituto Português de Património Arquitectónico (IPPAR) e Maria Ramalho estava a dedicar-se a uma, então, nova e estimulante área de especialização, conhecida por Arqueologia da Arquitectura. Naquele ano de 2003, a equipa liderada por Luís Caballero havia obtido financiamento para realizar o projecto *Arqueología de la Arquitectura altomedieval en Extremadura, Asturias y Portugal* e, da prospecção efectuada no nosso país, haveria de resultar o estudo do monumento de Idanha-a-Velha, trabalho que significou um considerável avanço no conhecimento daquele edifício, ainda que grande parte dos resultados permaneçam inéditos. Os 15 dias que passei com a equipa do Consejo Superior de Investigación Científica de Madrid (CSIC), em Idanha-a-Velha e em Madrid, foram reveladores não só de uma nova área de trabalho (totalmente desconhecida para mim até então), mas também de uma diferente abordagem ao objecto de estudo, de uma diferente linguagem, de uma distinta maneira de imaginar a História. Já muito se escreveu sobre os méritos da Arqueologia da Arquitectura. Foram, porém, duas características desta disciplina que mais me marcaram (e ainda marcam). Por um lado, o extraordinário rigor metodológico que a aplicação do método estratigráfico a edificações históricas constitui, tão diferente se apresenta das abordagens tipológicas ou comparativas próprias da História da Arte. Por outro lado, a natureza pluridisciplinar das equipas que protagonizam estes projectos, nas quais é frequente encontrar arqueólogos, historiadores da arte, historiadores, mas também geólogos e até investigadores de outras áreas das humanidades.

Depois de Idanha-a-Velha, trabalhei em outros projectos liderados por Luís Caballero Zoreda. Em Lourosa, em 2009. Em Vera Cruz de Marmelar, em 2011. Na Sé de Viseu, em 2012. Mais recentemente, já sob coordenação de María de los Ángeles Utrero Agudo, integrei o projecto *La circulación de modelos arquitectónicos y escultóricos en el Alto Medieval Peninsular: Escalada, Mazote e Bobastro*, que nos levou até Bobastro. Luís Caballero Zoreda abandonou já a investigação arqueológica, mas a escola por si formada continua a trabalhar com grande dinâmica. A ele devo novos horizontes na minha formação e a capacidade de olhar para os edifícios como seres vivos que têm rupturas no seu percurso histórico, em vez de resultarem de um ou dois momentos criadores definidos tipologicamente por comparação com outras construções. A María de los Ángeles Utrero Agudo devo a dúvida metódica sobre cada conquista da investigação. A José Ignacio Murillo Fragero devo a problematização constante de todas as aparentes certezas do olhar perante edifícios com 1000 anos de história silenciosa. A Francisco José Moreno Martín devo a consciência de que a História da Arte medieval é uma poderosa ferramenta para a Arqueologia da Arquitectura e confere contexto e densidade ao debate tantas vezes (aparentemente) estéril sobre sucessões de unidades estratigráficas. O seu trabalho sobre o monacato alto-medieval é uma das mais importantes referências desta tese. A Fernando Arce Sainz devo longas horas de debate sobre os moçárabes e sobre a repetida aplicação de conceitos na nossa herança historiográfica comum sem verdadeira comprovação. A Isaac Sastre de Diego devo a capacidade para olhar para pormenores aparentemente insignificantes e que, afinal, se revelam absolutamente decisivos para a interpretação dos monumentos. A Alejandro Villa agradeço os bons cafés tomados em Lisboa, com vista para o Museu de Lisboa, onde discutimos algumas peças da Alta Idade Média “portuguesa”. A todos agradeço os contributos visíveis e invisíveis para este trabalho. E a todos agradeço a amizade cúmplice de quem retoma as conversas no exacto ponto em que as deixou.

No campo estrito da Arqueologia há mais amigos que merecem palavras de agradecimento da minha parte. Mário Barroca deu-me a conhecer o sítio do Prazo e, algum tempo depois, foi arguente da minha tese de mestrado. Parte considerável do material reunido nesta tese de doutoramento foi primeiramente valorizado por si: as fortificações pré-românicas da Beira Alta; as epígrafes conhecidas até 2000 (data da publicação do seu doutoramento sobre epigrafia medieval); as sepulturas escavadas na rocha. As palavras que me dirigiu em 2003, sobre a necessidade de um estudo mais

vasto da zona de Lourosa e de praticamente todo o Centro de Portugal para contextualizar a aparente ruptura de sentido asturiano introduzida por uma igreja com a qualidade e complexidade da de Lourosa, continuam vivas na minha memória. Seguindo o seu exemplo, tenho tentado valorizar todos os indícios, de distintas fontes de informação, sem esquecer os dados de natureza documental. Espero, com este trabalho, ser merecedor das melhores palavras de 2003.

À Isabel Cristina Ferreira Fernandes, para lá de uma das mais sólidas amigadas, devo a leitura crítica do capítulo dedicado à presença islâmica. A Maria Antónia Athayde Amaral agradeço toda a cumplicidade e a troca de impressões sobre a “sua” querida Beira Alta. À Catarina Coelho agradeço ter-me revelado a real importância da obra de Pierre Guichard na historiografia sobre o Islão peninsular. A Maria do Céu Ferreira e João Carlos Lobão agradeço as visitas a Trancoso e o “furo” da descoberta do friso pré-românico da igreja de Santa Maria de Trancoso, episódio só possível graças à amizade e lembrança da historiadora da arte e restauradora Ilda Nunes. A Evaristo Pinto agradeço a visita efectuada a Carregal do Sal. A Hugo Baptista, as informações sobre o concelho de Sátão. A Fátima Costa e Pedro Sobral de Carvalho, os preciosos esclarecimentos sobre a região de Viseu. Ao amigo e historiador da arte Ricardo Capelo, por todo o conhecimento que partilhou comigo, primeiro sobre Lourosa e, depois, sobre o seu querido concelho de Pinhel. A Marina Afonso Vieira que, amavelmente, partilhou comigo algumas das suas muitas impressões sobre o território do Alto Paiva. A Luciano Moreira, pela magnífica jornada que nos proporcionou em Penela da Beira. A José Cristóvão pelo muito trabalho, há tanto tempo atrás..., sobre Idanha-a-Velha. A Helena Moura, da Direcção Regional de Cultura de Coimbra, pelas estimulantes trocas de impressões a respeito do problemático adro de S. Pedro de Lourosa. A Lília Basílio pelas informações sobre o castelo de Aguiar da Beira. A Carlos Batata, pelas preciosas informações sobre a Sertã. E a Elisa Albuquerque e Constança Guimarães, por me terem recebido em S. Pedro de Capinha e terem partilhado algumas informações a respeito deste tão importante sítio arqueológico.

Merecem ainda especial referência dois historiadores que são poderosas influências no meu trabalho e que, em momentos diferentes, contribuíram para sedimentar algumas das ideias aqui expostas. A Maria João Branco agradeço o imenso cuidado que tem, de cada vez que nos encontramos, em tornar o meu discurso, tendencialmente disperso, em matéria objectiva. E a Luís Carlos Amaral tenho a agradecer as preciosas observações acerca da realidade monástica alto-medieval anterior

ao Concílio de Burgos. Parte dessas considerações levaram-me a prescindir de um pequeno capítulo sobre o contributo monástico da expansão asturiano-leonesa neste território, preferindo canalizar essa informação para um artigo que figurará no próximo número dos *Encontros de S. Cristóvão de Lafões*.

Todos os nomes atrás citados foram essenciais para reunir os materiais desta *Matéria das Astúrias* no actual Centro de Portugal. O é uma tentativa para agregar, sob uma mesma denominação, um conjunto vasto de vestígios materiais, referências documentais e indícios de outras procedências relativos à expansão asturiano-leonesa no vasto território entre os rios Mondego e Douro. Sem insistir muito neste tema, importa dizer que, até à renovação dos estudos sobre esta região, a partir dos anos 90 do século XX, mas com mais decisivos contributos na última década, não havia verdadeira consciência do impacto que a expansão asturiano-leonesa havia tido neste trecho do Ocidente peninsular. Referiam-se as presúrias de Coimbra e de Portucale, havia documentação em número assinalável (parte dela já exaustivamente estudada por A. de Almeida Fernandes, José Mattoso e Maria João Branco, entre outros). Carlos Alberto Ferreira de Almeida reafirmara a cronologia asturiano-leonesa de Balsemão e S. Pedro do Sul. Mário Barroca havia chamado a atenção para a torre pré-românica de Trancoso e outros vestígios consistentemente relacionáveis com o século X leonês. E Manuel Luís Real havia inaugurado linhas de investigação sobre a mais relevante presença asturiano-leonesa em Coimbra e outras áreas da Beira. No entanto, Lourosa não figurava entre as realizações da monarquia ovetense-leonesa e um sem número de fragmentos andavam catalogados como visigóticos ou situavam-se num limbo sem verdadeira consistência histórica.

No final da redacção desta tese de doutoramento, na qual se sintetiza muita informação recentemente reunida e outra que permanecia inédita, penso estar em condições de provar que existiu um período asturiano-leonês também no território entre os rios Mondego e Douro, que durou cerca de um século e meio e que deixou abundantes testemunhos materiais. Trata-se de uma verdadeira “matéria das Astúrias”, na medida em que são realizações materiais deixadas pelos colonizadores do Norte peninsular. E tal como a Matéria da Bretanha é o corpo da literatura medieval associado às origens altomedievais de Inglaterra, também esta Matéria das Astúrias se pode associar a um período tão insistentemente obscuro, no qual mergulham as origens dos reinos que se sucederam à monarquia de Oviedo. As Astúrias não produziram canções de gesta, epopeias e genealogias míticas como aconteceu na Bretanha, no Norte de

França ou em Roma^{iv}. As *Crónicas Asturianas* serviram outros fins propagandísticos do reino de Oviedo. Na falta de uma *matéria* escrita, a progressão asturiana pelo Centro da Península Ibérica não foi cantada como coisa heróica e a própria memória desse momento expansionista singular, que decorreu em paralelo com a afirmação do califado de Córdova, perdeu-se com a reconcentração do bloco islâmico promovida por al-Mansur e, depois, com a criação de memória dos próprios reinos peninsulares baixo-medievais.

Ao longo do tempo em que fui desvendando esta minha *Matéria das Astúrias*, muitos foram os amigos que, não tendo particular interesse neste período, partilharam momentos importantes dessa investigação.

José Pessoa foi um deles. Visitámos S. Pedro de Balsemão num dia de Sol, em Fevereiro de 2013, numa altura em que me havia convidado a proferir uma palestra sobre esta igreja no Museu de Lamego. Acompanhou-nos José Morais Arnaud, amigo de longa data na Associação dos Arqueólogos Portugueses e no IPPAR, porque, nessa mesma ocasião, inaugurava-se uma exposição de fotografia sobre o túmulo do rei D. Fernando (principal peça do actual Museu Arqueológico do Carmo), comissariada por Carla Varela Fernandes e José Pessoa. E são do nosso mais importante fotógrafo de arte as fotos do pé de altar que hoje se encontra embutido no muro ocidental da igreja de Balsemão, entre a fachada principal e o que suponho ser o desaparecido *narthex* que servia o templo.

A Luísa Trindade, que acompanhou sempre com grande entusiasmo esta tese, agradeço também pelo exemplo que representa no cada vez mais pequeno mundo da História da Arte medieval portuguesa. Recordo com particular carinho as amáveis palavras que me dirigiu no dia 23 de Outubro de 2014, data em que a Universidade de Coimbra celebrou a figura de D. Sesnando, num congresso internacional em que tive a honra de participar.

Agradeço também a Maria de Lurdes Craveiro, que me recebeu de braços abertos no Grupo de Estudos Multidisciplinares em Artes (GEMA), grupo de investigação do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP), e foi sempre uma voz de estímulo para o andamento dos trabalhos relativos a este projecto de doutoramento.

^{iv} A menção aos corpos de literatura medieval conhecidos por *Matéria da Bretanha*, *Matéria de França* e *Matéria de Roma* radica na Canção dos Saxões (*Chanson des Saisnes*), composta por Jean Bodel e outros anónimos autores, provavelmente no final do século XII. Os primeiros seis e sete versos são os seguintes: «Ne sont que III matières à nul homme atandant, / De France et de Bretagne, et de Rome la grant».

A Pedro Picoito, amigo de longas horas em torno dos moçárabes, agradeço a perspicácia de saber ler nas entrelinhas dos mais famosos textos medievais sobre Lisboa. Já em 2016, pudemos, juntos, orientar um curso de Verão na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que se revelou um ponto de partida para o muito que há a fazer acerca do moçarabismo no Ocidente peninsular e, por mim falo, apetece-me muito voltar a orientar esse curso.

A José Pedro de Aboim Borges, agradeço as muitas reflexões sobre o restauro de S. Pedro de Lourosa e a acção de Marques de Abreu. Em 2003, quando defendi a minha tese de mestrado, a investigação sobre esta figura ímpar do nosso século XX não estava tão avançada e foi sempre com grande entusiasmo que pude seguir os sucessos da investigação de Aboim Borges. Tenho a certeza que o sentimento é recíproco.

A César García de Castro Valdés, agradeço a cedência de informações sobre a sua querida Astúrias e muita bibliografia que é impossível obter em Portugal. O seu trabalho é uma referência essencial para o meu e de si obtive sempre lições que me fizeram questionar as certezas historiográficas de ontem relativamente à arte asturiana, afinal tão discutida e complexa.

A Manuel Castiñeiras González, agradeço pelo interesse que sempre demonstrou por esta investigação e pelas coisas de Portugal em geral. Conhecemo-nos em Lisboa, há quase 20 anos. Desde essa altura, o seu trabalho evoluiu para um estatuto galáctico, constituindo hoje uma referência incontornável na História da Arte medieval a nível mundial. É um orgulho ser seu amigo e poder trabalhar consigo, presentemente no projecto *Mobility and Artistic Transfer in the Medieval Mediterranean (1187-1388): artists, objects and models*, coordenado por si a partir da Universidad Autónoma de Barcelona.

Muitos outros amigos foram fundamentais para a realização desta tese, a maior parte das vezes por estarem disponíveis apenas para me ouvir: Maria Luísa Seabra Azevedo. Carla Alexandra Gonçalves. Mário Farelo. Sandra Costa Saldanha. Duarte Nuno Morgado. Maria do Rosário Morujão. Catarina Oliveira. Pedro Flor. Lídia Fernandes. Rosário Correia Machado. Miguel Metello de Seixas. Miguel Soromenho. Maria do Rosário Carvalho. Carlos Morgado. Paulo Martins. António Carvalho.

Deixo para o fim os mais importantes entre todos aqueles que importam.

Ao José Alberto Ribeiro e ao Pedro de Freitas, agradeço o sentido pleno da amizade. Foi com eles que aprendi toda a extensão desse sentimento e é na sua companhia que caminho, rumo às boas memórias do passado nos dias do futuro.

A Maria Manuela Fernandes e a Eduardo Varela Fernandes, agradeço por me terem admitido como a um filho, mas só para as coisas boas da vida. A alegria que partilhamos e o riso fácil são a medida exacta da nossa cumplicidade. Para sempre.

Aos meus pais, Antónia Quintas de Almeida Fernandes e Pedro de Almeida Fernandes, agradeço terem-me proporcionado a vida que escolhi. Espero ser merecedor dos muitos esforços que fizeram para me facultar a habilidade de percorrer a vida e espero que o orgulho que sentem em mim seja a pequena retribuição ao meu alcance.

Em primeiro lugar, agradeço à Carla, a mais fantástica de todas as companheiras de viagem, desde o café da manhã até Montblanc. Esta tese não faria sentido sem o teu apoio, sem o teu estímulo, sem existires perto. Ainda que o não saibas, foi também para ti que a escrevi, em todos os momentos que não deste por que eu estava a escrevê-la e em todas as surpresas proporcionadas pela aparente multiplicação das páginas. E prometo que nunca mais te levarei a Trancoso num dia de Fevereiro, depois de se apanhar neve logo à passagem por Leiria.

Lisboa, 15 de Setembro de 2016

Parte I

711-791

As terras de ninguém. Os Protagonistas.

*no es posible pensar en fundaciones
eclesiásticas o monásticas ex novo
durante la trágica octava centuria española*
Carriedo Tejedo, 2005: 68

Não é fácil para qualquer historiador construir um quadro mental acerca do que terá sido o século VIII na Península Ibérica e, em particular, na sua área ocidental. Para o território que haveria de constituir Portugal, as referências documentais são tardias, fragmentárias e estão (parecem estar) contaminadas pelos discursos oficiais asturiano-leonês, castelhano, castelhano-leonês, cordovês, ou já mesmo português.

À particularmente prudente abordagem que o registo documental aconselha, junta-se a inexistência de vestígios materiais que possam, inequivocamente, ser atribuídos àquele século.

Em boa verdade, sobre este último aspecto, o século VIII não se apresenta substancialmente diferente da caracterização que uma corrente historiográfica admite fazer do panorama monumental relativo à centúria anterior. Com efeito, a partir do momento em que um novo paradigma científico questionou a tradicional atribuição de emblemáticos monumentos (e de abundantes peças descontextualizadas de escultura) ao derradeiro período de domínio visigótico, o século VII ficou, para já – e insisto neste dado de situação provisória - “empobrecido” de construções que lhe possam ser inequivocamente atribuídas (síntese para o território português em Fernandes, 2009; Cruz Villalón, 2008: 16-17 para o grupo de igrejas da linha do Douro tradicionalmente atribuídas ao século VII). Mas para o século VII possuem-se numerosas referências documentais que permitem uma abordagem menos estéril ao território e à sua organização, para lá da comodidade proporcionada pela sensação de relativa e natural continuidade de uma estrutura dirigente visigótica, ainda que em continuada decadência (por exemplo, mantida por cada vez menos terras de natureza fiscal), em relação a um século VI também dominado pela hierarquia política e religiosa visigótica e pleno de actividade construtiva. Neste cenário mais alargado (necessariamente menos objectivo), o século VIII é totalmente diferente do anterior, para ele confluindo escassos e duvidosos vestígios materiais, problemáticas e tardias referências escritas e um quadro organizacional necessariamente distinto do que caracteriza a sétima centúria.

O ponto diferenciador entre estas duas realidades situa-se num facto conhecido por invasão islâmica da Península Ibérica, ocorrida em 711 e que significou, com

certeza, uma ruptura na evolução civilizacional peninsular, tendo gerado fenómenos de reajustamento que ultrapassaram, em muito, as cada vez mais restritas áreas onde se instalaram os conquistadores. Arqueólogos e historiadores da arte, sobretudo, têm insistido nos fenómenos de continuidade relativamente a uma invasão islâmica que terá sido traumática e militarmente actuante em muito menos pontos da Península do que tradicionalmente se defendia (Torres, 2004: 132; Catarino, 2005: 196; Chavarría Arnau, 2008: 325, entre outros).

Concordando genericamente com esta tese, e dela tendo a pretensão de fazer parte (em particular no que diz respeito à sobrevivência, manutenção e até desenvolvimento das comunidades moçárabes e ao menor impacto territorial da ocupação islâmica durante o Emirato¹), a verdade é que existem dois planos sobre os quais se deve estabelecer alguma ponderação: uma coisa é o que terá verdadeiramente acontecido em cada lugar do antigo reino visigótico (quais os dados objectivos de que dispomos e quais os modelos interpretativos que se podem estabelecer a partir deles); coisa distinta, porém complementar, é o quadro referencial de contextualização de cada período e as leituras prováveis que se podem fazer, mesmo sem dados concretos. Tendo presente esta diferenciação, e tentando ser o mais objectivo possível, é um facto que, no momento actual, não se podem atribuir ao século VII mais realizações artísticas que aquelas que se ponderam atribuir ao século VIII. Mas os quadros de contextualização são diametralmente opostos, entre um período que se supõe ter sido a mera continuidade de um mundo visigótico, ainda que com particularidades próprias, e um tempo seguinte sobre o qual muito pouco é o que se pode sequer supor.

Os escassos dados conhecidos para o século VIII não impediram que tenha sido precisamente sobre este período que mais numerosas e profundas teorias historiográficas se tenham construído, a maior parte das quais de demonstração inviável.

¹ Tal afirmação não deve menosprezar as profundas alterações então verificadas. O fim do reino visigótico, a constituição de um Estado islâmico de natureza fiscal, a criação das Astúrias como entidade política substancialmente distinta da anterior estrutura visigótica, a autarcia que se supõe ter ocorrido em numerosas zonas do centro peninsular, são evidências que atestam alterações estratégicas, políticas, sociais, económicas e religiosas. Mas a arqueologia tem revelado inúmeros fenómenos de continuidade sem aparentes sobressaltos, a que se deve juntar a tendência desurbanizadora que vinha já desde o século VII e a possibilidade de algumas comunidades moçárabes em erguer construções de inegável monumentalidade. Mesmo em meio urbano, os processos de reconfiguração de importantes cidades durante a época visigótica são tardios e algo localizados. Os mais restritos âmbitos de impacto do Islão e das Astúrias, por outro lado, beneficiam uma leitura de sentido continuista, melhor dizendo de lenta “transição” entre o fim de um mundo tardo-antigo e a constituição de outro, verdadeiramente medieval, em que a invasão de 711 e a criação do reino das Astúrias são dois fenómenos marcantes de uma evolução mais vasta.

E não se pense que a construção de modelos escassamente fundamentados é uma atitude historiográfica característica da comunidade científica somente até às décadas centrais do século XX. Muito pelo contrário. Nunca como nas últimas décadas se edificaram tantos modelos historiográficos encerrados sobre si próprios, como discursos acabados de notável coerência interna. Por natureza, o ofício de historiador impõe a compartimentação de complexos históricos em categorias conceptuais apenas operativas nesta área científica. Tal não significa que os modelos construídos por cada autor, cada escola ou cada corrente de pensamento, devam ser confundidos com a realidade. Infelizmente, será sempre muito mais aquilo que se ignorará, que aquilo que efectivamente se conseguirá saber. É, pois, no campo da dúvida metódica e da percepção da fragilidade das certezas científicas de hoje que pretendo que este trabalho seja colocado.

Uma dúvida metódica que se inicia, para o século VIII, no respectivo mapa de ocupação por parte dos dois blocos que, nos séculos seguintes, protagonizaram a (re)conquista.

É frequente encontrarem-se menções mais ou menos explícitas a uma intenção islâmica de conquista de toda a Península Ibérica (Moreta, 2009: 16), tantas vezes transpostas para mapas que apresentam uma mancha ocupacional muçulmana que inclui a Galiza, partes consideráveis de Navarra, Aragão e Catalunha e que apenas exclui um pequeno reduto asturiano-cantábrico (**figs. 1-6**)². No entanto, esta repetida intenção de conquista e ocupação tendencialmente total, reiteradas vezes encontrada em obras de síntese, não se alicerça nas tardias crónicas islâmicas sobre a presença muçulmana na Península e, por outro lado, há cada vez mais dúvidas acerca da efectiva presença de conquistadores no século VIII em vastas regiões acima do Tejo, não apenas pela relei-

² Sem carácter exaustivo, incluem-se aqui seis exemplos de diferentes autores, de distintas formações e integrados em também distintas correntes historiográficas, que publicaram mapas acerca do que terá sido a conquista islâmica no século VIII. Uma análise imediata a todos eles permite extrair uma primeira conclusão: a grande variação geográfica que todos testemunham: alguns autores integram a Galiza no bloco cristão logo desde a primeira hora, enquanto outros o fazem em relação à Cantábria e a uma pouco definida mancha pirenaica. Mas estes exemplos permitem extrair mais conclusões. Em primeiro lugar, denota-se uma evolução no rigor com que a matéria cartográfica é apresentada, iniciando-se no pouco relevante mapa que acompanhou a exposição *Al-Andalus*, em Nova Iorque, em 1992 (que apresenta um mapa para 4 séculos de presença islâmica na Península Ibérica) até terminar nos mais criteriosos mapas de Viguera Molins e Mário Barroca. Mas mesmo estes dois, baseados no vasto trabalho de García de Cortázar, e que se encontram estruturados a partir de tendências geográficas de progressão cristã a partir do centro (Astúrias), merecem algumas reservas. Chamo a atenção, por exemplo, para o facto de, no Ocidente peninsular, a linha coincidente com a “fronteira” de 912 dever ser desenhada bem abaixo do rio Douro, abarcando pelo menos o rio Mondego e ainda algumas zonas a Sul deste rio, como a igreja de Lourosa tão claramente demonstra e outras referências documentais. Também a inclusão de cidades de onde Afonso I terá levado habitantes para as Astúrias, segundo as tardias *Crónicas Asturianas*, carece de confirmação, como se verá no ponto 2.2. da Parte I deste trabalho.

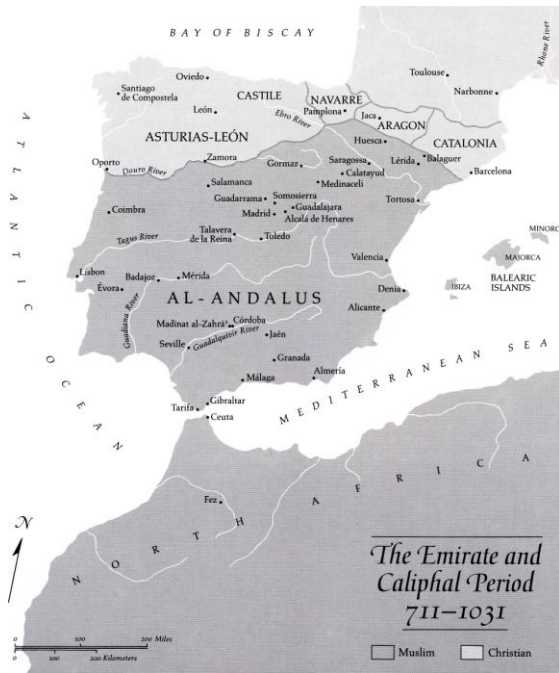
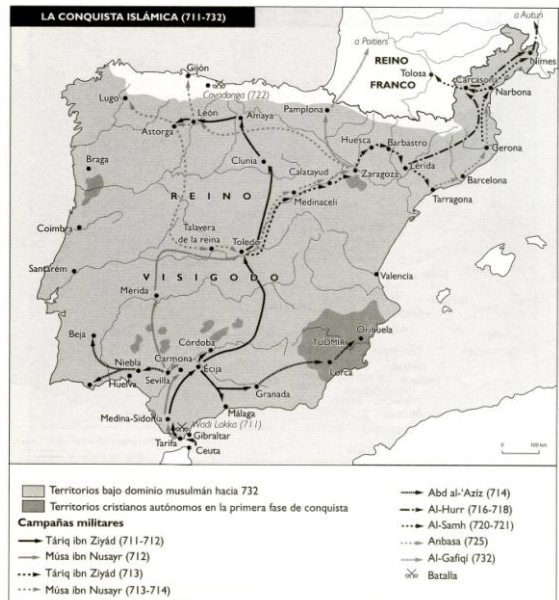


Fig. 2. Território ocupado pelos muçulmanos no séc. VIII, seg. Gamito, 2007: 16
Fig. 1. Mapa da ocupação islâmica da Península Ibérica entre os séculos VIII e XI (?), seg. Dodds e Walker, 1992, p. XXV

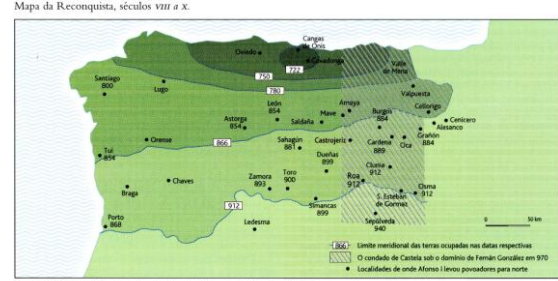
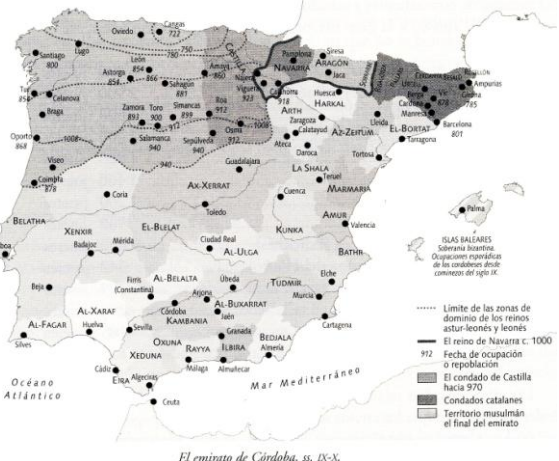


FUENTE: Fernando Garcia de Cortázar, *Atlas de Historia de España*, Planeta, Barcelona, 2005, p. 142.



Fig. 4. Território ocupado pelos muçulmanos no séc. VIII, seg. Oliveira, 2010: 335

Fig. 3. Território ocupado pelos muçulmanos até 732, seg. Manzano Moreno, 2010: 763



Fuente: J. A. García de Cortázar, *Organización social del espacio en la España medieval*, Barcelona, 1981, p. 49.

Fig. 6. Progressão cristã entre os sécs. VIII e X, sg. Barroca, 2003: 26 (idêntico a Mattoso, 1992: 446). *Apud* García de Cortázar, 1985: 49

Fig. 5. Mapa da Península Ibérica entre os sécs. VIII e X, sg. Viguera Molins, 2010: 89

tura das fontes escritas, mas também por um crescente e elucidativo inquérito arqueológico do território, revolucionado nas últimas décadas quer em Espanha, quer sobretudo em Portugal.

A questão dos limites da conquista islâmica no século VIII é apenas um exemplo dos problemas que a investigação actual enfrenta. No vasto panorama de constante interrogação acerca das certezas a que anteriores gerações de historiadores chegaram, e de outras conquistas da moderna historiografia, vejamos o que é possível dizer acerca deste tão mudo quanto desafiante século VIII no Ocidente peninsular.

1. Os novos habitantes.

Os limites da conquista islâmica e a ocupação selectiva do território

Está há muito afastada a ideia de uma conquista islâmica fulgurante, destrutiva, sanguinária e intolerante em toda a Península. A historiografia tradicional, vinculada sobretudo a uma perspectiva “crístocêntrica” da História, cujas raízes se situam na cronística produzida nos reinos cristãos desde a Idade Média até à primeira metade do século XIX, insistiu nos relatos destrutivos de uma suposta invasão generalizada, que tudo havia destruído à sua passagem, em particular as referências materiais do Cristianismo³.

Contra esta construção historiográfica, redutora e datada, as perspectivas actuais vão em sentido oposto: ou seja, ainda que devam ser tomadas em conta as palavras de Pierre Guichard sobre a eventual estratégia conquistadora por parte do Islão no Ocidente europeu que englobasse Autun, Poitiers e Avignon (Guichard, 1976: 243)⁴, são cada vez mais relevantes os indícios que apontam para que vastas áreas peninsulares escaparam primeiro à conquista militar e, depois, ao domínio efectivo islâmico nas décadas imediatamente a seguir à invasão de 711. Por outras palavras, não terá sido apenas aquele pequeno reduto nos Picos da Europa - que haveria de dar origem ao reino asturiano - a não ser tocado pela invasão e domínio muçulmano; foram muitas outras áreas, algumas das quais muito próximas do rio Tejo, e para largas cronologias entre os séculos VIII e X, como se tentará demonstrar ao longo deste trabalho.

Sobre as razões da invasão e conquista, as condições que a proporcionaram e os motivos de criação da célula de resistência asturiana muito se tem escrito e não é essa a linha de abordagem que pretendo introduzir no presente capítulo. Tentar comprovar que a conquista islâmica se operou com tanta facilidade porque as classes baixas do reino visigótico não tinham qualquer interesse em proteger as superiores (como pensavam Barbero e Vigil, 1965), aprofundar os múltiplos indicadores de crise generalizada pós-

³ Em boa verdade, a leitura das crónicas islâmicas, hoje consensualmente entendidas como textos que juntam episódios verídicos a amplas passagens de ficção glorificadora da instalação muçulmana na Península, admite esta visão tradicional. São célebres as palavras de al-Maqqarí, quando se referiu à passagem destruidora (purificadora) das tropas islâmicas: «não houve igreja que não fosse queimada, nem sino que não fosse quebrado...» (Al-Maqqari in Lafuente Alcántara, ed. facs. 1984: 192-193). Capilla Calvo, 2007: 178 salientou já que, na cronística islâmica, parece ter havido a intenção de não relacionar a construção de mesquitas com qualquer vestígio de anterior sacralização cristã, o que levou a que se mencionasse frequentemente a destruição de igrejas.

⁴ Para a rápida conquista na Gália, os exércitos muçulmanos contaram com o apoio e a cumplicidade de populações autóctones, incluindo alguns bispos. (Guichard, 1976: 244). Manzano Moreno, 2006: 84 salientou o facto de em 738 (ou 737), quando Carlos Martel pretendeu reconquistar Avignon, «se encontró con la desagradable sorpresa de que la población indígena le oponía una fuerte resistencia». Sénac, 2002: 31-32, apoiado em crónicas “francesas” não menciona esta resistência local a Carlos Martel.

romana que afectou o Ocidente europeu na Alta Idade Média (mencionados por Guichard, 1976: 284) ou juntar mais uma voz às sempre renovadas abordagens que pretendem reconhecer os mecanismos de orientalização de uma sociedade ocidental (Macias, 2005: 808 e 821) são questões que não se enquadram no modelo de análise que aqui pretendo seguir, mas que estão invariavelmente presentes (subjacentes) em alguns pontos do discurso histórico construído de seguida. Interessa-me, sobretudo, tentar perceber por que razão o Islão peninsular optou (deliberadamente?) por não ocupar extensas zonas da península e quais os limites geográficos da autoridade islâmica durante o século VIII, especialmente num território que ofereceu tão escassa resistência militar (Zozaya, 2005: 19). Não havendo notícias ou indícios de batalhas travadas entre muçulmanos e cristãos na larga faixa a Norte do Tejo (à excepção de Covadonga e outros menores recontros⁵), por que razão as bolsas de povoamento muçulmano não parecem ter-se expandido para essa região e para todo o Noroeste peninsular?

Sem pretender ser exaustivo na tentativa de resposta a estas questões, importa deixar algumas pistas acerca das possíveis razões para uma menor presença islâmica no Centro-Norte peninsular durante o século VIII. Insiste-se no carácter provisório destas propostas, que correspondem a uma leitura pessoal e actual do que terá sido o século VIII no território ocidental e, um pouco mais difusamente, na restante Península Ibérica.

1.1. Árabes e berberes: as plataformas da conflitualidade

Está implícito no discurso de alguns historiadores a nítida e deliberada separação entre árabes e berberes na hora de se estabelecerem nas terras recém-conquistadas da Península Ibérica. Juntas, estas duas “sociedades” foram agentes da conquista, mas, uma vez instaladas e havendo uma separação racial evidente (os berberes estavam subordinados à autoridade dos muçulmanos), parece ter havido uma repartição de terras que garantia aos árabes os talhões de maior potencial agrícola e aos berberes as zonas mais montanhosas, vocacionadas para o pastoreio, afastadas do mundo mediterrânico e dos principais centros urbanos, semelhantes às suas regiões de origem no Norte de África (Chalmeta, 1994: 233)⁶. A este quadro ter-se-á juntado outro factor, pouco

⁵ Como Valdolayés (perto de Tuñón) ou Burbia (León), já em 791.

⁶ Alguma historiografia tem insistido nas características profundamente distintas entre berberes e árabes e como a divisão territorial operada no al-Andaluz, reservando para os berberes áreas praticamente isoladas, potenciou ainda mais essas diferenças (Bosch Vilá, 1978: 137 referiu-se mesmo à eventual constituição de micro-áreas culturais, promovidas pelo isolamento berbere nas zonas mais a Norte do al-Andaluz; Manzano Moreno, 1990: 399 (entre vários autores) alertou para a escassa islamização das comunidades berberes, integradas no império islâmico apenas na transição para o século VIII e, por isso, apenas

valorizado até anos recentes: o de que grande parte dos berberes viveu efectivamente uma situação de opressão por parte dos muçulmanos (Manzano Moreno, 2006: 91-92), que foi mais além de uma óbvia desconsideração de natureza étnica, situação que a própria *Crónica de 754* evidenciou, ao mencionar a revolta de Munuza⁷.

O que se acaba de descrever corresponde, evidentemente, a uma generalização repetida vezes sem conta como grande tendência histórica, mas que não deve ser aceite sem reservas. Ainda que não decisivas, devem salientar-se as abordagens que interpretam a conflitualidade ocorrida entre berberes e árabes, em solo peninsular no século VIII, como o resultado da escassa identidade entre ambos os grupos e da muito recente e superficial islamização a que os berberes do Norte de África haviam sido sujeitos (Aguadé, 1986: 55-56 entre outros autores⁸).

A verdade, porém, é que não subsistem muitos dados que permitam uma aproximação mais objectiva a este assunto, que contrarie ou atenuie aquela perspectiva dita tradicional. O estudo de fontes efectuado por Helena de Felipe revelou um fenómeno de assentamento berbere bem mais limitado do que tradicionalmente se

superficialmente islamizadas). Que os primeiros governadores terão sentido algumas dificuldades no relacionamento com os berberes e na imposição da sua autoridade parece evidente, salientando-se o facto de al-Hurr (governador entre 715 e 718) ter determinado diversas penas sobre populações berberes que «guardaban tesoros, lo que parece indicar que estos grupos practicaban depredaciones y que, actuando de forma independiente, intentaban escapar al control de la autoridad de los gobernadores» (Manzano Moreno, 2006: 72).

⁷ Munuza foi um berbere de certo relevo na hierarquia política do al-Andaluz, instalado no Norte da Península Ibérica por volta de 716, eventualmente na zona da Cerdeña, como admite Manzano Moreno, 2006: 84. A sua vida é pouco conhecida e anda envolta em numerosas lendas, sobretudo ligadas aos primórdios da (re)conquista, à figura de Pelaio e à de sua irmã, Adosinda, que o berbere supostamente teria pretendido integrar no seu harém (as *Crónicas Asturianas* recolheram a tradição que ligava Munuza ao estatuto de governador de Gijón, de onde teria fugido depois da batalha de Covadonga – cf. Fernández Conde, 1998: 166-167; sobre esta versão, veja-se o que se diz no capítulo 2 desta Parte I). A verdade é que não se registam evidências de uma pretensa relação com a família de Pelaio, mas sim com a de Eudes, Duque da Aquitânia, com cuja filha Munuza efectivamente casou, selando assim uma aliança com aquele nobre (Sénac, 2002: 21-23). A revolta contra o governador al-Gafiqi terá ocorrido em inícios da década de 30, motivada pela crueldade com que o poder cordovês tratava os homens que o acompanhavam, segundo a *Crónica de 754*. A rebelião foi sufocada por al-Gafiqi, pouco antes da derrota de Poitiers de 732 (Manzano Moreno, 2006: 91-92), constituindo este episódio um dos primeiros casos de revolta berbere contra as condições impostas por Córdoba. Durante a revolta, Munuza terá assassinado o bispo Nambadus de Urgel (731), na sua fortaleza de Llívia, facto admitido como verdadeiro por alguns autores e que pode ser considerado como mais um exemplo de colaboração entre alguns bispos e o novo poder de Córdoba (Acién Almansa, 1999: 61). Sénac, 2000: 21-23, ao tratar da figura de Munuza e do seu provável estabelecimento na fortaleza de Llívia, não menciona o episódio de assassinato de Nambadus.

⁸ Este mesmo autor evidenciou o grande sucesso que a escola maliki teve no al-Andaluz, em oposição ao Emirato (revoltas de Yahya ibn Yahya), que entendeu como razão de ser da conflitualidade entre ambas as sociedades. Também Kennedy, 1996: 18 reconheceu que a disputa pela posse de terras e a tradicionalmente apontada divisão em prejuízo dos berberes não terá sido a razão principal causa para a conflitualidade ocorrida no século VIII. Chejne, 1999 (1974): 22 interpretou as revoltas berberes como o resultado de uma discriminação racial por parte dos árabes, que terá levado os autóctones do Norte de África a inspirar-se na ideologia «puritana y democrática de la secta islámica Jawarich, que sostenía que cualquier musulmán “auténtico” – ya fuese negro o beréber – no solamente tenía los mismos derechos sino que también podía ser elegido para ocupar el más alto cargo de la comunidad islámica».

supunha e com a maior concentração a verificar-se paradoxalmente no Sul da Península. No entanto, como a mesma autora sublinhou, as fontes por si utilizadas, para além de tardias e fragmentárias, são quase exclusivamente árabes (Felipe, 1997: 21; figs. 7 e 8), circunstância a que se associa a evidência, impossível de quantificar, de uma contínua dinâmica de mobilidade populacional entre os dois lados do Estreito de Gibraltar durante todo o período de dominação islâmica na Península.



Fig. 7.

locais de assentamento berbere, segundo as fontes árabes (Felipe, 1997: 392)

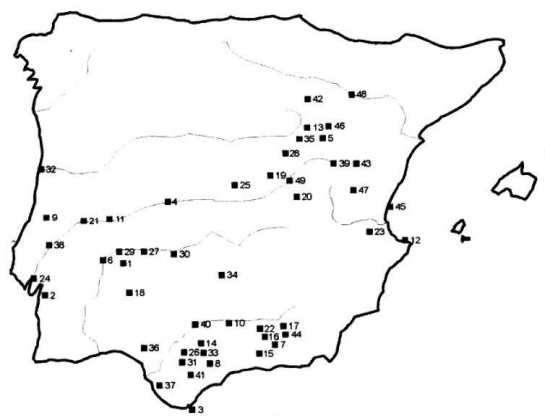


Fig. 8.

linhagens berberes estudadas por Helena de Felipe (Felipe, 1997: 387)

Os estudos toponímicos cedo revelaram as suas limitações, em particular pela grande diacronia de que se revestem: raramente existem certezas quanto ao momento em que determinado topónimo aparece (em Portugal, sobretudo para cronologias anteriores aos séculos XII-XIII); ainda mais raramente é possível associar esse topónimo a um contexto histórico preciso; e, como advertiu Jiménez Gadea, 1995: 210, a simples semelhança fonética entre topónimos e supostas tribos berberes não é suficiente para afirmar que essa mesma tribo tenha ocupado aquele local específico. Também não existem dados aproximados acerca do contingente berbere que se fixou na Península nas primeiras décadas a seguir à invasão, nem tão pouco o seu peso demográfico nas regiões de instalação (Guichard, 2001: 64), ainda que alguns autores pensem que o seu número ultrapassou, em muito, o dos árabes⁹. Reconhecendo a fragilidade de algumas conclusões - em particular as de natureza arqueológica (Franco Moreno, 2004: 178 para a *kura* de Mérida; Jimenez Gadea, 1995: 211-212 acerca dos trabalhos de Almagro Gorbea e de Martínez Lillo) -, é lícito supor que os grupos tribais berberes se terão instalado em zonas montanhosas, algumas próximas de Córdoba, e

⁹ Kennedy, 1996: 3 afirma mesmo que «the Berbers were the real power in the land».

praticamente em toda a meseta central, de Soria a Cáceres (Retuerce Velasco, 1995: 231), mas também na zona do Douro e na Galiza (Catarino, 2005: 196), enfim, em todo o centro e Norte, à excepção de Saragoça e seus arredores, mas incluindo Toledo, Mérida e Valência (Kennedy, 1996: 18). A ocupação de áreas tão vastas não se terá evidentemente limitado a zonas de altitude e é lícito pensar que ter-se-á privilegiado alguns vales de rios tão importantes como o Tejo, o Guadalquivir e Guadiana (Manzano Moreno, 1990: 398 para zonas “fronteiriças” destes vales), incluindo antigos centros urbanos de valor secundário para o Estado islâmico (Franco Moreno, 2004: 173, em relação aos núcleos urbanos da *kura* de Mérida¹⁰).

Para além destes dados, devem ainda valorizar-se algumas evidências de convivência entre árabes e berberes e, mesmo, de diferentes estratégias comuns: a incorporação de muitos berberes em exércitos islâmicos (aspecto decisivo para a vitória de Abd al-Rahmann I¹¹); os casamentos que se estabeleceram entre membros de ambas as comunidades ou os relevantes cargos ocupados por berberes na administração emiral e na clientela do Estado são exemplos elucidativos de uma muito maior proximidade entre ambas as comunidades, que inevitavelmente dilui qualquer discurso tendencialmente maniqueísta de separação entre árabes e berberes.

Efectuada esta ressalva necessária quanto à maior complexidade de relacionamento entre árabes e berberes no século VIII, e colocando o discurso ao nível das grandes tendências reconhecíveis para a Península Ibérica naquele largo período, é um facto que se reconhecem zonas de povoamento maioritariamente árabe e outras onde os berberes tiveram o predomínio. E existiram, também, focos de tensão entre as duas comunidades, como as revoltas ocorridas na década de 40 ilustram. Ainda que o pretenso prejuízo para os berberes na divisão das terras não possa assumir-se como causa primeira dessas revoltas (cf. nota 8, em que se valorizam opiniões de Kennedy, 1996 e Aguadé, 1986), a verdade é que elas parecem evidenciar uma óbvia inadaptação das populações berberes às condições de vida que foram encontrar em algumas regiões mais setentrionais da Península¹². As informações disponíveis a respeito desta série de

¹⁰ Franco Moreno, 2004: 173: «las fuentes escritas no dejan lugar a dudas sobre el predomíno del poblamiento beréber en las madinas o núcleos urbanos más importantes de la circunscripción de Mérida».

¹¹ O *Ajbar Mamûa* refere mesmo que Abd al-Rahmann I escolheu um possível berbere, de nome Bazi, para chefiar a sua guarda pessoal (cf. Manzano Moreno, 1990: 423-424).

¹² A presença berbere na Galiza tem sido, de resto, alvo de discussão. Sem que concorde inteiramente com a posição de Manuel Recuero Astray a respeito de uma generalizada pilhagem de território galego por parte dos berberes (posição que carece de confirmação histórica e arqueológica para a abrangência que o autor enuncia), parece óbvio que terão sido os próprios berberes a tornarem-se os «primeiros descontentes com a sua situação de dominadores de um país que lhes era adverso e estranho» (Recuero

convulsões são escassas e não permitem ter certezas quanto à extensão geográfica do fenómeno, nem tão pouco quanto à marcha cronológica de todas as revoltas. É de admitir, no entanto, que um conjunto assinalável de tribos berberes instaladas no sector mais ocidental da Península (numa vasta área entre a Galiza e Mérida) se tenha revoltado contra os sírios que, por essa altura, se instalavam em Córdova depois de terem sido derrotados pelos berberes no Norte de África em 739¹³. Apesar de alguns autores admitirem que as primeiras revoltas ocorreram na Galiza ainda antes de 740 (Sánchez Albornoz, 1974, vol. 2: 75; Mattoso, 1992: 445; Moreta, 2009: 26), parece que os principais acontecimentos tiveram lugar em 742, pouco depois da batalha do rio Sebu (Marrocos), em que os berberes venceram os árabes (Manzano Moreno, 1990: 421; Manzano Moreno, 1993: 328 situou a batalha do Sebu em 740)¹⁴. Ainda que subsistam muitas dúvidas quanto à intervenção dos berberes anteriormente instalados no Noroeste peninsular nestes acontecimentos, parece suficientemente provado que estes grupos mantiveram fortes laços de solidariedade e de consciência étnica para com os seus companheiros do Sul da Península e mesmo do Norte de África, o que contraria a tese de que os berberes haviam ficado como que isolados nas regiões montanhosas no Centro-Norte peninsular que lhes supostamente haviam saído em sorte.

Por outros factores, as revoltas berberes continuaram nos anos seguintes. Alguns autores valorizaram o surto de fome que terá grassado no Noroeste naquele mesmo ano de 742, facto que terá também motivado a fuga para Sul (Zozaya, 1998: 95; 2005: 29).

Astray e Barreiro Mallón, 2008: 63). Catarino, 2005: 196 realçou alguns indícios da presença de berberes na Galiza para cá da década de 40 do século VIII, «já convertidos ao Islão, ou facilmente reconvertendo-se ao cristianismo»: uma certa tradição admite que Odoarius, bispo de Lugo no século VIII, fosse de origem africana, tal como Aloitus (mencionado em 745) e Avezano (que terá declarado ter vindo «de África com grande número de homens livres»). Mais certezas subsistem a respeito de Cotama Kotumiz, mencionado na corte viseense de Ramiro II (Fierro, 2009: 120), embora não se possa saber se a origem berbere deste nome é situável na primeira vaga de entrada berbere no século VIII.

¹³ É esta a versão contida em *Ajbar Mamûta*, ed. 1984: 48-50: «reunidos los beréberes de Galicia, Astorga, Mérida, Coria y Talavera, eligieron por jefe a Ibn ... y con un ejército innumerable pasaron el Tajo en busca de 'Abd al-Malik bn Qatán, que mandó contra ellos a sus dos hijos Qatán y Umayya, con los sirios compañeros de Baly bn Bisy y los baladíes. Cuando supieron los beréberes que este ejército se acercaba, se raparon la cabeza a imitación de Maysara, para no ocultar la causa que defendían...los beréberes volvían la espalda e hicieron en ellos tan gran matanza, que casi los exterminaron». Segundo Guichard, 1976: 273-274, este grupo fazia parte do melhor exército do califa Hisam e foi derrotado pelos berberes do Norte de África, tendo passado à Península Ibérica depois de se verem cercados em Ceuta. Viguera Molins, 1995: 50 estimou que este contingente rondasse os 10.000 homens, embora tenha advertido para a possibilidade de ser muito maior (correspondendo aquele número a uma redução propositada para efeitos cronísticos de constante glorificação da instalação islâmica na Península). Os sírios constituíam a espinha dorsal do exército omíada: divididos em circunscrições, constituíam a força militar permanente, capaz de intervir nas várias províncias do Império (Manzano Moreno, 1993: 328).

¹⁴ Catarino, 2005: 196 situa estas revoltas entre 740 e 743. Franco Moreno, 2004: 178 ampliou o cenário desta revolta, situando-a genericamente no Centro-Oeste da Península e não apenas na Galiza, referência geográfica que deve corresponder à antiga Gallaecia romano-suevo-visigótica e não tanto à Galiza como hoje a entendemos.

Os maus anos agrícolas ter-se-ão repetido no período entre 748 e 753 (Guichard, 1976: 266), época em que se registou o abandono de numerosas comunidades berberes do Noroeste peninsular (Sánchez Albornoz, 1974, vol. 2: 243, entre outros autores¹⁵). A versão de *Ajbar Mamûa* revela que os berberes «fueron vencidos y arrojados de Galicia»¹⁶, facto que pressupõe uma actividade bélica por parte dos autóctones face aos seus novos senhores e de como estes parecem ter sido obrigados a retirar. A marcha dos acontecimentos é praticamente desconhecida e, uma vez mais, lidamos com discursos cronísticos e históricos que privilegiam grandes tendências e não permitem, para já, reconhecer particularismos. Ao que tudo indica, o grosso da coluna berbere terá rumado a zonas da meseta central, de onde terão também partido, em direcção de Coria e Mérida, devido à fome que grassava nas terras da meseta (Carriedo Tejedo, 2005: 68).

Mais que a cronologia exacta deste abandono, ou mesmo a sua provável dimensão militar¹⁷, interessa salientar, nesta sucessão de dados, a extensão do deslocamento de efectivos berberes para Sul do Tejo. Por outras palavras, parece que a ocupação islâmica de todo o Noroeste peninsular não terá durado mais de 40 anos, incluindo-se neste amplo território largas faixas do Centro-Oeste da Península acima do rio Tejo. Este constitui um dos argumentos que podem ser aduzidos para a bem menor presença muçulmana do que tradicionalmente se supõe no território ocidental entre os rios Tejo e Minho. Estando as notícias acerca da presença islâmica nesta ampla área limitada a uns efémeros protagonistas berberes, a conjuntura internacional (primeiro) e as difíceis condições de sobrevivência (depois) terão motivado o abandono de praticamente todo o Noroeste e em particular a área geográfica estudada nesta dissertação. Ao longo daquele século VIII, não mais os muçulmanos se terão apoderado da antiga *Gallaecia*, como se depreende pelos contornos conhecidos da batalha de

¹⁵ Gerbet, 2001: 192 admitiu que todas as comunidades muçulmanas tivessem abandonado a região do Douro ainda antes dos “sucessos” de Afonso I. Catarino, 2005: 196 advertiu para o facto de nem todos os berberes terem rumado a Sul.

¹⁶ É esta a versão completa do episódio contida no *Ajbar Mamûa*: « en el año 33 fueron vencidos y arrojados de Galicia, volviéndose a hacer cristianos todos aquellos que estaban dudosos en su religión y dejando de pagar los tributos. De los restantes, unos fueron muertos y otros huyeron tras de los montes hacia Astorga. Mas cuando el hambre cundió, arrojaron también a los musulimes de Astorga y otras poblaciones, y fuéronse replegando detrás de las gargantas de la outra cordillera y hacia Coria y Mérida en el año 36» (apud. Martínez Díez, 2005: 100).

¹⁷ É possível que a actividade guerreira a que se alude no *Ajbar Mamûa* tenha directa relação com as acções de Afonso I. Alguns autores colocaram as suas conquistas em data muito precoce (740, escasso um ano após assumir o trono - Neto, 1975: 87), mas a posição mais consensual aponta para uma larga acção de pilhagem e de razia ao redor de 750. Esta questão entronca directamente no Ermamento e na evolução do então nascente reino das Astúrias. Veja-se o que se diz a este respeito no ponto 2 do presente capítulo.

Pontuvio (758), ao que tudo indica uma razia punitiva sobre o Noroeste que se saldou por uma derrota evidente das tropas islâmicas (Martínez Díez, 2005: 101)¹⁸.

As revoltas berberes não cessaram com o “abandono” das regiões setentrionais. Carriedo Tejado, 2005: 68 sugeriu que as revoltas tivessem continuado até 753 e Manzano Moreno, 1990: 426 salientou o facto de, ao longo do século VIII, onde inicialmente se parecem verificar vagos grupos tribais, começarão a surgir poder autónomicos e verdadeiras dinastias dirigentes, num processo de “aristocratização” das tribos berberes. A confirmar-se a maior escala deste fenómeno, alguns grupos passaram a ser agentes efectivos de senhoriação do território e entraram em conflito com o mesmo processo de aristocratização que, por essa mesma altura, caracterizava o Estado islâmico peninsular. Também por esta via, e ao contrário do que pensa Manzano Moreno, 2006: 19¹⁹, os berberes não parecem ter sido actores secundários, marginais e periféricos da história inicial do al-Andaluz. Ainda que faltem os vestígios materiais da sua presença – vestígios que, de resto, faltam também para as comunidades árabes instaladas em solo peninsular no século VIII -, estes grupos terão sido activos protagonistas da história de um largo território, mantiveram estreitos contactos com os seus congéneres do Norte de África e desempenharam importante papel militar.

1.2. Uma endémica divisão interna: as lutas entre estirpes árabes e a tendência para a fragmentação territorial

Outra das explicações para a ocupação selectiva do território reside na luta entre famílias árabes de distinta procedência étnica. A questão social, em particular a relacionada com as etnias, é a que mais notícias deixou na história dos primeiros tempos do bloco islâmico peninsular e a que mais tem sido realçada pela historiografia dedicada ao período. A confusa e conflituante marcha política de regiões tão extensas como a antiga *Septimania* visigótica ou a Marca Superior foi já interpretada à luz da dimensão tribal e socialmente heterogénea de uma sociedade ainda escassamente fundada num ideal religioso, instalada em território desconhecido e potencialmente hostil (no qual

¹⁸ Não se conhece a localização de Pontuvio. Martínez Díez negou a proposta de Puentedeume, por razões etimológicas, que havia sido a mais consensualmente aceite desde Barrau-Dihigo, 1921: 147. Martino, 1980: 20 sugeriu que se trate de Pontón, na montanha de Valdeburon, no extremo Nordeste da actual província de León. Esta proposta, para além de afastar o cenário de batalha da actual Galiza, coloca-a em pleno raio de acção da monarquia asturiana.

¹⁹ «Es muy posible que algunos grupos bereberes que habían participado en la conquista en calidad de tropas auxiliares sí que estuvieran encuadrados en tribus. Pero por muy grande que fuera su número o por muy fuerte que fuera su cohesión, el papel de estos grupos no dejó de ser nunca marginal» (Manzano Moreno, 2006: 19).

representava uma minoria dirigente), e cuja repartição de terras (assunto onde se devem incluir as respectivas áreas de influência, os principais agentes de povoamento e, sobretudo, os proventos fiscais) terá estado na origem de múltiplas divisões. Neste quadro assim propositadamente generalizado, Pierre Guichard (1976: 276) chegou ao ponto de afirmar que «las verdaderas divisiones, en esta sociedad, son de orden étnico» (sobre a dimensão tribal do primeiro povoamento islâmico peninsular, veja-se também Barceló, 1993). Uma recente tendência na historiografia espanhola, personificada sobretudo por Eduardo Manzano Moreno, pretendeu já questionar a muito repetida ideia de que Al-Andaluz foi «una sociedad tribal formada por contingentes clánicos árabes y beréberes llegados en el momento de la conquista o poco después de ésta» (Manzano Moreno, 2006: 17)²⁰. Ambas as propostas têm contornos ideológicos: para Guichard, a existência de uma sociedade em que os vínculos de parentesco são mais importantes e tendem a definir um espaço humano de base igualitária; para Manzano, a ideia de que os senhores de Al-Andaluz pretenderam, desde o primeiro momento e através de diversos instrumentos, estabelecer um poder político forte e centralizador, que inevitavelmente diluiria os protagonismos clánicos.

A verdade (se é que este substantivo pode ser utilizado pelos historiadores para o complexo século VIII peninsular) parece situar-se num meio-termo equidistante entre aquelas posições: se existem múltiplos indícios de tentativa de instauração de um Estado islâmico forte desde os primeiros e efémeros governadores, não deixa de ser um facto que as divisões entre tribos árabes (mais até que o protagonismo desempenhado pelos berberes) deixou marcas profundas na organização dos homens e das terras. Por outro lado, há que questionar os cenários em que determinados acontecimentos tiveram lugar, não sendo evidentemente possível continuar a encarar a Península Ibérica como um espaço unitário e cristalizado, em que diferentes regiões teriam seguido caminhos históricos idênticos apenas por se situarem na esfera de influência do Islão. Pelo contrário, o conhecimento cada vez maior do território altimedieval evidencia uma notável complexidade populacional, um conjunto de unidades a diferentes velocidades evolutivas (ora aproximadas de Córdova, ora afastadas dela), e uma evidência difícil de

²⁰ São vários os passos da obra de Manzano Moreno (2006) em que se manifesta a oposição à sociedade “tribal” de Pierre Guichard. Uma das mais evidentes encontra-se nas pp. 18-19: «Frente a la idea de que al-Andalus se configuró como una sociedad tribal, en la que los conquistadores llegaron mayoritariamente agrupados en grandes conjuntos clánicos como si de una *Völkerwanderung* se tratara, en esta obra se plantea una tesis radicalmente opuesta: tanto la conquista del año 711 como las posteriores oleadas árabes que llegaron a la península fueron protagonizadas por ejércitos de un imperio centralizado, que estaban bien organizados y en los que primaban férreas jerarquías sociales».

contrariar – a de que o poder islâmico não chegou a todos os lugares da mesma forma e com a mesma intensidade.

É por este último aspecto que se pode começar a identificar tendências regionalistas (entendidas como grandes dinâmicas evolutivas comuns a diferentes lugares dentro de um mesmo complexo geográfico-cronológico) e a entender que os dois al-Andaluz a que se referem Guichard e Manzano Moreno não são exactamente a mesma entidade em termos territoriais e fiscais.

O antagonismo étnico no seio das famílias conquistadoras árabes parece ter atingido contornos bélicos a uma escala verdadeiramente peninsular nas décadas de 40 e de 50 do século VIII. Mas não terão surgido em consequência das revoltas berberes, ainda que a instalação de grupos desta etnia no Sul peninsular, disputando territórios a famílias árabes, tenha certamente contribuído em alguma medida. O episódio que terá rompido o ténue equilíbrio vigente até aí foi a instalação de contingentes militares profissionalizados “estranhos” à origem iemenita dos primeiros conquistadores do Al-Andaluz. Os próprios sírios terão governado a cidade de Córdova durante aproximadamente dois anos (741-743) e não devem secundarizar-se as notícias que dão conta de revoltas então ocorridas na capital (Chejne, 1999 (1974): 23; Kennedy, 1996: 25)²¹. Manzano Moreno, 1993: 328-329 salientou já que os soldados sírios derrotados pelos berberes em 741 (ou 740) no rio Sebu passaram à Península e instalaram-se em zonas nevrálgicas deste novo território, provavelmente recusando regressar aos seus locais de origem no Médio Oriente devido às graves turbulências que, por essa altura, ocorriam na Síria e mesmo na área de influência directa da dinastia omíada, após o falecimento do califa Hisam (743). Uma vez na Península, este novo contingente rapidamente entrou em conflito com os árabes e berberes anteriormente instalados; a solução encontrada pelos então governadores representa uma certa tentativa de diluição na sociedade islâmica, repartindo-se o *jund* sírio por diferentes regiões - Elvira; Sevilha; Niebla; Algeciras, Tudmir e Beja, entre outras zonas – e concedendo-lhe, ao que tudo indica, um terço dos impostos sobre as terras detidas pelos moçárabes (Chalmeta, 1975: 37, apoiado em menções constantes na *Crónica anónima de 754* e em Ibn al-Qutiyya²²).

²¹ Chejne, 1999 (1974): 23 relatou a chegada dos sírios a Córdova, que sitiaram e destronaram o seu governador. Os árabes iemenitas terão reunido então um exército com o intuito de atacar Córdova, o que conseguiram, mas não com os efeitos desejados. Os sírios resistiram, apesar de o seu chefe ter sido mortalmente ferido (Kennedy, 1996: 25).

²² Manzano Moreno, 1993: 330-331 atribuiu a sábia política de instalação dos *junds* sírios em diferentes pontos da Península ao governador Abu I-Jattar al-Kalbi, nomeado para o cargo em 743. No entanto,

Facto sintomático, já realçado por outros autores (e.g. Manzano Moreno, 2006: 103) foi a circunstância de estas comunidades sírias não terem sido instaladas nas zonas fronteiriças mais a Norte, «donde su presencia tal vez hubiera sido más necesaria». Esta observação permite várias leituras, mas importa realçar duas delas: em primeiro lugar, a consciência de que não havia verdadeiro perigo militar para o Al-Andaluz nas suas fronteiras setentrionais, a ponto de se desaproveitarem os mais experientes e profissionais soldados que o império omíada havia gerado; em segundo lugar, a natureza tributária do regime – terá sido mais eficaz para a máquina do Estado islâmico peninsular reforçar os seus cofres com mais impostos arrecadados sobre a terra (mesmo à custa de tensões sociais), do que expandir as suas fronteiras para Norte.

Neste cenário, e enquanto as regiões mais setentrionais terão vivido praticamente em «estado de disidencia» (Guichard, 1976: 272) – afirmação que é independente da natureza do poder estabelecido em Córdova (primeiro o contingente sírio, depois já com Abd al-Rahman I) -, o panorama em algumas regiões do Sul não parece ter sido mais controlado a partir da capital. Existem, de resto, múltiplos indicadores que apontam para um muito deficiente controlo do território ainda antes de ultrapassado o Tejo. Nas décadas de 40 e 50 do século VIII, o Al-Andaluz vivia ainda as convulsões sociais provocadas pelas revoltas berberes e pela pouco pacífica instalação dos *junds* procedentes do Médio Oriente. A pressão então exercida sobre os direitos tributários territoriais terá levado ao crescendo de antagonismo entre as próprias tribos árabes e são vários os autores que se referem à verdadeira guerra civil que grassou pelo Al-Andaluz nesses conturbados anos (Manzano Moreno, 2006: 185; Chejne, 1999 (1974): 23), a que a batalha de Saqunda (747) não colocou fim²³. Esta guerra civil tem sido vista como um mero e generalizado antagonismo entre Norte e Sul, potenciando interpretações imprecisas semelhantes às que foram já veiculadas a propósito dos berberes e sua pretensa menor herança territorial face aos árabes. Diz-se com frequência que, em Saqunda, as tribos do Norte ganharam às do Sul. Mas esta referência não deve ser entendida em relação aos locais de instalação das tribos no solo peninsular, mas sim aos seus locais de origem face ao coração arábico do Islão. Como evidenciou Kennedy,

parece que algumas instalações serão anteriores a essa data, como o caso de Beja (logo em 741, segundo Picard, 2005: 73, o mesmo ano em que os sírios entraram em Córdova).

²³ Manzano Moreno, 2006: 185 afirmou que esta batalha significou um ponto de viragem na guerra que então se vivia. Ao saírem vitoriosas, as tribos do Norte peninsular impuseram a nomeação de Yusuf ibn Abd al Rahman al Fihri (Yusuf al-Fihri) como governador, pelo prazo de um ano, findo o qual teria de ser substituído por um nome indicado pelas tribos instaladas no Sul. Mas como Chejne, 1999 (1974): 23 afirma, este Yusuf al-Fihri iniciou uma verdadeira purga no governo, destituindo os elementos de origem sulista (cf. também Kennedy, 1996: 28).

1996: 26-27, a maioria dos primeiros conquistadores árabes procediam do Sul da Península Arábica, ao passo que os *junds* eram constituídos maioritariamente por grupos de origem síria, egípcia e da extensa região entre os rios Tigre e Eufrates. Sabendo-se que os *junds* se instalaram nas margens menos controladas do Al-Andaluz, é redutor e até algo forçado entender estas regiões como setentrionais. O que parece ter ocorrido foi uma guerra civil que opôs *qaysies* contra *iemenitas* e que apenas ocasionalmente terá afectado as zonas a Norte do Tejo (à excepção de Zaragoza e da linha que, a partir de Toledo, levava àquela cidade).

Esta guerra civil, travada sobretudo no Sul e em particular no eixo Córdova-Toledo, prolongou-se até 759 (ou 760, de acordo com Chejne, 1999 (1974): 25), quando o antigo governador indicado para o cargo pelos sírios em 747, Yusuf al-Fihri, sucumbiu num ataque que dirigiu contra Córdova e Abd al-Rahmann I a partir de Toledo. O homem que tinha sido empossado no seu cargo por consenso entre os vários *junds* de origem setentrional, morria assim às mãos dos seus anteriores aliados, que se haviam reunido em torno da figura tutelar de Abd al-Rahman. Terá sido este antagonismo de base Norte / Sul árabe a explicar algumas das fricções ocorridas posteriormente, em concreto a revolta iemenita de Sevilha, ocorrida em 774 (Suárez Fernández, 1975: 159), ou a negociação de árabes também de origem iemenita com o exército de Carlos Magno em 778 (Guichard, 1976: 272-275), entre outros episódios de menor ressonância histórica.

Uma tal diversidade étnica, social e religiosa está na origem da endémica divisão interna que é possível detectar nos primeiros tempos de domínio islâmico da Península. Mas qual a razão para a existência de tantos clãs distintos e respectiva conflitualidade entre eles, num território tão amplo que poderia albergar muitas mais comunidades islâmicas dominantes que aquelas que efectivamente se conhecem? Com efeito, como se questiona Santiago Macias, «nunca percebemos até hoje qual a lógica que teria, do ponto de vista concreto, a vinda de contingentes da Síria e do Iémen para, aqui chegados, se dedicaram a plácidas tarefas de agricultura e pastoreio» (Macias, 2005: 814). Estas populações foram, certamente, agentes da islamização e, também, da orientalização da sociedade peninsular, mas qual a razão da sua vinda? A resposta, ainda que provisória, pode estar relacionada com dois fenómenos, ambos já razoavelmente explorados: por um lado, a perspectiva de que os vínculos fiscais e tributários parecem ter sido tão ou mais importantes que os de natureza étnica ou militar, na hora de estabilizar territorialmente as comunidades islâmicas (o que na

prática tende a equivaler as teorias de Manzano Moreno e de Guichard); por outro lado, a intensa senhorialização que é possível reconhecer para as décadas seguintes à conquista. Ambos os processos parecem ser complementares, pois, como concluiu Manzano Moreno, 1993: 335, as terras cedidas aos *junds* tinham uma componente tributária.

Aquele último assunto foi já abordado por Manzano Moreno, 2006: 79-81, referindo-se à rápida passagem de conquistadores a proprietários: “Trascurridos apenas siete u ocho años de la conquista el número de conquistadores convertidos en propietarios era ya lo suficientemente grande para que el gobernador al-Samh se viera forzado a regularizar su situación. Según la *Crónica de 754*, para ello adscribió lotes de tierras a los conquistadores y reservó para el fisco una parte tanto de los bienes muebles como de los inmuebles”. O autor apontou outros indícios importantes acerca da tentativa de senhorialização que perpassa por todo o mundo islâmico da altura, como se demonstra por uma ordem do califa Umar II que estipulava que, caso algum cristão, judeu ou zoroastra se convertesse ao Islão, as suas terras continuavam a ser elemento de tributação por parte do Estado islâmico, sinal claro de que o poder emanado de Damasco pretendia que a carga fiscal fosse unitária em todo o império, sem grandes variações.

Terá sido o desejo de possuir terras, e de arrecadar os benefícios da sua exploração, que levou à instalação de contingentes militares profissionais em zonas agrícolas (e não na capital). E, ainda que de forma simplista, não se deve descartar a hipótese de os militares sírios terem fomentado a discórdia, na medida em que constituíam uma força relativamente unitária, capaz de desequilibrar a, por então, ainda muito recente plataforma de divisão territorial e ordenamento tributário da população autóctone. Estes militares optaram por não se instalar na capital, mas detiveram na prática um grande poder junto de alguns governadores. Finalmente, é tentador ver na Península Ibérica um território atractivo, cujo potencial de rendimento era muito superior ao das terras áridas da Síria, Egipto ou Arábia, onde os muçulmanos instalados na Península não deveriam possuir terras (pelo menos, os incluídos nos *junds*, que deliberadamente não regressaram às suas terras de origem).

Pelo que se acaba de enunciar, é simplista e redutora a visão de um bloco civilizacional islâmico unitário «capaz, al igual que un Estado moderno, de actuar como un todo de cara al exterior» (como advertiu Guichard, 1976: 272). No largo período em que houve estados islâmicos na Península Ibérica, os momentos de concentração de

poder numa única figura, ou de autoridade extraordinária num regime, foram até escassos. Ao invés, a história de al-Andaluz está repleta de notícias, vestígios e indícios de uma dinâmica social, militar e demográfica mais heterogénea do que os rápidos acontecimentos de 711 poderiam antever. À divisão interna de cariz social, abordada no ponto anterior, juntou-se uma inevitável divisão política, que teve uma forte componente familiar. Com efeito, e à medida que o Emirato trilhou o seu próprio caminho enquanto unidade política, foi cada vez mais frequente a associação de alguns clãs a determinadas regiões, constituindo estas estirpes dominantes sobre o território e as comunidades.

De um ponto de vista da organização administrativa do território, al-Andaluz teve uma estrutura de comando heterogénea, repartida por três grandes patamares organizativos: um de sentido geográfico (Este, Centro e Oeste); outro de sentido militar (as Marcas Superior, Média e Inferior) e um terceiro nível de carácter provincial, acerca do qual não se conhece uma relação exacta do número de províncias para todas as épocas (Chejne, 1999 (1974): 128-129²⁴). Até ao final do século X, quando finalmente se deu um daqueles momentos de concentração de poder numa única figura dominante, em que é mesmo possível falar em “unificação” do mundo islâmico peninsular, muitos territórios meridionais (situados a Sul do Tejo, onde se inclui o vale do Guadiana, largas faixas do Sudeste peninsular e mesmo a zona em redor de Toledo, de acordo com Guichard, 1976: 272) viveram em estado de (semi)independência em relação a Córdova. Zozaya, 2005: 19 acrescenta que o espaço geográfico «hubo de estar muy repartido» e que «hubo bandas armadas que merodearon por el territorio». A extraordinária divisão do território (que estará na origem do mosaico em que a Península se transformou no século XI, quando surgiram as taifas) fomentou uma verdadeira regionalização, em que diferentes áreas viveram a distintas velocidades tanto do ponto de vista económico, como sócio-político.

1.3. Um regime fiscal baseado na militarização restrita do território

A natureza tributária do regime levou a uma militante concentração de esforços para a imposição da autoridade do Estado islâmico no Sul do país, como forma de

²⁴ A maioria dos autores está de acordo em que a estrutura administrativa do al-Andaluz baseou-se na divisão política do reino visigótico. Lévi-Provençal avançou com o número de 21 províncias, mas a investigação histórica tem ampliado este número, até um total não superior a 48. Por todos, e para uma visão recente, Marín Guzmán, 2006: 65-67.

financiamento da estrutura dirigente. Referindo-se a uma lista de impostos criticamente datada de inícios do século IX (incorporada na obra geográfica de al-Udhri), Hugh Kennedy (1996: 51-52) estranhou já o facto de os rendimentos serem todos procedentes do Sul peninsular, em particular da área entre o Guadalquivir e a costa meridional, concluindo que «the Umayyads spent more time trying to assert their authority over the northern areas of al-Andalus than they did over the Christian lands». O mesmo autor colocou a hipótese de as populações estabelecidas nas marcas não serem obrigadas a contribuir para os cofres do governo central (no fundo, seguindo um modelo já ensaiado no Oriente pelos mesmo omíadas frente ao império bizantino), reservando-se-lhes um papel eminentemente militar, de controlo das eventuais incursões cristãs. No estado actual da investigação, não é possível ter certezas acerca da efectividade desta hipótese para todo o período em que o Estado islâmico peninsular existiu. Importa, contudo, questionar a dimensão militar que aquela proposta acarreta, especialmente para a realidade política, social e administrativa das Marcas inferior, média e superior durante o século VIII.

Pierre Guichard verificou a existência de diversos tipos de fronteira entre territórios supostamente vinculados às autoridades asturiana e islâmica desde muito cedo, no que constitui uma complexificação (e um maior dinamismo) do modelo tripartido teoricamente implementado e conhecido por Marcas. Para o século VIII, o autor separou entre o que se terá passado na vasta área entre Saragoça e Burgos (território onde sintomaticamente nascerá em parte Castela) e na faixa costeira entre Barcelona e Tortosa. Em ambas as regiões, o enfrentamento militar parece ter sido evidente logo desde o século VIII, mas registaram-se diferentes estratégias de gestão desse conflito. No primeiro caso, a oposição conflituante, militarizada, originou um encastelamento precoce; no segundo caso, ter-se-á avançado para uma espécie de ermamento da zona de Tarragona, antiga capital romana que não manteve o seu estatuto metropolitano após a conquista islâmica (Guichard, 1976: 271)²⁵, formando-se assim uma bolsa de distanciamento entre os dois blocos. Estas distintas opções, levadas a um ponto em que se terá aparentemente “sacrificado” a capital da região desde os tempos romanos – ainda que não possa ser aceite sem reservas, em particular a questão do

²⁵ Faça-se a advertência acerca do momento em que Pierre Guichard escreveu (década de 70 do século XX), período historiográfico em que o “ermamento” era uma teoria ainda aplicável, na sequência das lições de Claudio Sánchez Albornoz. Sobre esta complexa matéria, veja-se o que se diz no capítulo 2 desta Parte I.

“despovoamento” de Tarragona²⁶ -, não pode deixar de ter razões profundas na estratégia das forças conflituantes do início da (re)conquista.

É natural que a proximidade em relação ao nascente reino de Oviedo tivesse determinado o encastelamento da sua fronteira Sudeste, precisamente aquela para onde primeiro se dirigiu a expansão da nobreza asturiana (Ruiz de Toledo: 1999; Martínez Díez, 2005: 103 reconheceu que Castela se transformou num palco de luta logo entre Fruela e Abd al-Rahman I). A ter sido assim, este facto parece evidenciar um outro: o de que o Islão peninsular, no seu primeiro século de vida, terá optado por concentrar esforços militares num reduzido número de zonas, reservando a outras um difuso estatuto de *limes*, para lá do qual permaneciam comunidades cristãs mais ou menos organizadas, e sobre as quais se realizavam incursões punitivas sazonais. Quer isto dizer que a militarização do lado islâmico parece ter sido mais reduzida do que se supunha até há escassos anos.

Juan Zozaya (2005: 17, entre outros trabalhos) colocou já a hipótese de o exército islâmico, primeiro conquistador e depois instalado em solo peninsular, ter sido mais pequeno que o mencionado sistematicamente nas crónicas. O exagerado número constante naquelas obras literárias inevitavelmente adverte para o facto de terem sido concebidas com propósitos políticos e ideológicos: as islâmicas escritas para glória de uma conquista emblemática; as cristãs realizadas para glorificação de uma resistência heróica. Tudo isto deve motivar uma aproximação mais cuidadosa à realidade da invasão de 711 e aos muito menores efectivos que Tariq deve ter tido às suas ordens²⁷,

²⁶ É conhecido o protagonismo de **Tarragona** durante a época visigótica, na sequência directa do seu estatuto de capital durante o império romano. Durante muito tempo, aceitou-se que, após 711, Tarragona tivesse sido, em certa medida, “despovoada”, ou, pelo menos, que se tivesse criado ali uma zona tampão entre comunidades cristãs e muçulmanas. Bolòs Masclans, 2001: 102, sem ser explícito, aceita esta tese, e prolonga-a até bastante tarde, concluindo que, até ao século X, a fronteira não lograra atingir a zona de Tarragona. Sobre a cidade, este autor admitiu que terá tido valor militar após a sua conquista definitiva, ocorrida apenas em 1033. A mais recente investigação, contudo, está longe de confirmar a teoria de Guichard. Menchon Bes, 2006 é claro quanto à sobrevivência de população nesta zona, possivelmente não vinculada a nenhum dos dois blocos que protagonizaram a (re)conquista. Uma sobrevivência evidenciada por parte de autores árabes do século X, que nomearam a cidade nas suas obras, e pelo *hisn* de Siurana, cuja construção é situada por Menchon provavelmente no século IX. Até ao momento, não se está na posse de dados concretos relativos ao século VIII, sendo bastante problemática a hipótese de a cidade ter sido (re)conquistada pelos cristãos logo em 809 (data apontada por Zozaya, 1998: 95). Zozaya, 1998: 137 admitiu, no entanto, que a cidade tivesse continuado a subsistir durante o século VIII, embora com retracção. Ación Almansa, 2009: 26 admitiu que o último bispo visigótico da cidade, Próspero, tenha fugido ante a conquista islâmica.

²⁷ Rivera Recio, 1980: 18 estimou em 20.000 indivíduos o contingente invasor muçulmano. Chalmeta, 2003: 86-87 avançou um número de berberes entre 12.000 e 19.000, acampados em Tânger em 708, com os quais Musà conquistou todo o Magrebe. Viguera Molins, 2010: 72 estimou em 12.000 os homens que se teriam reunidos para atravessar o estreito de Gibraltar. Manzano Moreno, 2006: 33 reduziu essa estimativa para cerca de 8.000 homens, curiosamente muito próximo dos números apontados por

mas também à importância que o exército (não) parece ter tido durante o século VIII. No ponto anterior, realçou-se já o aparente “desaproveitamento” militar dos mais experientes e profissionais soldados até então criados pelo império islâmico – os sírios e egípcios incorporados nos *junds* que passaram à Península Ibérica na década de 40. Agora, importa realçar a hipótese (cada vez mais verosímil) de que o bloco civilizacional islâmico, apenas pela força das armas, mostrar-se-ia incapaz de conquistar todo o território peninsular (Zozaya, 2005: 21).

Não é fácil a abordagem a este assunto, porque as evidências de militarização no século VIII são bastante ténues até ao momento²⁸, mesmo para o território asturiano (e.g. Gutiérrez González, 2002: 862, a respeito das incertezas cronológicas sobre a primeira fase do castelo de Peñaferruz, Gijón). Uma tal invisibilidade, que contrasta com o que parece ter sucedido em momentos posteriores de relativa pacificação (momentos em que está documentada a construção de estruturas militares), parece vir em auxílio da teoria defendida por Juan Zozaya acerca da restrita militarização do território (também sugerida por Santiago Macias²⁹). Claro que, no século VIII, o

Simonet, 1897: 17, que sugeriu um exército não superior a 7.000 homens. Zozaya (2005:17-19), sem dar um número concreto, aponta para que os cavaleiros muçulmanos não fossem além de umas poucas centenas. Este escasso número sugerido por Zozaya corresponde a um amadurecimento de ideias anteriormente expressas. Por exemplo, em 1998: 87, o autor entendia que o exército invasor seria pequeno, mas mesmo assim teria uma ordem de grandeza que poderia oscilar entre os 10.000 e 20.000 homens. Como se vê, a redução drástica do número de efectivos é uma evolução essencial no pensamento de Juan Zozaya.

²⁸ É problemática e até generalista a proposta de Zozaya, 1998: 90-91 acerca de uma estratégia construtiva islâmica no Ocidente peninsular, situável entre o século VIII e os meados da centúria seguinte, responsável pela configuração de fortalezas entre Faro, Viseu e Toledo, de acordo com técnicas construtivas ainda de época visigótica (sobre algumas das fortalezas do actual território português mencionadas por Zozaya, veja-se o que se diz no ponto 4.2 desta Parte I). O mesmo autor retomou o assunto em 2002 e 2009: 115-116, a partir de uma pretensa análise evolutiva das técnicas de aparelho e respectivos paralelos no restante mundo islâmico. Tomem-se em linha de conta as posições opostas em relação à formação dos *husun* (genericamente traduzível por “refúgios”) de Azuar Ruiz, 2004: 264-271 (para quem estas estruturas teriam uma origem hispano-romana e visigótica) e de Barceló, 1998: 17-34 (autor que admitiu uma origem islâmica e de ruptura para com anteriores pontos na paisagem peninsular). Idênticas reservas devem ser salientadas a respeito de algumas estruturas militares islâmicas a Norte do Douro que Zozaya admite corresponder ao século VIII, mas que necessitam de investigações mais aprofundadas. O caso de Ágreda é o mais conhecido, e até o mais interessante, pela existência de várias muralhas praticamente em simultâneo. Benito Martín, 1995: 100 salientou a precariedade das conclusões tipológicas acerca da muralha que as pretensamente relacionam com o século VIII. Para uma abordagem mais cautelosa sobre a actividade construtiva militar durante o Emirato (e sua mais limitada amplitude geográfica), veja-se Ación Almansa, 2002, autor que se refere expressamente a largas zonas do vale do Douro como tendo sido abandonadas pelos muçulmanos no século VIII (p.66). Igualmente problemática é a hipótese colocada também por Juan Zozaya (1998: 96-97) a respeito dos topónimos construídos a partir de “Aguila” e “Castro”, ocorrências que o autor entende ser relacionáveis com um suposto controlo militar do território logo no século VIII. Os topónimos mencionados não parecem ter exclusivamente uma raiz islâmica e, evidentemente, não subsistem dados a respeito da sua cronologia.

²⁹ Macias, 2005: 815: «Não é difícil imaginar a presença de uma pequena guarnição estranha ao território acantonada num alcácer, rodeada por uma população que, num primeiro momento, se limitou a tolerar uma presença sempre alvo de permanentes negociações».

antagonismo ideológico e simbólico entre dois blocos incompatíveis comandados por cristãos e por muçulmanos não estaria ainda plenamente assumido. Mas é possível que tenham existido outras razões para a aparente menor presença militar no território. Em primeiro lugar, a natureza tributária do regime actuava sobre a terra e, em particular, a terra fértil próxima o suficiente para ser controlada a partir da capital ou por parte de famílias dominantes. A transformação de conquistadores em proprietários, para usar as expressões de Manzano Moreno, que melhor estudou esta questão (possivelmente apropriando-se de um quinto dos meios de produção, como pensa Zozaya, 2005: 21), assumiu-se como um dos principais motivos que inviabilizou a militarização da sociedade e, por extensão, do próprio território. Para este factor terá também contribuído em grande medida a inexistência de cunhagem de moeda em ouro a partir de 744-45, coincidente com a grave crise que afectava a dinastia omíada em Damasco³⁰. Mesmo os autores que defendem que o Islão peninsular foi um Estado forte desde a sua implantação reconhecem que a profunda crise por que passou o califado omíada de Damasco na década de 40 do século VIII afectou fortemente a estrutura criada na Península Ibérica (Manzano Moreno, 1993: 336). Desde inícios da década de 40 até 756, quando Abd al-Rahmann I proclamou o Emirato, alguns governadores de al-Andaluz passaram a ser nomeados pelas comunidades islâmicas locais, e não directamente pelos omíadas de Damasco, tendo-se mesmo registado períodos vacantes.

Em segundo lugar, a falta de efectivos militares (e provavelmente de moeda para efectivar pagamentos regulares) terá também determinado a opção de concentração de forças em determinadas zonas do país, onde a conflitualidade com os cristãos mais se deveria fazer sentir. Finalmente, parece ter havido uma opção estratégica de não ocupação efectiva de toda a Península, tendo os muçulmanos renunciado a partes consideráveis do território à sua disposição (Recuero Astray, 1996:43-47; também Moreta, 2009: 28 para as Astúrias e Galiza).

Todas estas tendências terão contribuído fortemente para um mais reduzido sucesso do avanço islâmico (mais reduzido do que tem sido habitualmente aceite e do que foi propagandeado pelas fontes escritas). A própria expansão árabe no Norte de África só foi consumada em 702, escassos nove anos antes da invasão da Península

³⁰ Macias, 2005: 816 admitiu que a cunhagem de moeda tivesse cessado por completo no al-Andaluz entre 748 e 763. Opinião contrária em Martín Escudero, 2005: 79, que evidenciou os três tipos de moedas que circulavam na Península Ibérica no século VIII: dinares (de uso restringido); dirhames (moeda de Estado) e feluses (moeda de uso quotidiano).

Ibérica (Oliveira, 2010: 92³¹) e, uma vez na Península, os muçulmanos terão optado deliberadamente por concentrar os seus esforços de constituição de um Estado forte a partir de uma base tributária e não de um domínio efectivo de todo o território.

Ao assumir que o contingente islâmico que terá entrado na península em 711 e nos anos seguintes poderá ser bem menor do que o número que as crónicas enunciam e do que algumas correntes historiográficas têm equacionado, não se pretende retomar velhas ideias acerca da eventual preponderância do elemento “hispanico” no al-Andaluz – na linha do trabalho de Sánchez Albornoz ou mesmo como alguma História da Arte reclama (Bango Torviso, por exemplo). Entendo que o Estado islâmico criado a partir de 711 na Península Ibérica é um organismo oriental e estranho ao território onde se estabeleceu, constituindo esta estranheza uma das vertentes da sua fraca autoridade num território que podia ter abarcado, mas que não o fez³².

1.4. A política de pactos e o menor controlo efectivo do território

A acção islâmica na Península foi ainda limitada pela existência de um instrumento legal próprio dos conquistadores: a possibilidade de capitulação mediante o estabelecimento de pactos. Esta circunstância, ao mesmo tempo que facilitou o reconhecimento por parte das comunidades autóctones da supremacia e do poder nominal muçulmano, terá dificultado a imposição (e até o estabelecimento) de grupos islâmicos em áreas de relativa importância do tecido socioeconómico do antigo reino visigótico. Ainda que sejam poucos os pactos celebrados entre dominadores e dominados que chegaram até ao nosso conhecimento, a celebração de acordos deverá ter sido uma prática largamente difundida, tanto em zonas urbanas como rurais³³. Os pactos estabeleciam uma regra básica: por ele, as comunidades autóctones reconheciam a soberania muçulmana e, a troco de um imposto (ou da cedência de terras), era-lhes permitido conservar pelo menos parte das suas posses, estruturas internas de poder e liberdade religiosa, entre outros aspectos essenciais ao estabelecimento de um quotidiano pacífico.

³¹ Oliveira, 2010: 92: «Apesar da imprecisão das narrativas árabes, elas inadvertidamente contrariam a eficiência e a rapidez das expedições califais contra seus inimigos».

³² Sobre os limites de abordagem das correntes “continuistas” de Sánchez Albornoz e seguidores, veja-se Guichard, 2001: 50-58.

³³ Cabrera, 1995: 16; Picard, 2000: 22-23; Chalmeta, 2003: 89-90; Macias, 2005: 811 e 815; Catarino, 2005: 30-31; Manzano Moreno, 2006: 29 fala mesmo na «força dos pactos» e Moreta, 2009: 72 admitiu que, «cuando los musulmanes conquistaron la práctica totalidad de la Península, la aristocracia hispanogoda pactó casi en su totalidad con los invasores»; veja-se ainda Retuerce Velasco, 1995: 95-96.

Por que razão necessitaram os conquistadores (teoricamente em muito maior número militar que os supostos defensores do reino visigótico) de celebrar pactos com antigas autoridades locais e comunidades emergentes na transição de poder entre visigóticos e muçulmanos? Por um lado, porque, presumivelmente, não dispunham de efectivos suficientes para não apenas efectivar a conquista de vastos territórios, como também de passar a administrar as terras vinculadas a essas grandes unidades. Por outro lado, porque a capacidade de resistência de numerosas comunidades, e seu domínio territorial de natureza proto-feudal, certamente favoreceria a dispersão de agentes militares, com o conseqüente arrastamento de acções bélicas destituídas de eficácia suficiente para estabelecer a rendição e a repartição de terras e dos meios de produção. Em terceiro lugar, porque importava estabelecer um regime de natureza tributária e, portanto, era necessário manter fixadas e dotadas de recursos suficientes comunidades capazes de pagar impostos. Finalmente, porque era uma forma de limitar a acção do fundo tribal e clânico de muitos dos recém-chegados conquistadores³⁴.

Terão alguns destes factos determinado o “pacto original” estabelecido por Tariq com os três filhos de Witiza? O episódio é escassamente conhecido e, a ser verdadeiro, permite questionar imediatamente a eficácia de um exército invasor e o seu suposto poderio militar. Ele encontra-se na crónica de Ibn al-Qutiya, a qual relata a “traição” efectuada por Alamundo, Rómulo (também chamado Waqila) e Artobas contra Rodrigo (mencionado como uma espécie de regente do reino) na Batalha de Guadalete. Segundo aquele cronista árabe, os filhos do rei Witiza terão estabelecido um acordo de capitulação com Tariq que assegurava aos muçulmanos o controlo de 3.000 aldeias. Tariq enviou a proposta a Musà e este expediu-a para Damasco, tendo sido o próprio califa al-Walid a outorgar aqueles termos do acordo (Segura González, 2010: 24-26, a partir de Rivera, 1926). Guichard, 2001: 67 e Manzano Moreno, 2006: 46 realçaram as dúvidas que este relato comporta (em particular, para aquele último autor, a pretensa acção de três príncipes que seriam menores de idade³⁵), agravadas pelo facto de Ibn al-

³⁴ Este último aspecto foi afluído por Manzano Moreno, 2006: 19, mas possivelmente de forma demasiado radical num modelo explicativo que consagra ao Estado islâmico peninsular uma organização centralizada e muito forte desde praticamente a conquista de 711: «los pactos con la aristocracia autóctona (...) aseguraron a las altas jerarquías militares árabes un entendimiento con la clase dominante que controlaba el territorio». Para Manzano Moreno, a natureza centralizadora do regime, e durante os dois primeiros séculos da sua existência, não evidencia «influencia alguna de un supuesto “tribalismo” preponderante entre los conquistadores».

³⁵ Ainda que várias sejam as informações acerca do protagonismo destes três infantes na solicitação de ajuda por parte dos muçulmanos contra a “usurpação” do trono por Rodrigo. Al-Maqqari (já no século XVII) referiu o acordo de entrega das aldeias aos muçulmanos por dois filhos de Witiza (não três) (Segura González, 2010: 112-113).

Qutiya ser descendente de um dos filhos de Witiza (e de, por isso, ter escrito este episódio para glorificação da sua estirpe), mas realçou que, de facto, os filhos de Witiza parecem ter efectivamente celebrado um acordo com os conquistadores, o que lhes terá permitido conservar parte das suas terras³⁶. Nesse acordo, terá também entrado uma dimensão matrimonial, como se supõe em relação ao próprio Teodomiro - uma das filhas deste proprietário casou com Abd al-Yabbar ben Nadir, membro do exército sírio, o qual recebeu, como dote de seu sogro, as alcarias de Tarsa e Tall al-Jabbat³⁷. Daquela enlace nasceu a importante estirpe murciana dos Banu Jattab (Gutiérrez Lloret, 1992: 692).

A celebração de pactos implicou a existência de comunidades cujo poder estivesse estruturado e hierarquizado o suficiente para dialogar com os muçulmanos e obter deles um reconhecimento mínimo da sua autoridade. Ou seja, parte considerável da anterior estrutura do reino visigótico teria ainda força suficiente para demonstrar a sua organização social e política perante um invasor que a suplantava largamente. E se, nas cidades, essa estrutura para intermediar as negociações seria certamente fácil de reconhecer, nas zonas rurais é mais difícil para a investigação histórica desvendar os agentes em posição de assinar duradouramente um pacto. Mas, tanto na cidade como no campo, o episcopado e, de uma forma geral, os agentes religiosos, estavam na primeira linha de organização. É conhecido o caso do bispo Oppas, partidário de Witiza e activo elemento da corrente anti-rodriguista, que à época da invasão islâmica, ocupava a sede episcopal de Sevilha, cidade que representava um bastião de apoio a Rodrigo³⁸ (e a própria conquista da Gália contou com a colaboração efectiva do episcopado da região, ou pelo menos com a sua adesão posterior, devendo valorizar-se as palavras de Manzano Moreno, 2006: 84 a respeito da resistência que, ainda na primeira metade do século VIII, as tropas de Carlos Martel encontraram por parte das autoridades religiosas de Narbona, Avinhão e outras sedes episcopais do Sul de França). Subsistem escassas,

³⁶ Viguera Molins, 1995: 41. Ibn al-Qutiya morreu em Córdoba, em 977. Também Segura González, 2010: 24 realçou o facto de este cronista ser descendente directo de Witiza para explicar o desproporcionado protagonismo que atribuiu aos filhos daquele rei visigodo, «exagerando los servicios que prestaron a los conquistadores». Sobre este autor, veja-se também Fierro, 1989.

³⁷ Este casamento terá sido a forma de apaziguar as tensões entre o *jund* egípcio instalado no Sudeste peninsular e a antiga aristocracia visigótica liderada por Teodomiro, até então encarregue de proceder às cobranças de impostos em nome de Córdoba (Gutiérrez Lloret, 1998: 145-148).

³⁸ Oppas seria irmão do rei Witiza, segundo a *Crónica de 754* (Chalmeta, 2003: 87) e teria facilitado a entrada das tropas muçulmanas em Toledo. Díaz Martínez, 2007: 608 entendeu que Oppas faria parte de uma facção visigótica colaboracionista com os invasores, a mesma que teria facilitado a entrada em cidades como Córdoba, Sevilha ou mesmo Mérida. Ayala Martínez, 2008: 96-97 esclareceu que Oppas era bispo de Sevilha e que terá acompanhado Musà a Toledo, salientando ainda que o bispo teve uma influência decisiva junto dos novos governantes.

porém sugestivas, notícias a respeito da fuga de eclesiásticos aquando da conquista islâmica³⁹, mas nas sedes diocesanas, rompida a organização militar visigótica, o bispo e o cabido seriam os agentes que mais facilmente emergiriam para negociar com as novas autoridades muçulmanas. Finalmente, importa realçar que, se aos muçulmanos interessava pactuar com as comunidades locais, também a estas o acordo se afigurava como uma solução satisfatória, pois, para além de evitarem um confronto militar do qual sairiam certamente a perder, ser-lhes-ia permitido manter parte das suas propriedades e dispor delas no futuro⁴⁰.

O mais conhecido pacto foi celebrado com Teodomiro (nobre que deu nome à cidade de Tudmir). Acordado provavelmente em Abril de 713 (Levi-Provençal, 1982: 21), o documento tem sido apresentado como uma tentativa de estabilização da vida quotidiana, passado o período efectivo de conquista (Chalmeta, 2003: 91⁴¹). O facto de o pacto ter continuado em vigor para cá da data de falecimento de Teodomiro (Hitchcock, 2008: 17 sugeriu que os termos acordados continuariam activos por volta de 754 e Cabrera, 1995: 17 admitiu que Atanagildo, sucessor de Teodomiro, terá governado aquele território até 779 e que a autonomia dos seus sucessores foi até 831) faz pensar numa verdadeira longa duração de linhagens dirigentes autóctones, capazes

³⁹ No Verão de 711, quando as hostes muçulmanas chegaram a Toledo, as informações cronísticas são unânimes quanto ao aspecto deserto da antiga capital visigótica, nela restando apenas um grupo de judeus (Chejne, 1999 (1974): 19) e tendo o bispo Sinderedo fugido (Ayala Martínez, 2008: 97-98; cf. opinião menos radical quanto a um esvaziamento cristão da antiga capital visigótica em Miranda Calvo, 1999: 192-193). É também possível que o titular episcopal de Tarragona, Próspero, tivesse fugido da cidade (Ayala Martínez, 2008: 98; Ación Almansa, 2009: 26). Málaga parece também ter ficado deserta na hora da conquista, tendo os seus habitantes fugido para as montanhas (Manzano Moreno, 2006: 50). E sobre Braga há também quem defenda que o seu bispo fugiu para Lugo (Catarino, 2005: 35). Mais difusas ou mesmo lendárias parecem ser as fugas de agentes eclesiásticos de Córdova (Rincón Álvarez, 2003: 23 admitiu que a estrutura dirigente visigótica da cidade havia fugido, mas não subsistem dados quanto à composição desse contingente) e Lisboa (é conhecida a lenda que alude à fuga de 7 bispos peninsulares, reunidos em Lisboa, para se fazerem ao mar em direcção a uma ilha ocidental, relato que radica num fundo mitológico fenício, de acordo com Matesan Gascon, 2002 e que se deve inserir num vasto movimento de codificação do Mar Tenebroso como lugar de maravilhas que perpassa a Idade Média da Europa ocidental). Também objecto de crítica é a suposta destruição da basílica altimedieval de Viseu, assim como as ideias sistematicamente difundidas, pelo menos a partir do século XVII, a respeito de uma imparável e destruidora passagem dos exércitos muçulmanos em 711 e anos seguintes.

⁴⁰ Manzano Moreno, 2006: 37 referiu-se à teoria de Malik ibn Abbas, fundador de uma escola jurídica na Arábia e falecido por volta de 795, segundo a qual não se deveria permitir que um bispo vendesse os bens da igreja se o território onde tais bens se situassem tivesse sido tomado para o Islão pela força; nesse caso, todos os bens da igreja passariam a fazer parte do Estado islâmico, como botim. Mas a situação mudaria de figura caso tivesse existido um pacto. Nesse outro cenário, o bispo disporia dos seus bens como quisesse.

⁴¹ «en un contexto donde la vida se da ya por supuesta, lo importante es conservar tanto la situación, la familia y las propiedades como la libertad de culto, incluidos los edificios y los objetos litúrgicos». O texto da *Crónica de 754* justifica este pacto pela grande matança e desastres que Teodomiro provocava às tropas de Abd al-Aziz, mas como adverte o editor daquele texto (López Pereira, 1980: 41-42), esta passagem parece corresponder a um acrescento ao texto original.

de manter a sua autonomia perante um Estado que evoluiu, primeiro, no sentido fiscal e só mais tarde (ou com visibilidade histórica mais tardia) para uma verdadeira coesão territorial.

Para além deste, e até ao momento, conhecem-se pactos nas seguintes regiões: vale do rio Jalón; Ribera; domínio do conde Casius no vale do Ebro; territórios não discriminados nos vales do Cinca e do Segre; Huesca⁴²; Sevilha, Ecija, Fuente de Cantos, Mérida, Orihuela e Lisboa (todos apontados por Chalmeta, 1994: 214-218 e 2003: 91; Mateos Cruz e Alba Calzado, 2000: 154 para Mérida); Serra de Ronda⁴³; Elvira, de que se conhece uma referência tardia de Ibn al-Jatib, cronista do século XIV que enalteceu a experiência e o trato dos chefes cristãos que governaram aquele território por pacto⁴⁴; Carmona⁴⁵. Ainda Chalmeta, a partir das observações de Ximenez de Rada, admitiu que na extensa zona «castellano-astur-leonesa» se tivesse celebrado um pacto (também Lavajo, 2000: 94), ficando as populações daquela zona obrigadas a pagar uma percentagem das produções rurais (tanto de pomares como de terras de cultivo). Esta versão a respeito de uma região tão vasta e heterogénea como a que Chalmeta indica – *castellano-astur-leonesa* – merece reservas, pois não é natural que os mesmos termos de um pacto se ajustassem às certamente diversas realidades sociais da região, ou, até, que aquele tributo tenha, alguma vez, sido efectivamente cobrado ao longo do século VIII⁴⁶. Sobre muitas outras regiões e cidades, permanecem dúvidas acerca da forma como se processou a conquista, tendo havido a tentação, ao longo da História, para valorizar os eventuais processos bélicos, glorificadores de conquistadores e resistentes, que os processos mais pacíficos de transmissão negociada do poder. Mérida terá pactuado com os conquistadores em Junho de 713, depois de um duro

⁴² Chalmeta, 2003: 91 estimou que o tratado com Teodomiro tenha estado na base do tratado de capitulação da cidade de Huesca.

⁴³ Cabrera, 1995: 17 salientou o facto de este pacto ter proporcionado um governo autonómico de aproximadamente um século (quatro gerações por linha sucessória directa, até ao bisneto de Adefons, presumível conde visigótico que celebrou o pacto com os invasores).

⁴⁴ Arce Sainz, 2000: 82 realçou o estatuto de “carta de segurança” do acordo estabelecido por Abd al-Rahmann I com os interlocutores de Elvira, um grupo socialmente diferenciado, mencionado pelo emir como «patrícios, monges y príncipes», segundo a tradução de Simonet.

⁴⁵ No *Ajbar Mamûa* refere-se uma “carta de segurança” que Musa terá passado a alguns cristãos de Carmona, a pedido destes, depois de conquistada a cidade, logo em 712. Esta passagem foi valorizada por Nieto Cumplido, 1995: 28 e, a provar-se algum dia, constituirá, certamente, uma das mais precoces menções a pactos entre conquistadores e conquistados.

⁴⁶ Macias, 2005: 811 e 813 admitiu que “uma parte importante do território a Norte do Tejo” tenha sido integrada na esfera administrativa islâmica através de pacto; o mesmo autor, no entanto, adverte para a necessidade de não analisar toda a península Ibérica pela mesma bitola, sendo ainda muitas as dúvidas acerca de uma prática assim tão generalizada.

assédio (Valdés Fernández, 1999: 160)⁴⁷. O célebre *Mouro de Coimbra*, suposto pacto celebrado pelos antigos dirigentes daquela cidade com as tropas invasoras em 716, é considerado um documento falso (Gomes, 2000: 124), embora a probabilidade de Coimbra ter capitulado por pacto ter sido já assumida (Real, 2014: 23). Já em Conimbriga, o pacto de Aidulfo assume-se cada vez mais como uma realidade, como a seguir se abordará. Sobre Tui e outras cidades galegas permanece a dúvida (Recuero Astray e Barreiro Mallón, 2008: 62), assim como sobre Lafões, território sobre o qual se conhece uma referência tardia que Real, 2014: 23 retrogradou ao século VIII.

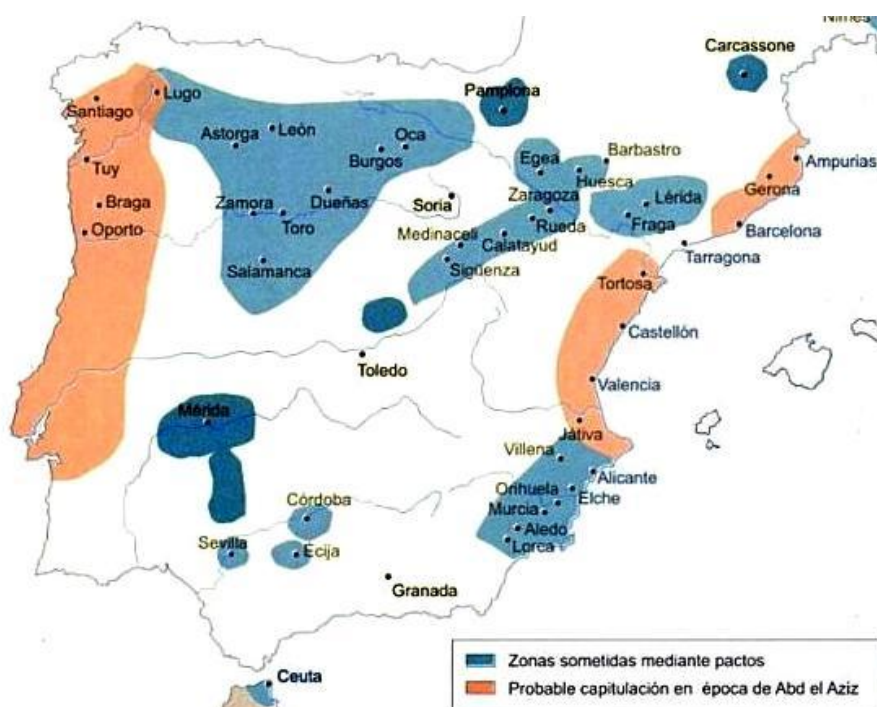


Fig. 9 – Mapa da Península Ibérica com indicação de prováveis zonas que celebraram pactos com os conquistadores muçulmanos. Segundo Martínez Ruiz e Maqueda, 2000: 68

No capítulo da celebração de pactos, necessariamente distintos consoante as partes envolvidas e a natureza do objecto compartilhado (Manzano Moreno, 2006: 52-53), deve ainda incluir-se a extensa política de casamentos mistos, fomentada pelas autoridades islâmicas com o duplo objectivo de alcançar a paz e a convivência entre invasores e autóctones e de legitimar o acesso dos muçulmanos às antigas propriedades detidas pela população hispano-visigótica⁴⁸. Há pouco, referiram-se os dois

⁴⁷ As abordagens historiográficas não são unânimes a este respeito. Chejne, 1999 (1974): 20 entendeu que a cidade foi conquistada com relativa facilidade, enquanto Picard, 2005: 73 ou Zozaya, 2005: 19 valorizaram os indícios de resistência activa da cidade face aos soldados muçulmanos.

⁴⁸ Vallvé Bermejo, 1999: 123-124 salientou a consciente política de aceitação de tradições locais promovida pelos primeiros governantes muçulmanos da Península.

emblemáticos casamentos de uma neta de Witiza, Sara, e de uma filha de Teodomiro. Importa ainda referir o casamento de Abd al-Aziz com a própria viúva de Rodrigo, Egilona, cebrado em Sevilha, reconhecidamente um dos bastiões da facção rodriguista (Manzano Moreno, 2006: 47). Esta política de casamentos mistos, também vista com bons olhos pelos membros da aristocracia visigótica (presumivelmente não eclesiástica), que assim obtinham a paz e a protecção militar, deve ter sido bastante praticada (Gil, 1978-79: 23), pelo menos até à chegada de Abd al-Rahman I e à progressiva centralização estatal que perpassa o Emirato. Assim se explica que, no final do século VIII, o Papa Adriano tivesse referido este fenómeno de alianças em solo peninsular, lamentando-se de que muitos ditos católicos entregavam as suas filhas aos infiéis, em casamento (Manzano Moreno, 2001: 408).

Os pactos, mesmo os celebrados após vitórias militares (Viguera Molins, 1995: 50 salientou o facto de, mesmo vitoriosos, alguns contingentes muçulmanos terem insistido na existência de pactos) foram certamente um entrave à expansão muçulmana e uma fórmula que permitiu a continuidade de estilos de vida sem aparentes rupturas impostas pela conquista e pela chegada de novos povoadores. Macias, 2005: 815 aceita como válida a ideia de Monés, 1957: 97 e 99, segundo a qual os próprios contingentes militares muçulmanos, instalados em áreas urbanas, não terão interferido substancialmente na vida das urbes. É um facto que se fundaram poucas cidades nos primeiros séculos de domínio islâmico e que os novos ocupantes se instalaram preferencialmente em meios urbanos (Catarino, 2005: 34 para o território português; opinião contrária em Picard, 2005: 133, citando estudos de Guichard para o Levante e de Sénac para o vale do Ebro), o que determinou uma convivência entre conquistadores e conquistados, um equilíbrio nem sempre estável. A *Crónica de 754*, como se sabe particularmente agressiva em relação às supostas violências praticadas pelos invasores, refere a acção que um dos primeiros governadores cordoveses empreendeu contra os próprios muçulmanos, por estes terem «usurpado lo anteriormente pagado para obtener la paz y devuelve muchas cosas a los cristianos» (Lopez Pereira, ed. 1980: 91; Macias, 2005: 813). Mas o que as crónicas muçulmanas não referem, nem disso se teria consciência até há algumas décadas, é que a política de celebração de pactos existiu também para dar consistência a um território recentemente conquistado, cujos conquistadores não disporiam de instrumentos e de agentes populacionais suficientes para estabelecer um Estado competente.

A existência de numerosos pactos parece ir em favor da opinião de Manzano Moreno quanto à presença de um estado central islâmico muito forte e centralizador desde a conquista de 711. No entanto, parecem-me mais importantes os vários indícios de um domínio mais restrito do território. Ou melhor: enquanto no Sul da Península, a preocupação tributária terá determinado a existência de um Estado forte o suficiente para arrecadar os impostos necessários à manutenção da estrutura dirigente⁴⁹, nas franjas do território (franjas essas que se detectam ainda antes de ultrapassado o rio Tejo para Norte) o controlo foi deficiente e intermitente.

A tendência para a senhoriação terá alimentado os cofres de Córdoba, mesmo durante a grave crise dos anos 40 e 50 do século VIII – ainda que as contribuições em géneros possam ter sido preponderantes (Manzano Moreno, 2006: 65) -, mas fomentou um abandono da vocação militar e expansionista do Islão peninsular, contribuindo para uma restrita militarização do território e da sociedade, esgotado o dinamismo humano da conquista (para usar as palavras de Guichard, 1976: 243). Já em seu tempo, este autor suspeitava que «el territorio efectivamente ocupado (...) debía comenzar aproximadamente con la línea de las sierras que separan la cuenca del Tajo de la del Duero, pero sin duda apenas se hallaba una población densa y estable antes del mismo valle del Tajo» (Guichard, 1976: 270-271). A investigação mais recente aprofundou as insuficiências do Estado islâmico peninsular ao nível do controlo do território, e os limites apontados por Pierre Guichard parecem ser ainda mais curtos. Disso mesmo parece dar conta o episódio protagonizado por Shaqya (ou Sufyan) ben Abd al-Wahid, ao que tudo indica um berbere mestre de escola que pretendeu iniciar um movimento de reforma espiritual do Islão peninsular no sentido de beneficiar os berberes e não apenas os árabes. Este movimento foi encabeçado por um conjunto alargado de pastores berberes e terá terminado no assassinato do seu líder por dois apoiantes subornados, confrontadas as autoridades de Córdoba com a ineficácia das expedições militares enviadas contra Shaqya (Suarez Fernández, 1975: 159-160 situou a revolta entre 768 e 776; opinião contrária tem Picard, 2005: 73, que a localizou nos anos de 768 e 769). Entre os vários aspectos que importa salientar neste episódio, contam-se os seguintes: os pastores berberes revoltosos, ainda que minimamente organizados,

⁴⁹ A este respeito, parece sintomático a série de censos tributários realizados por governadores muçulmanos, com um ritmo de cerca de 15 anos, entre c. 720 e c. 750. Manzano Moreno, 2006: 73-75 verificou as semelhanças entre este instrumento de controlo fiscal e idênticos recursos administrativos promovidos pelos bizantinos, concluindo que a intenção era a de manter as populações contribuintes no seu lugar de origem, de forma a controlar cada vez mais eficazmente os proventos resultantes da carga fiscal sobre a terra.

seriam certamente uma minoria social no complexo conjunto de agentes de povoamento da região naquela altura; um grupo assim minoritário terá logrado assassinar o governador de Mérida (c. 770?) e aí estabelecer a capital da sua revolta (Rei, s/d.), facto extraordinário caso não tenha tido apoio de parte da população urbana da cidade, hipótese para a qual a investigação histórica ainda não encontrou indícios; finalmente, uma passagem citada por Correia, 2005: 78 refere que o autor anónimo e tardio⁵⁰ de *Akhbar Majmu'a*, ao relatar o caso de Shakya, assegurou que ele havia fugido para o “país agreste”, expressão que revela a existência de um território desconhecido, marginal e longe de integrado pela estrutura emiral sediada em Córdoba. E ainda que esta seja uma referência tardia, o “país agreste” referido no *Akhbar Majmu'a* não se situava nas Astúrias, na Galiza ou em Aragão; pelo contrário, era um território situado a meio da península, entre Mérida, Cória e Medellín, embora se pense também que parte considerável deste episódio tenha ocorrido num vasto território a Nordeste e Este de Guadalajara (Suárez Fernández, 1975: 160; Herreras Casado, 2003: 25).

Este escasso controlo do território não foi apenas característico dos primeiros tempos do Estado islâmico peninsular. Como se verá a respeito do século IX, subsistem muitos indícios de que Córdoba controlaria, de facto, muito pouco do território nominalmente sob o seu poder. Sirva de exemplo o exílio a que foi forçado o sábio Yahya Ibn Yahya, implicado na revolta do arrabalde de Córdoba em 818, e que teve de fugir para Toledo (Guichard, 2001: 63). Ora, Toledo era a capital do antigo reino visigótico e, para todos os efeitos, uma cidade essencial e ainda meridional (a Sul do Tejo). O facto de o exílio ter sido para esta cidade parece ser sintomático, ainda que se possam equacionar outros motivos de ordem étnica para este destino de exílio.

⁵⁰ *Akhbar Majmu'a* é uma obra anónima, cuja cronologia tem sido objecto de polémica e visões desencontradas entre os historiadores. Longamente atribuído ao século XI (apesar de o relato terminar em meados da centúria seguinte), abordagens mais recentes têm avançado a sua cronologia até aos inícios do século XII, não obstante Rei, 2005: 86 situá-lo no século X. Para uma ponderação acerca dos reais méritos das informações nele constantes, veja-se Viguera Molins, 1995: 41-42, autora que, apoiando-se em Manzano Moreno, 1989, reconhece um valor genericamente elevado para as descrições da obra. Para uma perspectiva historiográfica da obra, veja-se o que diz Guichard, 1976: 290-291.

2. O reduto asturiano-cantábrico e os limites do reconhecimento da sua autoridade

Se os muçulmanos não parecem ter ocupado largas faixas a Norte do Tejo, e mesmo a Sul daquele rio algumas bolsas de moçarabismo gozaram de reconhecida autonomia, também o nascente reino asturiano não conseguiu dominar (ou sequer vincular à sua autoridade) muitas zonas deixadas livres pelo Islão. Tradição e historiografia têm repetido teorias concebidas antes de qualquer prova acerca de uma presumida inata resistência asturiana desde a primeira hora. Existe, todavia, um problema não solucionado por essa linha de interpretação – o de que os muçulmanos terão “ocupado” as Astúrias (ou, pelo menos, submetido parte importante do seu território) com aparente facilidade, logo em 713, ano em que se regista a menção a um enigmático governador de Gijón - Munuza⁵¹.

Este facto adverte para que os processos de resistência (primeiro) e de constituição de uma autoridade independente (depois) terão sido mais complexos do que a aparente propensão independentista de um reduto de guerreiros cristãos, porventura mais decididos, corajosos e isolados que outros grupos similares implantados em cidades mais a Sul, estes últimos teoricamente melhor preparados, formados por maior número de homens e portadores de uma cultura urbana. Castillo Álvarez e Montenegro Valentín, 1992: 22-26 colocaram a hipótese de Pelaiu, o primeiro “rei” asturiano, ter estado envolvido num pacto com os muçulmanos, acordo que lhe teria garantido o estatuto de *comes*, distanciando-se depois progressivamente dos seus novos senhores islâmicos até encabeçar a batalha de Covagonda, momento verdadeiramente fundador – simbólico e efectivo – da monarquia asturiana. Outro indicador importante que sugere uma ainda maior complexidade acerca daqueles primeiros tempos da estrutura política asturiana relaciona-se com a própria batalha de Covadonga. A fazer fé nas escassas fontes disponíveis, Munuza, governador de Gijón, não tomou parte no confronto militar,

⁵¹ Diferentes tradições historiográficas resgataram a memória deste berbere, empossado do cargo de governador de Gijón. Na nota 7 relatou-se já a relação de Munuza com Eudes, duque da Aquitânia. A *Crónica de Afonso III* (versão Rotense) cristalizou a tentativa deste berbere em casar com a irmã de Pelaiu, facto que foi assumido por alguns autores como o ponto de discórdia entre os dois magnatas. A maioria dos autores que se debruçaram sobre o tema aceita como válida a versão cronística acerca da realização do casamento, mas este carece de outras fontes de confirmação. Tal como a notícia da sua morte às mãos dos asturianos, recolhida uma vez mais nas crónicas do ciclo de Afonso III (Fernández, Moralejo e Ruiz de la Peña, ed. 1985: 206 (v. Rotense), 207 (v. A. Seb.)), mas que não se encontra também provada, especialmente porque este personagem parece ter aparecido mais tarde em terras francesas.

escusando-se, assim, a auxiliar o exército enviado de Córdova⁵². É de supor que o pacto estabelecido por Pelaio tenha tido como interlocutor pessoal o próprio Munuza, que assim teria garantido o seu conde cristão responsável pela recolha de impostos entre a população autóctone. Só depois de consumada a desistência dos muçulmanos em Covadonga, é que Munuza, ao saber do seu desfecho (*Crónica de Afonso III*, v. Rot., ed. 1985: 206), se colocou em fuga e, perseguido pelos guerreiros asturiano-cantábricos, terá sido assassinado, versão que, como se viu pela nota 51, pode não corresponder inteiramente à realidade.

Se as origens do reino de Oviedo são mais complexas do que aquele “natural” antagonismo contra o Islão que durante tanto tempo se supôs - assim como complexa foi a sociedade gerada entre galegos, asturianos, cantábricos, bascos e navarros -, a marcha e os meios pelos quais esta nova formação política se afirmou não são menos claros. Para o século VIII, registaram-se mudanças bruscas nas linhagens dominantes, curiosas deslocações de eixos estratégicos do reino e, sobretudo, difíceis e emaranhadas tentativas de agregação de unidades regionais vizinhas sob uma mesma autoridade asturiana. Vários factores, internos e externos, explicam a dificuldade sentida pelos primeiros monarcas asturianos em submeter ao seu poder os inquietos vizinhos a Este e a Oeste da cordilheira cantábrica, mas não parece ser objecto de discussão o facto de, antes de o reino se tentar expandir para Sul (à custa de terras que viviam aparentemente em autarcia), a estratégia passou pela consolidação dos grupos galegos e bascos sob a mesma bandeira. Só depois, à medida que a nobreza se foi configurando no seio de uma sociedade deficitária em nobres no seu início, parece ter sido possível iniciar a expansão para Sul, não ainda a (re)conquista, mas a progressiva integração de comunidades autónomas no reino de Oviedo.

2.1. A estrutura dirigente e o suposto “visigotismo” da primeira etapa asturiana

*Pelayo no fue un rey de corona, trono, cetro y manto,
ni Cangas de Onís una población con los edificios
definitorios de una cabeza de Estado*
(Cid Priego, 1995: 33)

⁵² A versão Rotense da *Crónica de Afonso III* (ed. 1985: 202) evidencia ainda um outro facto importante: o de que Pelaio era já considerado um «rebelde manifesto» e que Munuza nada terá feito para o deter, estando aquele refugiado numa gruta.

Até há escassos anos, era comum encontrar-se nos esforços historiográficos sobre os inícios da (re)conquista uma sistemática caracterização das zonas montanhosas das Astúrias e Cantábria como um território longamente isolado (desde, pelo menos, a época romana), onde antigas tradições clânicas e matriarcais de organização dos homens haviam sido sempre mais poderosas que qualquer tentativa de instituição de poderes regionais vinculados aos Estados romano, visigótico ou islâmico (Mínguez, 1991: 76-78; Gerbet, 2001: 190, entre muitos outros). Sabe-se, hoje, que esta caracterização não é inteiramente verdadeira. A região foi objecto de uma romanização não negligenciável⁵³, não são decisivos os argumentos acerca do seu isolamento em época visigótica⁵⁴ e, por outro lado, são sintomáticos os indicadores que relacionam os primeiros dirigentes do reino das Astúrias com uma estrutura visigótica activa na região aquando da invasão islâmica.

O suposto *limes* regional, que teria separado sucessivamente romanos, suevos e visigodos dos povos das montanhas no Norte peninsular (defendido em seu tempo e

⁵³ Desde, pelo menos, a década de 80 do século XX que o panorama sobre a ocupação romana das Astúrias tem vindo a mudar radicalmente. A *uilla* romana de Veranes (Gijón), essencial para demonstrar a penetração romana no território asturiano, foi estudada por Carmen Fernández Ochoa, que detectou um período de abandono a rondar os finais do século IV ou já inícios do seguinte, tendo depois passado por duas fases de reaproveitamento (Fernández Ochoa, Gil Sendino, Villar Calvo, Fernández Rodríguez, Álvarez Toledo e Morán Fernández, 2005-2006: 139-140 e 148). Gijón foi um importante centro regional em época romana, de que ainda se conserva parte da muralha tardo-romana e outros testemunhos relevantes, incluindo uma produção industrial de salga (Fernández Ochoa, 1994, 1996, 1999, 2000, entre outros títulos; não se está, todavia, em condições de provar a sugestão de Bango Torviso, 1995: 171-175 a respeito da preponderância da cidade romana de Gijón para a dimensão classicizante da arte asturiana). Em Santianes de Pravia existiu uma *uilla* romana (Cid Priego, 1995: 48), mas é mais provável que ali se tenha instalado a cidade de Flavionavia (Fernández Ochoa, 1983-84: 232; Arias Páramo, 2006: 208). E em Lugo de Llanera ter-se-á também fixado uma *civitas* (Cid López, Fernández Ochoa, García Díaz, Pedregal Rodríguez, 1992; Fernández Conde, 2000: 143). A romanização da região conta ainda com outros pontos estratégicos do território (como as termas romanas em Campo Valdés e importantes empreendimentos na área urbana de Gijón), destacando-se ainda a vocação mineira da região naquela época, testemunhada pela romanização de diversos castros e respectivas vias destinadas ao escoamento da matéria-prima. O Museu Arqueológico de Astúrias contém uma área dedicada a achados isolados romanos no perímetro urbano de Oviedo e um pouco por toda a província. Ainda dentro do marco tardo-romano deve situar-se o culto mitraico de San Juan de la Isla (Adan Álvarez e Cid, 1997). Ao mesmo tempo que se foram valorizando os vestígios arqueológicos, uma tendência historiográfica pretendeu relacionar os primeiros nobres da monarquia asturiana com antigos proprietários rurais de época tardo-romana, documentando-se assim uma ininterrupta transmissão de propriedade pelos membros de uma mesma família (Quintana Fernández, Pujol i Sabaté, Menéndez Bueyes, Capdevila Rovira, Caldentey Rodríguez e López Cachero, 1997). De acordo com as conclusões de Menéndez Bueyes, 1995-96, são ainda de valorizar os numerosos indícios de existência de propriedades de média e grande dimensão, geradas a partir de antigas *uillas* romanas, embora se suponha que, mesmo em época romana, estas nunca tenham tido a extensão de outras regiões próximas (Santos Yanguas, 1984: 166).

⁵⁴ Castillo Álvarez y Montenegro Valentín, 1995: 514 salientaram que está documentada apenas uma campanha militar visigótica contra as Astúrias, ocorrida no reinado de Sisebuto. Orlandis, 1977: 216 referiu-se expressamente à existência de ducados visigóticos nas Astúrias e na Cantábria, criados possivelmente já em época avançada do reino de Toledo (segunda metade do século VII). Uma visão tradicional acerca da invisibilidade visigótica nas Astúrias e na Cantábria pode encontrar-se em Gómez-Tabanera, 1998.

com os dados então disponíveis por Barbero e Vigil, 1978: 16 e ss. para o final da presença romana na Península), parece hoje uma barreira mais psicológica e historiográfica que propriamente real. A teoria foi discutida sobretudo por Arce, 1982 e os numerosos achados romanos nas Astúrias acabaram por desmontar os últimos pilares de uma tradição longamente seguida por historiadores e historiadores da arte, que todavia ainda não terminou, pois são vários os autores que insistem numa natural e sistemática luta dos povos da montanha contra a submissão tentada por romanos e visigodos.

Mas se é certo não ser possível continuar a ver no reduto montanhoso asturiano-cantábrico uma bolsa de povoamento longamente isolada das mais importantes vagas civilizacionais que assolaram a Península Ibérica nos séculos anteriores, é um facto que os vestígios até agora encontrados resumem-se a *uillae* de pequena e média dimensão (Bueyes, 1995-96: 453-454 refere-se à possibilidade de, ainda no século VIII, estas antigas unidades agrícolas romanas terem alguma integridade territorial) e a empreendimentos que visavam aproveitar o privilegiado potencial mineiro e piscícola da região. Azcárate, 1995: 9 salientou o carácter secundário das Astúrias na geografia peninsular romana e visigótica e alguns investigadores, ao referirem-se à criação do reino asturiano, admitem tratar-se de uma entidade política inteiramente nova (Moreta, 2009: 30, entre outros).

Concordando genericamente com esta proposta (e provisoriamente, até que se perceba qual a dimensão da cidade de Flavionavia), deve realçar-se que, nas origens do reino asturiano, subsistem múltiplos indícios de uma continuidade em relação à civilização visigótica. Este é um tema polémico e longamente debatido, pelas numerosas implicações que acarreta acerca do conceito de (re)conquista, da legitimidade do bloco cristão em pretender ocupar toda a Península Ibérica expulsando os muçulmanos e, para o caso que mais interessa nesta dissertação, da pretensa continuidade da arte asturiana em relação à de época visigótica. Existem diferentes aproximações a este problema que ultrapassa, em muito, a questão ideológica e mitológica de uma monarquia que pretendia afirmar a sua supremacia simbólica sobre o território peninsular, não necessariamente apenas sobre o seu imediato antagonista islâmico. As principais fontes escritas relacionadas com esta questão - as crónicas do reinado de Afonso III - estão impregnadas de neovisigotismo. No entanto, aqueles textos não foram os primeiros momentos de construção de uma ideologia que pretendia vincular a monarquia asturiana a um papel continuador da visigótica. Já no tempo de

| |
|--|
| <p>Visigotismo da monarquia asturiana</p> |
|--|

Afonso II, numa doação à igreja de S. Salvador de Oviedo (812), o monarca expressou que Cristo elegera a Pelaio como príncipe e que este, lutando vitoriosamente contra o inimigo, evitou o colapso total⁵⁵. Claro que este documento presta-se a diferentes leituras: apesar de o texto revelar o rei na primeira pessoa, é óbvio o conteúdo religioso e a sua feitura por clérigos ou homens próximos da esfera religiosa, tal como as crónicas de Afonso III são o produto de homens da Igreja; por outro lado, o diploma inscreve-se no carácter comemorativo que a monarquia asturiana fez dos seus momentos fundadores e áureos – Afonso II comemorou Afonso I; Afonso III comemorou Afonso II, etc. Mas o que mais importa neste documento é a consciência, já expressa em tempo de Afonso II, de que as Astúrias representavam uma continuidade em relação a Toledo – provavelmente a um nível primeiramente religioso (o que vai de encontro à natureza religiosa dos primeiros tempos da monarquia, em que a dimensão monacal foi preponderante).

Fora do âmbito cronístico e ideológico que os sucessores de Pelaio promoveram, subsistem indicadores que advertem para uma maior proximidade dos primeiros protagonistas asturianos em relação à civilização visigótica. No entanto, como se verá, trata-se de um fundo cultural e civilizacional, um substrato sobre o qual se ergueram concepções inteiramente novas, cujas origens apenas remotamente podem ser consideradas visigóticas. Nesse sentido, não será lícito falar numa deliberada continuidade das Astúrias em relação ao reino de Toledo, mas antes de uma construção que, a partir de final do século VIII, parece ter sido dirigida para reclamar bases herdadas da época visigótica.

Os primórdios do reino asturiano giram em torno da aliança entre dois personagens, elementos diferenciados de um substrato populacional anónimo e difícil de caracterizar: Pedro, duque da Cantábria (presume-se que um nobre de origem visigótica⁵⁶), e Pelaio, ao que tudo indica um aristocrata visigótico⁵⁷, territorialmente

**Pedro e
Pelaio.
Relações
familiares
com os
visigodos**

⁵⁵ O texto latino é o seguinte: «*Christe famulum tuum eruisti Pelagium qui in principis sublimatus potentia, uictorialiter dimicans iustos perculit et christianorum asturumque gentem uictor sublimando defendit*» (Castillo Álvarez y Montenegro Valentín, 1995: 518).

⁵⁶ Iglesias Gil e García de Cortázar, 2002: 55 deram voz a uma longa tradição historiográfica que reconhece Pedro como último governador visigótico da província da Cantábria, o qual teria mesmo promovido uma reacção defensiva contra os invasores, fortificando-se em Amaia e aí resistindo até 714. *A História Silense* refere que Pedro era «del linaje de Recaredo» (ed. Casariego, 1985: 126). No âmbito da divulgação histórica, veja-se também Esparza, 2010: 55 acerca da origem visigótica deste personagem.

⁵⁷ É lendária e ideologicamente dirigida a versão cronística forjada para as crónicas do tempo de Afonso III, segundo a qual Pelaio teria sido um nobre godo incluído nas guardas reais de Vitiza e de Rodrigo (cf. Moreta, 2009: 30). Isla Frez (1995) e Castillo Álvarez e Montenegro Valentín (1995) envolveram-se em polémica acerca da suposta ascendência do primeiro “rei” asturiano e seu presumível estatuto condal

estabelecido na zona oriental das Astúrias, entre os rios Piloña e Sella (Menéndez Buyes, 1995-96: 443). A união entre ambos fez-se através do casamento de Pelaio com Ermesinda, filha de Pedro, matrimónio que, segundo Torrente Fernández, 1993: 105 terá favorecido a unidade de dois territórios até então independentes, formando-se assim um único bloco territorial e, a seu tempo, social. Tratou-se, pois, da união entre dois grandes proprietários, cujas origens linhagísticas Menéndez Bueyes admite que possam recuar aos grandes proprietários rurais da Antiguidade Tardia. A confirmar-se esta hipótese, estar-se-á perante uma ininterrupta transmissão da grande propriedade regional por um conjunto restrito de famílias, o que tornaria assim os primeiros protagonistas asturianos nos legítimos continuadores dos anteriores senhores da região em época visigótica. Por esta via, confirmar-se-ia o carácter neovisigótico da estrutura fundacional asturiana, «aunque no en el terreno de lo ideológico (neogoticismo) sino en el real de las estructuras socioeconómicas del territorio» (Menéndez Bueyes, 1995-96: 439)⁵⁸.

É óbvia a relevância social e política de Pedro e de Pelaio, mas pouco ou nada se conhece da sociedade que ambos representaram. Ela parece ter sido constituída por homens livres, como se verá adiante a respeito da eleição de Pelaio como *princeps*, mas seria essa massa social dominante de origem visigótica? Será lícito assumir, por outro lado, que a revolta do primeiro rei asturiano contra os muçulmanos terá arrastado consigo a sublevação da antiga província tardo-romana asturicense (cuja capital era Astorga), como admitem Castillo Álvarez e Montenegro Valentín, 1990-91: 12-13? A resposta a estas perguntas não é fácil e ela está directamente relacionada com o grau de desmantelamento da estrutura visigótica imposto pela tão rápida quando efémera ocupação islâmica do território setentrional, e qual a sua implantação prévia à entrada

anterior a 718. Os dois últimos autores concluíram que algumas crónicas, tanto asturianas como muçulmanas, se referiram a Pelaio como filho do conde Fávila e colocaram a hipótese de que tivesse sido «el *comes* encargado de cobrar los tributos tras el pacto de capitulación con los musulmanes» (1995: 508). Redondo Jarillo, 2008: 134, sem entrar nesta polémica, realçou o estatuto ducal de Pelaio (por oposição ao condal), posição que, segundo a autora, lhe asseguraria uma liderança militar mais vincada que a decorrente de um presumível estatuto condal. Gerbet, 2001: 191 alertou também para o facto de o suposto parentesco de Pelaio com um duque visigótico ter sido codificado apenas no início do século X e de não poder, por isso, ser tomado como inteiramente fidedigno. Ainda que a escassez de fontes não permita muitas mais leituras, é de supor que Pelaio tivesse feito parte da comunidade que pactuara com o poder islâmico, por volta de 714. A versão Rotense da *Crónica de Afonso III* indica que ele ter-se-ia deslocado a Córdova (ed. 1985: 202), onde possivelmente se havia desentendido com os novos senhores da Península (a crónica menciona como ponto de discórdia o casamento de Munuza com Ermesinda). Segundo Sánchez Albornoz, 1944: 100, Pelaio teria saído de Córdova em Agosto de 717 e ter-se-ia revoltado no ano seguinte, sendo então eleito *princeps*. A seguir deu-se a batalha de Covadonga, que o autor colocou em 722, mas que pode também ter ocorrido em 718, segundo opinião de Castillo Álvarez e Montenegro Valentín, 1990-91.

⁵⁸ Alguma cronística de época moderna produzida na Cantábria reclamou uma mesma origem cantábrica para Pedro e para Pelaio (cf. Maiso González, 1999: 686).

em cena daqueles invasores. Tendo em conta que é cada vez mais consensual a celebração de um pacto entre o governo condal asturicense e o contingente islâmico que primeiro ali chegou, é natural que parte considerável dos antigos proprietários tenha mantido o seu anterior estatuto. Ora, esses proprietários seriam membros de pleno direito da nobreza visigótica? Mais uma vez, os dados não são elucidativos e existem demasiadas variáveis para que se alcance uma conclusão segura. Se é certo que não se pode continuar a ver o antigo ducado asturicense como uma região praticamente independente do reino de Toledo, também é lícito pensar que os elementos indígenas e tribais eram ainda fortes o suficiente para promover a existência de uma sociedade na prática clânica, em que famílias preponderantes dominavam os territórios mais férteis.

Neste ponto, entronca um problema de idêntica dificuldade de resolução: a “invisibilidade” da nobreza do reino asturiano até muito avançado o século VIII, ao contrário da evidência e conseqüente importância do monacato ali estabelecido. Moreta, 2009: 73, admitindo um grau de desmantelamento da organização visigótica nas Astúrias superior ao que penso que possa ter sucedido, refere-se à constituição de uma nova nobreza, um processo moroso realizado ao longo de várias gerações e que alcançou visibilidade histórica apenas a partir do século IX. Segundo a interpretação de Moreta, a nobreza de época visigótica do ducado asturicense e da região de Amaia (unidades territoriais que estão na origem do reino asturiano do século VIII), a ter efectivamente existido, desapareceu praticamente após a invasão islâmica e só reapareceu quase um século depois, por altura do reinado de Afonso II. Existem, no entanto, outros indicadores que devem ser salientados para uma mais concreta aproximação ao problema, para já irresoluto, da constituição da nobreza asturiana. Pelaió foi eleito em *concilium*, pelos seus *sociis*, ao que a crónica indica «todos quantos quiseram juntar-se a ele» – *quantoscumque ad concilium properantes inuenit* (*Crónica de Afonso III*, versão Rot., ed. 1985: 124). Esta passagem sugere a existência de uma comunidade de homens livres, iguais entre si em estatuto, que parece ter evoluído paulatinamente para uma verdadeira nobreza, ainda que os seus contornos sejam pouco conhecidos. Pelaió aliou-se a Pedro da Cantábria e é de supor que os seus dependentes tenham feito parte das hostes de Afonso I que percorreram grande parte dos territórios entre a cordilheira cantábrica e o vale do Douro. Precisamente no reinado de Afonso I, começou a avultar a importância do tronco linhagístico de Fruela, seu irmão.

Uma outra informação, que tem passado algo despercebida, mas que admito que possa estar relacionada com este germen de nova nobreza, diz respeito à revolta de

escravos / dependentes ocorrida no reinado de Aurélio (768-774). A *Crónica de Afonso III* refere-se a *libertini* sublevados contra os seus senhores que, por acção do rei, foram sujeitos a um estado de *seruitute*⁵⁹. A ascensão de Aurélio ao trono configurou a segunda viragem linhagística da coroa (depois de ter sido ocupada por Pelaió e Afonso I e respectivos descendentes), impondo de forma quase decisiva o tronco de Fruela, irmão de Afonso I (**Fig. 7**). Como adiante se mencionará, sabe-se que as muitas mudanças dinásticas ocorridas nas Astúrias tiveram repercussões ao nível dos apoios locais, aceitando algumas regiões mais facilmente os monarcas de uma ou outra estirpe. Seria tentador ver na revolta ocorrida no tempo de Aurélio a sublevação de uma camada social situada imediatamente abaixo da grande nobreza (a de laços de sangue com a família reinante), que detinha um estatuto semi-autónomo, mas que foi depois submetida a procedimentos mais apertados de acção? Seria ainda possível que estes *libertini* ou *seruilis* fossem o resultado de alguma imigração ocorrida nos reinados de Pelaió e, sobretudo, no de Afonso I, a admitir como válidas as informações cronísticas (ainda que não com o carácter definitivo ali expressas) acerca da instalação nas Astúrias de agentes cristãos antes dispersos pela vasta região entre a cordilheira cantábrica e o vale do Douro? O assunto foi estudado por Barbero e Vigil, 1978: 261, que concluíram ter-se tratado de uma revolta protagonizada por «dependientes hereditarios que debían ser población campesina (...) local que iba entrando en dependencia en los dominios agrários de la nobleza y de la Iglesia». A comprovar-se, algum dia, esta interpretação (que tem a sua datação historiográfica...), estar-se-á perante um episódio de feudalização da sociedade, para o qual se supõe que tenha existido alguma pressão da nobreza e do clero, mas acerca do qual nada mais se sabe. Uma teoria diferente foi defendida por Mínguez Fernández. O autor criticou o posicionamento de Pierre Bonnassie a respeito da suposta “antiga escravidão” nas Astúrias, assumindo, pelo contrário, uma substancial redução de escravos como força produtiva, ainda que tenha admitido que se teria gerado uma espécie de dependência forçada de alguns homens livres, engajados nas empresas das principais figuras do Estado, facto que poderia ter estado na origem das revoltas ao tempo de Aurélio (Mínguez Fernández, 1985: 17). Ora, esta proposta não pode deixar de ter repercussões ao nível da evolução da nobreza, concretamente na redução das explorações latifundiárias (destituídas de trabalhadores

⁵⁹ As versões Rotense e A. Seb. não são totalmente coincidentes. Enquanto a primeira menciona a acção de «*seruilis orico contra proprios dominos*» (ed. 1985: 136), a segunda refere-se a «*libertini contra proprios dominos*» (ed. 1985: 137). Rios Camacho, 2009: 267 admite que a revolta tenha ocorrido no ano 770.

que as justificassem) e, por conseguinte, na diminuição de importância da aristocracia fundiária, o que se contextualiza com a natural ascensão do pequeno e médio campesinato que irá povoar as comunidades de aldeia que Fernández Mier encontrou já bem estabelecidas no século IX. Por isso, e ainda que provisoriamente, concorda-se neste ponto com Mínguez Fernández, 1985: 12, quando este concluiu que, nos séculos VIII e IX deu-se a «lenta constitución de una aristocracia cualitativamente diferenciada de la vieja aristocracia hispanorromana»⁶⁰.

Outro aspecto que revela um elevado grau de neovisigotismo na fundacional etapa asturiana é o carácter electivo da sua monarquia. Também aqui, todavia, não se pode falar de uma linear transposição de modelos visigóticos, mas antes de uma reelaboração de antigas tradições. Sánchez Albornoz, 1976 propôs que o método de sucessão ao trono asturiano tivesse sido a eleição, pelo menos durante a primeira fase do reino. Confrontado com a inexistência de uma hereditariedade por via patrilinear, bem como com algumas referências nas *Crónicas Asturianas* a respeito da “eleição” de Pelaio, de Vermudo e de Ramiro (dados igualmente valorizados por Mínguez Fernández, 1992: 75), Sánchez Albornoz entendeu que aquela monarquia continuava o modelo electivo abraçado pelos Visigodos. Sabe-se, hoje, que as Astúrias não adoptaram inteiramente o modelo consagrado em Toledo (cf. Barbero e Vigil, 1978: 286 e ss.) e que o trono de Cangas/Pravia/Oviedo sofreu curiosas viragens dinásticas, nem sempre fáceis de explicar, mas invariavelmente na descendência de Pedro da Cantábria (e sintomaticamente não na de Pelaio). Para além disso, como se mencionará adiante a propósito da também não fácil integração da Galiza na autoridade real asturiana, parece que existiu uma espécie de «guerra dinástica» (expressão de Gil Fernández, 1985: 99) entre os descendentes de Afonso I e os de seu irmão Fruela, disputa que terá tido mesmo expressão territorial (Isla Frez, 1993: 12).

Mas a mais interessante característica do modelo de sucessão no trono asturiano parece ter sido o papel reservado a um conjunto de mulheres da alta nobreza para a imposição de direitos ao trono de homens consigo relacionados, maridos, filhos ou sobrinhos (Barbero e Vigil, 1978: 259). Tendo em conta que a disputa dinástica se prolongou até Ramiro I, momento em que se estabilizou a linha sucessória patrilinear,

Sucessão ao trono: eleição como forma dominante

⁶⁰ O reconhecimento dos vínculos de Pedro e de Pelaio a uma aristocracia de época visigótica vai de encontro a uma tendência crescente na moderna historiografia sobre este período, a qual valoriza os indícios de existência de uma cada vez mais sólida aristocracia no Norte peninsular, por oposição à mais linear caracterização de manutenção de estruturas indígenas (Martín Viso e Bárrrios García, 2000-2001: 56, na linha dos trabalhos de Menéndez Bueyes).

há notícia de três importantes mulheres, que terão sido verdadeiras protagonistas na hora de impor um ou outro pretendente. Ainda que com as devidas cautelas e o facto de não estar completamente esclarecida a complexa árvore genealógica dos primeiros reis asturianos⁶¹, é possível adiantar algo sobre esta dimensão matriarcal. Ermesinda, filha de Pedro da Cantábria, parece ter tido assinalável importância na chegada ao trono de seu marido, Afonso I (739-757), mas também do filho de ambos, Fruela (757-768). Após o falecimento deste, o trono passou para os descendentes de Fruela Pérez, irmão de Afonso I, que a *História Silense* diz ter sido associado ao trono por seu irmão (ed. Casariego, 1985: 130), facto que, a provar-se algum dia, permitirá explicar melhor a preponderância da sua descendência no acesso ao trono nas décadas seguintes. Mas quando Silo (774-783) ascendeu ao poder, a sua mulher era Adosinda, filha de Afonso I e de Ermesinda e, por isso, irmã do primeiro Fruela. Na linhagem de Pelaió e de Afonso I, existiram, assim, duas mulheres que parecem ter sido decisivas para impor a sua linha sucessória⁶². O mesmo não parece ter sucedido na linhagem de Fruela Pérez. Aqui, a transmissão do trono parece ter sido mais pacificamente aceite por via masculina, à excepção de Munia, que havia casado com o rei Fruela I (era sua sobrinha) e cuja acção terá também sido importante para a ascensão ao trono do filho de ambos, Afonso II (792-842), cujo reinado interrompeu uma linear sucessão na descendência do infante Fruela, entre Vermudo I (789-792), seu filho, e Ramiro I (843-850), seu neto. (**fig. 10**)

Insiste-se, todavia, que as dúvidas são demasiadas e não há certezas quanto a um posicionamento afirmativo por parte de Ermesinda, Adosinda ou Munia em relação à imposição no trono de seus maridos ou filhos. No entanto, tal acção pode presumir-se numa monarquia onde a sucessão linhagística directa por via patrilinear não estava assumida, onde existiu uma «guerra dinástica» entre duas famílias poderosas, onde alguns monarcas se viram forçados a retirar para mosteiros, associaram outros personagens ao trono ou pura e simplesmente se afastaram, e onde (tão ou mais importante para uma monarquia celebrativa de si própria), os nomes dos reis não estão directamente relacionados com os seus pais ou avós. Para complicar ainda mais o que já

⁶¹ Isla Frez, 1993: 14-15 e 23 advertiu já para a possibilidade de a *Crónica de Afonso III* ter deliberadamente alterado alguns vínculos de parentesco, «con su notable interés en presentar una monarquía vinculada a una familia». Também Rubio Hernansaez, 1997: 313.

⁶² A ascensão ao poder de Silo pode ter tido outros contornos étnicos que fazem supor que a aliança entre cantábricos e asturianos terá incorporado outros sectores da sociedade da região. A fazer fé na proposta de Fernández Conde, 2000: 145, Silo poderia ser um representante do que, no século VIII, restaria dos Pésicos, importante povo pré-romano das Astúrias. O seu casamento com Adosinda, filha de Afonso I, teria assim o estatuto de uma aliança por matrimónio, que levaria à definitiva incorporação daquela facção étnica na estrutura de poder asturiana.

não se apresenta de fácil leitura, é de realçar que a versão Rotense da *Crónica de Afonso III* nomeia três tipos de monarca: *succesit*; *eligitur* e *adoptus*, que Rubio Hernansaez, 1997: 311 separou entre os reis que ascenderam ao trono por via sucessória linhagística matriarcal nos descendentes de Pelayo, os que ali chegaram por via electiva (os descendentes de Pedro) e os que, sendo “indígenas”, assumiram o reino pelo casamento com uma mulher das duas famílias dominantes. A complexidade de que se revestiu a sucessão no nascente reino das Astúrias não tem comparação com a monarquia electiva do reino de Toledo, embora se possa afirmar que ambas as formas rompem com a sucessão linear da generalidade das monarquias medievais.

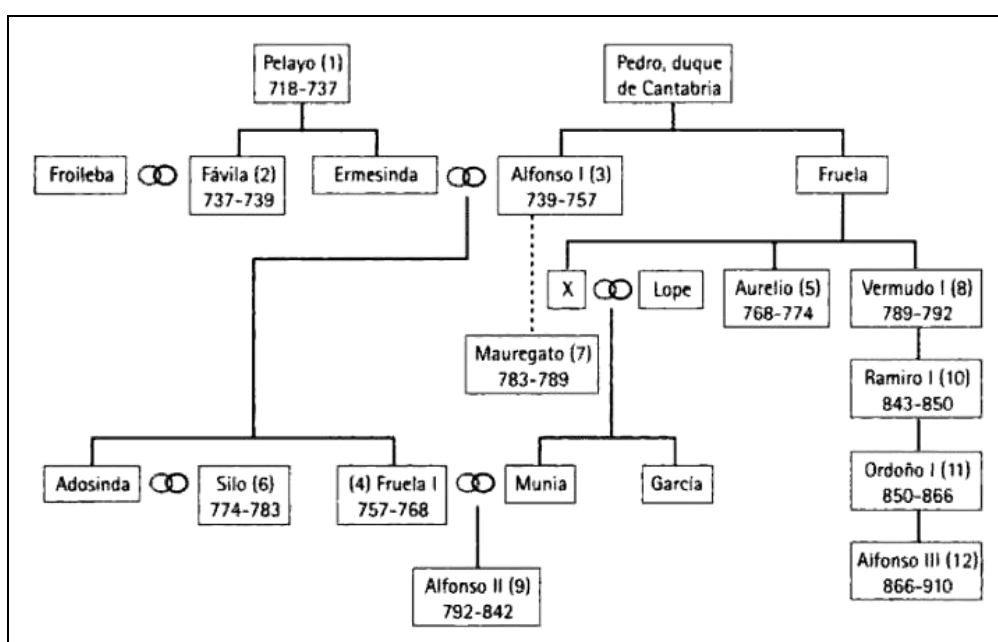


Fig. 10 – quadro genealógico da monarquia asturiana, segundo Menéndez Díez, 2005: 104

Um terceiro aspecto a focar prende-se com a suposta imigração em massa para as Astúrias de população hispanogoda fugida ao Islão. Esta é uma suposição que merece ser questionada, não obstante ter encontrado (e continuado a encontrar) numerosos adeptos na historiografia recente (para não multiplicar os exemplos, veja-se Mattoso, 1985: 23-24; Barrios García, 1985: 58; García de Cortázar, 1988: 17; Mínguez Fernández, 1989; Lavajo, 2000: 93 e 95, sobrevalorizando os dados da *Crónica de 754*; Gerbet, 2001: 191; Ayala Martínez, 2008: 105-106; Azcárate, 1995: 10, com pendor essencialmente religioso). Teria o reduzido e economicamente limitado território montanhoso asturiano e cantábrico condições para albergar uma população eminentemente urbana e culturalmente diferenciada? Partindo ainda do princípio que

**Emigração
maciça de
hispanogodos
para as
Astúrias?**

um significativo conjunto de senhores de época visigótica terá pactuado com os invasores e que estes não terão ocupado largas faixas a Norte do Tejo, como entender os motivos dessa suposta emigração para o sector mais setentrional da Península? Sánchez Albornoz, 1974, vol. 2: 77-95 admitiu que a nobreza visigótica imigrada para as Astúrias não teria desempenhado papel preponderante na escolha de Peláio como primeiro rei / chefe asturiano. Moreta, 2009: 22-23 e 72 refere que o caldo de cultura gerado nas Astúrias terá contado com apenas «algunos hispanogodos huidos del sur»⁶³, ainda que este autor os tenha considerado essenciais para a formação do reino e tenha visto neles os emergentes dirigentes asturianos após a vitória de Covadonga. Saul Gomes, 1996: 341 salientou que os principais movimentos migratórios para Norte parecem ter ocorrido apenas nos séculos XI e XII, fomentados pela efectiva intolerância de almorávidas e almóadas. E Manuel Luís Real, 2000: 42 referiu-se a um fenómeno migratório de cristãos «que esteve longe de mobilizar grandes massas da população», tendo sido certamente muito superior a percentagem de população que se manteve nos seus anteriores *habitats*. García de Cortázar, aceitando ainda genericamente aquela tradicional leitura, foi mais longe e questionou abertamente por que razão asturianos e cantábricos, na sua óptica inimigos de visigodos, poderiam, com aparente facilidade, tê-los acolhido no seu núcleo de resistência e avançado rapidamente para uma aliança. Esta pergunta encerra outras, igualmente difíceis de responder: por que razão teriam aqueles senhores asturianos e cantábricos acolhido nas suas terras nobres visigodos fugidos dos seus territórios? Qual o regime de partição de terras e de sustentabilidade desta nova população?

As respostas para este problema não são esclarecedoras, havendo ainda que juntar a eventual chegada ao reino asturiano de novos habitantes trazidos por Afonso I nas suas razias sobre a vasta área entre a cordilheira cantábrica e o vale do Douro. Sabendo-se que o povoamento na zona asturiana se repartiu por aldeias que, paulatinamente, alargaram o seu território, procedendo-se a uma territorialização da paisagem por via dos mecanismos de produção agrícola e pastoril (Fernández Mier, 2010: 47-48, com conclusões a partir do século IX⁶⁴), não é, para já, crível que as Astúrias tenham representado um ponto de acolhimento de uma nobreza visigótica em fuga, tanto mais que o carácter neovisigótico da sua monarquia só mais tarde se

⁶³ O mesmo autor (2009: 72): «fueron minoría, de acuerdo con los indicios más dignos de crédito, los nobles hispanovisigodos que huyeron de sus dominios y buscaron refugio entre los cantabroastures».

⁶⁴ De um modo geral, para o restante ocidente europeu transpirenaico, o processo de multiplicação das aldeias foi situado a partir de meados do século VIII (síntese em Toubert, 1998: 14).

fomentou. As crónicas, por outro lado, não mencionam essa chegada de senhores meridionais a uma geografia e uma unidade política que, dificilmente, entenderiam como «visigótica» ou sua continuadora. E sobre a pretensa chegada de cristãos residuais “recolhidos” por Afonso I nas suas razias até à linha do Douro, não se detecta, para já, qualquer rasto do impacto social que necessariamente a sua entrada teria motivado nas Astúrias do século VIII, como acima se mencionou a respeito das revoltas ocorridas no reinado de Aurélio.

O que as fontes escritas deixam transparecer é a chegada de alguns religiosos (Real, 2000: 41), não exactamente na primeira fase de constituição do reino asturiano, mas sim a partir de meados do século. As fundações de Oviedo (761) e do mosteiro de San Miguel de Pedroso (Burgos, 759), a chegada de Argericus e Sarra para instituir o mosteiro de Samos, na Galiza (entre 757 e 768), a construção da igreja de S. Salvador de Oviedo (761-768), a doação de Silo de uma propriedade sua na Galiza para aí fundar um mosteiro (775) a instituição do mosteiro de S. Vicente da futura capital das Astúrias (781)⁶⁵, ou o recolhimento da rainha Adosinda, viúva de Silo, a um mosteiro (785) – possivelmente Santianes de Pravia (Rivera Recio, 1980: 41; Cid Priego, 1995: 48) -, a que se poderão juntar as duvidosas fundações monacais de Afonso I⁶⁶ e outras referências a construção de igrejas, especialmente na Galiza, constituem dados importantes que atestam a vitalidade de uma linha continuadora / legitimadora por via religiosa (e muito particularmente monacal). Foi precisamente a relevância dos agentes religiosos estabelecidos nas Astúrias que se constituiu, a seu tempo, como um elemento diferenciador asturiano-cantábrico em relação ao moçarabismo meridional (logo em

⁶⁵ Arias Páramo, 2006: 210 entendeu que a fundação deste mosteiro ocorreu logo em 761. Opinião contrária em Azcárate, 1995: 10, entre outros autores que valorizam o lapso de cerca de 20 anos entre a chegada de Máximo a Oviedo e a fundação da casa monástica dedicada a S. Vicente.

⁶⁶ Afonso I teria fundado pelo menos dois mosteiros (S. Pedro de Villanueva, perto de Cangas de Onís, e Sta. Maria de Covadonga). Floriano Cumbreño negou a autenticidade dos documentos que relacionavam o templo de Covadonga com Afonso I - não obstante este continuar a ser atribuído à intervenção daquele monarca por alguns autores (Arias Páramo, 2006: 210) -, e Martínez Faedo, 1992: 149-150 advertiu para a inexistência de idêntica relação acerca do suposto mosteiro de Villanueva (também Cid Priego, 1995: 40). Resta a dúvida sobre Liébana, e se também teria tido intervenção régia. Uma tradição atribui a sua (re)fundação a Afonso I, que teria levado para Liébana as relíquias de S. Toríbio, anteriormente depositadas em Astorga (Llorente Fernández, 1882: 353, Alonso Luengo, 1939: 174 admitiu que as relíquias do santo tenham sido levadas por moradores astorganos ante a iminência de um ataque islâmico). Jusué, 1921: 30 salientou que o documento mais antigo que encontrou relativo ao mosteiro data de 796, mas nele não se menciona o orago de S. Toríbio. O mesmo autor (p.39) reconheceu que só a partir do século IX é que começa a aparecer a dedicação dupla do mosteiro a S. Martinho e a S. Toríbio. Ayala Martínez, 2008: 125 é de opinião que o mosteiro só passou a designar-se de S. Toríbio no século XII. Díez Herrera, 2008: 32 esclareceu que o arquivo do mosteiro recua até ao ano de 790 e Martínez Ángel, 2009: 21 sugeriu que o culto a S. Toríbio em Liébana não deve ser anterior ao século IX. Não obstante estas advertências, Moreno Martín, 2011: 234 admitiu ainda que o conjunto possa ter sido fundado no século VIII, reconhecendo, todavia, que os primeiros documentos datam apenas da centúria seguinte.

finais do século VIII, através da intervenção de uma coerente rede monacal, e menos paroquial ou sequer episcopal, na querela adopcionista) e, mais tarde, o verdadeiro berço ideológico do neovisigotismo do tempo de Afonso III. Esta visibilidade de índole religiosa (em paralelo com a natureza essencialmente religiosa da documentação que chegou até hoje daquele período), não deve ofuscar uma conclusão prudentemente assumida pela historiografia recente – a de que «podemos afirmar con toda seguridad (...) que los fugitivos de los nuevos señores de la *Hispania* musulmana fueron muy pocos, por más que los cronistas pretendieran magnificar, sempre de manera bastante genérica y *a posteriori*, esse supuesto exodo massivo hacia el Norte peninsular» (Fernández Conde, 2000: 213).

O último aspecto que pretendo abordar neste capítulo diz respeito à guerra como factor justificador e legitimador da monarquia asturiana. O mito fundador de Covadonga, repetido com sentido glorioso pelas crónicas asturianas, transformou o reino numa unidade política e civilizacional guerreira, unida por um ideal militar face a um «vizinho» meridional bem mais poderoso. Por outro lado, o pendor bélico dos dois filhos de Pedro da Cantábria, Afonso I⁶⁷ e o *dux* Fruela, tradicionalmente entendidos como os homens que ampliaram as fronteiras do primitivo reduto territorial asturiano-cantábrico à custa da conquista de terras recentemente ocupadas por muçulmanos, terá dado sentido a Covadonga e aparecia como mais um factor militar a estar na origem do reino, para mais sabendo-se que foram os seus descendentes a discutir entre si, ao longo de gerações, o acesso ao trono.

Ora, apesar do conteúdo militar de Covadonga e das acções de Afonso I e de Fruela, a monarquia asturiana só tardiamente (provavelmente no tempo de Afonso II) terá reclamado para si o papel “reconquistador” da *Hispania* e, nesse sentido, só então terá entendido a dimensão militar da sua existência como um eixo legitimador expansionista. No século VIII, quase todos os monarcas asturianos pautaram a sua acção por uma pacífica relação com o Islão, especialmente entre os meados e o final da centúria (Fruela I⁶⁸, Aurélio, Silo, Bermudo I). Por outro lado, são vários os indícios que

| |
|--|
| <p>Guerra como factor justificador da monarquia asturiana</p> |
|--|

⁶⁷ As crónicas asturianas deixaram de Afonso I a imagem de um monarca guerreiro e vitorioso no campo de batalha: A *Crónica de Afonso III* (versão A. Seb.) chama-lhe «varón de gran valor», que em tempo dos reis visigóticos Egica e Vitiza havia sido «jefe del ejército»; continua o texto atribuindo-lhe a capacidade de conter a «osadía de los árabes», fazendo-lhes muitas guerras e tomando «muchas ciudades antaño oprimidas por ellos». Matou ainda «todos los árabes que ocupaban las ciudades dichas». (ed. 1985: 207 e 209). A *Crónica Albeldense*, mais parca em palavras, realça também o carácter guerreiro de Afonso I frente aos muçulmanos (Idem: 247-248).

⁶⁸ A *Crónica de Afonso III* é a única crónica asturiana a ter reunido um número assinalável de acções militares de Fruela sobre tropas islâmicas. Estas acções, todavia, não se encontram mencionadas na

apontam para que Covadonga não tenha sido uma batalha propriamente dita⁶⁹ e há ainda quem assuma que as correrias de Afonso I, entre as Astúrias e o Douro, tenham sido conduzidas contra uma população residual e não certamente contra redutos islâmicos minimamente estabelecidos (sobre este assunto, veja-se adiante o ponto 2.2.).

A dimensão militar asturiana como eixo legitimador é uma construção posterior aos sucessos da primeira metade do século VIII. Ela enquadra-se numa ideologia medieval mais vasta que percorreu parte considerável da Europa Ocidental até aos alvares da Modernidade, a qual reservou à guerra o estatuto de «papel esencial en la formación de la percepción del mundo en la Edad Media» (Varela Agüi, 2002: 69)⁷⁰. E ela resulta de um processo lento de fabrico da imagem, destino e missão de uma monarquia que alicerçou parte considerável do seu esforço no sucesso militar contra um bloco religioso “infiel”, processo ensaiado desde finais do século VIII e consumado cerca de cem anos depois, no reinado de Afonso III (Redondo Jarillo, 2008: 133).

A invenção da ideia de “reconquista” – não do termo, que nunca foi utilizado pelos seus inventores - ocorreu, assim, nos meios eruditos e religiosos das Astúrias de Afonso II a Afonso III (Martín, 1996: 222 situou-a em finais do século IX, não obstante os indícios que apontam para que, já em tempo de Afonso II, pareça existir um ideal neovisigótico e, por isso, em certa medida, *reconquistador*). Foi só na segunda metade do século XIX que a historiografia começou a utilizar o termo “reconquista”, a partir da

historiografia muçulmana. É um período de muito débil conhecimento, sobre o qual subsistem poucas certezas, incluindo as referências a supostas batalhas (Ruiz de Toledo, 1999: 9-10). A opinião mais consensual aponta para que este reinado tenha sido um período de paz com o opositor islâmico (Moreta, 2009: 41), embora tenha sido durante o seu governo que se registou a enigmática batalha de Pontuvio (758) e que, segundo Martínez Díez, 2005: 101-103, se tenha iniciado a luta por Castela (processo que Ruiz de Toledo, 1999: 29) situa apenas algumas décadas mais tarde.

⁶⁹ A *Crónica de Afonso III* (em ambas as versões Rotense e A. Seb.) relata um combate glorioso, pleno de vivacidade, em que catapultas, setas, lanças e espadas se confundem num apertado cenário de combate, sendo ridiculamente mortos muitos muçulmanos pela trajectória descendente de muitas das suas armas (ed. 1985: 204 e 205). Idêntica descrição encontra-se na *Historia Silense* (ed. Casariego, 1985: 125-126). Bem diferente é o conteúdo cronístico legado por tradição islâmica, também codificado em datas muito posteriores aos acontecimentos. Segundo este, Pelaiio barricara-se numa gruta, com pouco mais de 300 homens; «los musulmanes no cesaron de atacarle hasta que sus soldados murieron de hambre y no quedaron en su compañía sino treinta hombres y diez mujeres. Y no tenían que comer sino la miel que tomaban de la dejada por las abejas en las hendiduras de la roca. La situación de los musulmanes llegó a ser penosa, y al cabo los despreciaron diciendo: "¿Treinta asnos salvajes, qué daño pueden hacernos?" (Sánchez Albornoz, 1944: 99-100 nota 87, citando a crónica de al-Razi). Entre duas visões tão diametralmente opostas, e tendo em conta a inexistência de outros dados, é impossível saber qual das versões mais se aproxima da realidade. O facto de o exército islâmico ter adoptado um penoso caminho de regresso, diferente do mais fácil acesso que havia percorrido na sua chegada às Astúrias, parece favorecer uma leitura que confere perdas consideráveis aos invasores, aparentemente não auxiliados pelo contingente residente em Gijón e, muito possivelmente, como sugere Menéndez Bueyes, 1995-96: 447-448, cercados nas montanhas por pequenas forças ao serviço de nobres locais.

⁷⁰ Por esta razão, alguns autores apelidam a Idade Média peninsular como Reconquista (Benito Ruano, 2002). Mesmo Georges Duby, 1973: 449 referiu-se ao Ocidente medieval entre os séculos X e XIII como um período em que a sociedade foi dominada pelos aspectos militares.

percepção que o romantismo e nacionalismo hispânicos tiveram daquela construção medieval. O edifício conceptual do que ficou conhecido a partir de então por “reconquista” é denso, complexo e não tem o mesmo valor para todos os autores que o utilizaram (síntese historiográfica em García Fitz, 2009). No entanto, deixaram marcas profundas, ainda hoje tantas vezes seguidas ou implícitas, os entendimentos de Menéndez Pidal ou de Sánchez Albornoz, para os quais a empresa da “reconquista” havia sido um processo colectivo libertador de uma pátria amordaçada por estrangeiros que perfilhavam uma religião contrária à natureza dessa mesma pátria. A crítica a este posicionamento, ainda que começando por menosprezar o impacto da romanização e da “visigotização” das zonas setentrionais, foi feita em seu tempo por Barbero e Vigil, a que se seguiram numerosos trabalhos de García de Cortázar, José Mattoso, José María Minguéz, entre muitos outros. A desconstrução do termo “reconquista” é, em certo sentido, uma conquista historiográfica das últimas décadas, e não pretendo enveredar por um caminho argumentativo em torno daquilo que, neste trabalho, considero como “(re)conquista”, termo que resulta da percepção actual que tenho acerca do assunto e que radica, sobretudo, no trabalho de Josep Torró, 2000, autor que defendeu a vantagem em deixar de utilizar o conceito de “reconquista”.

Para o século VIII, é importante ter em consideração que muito dificilmente os primeiros protagonistas asturianos teriam assumido um insanável antagonismo entre os blocos cristão e muçulmano, ou sequer que ambos se apresentavam entre si com a claridade que hoje temos a tendência para considerar. Mas, mais importante que isso, há que questionar se aqueles primeiros protagonistas asturianos se sentiam legítimos herdeiros de uma anterior estrutura conhecida como “reino visigótico”. E em que medida as acções rápidas de pilhagem (guerra de desgaste?) conduzidas por Afonso I se podem considerar “reconquistadoras” (no sentido em que teriam sido dirigidas contra território efectivamente dominado por muçulmanos e estariam impregnadas de neovisigotismo), não obstante a visão que as crónicas de Afonso III deixaram do seu antecessor? A resposta a esta pergunta já foi parcialmente dada no primeiro ponto deste capítulo, quando se referiu que, a partir de sensivelmente 740, terão sido muito escassos os redutos islâmicos minimamente organizados na larga faixa entre a cordilheira cantábrica e o curso do rio Douro. E bastaria o facto de se ter registado um período de meio século em que a paz imperou no relacionamento entre os dois blocos (num momento de crescente afirmação do Emirato de Córdoba) para se entender que a guerra

esteve longe de ser uma constante no papel afirmativo (ainda não propriamente legitimador) do reino asturiano do século VIII.

Em conclusão, em quatro aspectos essenciais acerca do início das Astúrias enquanto estrutura política viável no panorama peninsular da Alta Idade Média - as relações familiares de Pedro e Pelaio com anteriores estirpes visigóticas; o modelo de sucessão abraçado pelos primeiros monarcas asturianos; a suposta chegada de população hispanogoda ao território montanhoso do Norte peninsular e o papel da guerra no contexto inicial do reino – registam-se curiosas reelaborações de anteriores concepções vigentes no período visigótico, mas que estão longe de constituir quer uma linear continuidade em relação ao reino de Toledo, quer uma emblemática reivindicação neovisigótica, que só se testemunha a partir do reinado de Afonso II. Mesmo tendo em consideração que parte considerável da dimensão religiosa asturiana é altamente devedora da herança visigótica, em especial no que ao monacato diz respeito, parece ser sintomático que a rede religiosa asturiana tenha secundarizado a hierarquia eclesiástica, em benefício da monacal, e que se tenham fundado muitos mosteiros, formando assim uma nova paisagem religiosa que foi, ela própria, agente de povoamento.

Neste sentido, se o esforço historiográfico das décadas de 70 e de 80 do século XX logrou desmontar as solidificadas teses de Sánchez Albornoz e de outros autores, a respeito da continuidade institucional asturiana em relação ao reino visigótico ou do ermamento do vale do Douro, a sensação actual é a de que subsistem interessantes indícios de reelaboração de antigas estratégias visigóticas no nascente reino asturiano, o que não se pode resumir a «elementos residuales de un sistema ya desarticulado», como pretendeu Mínguez Fernández, 1985: 8. O facto de o Norte da Península ter sido sujeito a vagas importantes de romanização e “visigotização”, adverte para uma linha de continuidade que teve nos primeiros protagonistas asturianos – Pedro e Pelaio – os seus vértices fundamentais.

2.2. O tempo de Afonso I. Sucessos e insucessos de um rei “fundador”

As *crónicas asturianas* referem um assinalável conjunto de acções militares empreendidas por Afonso I, numa geografia diversa que percorre praticamente todo o espaço situado entre as Astúrias-Cantábria e o curso do rio Douro. Pela sua relevância para o futuro território setentrional português, e também para o impacto que a velha teoria do Ermamento continua a ter em alguns autores (não apenas os que valorizam as

abordagens de Sánchez Albornoz, mas também os que seguem, com aparente fidelidade, os posicionamentos de Pierre Guichard para o sector islâmico, ou os que admitem a existência de uma *arte de repovoamento*, conceito que pode facilmente ser confundido com a assunção de um prévio “despovoamento”), é importante que se faça uma breve análise às mais importantes informações acerca desta extraordinária e “fundadora” actividade bélica.

Deve salientar-se, em primeiro lugar, que as crónicas não são unânimes em relação à natureza das campanhas militares, diferindo em pormenores verdadeiramente importantes. Por exemplo, as versões da *Crónica de Afonso III* mencionam o apoio dado pelo duque Fruela ao monarca seu irmão (ed. 1985: 206-207), ajuda que a *Albeldense* omite (ed. 1985: 247). Esta circunstância pode ser interpretada como mais um argumento a favor da intenção daquelas crónicas em afirmar a linhagem de Fruela (da qual descendia Afonso III), e da possível anterioridade da *Albeldense* em relação às restantes produções do ciclo cronístico afonsino, como a maioria dos autores admite (Casariego, 1985: 31 situou a redacção da *Albeldense* pouco depois de 883).

| Albeldense | Afonso III – v. Rotense | Afonso III – v. A. Seb. |
|--|--|---|
| Adefonsus (...) pelia satis cum Dei iubamine gessit. Hurbes quoque Legionem atque Asturicam ab inimicis possessas uictor inuasit. Campos quem dicunt Goticos usque ad flumen Dorium eremauit et Xpianorum regnum extendit | [Afonso] cum fratre Froilane sepius exercitu mobens multa ciuitates bellando cepit , id est, Lucum, Tudem, Portugalem, ‘Anegiam’, Bracaram metropolitanam, Uiseo, Flauias, Letesma, Salamantica, ‘Numantia qui nunc uocitatur’ Zamora, Abela, Astorica, Legionem, Septemmanca, Saldania, Amaia, Secobia, Oxoma, Septempuplica, Arganza, Clunia, Mabe, Auca, Miranda, Reuendeca, Carbonarica, Abeiça, Cinasaria et Alesanzo seus castris cum uillis et uiculis suis, omnes quoque Arabes gladio interficiens, Xpianos autem secum ad patriam duces | [Afonso] cum fratre suo Froilane multa aduersus Sarracenos prelia gessit atque plurimas ciuitates ab eis olim opressas cepit , id est, Lucum, Tudem, Portucalem, Bracaram metropolitanam, Uiseo, Flauias, Ágata, Letesma, Salamantica, Zamora, Abela, Secobia, AStorica, Legione, Saldania, Mabe, Amaia, Septemanca, Auca, Uelegia Alabense, Miranda, Reuendeca, Carbonaria, Abeica, Brunas, Cinisaria, Alesanco, Oxoma, Clunia, Argantia, Septempuplica et cunctis castris cum uillis et uiculis suis; omnes quoque Arabes occupatores supra dictarum ciuitatum interficiens Xpianos secum ad patriam duxit |

Quadro n.º 1 – acção “conquistadora” atribuída a Afonso I pelas crónicas asturianas (ed. 1985)

As crónicas são também divergentes quanto ao raio de acção e ao sucesso de Afonso I. A *Albeldense* menciona apenas a conquista de León e de Astorga, indicando difusamente que as fronteiras do reino se estenderam por uma região pouco precisa, mas que poderia ir até ao rio Douro, ao passo que as duas versões da *Crónica de Afonso III* ampliam extraordinariamente o sucesso “conquistador” de Afonso I, incluindo nesse processo amplas zonas da Galiza e do que séculos depois viria a constituir o Norte de

Contra quem foram dirigidas as campanhas de Afonso I?

Portugal (quadro n.º 2). A lista apresentada nestas duas últimas crónicas deixa antever algo acerca da rapidez das incursões, da logística elementar associada e, menos conclusivamente, da intenção daqueles movimentos militares.

Contra quem foram dirigidas as campanhas de Afonso I? Terão sido direccionadas para pontos controlados por contingentes militares muçulmanos? Será lícito pensar que, desde Lugo até Burgo de Osma, Rioja e País Basco, todos os topónimos mencionados pelas duas versões da *Crónica de Afonso III* estivessem em poder de agentes delegados de Córdova? Estas são interrogações poucas vezes colocadas, mas que se assumem cada vez mais como essenciais para uma mais circunstanciada caracterização da monarquia asturiana do século VIII. Alguns autores têm insistido na tese de ofensivas desarticuladoras de pontos urbanos de apoio ao estabelecimento muçulmano (Barbosa, 2008: 43; Torres Sevilla, 2010: 131 refere-se mesmo a uma engenhosa cintura de segurança, em que os habitantes, teoricamente vinculados à autoridade islâmica, seriam na prática «excelentes informadores y aún colaboradores» do reino das Astúrias). No entanto, como se defendeu no capítulo anterior, foi precisamente até à década de 40 que os escassos muçulmanos instalados a Norte do Douro terão abandonado quase por completo os seus efémeros lugares de residência e mesmo alguns autores que estudam preferencialmente a expansão cristã a partir das Astúrias defendem que «los amplios territorios comprendidos entre la cordillera Cantábrica y el sistema Central quedaron fuera del ámbito de dominio efectivo islámico» (Mínguez Fernández, 1985: 10). Pela grande quantidade de acções mencionadas e pela natureza ainda praticamente embrionária do reino asturiano (com a consequente dificuldade em reunir um exército devidamente treinado, homogéneo e numeroso), tem-se assumido que se trataram de razias rápidas e eficazes, realizadas sobretudo para obter botins e eventuais mais-valias de gado e de escravos. A visão mais actual aponta, assim, para que Afonso I, rodeado de um reduzido contingente capaz de empreender acções rápidas, tenha atacado e pilhado algumas antigas sedes de povoamento hispano-romano, já então (meados do século VIII) «desorganizadas» (Mattoso, 1992: 531⁷¹). Ainda que as crónicas neovisigóticas do tempo de Afonso III

⁷¹ Ayala Martínez, 2008: 110 assume mesmo que «lo cierto es que la devastación de Alfonso I afectó más que la propia invasión islámica a numerosas sedes de la amplia franja subcantábrica que se despliega entre la zona del litoral gallego y el alto valle del Ebro, y como resultado de ellas se pudo producir la desaparición de no pocas de esas sedes». Uma corrente historiográfica relativamente recente admite que as incursões de Afonso I tenham sido dirigidas contra cidades cujos bispos haviam pactuado com o Islão (Ación Almansa, 2009: 26, a partir de trabalhos de Martínez Díez e Martín Viso nas décadas de 80 e 90 do século XX).

tenham atenuado o grau de destruição provocado por Afonso I – mencionando que o monarca havia levado consigo, para a “pátria”, os cristãos que encontrara -, esta interpretação, a confirmar-se, constitui o mais expressivo dado acerca do carácter não-visigótico da monarquia asturiana. Por outras palavras, ao atacar redutos independentes onde habitavam conjuntos residuais de cristãos e onde não restariam outras estruturas de poder que as de sentido comunitário, Afonso I demonstraria que a monarquia asturiana era algo inteiramente novo no panorama medieval peninsular, não se podendo confundir com uma simples e linear sobrevivência de anteriores paradigmas visigóticos, os quais, no caso de estarem activos, obrigariam a um relacionamento menos destrutivo entre o exército afonsino e os habitantes das cidades e povoações conquistadas / atacadas.

Esta linha de interpretação pode, todavia, ir mais longe, porque as crónicas asturianas separam (ou parecem separar) entre as povoações que foram assaltadas e as que terão sido alvo de povoamento. Imediatamente a seguir à extensa lista de cidades vencidas, as duas versões da *Crónica de Afonso III* mencionam as povoações integradas no reino asturiano (quadro n.º 3). Compreensivelmente, o número de unidades territoriais nestas condições é bastante mais reduzido e concentra-se sobretudo no Norte da Península, embora se saliente a inclusão das regiões costeiras da Galiza, juntamente com Pamplona e Orduña, estas últimas, a par de Berrueza, mencionadas pelos cronistas como cidades que sempre haviam estado em poder dos seus próprios habitantes.

| Albeldense | Afonso III – v. Rotense | Afonso III – v. A. Seb. |
|------------|---|--|
| | Eo tempore populatur ‘Asturias’, Primorias, Liueria, Transmera, Subporta, Carrantia, Bardulies qui nunc uocitatur Castella et pars maritimam [et] Gallecie; Alaba namque, Bizcai, Aizone et Urdunia a suis reperitur semper esse possessas, sicut Pampilonia [Degius est] atque Berroza. Hic uir magnus fuit | Eo tempore populantur Primorias, Libana, Transmera, Supporta, Carranza, Bardulies que nunc appellatur Castella et pars maritima Gallecie; Alaba namque, Bizkai, Alaone et Urdunia a suis incolis reperiuntur semper esse possessas, sicut Pampilona [Degius est] atque Berroza. Itaque supra dictus Adefonsos admodum magnanimis fuit |

Quadro n.º 2 – acção “povoadora” atribuída a Afonso I pelas crónicas asturianas (ed. 1985)

Com base nesta segunda lista, parece evidente que terão existido duas dimensões, provavelmente complementares entre si, na actividade bélica de Afonso I entre as Astúrias-Cantábria e o vale do Douro: a actividade guerreira contra grupos de “inimigos” e o arranque do povoamento. É possível ver nesta distinção o embrião de uma política de “terra queimada”, que Afonso III também promoveria e que consistia na desarticulação de pontos estratégicos imediatamente a Sul das zonas que se pretendiam

efectivamente povoar / integrar. Pode, todavia, tentar encontrar-se outra explicação para as duas listas fornecidas pelas crónicas asturianas: de um lado, as localidades que terão sido efectivamente integradas na órbita asturiana de meados do século VIII (áreas fragmentárias da Galiza e uma expansão precoce para Oriente, em direcção a Castela, mas sobretudo no sentido do País Basco e de Navarra); de outro lado, as cidades e povoações que os agentes de Afonso III se preparavam para integrar, ou haviam já integrado, na transição para o século X. À luz desta linha interpretativa, a menção retrogradada ao tempo de Afonso I de um extraordinário conjunto de topónimos a Sul das Astúrias apareceria como elemento legitimador da acção colonizadora que a coroa, a nobreza e o clero de inícios do século X estavam naquele momento a empreender.

Esta explicação, de sentido propagandístico promovido em pleno reinado de Afonso III, pode ajudar a explicar as diferenças entre o conteúdo da *Crónica Albeldense* e o das duas versões da *Crónica de Afonso III*. As duas únicas cidades referidas pela *Albeldense* como tendo sido integradas no reino (Astorga e León) estão ausentes das listas de povoamento citadas pela *Afonsina*, aparecendo diluídas na massa de conquistas de Afonso I. No raio de eventual expansão para Sul das Astúrias, Astorga e León eram as principais cidades, cuja história estava fortemente relacionada com a anterior estrutura de poder visigótica sobre as Astúrias: Astorga fora a capital da província asturicense e León um ponto central de dominação desde a época romana, que chegou, em algumas alturas, a deter o estatuto de capitalidade sobre todo o Noroeste peninsular. Ora, para além de não subsistirem dados que confirmem a efectiva integração destas cidades na esfera asturiana logo no século VIII (são, de resto, mais fortes os indícios que apontam para que tal anexação se tenha dado apenas pelos meados do século IX⁷²), é possível pensar que, entre a redacção da *Crónica Albeldense* e a das versões da

⁷² Sánchez Albornoz, 1998 (1965): 21 admitiu que León tivesse sido conquistada por Afonso I, mas que ficara “ermada” durante quase um século. Em 846, há a notícia de Muhammad ter chegado a León e de ter tentado destruir as suas muralhas, o que não conseguiu (Carriedo Tejedó, 2005: 70). Este facto é omisso acerca da relação que, por então, a cidade detinha com a corte asturiana. No entanto, não parece que tenha sido defendida da chegada do príncipe Muhammad, o que sugere a sua independência efectiva face a Oviedo. A cidade só parece ter sido integrada na esfera asturiana dez anos depois (Sánchez Albornoz, 1998 (1965): 23.

Sobre Astorga, é conhecida a acção colonizadora do conde Gatão, em inícios da década de 50 do século IX (Mínguez Fernández, 1985: 14; Zozaya, 1998: 95 sugeriu a data de 844 para a presúria de Gatão; Recuero Astray, 1991: 382 admitiu também que a restauração da diocese tivesse ocorrido por essa altura, sendo nomeado o bispo Indiselo). Esta última cidade parece ter sofrido um ataque por parte de tropas islâmicas em 795. Segundo Menéndez Bueyes, 1995-1996: 454, nota 70 tal incursão não estaria relacionada com qualquer vínculo da urbe às Astúrias, desconhecendo-se o motivo da campanha militar muçulmana. Também Laguardia Álvarez, 1995: 11 não admitiu qualquer “povoamento” asturiano de Astorga e seu território no século VIII. Adiante ver-se-á que subsistem poucos indícios acerca da vitalidade Astorga em pleno século VIII, presumivelmente na dependência das Astúrias.

Crónica de Afonso III, se terá gerado uma construção da imagem de Afonso I (na qual pode mesmo ter participado Afonso III, a fazer fé nas opiniões de Menéndez Pidal, 1949, e Sánchez Albornoz, 1967 acerca da intervenção deste monarca no próprio texto cronístico). Tal imagem, inicialmente limitada a uma acção militar dirigida contra Astorga e León (sem as ocupar, mas porventura desestruturando os poderes regionais que ali se poderiam constituir, em moldes não muito diferentes aos que, por essa altura, já estariam activos nas Astúrias), foi posteriormente ampliada a toda a região “reclamada” pelos agentes colonizadores de Afonso III.

Ainda que continuem a subsistir numerosas interrogações sobre a acção militar de Afonso I a partir das crónicas asturianas, existem mais alguns esclarecimentos que julgo serem oportunos a propósito da relativa complexidade do território setentrional peninsular naquele século VIII. Uma teoria largamente difundida relaciona o primeiro esforço militar asturiano exterior à cordilheira cantábrica com um momento de debilidade do Estado islâmico. Segundo esta corrente, o avanço militar asturiano-leonês, realizado pelo menos até ao século XI, havia sido invariavelmente executado aproveitando períodos mais ou menos idênticos de debilidade do bloco civilizacional islâmico (Sánchez Albornoz, 1998 (1965): 21, a propósito de León; Iglesias Gil e García de Cortázar, 2002: 56; González Paz, 2006: 441 para a região da Galiza; Barbosa, 2008: 42; Moreta, 2009: 26; Torres Sevilla, 2010: 109). Sendo indiscutível que as “razias” de Afonso I aconteceram no momento em que o recém-criado Estado islâmico peninsular vivia uma crise profunda, deve também salientar-se que a relação entre estes dois aspectos está longe de provada, pois não é possível, para já, estabelecer um mapa ao menos aproximado dos pontos de instalação árabo-berbere a Norte do Douro para a primeira metade do século VIII, nem tão pouco relacionar a eventual fuga daqueles efémeros conquistadores com os imediatos ataques de Afonso I. A insistência nesta teoria, por outro lado, implica uma segunda tomada de posição: a de que a progressão cristã naqueles primeiros séculos da (re)conquista havia sido feita à custa de território efectivamente conquistado ao Islão. Ora, no capítulo anterior viu-se já como é impróprio (à luz do conhecimento actual) integrar vastas zonas a Norte do Tejo no conceito estatal implantado a partir de Córdoba. Consequentemente, não é também provável que os primeiros esforços de povoamento cristão para cá da cordilheira cantábrica tenham sido realizados à custa de território na prática subtraído ao raio de acção dos cofres andaluzes. Até ao final do século VIII (e seguramente até muito mais tarde no Ocidente peninsular), não será para já correcto utilizar o termo “conquista de

**Momento de
debilidade do
Estado
islâmico?**

terras ao Islão”, mas sim algo como “incorporação de unidades territoriais independentes de qualquer poder centralizador, no fundo entregues a si próprias”. De resto, devem valorizar-se os argumentos que salientam o facto de os muçulmanos não terem, aparentemente, aproveitado idênticos momentos de debilidade / abrandamento da acção expansionista asturiana para ocuparem aqueles territórios a Norte do Douro. Com o conturbado processo sucessório da monarquia ovetense, há que concluir que o desaproveitamento islâmico de períodos de debilidade cristã tem a leitura de uma renúncia deliberada por parte daqueles em expandir a sua autoridade para lá de um território ainda difuso, mas cujas fronteiras lhe garantiam a paz e prosperidade necessárias à natureza tributária do regime e à escassez de forças militares que a sustentavam.

A bem menor expressão povoadora da acção de Afonso I, em relação à extensa lista de acções militares rápidas por si conduzidas, é uma interpretação aconselhada pelos resultados do inquérito toponímico e arqueológico à extensa região entre as Astúrias e o vale do Douro. Um grupo considerável de investigadores continua a aceitar que, aos sucessos militares daquele monarca, não se terão seguido processos de ocupação efectiva de algumas cidades mencionadas na *Crónica de Afonso III*. Moreta, 2009: 27 admitiu que, até à época de Afonso II, o reino asturiano não teria transposto as cómodas fronteiras da cordilheira cantábrica (apesar de o próprio também admitir (2009: 41) que, ainda em meados do século VIII, se tivesse “povoado” a Galiza até ao rio Minho). Sem pretender iniciar, aqui, uma análise minuciosa sobre o “estado da questão” em relação a todas as localidades mencionadas na *Crónica de Afonso III*, tarefa que ampliaria extraordinariamente o estatuto de introdução destas páginas, importa dizer algo sobre o “estado da arte” a que alguma investigação nos conduziu em anos recentes. Muitos autores dedicaram parte considerável do seu esforço a indagar toponimicamente o território, tentando reconhecer eventuais migrações e estabelecimentos repovoadores na zona do Douro. À semelhança do que acontece para o inquérito territorial da presença berbere com base na toponímia, esta linha de investigação assume-se como um recurso redutor, tantas vezes pré-orientado por teorias historiográficas concebidas antes mesmo da realização de quaisquer estudos desta índole (como salientou Fernández Mier, 2006: 39). Díaz de Garayo, 1996: 75 efectuou uma lúcida análise acerca das potencialidades e limitações dos estudos toponímicos, realçando a dificuldade em enquadrar topónimos de sentido amplo. Outra restrição é de índole cronológica, como os estudos de Almeida Fernandes (1999; 2001-2006, entre

outros trabalhos) revelam (também Zozaya, 2005, não se tendo cruzado dados com os recolhidos por Barrios Garcia, ou Vieira, 2005⁷³), sendo evidentemente diferente se um topónimo surge nos séculos VIII-IX, ou se aparece apenas no século XI. Finalmente, há que ter em conta que diferentes regiões foram objecto de distintos ritmos de evolução, criando-se regionalismos que se testemunham logo desde as primeiras décadas do século VIII e que se complexificaram ao longo dos séculos seguintes. García de Cortázar, 1988: 207 concluiu que muitos topónimos foram assumidos no momento de estabelecimento de comunidades aldeãs de índole feudal e representam, por isso, a «aprehensión socializadora del espacio» por parte dos conquistadores setentrionais. Mas esta é uma conclusão genérica, que dificulta ainda mais o isolamento daqueles momentos fundadores e respectiva extensão de determinada cidade pelo território circundante. Mesmo tendo em consideração todos estes constrangimentos, é importante valorizar os trabalhos de Ángel Barrios García, sem dúvida o autor que, em anos recentes, levou mais longe o inquérito toponímico do território, a partir de um método de trabalho cauteloso que o próprio definiu como «medir las posibilidades de aplicación de la toponimia como método de análisis histórico» (Barrios García, 1985: 34). O autor baseou os seus estudos, sobretudo, nos catálogos diocesanos de meados do século XIII, o que representa, à partida, uma limitação, na medida em que não permite a distinção entre as duas principais vagas de povoamento setentrional prévias àquela centúria (ocorridas entre Afonso II e al-Mansur, nos séculos IX e X, e novamente a partir de Fernando Magno, a partir da segunda metade do século XI; de igual modo, estas listas apresentam dificuldades em reconhecer o esforço de povoamento no sentido Sul-Norte, da derradeira ocupação islâmica deste território, situada na primeira metade do século XI, ou da vaga de imigração mudéjar, promovida em Castela e Leão entre os séculos XII e XIII).

Em conclusão, e não obstante os numerosos pontos de debate que subsistirão por largas décadas, parece-me importante ter em consideração que o “povoamento” do tempo de Afonso I e de Fruela I, por muito desconhecido que seja, afigura-se como um processo complexo, potencialmente diferenciado de região para região e

⁷³ Este sugestivo estudo de Marina Afonso Vieira confrontou-se com dois problemas corajosamente assumidos por parte da autora: por um lado, a dificuldade em isolar topónimos que resultam da incorporação de termos árabes na língua latina (sabendo-se como o vocabulário utilizado no reino asturiano-leonês foi tremendamente permeável a formas árabes); por outro, a consciência de que os topónimos derivados de “mouro/a” podem corresponder a realidades antigas indistintas, algumas romanas e outras mesmo pré-romanas, tendo o termo e seus derivados sido usados indistintamente para nomear sítios com ocupações antigas, incompreendidas...

presumivelmente distinto do realizado nas posteriores vagas expansionistas asturianas (em especial nos reinados de Afonso II e Afonso III). Moreta, 2009: 41 sintetizou as conclusões de uma corrente historiográfica que entendeu este primeiro povoamento asturiano como um processo de aculturação mediterrânica (em que a economia passou a basear-se no cultivo de cereais, em que a propriedade privada se sobrepôs à colectiva e em que o regime monárquico se impôs às estruturas decisórias tribais, ao mesmo tempo que se incrementou o Cristianismo). Estas dominantes, em maior ou menor grau, são possíveis de testemunhar nos primeiros tempos da monarquia asturiana, mas estaria o ponto de partida assim tão longe destas realidades? Sem dúvida que se atribui muito a Afonso I que pode não corresponder inteiramente à verdade. Se, por um lado, terá sido o rei «fundador» (especialmente pelo carácter comemorativo do governo de seus sucessores de nome Afonso (II e III), para utilizar a expressão de Martínez Díez, 2005: 99), por outro parece ter promovido um primeiro povoamento (entendido como integração de algumas faixas territoriais na sociedade asturiana), cujos contornos ainda são obscuros, mas que se terá pautado por uma expansão selectiva para Este e Oeste (para o País Basco, Navarra e Galiza) e sintomaticamente ainda não para Sul. Ao contrário de um movimento espontâneo e desordenado, sem a tutela da coroa (como pensa Moreta, 2009: 43), esta primeira expansão assumiu-se como um instrumento de coesão social e política do reino asturiano, no fundo a grande “conquista” de Afonso I.

2.3. A integração da Galiza na esfera asturiana: um processo rápido, porém, complexo

As duas versões da *Crónica de Afonso III* referem que, nos reinados de Afonso I e de Fruela I, a integração da Galiza no reino asturiano estava praticamente consumada. Elas mencionam que Afonso povoou a faixa costeira galega (Baliñas Pérez, 1992: 78 sugeriu o território entre Ribadeo e Barqueiro, prolongamento natural ocidental das Astúrias), processo que haveria de culminar, já na década de 60, com o povoamento da Galiza *usque flumine Mineo* (ed. 1985: 134, versão Rotense; a versão A. Sebastián é omissa em relação a este processo povoador). Para além disso, é aos territórios de Lugo e de Tui que as *Crónicas Asturianas* se referem em primeiro lugar quando enumeram a extensa listas de cidades integradas por Afonso I e Fruela I, indicação que Novo Güisán, 2005: 175 interpretou no sentido cronológico (assumindo que as incursões de Afonso I teriam começado pelo Noroeste peninsular), mas que deve antes ser lida como um

arranjo geográfico por parte do/s autor/es daquela crónica, enumerando os territórios de Oeste para Este, sem qualquer preocupação cronológica relativa à data de conquista / integração.

Aquelas referências cronísticas estão na base de uma diferenciação historiográfica, plenamente assumida nos nossos dias, que consagra a existência de realidades distintas a Norte e a Sul da antiga província romana da *Gallaecia* para grande parte dos séculos IX a XI (Baliñas Pérez, 1998: 143). López Alsina, 1990: 166-167 atribuiu estas diferenças ao impacto que a conquista islâmica teria tido no Noroeste peninsular, tendo a secção setentrional da Galiza sido muito pouco tocada pela influência islâmica, e a meridional, mais influenciada por ela, teria também uma natureza expansionista⁷⁴. Sánchez Albornoz, 1981: 222 diferenciou também entre Norte e Sul, assumindo que apenas esta última tivesse sido “despovoada” por Afonso I. Ainda que esteja em marcha um processo de desvinculação do território galego do tradicional binómio *despovoamento / repovoamento* (Portela, 1994: 85, entre outros trabalhos mais recentes), a verdade é que, à luz dos poucos dados conhecidos, o rio Minho parece ter desempenhado uma função de limite meridional à primeira expansão asturiana - Sánchez Pardo, 2008: 502-503 notou essa diferença, assumindo que a reorganização do território a Sul de Ourense tenha ocorrido apenas a partir do século IX -, se bem que seja possível reconhecer outros patamares de diferenciação (também enunciados nas *Crónicas Asturianas*), especialmente entre a zona costeira (menos conhecida) e parcelas importantes do território interior.

As poucas notícias acerca dos mecanismos pelos quais se processou a integração da Galiza na esfera asturiana referem sistematicamente a relativa dificuldade dos monarcas ovetenses em submeter a região, mencionando-se numerosas revoltas e rebeliões. Durante muito tempo, tais notícias foram interpretadas como uma resposta “natural” do substrato social galego em aderir a uma monarquia que, para todos os efeitos, não era a sua, numa atitude beligerante e independentista semelhante à que

⁷⁴ É importante ter em consideração que são cada vez mais os autores que negam a existência do impacto da conquista muçulmana no Noroeste peninsular. Pallares e Portela, 2007: 62, entre outros autores, são peremptórios ao afirmar que «no hubo, al norte del Duero, conquista musulmana en el noroeste de la península ibérica». Cf. também Baliñas Pérez, 1998: 142 e, para uma perspectiva mais fundamentada em autores recentes, Sánchez Pardo, 2008: 469. Para a zona do Bierzo, veja-se Durany Castrillo e Rodríguez González, 1998: 56: «La llegada de los musulmanes al "territorio bergidense", no supuso una ruptura ni un vacío poblacional como había mantenido Sánchez-Albornoz». Esta é uma conquista relativamente recente da historiografia; basta recordar que, não assim há tanto tempo, Núñez Rodríguez, 1978: 103 referia-se ainda a uma «ocupación islámica de grande parte do territorio galego na primeira metade do século VIII», responsável pela desestruturação da estrutura de poder visigótica no Noroeste peninsular e pelo abandono de muitos mosteiros e igrejas.

bascos e navarros tiveram para com a expansão asturiana naquele mesmo século VIII. Mattoso, 1992: 452 salientou que as duas versões da *Crónica de Afonso III* omitem algumas revoltas galegas e Isla Frez, 1993: 12 foi mais longe, ao verificar que apenas Afonso I, seu filho Fruela I e seu genro Silo parecem ter tido uma relação conflituosa com a Galiza, não se registando quaisquer contendidas ao tempo de Aurélio ou Bermudo I, descendentes do duque Fruela, linhagem da qual sintomaticamente descendia Afonso III (não se está na posse de dados que confirmem o eco galego da revolta de escravos e/ou libertos ao tempo de Aurélio, como sugere Baliñas Perez, 1992: 84). Ora, Fruela I casou com uma basca e há que recordar que Afonso I era filho de Pedro da Cantábria, o que situava as suas possessões no sector oriental do reino asturiano, mais afastado da Galiza. Pelo contrário, em 791, Bermudo I esforçou-se por defender a Galiza (ou pelo menos o Bierzo, zona imediatamente a Ocidente das Astúrias – Ruiz de Toledo, 1999: 10-11), abdicando do trono pouco depois de ter sido derrotado. Algumas décadas mais tarde, seu filho, Ramiro I, reuniu um exército em Lugo para combater o usurpador Nepociano (Isla Frez, 1993: 12), facto que aponta para que a Galiza fosse um bastião de apoio ao monarca. Ainda que não se esteja na posse de dados que relacionem a autoridade do ramo ducal de Fruela com o território galego, é de supor que esta estirpe tenha promovido uma efectiva proximidade para com núcleos populacionais do Noroeste peninsular, ao contrário dos descendentes de Afonso I. Estes, terão mesmo tentado obter propriedades fundiárias na região, possivelmente à custa de alguma independência dos grupos populacionais ali instalados há décadas⁷⁵, incluindo eventualmente antigos senhores de origem visigótica⁷⁶, uma aristocracia local por enquanto anónima, uma «proto-noblezla laica y territorial» (González Paz, 2006: 450), que não terá deixado particulares vestígios, à excepção da ainda largamente desconhecida batalha do Monte Cubeiro, perto de Lugo (c. 780)⁷⁷.

⁷⁵ Menéndez Bueyes, 1995-96: 449, na sequência de Martínez Faedo, 1992: 151, sugeriu que Silo fosse um magnata rural no sector Nordeste da Galiza, estatuto que lhe permitiu doar uma propriedade, em 775, destinada à construção de um mosteiro. Recuero Astray, 2003: 862 esclareceu que este documento é o mais antigo da corte asturiana relativo à Galiza e também o mais antigo do fundo documental do arquivo da catedral de León, onde se encontra.

⁷⁶ Recuero Astray e Barreiro Mallón, 2008: 64 admitem que a Galiza serviu de refúgio a muitos senhores visigóticos, tendo, por isso, visto aumentada a sua população nos anos que se seguiram à conquista de 711.

⁷⁷ A batalha deu-se no reinado de Silo, genro de Afonso I e, portanto, aparentemente hostil para a Galiza. As *Crónicas Asturianas* recolheram a seguinte informação acerca daquela batalha: «Cuando Galicia se rebeló, la venció tras entablar combate en el Monte Cubeiro y la sometió a su imperio» (versão Rotense, ed. 1985: 212). Na versão A. Seb. trocou-se o sujeito «Galiza» por «povos de Galiza» - «*populos Galleci*» (ed. 1985: 137 e 213), parecendo dar a ideia de que nem toda a província tivesse aderido à rebelião.

Independentemente desta “guerra dinástica”, que teve na Galiza um dos seus palcos mais importantes, os monarcas asturianos terão controlado com relativa facilidade as revoltas impulsionadas pelos agentes galegos (Ruiz de Toledo, 1999: 7), o que reforça as passagens das *Crónicas Asturianas* que assumem a integração do Noroeste peninsular na esfera de poder asturiana em apenas dois reinados. Tal não deve significar, no entanto, que toda a província tenha sido sujeita a um coerente programa de colonização. Ao mesmo tempo que a parca documentação revela um território em progressiva adesão a fórmulas de povoamento ditadas a partir das Astúrias, subsistem numerosas áreas sem quaisquer referências, mas onde não é lícito vislumbrar hostes muçulmanas, pois, como se tem visto, concorda-se cada vez mais com a tendência historiográfica que minimiza o impacto da invasão e colonização muçulmana no Noroeste peninsular. E há, finalmente, que equacionar a permanência em larga escala de anteriores formas de organização (não necessariamente relacionadas com o Estado visigótico), desde a rede paroquial até formulações autárquicas mais ou menos explícitas.

Os pontos principais de expansão asturiana parecem ter ocorrido no interior do território, numa faixa relativamente homogénea que compreendia Lugo, Sarria e Samos, (o que se convencionou chamar a “meseta lucense”), curiosamente uma parcela de terreno que, em época sueva e visigótica, havia sido sujeita a duas correntes de povoamento distintas: por um lado, a reocupação de castros; por outro, a manutenção de antigas *uillae*, então reservadas a uma minoria diferenciada de população (López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999-2000: 179). O que se conhece acerca do povoamento patrocinado nestes três locais é esclarecedor quanto à heterogeneidade dos agentes sociais envolvidos na empresa de colonização asturiana por aqueles anos, mas também quanto à importância deste território para a consolidação interna do próprio reino.

| |
|-------------------------|
| Lugo, Samos e Sarria |
|-------------------------|

Lugo é o caso mais interessante, e também o que apresenta maiores problemas de autenticidade, pelas dúvidas que envolvem a figura de Odoário. Segundo a tradição, este teria sido o primeiro bispo asturiano da cidade, o que levou alguns autores a admitir que, logo com Afonso I, Lugo teria sido uma urbe episcopal e assim se teria instituído no primeiro e mais poderoso centro religioso exterior às Astúrias (aceite com múltiplas reservas por Ayala Martínez, 2008: 110; reparos a este posicionamento em Moreta, 2009: 82). A crítica aos documentos pelos quais se conhece a existência de Odoário, um

Interessante nestas duas passagens é que a notícia da batalha é precedida por uma breve frase: «Con los ismaelitas tuvo paz». A Albeldense não recolheu o episódio.

diploma já do século XII que pretende incorporar outros anteriores pretensamente escritos no século VIII, foi feita por David, 1947: 147, Floriano Cumbreño, 1949: 62-65 e, em anos mais recentes, por Mínguez Fernández, 1985: 16, Ayala Martínez, 2008: 110-111, entre outros. A admitir como verdadeiras as informações nele contidas⁷⁸, Odoário seria oriundo do Norte de África e teria chegado a Lugo à frente de um grupo de colonizadores; promovera o seu povoamento, porque encontrara a cidade *desertam et inhabitabilem*, e trabalhou para restaurar o anterior estatuto de *civitas*, tendo ainda construído a *ecclesiae Sante Mariae*, as igrejas de São Julião e Santa Eulália, e impulsionado o povoamento de uma ampla área em redor da cidade, com o apoio de sete dos seus companheiros – Avezano, Agario, Seudo, Gotino, Desterico, Procedendo e Macedonio (e o número sete é particularmente sugestivo...). Catarino, 2005: 196 utilizou este documento para chamar a atenção para a hipótese de alguns berberes não terem abandonado o Noroeste da Península com as revoltas de c. 740, admitindo que Odoário pudesse ter sido um daqueles berberes a instalar-se na região, os quais teriam sido mais cristianizados que propriamente islamizados (também Rodríguez González e Durany Castrillo, 1998: 56 para a zona do Bierzo; Rios Camacho, 2009: 264-265, apesar de este autor admitir que os companheiros de Odoário seriam «elites probablemente mozárabes»⁷⁹). Em todo o caso, como concluiu Martín Viso, 2009: 114, a permanência de bolsas de berberes na zona do Douro, e mesmo a Norte do Tejo, não ultrapassa, para já, «el nivel de indicios» e, «de haber existido una presencia beréber, fue minoritaria e históricamente marginal, pues se vio absorbida por la población autóctona de forma rápida y absoluta».

Ainda que se continue a discutir a existência de Odoário, e em especial o seu estatuto como primeiro e único bispo do reino asturiano ao tempo de Afonso I⁸⁰,

⁷⁸ Entre outros autores que admitem alguma veracidade deste documento (na prática, são dois documentos), contam-se Sánchez Albornoz, 1925: 532-534 e 1981: 21 e Núñez Rodríguez, 1978: 104-105 e 127, nota 40 (com bibliografia sobre o assunto). Também Fontes, Martins, Ribeiro e Carvalho, 2010: 260 admitiram como válidas as informações naqueles documentos relativas à zona de Braga, assunto a que voltaremos. Perspectivas recentes e sintéticas sobre os argumentos que apontam para a falsidade dos documentos em Isla Frez, 1992: 54-55 e Rios Camacho, 2009: 265-267. A pretensa data de falecimento de Odoário - 786 - aparece em dois obituários de carácter monástico, mas quer Vázquez de Parga, 1957: 460-461, quer García Álvarez, 1967-68 não lhes reconheceram qualquer crédito.

⁷⁹ Alguns autores têm insistido numa visão absolutamente contrária, referindo-se aos berberes como agentes de “agressão”, mais do que “ocupação”, na medida em que se teriam dedicado “à pilhagem e à extorsão da população autóctone, sem que tivesse sido instaurada uma nova ordem ou uma nova cultura” (Recuero Astray e Barreiro Mallón, 2008: 63). Esta visão algo catastrofista carece de certificação, bem como a eventual permanência após 740 de contingentes de origem berbere (eventualmente (re)convertidos ao Cristianismo).

⁸⁰ É importante advertir para a evidência de que as circunscrições episcopais herdadas da época visigótica não terminaram com a conquista de 711-714. Se para os territórios mais a Sul subsistem múltiplos

detentor da cátedra de Braga (como admite Novo Güisán, 2005: 174 a partir das conclusões de Pierre David, 1947: 133-35), a verdade é que aquela igreja de Santa Maria de Lugo foi muito elogiada por Afonso II na transição para o século IX e, como concluiu López Carreira, 2007: 57, a cidade medieval de Lugo, que por aquele século VIII estava possivelmente a estruturar-se, não guarda relação directa com o desenho ortogonal da urbe romana, o que prova como, entre os séculos IV e VIII, ocorreu um processo de reconfiguração urbana decisivo para o modelo desenvolvido na Idade Média.

Se continuam a persistir dúvidas acerca do processo revitalizador de Lugo, o mosteiro de **Samos** não oferece tantas incertezas. Sobre este local, sabe-se que, em momento desconhecido das décadas de 50-60, aqui chegou o sacerdote Argericus e sua irmã, Sarra, oriundos «*de finibus Spanie*» (expressão que deve ser entendida como relativa a um território moçárabe, muito distante das Astúrias⁸¹). De acordo com o documento de 922 que refere este episódio – uma escritura do rei Ordonho II –, ambos tomaram posse de diversas *uillae* (numa larga extensão, entre o Bierzo e Pontevedra – cf. García de Cortázar, 2006: 257) e aí «*fecerunt egleſia Sancti Joanni, inter duos discurrentes Sile et Cua*» (Carriedo Tejedro, 2005: 69; ed. Santos Puerto, 2010: 2). Uma característica importante deste documento é a que relaciona o acto (re)fundador de Argericus e Sarra com a doação real de Fruela I do território de Samos, o que assegura a chancela real para os actos praticados pelos dois irmãos. Há que questionar o valor desta informação, especialmente por nos ter chegado por via de um documento do século X, mas importa dizer que, ao que tudo indica, Samos não terá sido o primeiro mosteiro a ver reconhecido o seu estatuto territorial por parte de Fruela I. O mesmo monarca esteve presente na cerimónia em que vinte e sete mulheres se submeteram à autoridade da

indícios e algumas evidências de uma continuidade do quadro diocesano (como se verá), para a parte Norte da Península os dados parecem ser ainda mais claros. Como concluiu López Alsina, 2002: 429: «La red eclesiástica tardoantigua no había desaparecido. Dentro de las fronteras del reino astur seguían existiendo las antiguas sedes episcopales, en cuya destrucción sistemática nunca estuvieron interesados los invasores musulmanes».

⁸¹ Rincón Álvarez, 2003: 142 admitiu que ambos fossem de origem toledana e situou a sua chegada (e de mais monges que os acompanhavam) em momento até ao ano 757, data em que Fruela I assumiu o trono. Embora não existam, para já, dados concretos que permitam uma maior aproximação à data de chegada de Argericus e sua irmã, subsistem algumas informações que parecem apontar para uma ininterrupta actividade do mosteiro, entre a época visigótica e o século VIII. É o que se depreende de um documento de 747 que certifica a existência da igreja de S. Pedro de Seteventos, vinculada a Samos (Floriano Cumbreño, 1949-51: 49). A ser verdadeiro, este diploma certifica que, já por esses anos e antes ainda de Fruela ter subido ao poder, Samos seria já o eixo estruturante de povoamento na zona, continuando o seu estatuto de época visigótica, não obstante López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999-2000: 182 admitirem que, sensivelmente entre 714 e a década de 40 do século VIII, o mosteiro possa ter tido um período de abandono.

abadessa Nunnabella, entrando para o mosteiro de S. Miguel de Pedroso, que esta havia fundado junto ao rio Tirón em 759 (Martínez Díez, 2005: 105; García de Cortázar, 2006: 257)⁸². Certo é que a chancela régia de Samos tornou este mosteiro num verdadeiro eixo povoador territorial, tendo surgido, em seu redor, uma densa rede de lugares de culto e de habitação, para onde parecem ter sido canalizadas as populações que, ainda por essa altura, habitariam os numerosos castros da região (López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999-2000: 181).

Sarria foi outra zona de colonização do reino asturiano. No tempo do rei Silo, o mosteiro de Samos terá promovido uma reorganização deste espaço, aí fundando igrejas e mosteiros dúplices⁸³. Foi sintomaticamente nesta zona, eventualmente num antigo castro (Santa Cristina do Viso), que Afonso II terá instalado Mahamud b. Abd al-Yabbar, acolhido pelo monarca de Oviedo pouco depois de 837, ano em que aquele rebelde emeritense se revoltou contra o emir de Córdova. Isla Frez, 1993: 13 propôs que o local escolhido por Afonso II estivesse relacionado com a necessidade de melhor controlar a aristocracia galega que, como se viu, era muito “feroz” para com o tronco linhagístico que recuava a Afonso I. Em boa verdade, não é possível ter certezas acerca da escolha da Galiza para a instalação de Mahamud. Sobre a aristocracia galega do século VIII estamos muito mal informados e, não obstante alguns autores admitirem que ela tenha substituído a anterior estrutura visigótica e os escassos berberes fugidos para Sul na década de 40⁸⁴, a verdade é pouco pode ser adiantado, como se viu a propósito da batalha de Monte Cubeiro. Por outro lado, a *Crónica de Afonso III* (versão A. Seb.) refere que Mahamud foi recebido por Afonso II com honras e instalou-se na Galiza com todo o seu séquito, o que supõe a existência de um grupo coerente, composto por

⁸² A aparente sintonia da acção régia em relação a dois mosteiros situados nas extremidades nascente e poente do reino parece ter a leitura de uma estratégia concertada de reforço daqueles territórios, então ainda periféricos, pela vertente monacal, eixo primordial do nascente reino asturiano.

⁸³ Rios Camacho, 2009: 268 refere a acção do mosteiro nesse sentido e o presumível aproveitamento de contingentes moçárabes para esse fim, ainda que não existam dados objectivos que certifiquem tal proposta; Núñez Rodríguez, 1978: 105 menciona o mosteiro de San Estebo e San Pablo de Calvor, fundado por monges de Samos em 785 e outros pólos de povoamento já do século IX.

⁸⁴ Portela e Pallares, 1987: 27 salientaram que a invasão islâmica e a fugaz presença berbere não terá significado uma ruptura profunda com a realidade histórica anterior; pelo contrário, terá sido apenas com a progressão da monarquia asturiana que se terão dado as mais importantes alterações ao nível da posse da terra. Sánchez Pardo, 2008: 470 recorre precisamente ao trabalho destes autores para concluir que «desaparecidas las autoridades públicas su lugar va ser imperfectamente ocupado por los magnates locales que apenas pueden asegurar un mínimo de organización política en territorios muy reducidos y desconectados entre sí, pero sin embargo van a reforzar su posición en la medida en que son los únicos en condiciones de ofrecer protección a los demás. Son los miembros de la primera aristocracia altomedieval gallega que basaban su poder, efectivo pero sin respaldo legal, en la riqueza (tierras), las vinculaciones personales, las vinculaciones suprafamiliares (capacidad de movilización de otros hombres) y por tanto, la fuerza armada (Pallares Méndez; Portela Silva 1997a, p. 52-60)».

algumas famílias⁸⁵. Ainda que os dados relativos a Sarria sejam menos esclarecedores que os referentes a Samos, terá sido a partir destas duas zonas que se deu uma importante vaga de penetração da autoridade asturiana no tempo de Fruela I, a qual estará certamente na origem da passagem da Crónica de Afonso III sobre o povoamento *usque flumine Mineo*.

No estado actual da investigação, assume-se como uma evidência que as formas de povoamento na zona interior da Galiza foram mais complexas do que as enunciadas para Lugo, Samos e Sarria (López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999-2000: 179-180). Rios Camacho, 2009: 263 refere-se a um primeiro momento do século VIII, algo difuso, em torno de um eventual estatuto episcopal de Mondoñedo⁸⁶, região onde, provavelmente no início da década de 80, o diácono conimbricense Rodrigo terá também fundado três igrejas, de acordo com a interpretação de González Paz, 2006; Núñez Rodríguez, 1978: 105 aceitou a tradição de fundação do mosteiro de San Vicente do Pino, em Monforte de Lemos, em momento impreciso antes de 792, ano em que já aparece mencionado num documento; Suárez Otero e Caamaño Gesto, 2003: 47 mencionam a possibilidade, ainda sem certificação arqueológica, de que no século VIII tenha ocorrido uma reconfiguração populacional onde hoje se ergue a cidade de Santiago de Compostela; Sánchez Pardo, 2008: 716 reflectiu sobre os indícios de continuidade para o território de Nendos, não obstante os escassos dados de procedência funerária com que trabalhou; por fim, Carriedo Tejedo, 2005: 75 menciona alguns indícios de continuidade toponímica entre a época visigótica e o século IX.

Neste quadro de maior complexidade, assume especial interesse a questão paroquial e sua aparente “invisibilidade” no século VIII. Para o território galego, as mais recentes abordagens assumem uma certa continuidade (e até complexificação) entre as 16 paróquias mencionadas no *Parochiale Suévico* e as 65 igrejas da diocese de Iria mencionadas no *Documento de Tructino* (diploma que López Alsina, 1988: 159

⁸⁵ Bonnaz, 1987: 52 esclareceu que, pouco depois de instalado, Mahamud devastou algumas regiões vizinhas e refugiou-se num castelo próximo, tendo aí sido derrotado por Afonso II e morto. López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999-2000: 181-182 compilaram os dados possíveis que atestam o valor militar do castro de Santa Cristina de Viso, mencionado como *castellum*.

⁸⁶ A maioria dos autores, embora concorde que a zona de Mondoñedo tenha sido integrada no reino asturiano logo durante o reinado de Afonso I, situa a sua organização paroquial já na transição para o século IX, ao tempo de Afonso II (González Paz, 2006: 444). Cal Pardo, 2003: 15 anotou que o primeiro bispo mindoniense foi Savarico, que começou o seu episcopado em 864, a fazer fé num documento de Afonso III, cuja autenticidade tem sido discutida (Isla Frez, 1992: 61 assumiu peremptoriamente que se trata de um documento falso).

datou de meados do século IX; Sánchez Pardo, 2008: 436-437 situa-o no ano de 868⁸⁷). A ser verdadeira esta correspondência, é natural que as paróquias herdadas de época suevo-visigótica tivessem sobrevivido pelo século VIII, e tenham até sido objecto de alguma fragmentação entre o período de nominal conquista islâmica e os meados do século IX, graças a um fenómeno de povoamento denso e dilatado ao longo de várias gerações (López Quiroga e Bango García, 2005-2006: 37-38; Sánchez Pardo, 2008: 501 refere-se a uma expansão construtiva de carácter religioso na área da diocese de Iria «especialmente intensa a lo largo del siglo VIII y primera mitad del IX»; Ayala Martínez, 2008: 110 admitiu também uma certa dinâmica em torno desta diocese). Também por esta via, não se pode considerar o século VIII como um período em que o território esteve abandonado, como nos foi apresentado por Sánchez Albornoz e como ainda pensa Rios Camacho, 2009: 261, autor que se refere a um espaço «vacío de poder laico y eclesiástico desde (...) la presencia musulmana»; os dados vão cada vez mais em sentido contrário e apontam para a coexistência e reforço de um modelo hierarquizado de organização do território, entre a cidade e o campo, entre a sede episcopal e as paróquias rurais. Algo, evidentemente, bem distinto da visão de espaços a perder de vista sem qualquer autoridade dominante.

Para a história do reino asturiano, os dados recolhidos sobre Lugo e a zona de Sarria-Samos permitem sublinhar uma tendência de penetração fomentada pela própria Coroa, provavelmente onde já outros agentes promoviam uma renovação de povoamento. Tal acção da monarquia alicerçou-se na aliança com agentes religiosos de diferente proveniência e com outros poderes laicos, engajados numa mesma estratégia de ampliação da autoridade régia e de legitimação dos seus novos detentores através do estatuto de agentes delegados do rei. Mas a verdade é que se continuará a intuir que a maior parte dos processos de povoamento e de organização social do espaço foram mais vastos, e até mais estruturantes, que os surgidos na esfera real, ou realizados pelos seus directos aliados. A complexificação da rede paroquial entre o que se conhece da época visigótica e o que aparecerá nos meados do século IX é um factor que invariavelmente adverte para uma maior dinâmica organizacional que a enunciada pelos escassos dados

⁸⁷ Fernández Conde, 2000: 166 sugeriu que a diocese de Iria tivesse conseguido manter «su episcopologio, sin cortes bruscos, de manera permanente», mas salientou que a principal fonte para caracterizar esta diocese na Alta Idade Média é o *Cronicon Iriense*, conjunto acerca do qual Isla Frez, 1984: 415 demonstrou a total falta de credibilidade para caracterizar o século VIII. Também com base nesta fonte documental (cuja redacção não será anterior à segunda metade do século XI), Rios Camacho, 2009: 261 admite que a diocese de Iria parece ter tido um relativo protagonismo no século VIII.

relativos à acção de Fruela no espaço galego e ao provável estatuto proprietário de Silo no Nordeste galego atrás mencionado.

2.4. A “fundação” de Oviedo (761), a dimensão religiosa do reino asturiano e os primeiros passos de uma igreja nacional

el reino entero semejava a las vezes un solo y gran cenobio

Cláudio Sánchez-Albornoz

No processo de apropriação da Galiza por parte do nascente reino asturiano destaca-se a dimensão religiosa daquela primeira expansão para Ocidente. No ponto 2.1. deixaram-se já alguns dados cronológicos a respeito da assinalável dinâmica em torno da fundação / construção de mosteiros por iniciativa régia (que aproveitou a acção de numerosos agentes, alguns dos quais procedentes de território nominalmente controlado pelo Islão). As fundações dos mosteiros de Pedroso e de Samos parecem ser a face mais iluminada de um processo vasto e estruturante, que consagrou à dimensão religiosa a legitimidade da apropriação de terras por parte de grupos vinculados à autoridade asturiana e a oportunidade para implementar uma nova organização hierárquica do território, uma nova geografia que consagrava aos elementos religiosos as mais visíveis marcas dessa transformação.

A abordagem à dimensão religiosa do reino asturiano é, no entanto, mais complexa e está também contaminada por algumas referências documentais e materiais duvidosas ou manipuladas em cronologias medievais mais tardias. A fundação (ou refundação) de casas religiosas testemunha-se logo desde o reinado de Fávila, a admitir como legítima a inscrição fundacional da igreja de Santa Cruz de Cangas de Onís⁸⁸ (fig.

⁸⁸ O seu conteúdo foi admitido por vários autores (Cid Priego, 1995: 37-39; Ayala Martínez, 2008: 108), apesar das dúvidas de Fernández Conde: 1993-94: 49-51 e 2000: 150 que considerou falsa a parte final da inscrição (também Gimeno y Hoyo, 2012, no prelo). Caballero Zoreda, 2011: 267 salientou as fragilidades dos argumentos que relacionam a construção do templo com a figura de Fávila (desaparecimento da inscrição fundacional; insuficiência de caracterização formal e material do edifício; alguma tradição historiográfica que apontou já outros caminhos) e María Ángeles Utrero Agudo, 2006: 127-130 realçou as semelhanças planimétricas e volumétricas que a igreja ostenta em relação a outras situadas na transição para o século X. A maioria dos autores admite, ainda, que a construção da igreja tenha ocorrido por volta de 737 e por patrocínio do segundo rei asturiano (Barbero e Vigil, 1978: 259-260; Corzo, 1989: 96; Martínez Villa, 1992: 157, entre muitos outros). De Pelaio, subsiste uma lenda que associa o seu nome à fundação da igreja de Santa Eulália de Abamia (mencionada como Santa Olalla de Pamia por Ambrorio de Morales em 1572), em cujo exterior teria mesmo recebido sepultura o primeiro rei asturiano e sua mulher. O facto de esta igreja não ser referida nas *Crónicas Asturianas* tem motivado

11). Do tempo de Afonso I subsistem dúvidas a respeito de quase todas as fundações monásticas atribuídas ao rei (como se viu na nota 66), mas de Fruela I as notícias são abundantes e até estruturantes para a caracterização do seu reinado, não devendo ter

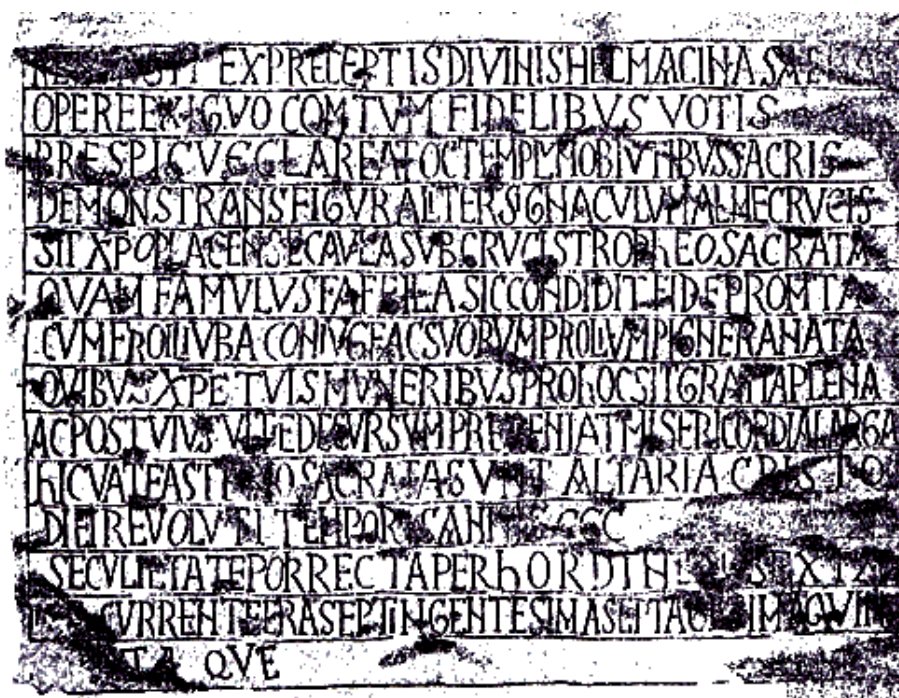


Fig. 11 – Santa Cruz de Cangas de Onís.

Inscrição supostamente fundacional, desenhada por Roberto Frassinelli (1811-1887) em 1880.
Desaparecida

tido alheia a decisão de incorporar em mosteiros muitos dos clérigos que até ao seu reinado tinham permissão para casar⁸⁹. Não devem, por isso, restar dúvidas acerca da proximidade que existiu entre a família real e uma peculiar vivência religiosa característica da afirmação do reino asturiano logo desde os meados do século. Para lá das fundações pias, os próprios monarcas e restante família nuclear parecem ter convivido bastante com os núcleos monacais de Oviedo. O recurso ao retiro espiritual proporcionado pelo mosteiro, incompatível com a condução dos assuntos terrenos do reino, foi uma prática que se testemunha na própria família real, especialmente para afastar eventuais influências na sucessão dinástica, como parece ter ocorrido com Adosinda, mulher do rei Silo, que se recolheu a um mosteiro pouco depois do

uma constante desconfiança em relação à intervenção de Pelaio. Por isso, e enquanto não se registarem novos dados de natureza arqueológica, a relação daquele monarca com Abamia deve permanecer como mera notícia lendária, forjada posteriormente à redacção das *Crónicas* do tempo de Afonso III (Cid Priego, 1995: 34; Martínez Faedo, 1992: 149 valorizou a crítica de Floriano Cumbreño a respeito da falsidade de alguns documentos medievais que se referem à fundação pré-românica do templo).

⁸⁹ Este assunto está referido na *Crónica de Afonso III* (versão Rotense) (ed. 1985: 134 e 210) e merece, por isso, algumas reservas, pelo seu conteúdo vincadamente neovisigotista. A passagem foi aceite por (Barbero e Vigil, 1978: 259).

falecimento de seu marido e da subida ao trono de seu meio-irmão, Mauregato (aparentemente contra a pretensão de Afonso II, sobrinho de Adosinda e que havia desempenhado o cargo de *comes palatii* durante o reinado de Silo). Precisamente Mauregato (considerado um usurpador pela cronística de Afonso III) foi objecto de um hino religioso composto no mosteiro de Liébana (Hernansaez, 1997: 314), e alguns autores admitem que, no seu tempo e no de Bermudo I, a Igreja alcançou uma posição de real controlo sobre os assuntos temporais do reino (González Paz, 2006: 444). Bermudo I, que ascendeu ao poder em 788, abdicou escassos três anos depois e ter-se-á recolhido a um mosteiro⁹⁰. Como se verá adiante a propósito dos religiosos que estiveram presentes na entrada em religião de Adosinda, há múltiplos indícios que apontam para que estas cerimónias fossem momentos marcantes do Estado. No período seguinte, durante o longo reinado de Afonso II, por muitos cognominado “o Casto”, a Igreja nacional asturiana era já uma evidência, autonomizada da toledana e devidamente organizada e hierarquizada a partir dos círculos mais próximos da Coroa, onde pautava uma verdadeira aristocracia religiosa.

Neste processo de afirmação paralela da Igreja ao da monarquia, importa diferenciar três eixos distintos: a rede diocesana; o triunfo do monacato; e a presumível maior disseminação das *ecclesiae*⁹¹ por todo o espaço asturiano.

Paradoxalmente, é sobre a composição diocesana do reino que menos informada está a investigação histórica. Conhecendo-se a importância que o aparelho episcopal teve no anterior governo visigótico, o silêncio que parece ter-se abatido sobre as dioceses da área asturiana do século VIII não pode deixar de ter uma leitura sobre a sua

| |
|----------------------------|
| Estrutura episcopal |
|----------------------------|

⁹⁰ A versão Rotense da *Crónica de Afonso III* justificou a abdicação voluntária ao trono por Bermudo ser «diácono» («*quod diaconis fuit*» ed. 1985: 138 e 212). Rubio Hernansaez, 1997: 314 admitiu que o rei tivesse abdicado após a derrota contra um exército islâmico. Tanto as fontes cristãs como muçulmanas recolheram a tradição de, pelo menos, duas ofensivas meridionais contra Álava e a Galiza em 791 (Ruiz de Toledo, 1999: 10-11; Moreta, 2009, 30-31), mas não consta que Bermudo tenha perdido a vida em qualquer delas, como admite uma difusa tradição acerca do Bierzo.

⁹¹ A implantação de *ecclesiae* como unidades patrimoniais e de povoamento foi um assunto estudado para a Cantábria por Díez Herrera, 1987: 50-51. De acordo com as conclusões desta autora, a constituição de *ecclesiae* tinha um sentido semelhante ao das *uillae*, diferindo destas pelo conteúdo religioso da iniciativa fundadora. A referência a uma *ecclesia* em contexto expansionista asturiano não significará apenas a evidência de uma igreja; ela refere-se a um *habitat* e a um espaço envolvente concreto, mas também a perspectivas de alargamento da própria autoridade asturiana, «unas veces capacitando a otros miembros de la comunidad eclesiástica para la roturación de cotos y presuras ya legitimadas (...) otras estableciendo contratos con la población autóctona». A seu tempo, «estas pequeñas células colonizadoras» deram origem a aldeias ou bairros. Ruiz de Toledo, 1999: 58 reconheceu a importância das *ecclesiae* na primeira expansão asturiana dirigida a Castela-Velha, assumindo que «en torno al año 800 comienza la repoblación documentada de la Castilla oriental con la fundación de la Iglesia de Taranco». À importância das *ecclesiae* como elementos de povoamento no futuro território português voltar-se-á nos capítulos relativos aos séculos IX e X.

diminuição de importância no novo quadro. A primeira notícia do episcopado asturiano é muito duvidosa e diz respeito à intervenção do bispo Asterio (ou Astemio) na fundação da igreja de Santa Cruz de Cangas de Onís (737), mencionado numa inscrição que nem todos os autores consideram original (cf. nota 88; nesta epigrafe, Asterio é mencionado como “vate”, que alguns autores traduziram por “sacerdote” (Cid Priego, 1995: 37) e não por bispo). Nas áreas mais próximas das Astúrias, o panorama não é mais claro. Já se salientaram as fundamentadas dúvidas a respeito da intervenção de Odoário no “repovoamento” de Lugo e respectivo estatuto episcopal, e parece que a diocese de Oviedo foi criada apenas em 812, quando Afonso II terá decidido reconstruir a igreja de S. Salvador, arrasada por tropas islâmicas em 794⁹². Para o século VIII, a menção menos duvidosa diz respeito ao bispo Valentino, referido como *pontificis* no documento da fundação do mosteiro castelhano de Pedroso (Martínez Díez, 2005: 105), ainda que alguns autores tenham colocado em causa a data constante naquele diploma, bem assim a possibilidade de Valentino ter sido bispo de outra diocese que não Oca (síntese em Carriedo Tejedo, 2002: 77; Gómez Tarazaga, 2009: 88 reafirmou recentemente a possibilidade de Valentino ter sido bispo de Oca / Auca). Também o bispo Etério, mencionado em vários diplomas da década de 80 do século VIII, merece alguma credibilidade, embora devesse residir em Liébana e não na sua diocese de Osma. A primeira lista de bispados asturianos que se conhece data somente da transição para o século X (seguramente do reinado de Afonso III) e nela constam 12 dioceses, número por demais curioso por sugerir uma relação simbólica com os 12 apóstolos (como reconheceu Novo Güisán, 2005: 173). Nesta lista, há uma clara preponderância de bispados ocidentais, em detrimento da zona mais oriental (e da própria Astúrias), onde escasseiam as sedes episcopais.

Ainda que se possa reconhecer um período de progressiva decadência urbana no final do domínio visigótico (Barbero y Vigil, 1978: 259 haviam já chamado a atenção para a deficiente estrutura paroquial das Astúrias à época da invasão islâmica), parece que as cidades episcopais do Norte peninsular sofreram uma efectiva perda de importância no século VIII. **Oca**, diocese já bem estabelecida no século VI, perdeu importância em favor dos mosteiros de Castela-Velha no século VIII (Fernández Conde,

⁹² O documento foi confirmado por cinco bispos, nenhum deles da área geográfica asturiana: Ataulfo (Iria); Suintila (León); Maydo (Orense); Quindulfo (Salamanca); Teodemiro (Calahorra). O diploma apresenta muitas dúvidas e não é certo que, já nessa altura, estes cinco eclesiásticos fossem titulares efectivos das respectivas dioceses. É possível que, à semelhança do que julgo ter ocorrido com as *Crónicas Asturianas*, também este diploma possa fazer parte de uma estratégia propagandística e legitimadora de futuras conquistas territoriais. Sánchez Albornoz considerou o diploma fidedigno.

2000: 177-178) e só seria restaurada na segunda metade da centúria seguinte, ainda que Martínez Díez, 2005: 105 admita que o *Valentini pontificis*, mencionado no documento fundacional do mosteiro de Pedroso, possa ter sido titular daquela diocese no século VIII. **Astorga** permanece mal conhecida, embora o seu estatuto de capitalidade do Noroeste tenha desaparecido com a invasão islâmica. Não subsistem dados sobre a sua estrutura diocesana e a opinião mais consensual aponta para um “abandono” da cidade aos seus moradores, depois de também aqui o contingente berbere se ter revoltado e abandonado a urbe (Felipe, 1997: 286-287). Subsiste, todavia, a notícia de uma batalha ocorrida na sua «fortaleza» em 795 (opinião de Sotto y Montes, 1981: 96). Ao que tudo indica, um exército islâmico atacou a cidade, e esta teria sido defendida por tropas de Afonso II. Embora Menéndez Bueyes, 1995-96: 454, nota 70 tenha assumido que, nesta data, Astorga não teria qualquer vínculo às Astúrias, a provar-se que Afonso II a defendeu de um ataque islâmico (e qual o motivo daquele ataque?), estar-se-á perante um dado que admite pensar numa relativa tutela asturiana sobre a antiga capital de província logo pelos finais do século VIII. López Alsina, 2002: 230 admitiu que o enigmático bispo Ascário (Anscario, Ascarico), mencionado na célebre querela adopcionista que animou os meios religiosos peninsulares de final do século, fosse titular da cátedra astorgana (Isla Frez, 2004: 125 adoptou atitude prudente, concluindo pelo desconhecimento da sua diocese, e Ayala Martínez, 2008: 126-127; Díaz y Díaz, 1976: 167 admitiu que Ascarico fosse de procedência toledana). Finalmente, há que valorizar a informação da *Crónica Albeldense*, segundo a qual Astorga e León teriam sido conquistadas (e integradas) por Afonso I (cf nota 72). Do lado ocidental, **Britonia** terá sido destruída pela passagem muçulmana em 716 (Fernández Conde, 2000:165-166 e Pérez López, 2007: 18), possivelmente na sequência de alguma resistência oferecida pelos seus moradores (Recuero Astray e Barreiro Mallón, 2008: 62; opinião contrária em González Paz, 2006: 440).

Astorga

Diminuindo de relevância aquelas cidades episcopais, outras de menor dimensão parecem ter visto aumentado o seu estatuto. É o que pode ter ocorrido com Pravia, ao que tudo indica sede da antiga paróquia sueva dos Pésicos, que estaria incluída na diocese de Astorga (David, 1947: 41). O facto de Silo ter escolhido este local para capital pode ter relação com a vitalidade da povoação em tempos relativamente próximos; em todo o caso, nenhuma fonte autoriza a leitura de que a paróquia terá continuado activa no século VIII. Terá sido, assim, a “desurbanização” que ocorreu a partir do século VII o principal motivo para a perda de influência das sedes diocesanas,

mais vulneráveis sem o amparo do Estado visigótico⁹³. Ainda que muitas cidades tenham mantido o seu episcopado activo (desde logo com Toledo à cabeça), concorda-se com a tese de López Carreira, 2007: 60, quando afirma que «la incapacidad de los obispos para ejercer su dominio, carentes de la fuerza coercitiva que les proporcionaba el Estado [visigótico], dismantela su asiento físico». Ou seja, quando a cidade se viu abalada pela falta da presença religiosa ou administrativa, entrou em declínio. Esta é uma visão generalizante, mas que se admite para a maioria das antigas cidades episcopais visigóticas que perderam os seus bispos no século VIII, e em particular para as dioceses do Ocidente peninsular.

Por contraste com a escassez de informação relativa às sedes diocesanas, surpreende o conjunto de dados que atestam uma grande dinâmica em torno da vida nos mosteiros. Desde Sánchez Albornoz e Barbero e Vigil, 1978: 259 que a relevância do monacato na nova geografia humana do reino asturiano tem sido evidenciada. Em anos recentes, Árias Páramo, 2006: 207 concluiu que esta dimensão representou «la forma consolidada de la organización eclesiástica de Asturias» e Moreta, 2009: 83-84 referiu-se mesmo a uma «monacolización de la sociedad».

Monacato

Ora, não terá sido apenas pelo recuo das cidades no reino asturiano que o monacato se impôs à ordem hierárquica diocesana. Os próprios monarcas preferiram zonas rurais do interior do território (Pravia, que teria sido uma cidade ou *uilla* romana, e Oviedo, por contraste com Gijón, porventura o maior aglomerado citadino de origem romana nas Astúrias). O monacato juntava o carácter evangelizador à penetração sócio-económica das comunidades rurais, aparecendo como estruturas que ajudavam ao desenvolvimento agrícola e pastoril daquelas aldeias isoladas e de reduzida dimensão, algo que as dioceses urbanas dificilmente conseguiriam. Moreta, 2009: 71 salientou ainda a protecção que os mosteiros proporcionavam a conjuntos de homens livres. E García de Cortázar, 2002: 448 esclareceu que as aristocracias regionais viram na aliança com os mosteiros uma das formas mais eficazes de vertebrar novos territórios, numa estratégia proto-feudal que acabaria por se impor nos séculos seguintes (Moreno Martín, 2011: 94 e 97).

Apesar destas “vantagens”, é importante ter em consideração que a convivência com a vida monacal só parece triunfar no núcleo familiar dirigente asturiano na década

Fundação de Oviedo

⁹³ Para o sector islâmico peninsular do século VIII, as conclusões vão no mesmo sentido, tendo os conquistadores demonstrado pouca vontade em instalar-se nos antigos centros urbanos visigóticos (Picard, 2005: 133, a partir das conclusões de Pierre Guichard para o Levante e de Philippe Sénac para o vale do Ebro).

de 80. Sirva de exemplo a fundação de Oviedo, onde antes da instituição do mosteiro de S. Vicente (781), foram edificadas duas igrejas (S. Salvador e S. Vicente)⁹⁴. Até sensivelmente à década de 80, o patrocínio régio fora canalizado para a edificação de igrejas (Cangas de Onís, Santianes de Pravia, S. Salvador de Oviedo e S. Julião e Sta. Basilisa de Oviedo) e a realidade monacal só se testemunhava, aparentemente, nas zonas periféricas do reino (Samos, Pedroso e a propriedade que Silo detinha na Galiza)⁹⁵. A partir do reinado de Silo, todavia, mais vincadamente nos de seus descendentes e já plenamente triunfante no tempo de Afonso II, a família real abraçou uma estratégia que passava pela afirmação do Cristianismo como religião de Estado e, muito particularmente, pela dimensão monacal dessa vivência religiosa e, em certo sentido, por uma organização social, económica e territorial que o mosteiro permitia e fomentava. Com recurso a monges de formação meridional (Moreta, 2009: 82; Barbero e Vigil, 1978: 259 salientaram o papel dos moçárabes para a cristianização do território rural vinculado às Astúrias, aspecto provado apenas pontualmente e que não pode ser generalizado), ou canalizando agentes anteriormente ligados ao reino (como parece ter sucedido com os clérigos que Fruela I terá obrigado a recolher a mosteiros, impedindo-

⁹⁴ A fundação de Oviedo permanece envolta em algumas dúvidas. Aparentemente, duas iniciativas decorreram quase em paralelo (uma privada e outra patrocinada por Fruela I). A data consensualmente aceite para a fundação daquela que, em pouco tempo, haveria de se transformar na capital do reino, é o ano 761, altura em que *dominus* Máximo, com seus *serui* e seu tio, o abade Fromestano, fundaram a igreja de S. Vicente. Arias Páramo, 2006: 211 sugeriu que Máximo se tivesse instalado em *Ouetao* algum tempo antes e que tivesse primeiro fundado uma *uilla*, o que pode ir em benefício da sua nomeação como *dominus*, senhor daquela terra, portanto (como pensa Torrente Fernández, 1997: 582-584). O facto de no documento de criação do mosteiro de S. Vicente (781) Fromestano referir-se a uma acção prévia de Máximo, que se havia instalado no lugar de Oviedo e o havia povoado, vem autorizar a leitura de Arias Páramo. Não existem certezas, por outro lado, quanto a uma eventual licença régia para que Máximo e Fromestano ali tivessem estabelecido residência. Esta igreja de S. Vicente haveria de se transformar em mosteiro, vinte anos depois, aquando da chegada do presbítero Montano e de vinte e seis monges. Nessa data, Máximo, Fromestano e Montano juntaram as suas possessões e firmaram o pacto monástico pelo qual se criou o mosteiro. Como concluiu Azcárate, 1995: 10, esta sucessão de factos atesta uma dupla “fundação moçárabe” de Oviedo, mas não poderemos concluir por um processo espontâneo de instalação daqueles personagens. Naquela mesma década de 60, o rei Fruela I e sua mulher, Munia, fundaram a igreja de S. Salvador de Oviedo (apesar de não ser referida nas *Crónicas Asturianas*, subsiste a menção num documento de 812 e é possível que a fundação frueliana tivesse sido objecto de uma inscrição ali colocada por Afonso II) e um segundo templo (incorporado no primeiro?), dedicado aos mártires S. Julião e Sta. Basilisa. Não se sabe se Máximo se instalou naquele local graças a uma licença régia, nas imediações da igreja cuja construção o próprio monarca eventualmente já promovia; ou se terá sido a instalação daqueles dois religiosos a levar Fruela a associar-se ao conjunto de novos moradores, patrocinando a construção de uma igreja. Finalmente, há que questionar eventuais pré-existências no local, assunto largamente debatido na historiografia relativa à cidade, poucas vezes assente em bases sólidas, como advertiu Cid Priego, 1995: 40-41.

⁹⁵ Insiste-se na ideia de que as pretensas fundações monacais de Afonso I não se apresentam com consistência histórica para ser admitidas. De resto, as *Crónicas Asturianas* referem que este monarca promoveu a construção de numerosas *basilicas*, o que não é a mesma coisa que mosteiros, ainda que Fernández Conde, 2000: 214 tenha advertido para a eventual confusão entre os termos *ecclesia* e *monasterium*.

os assim de continuar casados – cf. nota 83), o eixo monacal tornou-se praticamente hegemónico nas Astúrias de finais do século VIII e relegou para um plano secundaríssimo o papel exercido pelo episcopado e pela nobreza.

O sucesso do monacato asturiano ficou demonstrado na querela do Adopcionismo, que opôs os meios religiosos asturianos à autoridade do bispo metropolitano de Toledo, Elipando, que ocuparia o cargo desde 754 (Moreno Martín, 2011: 136). O episódio tem motivado múltiplas abordagens, cujo aprofundamento não interessa no âmbito deste capítulo introdutório, mas os dados essenciais são relativamente bem conhecidos.

| |
|---------------------|
| Adopcionismo |
|---------------------|

A heresia havia sido condenada em vários concílios orientais no século IV e as razões para o seu súbito aparecimento na sede metropolitana moçárabe peninsular do século VIII não deixa de causar alguma perplexidade. Rivera Recio, 1980: 77 e 82 admitiu que a doutrina tivesse sido trazida pelos militares sírios que se instalaram no Sul da Península pelos meados do século e que teriam influenciado fortemente Elipando. Subsistem, no entanto, outras explicações, embora todas coincidam na proximidade evidente entre as religiões cristã e islâmica que esta teoria implicava. Ainda que não se conheçam verdadeiras escolas islâmicas peninsulares para aquele período e seja duvidoso que, em matéria doutrinal, o bispo de Toledo pudesse ser influenciado por eventuais eruditos islâmicos. A complexidade do debate teológico testemunha-se logo nos seus obscuros inícios. Um religioso de nome Migeccio, actuando no Sul da Península, terá atraído o bispo Egila (enviado de Roma para pregar a verdadeira fé católica) e convenceu-o da veracidade das doutrinas heterodoxas que abraçava (Rivera Recio, 1980: 36-37), as quais assumiam que a Trindade era composta por três personagens corpóreas – Pai (David), Filho (Jesus) e Espírito Santo (S. Paulo) (Rodamilans Ramos, 2011: 75). Foi a resposta enérgica de Elipando de Toledo à heterodoxia de Migeccio que deu início ao debate, primeiro com Etério (bispo de Burgo de Osma, aparentemente refugiado em Liébana) e, depois, com o próprio o Beato de Liébana. Em Toledo, a cátedra defendia que Cristo, não obstante ser filho natural de Deus, na sua dimensão humana era apenas “adoptado” por Deus, devendo aquela relação reger-se em moldes semelhantes à que o direito romano ditava sobre o estatuto de filhos adoptivos, «hijos de pleno derecho, pero no natural» (Isla Frez, 2004: 121). A reacção a esta doutrina foi feita por Etério e pelo Beato de Liébana, contra quem o bispo de Toledo escreveu, pedindo ao monge/abade Fidel que combatesse nas Astúrias a posição daqueles dois religiosos.

A posição de força de Elipando de Toledo é conhecida, mas importa questionar qual a razão de a autoridade máxima religiosa cristã da Península ter pedido a um monge (Fidel, presumível abade de um desconhecido mosteiro do Norte peninsular) que fosse ele a repreender Etério e o Beato⁹⁶. Não foi incumbido dessa tarefa qualquer bispo, cujo estatuto seria sempre superior aos monges de Liébana. Em todo o caso, Etério e Beato, como também Fidel, não seriam figuras secundárias do mapa religioso vinculado ao reino das Astúrias. Alcuíno intitulou Beato como «preclaro doctor» (apud. Ayala Martínez, 2008: 126) e, em 785, ano da célebre carta de Elipando contra Etério e Beato, ambos marcaram presença na profissão de fé da rainha viúva Adosinda, a que também assistiu Fidel, o que testemunha a importância daqueles monges em concreto e sua proximidade em relação à coroa. Esta, todavia, ter-se-á sempre mantido à margem da controvérsia, não se imiscuindo em questões que, para todos os efeitos, seriam mais disciplinares que doutrinárias e que interessavam mais à Igreja carolíngia que propriamente à asturiana.

Com efeito, o debate prolongou-se até inícios do século IX e envolveu as principais áreas religiosas cristãs da Europa Ocidental continental, desde Carlos Magno e Alcuíno até ao próprio Papa. Na própria Península Ibérica, se as doutrinas de Elipando foram combatidas nas Astúrias, também no Sul do território parecem ter tido acérrimos críticos, pelo menos na cátedra episcopal sevilhana (pela mão de Teodula) e numa outra diocese desconhecida, comandada por Basilisco. A aproximação que o Adopcionismo inevitavelmente representava em relação ao Islão (Díaz y Díaz, 2008: 2) pode ser lida como um dos primeiros processos de orientalização da sociedade peninsular, à qual não será certamente estranha a carta do Papa Adriano I, escrita nos anos finais da década de 80, pela qual o sumo-pontífice se lamentava das numerosas conversões ao Islamismo ocorridas na Península Ibérica (Manzano Moreno: 2001: 408). Em Toledo, antiga metropolita do reino visigótico e primaz da Península, certamente que este facto não teria passado despercebido e a adesão adopcionista pode ter representado uma estratégia de aproximação à nova realidade civilizacional (mais que uma contaminação doutrinal

⁹⁶ Este abade Fidel não pode ser confundido com o bispo Félix de Urgel, adepto da teoria adopcionista e a quem Elipando terá também escrito. Conhece-se pouco da formação deste bispo, que à época se encontrava em território vinculado à coroa carolíngia, mas a sua acção em prol do Adopcionismo toledano tornou-o no principal alvo de crítica por parte da Igreja de Carlos Magno e dos Papas Adriano I e Leão III, chegando a debater com o então ainda não imperador as suas teorias em Aachen, em 799 (os dados essenciais encontram-se relatados por Isla Frez, 2004: 122-123; Moreta, 2009: 83 admite que Félix tenha sido bispo de Urgel entre 782 e 792; Rodamilans Ramos, 2011: 77 sugeriu que este religioso tivesse aderido ao Adopcionismo em 790).

resultante do natural contacto com a religião muçulmana, como pensa Guichard, 2001: 69).

Mas nas Astúrias, onde a ortodoxia católica podia (e devia) ser observada, e onde o poder das dioceses teria certamente maior dificuldade em penetrar, os mosteiros foram os mais fiéis guardiães de uma religião que estava a transformar-se na verdadeira religião de Estado. À parte outras leituras de sentido neovisigótico⁹⁷, ou de debilidade doutrinária de um supostamente enfraquecido sector moçárabe⁹⁸, a intervenção de Etério e do Beato afiguram-se decisivas para compreender a afirmação de uma Igreja asturiana, distinta da toledana. É ainda mais: um bispo de uma cidade secundária, refugiado em território asturiano, e um monge de um mosteiro rural sentiram-se autorizados a questionar as decisões do metropolitano toledano e as conclusões saídas de um concílio (Isla Frez, 2004: 125). Nesse sentido, o afastamento da Igreja asturiana da toledana pode ser entendido como um dos mais inequívocos sinais do carácter não-visigótico do reino asturiano.

A querela adopcionista prova a vitalidade intelectual de um substrato monástico que tinha profundas raízes no território e privilegiadas relações com a elite dirigente. Liébana, zona mais destacada da Cantábria a partir de meados do século VIII, parece ter concentrado um conjunto assinalável de mosteiros naquele período, fazendo dos vales naturalmente protegidos um *habitat* propício à instalação de comunidades monásticas. Aqui existiam numerosos mosteiros no início do século IX (Villeña, Osina, Narobia, Tanarrio, Cosgaya, Turieno, este último onde se terá estabelecido o célebre Beato de Liébana), o que atesta que «la vida religiosa y cultural de la comarca se hallaba en pleno florecimiento» (Iglesias Gil e García de Cortázar, 2002: 56). Para o reino asturiano, Liébana foi o centro difusor de uma verdadeira doutrina religiosa, conflituante com a autoridade toledana, que se reclamava a única legítima herdeira do glorioso passado visigótico. Mas Liébana foi também o território onde mais precocemente se detecta a constituição de senhorios monásticos como agentes efectivos da (re)conquista, no sentido colonizador do termo (Mínguez Fernández, 1985: 19, entre muitos outros autores como Linage Conde, Valdeavellano, Ubieto, etc.). No caso do desaparecido

⁹⁷ Moreta, 2009: 83-84 admitiu que o principal núcleo de apoio adopcionista se localizaria nos Pirinéus e na Septimânia, zona em vias de ser incorporada pelo império carolíngio, sugerindo assim implicitamente que se trataria de uma eventual reacção de sentido neovisigótico contra uma Igreja carolíngia contrária à tradição visigótica, mais que hispânica. A ideia de que o Adopcionismo fora uma estratégia religiosa de Toledo contra o afã expansionista carolíngio foi negada por Rivera Recio, 1980: 46.

⁹⁸ Rodamilans Ramos, 2011: 75: «entre la comunidad moçárabe la formación doctrinal era escasa, y ante el aumento de las apostasías se intentaron buscar soluciones de acercamiento o de fusiones teológicas, que desembocaron inevitablemente en la heterodoxia».

mosteiro de S. Emetério e S. Celedónio, é possível compreender como, escassos sete anos após a sua fundação, quatro personagens até então desconhecidos – mas responsáveis pela fundação de igrejas e pelo desbravamento de território – confiaram ao mosteiro os seus bens materiais e as suas possessões fundiárias (Mínguez Fernández, 1985: 18)⁹⁹. Este facto, mais do que ilustrar a poderosa atracção que aqueles centros religiosos exerciam na sociedade asturiana, confirma uma das tendências verificada nas décadas seguintes às presúrias de povoamento dos séculos VIII e IX: a concentração no património de determinadas casas monásticas de territórios inicialmente dispersos por diferentes proprietários livres, com fortes vínculos com as casas religiosas que haviam fundado ou à sombra das quais haviam acedido àquele património. Limitada a expansão da nobreza e dificultada a acção urbana das dioceses, coube aos mosteiros uma parte fundamental do processo expansionista asturiano ainda no século VIII. Por via monacal, como a resposta asturiana ao Adopcionismo tão claramente revela, e ainda que tal não signifique o início de um afastamento irreconciliável entre as hierarquias religiosas e políticas do reino das Astúrias e algumas dioceses moçárabes¹⁰⁰, estava em marcha a criação de uma verdadeira Igreja nacional na corte de Pravia.

⁹⁹ O teor do documento, publicado por Ubieto Arteta, 1976: 12, dá conta de que o presbítero Eugénio, «*cum socios meos*», se recolheram ao mosteiro de S. Celedónio, «*cum nostras proprias ecclesias pernomintas Sancti Andree apostoli et Sancti Felicis que manibus nostris extirpe radice fecimus in territorio de Area Patrini, in loco qui dicitur inter Pando et Nozeto sicco, cum illo termino de Roigo ad roio, et de via de radice usque ad summa serra, ab omni integritate, cum terra et mazanares et cetera pomifera, defesas, et nostros domos ibidem vel omnibus rebis nostris tam mobile quam immobilem, si[c] confirmamus pro remediis animabus nostrarum ad Sancti Emeteri et tibi presenti abbati nostro Vitulo, ut sint ibi permansurum in secula seculorum*».

¹⁰⁰ Para o tempo dos primeiros monarcas asturianos, não está provada a conclusão de López Alsina, 2002: 230, segundo a qual «son los propios monarcas los que, conscientemente, desarticulan el patrón eclesiástico heredado, para establecer un modelo nuevo, desvinculado del dominio político islámico, pero también fuera del alcance de la autoridad eclesiástica del primado de Toledo». Ainda que o progressivo afastamento entre Toledo e Oviedo seja uma evidência, subsistem muitas provas de relacionamento entre as igrejas asturiana e moçárabe até épocas bem tardias, bem dentro do século X.

3. As terras de ninguém.

Continuidades e rupturas numa sociedade peninsular regionalizada

Nos dois capítulos anteriores, salientaram-se os mais reduzidos espaços de ocupação efectiva dos blocos civilizacionais muçulmano e cristão na Península Ibérica do século VIII. A cada vez mais fina análise territorial, complexificadas também as relações entre supostos conquistadores e eventuais conquistados, impõe uma maior prudência na hora de construir modelos conceptuais generalizantes para largas faixas da Península nos tempos que se seguiram à invasão de 711.

Se a natureza tributária do Islão emiral parece ter favorecido a ocupação de territórios genericamente a Sul do Tejo, e se a incorporação de terras por parte das Astúrias terá sido dirigida preferencialmente para a Galiza (até uma zona interior do rio Minho) e para Castela-Velha, é lícito perguntar o que terá ocorrido no restante território? Por outras palavras, não sendo possível reconhecer dados inequívocos de vínculo político, administrativo ou militar de áreas dispersas desde o Norte do vale do Douro até praticamente à metade Sul da Península, quais as formas de poder que aí se impuseram? E quais as relações que terão sido estabelecidas com aquelas duas unidades políticas melhor definidas?

Pierre Guichard (1976: 254-255) defendeu que uma das características dos períodos de debilidade estatal seria a emergência de antigos grupos étnicos. O autor referia-se, sobretudo, às áreas mediterrânicas, onde o Islão se expandiu extraordinariamente nos séculos VII e VIII, mas não estava ainda na posse dos dados que confirmam a dinâmica moçárabe¹⁰¹ e escrevia num momento em que as teorias sobre o determinismo autonómico asturiano-cantábrico estavam (ainda) em voga. Parte considerável da sua argumentação radicava no Ermamento «del Oceano a la región de Toledo, y hasta finales del siglo IX por lo menos, un desierto humano de decenas, a veces de más de un centenar de kilómetros, separa el territorio cristiano de las primeras plazas musulmanas» (Guichard, 1976: 270).

Hoje, a abordagem científica a este complexo histórico-geográfico está já distante dos dados de que dispôs Guichard em seu tempo.

Por um lado, a teoria do Ermamento foi definitivamente abandonada, em benefício de uma abordagem mais circunstanciada do espaço, reconhecendo-se indícios

¹⁰¹ Nesta altura, Guichard, 1976: 264 afirmava que «el dinamismo cultural de los mozárabes fue (...) de los más limitados».

de vitalidade social onde a historiografia de meados do século XX assegurava ter ficado um “deserto”. Apesar de ainda subsistirem autores que permanecem mais ou menos fiéis à lição despovoadora de Sánchez Albornoz (*e.g.* Moreta, 2009: 29¹⁰²), são cada vez mais importantes os contributos que evidenciam não só a vitalidade de comunidades autóctones, como a sua capacidade para se organizarem de forma autárcita, na prática independentes de Córdova ou de Oviedo, muito para lá, portanto, de um residual ressurgimento étnico ou clânico.

Por outro lado, quer nas franjas do Estado islâmico, quer mesmo em sectores estruturantes do seu interior, a investigação histórica tem evidenciado a vitalidade das comunidades moçárabes. A abordagem a este heterogéneo colectivo de cristãos está envolta em numerosas polémicas (desde a evolução demográfica ao longo de vários séculos de diferentes níveis de domínio islâmico até à efectiva capacidade construtiva demonstrada por estas comunidades, passando pelo (quase) sempre inconclusivo debate acerca do grau de arabização e islamização de sociedades sobre as quais se desconhece praticamente tudo), mas tem havido um caminho crescente de afirmação da história dos moçárabes como linha de investigação, cujos resultados asseguram uma inequívoca maior complexidade do panorama peninsular.

Ao longo deste capítulo, ver-se-á como são múltiplos os indicadores que apontam para uma efectiva dinâmica social verificada quer no vasto espaço onde os defensores do Ermamento diziam ter existido um “deserto”, estrategicamente promovido por asturianos e muçulmanos, quer no complexo e heterogéneo interior do bloco muçulmano, onde os cristãos constituíram a maioria populacional durante muito tempo.

Cristãos e muçulmanos, ligados a Oviedo-León ou a Córdova, não foram os únicos protagonistas da História da Península Ibérica no século VIII e, embora sobre os moçárabes e outros grupos de cristãos “residuais” não se esteja na posse de dados tão cronologicamente concretos como os que subsistem para as Astúrias e para o al-Andaluz - o que obriga a uma leitura mais alargada no tempo e no espaço que os artificiais limites de um século -, não restam dúvidas sobre a sua vitalidade fora das fronteiras daqueles dois blocos, e mesmo no seu interior.

O conhecimento destas comunidades, praticamente silenciadas pela cronística asturiana e muçulmana, só muito recentemente tem sido valorizado. A escassez de

¹⁰² Moreta, 2009: 29: «La expansión territorial del reino astur tuvo lugar sobre las extensas comarcas del valle del Duero despobladas con anterioridad».

fontes, as referências tardias e, por vezes, propositadamente desorientadoras, e o arranque tardio (embora sólido) da arqueologia medieval, são factores que obrigam, ainda, a uma caracterização cronologicamente mais alargada, assente mais em tendências que em factos, uma visão planante e prudentemente distanciada, que não pode circunscrever-se a lapsos temporais tão concretos como apenas e só o século VIII.

3.1. Sinais de vitalidade moçárabe. Os primeiros tempos

A visibilidade histórica das comunidades moçárabes é um assunto que tem motivado abordagens diametralmente opostas, algumas das quais contaminadas por discursos ideologicamente orientados. Dispersa por modelos interpretativos muito variados, a herança historiográfica é bastante rica e dela fazem parte autores que ora negam a actividade construtiva moçárabe, ora sobrevalorizam o peso deste grupo na formação cultural dos reinos do Norte que protagonizaram a (re)conquista. O debate, menos intenso que na década de 90 do século XX, continua nos nossos dias, fruto de uma metodologia de abordagem que privilegia o registo material em detrimento das escassas e tantas vezes manipuladas fontes escritas.

Sem pretender traçar aqui uma panorâmica acerca da evolução e vitalidade dos moçárabes ao longo de mais de cinco séculos de existência, matéria que ultrapassaria os âmbitos cronológico e geográfico que balizam o presente estudo, importa salientar que os cristãos de Al-Andaluz foram protagonistas directos e activos da trajectória social e cultural da Península Ibérica desde a invasão muçulmana. Os vestígios da sua presença, e até do seu dinamismo enquanto grupo distinto dos conquistadores, encontram eco logo na primeira metade do século VIII e, ainda que não seja possível, para já, avançar com uma história alicerçada em dados cronológicos tão precisos quanto os que caracterizam os blocos islâmico e asturiano, a verdade é que são já abundantes as notícias dos séculos VIII e IX que atestam tendências e evoluções concretas no seio dos cristãos “protegidos” pelo Estado islâmico. Antes de abordar esses vestígios, todavia, existem algumas precisões conceptuais prévias a fazer.

Em primeiro lugar, a inadequação do termo “moçárabe” para definir a generalidade das populações cristãs que viveram em território peninsular efectivamente controlado pelo Islão. O termo nasceu apenas no século XI, em contexto paradoxalmente cristão e para designar aqueles cristãos de alguma forma arabizados que viviam no Al-Andaluz (Barros, 2000: 246; Viguera Molins, 2009: 9, entre muitos outros

| |
|--|
| <p>Inadequação do termo “moçárabe”</p> |
|--|

autores)¹⁰³. Tal definição, em certo sentido etimológica mas que comporta um conteúdo cultural de deliberada e voluntária aproximação ao Islão – no mínimo, pretende retratar a condição de cristãos permeáveis à cultura árabe¹⁰⁴ -, é conflituante com a visão de um colectivo cristão supostamente herdeiro directo da cultura de época visigótica e que em tantos momentos teria reagido activamente contra a orientalização promovida pelas autoridades islâmicas (contradição exposta por Cantarino, 1977: 108, entre outros investigadores). Sabe-se, hoje, que nem os moçárabes podem ser considerados apenas como guardiães da memória visigótica – certamente que as comunidades moçárabes de finais do século XI e primeira metade do XII, de Coimbra ou de Lisboa, pouco ou nada teriam de “visigótico”, qualificativo que também não é exactamente correcto para caracterizar culturalmente os três séculos em que aquele povo liderou a Península Ibérica -, nem foram os únicos protagonistas das revoltas que grassaram pelo Al-Andaluz.

Entre o contexto histórico em que o termo nasceu e a sua utilização enquanto conceito histórico aplicável a uma realidade concreta e reconhecida cientificamente, existe uma distância não negligenciável, que faz com que só por comodidade de estudo o moçarabismo possa designar a realidade multissecular constituída pelos “cristãos de Al-Andaluz”. Ao longo deste trabalho, o moçarabismo é um conceito que se aplica apenas quando se reúne a seguinte condição: referir-se a cristãos em território efectivamente islâmico (concorda-se com a definição avançada por Lavajo, 2000: 94¹⁰⁵). Quando a segunda condição não é inteiramente válida, como no centro

¹⁰³ A primeira referência a este grupo surge apenas em 1026, num documento da catedral de León (Cabrera, 1995: 12, nota 6). Mais abundantes são as menções de inícios do século XII, em contexto real tanto castelhano-leonês como aragonês, referindo-se aos «muzarabes» Afonso VII (Fuero de Toledo, de 1101) e Afonso I de Aragão (Fuero geral concedido após uma grande expedição a território islâmico realizada em 1126).

¹⁰⁴ O facto de o termo «mus-arab» ter surgido em contexto cristão reconquistador, nuns reinos cristãos ibéricos já alinhados com a reforma gregoriana e a expansão cluniacense, poderá indicar uma diferenciação cultural, seguramente religiosa, entre os cristãos do Norte, portadores da mensagem normalizadora de Roma, e os do Sul, que pretensamente queriam ser (ou, neste caso, permanecer) árabes (ou com os árabes), fiéis assim a uma vivência religiosa peninsular.

¹⁰⁵ Ao longo de século e meio de historiografia sobre o assunto, muitos foram os autores que tentaram definir, com maior precisão, a utilidade do termo moçárabe. Não me vou referir a todos os contributos, tarefa que ultrapassaria o carácter de nota introdutória que o assunto aqui merece, mas importa destacar que a rica herança historiográfica comporta visões diametralmente opostas à que aqui utilizo. Por exemplo, Hitchcock, 1978, entendeu que nenhum cristão de Al-Andaluz poderia ser chamado moçárabe, devendo reservar-se esse termo para designar os cristãos que fugiram do Estado islâmico peninsular e se haviam recolhido ao norte asturiano. Evidentemente, Hitchcock escreveu numa altura em que se sobreevalorizavam, quantitativamente e qualitativamente, os cristãos supostamente fugidos à criação de um poder islâmico em solo ibérico. Esta visão, que hoje não encontra real sustentação, pretendia romper com o duplo entendimento de Gómez Moreno, 1919 (para quem se aplicava o termo indistintamente a cristãos em território islâmico ou cristãos de origem no Al-Andaluz mas que decidiram emigrar para o

peninsular dos séculos VIII e IX, em que não é possível, para já, reconhecer com facilidade os limites da autoridade islâmica, é preferível a utilização do termo “cristãos residuais”, no sentido com que se lhes refere Cerrillo Martín de Cáceres, 1995: 35 (populações mais ou menos isoladas, que mantiveram praticamente intactos os seus comportamentos quotidianos e que foram sujeitas a ritmos próprios e diferenciados de evolução). Adiante ver-se-á que também nesta tão imensa quanto indefinível franja a complexidade social parece ser maior do que à partida se poderia supor.

Um segundo aspecto preliminar diz respeito à heterogeneidade do fenómeno moçárabe. É importante ter em consideração que o moçarabismo não representa apenas uma comunidade, mas múltiplas realidades regionais e culturais ao longo de vários séculos de evolução. É um colectivo multissecular, unificado aos nossos olhos pela sua condição religiosa de cristãos em território dominado pelo Islão, mas que se dispersou por comunidades urbanas e rurais, mais próximas dos centros de poder ou mais afastadas, dotadas de estruturas internas de regulação mais ou menos complexas. Não obstante um certo olhar estereotipado a partir de alguma escola científica de raiz islâmica (por exemplo, Guichard, 2001: 68, reconhecendo as dimensões de centro e periferia no Islão peninsular dos séculos VIII e IX, refere-se aos moçárabes como uma indistinta massa de «protegidos», uniformemente submetidos ao Estado muçulmano), a heterogeneidade do moçarabismo não é uma conquista recente da historiografia. Desde, pelo menos, os anos 70 do século XX que alguns autores se referiram a essa circunstância, por então encarada como o resultado de diferentes heranças culturais de base e menos como consequência natural da própria evolução dentro do Estado islâmico (Fernández Arenas, 1978: 6 referiu-se a «hispanorromanos, godos, siervos de varias procedencias y judíos», mas entendeu que todos estes grupos usufruíam de uma situação praticamente idêntica no Al-Andaluz). Foi preciso esperar pelos anos 90 do século XX, e pelos trabalhos marcantes de Fernando Arce Sainz (síntese em 2009: 34), para que a diferenciação interna dos moçárabes fosse plenamente assumida, dependendo a sua evolução de múltiplas variantes endógenas e exógenas às comunidades (para referir o léxico utilizado pelo próprio autor).

Uma tal diferenciação (enunciada em língua portuguesa por Gomes, 1996: 341 e Real, 2000: 36 e 44), que engloba as tradicionais visões entre campo e cidade, é essencial para se proceder a uma análise mais circunstanciada, no espaço e no tempo, do

| |
|---|
| <p>Heterogeneidade do colectivo moçárabe</p> |
|---|

norte asturiano). Ambas as posições estão, evidentemente, bem distantes das mais recentes pautas com que o termo tem vindo a ser tratado.

efectivo peso, dinâmica e visibilidade de determinado grupo cristão do al-Andaluz. O mapa do moçarabismo peninsular, que tem vindo a ser construído nas últimas décadas, permite já estabelecer que uns grupos construíram igrejas, mas outros não; que uns reutilizaram e readaptaram antigas estruturas monumentais; que uns seriam mais indiferentes ao poder islâmico, enquanto outros seriam mais resistentes (Díaz y Díaz, 2008: 2); que uns viveram, na prática, em autarcia, mas que outros, estando mais próximos de unidades de poder, estiveram sujeitos a uma mais rígida monitorização de costumes.

Existe ainda uma outra dimensão da heterogeneidade moçárabe que importa referir: os nem sempre claros limites que diferenciavam moçárabes e muladis. No campo teórico, os conceitos não podem ser confundidos: aqueles são cristãos em território islâmico; estes são antigos cristãos ou judeus convertidos ao Islamismo. Mas, na prática, seriam estes limites assim fáceis de discernir? O caso de Omar Ibn Hafsun serve para ilustrar o que se pretende dizer: tendo sido muçulmano a maior parte da vida, teve filhos cristãos e outros muçulmanos e, ao que tudo indica, ter-se-á feito sepultar segundo o rito cristão, «con los brazos sobre el pecho, como lo hacen los cristianos» (Ibn Hayyán, ed. 1981: 166).

O terceiro aspecto que importa aqui analisar relaciona-se com o peso demográfico das comunidades cristãs de Al-Andaluz. Toda e qualquer análise ao fenómeno moçárabe parte de um pressuposto dificilmente contestável: o de que este heterogéneo grupo representou a maioria de população no Sul peninsular durante os primeiros séculos (Guichard, 2001: 67). É ainda mais: durante muito tempo, foram bem mais numerosos os cristãos de Al-Andaluz que os que viviam nos reinos do Norte, que a História se habituou a catalogar como “reinos cristãos”, por oposição ao Estado islâmico (Cabrera, 1995: 14).

No sector meridional da Península, estando o poder na mão de uma minoria e dispersando-se a população autóctone por uma evidente e, por vezes, tão difusa heterogeneidade, foi necessário criar um estatuto jurídico que regulasse minimamente a relação (sobretudo fiscal) entre conquistadores e conquistados. O assunto tem sido objecto de muitos estudos, a maior parte deles relativos a modelos gerais de relacionamento, aplicáveis para grandes períodos e sem ter em conta específicos âmbitos geográficos e temporais.

Aos *dímmies* (protegidos desde que submetidos) eram exigidos dois impostos: a *jizzia* (contribuição anual requerida a todo o cidadão de Al-Andaluz que não fosse

| |
|--|
| <p>Demografia e estatuto jurídico dos moçárabes</p> |
|--|

muçulmano¹⁰⁶) e o *jaraj* (contribuição devida por todos os proprietários fundiários, independentemente da sua condição religiosa). Já as imposições de natureza cultural são mais dificilmente identificáveis, no tempo e no espaço, e, certamente, alguns autores sobrevalorizaram a aplicação de muitas delas. Lavajo, 2000: 94-96, por exemplo, referiu-se a uma extensa lista de obrigações (algumas profundamente vexatórias, outras eventualmente mais retóricas que efectivas) que admite teriam feito parte de uma legislação observada no Al-Andaluz ao longo de toda a sua existência¹⁰⁷. Outras correntes historiográficas têm insistido na variabilidade e flexibilidade das leis islâmicas para com cristãos e judeus submetidos, salientando as diferenças proporcionadas pelos pactos (estabelecidos no século VIII, mas também em tempos posteriores, e muitas vezes objecto de renegociação em determinadas fases de evolução das comunidades), o grau de alcance do regime islâmico e a própria fase de tolerância / intolerância do poder sediado em Córdova (Barros, 2000: 246; Real, 2000: 41).

As dinâmicas de uma longa duração cronológica, a heterogeneidade de ocupação do território por parte do Islão, a muito parcial fiscalização por parte de autoridades minoritárias instaladas sobretudo em meios urbanos ou a natureza preferencialmente fiscal e não cultural da relação jurídica estabelecida, são vectores de análise que devem motivar uma mais prudente abordagem. Por outro lado, são também alertas que sugerem que muitas imposições, preconizadas conceptualmente, terão sido aplicadas com bastante flexibilidade e de forma localizada, ou não terão sido aplicadas de todo. Como salientou Fernando Arce Sainz (2009: 35), as obrigações de natureza cultural / religiosa não parecem ter sido a prioridade por parte dos conquistadores na altura de estabelecer as normas de relacionamento com os conquistados; estas terão sido o reconhecimento da supremacia islâmica, a obtenção de fidelidade aos novos senhores e a preservação dos bens na posse dos cristãos em troca do pagamento de tributo. Desta forma, não deve continuar a seguir-se uma linha de raciocínio em que as autoridades muçulmanas teriam fomentado a adesão dos conquistados ao Islamismo, como tanto tem sido repetido. Ainda que o imposto sobre a terra fosse independente da condição religiosa, a

¹⁰⁶ Nieto Cumplido, 1995: 30. É possível que os monges estivessem isentos deste pagamento (como admite Lavajo, 2000: 96, hipótese que não tem sido colocada a respeito da licença dada pelo poder cordovês do século IX para a construção dos célebres mosteiros de Tábaros e Peñalemara nos arredores rurais da capital islâmica peninsular. Contra esta opinião, Simonet, 1897: 65-66).

¹⁰⁷ Entre as supostas proibições mencionadas por Lavajo, estão algumas que certamente tiveram uma aplicação muito restrita. É o caso da proibição em utilizar nomes, palavras ou expressões muçulmanas, ou da proibição em sentar-se sempre que um muçulmano estivesse de pé.

transformação de moçárabe em muladis acarretaria a anulação da *jizzia*, e com ela uma maior debilidade no financiamento da administração central.

Simultaneamente, devem valorizar-se os dados que certificam a existência de elites cristãs que viveram na dependência do Estado islâmico, em diferentes fases da sua evolução. Houve bispos nomeados directamente pelo califa, emires com a capacidade para convocar concílios, cristãos que foram seus embaixadores, intérpretes, tradutores, etc. Finalmente, como entender os cada vez mais numerosos dados da actividade construtiva, que indicam que, logo no século VIII, os cristãos de Al-Andaluz estavam a construir diferentes âmbitos arquitectónicos, como se referirá no ponto 3.1.3.?

Ainda que seja natural a leitura de progressiva redução demográfica das comunidades moçárabes no contexto geral da população do al-Andaluz (por exemplo, Mattoso, 1985: 21-22 e 1992, vol.2: 213; Barros, 2000: 247), importa salientar que não se terá registado uma diminuição tão linear e progressiva, sendo até possível que, em determinadas épocas e contextos regionais, alguns núcleos moçárabes tenham visto aumentar a sua capacidade demográfica e conseqüente peso regional / local. Por exemplo, tendo-se verificado períodos de confirmada acalmia no Sul peninsular e reconhecidos momentos de progresso, é natural que o Al-Andaluz tivesse sido palco da chegada de novos habitantes, atraídos à Península por um ambiente propício ao desenvolvimento das suas actividades (este assunto foi estudado por Real, 2000: 43, a partir de trabalhos de Epalza e Llobregat¹⁰⁸). E ainda que não existam dados objectivos sobre o assunto, é lícito pensar que a Lisboa do século X ou a Coimbra do século XI tenham visto crescer a sua população urbana moçárabe, a julgar pelos vestígios materiais e documentais acerca daquelas duas cidades. Por último, há que questionar se não se terão registado conversões em sentido inverso, do Islamismo ao Cristianismo. Jiménez Gadea, 1995: 210, entre outros autores, referiu-se ao facto de, à data da invasão da Península Ibérica, os berberes estarem apenas superficialmente islamizados e na posse das suas estruturas clánicas de organização (possivelmente não tão «fortemente romanizados e cristianizados», como pensa Catarino, 2005: 196) e não deixa de ser curioso que tenha chegado até nós a tradição de Avezano, que alguns autores interpretam como um berbere, instalado na Galiza logo na primeira metade do século VIII e que aí terá aderido ao Cristianismo (Catarino, 2005b: 35), ainda que não

¹⁰⁸ Real, 2000: 43: «algumas fontes árabes mencionam cristãos chegados do Próximo Oriente, dando-os como artesãos, ou mestres em diversas especialidades, como a medicina, a arquitectura, a tradução, etc.».

subsistam provas efectivas dessa conversão (veja-se o que se diz sobre este personagem no ponto 2.3. desta Parte I).

Um último aspecto que merece ser questionado é a tradicional interpretação de emigração massiva de moçárabes para o Norte asturiano e asturiano-leonês. Esta foi uma das leituras mais vezes repetida na historiografia das décadas finais do século XX, como já se expôs no ponto 2.1. deste trabalho, e teve o seu reflexo no campo da História da Arte. Partindo dos mesmos pressupostos que a maioria dos historiadores ali mencionados – que a invasão de 711 teria sido acompanhada por violências generalizadas; que se teria registado uma progressiva e actuante intolerância por parte dos conquistadores, a ponto de obrigar algumas comunidades moçárabes a emigrar; ou ainda que as Astúrias não teriam densidade cultural suficiente para desenvolver, por si própria, os ciclos artísticos de Afonso II, Ramiro I, Afonso III e a viragem para a arte do século X -, alguns historiadores da arte pretenderam reconhecer nos moçárabes refugiados no Norte asturiano-leonês os verdadeiros protagonistas culturais da corte de Oviedo-León. Entre outros exemplos que se poderiam citar, ficaram célebres as palavras de Isidro Bango Torviso a respeito da debilidade construtiva de um templo tão importante como San Miguel de Escalada, cuja construção aquele autor (um dos que mais acerrimamente defendeu a inaplicabilidade do conceito *moçárabe* para qualificar estilisticamente a arte pré-românica do século X leonês) não hesitou em atribuir aos próprios monges, seguindo com extrema fidelidade o suposto texto epigráfico da fundação daquele templo (Bango Torviso, 1994: 64¹⁰⁹).

Já há algum tempo que um grupo de historiadores da arte vem defendendo que a arte do Norte peninsular entre os séculos IX e XI não deve ser confundida com a arte moçárabe, nem deve sequer integrar o mesmo capítulo estilístico (sem me referir já às

**Separação
entre arte
moçárabe e
arte pré-
românica dos
reinos do
Norte
peninsular**

¹⁰⁹ De acordo com a leitura realizada por Rivera Blanco, 2000: 55 da epígrafe fundacional, hoje desaparecida, a determinado passo podia ler-se que «el abad Alfonso, viniendo con sus compañeros de Córdoba, su patria, levantó la arruinada casa en tiempo del poderoso y serenísimo príncipe Alfonso» (*diu mansit dirutus, donec Adefonsus abba cum sociis adveniens ad Corduensi patria edis ruinam erexit sub valente sereno Adefonso Principe*, de acordo com a leitura de Risco, 1786: 311). Este excerto levou Bango Torviso, na esteira de Gómez Moreno, a atribuir a construção do templo aos próprios monges e não a mestres, pedreiros e artistas contratados especificamente para o efeito. Visão contrária à de Bango Torviso em muitos autores, não apenas alguns que analisaram a inscrição (ponto de situação em Anedda, 2004). O próprio Bango Torviso, 2008: 24-26 evoluiu de posição, referindo-se à construção do abade Afonso e seus companheiros como uma obra limitada no tempo e nas expectativas, devendo ter-se limitado a um novo telhado e a algumas beneficiações de carácter estrutural. Mais uma vez, a opinião do autor, que a partir de 2008 sobrevalorizou o impacto da suposta obra visigótica de Escalada, está longe de ser consensual, na medida em que as escavações arqueológicas ali realizadas não revelaram inequívocos níveis de época visigótica (Larrén Izquierdo, 1986 e 1990). Moreno Martín, 2011: 91 esclareceu que a invenção historiográfica do que designa por “mito dos monges construtores” foi forjada pelos próprios mosteiros altomedievais num ambiente de legitimação territorial e espiritual que caracteriza os seus mais antigos fundos documentais.

propostas alternativas ao conceito de Gómez Moreno, como “arte de repovoamento”, “arte de reconquista”, “arte pré-românica”, ou, mais recentemente, “arte de fusão”¹¹⁰, veja-se o que se diz em Fernandes, 2008: 35 e Arce Sainz, 2009: 33). Não foram seguramente os moçárabes instalados no reino asturiano os protagonistas da arte ali criada, ou da cultura ali desenvolvida. A arte asturiana do século IX e a sua transfiguração em outro capítulo nos inícios do século X ficou menos a dever-se aos religiosos moçárabes instalados no Norte peninsular e mais aos artistas que se movimentavam nos expansivos territórios asturiano-leoneses, «colectivos profesionales organizados y experimentados (...) cuyos servicios son demandados por grupos de poder capaces de sufragar el esfuerzo» (Arce Sainz, 2009: 33). Estes grupos materializaram fórmulas regionalizadas de uma arte estruturalmente continuadora da asturiana, mas enriquecida decorativamente com elementos de distinta procedência, alguns dos quais andaluzes, ao abrigo de um eclectismo cultural proporcionado pelos contactos entre diferentes realidades peninsulares, não necessariamente contemporâneas, como se comprova pela reelaboração de formas classicizantes na área ocidental, em certo sentido contrária ao requinte de parcial inspiração califal das zonas mais próximas de León (Fernandes, 2005: 297-299 e 2012, no prelo).

Ao contrário do que preconizou o “inventor” da *arte moçárabe* como conceito operatório para a História da Arte, não é mais possível ver na arte pré-românica setentrional de inícios do século X apenas uma «hijuela de lo cordobés» (Gómez Moreno (1919), reed. 1998: XIV), um estilo regional andaluz transplantado para León (Noack, 1987: 588), ou o epílogo de uma pretensamente extraordinária dinâmica construtiva moçárabe nos dois séculos anteriores em território islâmico (Olague-Feliú, 1998: 227).

3.1.1. Convivência e tolerância.

Nas entrelinhas do registo escrito de natureza religiosa

Quis enim narrare queat tanta pericula?

Quis dinumerate tam importuna naufragia?

Crónica anónima de 754, §55

¹¹⁰ Um resumo sobre todas estas propostas pode encontrar-se em Fernandes, 2002.

Em 954, o bispo Juan (supostamente de Córdova¹¹¹), queixou-se ao abade Gorze, embaixador de Otão I à corte de Abd al-Rahmann III, sobre as marginais condições em que os cristãos eram obrigados a viver no Al-Andaluz. Entre a «submissão» e a «condescendência» (palavras valorizadas por Díaz y Díaz, 2008: 1 do conteúdo da declaração que chegou até hoje), importa destacar a seguinte passagem: «En estas condiciones hemos llegado al acuerdo de que, pues no sufre daño nuestra religión, en todo lo demás condescendamos con ellos». O texto latino é claro quanto à manutenção dos aspectos essenciais da religiosidade cristã - *ut quia religionis nulla infertur iactura*. Ora, a expressão “não sofrer dano a religião”, verbalizada por um bispo certamente importante na capital do Estado islâmico peninsular, certifica cabalmente a continuidade autorizada do culto cristão, ao mesmo tempo que implicitamente confirma a existência de manifestações exteriores das comunidades cristãs, onde se conta, naturalmente, a manutenção de edifícios religiosos, a sua construção e o seu pleno uso.

Não é esta a única referência documental que alude expressamente à tolerância por parte da estrutura dirigente islâmica em relação às comunidades moçárabes. A convivência entre cristãos e muçulmanos - será melhor utilizar as expressões “conquistados” e “conquistadores” -, testemunha-se desde muito cedo e de múltiplas formas. À parte o que a seguir se dirá a respeito da manutenção do quadro diocesano e da actividade construtiva / artística em contextos moçárabes, importa destacar outras abordagens que certificam uma tendência de estável relacionamento entre comunidades de diferente culto em várias zonas da Península. Zozaya, 1998: 91-92 referiu-se à partilha de igrejas e até de cemitérios, salientando que, nas necrópoles de transição que foram já objecto de investigação arqueológica, não se identificaram eventuais níveis de incêndio situáveis no século VIII¹¹². Parte importante dos autores admite que a

¹¹¹ Há também a hipótese de Juan ter sido bispo de Sevilha, segundo Cabrera, 1995: 23.

¹¹² Este é um assunto acerca do qual, no momento presente, as conclusões parecem ser ainda precipitadas, uma vez que falta realizar abundante investigação arqueológica nos locais citados. Chavarria Arnau, 2008: 325, entre outros autores, referiu-se à transformação de igrejas rurais em mesquitas, mas as evidências arqueológicas são ainda ténues. Zozaya referiu-se à partilha das igrejas de «Casa Herrera, El Gatillo de Arriba, Las Vegas de Pueblo Nuevo y algunos lugares más en Extremadura». Em relação aos **necrópoles**, a partir dos trabalhos de Retuerce Velasco, Zozaya, 1998: 92 concluiu que «una serie de necrópolis, que se pueden atribuir a este primer momento, sugieren un proceso de tránsito de una religión a otra, sin haber entendido la población lo que realmente estaba sucediendo». O que caracteriza estas necrópoles é a deposição em decúbito lateral dos defuntos (à maneira muçulmana), mas seguindo uma orientação Norte-Sul, contrária à que Abd al-Rahman I estabeleceu a partir de 786, a qual estipulava a orientação Noroeste-Sudeste. Em El Gatillo de Arriba, a última fase de enterramentos coincide com a introdução de novos costumes, que Caballero e Sáez de Lara, 2009: 167 supõem resultar de alguma influência islâmica. Em Tolmo de Minateda, uma das necrópoles exteriores revela uma continuidade

conversão de cristãos ao Islamismo se fez de forma muito lenta até ao século X (Glick, 1991: 43; Cabrera, 1995: 13; Real, 2000: 40)¹¹³ e Guichard, 2001: 68 concluiu que, dos escassos dados que existem ao nosso dispor, depreende-se «una convivencia sin excesivos problemas». Por outro lado, Al-Himyari referiu-se aos pactos celebrados pelos primeiros conquistadores, que asseguraram a continuidade de práticas e leis anteriormente observadas pelos cristãos e, em particular, a manutenção dos seus lugares de culto, os quais não seriam incendiados nem despojados de objectos litúrgicos (Yelo Templado, 1993: 456¹¹⁴; veja-se o que se disse no ponto 1.4. a respeito das condições impostas pelos pactos). A celebração de pactos prova não apenas a intenção dos dois lados da contenda em estabilizar pacificamente o território, sem um lado prescindir do

ocupacional entre as etapas visigótica e islâmica, sem aparentes rupturas (Gutiérrez Lloret, 2007: 296). Quanto à suposta partilha de **igrejas**, subsistem muitas dúvidas. A tradicional interpretação da partilha da igreja de San Vicente de **Córdova** por parte de cristãos e muçulmanos tem sido colocada em causa ultimamente (Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 113; posição ainda contrária em Calvo Capilla, 2002: 242), ainda que Marfil Ruiz, 2000: 123-130 tenha salientado os numerosos dados de continuidade entre as primeiras obras islâmicas da mesquita de Córdova e pré-existências palatinas da sede episcopal visigótica cordovesa (concretamente nas escavações que dirigiu nos finais dos anos 90 no Patio de los Naranjos) e se refira ao alminar da basílica-mesquita (2000: 139). Apesar de as escavações parcelares não o confirmarem até agora, as fontes históricas falam numa compra por parte dos muçulmanos da igreja de S. Vicente (Real, 2000: 39), o que indica não uma partilha do espaço religioso, mas sim de uma compra para outro fim. Na cidade onde o Al-Andaluz estabeleceu a sua capital a partir de 716, é possível que a destruição de igrejas documentada ainda no século VIII tenha estado relacionada com o período de incerteza que dominou a cidade nos meados daquela centúria, quando a urbe foi disputada por sírios e iemenitas, na sequência da chegada e instalação do poderoso exército sírio (cf. notas 21 e 22). O mais provável, todavia, é que essa destruição tenha sido uma consequência de uma precoce reconfiguração urbanística (e social) promovida pelos conquistadores, que teria determinado a islamização do centro da cidade e a progressiva deslocação forçada das elites urbanas cristãs para a periferia (Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 111 referem-se a reformulações urbanísticas logo em 719-720 e a passagem cronística que admite a compra de parte da basílica de S. Vicente estipula que, no acordo de compra, foi permitido aos cristãos reconstruir igrejas fora das muralhas). No momento actual, porém, nenhum dado concreto certifica estas hipóteses, que devem antes ser vistas como apenas mais duas que inviabilizam a leitura “fácil e imediata” de se assumir que as igrejas de Córdova teriam sido destruídas aquando da conquista da cidade, imediatamente após a invasão de 711. Uma segunda igreja deve ser mencionada – a de **Gatillo de Arriba** -, que Caballero Zoreda e Arce, 1995: 196-197 admitiram poder ter sido partilhada por duas pequenas comunidades de cristãos e muçulmanos (assim admiti também em 2001: 61, com base nas conclusões daqueles autores). Investigações posteriores, no entanto, vieram inviabilizar esta sugestão, adoptando-se uma atitude mais prudente em relação à ocupação espacial (Caballero Zoreda, 2003: 169; para uma abordagem de teor visigotista a esta igreja, veja-se Arbeiter, 2003: 201-206; síntese historiográfica sobre a igreja em Utrero Agudo, 2006: 571).

¹¹³ Não é fácil estabelecer uma linha interpretativa acerca do ritmo de conversões da sociedade cristã andaluza, embora a opinião mais consensual seja a de admitir uma taxa de conversão paralela à própria arabização e orientalização da sociedade. É à luz desse fenómeno de aculturação que alguns autores referem o caso dos mártires voluntários de Córdova, que percorreu a sociedade cristã daquela cidade nos meados do século IX, como uma reacção de um grupo erudito à tendência de conversões (Real, 2000: 40-41). Álvaro de Córdova referiu-se ao facto de os cristãos já não saberem escrever em latim, ou sequer em procurar aprender. Em todo o caso, Bulliet, 1990 referiu-se às poucas histórias de cristãos convertidos nos primeiros tempos de domínio muçulmano na Península, circunstância explicável pelo facto de a simples adesão à nova religião não libertar os moçárabes do pagamento da *jizya* (ao contrário do que pensa Cabrera, 1995: 14).

¹¹⁴ O mesmo autor salientou a contradição de *Corão* (sr 73) certificar aquela «política de respeito hacia los creyentes monoteístas, aunque sentenciaba a muerte a los que confesaban “como Diós al Mesías, Hijo de María” (sr 76)». Idêntica contradição foi apontada por Real, 2000: 37.

outro, mas também a sobrevivência de elites locais, que viram no instrumento que representava o pacto a manutenção da sua anterior dignidade e do seu estilo de vida. Ainda que a repartição de terras e que o pagamento de impostos tenha, a seu tempo, sobrecarregado essas oligarquias (em particular as urbanas), parece óbvio que elas continuaram a desempenhar papéis liderantes em âmbitos locais, estatuto que só paulatinamente perderam (ou partilharam).

A abordagem historiográfica que valoriza os indícios de tolerância (Guichard, 1976: 276; Cabrera, 1995: 14; Arce Sainz, 2000: 82; Cruz Villalón, 2008: 8, entre muitos outros autores) coloca o escasso registo cronístico moçárabe dos séculos VIII a X no seu devido lugar: o de ser o resultado de um processo erudito, protagonizado sobretudo por clérigos imbuídos de cultura neo-visigótica e que terá sido minoritário e localizado no contexto dos cristãos de Al-Andaluz. Com efeito, ao longo daqueles primeiros três séculos de domínio muçulmano, é possível identificar uma linhagem cronística que sistematicamente diabolizou o Islão, proclamou o retorno a uma pátria pré-islâmica (no sentido em que era cristã) e enfatizou relatos apocalípticos da suposta violência exercida pelos conquistadores infiéis contra indefesos autóctones cristãos.

A *Crónica Anónima de 754*¹¹⁵, a principal fonte documental produzida por moçárabes no século VIII, tem sido facilmente confundida com uma voz legítima e autorizada por parte do grupo cristão submetido, pretensamente conhecedora da situação social marginalizada que esse núcleo começaria a sofrer e, por isso, fiel reflexo de uma paleta caracterizadora passível de ser aplicada a todo o colectivo moçárabe (López Pereira, 1980: 30-31 e 44 referiu-se ao valor monográfico da fonte, ainda que o tenha feito relativamente às supostas matanças de Muza; Nieto Cumplido, 1995: 27-28 contrariou a tendência de subvalorização da crónica como fonte histórica, implicitamente valorizando o registo destrutivo islâmico nela contido; e Lavajo, 2000: 95 assumiu mesmo que o cronista tinha sido «testemunha ocular» das «devastações e atrocidades» praticadas pelos muçulmanos em solo peninsular).

| |
|--|
| <p>Crónica Anónima de 754</p> |
|--|

¹¹⁵ No último século e meio, esta crónica foi objecto de numerosos estudos e recebeu várias designações. O título mais utilizado é *Crónica Moçárabe de 754*, «por la data en que escribió su autor y la condición de este» (Díaz y Díaz, 1976: 28), embora outros autores se lhe refiram como *Crónica Latina de 754* (Hitchcock, 2008:13) e *Continuatio Hispana* (Mommsen). Neste trabalho, prefiro referir-me a este documento como *Crónica Anónima de 754*, ou apenas *Crónica de 754*, na medida em que o conteúdo daquela fonte não representa certamente a totalidade da população cristã submetida, não obstante a condição moçárabe do seu autor. O local e contexto cultural hispânico em que a crónica foi realizada não são conhecidos, oscilando-se Córdova, o Levante, Beja e Toledo, sendo esta última possibilidade a mais consensual hoje em dia. Uma síntese sobre este último assunto encontra-se em López Pereiro, 1980: 13-18, embora o autor tenha concluído por uma procedência do Levante peninsular, e Rei, 2008: 6. Eduardo López, 1986: 267 realçou a profunda herança cultural síria que, na sua óptica, a crónica manifesta.

Em anos recentes, o conteúdo desta crónica tem sido desconstruído, realçando-se o seu carácter excepcional, produto de um sector religioso erudito não necessariamente conhecedor da generalidade da população autóctone submetida, e matizando-se o discurso generalista e estereotipado com que se refere aos cristãos do Al-Andaluz. Já Díaz y Díaz, 1976: 209 advertiu para a necessidade de submeter o conteúdo cronístico à crítica histórica, tendo em conta que muitas informações veiculadas pelo autor foram recolhidas de tradição oral e mesmo de lendas, para além das dúvidas de interpolação posterior que permanecem a respeito de numerosas passagens (Rivera Recio, 1980: 41, 106). Com efeito, não podem continuar a valorizar-se as palavras do cronista relativamente à comparação entre a conquista islâmica e outros desastres históricos como a queda de Roma ou a conquista de Tróia. Em contexto estritamente histórico e não literário, tão pouco se deve admitir a passagem mais célebre desta crónica, em que o autor se referiu à devastação da Hispânia por parte das tropas de Musà¹¹⁶, bem como aquela declaração de impotência com que abri este capítulo, que mais não é que a assunção, em forma de figura de estilo, do *dolo* pela Hispânia perdida, como salientou Rei, 2008: 7-8.

Evidentemente, a crónica não é desprovida de valor histórico. Mas, mais importante que a forma apocalíptica como se refere à conquista islâmica, ou mesmo ao carácter profético com que anuncia o fim do domínio dos novos conquistadores (século e meio antes do ciclo cronístico asturiano, aspecto já valorizado por Mattoso, 1992: 442, entre outros autores), é o sinal de vitalidade que evidencia dentro de um sector específico do universo moçárabe – o eclesiástico. O seu autor inscreve-se numa linha continuadora visigótica (e mais especificamente isidoriana, de acordo com as conclusões de Díaz y Díaz, 1976: 208), plena de nacionalismo do reino de Toledo (Recuero Astray, 1996: 28) e de providencialismo, na medida em que o devir histórico surge como o resultado da percepção divina dos actos dos homens. E tal como a crónica Albeldense assumiu que a conquista e domínio islâmicos mais não eram que a resposta divina ao “pecado dos visigodos”, também o autor moçárabe do século VIII entendeu a chegada dos muçulmanos como instrumento da justiça divina contra o pecado e orgulho do imperador bizantino Heraclio, no início do século VII (Rivera Recio, 1980: 29).

No processo de diabolização do Estado islâmico, a *Crónica anónima de 754* refere-se mesmo ao termo *pax fraudifica* para ilustrar o ambiente que se vivia por

¹¹⁶ Nieto Cumplido, 1995: 27: na crónica de 754, ilustra-se «la “destrucción de España” presentada en términos de devastación, agresión, desdicha, arrasamiento y azote». También Viguera Molins, 1995: 49.

aquela altura nos meios moçárabes. Mas, também sobre este assunto, a *Crónica* não pode ser entendida como fonte isenta. Ela certamente não reflectiu fielmente a impressão generalizada dos cristãos face aos acontecimentos de quase meio século desde a invasão de 711. Uma leitura unilateral do texto que chegou até nós (com os vestígios de interpolação que subsistem) parece-me que tem sido a maior limitação por parte dos autores que abordam a situação dos moçárabes durante os primeiros tempos de dominação islâmica (por todos, Nieto Cumplido, 1995: 27-28). Ao contrário de uma visão globalizante e partilhada por várias comunidades moçárabes, a *Crónica* parece ser uma visão única e unilateral, certamente erudita, de uma penosa submissão que dificilmente seria partilhada por todos os cristãos de Al-Andaluz¹¹⁷.

O fundo de resistência explícito naquele texto não foi caso único. Ao longo do século IX, foram vários os momentos de deliberada reacção contra o Islão, aparentemente liderados por sectores cristãos, eruditos e minoritários, portadores de uma linguagem que exaltava valores místicos, messiânicos e até apocalípticos da luta religiosa. Em 828, por exemplo, o rei franco Ludovico Pio exortou os cristãos de Mérida, então revoltosos, a resistir contra os muçulmanos, prometendo-lhes apoio¹¹⁸. Bastante mais importantes foram os episódios relacionados com os martírios voluntários de Córdova, que assolaram a capital emiral nos meados do século IX. Muito se tem escrito e discutido acerca deste inusitado fenómeno, acerca do qual Wolf, 1988 disse ter sido protagonizado por mártires sem milagres, sem pagãos e sem perseguições.

Em boa verdade, os martírios não se deram apenas em Córdova, o que faz supor que existiu um elo de contágio a outras comunidades moçárabes, ainda que,

| |
|---|
| Martírios voluntários de Córdova |
|---|

¹¹⁷ Cabrera, 1995: 21 referiu-se já à existência de dois grupos de moçárabes claramente diferenciados: de um lado, o grosso da população, sector dominante que progressivamente se aculturou; de outro, um segmento minoritário, «menos contaminado, más tradicional, que acentuó conscientemente los rasgos diferenciales que les separaban de los musulmanes. (...) Es sin duda el grupo más combativo y también, por supuesto, el más culto y prácticamente el único que nos ha dejado testimonios escritos».

¹¹⁸ Os contornos da rebelião que afectou a cidade de Mérida por volta de 828 são relativamente conhecidos. Dois caudilhos locais, aparentemente um berbere e um muladí (Mahmud ibn abd al-Yabbar e Sulayman ibn Martin) revoltaram-se contra o governador da cidade e assassinaram-no, Marwan al-Yilliqi (Macias, 1992: 421), pai do célebre Ibn Marwan (personagem que segundo alguns autores poderá estar na origem do monumento de Idanha-a-Velha, como abordarei na Parte 2 desta dissertação). De acordo com Ibn Idhari, Ibn Al-Athir e Ibn Hayyan, as muralhas foram destruídas e os seus materiais deitados ao rio (cf. Cruz Villalón, 1994/95: 338, nota 58). Ao que tudo indica, o papel dos moçárabes terá sido decisivo, constituindo mesmo, em palavras de Guichard, 1976: 277, a primeira grande revolta em Mérida na qual a comunidade moçárabe da cidade parece participar activamente, enquanto Codera, 1917: 8 referiu-se mesmo a uma verdadeira guerra civil no território emeritense, o que revela bem a abrangência do conflito. O contencioso durou vários anos: Sulayman só foi morto pelas tropas emirais em 835 (Leví-Provençal, 1982: 140) e al-Yabbar, depois de resistir praticamente 10 anos em vários pontos do Sudoeste peninsular (com passagens por Beja e Ossónoba), passou a território asturiano, indo servir o monarca Afonso II. Caballero e Arce, 1995: 193, assim como Manzano Moreno, 2006: 52, colocaram a revolta de Mérida em 826.

seguramente, sem o sucesso generalizado que os mentores do movimento pretendiam. Há notícias, mais ou menos lendárias, de martírios em Beja (São Sisenando), Sevilha (Áurea), Toledo (Gumesindo), Huesca (irmãs Nunilo e Adoila¹¹⁹) e outras zonas (síntese de dados em Yelo Templado, 1993: 458). Mas Córdova foi o epicentro do movimento, onde os primeiros suicídios produziram um efeito de novidade não menosprezável, ainda que limitado.

Os martírios coincidiram com o tempo de Muhammad I (852-860), um dos monarcas que favoreceu uma abordagem de menor tolerância face aos cristãos e período em que se tornou dominante a doutrina malikí, mais restritiva em relação aos *dhimíes*. Entre outras decisões tomadas por este emir, conta-se a de destruir as igrejas recentemente construídas e que se impedisse o culto nas restantes (por todos Real, 1995: 35-36)¹²⁰. Esta activa política por parte de Córdova contra os cristãos, confirmada pelos relatos de Eulógio (monge que tinha privilegiadas relações familiares com o poder emiral)¹²¹, levou a que o fenómeno dos mártires voluntários tenha sido conotado com uma reacção “natural” por parte do sector cristão, que se via marginalizado para um papel verdadeiramente secundário e até clandestino (síntese historiográfica em Rincón Álvarez, 2003: 80¹²²). Existem, no entanto, outros dados que permitem um mais rigoroso aprofundamento da questão.

¹¹⁹ Serão santas lendárias, segundo Durán Gudiol, 1995: 26, porém admitidas por Gómez Villa, 2011: 523 e Yelo Templado, 1993: 458.

¹²⁰ Yelo Templado, 1993: 456 acrescentou que «el emir dispuso que se derribaran las basílicas construidas desde los últimos tres siglos y la parte de fábrica adicionada a las antiguas en ese período. Molestaba especialmente lo más visible de la presencia cristiana, como eran los campanarios». Segundo Eulógio, monge cordovês da época, foram também proibidos os enterramentos públicos e tudo o que fosse demasiado chamativo ou provocante (apud. Nieto Cumplido, 1995: 31). Arce Sainz, 1992: 166 esclareceu que as autoridades islâmicas encarceraram os instigadores do movimento martirial (especialmente Eulógio e Saul) e destruíram o mosteiro feminino de Tábanos. De acordo com Guichard, 1976: 183, foi também com este monarca que os moçárabes se viram afastados da administração central do Estado islâmico e se “retomaram” os impostos. A utilização deste verbo pelo autor implicitamente admite que, em algum momento, teria havido um relaxamento, ou mesmo uma quebra total, da máquina fiscal emiral. Veja-se o que adiante se diz acerca da possível incapacidade estatal do Emirato de Córdova, na primeira metade do século IX, em proceder à recolha de impostos em vastas áreas do seu nominal domínio. Sabe-se, também, que nem todas as igrejas foram efectivamente destruídas, como o caso do mosteiro de Peñamelaria confirma.

¹²¹ Eulógio era oriundo de uma das mais importantes famílias moçárabes cordovesas. Um de seus irmãos fazia parte da administração emiral e outros dedicavam-se ao comércio exterior, com negócios documentados entre o Emirato e o centro da Europa (Guichard, 2001: 73). A sua participação no processo dos martírios de Córdova terá sido determinante, conhecendo-se dele um tratado laudatório dos suicídios, intitulado *Apologia dos Mártires*. Em 852, juntamente com o bispo Saul, foi preso e encarcerado pelas autoridades emirais. Faleceu em 859, ao que alguns sugerem, como bispo de Toledo (Bodelán, 1989: 44).

¹²² Alguns autores incluem esta reacção moçárabe num processo mais vasto de activa islamização da sociedade e de intensa reconfiguração urbanística, iniciado genericamente com Abd al-Rahmann II, com o qual a antiga aristocracia de origem cristã entraria em desarticulação e veria reduzido o âmbito fundiário onde ainda se baseava o seu poder (Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 117).

Uma perspectiva recentemente revalorizada atribui o fenómeno a uma oposição fundamentalista, provocadora mesmo, de parte da comunidade cristã contra a crescente adesão ao Islamismo de muitos dos seus, incluindo a aculturação às formas de vida, ao

A mis correligionários les gusta leer los poemas y los relatos de los árabes; estudian los escritos de los teólogos y filósofos musulmanes, no para refutarlos, sino para formarse una dicción árabe correcta y elegante. Dónde encontrar hoy en día a un laico que lea los comentarios latinos de las Sagradas Escrituras? Quién estudia los Evangelios, los profetas, los apóstoles? Por desgracia, los jóvenes cristianos sólo conocen la lengua y la literatura árabes; leen y estudian con grande ardor los libros árabes, forman bibliotecas muy costosas y proclaman que esa literatura es admirable. Habladles de los libros cristianos: os responderán que esos libros son indignos de su atención. Qué dolor!, los cristianos han olvidado hasta su lengua; entre mil de nosotros no encontraréis más que uno apenas que sepa escribir correctamente una carta latina a un amigo. Sin embargo, cuando se trata de escribir en árabe, encontraréis una multitud de personas que se expresan en esa lengua con la mayor elegancia, y veréis que componen poemas superiores, desde el punto de vista del arte, a los mismos árabes

Quadro n.º 3 – Álvaro de Córdoba, c.840 (segundo Guichard, 2001: 72-73)

quotidiano, à língua e às múltiplas expressões da sociedade islâmica. A tomada de consciência por parte de um grupo minoritário e erudito de moçárabes - eventualmente membros de uma verdadeira aristocracia de ascendência visigótica, como pensa Arce Sainz, 1992: 158 -, de que fazia, afinal, parte de um sector social em progressiva marginalização, teria desencadeado uma acção violenta de deliberada renúncia a um Islão cada vez mais dominante (Cabrera, 1995: 24; Real, 2000: 40, Guichard, 2001: 71, entre outros autores). À luz desta interpretação, a política restritiva de Muhammad I teria sido, assim, uma reacção à crescente instabilidade e não o ponto de partida que justificaria os suicídios em massa. Em abono desta perspectiva, há que esclarecer que os martírios de Córdoba se testemunham ainda antes da subida ao poder de Muhammad. E vale a pena recordar as palavras de Álvaro de Córdoba sobre a progressiva debilidade cultural que, por aquela altura, os cristãos cordoveses experimentavam face à imposição da civilização islâmica, escritas mais de dez anos antes da chegada à chefia de Estado daquele emir, de acordo com a datação proposta por Guichard, 2001: 72-73 (quadro n.º3)¹²³. Álvaro referiu-se ao afastamento que os jovens moçárabes sentiam pela

¹²³ Subsistem alguns dados que, do ponto de vista religioso, parecem evidenciar a progressão da cultura islâmica sobre a cristã na Córdoba da primeira metade do século IX. Em 836, celebrou-se naquela cidade um concílio onde se condenaram os casamentos mistos. Num novo concílio, reunido em 839, debateram-se questões sobre a ortodoxia moçárabe, condenando-se em especial algumas práticas “monásticas” que se encontravam fora do alcance normalizador do episcopado. A proibição de casamentos mistos terá levado a estratégias de casamento dentro do mesmo grupo, possivelmente até dentro da mesma família, facto que poderá estar na base da crítica que, algumas décadas depois, o bispo de Málaga, Hostegesis, fez ao abade Sansão de Córdoba, por este ter autorizado o casamento entre primos (crítica mencionada por Guichard, 2001: 69). Por outro lado, como esclareceu Manzano Moreno, 2006: 48, a existência de casamentos mistos levava a que o património das famílias das mulheres passasse a ser integrado nas fórmulas muçulmanas patrilineares de transmissão da propriedade, assim se cortando a influência que os meios religiosos cristãos teriam sobre as pessoas e os bens.

vivência cristã, certamente a eclesiástica e a que se baseava no uso do latim. E foi nos meios monásticas das serranias de Córdova, cujas bibliotecas seriam constituídas quase exclusivamente por autores do início do Cristianismo que exaltavam o ascetismo e o martírio (Rincón Álvarez, 2003: 81), que o movimento martirial ganhou consistência e expressão, renunciando à vivência urbana e ao contacto quotidiano com os muçulmanos.

Uma outra perspectiva, complementar da anterior e que não atribui o essencial da contenda unicamente a questões culturais e religiosas, colocou os mártires de Córdova no final de um longo processo de desconforto sentido por numerosas comunidades cristãs do Al-Andaluz, cujos primeiros sintomas parecem ter tido lugar ainda no reinado de al-Hakam (796-822) e se agudizaram no tempo de Abd al-Rahmann II (822-852). Segundo Yelo Templado, 1993: 456-457, a crescente pressão sobre os moçárabes de Córdova radicava na incapacidade sentida pelo poder central emiral em fazer cumprir os termos dos pactos em todo o território nominalmente na sua posse, nomeadamente em arrecadar os pagamentos de natureza tributária. De várias partes do Al-Andaluz, o emir via chegar o seu exército sem ter conseguido recolher a totalidade dos impostos, o que, a seu tempo, terá levado a duas consequências: por um lado, nos territórios onde tardava a consolidação do poder emiral, uma sensação de liberdade iminente, razão pela qual, só no tempo de Abd al-Rahmann II, se registaram revoltas em Mérida (828 e 837¹²⁴), Toledo (828), Beja (847)¹²⁵, Saragoça (847)¹²⁶, Aroche (850), para além da fundação de Murcia (831), com a qual praticamente cessava o protagonismo regional dos descendentes de Teodomiro no Levante (tendo mesmo alguns habitantes de Elo transitado para a nova cidade), e da construção de duas importantes fortalezas urbanas - Mérida (835) e Sevilha (844-855), esta última datação de acordo com estudos de Azuar Ruiz, 1995: 128 não inteiramente consensuais (cf. Jiménez Martín, 1979: 481). Pelo contrário, nos espaços mais facilmente controlados a partir de Córdova, ter-se-á dado um reforço crescente da pressão tributária, única forma de equilibrar as contas da administração central.

¹²⁴ Protagonizada por Mahamud, um muladí que, pouco depois desta revolta, passou ao bloco setentrional peninsular, onde foi acolhido por Afonso II. A este personagem voltar-se-á na Parte II desta dissertação.

¹²⁵ Kennedy, 1996: 53.54, não mencionada por Macias, 2005.

¹²⁶ Tratou-se de mais uma revolta de Musà Ibn Musà (falecido em 862), senhor de fronteira cognominado de *terceiro rei de Espanha*, que beneficiou de uma ascensão territorial durante a primeira metade do século IX, que os seus descendentes continuaram ao longo de praticamente toda a segunda metade daquela centúria e inícios da seguinte (sobre este personagem e o seu alargado âmbito territorial, veja-se Lorenzo Jiménez, 2010: 137-273).

A crescente adesão à cultura islâmica (eventualmente mais que ao Islamismo) e a maior pressão tributária sobre as elites urbanas (as que podiam ser mais eficazmente controladas) terão estado, assim, na origem dos martírios de Córdoba, face mais visível de uma reacção cristã que teve certamente outros contornos, como a ruralização de parte da população (Yelo Templado, 1993: 457), ou mesmo a fuga para territórios afastados do controlo emiral. Não quero, com isto, concluir por uma linear emigração para território asturiano, como tradicionalmente se pensa, até porque as mais sintomáticas notícias de chegada de grupos religiosos moçárabes ao Norte asturiano-leonês registaram-se apenas na transição do século IX para o X, cerca de meio século depois dos martírios de Córdoba.

Em vão terá o episcopado lutado contra esta situação? O bispo de Córdoba, possivelmente já Álvaro, chegou a condenar os martírios logo em 852 (Arce Sainz, 1992: 166; Yelo Templado, 1993: 459), ano da subida ao poder de Muhammad, embora a sua acção posterior tenha sido de adesão à revolta. Alguns anos antes, o concílio de 839, celebrado na capital do emirato, condenara algumas práticas religiosas activas no meio rural, onde certamente o poder normalizador dos prelados tinha maior dificuldade em chegar. A separação entre as dimensões monacal e episcopal (que também se testemunha de forma clara nas Astúrias do século VIII) terá motivado uma relativa diferença na forma de encarar o fenómeno martirial.

Enquanto o monacato se instituiu como o mais acérrimo reduto tradicionalista face ao Islão – e é importante ter em conta que Eulógio se referiu exclusivamente à intolerância manifestada por muçulmanos contra os monges moçárabes e não contra a população cristã em geral -, a posição do episcopado poderá ter sido menos afirmativa, eventualmente dúbia, como parece depreender-se da “hesitação” de Álvaro em 852, ano em que o conflito terá atingido o auge. No entanto, não deixa de causar alguma perplexidade o facto de ter sido o monacato cordovês a sobreviver àquela penosa conjuntura (em particular o mosteiro de Peñamelaria, que continuou activo ainda durante largas décadas, e onde em 961 ainda se realizava uma festa alusiva ao baptismo de Cristo – cf. Simonet, 1871: 18), ao passo que o episcopado parece ter sofrido um duro revés, dele praticamente deixando de haver notícias até à instauração do Califado¹²⁷. Decididamente, como nas Astúrias do século VIII, embora por razões que

¹²⁷ Há notícia de Cipriano, mencionado numa obra literária de Leovigildo de Córdoba e que alguns autores consideram ter sido bispo, mas desconhece-se a data em que tal ocorreu, embora o seu ciclo literário se possa situar por volta de 890 (Herrera Roldán, 1994-95: 217; equívoco em Bodelón, 1989: 48

supomos terem sido diferentes, também na Córdova do século IX os principais núcleos religiosos cristãos estavam reunidos dentro das paredes zelosas dos mosteiros e não (ainda) no seio da administração diocesana.

A complexa conjuntura que envolveu os martírios não foi suficiente para colocar um ponto final na aventura moçárabe cordovesa. Bem pelo contrário, ela foi mantida viva, pelo menos em Peñamelaria, por intermédio do abade Sansão, pela comunidade moçárabe local, que em meados do século X venerava alguns dos mártires falecidos um século antes (ed. Simonet, 1871: 11) e voltou a crescer no século X, graças ao período de prosperidade e paz favorecido por Abd al-Rahmann III e o Califado de Córdova.

O que acaba de se descrever corresponde a uma leitura actual dos dados acerca dos dois processos de reacção contra o Islão, por parte de comunidades moçárabes, que tiveram maior impacto histórico. Em comum, ambos foram liderados e impulsionados por meios letrados monacais e é de supor que o seu alcance tenha sido muito limitado no espaço e no tempo. Como atrás se referiu (e como também se verá no ponto seguinte), são mais fortes os indícios que apontam para tendências de relacionamento estável e estabilizado entre conquistadores e conquistados. Foi graças à tolerância multissecular entre as várias comunidades que o moçarabismo pôde implantar-se solidamente em meios urbanos até bastante tarde (ao contrário do que pensam os autores que admitem uma ruralização imediata por parte dos cristãos de Al-Andaluz - Lavajo, 2000: 95 referiu-se mesmo a uma deslocação de grupos moçárabes para meios rurais imposta pelas autoridades muçulmanas). Se é evidente que, no campo e em teoria, estes grupos de cristãos seriam menos importunados (como salienta Real, 2000: 42) e, possivelmente, menos sobrecarregados com imposições fiscais – está por explicar o “acaso” de as principais construções moçárabes atribuídas ao século VIII (Melque e El Trampal) terem sido implantadas em meios assumidamente rurais, como se verá -, não é menos verdade que os moçárabes desempenharam papel importante nas elites urbanas até bastante tarde (Cressier, 2005: 176). Em Córdova, por exemplo, a sua relevância está testemunhada em pleno século IX e, em Toledo, Coimbra ou Lisboa, a importância daquelas comunidades chegou ao momento da (re)conquista, e mesmo para cá dela.

Embora alguns autores ainda se refiram aos moçárabes como uma minoria «intransigente, nada dispuesta a la convivencia pacífica y respetuosa con el Islam,

ao admitir poder tratar-se já de um bispo da Córdova califal). Em 864 realizou-se um concílio provincial em Córdova, sobre o qual Díaz y Díaz, 2008: 5 identificou uma anotação posterior que realçava a ignorância que, por aquela época, grassava nos meios episcopais moçárabes: «las grandes figuras en el conocimiento doctrinal están fuera del orden de los obispos» e situam-se nos mosteiros.

fuertemente combativa» (Díaz y Díaz, 2008: 7), o panorama geral, mesmo para Toledo ou Córdoba entre os séculos VIII e XI, parece ser cada vez mais o inverso. A primeira acção concertada de intolerância terá ocorrido apenas no tempo de Muhammad I (852-886) e, nela, as motivações religiosas afiguram-se como secundárias. Os dados que atrás se citaram a respeito da “convivência” entre comunidades - para utilizar o título de uma célebre exposição dedicada às relações entre judeus, cristãos e muçulmanos na Península Ibérica medieval (Glick, 1992) - parecem sintomáticos e novas linhas de investigação estão a ser inauguradas, como a que Roisse, 2008: 215-216 protagoniza, ao referir-se a episódios em que a liturgia hispânica parece ter admitido a língua árabe¹²⁸. Os principais elementos de continuidade e tolerância, contudo, encontram-se nos dois pontos a seguir abordados: a evidência de manutenção da rede diocesana no Al-Andaluz e os indícios de vitalidade construtiva por parte dos moçárabes.

3.1.2. O quadro diocesano, o culto dos santos e a permanência monacal

O quadro diocesano sobreviveu à invasão de 711, à conquista dos territórios anteriormente cristãos e ao peso tributário da administração islâmica. Num momento em que a estrutura episcopal enfrentava um acelerado declínio (herdado, em parte, da «desurbanização» verificada na fase final de domínio visigótico e continuada nas Astúrias e no Al-Andaluz¹²⁹), não deixam de ser surpreendentes as provas de uma rede diocesana estritamente moçárabe que, mais que sobreviver ao suposto jugo islâmico, teve a capacidade para, ao longo de vários séculos, se transformar e adaptar a novas situações.

A continuidade episcopal em contexto moçárabe tem sido valorizada por numerosos autores para as principais cidades (Mattoso, 1985: 25, Núñez, 1978: 181, entre muitos outros), não obstante as notícias de que alguns bispos terão abandonado as suas sedes no momento da conquista islâmica (cf. nota 39). Mesmo investigadores que partilham de uma visão terrível para a sobrevivência dos moçárabes admitem como facto a continuidade diocesana (Lavajo, 2000: 96 refere-se a uma «tolerância discriminatória» para o caso do episcopado moçárabe).

¹²⁸ Roisse, 2008: 216: «Comme c’est encore le cas dans certaines églises d’Orient, une première lecture dans la langue ancienne de l’église locale pouvait être effectuée, immédiatement suivie de sa traduction dans la langue vernaculaire».

¹²⁹ Veja-se o que se disse no ponto 2.4 a respeito das cidades episcopais do norte asturiano e a nota 93 sobre a tendência do poder islâmico peninsular em não ocupar antigas cidades visigóticas. Não se partilha de uma visão tão radical como a defendida por Martín Viso, 2005: 98-99.

Num exercício que deve ser encarado com alguma prudência, porque parece não ter em suficiente consideração as dinâmicas internas de cerca de cinco séculos de uma evolução eclesiástica complexa, tanto na esfera moçárabe como, principalmente, no mundo asturiano-leonês, Reilly, 1996: 37 concluiu que, das 27 dioceses documentadas em época visigótica, apenas 8 não se detectam após a (re)conquista. Esta conclusão não deve secundarizar outros dados do problema: muitas sedes episcopais parecem ter tido longos períodos vacantes; algumas tiveram os seus titulares deslocados para outras paragens e um restrito número foi algo rapidamente absorvido pela esfera asturiano-leonesa¹³⁰.

A crescente investigação sobre algumas cidades tem demonstrado bastante mais que aquela aparente evidência realçada por Reilly. Com base em dados recentemente revelados, Real, 2000: 40 concluiu pela existência de uma vitalidade própria das cidades diocesanas moçárabes (destacando-se Toledo, cidade onde, numa fase já bem avançada do domínio islâmico, parecem ter existido mais igrejas que mesquitas). Ación Almansa, 2009: 26-27, por seu turno, estabeleceu uma perspectiva de estudo que deve ser tida em consideração em futuras abordagens monográficas dirigidas aos fenómenos moçárabes urbanos. Segundo este autor, a manutenção do quadro diocesano parece ter-se verificado sempre que as autoridades muçulmanas necessitaram de censos eclesiásticos para controlar determinado território. Pelo contrário, a hierarquia episcopal tenderia a desaparecer em regiões onde os pactos privilegiaram interlocutores civis¹³¹. Tal perspectiva merece, para já, algumas reservas, tendo em consideração alguns casos concretos em que autoridades civis e religiosas cristãs parecem ter mantido o essencial do seu estatuto, como terá sido o caso da região de Tudmir, onde o acordo celebrado com Teodomiro não terá ditado a secundarização dos elementos religiosos activos na zona, uma vez que a diocese de Elo (Eyyo) só desapareceu em pleno século IX e, muito provavelmente, acompanhando a estratégia emiral de eliminação do pacto de

¹³⁰ Ao contrário de Mattoso, 1985: 25, os bispos de Coimbra, Idanha-a-Velha, Lamego e Viseu, referidos nos séculos IX e X, serão já produto da ocupação asturiano-leonesa e não representantes locais das respectivas comunidades moçárabes.

¹³¹ Ación Almansa, 2009: 27: «Así pues, donde los obispos van a tener el protagonismo de los pactos lógicamente van a continuar las sedes, pero también será un impulso para el mantenimiento de las ciudades, frente a la desaparición o ruralización de otras, que pasarán a denominarse como *qarya* o *hism*». Esta hipótese deve alertar para a grande importância que tiveram os “condes” moçárabes, membros da comunidade cristã incorporados na administração central, que tinham por obrigação efectuar os censos à população e arrecadar os impostos. López López, 1999: 173-174, ao estudar a figura de Teodulfo (conde moçárabe ao serviço do emir Al-Hakam), salientou que este chegou a habitar num palácio da família emiral e realçou a relevância social de vários outros titulares do cargo.

Teodomiro¹³². Pela sua importância para o moçarabismo dos séculos VIII e IX, impõe-se analisar com algum detalhe o que terá acontecido com a hierarquia religiosa das cidades de Toledo, Córdoba e Mérida, locais onde as respectivas comunidades moçárabes encontram maiores indicadores de continuidade.

É de **Toledo** que subsistem os dados mais concretos acerca da vitalidade diocesana nos séculos VIII e IX, o que levou mesmo Bango Torviso, 1991: 25-26 a referir-se à cidade como uma «espécie de república independente» no seio do Al-Andaluz, ou um estado semi-independente (como se lhe refere Guichard, 1976: 272). Ainda que algum registo cronístico aponte para o estado deserto em que a cidade se encontrava na hora da chegada do exército invasor, as décadas seguintes registaram uma assinalável dinâmica eclesiástica, que culminou com a querela adopcionista no final daquela centúria. Miranda Calvo, 1999: 193 valorizou mesmo o facto de a cátedra episcopal toledana apresentar uma lista ininterrupta de bispos até 926, embora seja de duvidar de muitos nomes nela contidos e respectivas balizas cronológicas conflitantes entre pretensos episcopados (quadros n.º5 e 6). O primeiro de todos eles, Sinderedo, instalou-se em Roma após a fuga de Toledo, sendo mencionado num concílio provincial realizado em 721 (Ayala Martínez, 2008: 98). Desconhece-se se, aproveitando a sede vacante da principal Igreja do antigo reino visigótico, o título terá sido ocupado pelo bispo colaboracionista Oppas (como pensou Simonet, 1897: 41), ou por Urbano (mencionado no cargo no Códice Emiliano do Mosteiro de El Escorial, datado de 962 e principal fonte para o estudo do episcopado moçárabe toledano dos séculos VIII e IX). As notícias seguintes, relativas a Sunieredo, Concordio e Pedro, são difusas e só estabilizam no tempo de Cixila, bispo presumivelmente entre c.744 e 753 (Amador de los Ríos, 1862: 47 e Simonet, 1903: 207, aceites por Collins, 1991: 69 e Christys, 2002: 21)¹³³. Independentemente das dúvidas cronológicas acerca do seu episcopado, e da

Toledo

¹³² Yelo Templado, 1993: 459 é de opinião que a sede episcopal de Elo foi arrasada apenas em 890, mas estudos de Gutiérrez Lloret, Abad Casal e Gamo Parras, 2005: 352 apontam para que a destruição daquela cidade esteja relacionada com a fundação de Murcia, ocorrida por volta de 825 (ou já em 831, como pensa Cabrera, 1995: 17) para exercer um papel de nova centralidade regional.

¹³³ Rivera Recio, 1980: 21 situa o seu episcopado entre 745 e 754. O tempo de vida deste prelado é ainda objecto de discussão, não se estando em condições de confirmar inteiramente as propostas de Rivera Recio. Alguns autores situam o seu episcopado entre 774 e 783 (Guichard, 2001: 70), havendo ainda um terceiro grupo que aponta para um tempo de vida entre 752 e 775. O dado mais importante até agora, e justamente sublinhado por Rivera Recio, 1980: 27 é a referência a Cixila na *Crónica Anónima de 754*, o que faz com que o seu episcopado tenha, necessariamente, de situar-se nas décadas centrais do século VIII. Em todo o caso, como afirma Collins, 1991: 69, esta notícia na crónica de 754 «ha sido considerada una interpolación, y ciertamente no se compagina con el resto de la obra». Finalmente, segundo o Códice Emilianense do Mosteiro de El Escorial, a data de falecimento deste prelado terá ocorrido em 783 (cf. Miranda Calvo, 1999: 197).

veracidade da passagem da *Crónica de 754* que caracteriza este bispo como um reconstrutor de igrejas, não restam dúvidas sobre o estatuto episcopal de Cixila, cuja memória estava ainda presente no século X, uma vez que o seu nome consta de uma lista de bispos moçárabes elaborada em 956. As notícias acerca da vitalidade episcopal toledana no século VIII vão em crescendo ao longo da centúria e culminam com o tempo de Elipando, bispo que se viu envolvido na polémica adopcionista, já atrás descrita em traços gerais. Provável sucessor de Cixila, logo em 754 (segundo Moreno Martín, 2011: 136) ou no ano seguinte (Rivera Recio, 1980: 46), a sua acção só se terá feito sentir a partir de 782, ano em que primeiro terá refutado as teorias de Migeccio (Isla Frez, 2004: 121). Ainda era vivo em 793¹³⁴, ainda longe de terminada a querela adopcionista, ano em que foi destinatário de uma carta de Alcuíno de York.

Na primeira metade do século IX, os dados são escassos ou mesmo omissos (não se está na posse de elementos que certifiquem a existência de Gurnersindo e Wistremiro, mencionados no Código Emilianense de 992), mas volta-se a ouvir falar de importantes bispos de Toledo nos meados da centúria, altura em que a cátedra parece ter sido ocupada por Eulógio, “martirizado” em 859. A escassez de notícias relativas à diocese toledana naquela centúria, as dúvidas que alguns autores colocam a respeito do estatuto episcopal de Eulógio e a inexistência de outros dados que apontem para a existência de Bonito, o único bispo toledano mencionado nas fontes moçárabes para a segunda metade do século IX (admitido por Miranda Calvo, 1999: 197), são indicadores que parecem provar uma certa perda de relevância da hierarquia religiosa diocesana na antiga capital visigótica. Uma secundarização que não deve ser entendida como uma decadência da população autóctone, na medida em que datam desse século algumas notícias acerca da importância da população muladí (facto valorizado por Recuero Astray, 1996: 85-86) e de interesses solidamente implantados na cidade, que terão motivado as revoltas de 797, 807¹³⁵, 828, 852 e 854. Na segunda metade do século, ainda que não subsistam notícias concretas a respeito da hierarquia religiosa, sabe-se que Muhammad I permitiu aos moçárabes reconstruir a igreja de Santa Maria de Toledo, implantada em pleno centro da cidade, ao que tudo indica contígua à alcáçova e mesquita principal (Real, 2000: 39). Miranda Calvo, 1999: 193 apontou para a manutenção de, pelo menos, seis igrejas durante os primeiros tempos de domínio

¹³⁴ Segundo o Código Emilianense do Mosteiro de El Escorial (admito por Miranda Calvo, 1999: 197), Elipando terá falecido apenas em 808.

¹³⁵ Neste ano, deu-se a famosa «Matança do Fosso de Toledo», em que terão sido assassinados muitos notáveis da cidade de Toledo (Guichard, 1976: 278).

islâmico na cidade, atribuindo o Código Emilianense do século X a primazia à igreja de Santas Justa e Rufina, verdadeiro panteão dos bispos moçárabes de Toledo (sem confirmação por Arellano Garcia, s.d. online). Data também do século IX os mais antigos documentos que constituem os códices toledanos litúrgicos (Miranda Calvo, 1999: 203-204). Finalmente, ainda antes de terminar a centúria, um grupo de toledanos esteve presente no repovoamento de Zamora (893), facto entendido por alguns autores como evidência da capacidade expansiva daquele núcleo (Gómez Moreno, com crítica em Bango Torviso, 1991: 26), embora subsistam outras explicações menos imediatas, como uma eventual adesão regional ao novo poder asturiano-leonês, que então avançava sobre o rio Douro (Martín Viso, 2001: 107), como se verá na Parte II desta dissertação.

Em torno dos bispos funcionava uma administração eclesiástica que se revelou também dinâmica no século VIII. Muitas vezes, é esta camada intermédia da hierarquia religiosa que se revela na documentação, mais que os próprios bispos. Christys, 2002: 23-24 referiu-se a pelo menos dois diáconos da Igreja toledana, muito activos na elaboração de directrizes comportamentais e até doutrinárias e respectiva aplicação na restante Península. Ao contrário do desaparecimento que a fuga de Sinderedo para Roma poderia fazer prever (e da própria generalidade da população, como se depreende pela notícia de que apenas haviam restado um conjunto de judeus na hora de entrada das tropas islâmicas – cf. nota 39), a actividade destes diáconos, ainda que escassa, certifica um papel liderante da Igreja de Toledo face às restantes dioceses, dela emanando directrizes de comportamento sobre matérias que careciam de melhor explicação. Essa consciência de protagonismo sentida pelos eclesiásticos toledanos passou ainda por uma assinalável produção literária (Miranda Calvo, 1999: 195), na qual se poderá mesmo incluir a *Crónica de 754*, a provar-se algum dia a atribuição a um membro do clero de Toledo, como avançou Díaz y Díaz, 1976: 207-208 (cf. nota 115).

Em **Córdova**, a comunidade moçárabe revela-se desde muito cedo e, possivelmente, em contra-ciclo com a metropolita Toledo. Segundo Díaz y Díaz, 2008: 3, em 775 já se havia copiado a *Colecção Conciliar Hispana* dos tempos visigóticos nos meios moçárabes cordoveses e parece que a questão da ortodoxia foi um aspecto muito acarinhado pelos sucessivos bispos da capital islâmica peninsular. Em 764, parece ainda poder intuir-se uma relativa dependência da igreja de Córdova face à sua congénere toledana, na medida em que data desse ano o fragmento de uma carta de Félix de Córdova a Elipando de Toledo, pedindo-lhe orientações (interpretação de Christys, 2002: 23). Mas, no século IX, o moçarabismo cordovês viu-se catapultado para um

Córdova

verdadeiro papel liderante dos cristãos de Al-Andaluz, tendo-se registado concílios em 836 (cf. nota 123), 839 (Yelo Templado, 1993: 459; Simonet, 1897: 124 supôs que este concílio tivesse sido presidido pelo bispo de Toledo, o que não se está em condições de provar), 852 (Arce Sainz, 1992: 166) e 864 (Díaz y Díaz, 2008: 5). À excepção do concílio de 852, destinado a condenar os martírios que, por essa altura, se sucediam na população moçárabe cordovesa (e que terá mesmo sido convocado por Abd Al-Rahmann II, na opinião de Arce Sainz, 1992: 159), todos os restantes revelam preocupações sobre ortodoxia, o que pressupõe a capacidade por parte do episcopado cordovês para gerar doutrina e algum reconhecimento da sua superioridade intelectual e hierárquica para que as decisões fossem observadas em outros meios cristãos.

Os dados relativos às listas de bispos apontam para uma trajectória de afirmação que, partindo do século VIII, atingiu o ponto alto na primeira metade e meados da centúria seguinte. Com efeito, do primeiro século de domínio islâmico resta a menção difusa a Basilisco, que apenas Díaz y Díaz, 1976: 73 admite relacionar com a cátedra cordovesa. Pelo contrário, do período seguinte, conhecem-se, pelo menos, três bispos de grande importância - Recafredo, Saul e Álvaro -, não se estando em condições de aceitar o estatuto episcopal de Cipriano (veja-se o que se diz na nota 127). À excepção de Saul, que terá chegado a bispo comprando o título (Arce Sainz, 1992: 159), Recafredo e Álvaro podem considerar-se representantes maiores da cultura moçárabe religiosa, ainda que, já por essa altura, a superioridade intelectual dos meios monacais (e até social – recordem-se os laços do monge Eulógio com o poder emiral) parecesse ser uma evidência (o próprio Álvaro de Córdoba e Eulógio de Toledo, dois bispos, terão sido fortemente influenciados pela figura do monge Esperandeo, do mosteiro de San Zoilo de Córdoba, falecido em 853, segundo Bodelón, 1989: 44).

A continuidade da comunidade moçárabe deu-se em paralelo com profundas transformações urbanísticas, destinadas a dotar a capital emiral de equipamentos próprios da corte e da administração central. Neste processo de inequívoca islamização da cidade, sintetizado por Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998¹³⁶, as reconfigurações

¹³⁶ São já muitos os dados arqueológicos relativos à cidade dos séculos VIII a X, que atestam a progressão islâmica. Sem pretender ser exaustivo, registam-se nesta nota apenas alguns de que se tem conhecimento cronológico, e já sem me referir ao arrasamento do bairro de Saqunda (após a violenta repressão nesse sector verificada em 818) e à expansão para Ocidente e Norte verificada nos séculos IX e X: logo em 719-720, registou-se a primeira grande obra, a reforma da ponte romana, que Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 111 situam numa reformulação urbanística mais vasta, em concreto o reforço do sector ocidental da muralha, a libertação de espaço para uma necrópole islâmica e a definição de duas *mussalàs*; pouco depois, o governador Al-Samh ordenou a construção de um canal de abastecimento de água à cidade (Chejne, 1999: 22); na década de 40, o sírio ‘Abd al-Yabbār haveria de dar o seu nome a uma das portas

topográficas e sociais determinaram uma marginalização do sector cristão, primeiro com a saída da igreja de São Vicente (que se transformou em mesquita) e a consequente construção de templos fora das muralhas (cf. nota 112), e, mais tarde, com a expansão da cidade para Ocidente e Norte, a qual terá sacrificado alguma propriedade fundiária detida por cristãos, no entender daqueles dois autores.

Desconhece-se como terá reagido a comunidade cristã a este avanço progressivo da cidade islâmica, que reconfigurou antigos bairros e se expandiu extraordinariamente para lá dos limites da urbe de época visigótica. É possível que a revolta moçárabe de 804, ainda largamente desconhecida¹³⁷, esteja relacionada com a perda de anteriores direitos fundiários, ou até com a presumível pressão tributária sentida pelos sectores cristãos de Córdova, face às crescentes necessidades da administração central islâmica. Certo é que a presença moçárabe testemunha-se ao longo de todas as alterações urbanísticas e terá atingido um ponto alto no exacto momento em que Abd al-Rahmann II dotava a cidade de novas áreas palatinas e governamentais. Mesmo após os martírios de Córdova de meados do século, a vitalidade cristã está testemunhada não apenas nos meios monacais peri-urbanos (de que Peñamelaria é o caso mais elucidativo), mas também na própria urbe, havendo notícia da acção de Cipriano e mantendo-se a dúvida sobre a celebração de um concílio em 875.

A vitalidade da comunidade cristã cordovesa no século IX (em especial nas décadas centrais daquele centúria) contrasta com as residuais notícias relativas a Toledo no mesmo período, razão pela qual refiro a existência de um contra-ciclo cordovês em relação ao toledano. Ao que tudo indica, o papel liderante da Igreja moçárabe transitou da antiga capital visigótica para a própria capital emiral ao longo do século IX,

da muralha, o que aponta para que tivessem ocorrido obras de reconfiguração da muralha pelos meados do século; pela mesma altura, o governador Abd al-Malik b. Qatan promoveu a construção da mesquita da Crucificação (Capilla Calvo, 2007: 157-158); em 766, já no governo de Abd al-Rahmann I, reconstruíram-se novos sectores da muralha (Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 113, a partir de escavações de Montejo e Garriguet, 1994); por volta de 772, ter-se-á dado uma reforma do sistema de abastecimento hidráulico à cidade (Morena López, 1994: 165); no início da década de 80, Abd al-Rahmann I ordenou a construção de mesquitas na cidade (Juez Juarros, 1999: 92); de 785 é a ordem para a reconstrução do alcácer (Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 114); após 793, construíram-se duas mesquitas e dotou-se a mesquita aljama de um alminar (Juez Juarros, 1999: 92-93). Entre 827 e 828, deu-se a construção do al-Rasif, com o qual se regularizou o leito do Guadalquivir, evitando danos provocados pelas cheias (León Muñoz, León Pastor e Murillo Redondo, 2008: 272). Em 848, consumou-se mais uma ampliação da mesquita aljama, ainda que as obras possam ter decorrido até 855 (Marfil Ruiz, 2000: 130). Em 850, provavelmente na sequência da edificação de novos palácios para o governo e administração central, foi construído um novo aqueduto de abastecimento de água à cidade (Ación Almansa e Vallejo Triano, 1998: 118).

¹³⁷ Real, 2000: 43 viu nesta revolta um possível reforço da comunidade moçárabe local com outros núcleos cristãos dentro e fora do espaço peninsular. Sobre a sua origem, em verdade, pouco ou nada se sabe.

constituindo então o cenário de um dos mais discutidos e interrogantes momentos da vida dos moçárabes: o ciclo martirial verificado entre 850 e 859.

O terceiro e último caso que pretendo abordar diz respeito a **Mérida**. Ao contrário de Toledo e de Córdoba, são mais escassos nesta cidade os indícios documentais e cronísticos acerca da continuidade diocesana moçárabe. As limitações de conhecimento a partir das fontes escritas foram realçadas por Mateos Cruz e Alba Calzado, 2000: 153, que se referiram à escassez de referências e à perda de poder da sede episcopal, que pensam ter sido privada de seus bens a partir da conquista islâmica. A lista de bispos não se pode sequer comparar à das duas cidades anteriormente analisadas, não se desvendando um só nome para o século VIII e tendo sobrevivido referências a apenas dois prelados da centúria seguinte: Ariulfo (documentado em 839 e 862, segundo Cruz Villalón, 1994-95: 335 e López López, 2001: 1-2) e um bispo de nome desconhecido mencionado em 869 (Guichard, 2001: 73 e 75).

Mérida

A contrastar com este estado de coisas, subsistem duas dimensões que não foram ainda relacionadas entre si: de um lado, o cada vez mais numeroso espólio atribuível ao moçarabismo emeritense dos séculos VIII e IX, sem dúvida o mais importante conjunto decorativo hoje atribuído a contextos criativos moçárabes; de outro lado, a sequência assinalável de revoltas que percorre aqueles séculos da cidade e que só cessa com a fundação autorizada de Badajoz e a emigração de parte da população para esse novo centro regional.

Em 1985, no final de uma das mais citadas dissertações de doutoramento sobre escultura da Alta Idade Média da Península, Maria Cruz Villalón (1985: 428-429) concluiu que um importante grupo de peças longamente considerado de época visigótica manifestava ligações técnicas, estilísticas, compositivas e temáticas com focos artísticos do Mediterrâneo Ocidental e do Norte peninsular activos após a invasão islâmica de 711. Esse grupo havia já sido autonomizado estilisticamente por outros autores, sendo então interpretado como o resultado de manifestações locais de época visigótica que reinterpretavam vias de influência bizantina (síntese em Cruz Villalón, 2003: 259). A novidade introduzida por Cruz Villalón assumia que as oficinas decorativas que tanto haviam deixado a sua marca na arte de época visigótica da cidade, e do seu extenso raio de influência, tinham continuado activas para cá da conquista islâmica. E, assim, Mérida tornou-se num dos locais iniciais da discussão sobre a vitalidade artística moçárabe, sucedendo-se novos contributos de recatologação de peças em anos recentes (Mateos Cruz e Sastre de Diego, 2004; Cruz Villalón, 2006, entre outros). Este espólio,

praticamente todo descontextualizado dos seus locais originais, revela uma assinalável topografia cristã da cidade islâmica. E se é certo que algumas igrejas parecem ter continuado activas durante muito tempo (Caballero Zoreda e Arce Sainz, 1995: 193 referem-se às de Santa Maria, Santa Lucía, Santo André e Santa Eulália), outras devem ter existido e até épocas posteriores à fundação de Badajoz, como parecem indicar os paralelos omíadas e até fatímidas para as placas do Unicórnio e de Valdetorres (Cruz Villalón, 1995: 168-172), as quais exibem também sintomáticas relações compositivas para com peças do moçarabismo lisboeta (Fontaine, 1973: 187, ainda numa perspectiva visigotista; Cruz Villalón, 1985: 309; Real, 1998: 80, 2000: 55; Fernandes, 2002: 79-81).

Sobre o segundo aspecto, a extensa lista de revoltas promovidas por comunidades moçárabes, muladis e até berberes levou Mateos Cruz e Alba Calzado, 2000: 153 a referir-se a Mérida como um foco de rebelião mais activo que Toledo. Mas, ao contrário do que se poderia pensar, não datam do século VIII as principais revoltas. Elas tiveram início na viram para o século IX e rapidamente atingiram níveis impressionantes de conflitualidade. Logo em 805 deu-se uma curiosa revolta de berberes. Desconhece-se o que terá desencadeado o conflito, tanto mais que já desde os meados do século VIII se registava um importante contingente na cidade, fugido dos mais hostis territórios do Noroeste (Carriedo Tejedo, 2005: 68), mas, alguns anos antes (c. 800), o governador berbere Asbag Ibn Wansus terá aprisionado um tio do emir al-Hakam. Ao que parece, este grupo teve o apoio dos habitantes locais, naturalmente cristãos, e a luta não cessou mesmo com a morte do líder do movimento, só tendo sido possível sufocar a revolta em 813 (Guichard, 1976: 277). Em 826 ocorreu um segundo episódio que merece ser destacado: uma carta do imperador franco Ludovico aos habitantes de Mérida, rogando-lhes que mantivessem a sua fé. Segundo Manzano Moreno, 2006: 52, os cristãos emeritenses queixar-se-iam, por esta época, dos pesados tributos a que estavam sujeitos, indicador de que a pressão fiscal cordovesa estaria a ser reforçada em consequência da maior necessidade de fundos para a administração central. Dois anos depois, estalou nova revolta, tendo sido provavelmente a que maior impacto teve na cidade até essa altura. É possível que se trate da mesma rebelião intuída na carta de Ludovico, que então teria chegado ao seu ponto máximo de confrontação (Caballero Zoreda e Arce Sainz, 1995: 193 situaram esta revolta no ano de 826 e Guichard, 1976: 277 colocou a missiva de Ludovico Pio e a rebelião no mesmo ano de 828). De acordo com alguns cronistas muçulmanos, parte das muralhas foi destruída e

os seus materiais lançados ao rio (cf. Cruz Villalón, 1994-95: 338, nota 58). O governador, Marwan al-Yiliqi, pai do célebre Ibn Marwan (de que se falará na Parte II desta dissertação) foi assassinado e parte da população autóctone (que incluía naturalmente muitos moçárabes) foi obrigada a exilar-se em territórios ainda não identificados, mas que alguns autores admitem corresponder a zonas na Serra da Estrela e no Algarve (Real, 2005: 276). Em 832, deu-se novo ataque muçulmano contra Mérida e nova fuga parcial de habitantes (Cruz Villalón, 1994-95: 338, nota 58). Em 835, ou um pouco antes, Abd al-Rahmann II lançou as bases de uma nova alcáçova (Azuar Ruiz, 1995: 127-128; Feijoo Martínez e Alba Calzado, 2002), inequívoca marca de poder emiral com a qual se pretendia submeter definitivamente a cidade. No entanto, escassos dois anos depois, um muladi de nome Muhammad revoltou-se e acabou por passar ao bloco setentrional da Península (Recuero Astray, 1996: 85; López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999-2000: 182 admitiram que o revoltoso pudesse ter chegado ao Noroeste peninsular até 840; Lévi-Provençal, 1982: 140 situou essa passagem para a Galiza em 838). Três décadas passaram até nova demonstração de força por parte dos habitantes de Mérida. Nessa ocasião, situável entre 867 e 868, o próprio emir tomou a cidade e, de acordo com Cruz Villalón, 1994-95: 338, nota 58, para além de alguns autóctones terem sido obrigados a deslocar-se para Córdova, Muhammad I ordenou a destruição de muitos edifícios na cidade, incluindo parte das suas muralhas (Mateos Cruz e Alba Calzado, 2000: 163) e determinou a fortificação da sede do governo. Nesse mesmo ano (Lévi-Provençal, 1982: 193), deu-se a primeira revolta de Ibn Marwan (Picard, 1981: 217-218 situou esse acontecimento em 862), guerreiro que haveria de semear a destruição numa larga faixa territorial interior do Sudoeste peninsular nas décadas seguintes. Foi a este Ibn Marwan que o emir permitiu que fundasse a cidade de Badajoz (888), para onde foram canalizados muitos habitantes de Mérida, incluindo a sua hierarquia religiosa. Se da diocese emeritense não se voltará a ouvir falar até à (re)conquista da cidade, de Badajoz conhecem-se dois bispos do século X e um não identificado do século XI, o que certifica a transformação daquele antigo lugar em sede episcopal, muito provavelmente por troca com Mérida.

A sequência de revoltas acima descrita revela uma evolução social potencialmente distinta da ocorrida no aparentemente pacífico século VIII. Parecem-me sintomáticas as notícias que dão conta de uma dispersão forçada de núcleos populacionais, tivessem sido eles moçárabes ou muladis. Tal como devem ser realçados os dados que indicam destruições violentas de sectores urbanos por parte das tropas

emirais, opção verificada, a uma escala mais radical, no próprio bairro de Saqunda, em Córdova¹³⁸. Ainda que não se esteja na posse de dados tão concretos como os relativos à capital do emirato, também em Mérida parece ter havido reconfigurações urbanas parcelares, complementadas pelo reforço da alcáçova e da dimensão militar da urbe. Desconhece-se se estas alterações terão afectado as igrejas intra-muros, embora as notícias relativas à dispersão populacional sugiram uma acção deliberada sobre bairros específicos de moçárabes e de muladis. Em todo o caso, parece que nenhuma iniciativa por parte do emirato foi suficiente para acalmar a situação por muito tempo, a ponto de apenas a fundação de Badajoz, e a criação de uma nova centralidade regional, ter determinado a perda de importância de Mérida já no século X.

Se para três das mais importantes cidades de época visigótica a continuidade diocesana pelos primeiros séculos de domínio islâmico é uma evidência, para a maior parte das antigas dioceses não subsistem quaisquer notícias, facto que tem sido erradamente interpretado como sinal da ruptura na linhagem episcopal, como advertiu Simonet, 1897: 120 (que se pode tomar como argumento ainda válido que contraria a ideia de Guichard, 2001: 68-69 acerca da existência de «parêntesis definitivos» em algumas sedes episcopais moçárabes). Não só a natureza do registo documental passou a ser diferente (o produzido em contexto moçárabe privilegiou o combate religioso e o realizado pelos conquistadores secundarizou as formas de organização das comunidades cristãs em benefício de menções glorificadoras para o Islão de revoltas por parte de sectores do Al-Andaluz), como são já abundantes as referências directas e indirectas à manutenção de algumas sedes eclesiásticas (quadros n.º 5 e 6). Ainda que não se esteja na posse de dados que certifiquem a continuidade diocesana alargada mencionada por

| |
|--|
| <p>Continuidade diocesana</p> |
|--|

¹³⁸ Nos inícios do século IX, Saqunda era o bairro mais populoso dos arrabaldes de Córdova e, segundo estudos de Acien Almansa e Vallejo Triano, 1998: 115-116, estaria, por essa altura, em franca reconfiguração de sentido islâmico. Aqueles autores atribuíram a eclosão da revolta de 818, que afectou de forma decisiva todo o bairro, à construção de um moinho (embora López López, 1999: 176 tenha dado voz a uma referência de Ibn al-Jatib, segundo a qual a rebelião tinha sido despoletada pela grande margem de manobra que Al-Hakam havia concedido a Teodulfo, conde moçárabe que, por essa altura, teria começado a arrecadar impostos aos próprios muçulmanos). Não é também de excluir que a revolta possa ter sido fomentada por sectores islâmicos contrários à política emiral, em particular as tendências malikis (que haveriam de triunfar em Córdova apenas nos medados do século), uma vez que se detectou o papel do sábio Yahia Ibn Yahia no conflito, e que teve como desfecho o seu exílio em Toledo, como se viu já no capítulo 1 desta parte. Independentemente dos motivos que levaram à revolta em Saqunda, mais importante foi a acção tomada pelo emir para terminar com a rebelião: arrasar todo o bairro e dispersar a população ali residente. Este caso, a juntar aos que se registaram em Mérida pela mesma altura, sugere que o poder emiral tinha como estratégia a eliminação de focos potencialmente perigosos para a soberania das cidades, adoptando uma conduta mais destrutiva, de clara demonstração do poder pela força, em vez de absorver socialmente os sectores revoltosos.

Simonet, 1897: 122¹³⁹, existem referências concretas a bispos dos séculos VIII e IX para as seguintes cidades: Toledo, Mérida, Córdoba, Sevilha, Beja, Guadix, Huesca, Elo, Elvira (Granada), Écija, Baza, Baeza, Cabra, Málaga e Almería. Resta a dúvida sobre Coimbra e/ou Conímbriga, Lamego e Astorga e presumo que os bispos de Urgel, Osma, Orense, Idanha-a-Velha e, eventualmente, Viseu possam ter sido já elementos religiosos integrados na esfera asturiano-leonesa.

Mas são mais os indicadores.

Já se abordou a atitude colaboracionista de alguns bispos com os invasores – ou melhor, a atitude beligerante destes homens da Igreja face à conquista franca dos territórios além-Pirinéus subordinados ao Islão peninsular (Fernández Conde, 2000: 85), região acerca da qual subsistem maior número de indícios relativos ao século VIII.

Um outro conjunto de dados relaciona-se com a própria dinâmica interna do moçarabismo peninsular. Já se sugeriu que o papel liderante da Igreja de Al-Andaluz transitou de Toledo para Córdoba entre os séculos VIII e IX e é de crer que se terão registado alterações do mapa eclesiástico. A fundação de Badajoz¹⁴⁰ será o caso mais evidente (sugerindo-se mesmo que toda ou parte da anterior estrutura eclesiástica de Mérida tenha sido trasladada para a nova cidade – cf. López López, 2001: 1-2), mas outras alterações parecem ter existido, em particular no Ocidente peninsular, com a ascensão de Calábria e Salamanca (verificada no século XI) e o crescimento das moçarabias de Lisboa e Coimbra, a primeira ainda no século X, mas de que se conhece um bispo da centúria seguinte (Real, 1995: 59-60; Barroca, 2000: 54-60 estabeleceu a cronologia da inscrição de Faião alusiva ao presumível bispo Ildefonso de Lisboa em pleno século XI; Fernandes, 2007: 76), e a segunda em plena primeira metade do século XI. Yelo Templado, 1993: 457-458 referiu-se a um provável decréscimo de importância dos meios eclesiásticos no século IX, em consequência da instabilidade vivida em Córdoba e de alguma ruralização da população (como a história de Mérida parece reve-

¹³⁹ Este autor assumiu a continuidade para as cidades de Toledo, Mérida, Sevilla, Guadiz, Arcavica, Medina Sidónia, Écija, Barcelona, Baza, Baeza, Bigastro-Cartagena, Calahorra, Coria, Zaragoza, Compluto, Coimbra, Córdoba, Agabro, Niebla, Osma, Exea, Sigüenza, Granada, Girona, Elche, Málaga, Urgell, Martos, Urci e eventualmente Itálica e Valência.

¹⁴⁰ Badajoz foi fundada entre 884 e 888, embora pudesse ser já lugar de certo relevo para a revolução encabeçada por Ibn Marwan desde as décadas de 60 e 70 (Picard, 1981: 218 salientou o valor estratégico de Badajoz como ponto de retaguarda das hostes encabeçadas por Marwan em 874 e o mesmo autor admitiu que parte da população que abandonou Mérida na década de 60 tivesse Badajoz como destino; ainda Caballero Zoreda e Arce Sainz, 1995: 194 a respeito de uma fundação na década de 70). A troca de correspondência entre o emir Abd Allah (que subiu ao poder em 888) e o rebelde Ibn Marwan, em que este pediu àquele construtores para edificar uma mesquita e banhos, é esclarecedora quanto à dimensão urbana do projecto fundacional da cidade.

| Diocese | Bispo | Datação |
|----------------|--------------|--------------------------------------|
| ASTORGA | Ascarico? | 786 |
| BEJA | Isidoro | 754 |
| COIMBRA | Servando | 770 |
| CÓRDOVA | Basilisco | |
| ÉVORA | | 780? |
| GUADIX | Fredoario | |
| HUESCA | Nitídio | Finais do século |
| LAMEGO | Argemiro? | Século VIII |
| SEVILHA | Oppas | 711 |
| | Teodula | |
| TOLEDO | Sinderedo | 721; 725 |
| | Urbano | 719-737 |
| | Sunieredo | 740 |
| | Concordio | 760 |
| | Pedro? | |
| | Cixila | c. 744-753; 783? |
| | Elipando | 754; 755; 782; 784; 785; 793; 808 |
| URGEL | Nambadus | 731 |
| | Félix | 782-792 |

Quadro n.º5

dioceses e bispos moçárabes conhecidos no século VIII

| Diocese | Bispo | Datação |
|-------------------|--------------|----------------------|
| PECHINA / URCI | Genesius | 862 |
| BAZA | Ioannes | 862 |
| BAEZA | Saro | 862 |
| CABRA | | 862 |
| CÓRDOVA | Recafredo | 839; 852 |
| | Saul | 850; 852 |
| | Álvaro | c.850; 852 |
| | Cipriano? | c.890 |
| ÉCIJA | Leobesindus | 839 |
| | | 862 |
| ELO | | 890 |
| ELVIRA | Nefridius | 839 |
| | Samuel | c. 860 |
| GUADIX | Quiríaco | 839 |
| HUESCA | Frontiniano | Princípios do século |
| IDANHA | Teodomiro | 899 |
| MÁLAGA | Amalsvindus | 839 |
| | Hostegesis | c. 860; 864 |
| MÉRIDA | Ariulfo | 839; 862 |
| | | 869 |
| ORENSE | Sebastião | |
| SEVILHA | Ioannes | 839 |
| | Recafredo | 850 |
| TOLEDO | Gurnersindo | 830 |
| | Wistremiro | 839; 860 |
| | Eulógio | 848; 859 |
| | Bonito | 892 |
| WISEU | Dulcideo | 850-866 |

Quadro n.º6

dioceses e bispos moçárabes conhecidos no século IX

lar), mas, na realidade, conhecem-se mais dioceses para aquela centúria que para o século X¹⁴¹.

O terceiro indicador a salientar é o facto de algumas autoridades islâmicas, em períodos e escalas que nos são totalmente desconhecidos, terem recorrido aos censos eclesiásticos para identificar os cristãos e os seus bens fundiários. Os censos eram instrumentos importantes da administração central, particularmente utilizados nas primeiras décadas do governo islâmico (Manzano Moreno, 2006: 73-74). A novidade de termos notícia de um censo realizado em Málaga pelo bispo Hostegesis, por volta de 860¹⁴², especificamente dirigido para a população moçárabe (Guichard, 2001: 70-71), revela que, por um lado, a diocese partilhava de um conjunto de preocupações que eram as mesmas da administração emiral (se é que não estaria já sujeita a esta), e, por outro lado, que tinha a capacidade para promover uma empresa deste nível em todo o território da diocese (Arce Sainz, 2000: 82), o que não poderia ser alcançado sem a existência de uma rede de estruturas rurais e peri-urbanas controladas directamente pela sede urbana.

O mais importante indicador é, contudo, a lista de dioceses de 1049-1050, realizada imediatamente antes das conquistas de Fernando, o Magno, e ainda sem a ampliação da rede episcopal proporcionada pelos sucessos militares castelhanos, leoneses e portugueses do século XII. Apesar de já fora dos limites temporais desta dissertação, importa destacar o impressionante número de dioceses referidas naquela lista, que afasta qualquer dúvida acerca da efectiva organização religiosa dos cristãos de Al-Andaluz: 62 dioceses, agrupadas em 6 províncias, o que revela não apenas uma hierárquica ocupação do território, mas sobretudo uma «tendência para o aumento do número de dioceses» (Real, 2000: 44-45). Em relação ao Ocidente peninsular (quadro n.º7), área que mais interessa neste trabalho, mencionam-se circunscrições nunca anteriormente referidas, embora se intuísse a sua existência, como Lisboa e Évora, e surpreende a densidade eclesiástica no Entre-Douro-e-Tejo, zona recentemente

¹⁴¹ A afirmação omíada no século X, e a extraordinária centralização estatal então verificada, levou a que muitos bispos passassem a ser impostos directamente pelo califa ou por altos dignitários da corte, funcionando assim como verdadeiros «“técnicos” utilizados como funcionarios de la administración omeya» (Guichard, 2001: 68). Tal circunstância teve curiosas manifestações de repúdio por parte de alguns sectores populacionais moçárabes (Díaz y Díaz, 2008: 3), mas não deixa de se salientar o interesse demonstrado pela própria administração omíada em manter activas as estruturas episcopais cristãs, numa deliberada convivência entre comunidades distintas de um mesmo Estado (Manzano Moreno, 2006: 48-49 e 53).

¹⁴² Menéndez y Pelayo, 1992: 502 situou este censo no ano de 864. Arce Sainz, 2000: 82 preferiu concluir que o bispo de Málaga está documentado para a segunda metade do século IX.

conquistada por Al-Mansur e, por essa altura, alvo de intenso processo de islamização: Coimbra, Viseu, Lamego, Idanha-a-Velha e, eventualmente, Coria provam a resistência da estrutura religiosa cristã num momento de acentuada ofensiva civilizacional islâmica.

| Diocese | Nome | Datação |
|-------------------|----------------------------|----------------|
| ÁVILA | | 1049-1050 |
| BADAJOZ | Daniel | 1000 |
| | | 1049-1050 |
| BEJA | | 1049-1050 |
| CALIABRIA | | 1049-1050 |
| COIMBRA | Maurício | 1002 |
| | Afonso | 1018 |
| | | 1049-1050 |
| CORIA | | 1049-1050 |
| ÉVORA (ELBORA) | | 1049-1050 |
| IDANHA | | 1049-1050 |
| LAMEGO | | 1049-1050 |
| LISBOA | | 1049-1050 |
| | Ildefonso | |
| MÁLAGA | Álvaro | 1010 |
| OSSÓNOBA | | 1049-1050 |
| TOLEDO | Paschalis Archiepiscopi | 1058 |
| SALAMANCA | | 1049-1050 |
| VISEU | | 1049-1050 |
| | Gomes | 1050 |

Quadro n.º7
Dioceses e bispos do Ocidente peninsular mencionados no
Códice Canónico Árábigo (1049-1050)

A vitalidade da dimensão episcopal é apenas uma das faces visíveis do rico substrato religioso cristão de Al-Andaluz. Sem pretender ser tão exaustivo como para a dimensão episcopal, importa deixar algumas palavras a respeito de dois outros eixos estruturantes da religiosidade moçárabe: o monacato e o santoral.

Muitos mosteiros continuaram a sua actividade e há notícia de novas fundações, algumas verdadeiramente emblemáticas e estruturantes, como as casas monásticas de Córdoba do século IX (Arce Sainz, 1992), ou os edifícios de Melque e El Trampal, os únicos que podem, para já, ser atribuídos ao século VIII moçárabe (síntese sobre o monacato em Moreno Martín, 2011: 139-141). Finalmente, há que salientar o que se pensa que pode ter constituído embriões de redes paroquiais e os santuários locais, alguns não tão pouco expressivos quanto se poderia pensar, como se depreende da aura de santidade que revestia o Mosteiro do Corvo, no extremo Sudeste da Península

Ibérica, alvo de peregrinação por parte tanto de cristãos como de muçulmanos¹⁴³. Este é um assunto que carece, ainda, de estudos especificamente dirigidos, que possam cruzar os dados cronísticos com os vestígios arqueológicos e artísticos e até alguma toponímia¹⁴⁴. No entanto, não devem restar dúvidas acerca da importância de algumas igrejas locais (quer rurais, quer urbanas) ao longo de vários séculos. São conhecidos momentos de autorização estatal para a construção de igrejas (por exemplo, em Córdova, pouco depois da compra da basílica de São Vicente; em Toledo, no governo “intolerante” de Muhammad, permitiu-se aos cristãos a erecção da igreja de Santa Maria de Toledo – sobre este assunto, veja-se o que se diz no ponto seguinte sobre a actividade construtiva) e houve uma evolução religiosa que inevitavelmente enriqueceu o santoral moçárabe (Real, 2000: 44). Santos específicos, cultuados pelas comunidades cristãs protegidas pelo Estado islâmico, tinham as suas igrejas, como Vicente, Adrião, Eulália, Ildefonso, Celedónio, Torcato, Perfeito, Sperandeo, Manços, Quiríaco, Pelágio, Zoilo, Rufina, Cucufate, Cristina, Genésio, Félix, Cipriano, Eufémia, Júlia, Martinho (para mencionar alguns integrados por Recemundo no seu santoral moçárabe de 961, ed.

¹⁴³ Os dados relativos ao mosteiro do Corvo correspondem aos séculos XI e XII, épocas não abrangidas pela presente dissertação, o que justifica que aqui não faça uma análise mais circunstanciada ao local. Desconhece-se o momento em que se terá iniciado o culto a S. Vicente no extremo Sudoeste da Península Ibérica, ainda que Domingues, 1971: 199 e Real, 2000: 65 tenham admitido que as relíquias do santo possam ter sido trasladadas de Valência para o Corvo em meados do século VIII (no mesmo sentido, Arce Sainz, 2000: 84). Pelo contrário, tem-se atribuído a sua destruição à investida intolerante almóada (Torres, 1992: 409) ou almorávida (Real, 1995: 51), embora seja de admitir que o santuário possa ter sobrevivido a estas duas vagas civilizacionais e mesmo à transladação dos supostos restos do santo para Lisboa (1173), uma vez que, em pleno século XIII, ainda são referidas tanto a ermida como uma casa de romeiros anexa (Real, 1995: 52; 1998: 40). A convivência religiosa que se faria sentir naquele local é depreendida de uma passagem de Abu-Hamid, segundo a qual, diante da igreja, existia também uma mesquita para oração dos muçulmanos que também ali se deslocavam em peregrinação (Domingues, 1971: 199). Ainda não foi possível encontrar os vestígios materiais deste templo, nem a sua localização exacta.

¹⁴⁴ Até ao momento, não foi possível isolar momentos específicos de constituição toponímica (em particular os relativos às duas épocas de domínio islâmico no Centro do futuro território português, área que mais interessa nesta dissertação). Mas os estudos toponímicos moçárabes no nosso país têm já longa tradição. Pedro da Cunha Serra foi dos primeiros a reconhecer o impacto do povoamento moçárabe no conjunto do território medieval nacional. O seu trabalho foi justamente valorizado por Mattoso, 1985: 28-29, que confirmou a proeminência da região entre o Mondego e o Douro como cenário ideal para a afirmação de comunidades moçárabes, eventualmente equidistantes (ou tão somente toleradas) em relação aos centros regionais de poder califal / almorávida / almóada ou asturiano-leonês. Manuel Luís Real equacionou também a dimensão toponímica, nos seus primeiros estudos sobre o moçarabismo ocidental, tendo então concluído que as zonas mais moçarabizadas eram o Algarve e a Estremadura a Norte de Lisboa. As conclusões gerais a que chegou foram publicadas, em mapa, por Mattoso, 1992: 457 e confirmadas por Azevedo, 1997: 43 (veja-se também Real, 1995: 42 e 61). As áreas geográficas mencionadas (Centro, Estremadura e Algarve) parecem corresponder a dois momentos: enquanto na zona das Beiras as fontes disponíveis deixam perceber uma realidade já algo tardia (a rondar o século XII e, plausivelmente, na sequência da islamização promovida no meio século que se seguiu à conquista de Al-Mansur da zona), para as zonas mais a Sul parece que o fenómeno de povoamento moçárabe pode ser recuado a épocas de mais prolongado domínio islâmico. Assim, é no Sul que aparecem os topónimos relativos a templos (alcaniças e azóias) e a comunidades organizadas (moçarabias).

Simonet, 1871, muitos dos quais “partilhados” pela igreja asturiano-leonesa até aos finais do século XI¹⁴⁵).

3.1.3. A actividade construtiva

Um dos mais recentemente valorizados aspectos da vitalidade dos cristãos de Al-Andaluz diz respeito à actividade construtiva. Felizmente, há muito que se afastou a ideia de que aos moçárabes não foi permitido construir igrejas. Graças ao trabalho de um crescente número de investigadores, não pode continuar a seguir-se a velha teoria segundo a qual teria havido uma rigorosa restrição à construção moçárabe, aplicada com extraordinário zelo desde o primeiro momento da conquista até ao minuto anterior à queda de Granada e de forma unitária em todo Al-Andaluz (Bango Torviso, 1991: 17; Lavajo, 2000: 97; Martínez Tejera, 2004: 10 entre outros). É importante ter em consideração que esta tese surgiu por reacção ao pensamento de Gómez Moreno, autor que defendeu a capacidade construtiva moçárabe a partir da convivência com meios artísticos emirais, contaminação cultural que os adeptos da inexistência de uma arte moçárabe não admitem, na medida em que entendem os grupos religiosos moçárabes imigrados no Norte asturiano-leonês como porta-estandartes do «ódio por lo que significaba lo musulmán» (Bango Torviso, 1998: XXI; ponto de situação historiográfico em Arce Sainz, 2000: 79-80). Em anos recentes, e no seio deste mesmo grupo de autores, a radical proibição de construir deu lugar a perspectivas menos definitivas, admitindo-se, por princípio, que aos cristãos terá sido proibida a construção de novas igrejas e a manutenção de antigas (Núñez, 1978: 181; Lavajo, 2000: 97; Martínez Tejera, 2004: 10; Bango Torviso, 1991: 18 e 1996: 43 admitiu que, nas cidades, as mais importantes igrejas tenham sido transformadas em mesquitas, tendo-se então permitido aos moçárabes construir um templo extra-muros, nos arrabaldes ou mesmo em algum local até aí despovoado¹⁴⁶).

Curiosamente, como salientou Arce Sainz, 2009: 34, a atitude dos muçulmanos face aos cristãos tem sido «el principal elemento a la hora de valorar la capacidad

Velhas e novas teorias acerca da actividade construtiva moçárabe

¹⁴⁵ O aprofundamento e identificação geográfico-temporal do santoral moçárabe e asturiano-leonês tem sido uma linha de investigação particularmente acarinhada por Gouveia, 2007, que tem revelado curiosas “contaminações” entre moçárabes e asturiano-leoneses, tema a que se voltará na Parte III deste trabalho

¹⁴⁶ A posição deste autor foi evoluindo ao longo dos tempos, referindo-se à transformação em mesquitas ora das principais igrejas urbanas, ora de todas as igrejas prévias a 711, atribuindo então as escassas construções moçárabes a «tolerancias excepcionales», momentos limitados no espaço e no tempo em que, segundo a sua opinião, os cristãos submetidos puderam erguer templos muito simples e pobres, dos quais apenas se identificaram algumas escassas obras de natureza rupestre.

edilicia mozárabe». No entanto, como o próprio autor reconheceu, o que se sabe sobre os primeiros pactos celebrados entre conquistadores e conquistados não identifica qualquer dimensão construtiva, centrando-se sobretudo no reconhecimento da autoridade dos novos senhores, preservação de bens dos conquistados e respectiva dimensão tributária, fazendo crer que a permissão / proibição construtiva terá sido um aspecto secundário no quadro de relacionamentos entre comunidades. Por outro lado, aquele ainda extenso grupo de autores, por assim dizer «negacionista», não valoriza as condicionantes internas do moçarabismo, os seus momentos de expansão, de constituição diocesana, de vitalidade monacal.

Em boa verdade, e ainda que a historiografia de meados e parte significativa da segunda metade do século XX tenha questionado as conclusões de Simonet acerca do mais importante papel desempenhado pelos cristãos de Al-Andaluz, há muito que se duvidava da sistemática intolerância religiosa muçulmana contra os moçárabes (Guichard, 1976: 276, entre muitos outros autores). Na década de 90 do século XX, no momento em que Sally Garen (1992) reafirmava uma cronologia fundacional moçárabe para a igreja de Santa Maria de Melque, Manuel Luís Real (1995) lançava as bases de uma área de estudo estritamente moçárabe não apenas no território hoje português e Luís Caballero Zoreda referia-se ao «sistema» cultural e artístico em que a igreja de Melque se incluía (que obrigava a avançar cronologicamente para horizontes emirais outras obras que não apenas aquela igreja - síntese em Caballero Zoreda, 2006: 124) e traçava um primeiro esboço do que chamou um canal de transmissão da arte clássica por via omíada (Caballero Zoreda, 1994-1995).

Estes trabalhos fundadores integraram as dúvidas de Cruz Villalón a respeito de um grupo de peças decorativas de Mérida (atrás mencionadas) e as suas principais linhas foram ampliadas pelos próprios e por muitos outros autores que, em cerca de vinte anos, constituíram um homogéneo núcleo científico dedicado a reconhecer os sinais de vitalidade moçárabe. Por ter como ponto de partida as realidades materiais, fruto das formações em Arqueologia e História da Arte dos protagonistas desta corrente historiográfica, a revisão de muitos materiais longamente considerados visigóticos tem constituído um campo privilegiado de actuação, o que levou ao avanço cronológico de algumas obras tidas por emblemáticas da chamada arte visigótica. Em Portugal, é ao abrigo dessa recatologização necessária que monumentos como Montélios, Balsemão, S. Gião da Nazaré e Idanha-a-Velha deixaram de ser integrados na arte dos séculos VI-VII (ao menos parcialmente) e passaram a contextos mais recentes (sécs. VIII-X). Mas

também muitas peças escultóricas descontextualizadas do Sul do país, como parte considerável núcleo de Lisboa, algumas peças de Sines e de Beja, etc. Em boa verdade, já há muito que Montélios e Balsemão haviam sido considerados pré-românicos e só o extraordinário desenvolvimento da chamada “arte visigótica” nas décadas centrais do século XX, nos meios científicos tanto portugueses como espanhóis, explica a sua inclusão nesse compartimento artístico (por todos Almeida, 1962).

A novidade introduzida por esta recente corrente de pensamento foi a de erguer um modelo interpretativo verdadeiramente alternativo à “arte visigótica”, não só ampliando os sinais materiais de vitalidade moçárabe, mas também estudando com maior profundidade algumas obras executadas durante o domínio suevo-visigótico e outras manifestações da expansão asturiano-leonesa. Em relação aos cristãos de Al-Andaluz, tem sido assim possível provar uma vitalidade construtiva, artística e cultural que está longe de se restringir a episódicas e marginais realizações. Uma vitalidade que coloca os moçárabes como verdadeiros protagonistas da longa duração islâmica peninsular, cenário histórico-geográfico sujeito a diferentes ritmos de evolução interna e destino dialogante de distintas correntes culturais europeias e mediterrânicas.

Esta “segunda criação da arte moçárabe” - como a ela me referi em 2001: 795-796, para diferenciar a arte estritamente realizada por moçárabes em territórios dominados por muçulmanos da “arte moçárabe” de Gómez Moreno que, como se sabe, aplicou esta designação tanto às manifestações cristãs em território islâmico, como às realizadas em território asturiano-leonês do século X - não deve ser vista como mais um estilo artístico. Numa História da Arte que caminha para a falência dos estilos como conceitos operatórios, o estudo da arte moçárabe «debe partir de la aceptación de la fragmentación, dispersión e inconexión de sus realizaciones, consecuencia de los innumerables particularismos de tipo geográfico, temporal, socioeconómico, etc. que actúan el el» (Arce Sainz, 2000: 81). Mais uma vez, é no âmbito dos regionalismos e das dinâmicas de longa duração que os fenómenos artísticos e culturais moçárabes devem ser entendidos, como frutos diferenciados no tempo e no espaço de conjunturas distintas entre si.

Limitando a atenção aos dados acerca da efectiva construção moçárabe nos primeiros dois séculos de domínio muçulmano, são já muitas as referências documentais que certificam uma assinalável dinâmica dos cristãos de Al-Andaluz. Pelos dados constantes no quadro n.º 8, é possível verificar que qualquer teoria acerca da

| |
|--------------------------|
| Os dados da documentação |
|--------------------------|

| | |
|--------------------------------------|---|
| 754 | Cixila é nomeado na <i>Crónica de 754</i> como restaurador de igrejas, atribuindo-se-lhe a construção da igreja de San Tirso de Toledo ¹⁴⁷ |
| 784 | Abd al-Rahmann I comprou metade da igreja de S. Vicente, para aí construir uma mesquita, em troca de permitir a reconstrução de várias igrejas no exterior da cidade, que haviam sido destruídas ¹⁴⁸ |
| Século IX, décadas de 30 e 40 (atr.) | Construção dos mosteiros de Tábanos e Peñamelaria, nos arredores de Córdoba (ainda que não existam dados que permitam uma abordagem cronológica mais objectiva, Arce Sainz, 1992: 161, nota 12 atribuiu a construção destes cenóbios às décadas de 30 e 40, antes dos fenómeno dos mártires de Córdoba) |
| 831 (ou 825) | Fundação de Murcia por Abd al-Rahmann I. Parte da população moçárabe de Elo transitou para esta nova cidade e é possível que algumas igrejas então fundadas, em concreto no bairro de Arreixaca (mencionadas nas <i>Cantigas de Alfonso X</i>), tenham sido edificadas poucos anos depois (hipótese em Arce Sainz, 2000: 83) |
| 852 | Muhammad I ordenou a destruição de todas as igrejas recentemente construídas (dado valorizado por Real, 1995: 35 como prova de uma continuidade construtiva sem grandes sobressaltos entre a invasão de 711 e aquela data), mas poupou, por exemplo, o mosteiro de Peñamelaria |
| Século IX, meados | Eulógio refere-se a igrejas recentemente construídas (síntese em Arce Sainz, 2003) |
| 869 | Data constante de uma inscrição de consagração de um templo dedicado aos santos João, Santiago e Pedro, encontrada na Cova de Santo Tirso, la Rioja (Monreal Jimeno, 1989: 210-211) ¹⁴⁹ |
| 871-872 | permissão de Muhammad para que se reconstruísse a igreja de Santa Maria de Toledo, contígua à alcáçova de Toledo (por todos Real, 2000: 39) |
| 882? | <i>Epígrafe moçárabe de São João de Azinhais, Torrão (742-882)</i> assinalando a consagração de um templo restaurado no local ¹⁵⁰ |
| Século IX, finais | Após a fundação de Badajoz, há notícia de construção de vários templos (síntese em Cruz Villalón, 1994-95: 334-340; cf. também Caballero Zoreda e Arce Sainz, 1995: 195-196) |
| Séculos IX-X | Lintel epigrafado de uma igreja no perímetro do castelo de S. Jorge, em Lisboa ¹⁵¹ |

¹⁴⁷ Esta passagem da *Crónica de 754* foi considerada por Collins, 1991: 69 uma interpolação ao texto original. Foi, porém, admitida por Rivera Recio, 1980: 27.

¹⁴⁸ Como se viu na nota 112, a arqueologia não logrou ainda identificar os restos da basílica de S. Vicente. Em todo o caso, a menção à compra de metade da igreja não deve ser entendida linearmente como uma partilha da igreja de época visigótica, mas sim uma partilha de espaço urbanístico privilegiado (provavelmente o primeiro passo para que a comunidade islâmica passasse, em pouco tempo, a dominar aquele bairro), uma vez que imediatamente a seguir se menciona a intenção de construir uma mesquita. Em todo o caso, esta compra prova que a basílica de S. Vicente continuou aberta ao culto mais de meio século depois da conquista islâmica da cidade. É já abundante a bibliografia que refere a transformação da basílica de S. Vicente em mesquita. Os dados essenciais encontram-se em Capilla Calvo, 2007: 166-177, autora que recolhe os indícios documentais e cronísticos a respeito do espaço onde Abd al-Rahmann I determinou a construção da mesquita e analisou criticamente as escavações de Félix Hernández e os trabalhos de Manuel Ocaña.

¹⁴⁹ Para esta data, pensa-se que aquele território seria ainda dominado por autoridades vinculadas a Córdoba (Arce Sainz, 2000: 83). Ao certo, sabe-se que a região não estava ainda na esfera asturiano-leonesa, o que não quer linearmente dizer que estaria, pelo contrário, vinculada à Marca Superior do Estado islâmico, podendo fazer parte de uma franja de “terras de ninguém”. A epígrafe foi mencionada por Martínez Tejera, 2006: 72, sem valorização de indício de construção moçárabe, mas sim de manifestação de fronteira.

¹⁵⁰ Real, 2000: 39 situou a inscrição num lapso temporal entre 742 e 882, reconhecendo que faltavam caracteres no campo epigráfico. Barroca, 2000, vol.II, tomo 1: 25-26 argumentou no sentido de a data corresponder ao ano 882. Fotografia da peça, sem leitura da inscrição, foi publicada recentemente por António Rafael Carvalho, 2009, vol. I: 55, com a legenda de se tratar da «inscrição da fundação da igreja paleocristã de São João de Azinhais», o que não corresponde à verdade. Mais recentemente, Jorge Feio tentou provar a datação de 682, o que não pode ser assumido sem crítica (Feio, 2012: 267).

¹⁵¹ A peça foi publicada por Guerra, 2006: 291, embora já tivesse merecido referências por parte de Manuel Luís Real. Mário Barroca, que amavelmente aceitou comentar a peça a partir de fotografias, sugeriu uma datação a rondar os séculos IX-X, proposta cronológica confirmada por Real, 2014: 317. Como já tive oportunidade de escrever (Fernandes, 2017: no prelo), não é de estranhar o facto de a

| | |
|-----|--|
| 961 | <i>Santoral moçárabe de Recemundo</i> , onde se referem vários mosteiros e igrejas e o culto dos principais santos venerados pelos diferentes núcleos moçárabes então activos no Al-Andaluz ¹⁵² |
|-----|--|

Quadro n.º 8**referências documentais e cronísticas a respeito da construção de igrejas no Al-Andaluz (séculos VIII e IX)**

impossibilidade construtiva cristã resultante de uma suposta intolerância generalizada por parte das autoridades muçulmanas é desautorizada pelo próprio registo escrito.

Para além destes dados, existem outras dimensões do dinamismo religioso cristão no Al-Andaluz que importa destacar, ainda que não subsistam elementos de cronologia aproximada. Se subsistem sugestivos indicadores de construção estritamente moçárabe, não são negligenciáveis os registos documentais e cronísticos a respeito da manutenção de muitas igrejas abertas ao culto (abordagem introdutória em Capilla Calvo, 2007: 163), facto que implicitamente revela a constante manutenção que os edifícios requeriam. É sabido que, entre as comunidades cristãs, existia o cargo de alarife (ou construtor) (Lavajo, 2000: 95), o que certifica uma continuada necessidade de construção e, aparentemente, distinta tecnicamente da realizada unicamente por muçulmanos. Em desconhecido momento dos séculos IX-X, os juristas islâmicos de Córdoba aprovaram a demolição de uma sinagoga, com o argumento de que não era permitido aos *dimmiés* (protegidos) edificar templos no meio dos muçulmanos (Nieto Cumplido, 1995: 31, a partir de Peñarroja Torrejón, 1993: 56). O teor desta proibição não é inteiramente preciso, mas pode depreender-se que ela pretendia vedar a construção de templos por parte de judeus (e certamente também de cristãos) nos bairros de residência dos muçulmanos. Partir do princípio que toda a cidade de Córdoba, naquela transição para o século X, estava habitada apenas por muçulmanos é seguramente uma atitude demasiado optimista em relação ao crescimento demográfico islâmico e, por arrastamento, profundamente pessimista em relação a um mais que duvidoso decréscimo de população cristã. O que aquela proibição por parte de um grupo de juristas muçulmanos indica é que o contingente muçulmano estava a ganhar posições

comunidade cristã lisboeta ter construído uma igreja na transição para o século X; o curioso é esse templo localizar-se no topo da cidade, onde aparentemente ainda não estava instalada a elite islâmica dirigente, e dispor de uma inscrição laudatória da figura de Cristo, que certamente estaria voltada para o espaço público. Estes dados vêm sugerir que a comunidade moçárabe lisboeta era bastante importante (senão mesmo maioritária e disfrutando de grande autonomia), numa altura em que o poder islâmico da cidade aparece envolto em alguma incerteza.

¹⁵² ed. Simonet, 1871. Sem pretender ser exaustivo, importa destacar que, neste Santoral, mencionam-se mais de 11 mosteiros no Al-Andaluz (cerca de seis dos quais em Córdoba e seus arredores), mais de oito igrejas (tanto urbanas como rurais, com especial concentração também em Córdoba) e cerca de 10 núcleos urbanos cujas comunidades promoviam festas a alguns santos, incluindo a cidade de Évora, que cultuava S. Manços no dia 21 de Maio.

residenciais dentro da cidade e que, para isso, estaria também a reconfigurar o tecido urbano, racionalizando religiosamente e etnicamente os núcleos residenciais. Esta conclusão vai ao encontro de uma outra notícia, acerca da consulta a vários juristas muçulmanos para que se pronunciassem sobre as vantagens ou desvantagens acerca da construção de igrejas ou sinagogas. Em resposta, as autoridades islâmicas determinaram a permissão construtiva, desde que tal se realizasse em zonas onde essas comunidades sempre haviam residido (Real, 2000: 39 e 41, a partir de Lévi-Provençal, 1953: 224; também Arce Sainz, 2000: 81).

Num campo mais especulativo, importa ainda mencionar duas outras circunstâncias. A primeira diz respeito à cidade de Tudela (Navarra), mais uma fundação islâmica, logo na transição para o século IX (Hernández Charro, 2006: 316 e 319), que terá albergado também uma importante comunidade moçárabe. Pelo menos duas igrejas aparecem mencionadas aquando da conquista cristã (Arce Sainz, 2000: 84). A segunda constitui um dos dados mais surpreendentes, identificado e valorizado por Souto, 1997: 26-28 (cf. Real, 2000: 49), nas marcas de canteiros em colunas, bases, capitéis e outros elementos arquitectónicos empregues nas ampliações da mesquita de Córdoba patrocinada por Al-Hakam II (obras entre 961 e 967) e Al-Mansur (obras entre c.987 e 1000). Entre os muitos nomes que se vão conhecendo, figuram paradoxalmente alguns nomes moçárabes, como Mas'ud (Félix), Mubarak (Benedictus) e Nasr (Victor), artesãos cristãos que detinham estatuto social e profissional distinto dos muitos escravos e anónimos (muitos também cristãos) que trabalharam naquelas empresas. Que estes três moçárabes eram artífices especializados e reconhecidos como tal, não restam dúvidas. Fica por saber, no entanto, se terão trabalhado apenas nesta empreitada ou se, pelo contrário, eram já artistas e construtores com experiência e obra quando foram recrutados pelas autoridades islâmicas para as ampliações da mesquita cordovesa.

Todos os dados que acabei de citar, não sendo muito numerosos, provam, todavia, que a investigação está já muito longe daquela tantas vezes repetida marginalização e proibição construtiva a que os cristãos de Al-Andaluz teriam sido votados por uma cada vez mais discutível vigilância inquisidora islâmica. E se as notícias mencionadas são escassas, importa salientar que também restam muito poucas informações a respeito da construção de mesquitas (como salientou Real, 2000: 39; Capilla Calvo, 2007: 145 concluiu que muitos relatos acerca das primeiras mesquitas são lendários e posteriores à época de conquista da Península), reconhecendo-se que a raridade de referentes documentais e cronísticos resulta, sobretudo, de uma

| |
|----------------------------|
| Os dados da arqueologia |
|----------------------------|

característica do tempo histórico. Para os séculos VIII e IX, à excepção de alguma documentação de natureza religiosa (e muito particularmente ligada à coroa asturiana nos primeiros séculos da sua existência) e de registos cronísticos glorificadores de alguns protagonistas muçulmanos, os dados disponíveis relativamente à construção de templos são praticamente nulos.

É à luz desta explicação que se deve entender a razão de os dois principais templos moçárabes atribuídos ao século VIII, para além de não terem qualquer correspondência documental ou cronística contemporânea, situam-se em zonas aparentemente periféricas da primeira ocupação islâmica. Com efeito, os resultados obtidos pela arqueologia, ao mesmo tempo que reforçam a maior importância de contextos moçárabes em zonas não mencionadas pela cronística oficial islâmica (e até, com grande probabilidade, não tocadas pela influência estatal meridional), asseguram um valor cada vez mais secundário ao registo escrito deixado por essa mesma cronística. E ainda que não se tenha consolidado uma linha de investigação especificamente dirigida ao fenómeno construtivo moçárabe (como realçou Arce Sainz, 2009: 31), o trabalho desenvolvido por arqueólogos nas últimas duas décadas tem sido decisivo para o reconhecimento deste extenso, heterogéneo e transtemporal grupo civilizacional do Al-Andaluz.

Neste contexto, **Santa Maria de Melque (Figs. 12 e 13)** ocupa um lugar de destaque. Trata-se de um sítio com longa historiografia, tendo a sua igreja sido primeiramente catalogada como moçárabe, depois como de época visigótica e hoje consensualmente atribuída aos meados do século VIII (Utrero Agudo, 2009: 140)¹⁵³, sem que tenham sido identificados níveis anteriores à construção do templo. Os passos essenciais desta complexa evolução, onde se contam duas campanhas arqueológicas sistemáticas, encontram-se em Arce Sainz, 2000: 85-88, Caballero Zoreda, 2006: 123-124 e Moreno Martín, 2011: 267-273, pelo que não vou recapitular os factos e posicionamentos historiográficos que levaram à atribuição do conjunto fundacional ao século VIII.

Aceitando uma cronologia moçárabe, ao redor da primeira metade e meados do século VIII, é importante ter em consideração que a construção de Santa Maria de Melque não se circunscreveu à fundação de uma igreja, mas sim à concepção, de raiz,

¹⁵³ Embora não seja de excluir, para já e de forma prudente, um lapso temporal mais alargado para a edificação do conjunto, que pode mesmo contemplar os anos finais da presença visigótica, de acordo com os dados proporcionados por análises de C14 (cf. Caballero Zoreda e Fernández Mier, 1999).



Fig. 13. Igreja de Santa Maria de Melque em 2006, após a escavação sistemática e o restauro do conjunto

Fig. 12. Igreja de Santa Maria de Melque antes do restauro (publ. Fernández Arenas, 1978)

de um centro cenobítico dotado de igreja, dependências monásticas, necrópole para a comunidade de monges e uma regular ocupação agrícola do que se convencionou chamar “cerca monástica” (**fig. 14**), ainda que este termo não possa ter o mesmo sentido que as cercas dos mosteiros pleno e baixo-medievais do Ocidente europeu¹⁵⁴. Quer isto dizer que, em pleno início da dominação islâmica, um reduto de religiosos cristãos ergueu uma igreja monumental e totalmente abobadada¹⁵⁵ (**figs. 15 e 16**), que fazia parte de um mosteiro auto-suficiente em termos agrícolas, delimitado por cerca que definia um amplo espaço de c. 650m por 400m, dentro da qual existia um verdadeiro sistema hidráulico de condução de águas, que reunia cinco pontos de armazenamento, e que servia para uma intensa cultura de regadio (hortas e pomares). A análise às argamassas empregues nos açudes revelou que os locais de concentração de água foram sendo construídos ao longo de várias gerações, «quizás siglo y medio o dos siglos después» de definido o primeiro açude (síntese de dados em Caballero Zoreda, 2006: 128-129; dados concretos sobre a diacronia dos diques em Caballero Zoreda e Fernández Mier, 1999: 205-206 e 209-212). Tal significa uma constante estratégia de crescimento da área agrícola e certamente de prosperidade da casa monástica, até ao momento em que o conjunto parece ter sido atacado e alvo de profundas alterações. Seguindo uma vez mais

¹⁵⁴ Melque permaneceu activo até à segunda metade do século IX, tendo passado por um momento de fortificação (que levou à redução drástica da área agrícola) situável nos inícios daquela centúria (síntese em Moreno Martín, 2011: 274-275). Por essa altura, houve uma alteração assinalável da gestão do espaço religioso, tendo-se registado uma maior compartimentação do interior e uma multiplicação de altares

¹⁵⁵ A excepcionalidade da cúpula do cruzeiro de Melque, integralmente realizada em silharia, foi salientada por Utrero Agudo, 2006: 263-264 e mais um indício do marco de influência islâmica que presidiu à construção do edifício.

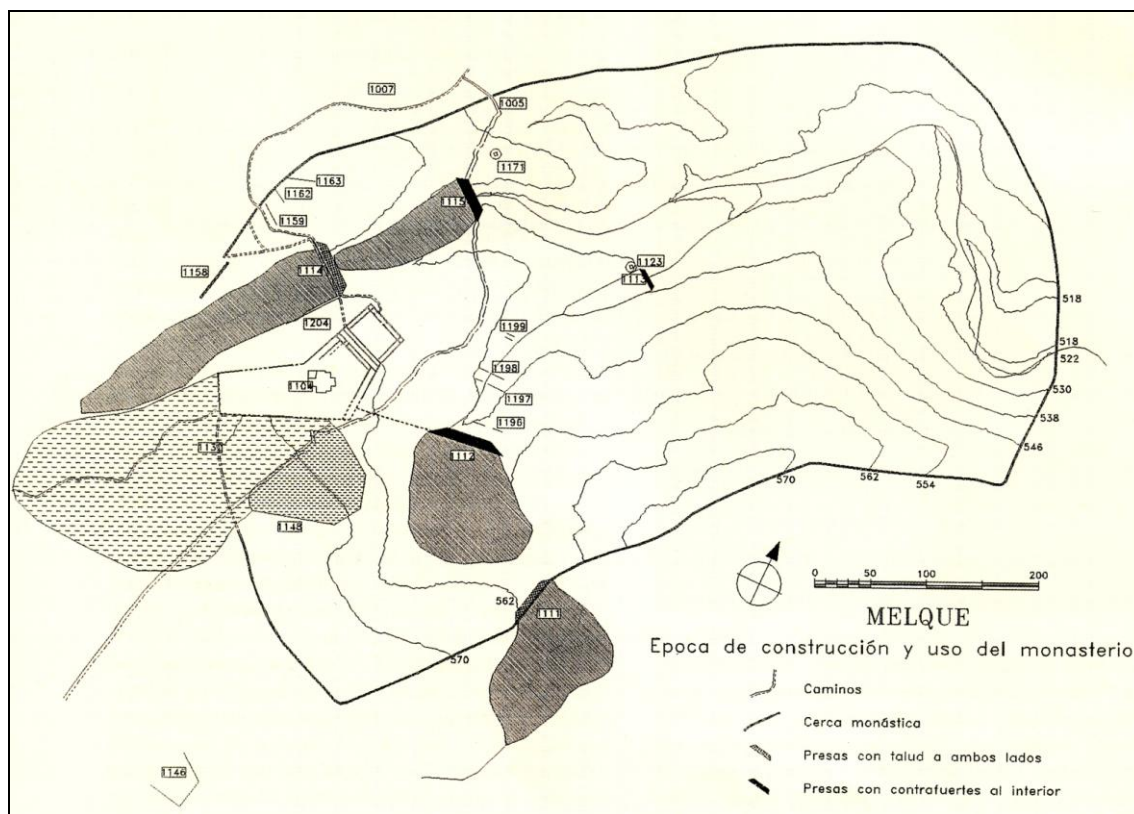


Fig. 14.
Santa Maria de Melque. Planta do mosteiro altomedieval e respectiva cerca monástica, com indicação de açudes e pontos de reserva de água

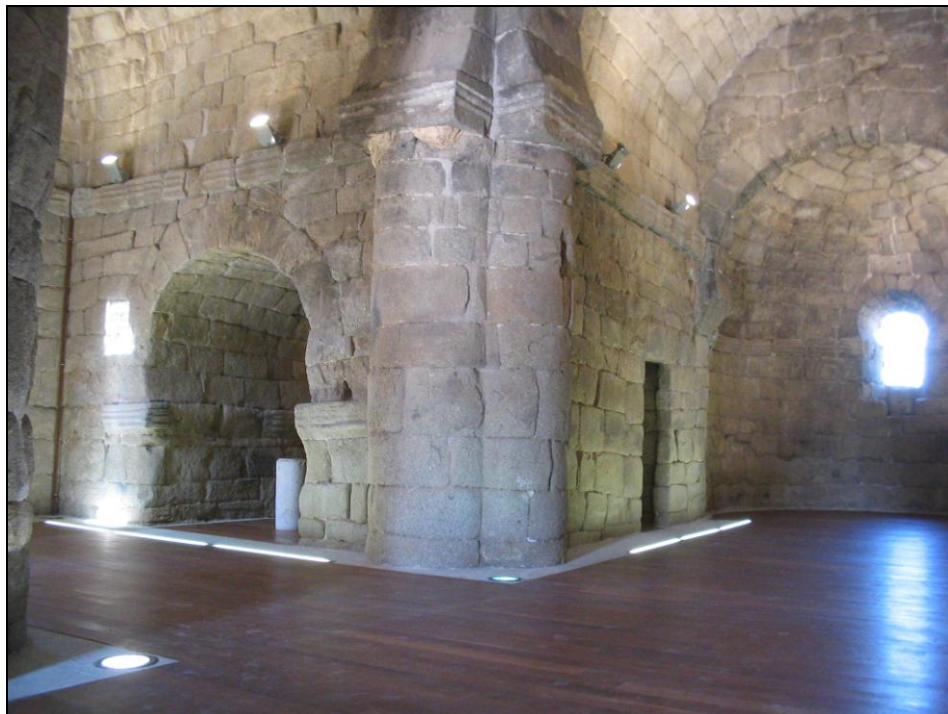


Fig. 15.
Santa Maria de Melque. Perspectiva do espaço interior (capela-mor, cruzeiro, braço Norte da nave transversal e capela lateral Norte)

as conclusões do seu arqueólogo, num momento possivelmente nos inícios do século IX (recorde-se a matança do fosso de Toledo, que ocorreu em 807, cf. nota 135), a comunidade monástica não só teve necessidade de prescindir da riqueza da sua cerca

monástica em benefício de uma atitude defensiva crucial para a sua manutenção, como teve a capacidade para construir uma verdadeira muralha militar, composta por duas linhas de muros paralelos e dotada de, pelo menos, um ponto de reforço com a forma de torreão quadrangular com acesso ao adarve (Caballero Zoreda, 2002:354-355; Caballero Zoreda e Murillo Fragero, 2005: 271). A história do sítio na Alta Idade Média não termina aqui, mas o mosteiro moçárabe sim¹⁵⁶. A resistência deste sistema defensivo não terá sido suficiente para que Melque se transformasse num povoado islâmico algum tempo depois (possivelmente já em finais do século IX, como sintetiza Moreno Martín, 2011: 282-283), assim se finalizando, naturalmente e não por qualquer acto bélico, a vida da comunidade monástica que deu forma ao lugar durante mais de século e meio.

Na igreja de **Santa Lucía de El Trampal de Alcuéscar (fig. 17)**, os dados cronológicos resgatados pela arqueologia são ainda mais escassos que os detectados em Melque, mas as características da

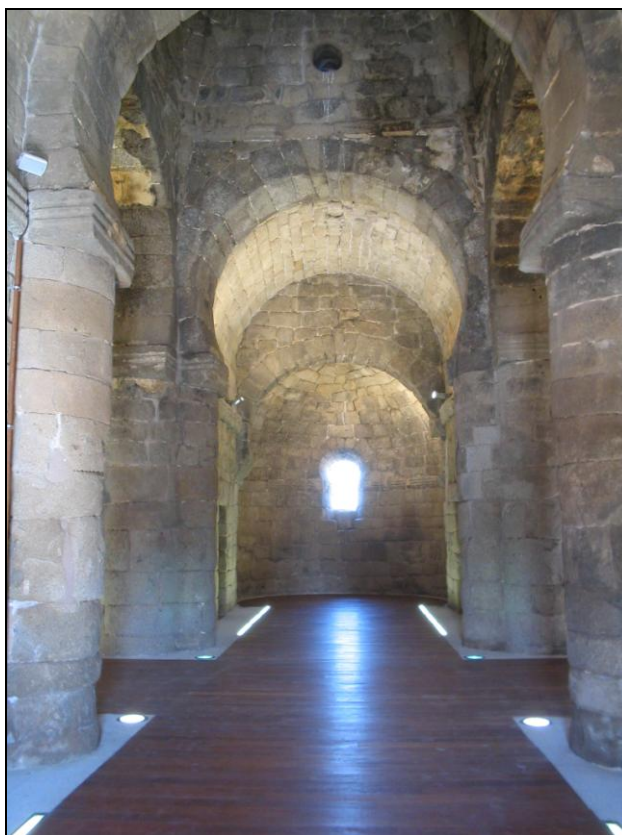


Fig. 16. Santa Maria de Melque.
Perspectiva da entrada para a capela-mor

construção surpreendem ainda hoje. Para os autores que partilham de uma atribuição cronológica à época visigótica, o conjunto foi entendido como o mais completo de igrejas com três capelas independentes (Corzo, 1989: 44) ou um *unicum* litúrgico sem

¹⁵⁶ De um ponto de vista litúrgico, a história de Melque é importante para perspectivar alterações no espaço religioso em épocas muito próximas. Ao longo da etapa de fortificação do conjunto, registaram-se modificações na disposição interna dos espaços da igreja, criando-se duas capelas laterais, com os seus altares e cancelas de limitação espacial à entrada, o que testemunha uma aparente multiplicação de altares sem obedecer a uma hierarquia concreta, uma vez que também se simplificou a capela-mor com a supressão de uma linha de cancelas. Ainda que não existam explicações concretas para este facto, não se pode deixar de pensar numa evolução litúrgica (local ou regional?) que contraria, em primeira instância, todos os autores que defendem a observância da liturgia de época visigótica pelo mundo moçárabe sem aparentes alterações ou evoluções. Ainda que não seja este o momento para concretizar algumas ideias a respeito deste assunto, importa deixar claro que a evolução litúrgica foi uma evidência ao longo da Alta Idade Média peninsular e as abordagens que tendem a tomar como realidades transtemporais características de determinada época devem ser entendidas com sérias reservas.

paralelo no reino de Toledo, difícil de explicar à luz do que se conhece acerca das determinantes litúrgicas então vigentes (Arbeiter, 2003: 215-216). Em anos recentes, a igreja passou a integrar o primeiro capítulo moçárabe. A arqueologia identificou abundante cerâmica considerada emiral e um esgrafito em língua árabe (Caballero Zoreda e Sáez Lara, 1999), ao passo que novas abordagens sobre a natureza da escultura decorativa que percorre o edifício apontam para cronologias pós-visigóticas, relacionáveis com a produção omíada oriental do século VIII (Cruz Villalón, 2003: 262-263; síntese em Caballero Zoreda, 2003: 161-163). Para além disso, foi preciosa a prova de que, ao contrário do isolamento em que a igreja hoje se encontra, no momento da sua construção estava próxima da Via da Prata e num ramal que ligava directamente Mérida a Toledo (Moreno Martín, 2011: 283).

Como em poucas outras igrejas, em Trampal é clara a sensação de se estar perante uma construção para uma liturgia específica. Parece ser até mais: uma construção para um tipo de mosteiro específico. Os três diferentes âmbitos em que se hierarquizou o interior do conjunto (tripla cabeceira, nave transversal e corpo ocidental) e a sua excepcional compartimentação (**fig. 18**) revelam uma complexidade litúrgica que confere protagonismos diferenciados aos três altares¹⁵⁷, ao extenso coro, à apertada *eikonosthesis* e, finalmente, ao truncado corpo das naves. Outra característica surpreendente é a complexa estrutura construtiva, que previa certamente um interior totalmente abobadado, amparando-se os pontos de reforço uns nos outros e fazendo um curioso sistema de cascata que travava por si só os empuxos das abóbadas (Caballero Zoreda 2003: 163; Utrero Agudo, 2006: 264).

¹⁵⁷ Tem-se discutido muito acerca do valor das capelas laterais independentes de El Trampal. Para a perspectiva visigotista, que assume que no interior dos templos apenas existe um único altar (Godoy Fernández, 1995: 92-103, com oposição por parte de Bango Torviso, 1997: 92, citando para isso Melque e El Trampal, igrejas que o autor considera visigóticas), aquelas dependências teriam de ter servido de sacristia. Mas no universo moçárabe (e respectiva sintonia cronológica com o tempo asturiano), a multiplicação de altares por cabeceiras triplas é já uma evidência, constituindo mesmo uma das características da arquitectura religiosa setentrional naqueles primeiros tempos da (re)conquista. Em El Trampal, o facto de se terem descoberto os encaixes de cancelas à entrada dos três espaços admite uma função eucarística, ou pelo menos cultural, em todos eles, ainda que se possam equacionar outras perspectivas, invariavelmente admitindo a existência de um santuário triplo, como a de as dependências laterais terem contido altares para depósito de oferendas (como pensa Arbeiter, 2003: 218). Como salientou Isaac Sastre de Diego, a quem agradeço a partilha de algumas considerações sobre a igreja, só foram descobertos vestígios de dois altares (na medida em que o pavimento da ábside Sul não se conservou até hoje), mas é de presumir que El Trampal constitua um dos casos mais antigos de multiplicação de altares na Península Ibérica.



Fig. 17.

Santa Lucía de El Trampal.

Vista geral exterior da cabeceira (fachada nascente)

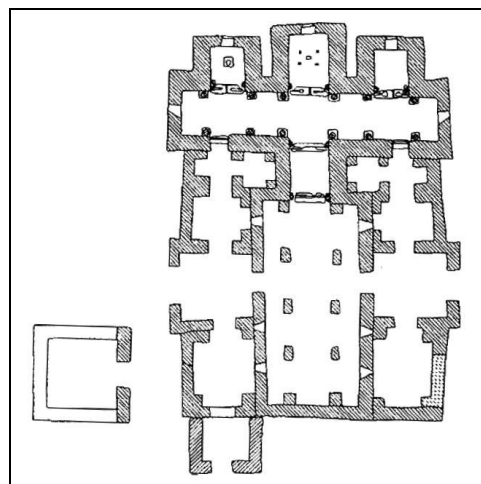


Fig. 18.

Santa Lucía de El Trampal.

Planta do templo segundo Caballero Zoreda e Sáez Lara, 1999

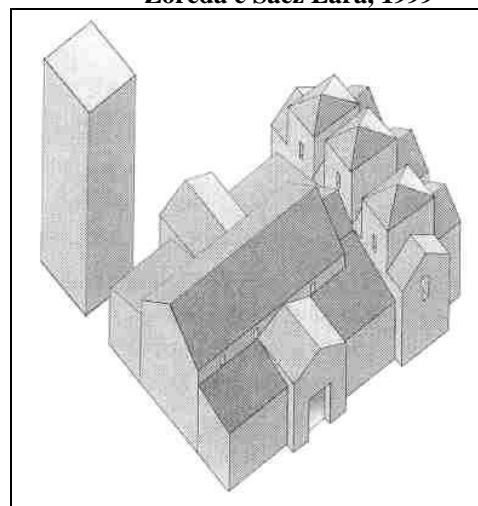


Fig. 20. Santa Lucía de El Trampal.
Proposta de reconstituição volumétrica
segundo Caballero Zoreda, 2003

Fig. 19. Santa Lucía de El Trampal.
Vestígios do pórtico lateral Sul (anexo ao
corpo da igreja pelo lado Sul), depois do
restauro

Finalmente, importa questionar a função dos corpos anexos lateralmente às naves, de que se conservam apenas os alicerces (figs. 19 e 20). De um e de outro lado, subsistem vestígios do que parecem ter sido compartimentos triplos, hierarquizados entre si (com uma dependência central de maior relevância planimétrica e volumétrica), e que desempenhariam funções de verdadeiros pórticos de entrada no complexo religioso. A partir destes espaços, e através de estreitos e compartimentados espaços (que se encostam ao apertado espaço da *eikonostasis* do templo) podia aceder-se à nave transversal, o que, na prática, fazia com que o espaço de maior reserva litúrgica fosse

acessível por três pontos a partir de Ocidente e não apenas através do interior do templo. As razões para esta curiosa disposição não estão esclarecidas, nem se estes pórticos correspondem a uma etapa distinta da fundacional (como parece admitir-se pelo adossamento de muros entre pórticos e templo), mas é de admitir que uma tal solução tenha sido determinada pela existência de distintos grupos que compunham a comunidade monástica, que poderiam utilizar o espaço eucarístico ao mesmo tempo, mas também presumivelmente em momentos diferentes. O facto de estes pórticos laterais parecerem ter tido elementos de compartimentação (não necessariamente cancelas), ou pelo menos elementos arquitectónicos de estreitamento de passagem e de consequente reserva espacial, faz supor que partes do exercício litúrgico poderiam também ocorrer em pequenos oratórios junto à nave transversal, porém sem entrar no espaço da igreja propriamente dito. Independentemente das razões que determinaram as curiosas soluções de Santa Lucía de El Trampal, parece certo que a comunidade monástica necessitou de muitos mais espaços anexos ao templo do que se poderia supor, formando-se assim aquele conjunto único que continuará a motivar tantas interrogações acerca das funções litúrgicas, dos âmbitos eucarísticos e dos eventuais itinerários processionais realizados no complexo monumental.

Em **Tolmo de Minateda**, foi possível isolar uma fase ocupacional do século VIII (que os arqueólogos responsáveis catalogaram como horizonte II), caracterizada por uma forte tendência de tradição visigótica e pela introdução de primeiras formas islâmicas (no que à cerâmica diz respeito), tendo-se reformulado alguns espaços anteriormente estruturantes, como o palácio e a basílica de época visigótica. Para o que aqui nos ocupa, o dado mais interessante é o abandono da basílica enquanto edifício de culto e seu aproveitamento para usos domésticos em altura não anterior aos meados do século VIII (Cañavate Castejón, Mellado Rivera e Sarabia Bautista, 2009: 10). Ou seja, a população moçárabe terá utilizado a sua basílica como local de reunião religiosa ainda durante duas ou três gerações a seguir à conquista islâmica do território. Infelizmente, ainda não foi possível Qual o motivo do abandono da cidade? (Arce Sainz, 2009: 37 faz a mesma pergunta).

Para além dos exemplos atrás citados (duas igrejas construídas de raiz e uma basílica que continuou ao culto cristão), a investigação arqueológica das últimas duas décadas tem revelado outros contextos moçárabes de certa importância em Mérida (Mateos Cruz e Alba Calzado, 2000: 155-156 e 162-163), Cartagena (Ramallo, Ruiz e Berrocal, 1996), Córdova (Marfil Ruiz, 1996, com crítica de sentido não-moçárabe em

relação à suposta igreja de Santa Catalina em Utrero Agudo, 2009: 143-144) ou Recópolis (Olmo Enciso, 1998), cidades onde o poder visigótico estava fortemente implantado e onde as comunidades de culto cristão permaneceram solidamente instaladas para cá da conquista islâmica. Mas os fenómenos de continuidade estão longe de se circunscrever aos âmbitos urbanos. No **Montinho das Laranjeiras** (**fig. 21**), nas margens do curso final de um rio Guadiana dominado pelo Islão, o mosteiro ali construído em época visigótica não só continuou activo como parece ter sido objecto de uma ampliação que integrou novos elementos decorativos e, presumivelmente, alterações na própria liturgia que permanecem por esclarecer (**fig. 22**)¹⁵⁸.



Fig. 21. Montinho das Laranjeiras.
Perspectiva geral da área escavada da igreja

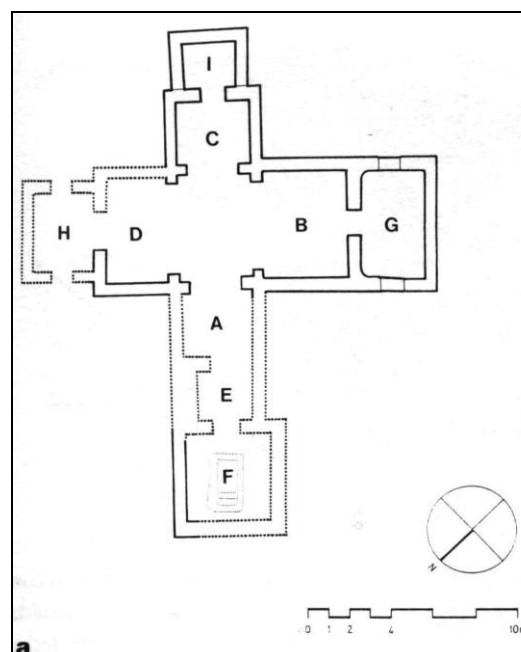


Fig. 22.
Montinho das Laranjeiras
Planta da igreja segundo Maciel, 1995

Com esta sumária análise, pretendo concluir, com Fernando Arce Sainz, que “está perdendo sentido esa conceptualización arqueológica excluyente que distingue entre una arqueología cristiana y una arqueología islámica cuando se tienen entre manos secuencias amplias que superan esa barrera más psicológica que histórica que representa una fecha de nuestro calendario histórico, el 711” (Arce Sainz, 2000: 90).

O resumo que acabei de efectuar acerca dos horizontes culturais moçárabes foi limitado a um lapso temporal precoce, genericamente situado entre o século VIII e o IX,

¹⁵⁸ Em Fernandes, 2009: 267, sugeri que a segunda fase da igreja cruciforme do Montinho coincidissem com uma cronologia moçárabe, ainda que os resultados da arqueologia sejam omissos quanto a uma datação mais precisa desta fase. Maciel, 1996: 98 sugeriu igualmente uma cronologia moçárabe pela pobreza do material empregue nesta reforma; Coutinho, 1993 e 2003 estudou alguma cerâmica califal e almóada aparecida no sítio, que serviram de argumento a Utrero Agudo, 2009: 141 para situar a segunda fase em contexto moçárabe; Real, 1995: 51 e Catarino, 1997/98, vol.I: 100 evidenciaram a continuidade da igreja pela época moçárabe.

antes, portanto, da instauração do Califado de Córdoba. Para cá desse período, os testemunhos materiais estritamente moçárabes multiplicam-se, sendo de salientar o núcleo rupestre de Bobastro, o espólio decorativo de várias igrejas de Lisboa e as tardias referências à vitalidade religiosa monástica e diocesana contra a qual lutaram almorávidas e cristãos vinculados à reforma romano-cluniacense do século XI. No seu conjunto, as notas que aqui se deixam parecem-me elucidativas acerca de uma visibilidade histórica mais importante do que tradicionalmente se vinha reclamando logo nos primeiros tempos de domínio muçulmano. Uma visibilidade tendencialmente crescente, à medida que a arqueologia for revelando cada vez mais dados sobre estes ainda obscuros cristãos de Al-Andaluz a que a historiografia se habituou a chamar “moçárabes”.

3.2. Do “Ermamento “ às “Terras de Ninguém”.

Um percurso não só historiográfico

Os campos sem senhor são campos sem História

Marc Bloch

Há muito que se evidenciaram as insuficiências do modelo despovoador proposto por Claudio Sánchez Albornoz (1966), a partir de uma «cincta de desertos» (Herculano, 1868: 183) criada numa extensa linha de fronteira entre asturianos e muçulmanos após as pretensas conquistas de Afonso I. A acção militar daquele monarca «fundador», a fuga para Sul dos contingentes berberes instalados em torno do rio Douro, a série de maus anos agrícolas que provocaram a escassez de alimentos na região e, tão ou mais importante, uma concepção historiográfica que consagrava à monarquia asturiana o estatuto de legítima herdeira da toledana, foram argumentos que sustentaram um intensivo e sistemático despovoamento impulsionado por Afonso I, rei que, segundo a *Crónica de Afonso III*, teria morto os muçulmanos que encontrara e levado consigo os cristãos para a pátria asturiana: «*Xpianos autem secum ad patriam ducens*» (ed. 1985: 132, versão Rot.).

Ermamento

A crítica às propostas de Sánchez Albornoz fizeram sentir-se logo em seu tempo, especialmente do lado português do debate. Confrontados com os vários sinais de vitalidade altimedieval no curso terminal do Douro e regiões adjacentes, mas também com uma geografia natural e humana substancialmente distinta da monótona planície leonesa, os autores portugueses cedo reivindicaram uma especificidade ocidental para o suposto despovoamento / ermamento do vale do Douro. E enquanto Torquato de Sousa Soares aceitou parcialmente aquela teoria, Pierre David, Avelino de Jesus da Costa ou Orlando Ribeiro contestaram-na frontalmente, salientando os elementos de continuidade paroquial e o denso povoamento que a documentação do século XI deixava antever (síntese historiográfica em Mattoso, 1992: 450-451, tendo em consideração que a historiografia nacional dedicada a defender a manutenção de povoamento na zona do Douro recua, pelo menos, ao século XIX, cf. Sampaio, 1899: 284-285), tendo ficado célebres as palavras de Ribeiro, 1987: 28 acerca do «formigueiro humano» que terá animado o Noroeste do actual território português durante a Alta Idade Média.

Do lado espanhol, as abordagens ao assunto foram mais globalizantes. Praticamente no mesmo momento em que as teses albornocianas eram aceites por

referenciais autores que se dedicavam à história do Islão peninsular (Guichard, 1976: 266), abriu-se um caminho contrário, que haveria de lançar as bases para o momento historiográfico actual: Barbero e Vigil, 1978: 286 e ss. reposicionaram a herança visigótica no reino asturiano como um discurso propagandístico elaborado na corte de Afonso III; e García de Cortázar, 1985, 1988 1995 (entre muitos outros títulos) e Angel Barrios García (1982, 1985, mas com propostas desde a sua tese de doutoramento em 1980), recorrendo a múltiplos dados de natureza toponímica e documental sobre os oragos dos templos, a formação de nomes de lugares e a toponomástica comparativa, afastaram por completo a tese do Ermamento¹⁵⁹ (síntese historiográfica e teórica sobre este largo processo e perspectivas de actuação actuais em Barrios García e Martín Viso, 2000-2001).

O léxico com que a documentação asturiano-leonesa se referiu aos locais enquadrados no seu sistema político foi também alvo de análise por parte de Ribeiro, 1987: 26, concluindo que «*desertus et incultus locus*», «*vastitas eremi*», «*trahere terras ex eremo*» mais não eram que expressões retóricas aplicadas a lugares «sem senhor, isto é, sem organização administrativa». No mesmo sentido, e indo ao encontro das posições de Menéndez Pidal, Mattoso, 1992: 452 esclareceu que o termo «*populare*», que tantas vezes aparece na documentação régia asturiano-leonesa para evidenciar uma acção concreta sobre uma cidade ou território da zona do Douro, pretende antes designar a incorporação de determinado local, até então gerido por comunidades locais independentes, no edifício administrativo asturiano-leonês, não podendo, por isso, ser entendido, à letra, como povoamento de um sítio anteriormente despovoado.

Em relação à radicalidade com que Sánchez Albornoz esclareceu o seu pensamento sobre o assunto, é forçoso concluir que «se existiu algum despovoamento, foi seguramente parcial» e «não fez mais do que contribuir para isolar as comunidades ali existentes, reforçar a sua atitude de defesa, acentuar a sua autonomia, aumentar os laços de solidariedade» (Mattoso, 1985: 30)¹⁶⁰.

É um facto que o âmbito documental sobre o qual se apoiou Sánchez Albornoz representa uma forte limitação para uma aproximação à Idade Média peninsular. Trata-

¹⁵⁹ Em boa verdade, foram muitos mais os autores que contribuíram (e que contribuem hoje ainda) para uma perspectiva menos radical em torno de um debate que utilizava termos absolutos como “despovoamento” e “repovoamento”. Centrando a atenção nos inícios deste debate, entre os anos finais da década de 70 e os meados da década seguinte, importa destacar o papel de Estepa Díez, García Guinea, Martínez Sopena, Salvador Moxó e Peña Bocos.

¹⁶⁰ Situação que Barrios García, 1982: 134 sintetiza da seguinte forma: «ni despoblación completa, ni mucha población», no fundo, a antiga tese que Sánchez Albornoz admitiu em 1956, ainda antes dos seus principais estudos sobre o tema.

se de um registo de natureza quase exclusivamente religiosa, que teve tendência para diabolizar o Islão e que, em contrapartida, se esforçou para glorificar os reis asturianos, incluindo-os numa linhagem legitimadora da monarquia visigótica, por isso, autorizados senhores de território (re)conquistado. No entanto, como se viu no capítulo anterior, são cada vez mais esclarecedoras as abordagens que apontam para que tal registo documental tenha sido criado ao abrigo de um deliberado discurso neovisigótico (onde se inclui a acção conquistadora e povoadora de Afonso I (quadros n.ºs 1 e 2).

Pelo contrário, os “documentos” ao serviço dos adeptos de uma perspectiva não necessariamente despovoadora não representam um corpo histórico homogéneo. Invocam-se vestígios e indícios de natureza muito variada (também arqueológicos e artísticos), algumas vezes de forma indirecta ou de cronologias posteriores (como sucede com os trabalhos fundadores de Ángel Barrios García, fundamentados em listas de povoamento dos séculos XII e XIII – ponto de partida em Barrios García, 1982: 117). Salientam-se aspectos que não encontram eco na historiografia oficial, aquela narrativa dos reinos a partir dos seus agentes laicos e religiosos.

Desde a década de 80 do século XX que esse modelo explicativo alternativo começou a falar em “colonização” para caracterizar a expansão asturiano-leonesa sobre uma vasta área a Sul das Astúrias, acerca da qual muito pouco se sabia (síntese em Martín Viso, 2009: 107). Foi, sobretudo, graças à arqueologia que se começou a desvendar esse mundo obscuro, sobre o qual a documentação era omissa. Em anos recentes, a escavação de alguns povoados e o intensivo inventário de sepulturas escavadas na rocha (de certa forma re-inaugurado em Portugal com o trabalho de Barroca, 1987, ainda que com contributos do próprio desde os inícios da década de 80 do século XX) vieram revolucionar o conhecimento acerca das “terras de ninguém”, esse substracto civilizacional difuso sobre o qual actuou a colonização asturiana e asturiano-leonesa.

E lentamente, com muitos cuidadosos avanços (mas até agora com poucos recuos), os campos sem um senhor identificado documentalmente e vinculado a qualquer dos blocos da (re)conquista começam a ter *história*.

* * *

O reconhecimento das “terras de ninguém” partiu de uma questão óbvia: perante os cada vez mais reduzidos indícios que suportam eventuais abordagens de sentido despovoador, o que se pode afinal saber acerca das comunidades e do tipo de sociedade

**As terras de
ninguém**

que se verificou na área imediatamente a Sul das Astúrias (e sensivelmente até uma vasta zona entre Douro-e-Tejo) durante os séculos VIII a X? Mais uma vez, as respostas são ainda demasiado escassas para que possamos ter uma visão de conjunto. É importante esclarecer que a área geográfica deixada entregue a si própria pela “renúncia” cordovesa e pela “incapacidade” asturiano-leonesa é enorme, diversa, esteve sujeita a fenómenos de concentração e dispersão populacional interna (por exemplo, a retracção das cidades que vinha desde a época visigótica ou a (re)ocupação de alguns povoados de altitude), sentiu-se mais próxima dos reinos do Norte em determinado momento e na fronteira civilizacional do Islão em outras épocas. Alguns pólos aglutinadores desta extensa área viveram situações de autarcia durante meio século, outros durante mais de três séculos; uns foram precocemente integrados na esfera asturiano-leonesa, outros foram vinculados alternadamente a senhores do Norte e do Sul; uns sofreram destruições, outros, ampliações¹⁶¹.

A diversidade que caracteriza os *habitats* desta gigantesca área, sobre a qual a monarquia asturiano-leonesa promoveu lentamente a colonização, é um dado prévio para a discussão, que inviabiliza (ou dificulta) a criação de modelos globais de comportamento e evolução, acentuando, pelo contrário, a convicção de que o que se sabe sobre determinado local apenas é válido para esse mesmo local. Em todo o caso, é possível, desde já, extrair algumas conclusões parcelares de sentido mais globalizante.

A primeira é a de que, neste espaço, não sobreviveu uma sociedade arcaica e rudimentar (como pensava Moxó, 1979 e como se depreende das palavras de Moreta, 2009: 28). Se, por um lado, se registaram fenómenos de continuidade religiosa (o que explica a sobrevivência de determinados oragos após a (re)conquista), por outro lado começam a ser sintomáticos os aspectos rituais em torno da morte (revelando alguns núcleos de sepulturas escavadas na rocha uma inusitada complexidade) e a arqueologia tem identificado comunidades com alguma sofisticação, onde se incluem sistemas de

¹⁶¹ Não é ainda possível efectuar um mapa aproximado de todas estas tendências para séculos tão obscuros como o VIII e parte do IX. Como exemplo da extrema problemática que o assunto encerra, cite-se a Tierra de Campos, que Martínez Sopena e Mínguez sugeriram ter sido objecto de algum desenvolvimento de sentido hispano-visigótico (continuista) entre a segunda metade do século VIII e os primeiros tempos da centúria seguinte. Este vasto território poderá ter sido um dos que chegou a alcançar uma posição de liderança regional entre as Astúrias e o al-Andaluz, sendo depois integrado na esfera asturiana. Os trabalhos que os autores realizaram sobre este território foram essenciais para desmontar a tese do despovoamento, uma vez que a Terra de Campos se situa em pleno centro peninsular e ligada ao rio Douro (cf. Mínguez, 1998: 99-100 e 126, entre outros trabalhos, a respeito da sobrevivência de modelos de propriedade plurissecular, desde praticamente a Antiguidade Tardia à (re)conquista, materializados em aldeias de assinalável organização nos séculos IX e X, já integradas na esfera asturiano-leonesa).

defesa em pedra e/ou em madeira (Tente, 2009b) e, eventualmente, alguns casos de autoridade regional e não apenas local (Martín Viso, 2009: 116). A ausência de Estado central ou até, eventualmente, de uma aristocracia dirigente (neste momento, são vários os autores que admitem a continuidade de grupos aristocráticos locais – síntese em Barrios García e Martín Viso, 2000-2001: 62-64) não significa, necessariamente, a permanência de sociedades meramente clânicas ou geridas por dispositivos administrativos comunitários. Por outras palavras, até que ponto uma administração que não necessita da escrita pode ser linearmente interpretada como rudimentar?

A segunda conclusão diz respeito à extraordinária fragmentação territorial que estas unidades independentes representavam no mapa da Península Ibérica dos séculos VIII a X. Foi frequente a documentação asturiano-leonesa mencionar a existência de muitos castelos e povoados prévios ao acto colonizador (para o território hoje português, veja-se o que se diz sobre o documento de 960, pelo qual um conjunto importante de castelos da Beira Alta passou para a posse do mosteiro de Guimarães), e certamente que outras realidades locais e autóctones existiram que escaparam à documentação que chegou até hoje. Por outro lado, tratou-se também de uma fragmentação de escalas, sendo possível equacionar a existência / sobrevivência de povoados, aldeias, *uillae*, granjas, casais, *habitats*, e outras unidades intermédias em extensão e efectivos demográficos, que invariavelmente ampliam e complexificam o panorama de estudo.

Como exemplo da extraordinária diversidade que se adivinha, cite-se o recorrente caso de reocupação de castros e de povoados de altitude na Alta Idade Média. Esta transferência populacional dos típicos *habitats* romanos para locais mais característicos do povoamento pré-romano tem sido uma constante na história da Alta Idade Média peninsular, perspectiva reforçada por uma explicação “natural” de fuga das populações para zonas mais facilmente defensáveis, em alturas de maior instabilidade política e militar. López Quiroga 2005-2006: 234 referiu-se à reocupação de castros na Galiza e muitos outros autores o admitem. Todavia, em algumas áreas, essa alteração em certo sentido radical do povoamento não parece verificar-se (ou não foi, até agora, identificada concretamente). No Alto Mondego, as investigações de Tente, 2007: 99 e 2009b: 143-144 não lograram identificar inequívocos níveis altimedievais em antigos castros, à excepção dos vestígios pouco significativos no Castro de Santiago (conc.

Fornos de Algodres)¹⁶². Também no Alto Paiva, Marina Vieira (2009: 104) chegou aos mesmos resultados, sugerindo que a elite emergente dos séculos VIII a XI terá optado deliberadamente por militarizar elevações destacadas na paisagem e não reocupar antigos castros, de acordo com uma estratégia específica de organização e liderança da defesa das populações (perspectiva exploratória em sentido contrário, pela mesma autora, em 2004: 79-80). Esta interpretação sugere mesmo que terá havido um movimento de encastelamento próximo dos locais onde a população altomedieval se concentrava e actuava, em vez de subir aos inóspitos locais de montanha que, possivelmente, assegurariam maior defensibilidade, mas menor apoio às actividades agrícolas, ganadeiras e comerciais¹⁶³.

A terceira conclusão relaciona-se com os ritmos de colonização setentrional. Por aquilo que é possível apurar, cruzando dados arqueológicos e artísticos com o registo documental oficial da monarquia asturiano-leonesa, a colonização dos agentes do Norte foi sendo feita em paralelo com a manutenção de estruturas que se mantiveram independentes. Quer isto dizer que as linhas de expansão e colonização não suprimiram militarmente aquelas unidades autóctones, antes fomentaram a sua diluição no tempo e no espaço. Portela Silva e Pallares Méndez, 1998, colocaram a hipótese de a senhorialização imposta pela colonização setentrional ter obrigado à reconfiguração de anteriores *uillae*. Os autores, todavia, referiram-se já à fase de consolidação do povoamento asturiano-leonês, não sendo claro o impacto que as primeiras vagas de colonização tiveram sobre as estruturas autóctones de povoamento. Por outro lado, é também evidente que existiram diferentes impactos em áreas de povoamento muito distinto, não se podendo comparar o Norte do actual território português com a extensa planície leonesa.

Ora, o reconhecimento de unidades de povoamento anterior (ou à margem) da colonização asturiano-leonesa tem tido um surpreendente desenvolvimento em território português, sobretudo numa extensa zona a Norte e Noroeste da Serra da Estrela. As várias intervenções arqueológicas conduzidas na região e um contínuo inquérito à paisagem estão na origem de um fenómeno científico inovador no panorama peninsular

¹⁶² Caso excepcional até ao momento na região, os indícios de ocupação medieval estavam mal preservados e eram reduzidos. Silva, 1999, com base nesta escassa amostragem, sugeriu uma datação algo lata, entre os séculos IX e XIV. Tente, 2009b: 143 chamou a atenção para as limitações de uma caracterização aproximada com base nestes vestígios.

¹⁶³ Segundo os estudos de Vieira, 2009: 104-105, as duas estruturas militares roqueiras mais importantes por si identificadas no Alto Paiva não deixam de se relacionar com o controlo visual de relevantes vias de origem romana, o que atesta uma aproximação das zonas militarizadas dos contextos quotidianos de actuação das populações.

e sem paralelo no restante contexto nacional. Por isso, grande parte da argumentação que pretende reconhecer o registo material das “terras de ninguém” parte das conclusões a que os investigadores têm chegado naquela zona, transportando assim para a primeira linha do debate sobre a complexidade que representa a (re)conquista umas ainda discretas, exíguas e nada monumentais marcas da permanência humana.

3.2.1. Os sinais de uma cultura.

Alguns dados procedentes do Centro de Portugal

| |
|--|
| Sepulturas escavadas na rocha |
|--|

Só muito recentemente se tem prestado maior atenção a um conjunto de discretas e pouco eloquentes marcas na paisagem, até há pouco entendidas como vestígios atemporais de um momento lato de transição entre a alta e a plena Idade Média: as sepulturas escavadas na rocha.

Ainda é incerta a cronologia geral a atribuir a estas formas de enterramento (recentes abordagens ao assunto em Martín Viso, 2005-2006: 84, Vieira, 2009: 99, entre outros). Se os vestígios mais antigos precedem o fenómeno (re)conquistador¹⁶⁴ e os mais recentes estão para cá desse processo¹⁶⁵, as abordagens cada vez mais afinadas em termos cronológicos têm apontado para uma maior prevalência deste tipo de enterramento durante os séculos iniciais da (re)conquista (como sintetizou Mário Barroca, 2010-2011: 116).

A mais larga diacronia desta opção funerária é apenas um dos muitos problemas que estas aparentemente singelas marcas na paisagem apresentam. Durante algum tempo, os trabalhos fundadores de Alberto del Castillo abriram caminho a uma perspectiva evolutiva de natureza crono-tipológica, que atribuía datações mais recuadas aos sepulcros de forma ovalada ou sub-rectangular e épocas mais avançadas a moimentos que incluíam o contorno da cabeça ou se assumiam já como plenamente antropomórficos. Esta suposta evolução (de formas toscas para outras mais elaboradas)

¹⁶⁴ Almeida, 1973: 20, entre outros trabalhos, sugeriu a existência de sepulturas escavadas na rocha em época paleocristã, nos sítios de Frende, Covelinhas e Santa Leocádia de Baião, perspectiva ainda não totalmente confirmada (cf. Barroca, 2010-2011: 121-122). Martín Viso, 2009: 124 valorizou os indícios de cronologia visigótica para alguns núcleos, sugerindo ainda que esta prática de enterramento não teria sido afectada em territórios não integrados no Al-Andaluz nem sujeitos a processos islamizadores. Sobre a possibilidade de cronologias mais recuadas para alguns sepulcros rupestres, veja-se, com as devidas reservas resultantes de uma amostragem limitada, Vaz, 1997: 414-415. Mais problemática é a perspectiva de Carvalho, 2009 a respeito da ligação destes cemitérios rupestres com o culto de Mitra.

¹⁶⁵ É recorrente a citação do cemitério mais tardio do Convento da Costa, composto por sepulturas plenamente antropomórficas, dispostas de acordo com o alinhamento do muro românico, o que as situa em pleno século XII (Barroca, 2010-2011: 144). Outros exemplos bastante tardios, já da Baixa Idade Média, surgem em Longosvales, Riba de Mouro, Alpendurada ou Jogueiros (cf. Barroca, 2010-2011: 145).

foi aceite por alguns autores portugueses nas décadas de 80 e 90 do século XX, sugestão que, para o entre Douro-e-Minho, parecia reforçada pelo facto de se verificar uma maior desorientação canónica em sepulturas não-antropomórficas (Barroca, 2010-2011¹⁶⁶). No entanto, são reconhecíveis necrópoles compostas por sepulturas de ambos os tipos e há que ter em consideração que quase todas as tumbas foram reutilizadas, por vezes até épocas muito recentes (como parece comprovar a data de 1714 associada à sepultura da Cova da Moira, conc. Mangualde – cf. Tavares, 2007: 27).

Outro problema relaciona-se com o modelo de povoamento a que estas necrópoles correspondem. Em duas regiões mais sistematicamente prospectadas em Portugal e Espanha nos últimos anos – o concelho de Celorico da Beira e a extensa Cordillera Central -, foi possível confirmar que o padrão de implantação destes cemitérios privilegia um número baixo de sepulcros por núcleo (normalmente 2-3, correspondendo a núcleos familiares, ou 5-6 no que pode ser entendido como resultado de enterramentos de famílias mais alargadas) e uma localização sistematicamente rural. Em Celorico da Beira, estes pequenos núcleos representam 90% do universo inventariado (Tente, 2009a: 54-55), o que espelha um povoamento disperso, em pequenos casais ou unidades unifamiliares de exploração, conclusão reforçada pelo facto de 2/3 dos sítios inventariados apresentarem, nas imediações, concentrações «de telhas e olaria de cozinha e armazenamento» (Tente, 2009a: 55). Na Cordilheira Central espanhola o panorama parece ser semelhante: das 469 necrópoles identificadas, 92,3% são compostas por menos de 10 sepulcros (Martín Viso, 2005-2006: 88)¹⁶⁷.

As sepulturas escavadas na rocha ilustram a preocupação com o enterramento das populações, mas onde viviam essas populações? Durante muito tempo, conheciam-se os espaços dos mortos (de alguns mortos¹⁶⁸), mas não os dos vivos. Esta

¹⁶⁶ O autor advertia já para a dificuldade em confirmar uma linha evolutiva linear, validando parte da argumentação de Kliemann, 1986: 78 (*apud* Barroca 2010-2011: 127-128 e 138); sobre esta perspectiva evolutiva do ponto de vista formal, cf. Vieira, 2004: 71 e Marques, 1996: 207, a respeito da necrópole da Quinta do Ramalhal (Santiago de Cassurrães, Mangualde). Outros autores não reconhecem, para já, qualquer elemento indicador de cronologia a partir da suposta evolução tipológica dos sepulcros (Tente e Martins, 1994: 286 colocaram a hipótese de as diferenças de tratamento da sepultura poderem indicar maior investimento, o que levaria a que a diferenciação de alguns sepulcros estivesse directamente relacionado com o estatuto sócio-económico do tumulado; nesta perspectiva, também Teixeira, 1996: 178). Um dos casos que contribui para inviabilizar a teoria evolutiva de Castillo é a necrópole de Plames (Vilares, Trancoso). Aqui, foram identificadas cerca de 30 sepulturas escavadas na rocha, das quais apenas uma parte adoptou a solução antropomórfica. Dado curioso salientado por Ferreira, 2000: 369 é o facto de apenas um sepulcro estar canonicamente orientado e ser uma tumba não antropomórfica.

¹⁶⁷ Devem também valorizar-se os dados de Riba-Côa, onde 82,1% dos sítios inventariados por Martín Viso, 2005-2006: 88 são compostos por menos de 10 sepulturas.

¹⁶⁸ Barroca, 2010-2011: 140 salientou que os sepulcros rupestres foram destinados apenas a «sectores restritos dessas comunidades». E Tavares, 2007: 32 concluiu que «apesar destes túmulos serem

“invisibilidade” tem vindo a modificar-se nos últimos anos, graças à prospecção sistemática das áreas rurais e florestais do Norte e centro do país e à valorização de indícios longamente desconsiderados, como vestígios de cerâmica de construção ou concentrações de carvões vegetais. A construção em materiais perecíveis tem sido uma explicação recorrente para a invisibilidade daquelas comunidades (cf. Vieira, 2009: 99, com bibliografia de referência), mas a passagem da prospecção para a escavação permitiu reconhecer que os fenómenos são mais complexos do que supostamente se esperaria, não se resumindo a concentrações de habitações em materiais perecíveis. É hoje possível adiantar que parte das comunidades do Centro-Norte do actual território português se concentrou em povoados fortificados e esteve inserida numa densa rede de povoamento que parece “escapar” à colonização asturiano-leonesa e ao controlo muçulmano do território. Nesta linha de investigação deve salientar-se o trabalho de Ricardo Teixeira, que, para o amplo território de Chaves, identificou um modelo de distribuição de sepulturas em relação com possíveis reocupações de antigos castros pré-históricos (Teixeira, 1996; 2006: 53).

Acompanhando o reconhecimento de sepulturas escavadas na rocha por prospecções relativamente mais amplas, os arqueólogos lograram identificar vestígios de construções nas imediações de alguns cemitérios rupestres, em concreto fragmentos de cerâmica e telha de construção. Tal foi o caso de projectos realizados em regiões tão diferentes como Viseu (Marques, 2000: 215-218)¹⁶⁹ ou Évora (Tente e Lourenço, 2002:

abundantes, são, no entanto, escassos se quisermos relacioná-los com a densidade populacional. Não é crível que, mesmo admitindo a hipótese da reutilização das sepulturas, houvesse tão pouca gente nesta época. Ou seja, as sepulturas não reflectem, definitivamente, a população existente naquela época. Assim, esta não seria a única forma de sepulturar os mortos». Sirva de exemplo os 5 locais com sepulturas escavadas na rocha até agora identificados na freguesia de Parada de Gonta (Tondela), compostos por não mais que três sepulturas por núcleo (Marques, 2003: 149-150). No mesmo sentido, Nunes, Sousa e Gonçalves, 2006: 58 a propósito da “estranha” necrópole do Irmeiro (Lousada). No Alto Paiva, Vieira, 2004: 69, 96 e 150 identificou uma necrópole medieval estruturada em lajes (Vila Cova-à-Coelheira), cuja contemporaneidade em relação aos sepulcros rupestres parece estar parcialmente comprovada. O mesmo pode ocorrer na igreja de Freixo de Numão, cuja necrópole exhibe distintas formas de enterramento, para já interpretadas como momentos diferenciados de ocupação (Coixão, 1999: 132-134), mas cuja hipótese de contemporaneidade não deve ser afastada (como adverte Martín Viso, 2005-2006: 85). Em La Tumba del Moro (La Cabeza, Madrid), identificaram-se sepulturas de lajes e uma antropomórfica, o que constitui um dos raros casos de coexistência e contemporaneidade de diferentes tipos de enterramentos (Yáñez, López, Ripoll, Serrano e Consuegra, 1994: 262 (descrição da sepultura 0, antropomórfica) e 262-273 para os enterramentos de lajes, onde se encontrou uma placa de cinturão de tipo liriforme, característica do final da época visigótica, o que ajuda a datar o conjunto funerário (incluindo-se também no século VII a sepultura antropomórfica).

¹⁶⁹ A seguir ao entre-Douro-e-Minho, foi a região de Viseu a mais intensamente prospectada no âmbito da arqueologia medieval dedicada a reconhecer as marcas funerárias. Sem pretender elencar uma lista exaustiva, apenas indicativa, deve salientar-se que foi graças, sobretudo, aos trabalhos de Pedro (1990), Marques (1992 e 2000, entre outros), Tente, Vieira e outros investigadores que realizaram trabalhos de âmbito mais local (e.g. Correia, 1976; Tavares, 1999, 2007 e 2009; Gomes e Carvalho, 1992; Nóbrega,

256, alertando para a dificuldade em provar a sincronia entre sepulturas e vestígios de construção; no mesmo sentido, Martín Viso, 2009: 124-125). Por vezes, o património difuso nas imediações de alguns núcleos funerários é mais complexo, aparecendo silhares aparelhados, objectos de adorno pessoal, símbolos insculpidos e estranhas covinhas (algumas podem mesmo ter servido de suporte a pequenos oratórios, como sugere Lourenço, 2007: 127-128 para Cimalhinhãs, conc. Carregal do Sal)¹⁷⁰.

A ampliação das áreas prospectadas foi particularmente importante para contextualizar núcleos de poucas sepulturas, por vezes apenas uma ou até um máximo de cinco, que estariam assim associadas a casais ou unidades de exploração familiar de pequena dimensão. Tal metodologia levou também à inserção das sepulturas escavadas na rocha na arqueologia espacial. Aspectos como visibilidade de pontos da paisagem, controlo de fontes naturais de recursos, domínio sobre vias e outras marcas antropizadas, ou simplesmente a altitude média a que estes sepulcros se encontram, começaram a ser tidos em conta em abordagens cada vez mais completas. Para uma zona específica do distrito de Viseu, por exemplo, Tavares, 2007: 18 reconheceu que praticamente todas as sepulturas se encontram a meia encosta, a uma altitude média de 450 m (também Vieira, 2004: 76 para o Alto Paiva e Martín Viso, 2005-2006: 89 para o território de Riba Côa), o que pode indicar uma proximidade óbvia em relação a *habitats* de permanência, a meio caminho entre campos de cultivo (situados em terrenos de vale e planície) e pastagens.

A proposta de associação desta opção funerária a populações campesinas dispersas – como se apresenta hoje com maior probabilidade – não é inteiramente pacífica e contempla múltiplos problemas de interpretação: por que razão se enterraram ali alguns membros da comunidade em detrimento de outros?¹⁷¹; qual o poder

2004 e 2007; Branco e Vieira, 2008), que o conhecimento das necrópoles rupestres do distrito de Viseu conheceu um avanço decisivo. Os sucessos realizados em Viseu foram acompanhados de perto por trabalhos no Nordeste do distrito da Guarda (Tente e Lourenço, 1998; Valera (1990). Menos avançados estão os estudos na Beira Baixa (Silva, 1989), Beira Alta (Rosas e Barroca, 2000; Perestrelo, 2000; Bento, 2000; Martín Viso, 2005-2006) e Trás-os-Montes (Barroca e Morais, 1983; 1985-86; Teixeira, 1996; Barroca, 2000, CD), ainda que os títulos elencados constituam já uma sólida base de inventário.

¹⁷⁰ Nas próprias sepulturas aparecem, por vezes, alguns objectos que indiciam algo da mentalidade e cronologia dos enterramentos. Apesar de o despojamento do defunto ser uma constante (Martín Viso, 2005-2006: 91), por vezes aparecem moedas e objectos de adorno pessoal (Barroca, 2010-2011: 135).

¹⁷¹ Não está esclarecida a orgânica destes cemitérios. Castillo, 1968: 843 sugeriu que alguns núcleos de sepulturas pudessem pertencer a tipos familiares devidamente hierarquizados (em que ao homem, líder da família, estaria reservada uma sepultura antropomórfica, enquanto à mulher e filhos sepulturas ovaladas). Como salientou Barroca, 2010-2011: 125, nota 63, a esta perspectiva “catalã” falta ainda a comprovação antropológica. A maioria das necrópoles identificadas em território hoje português parece revelar uma sistemática inexistência de hierarquia sócio-económica dos tumulados, ainda que subsistam indícios de que ela possa ter existido, como núcleos familiares ou sepulturas para crianças mais afastadas. Como

económico destas comunidades para investir em sepulcros que necessitavam de mão-de obra especializada?¹⁷²; qual a sua relação com as vias estruturantes do território na altura¹⁷³? E que eventuais outras funções poderão ter desempenhado¹⁷⁴?

Uma das mais recentes conclusões não atribui somente à sociedade resultante da expansão asturiano-leonesa o exclusivo deste modelo de enterramento. A grande dispersão de núcleos rupestres por uma área eminentemente rural (rareando as grandes necrópoles, embora elas também existam) e o número reduzido de sepulcros em cada estação (a grande maioria com menos de cinco locais de enterramento) parecem revelar um território pontuado por casais e unidades de exploração familiar, dificilmente integráveis no modelo de expansão da sociedade asturiano-leonesa, modelo esse que criava pequenas centralidades regionais, dotadas de elementos militares e religiosos e que serviam de pontos de apoio logístico para outras fases de expansão (modelo verificado em Castela por Ruiz de Toledo, 1999). Tal significa que a moda de enterrar os mortos em sepulturas escavadas nos afloramentos rochosos parece ter sido partilhada tanto por comunidades colonizadas como pelos próprios colonizadores¹⁷⁵. Mas como atribuir determinado cemitério a uns ou a outros? À partida, os conjuntos isolados, compostos por número limitado de sepulcros, poderiam corresponder à sociedade rural residual, cujo quotidiano se desenvolvia à margem de qualquer poder político de âmbito colonizador, enquanto que as grandes necrópoles de locais urbanos ou proto-urbanos teriam maiores probabilidades de resultar de contingentes asturiano-leoneses. Esta equação, no entanto, não tem, para já, sustentação material inequívoca e conhece-se,

concluiu Barroca, 2010-2011: 130, a terem existido marcas hierarquizadoras ou estruturantes das necrópoles, elas não são hoje identificáveis pela arqueologia.

¹⁷² A abertura de uma sepultura implicava um certo investimento (eventualmente monetário) e um trabalho especializado por parte de canteiros habilitados a desbastar a pedra e habituados a manobrar utensílios metálicos específicos. Eram verdadeiros pedreiros profissionais (Barroca, 2010-2011: 129), cujo trabalho não estaria ao alcance de qualquer família.

¹⁷³ A proximidade em relação a antigas vias estruturantes da paisagem foi reconhecida por Barroca e Morais, 1983: 99. Outros contributos valorizaram esta via de análise (como Valera, 1990, e Martín Viso, 2005-2006: 89. Este último autor salientou a articulação de numerosos núcleos funerários rupestres da região do Côa com uma rede de caminhos ainda em uso na actualidade).

¹⁷⁴ Como salientou Martín Viso, 2009: 132, a respeito do conjunto de Nave do Mouro (Malpartida, Guarda), alguns núcleos de sepulturas ou tumbas isoladas parecem ter desempenhado funções de limite de propriedade, de referência fronteiriça de determinado território, dentro do qual podia actuar certo grupo que sobre ele possuía direitos (no mesmo sentido, Teixeira, 1996: 184).

¹⁷⁵ São datadas as opiniões de Castillo, 1972: 39-42 e 1975 a respeito de uma suposta especificidade moçárabe a partir das sepulturas escavadas na rocha em San Millán de Suso (La Rioja). O autor situou a necrópole depois de 984 (ano atribuído à sacração do edifício pré-românico, já vinculado à autoridade leonesa). As semelhanças que Riu, 1985 (cit. Barroca, 2010-2011: 125) encontrou entre as sepulturas de San Millán de Suso e La Esclavitud (Ronda), estas últimas indubitavelmente moçárabes, devem ser entendidas de forma prudente quanto a uma eventual especificidade moçárabe na definição formal de tipologias das cavidades fúnebres.

pelo menos, um caso em que a instalação de colonizadores asturianos levou à destruição parcial de uma necrópole de grande dimensão.

Os vestígios de sobreposição de culturas (resultante da integração de comunidades independentes na sociedade asturiano-leonesa) não são fáceis de reconhecer. Em boa verdade, apenas conheço um caso em que tal sobreposição se parece ter dado de forma materialmente visível. Ocorreu em **S. Pedro de Lourosa** (conc. Oliveira do Hospital), local onde é possível reconhecer que a construção da igreja determinou a destruição de parte da necrópole rupestre. A caracterização deste cemitério é problemática, agravada pelos escassos dados recolhidos durante o restauro do templo, na década de 30 do século XX, e pela parcial destruição significativa então realizada. Como concluiu Barroca, 1987: 107, «desconhece-se o número exacto de sepulturas e suas tipologias, e a possibilidade de as relacionar com a estrutura moçárabe [do templo] merecia uma análise mais profunda, tanto mais que, se se viesse a confirmar a anterioridade de algumas sepulturas antropomórficas em relação ao ano de 912, isso seria um elemento particularmente importante para Portugal». A mais recente análise ao cemitério logrou identificar 22 sepulcros (13 no exterior e 9 no interior), todos canonicamente orientados, ainda que se tenha verificado que a necrópole era mais extensa, estando o afloramento cortado a Norte e a Ocidente (Lourenço, 2007: 78; registo individual de cada sepultura na p.201). Apesar dos múltiplos problemas que se mantêm acerca da caracterização do conjunto, penso que uma análise mais pormenorizada à abundante documentação produzida por um século de moderna historiografia sobre o monumento permite extrair algumas conclusões.

**Necrópole de
Lourosa (Oliv.
Hospital)**

A igreja tem estado consensualmente datada de inícios do século X (ainda que subsistam dúvidas acerca de uma fase construtiva anterior – veja-se o que se diz no capítulo 1 da Parte II desta dissertação). As primeiras abordagens ao monumento admitiram que a necrópole poderia ser anterior ao templo pré-românico. Pessanha, 1927 [1916]: 51 e 69 afirmou que existiam mais sepulturas que as identificadas à época, antes de o terreno ser regularizado (facto de ocorreu em altura incerta, mas antes de iniciado o restauro) (**Fig. 23**). Correia, 1912: 7 sugeriu que a necrópole se prolongaria para Sul e Sudeste, continuando por baixo da actual igreja¹⁷⁶. Barreiros, 1934: 37 admitiu que a

¹⁷⁶ Ficou a dever-se a este autor a mais completa descrição deste cemitério antes do restauro, tendo concluído que «Para o lado direito da igreja prolongava-se o cemitério e, embora muito deterioradas, reconhecem-se claramente cinco leitos sepulcrais. Como todos parecem sahir de sob as paredes da igreja é natural a pré-existência do cemitério, sendo o templo edificado sobre ele muito posteriormente» (Correia, 1912: 7).

necrópole «em muito, excede a [área] do templo, como se colige doutras sepulturas do mesmo género encontradas ao redor». A indefinição daqueles primeiros trabalhos alargava-se ao número de sepulturas (15 para Correia, 1946: 101) e à sua cronologia, tendo alguns autores admitido tratar-se de evidências da época visigótica, portanto anteriores à construção do templo (Correia, 1912: 7, Pessanha, 1927: 69, Barreiros, 1934: 37). Pelo que é possível observar a partir dos lacunares registos efectuados na primeira metade do século XX, não só a necrópole rupestre era maior, como se prolongava pelo interior do templo, parecendo ser anterior a este. As informações mais extensas (se bem que mais duvidosas) encontram-se na planta elaborada por José Vilaça em 1929 (Fig. 24). Ainda que seja de presumir uma excessiva idealização do desenho, foram representadas seis sepulturas na zona ocidental, todas antropomórficas mas com orientações distintas (duas no sentido Este-Oeste; duas Nordeste-Sudoeste; uma Sul-Norte e outra Sudeste-Noroeste). Uma tal heterogeneidade não pode deixar de causar estranheza, agravada pelo facto de nenhum dos sepulcros desenhados existir na actualidade. Para mais, o desenho de



Fig. 23.
São Pedro de Lourosa. Pormenor do desnível resultante da regularização do adro imediatamente anexo à fachada Norte do corpo da igreja, assinalando-se a destruição de sepulturas antropomórficas, uma das quais antropomórfica e canonicamente orientada

Vilaça é relativo a uma zona que, antes do restauro, estava totalmente ocupada por construções (campanário, escadaria de acesso ao segundo andar do *narthex* e arrecadação, conforme se ilustra na **fig.25**), sendo que algumas delas haviam certamente adulterado anteriores marcas funerárias ali existentes. Na mesma planta, foram desenhadas mais quatro

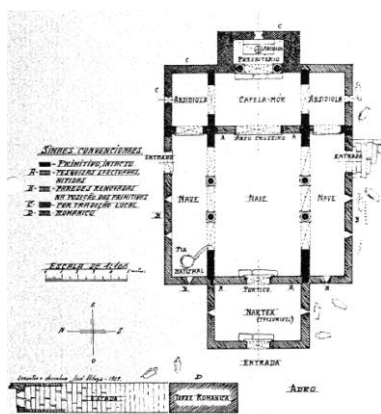


Fig.24. São Pedro de Lourosa.
Primeiro projecto de restauro de José Vilaça, Novembro-Dezembro de 1929, publ. *Ilustração Moderna*, n.º40, Fev. 1930, p.30

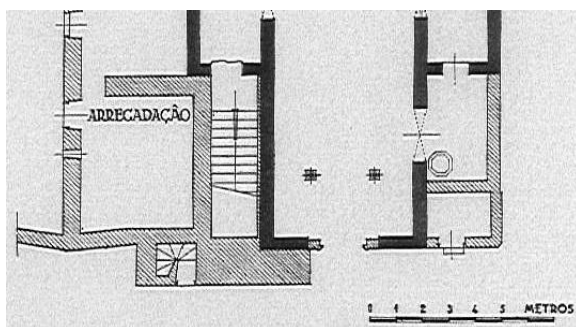


Fig. 25. São Pedro de Lourosa. Pormenor do sector ocidental da igreja antes de iniciado o restauro, publ. DGEMN, 1949

que, para além de entrar em contradição com algumas sepulturas ainda hoje conservadas no afloramento rochoso do lado Norte do monumento e com as palavras de Correia, 1912: 6, que as descreveu como sistematicamente orientadas, reforça a ideia de que se tratam de desenhos idealizados, ainda que seja possível que assinalassem o local de antigas sepulturas, hoje perdidas.

Mais rigoroso, embora menos informativo, foi o registo efectuado pela DGEMN (Fig. 26). Aqui, o afloramento a Norte da igreja (onde se concentram hoje as sepulturas visíveis da necrópole) integra 7 sepulturas, cinco das quais de contorno antropomórfico e devidamente orientadas no sentido Oeste-Este.

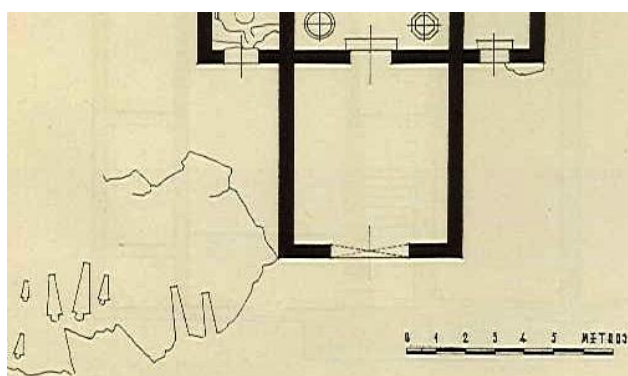


Fig. 26. São Pedro de Lourosa. Pormenor do sector ocidental da igreja após o restauro de Baltazar de Castro, publ. DGEMN, 1949

Os dois restantes sepulcros encontram-se truncados na área da cabeça, o que não permite qualquer conclusão acerca da sua morfologia original. A preocupação do desenhador da DGEMN não foi ilustrar o afloramento rochoso aquando do início do restauro, mas sim no final do processo intervencionista, razão pela qual o limite meridional do conjunto praticamente coincide com o cunhal Noroeste do narthex, porém sem o ultrapassar. Pela mesma razão, o prolongamento para nascente do enrocamento, em direcção à nave setentrional da igreja, está também ausente, quando se sabe que, antes do restauro, as estruturas rupestres do final dessa nave estavam associadas morfologicamente à rocha do exterior.

Conhece-se apenas uma fotografia do afloramento rochoso sob a nave central antes do restauro, devida a Marques Abreu (Fig. 27). Ela prova que o solo serviu de

sepulturas no exterior da nave Sul, nenhuma delas canonicamente orientada (duas no sentido Este-Oeste, uma virada a Nordeste-Sudoeste e outra a Noroeste-Sudeste. Quer isto dizer que, dos dez sepulcros desenhados por Vilaça, nenhum está orientado segundo o rito cristão em voga na Alta Idade Média, disposição

cemitério, mas não esclarece sobre a configuração das sepulturas, em particular sobre possíveis contornos antropomórficos, para lá de uma disposição longitudinal em relação a nascente. Essa mesma fotografia revela que o local deve ter sido sujeito a um desbaste de regularização do terreno aquando da construção do corpo da igreja, uma vez que ainda é possível verificar a existência de afloramentos mais elevados no canto inferior esquerdo (correspondente ao sector Noroeste da nave central) e uma destruição generalizada das sepulturas, que faz com que sejam apenas ténues covas, sem profundidade para albergar os corpos. Em todo o caso, esse processo de regularização não parece ter sido acentuado ao nível das bases das colunas que separam as naves central e setentrional, que se encontram apenas ligeiramente acima do nível mais profundo dos sepulcros, provável sintoma de que o pavimento original da igreja poderia cobrir parcialmente essas mesmas bases. Na fotografia subsistem outras marcas no terreno de difícil interpretação e só um novo olhar sobre o que ainda ali restará (oculto sobre o pesado pavimento de pedra colocado pela DGEMN) poderá esclarecer.



Fig. 27. São Pedro de Lourosa.

Fotografia de Marques Abreu, realizada no início do processo de restauro, quando se removeu o pavimento de parte da nave central. A legenda original da foto, publicada na *Ilustração Moderna*, n.º52, p.334 indica que «A velhíssima igreja assentava sôbre uma necrópole mais velha ainda, como o tinha previsto o venerando Mestre Joaquim de Vasconcelos»

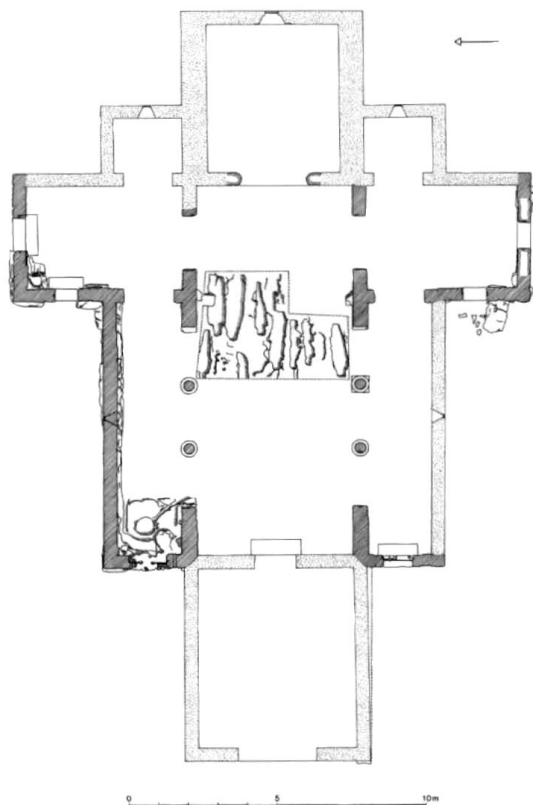


Fig. 28. São Pedro de Lourosa.
 Levantamento de Helmut Schlunk e Therodore
 Hauschild, não datado, publ. Arbeiter e Noack-
 Haley, 1999: 236

Um registo “histórico” apenas publicado mais recentemente (Arbeiter e Noack-Haley, 1999: 236) incidiu sobre uma área não desenhada aquando do restauro: a zona entre a nave central e o cruzeiro (**Fig. 28**). Trata-se do sector sobre o qual actuou a *eikonostasis* (de que restam ainda vestígios nas paredes laterais). A crer na fidelidade deste registo, não só a construção monumental na zona da *eikonostasis* não atingiu a necrópole, ocultando-a ou sobrepondo-se a ela, sendo obviamente posterior, como se detecta uma tendência para o antropomorfismo dos sepulcros, praticamente todos devidamente orientados no sentido Oeste-Este¹⁷⁷.

Ainda que não decisivos, os elementos atrás enunciados permitem concluir que são fortes os indícios que apontam para uma sobreposição do templo de Lourosa sobre a necrópole rupestre, tendo esta inclusive sido parcialmente destruída pela construção¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Mais problemática é a hipótese levantada por Lourenço, 2007: 78 a respeito da utilização do interior da igreja como necrópole rupestre em data posterior à supressão da *eikonostasis*. A destruição deste elemento de separação da nave do cruzeiro só terá acontecido a partir de finais do século XI (mas com grande probabilidade no final do século XII, altura em que se detectam obras importantes no templo), época em que o modelo paroquial românico está já implementado e que privilegia a utilização dos adros das igrejas como locais de enterramento e não o interior dos templos.

¹⁷⁸ Subsistem vários casos de associação de templos pré-românicos a necrópoles rupestres, mas nenhum parece ter implicado a destruição do conjunto funerário como em Lourosa. Os dois casos identificados por Barroca, 1987: 147 e 152 referem-se a possíveis monumentos pré-românicos «associados» a necrópoles e não actantes ou destrutivos sobre esses mesmos cemitérios. O caso de Amonde, relatado por Abel Viana, não foi até ao momento identificado. E S. Cipriano de Tabuadelo carece de comprovação quanto à natureza dos vestígios arquitectónicos identificados, sendo certo que também eles não parecem ter destruído eventuais sepulturas anteriores. No Convento da Costa, os agentes asturiano-leoneses do século X construíram um templo sobre uma estrutura arquitectónica da centúria anterior, devida aos primeiros colonizadores asturianos. Estão provadas duas fases de destruição de áreas cemiteriais no local: a primeira ocorreu no século IX e afectou a necrópole de época suevo-visigótica (Real, 1985: 12-13); a segunda deu-se já no período românico, tendo determinado a supressão parcial do conjunto funerário de época pré-românica (restando a dúvida se se relacionaria com as construções do século IX ou se já do X – cf. Barroca, 2010-2011: 144). Em S. Torcato de Guimarães, a obra pré-românica parece ser contemporânea de duas sepulturas, não havendo sobreposições (Barroca, 1987: 152). Não estão esclarecidas as relações das necrópoles rupestres de Coimbra e Porto com as respectivas catedrais pré-

Existe, todavia, margem para dúvidas, pois não se está na posse de todos os dados de caracterização, sendo ainda possível que apenas a segunda fase do templo possa ter actuado de forma destrutiva sobre o cemitério, assim como não é possível perceber se existiriam diferenças formais assinaláveis dentro do cemitério que sugerissem diferentes tipologias e eventuais fases cronológicas.

Em Lourosa, os colonos asturiano-leoneses ter-se-ão instalado no mesmo espaço ocupado pela anterior / contemporânea (?) comunidade autóctone, constituindo por isso um dos casos em que a sobreposição civilizacional poderia ser verificável, assim estivesse cabalmente esclarecido o nexa da necrópole com as fases construtivas da igreja. Existem outros casos em que a inexistência de relações físicas entre realidades materiais favorece uma leitura mais cautelosa. É o que acontece com vestígios claramente atribuíveis à elite colonizadora asturiano-leonesa e cemitérios que podem indicar outro momento de vida do território. Em **Trancoso**, por exemplo, subsiste uma

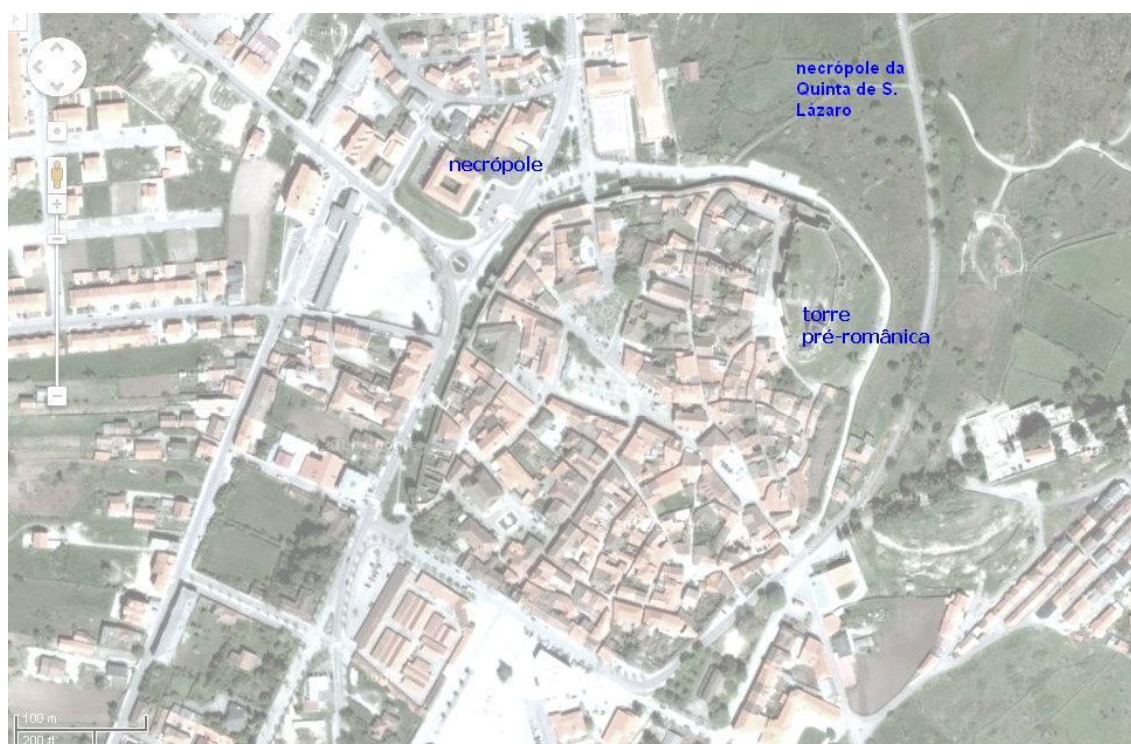


Fig. 29.

Mapa do centro histórico de Trancoso, assinalando-se as localizações da torre pré-românica e das necrópoles rupestres do tribunal e da Quinta de S. Lázaro

necrópole rupestre (*necrópole do tribunal*) que dista pouco mais de 200 m em linha recta do castelo pré-românico (convertido em torre de menagem na fortaleza pleno-medieval) (**Fig. 29**). Não está provada a contemporaneidade da necrópole em relação à

românicas (Barroca, 2010-2011: 142). Para a época românica, são muitos os casos de sobreposição de estruturas arquitectónicas sobre antigas necrópoles rupestres.

ocupação asturiano-leonesa do castelo, mas ainda hoje é surpreendente a grande distância a que estas estruturas se encontram, o que levou mesmo a que necrópole não chegasse a ser integrada na cerca dionisina da vila (séc. XIV) e permaneça fora do perímetro muralhado. Em todo o caso, é mais facilmente sugerido que castelo e cemitério rupestre correspondam a diferentes usos do solo, na sequência de uma estratégia ocupacional que privilegiaria a distinção entre áreas militares e residenciais, como foi já apontado por Martín Viso, 2009: 120, a propósito dos castelos de D. Flâmula (Chamôa Rodrigues), mencionados em 960 e em cuja lista Trancoso também se integra. A realidade funerária altimedieval de Trancoso não se restringe apenas a estes dados. Ainda não existem informações acerca de eventuais necrópoles pré-românicas associadas a templos¹⁷⁹, mas conhece-se uma segunda necrópole rupestre (Quinta de S. Lázaro), composta por aparentemente três sepulturas (é natural que, na origem, o cemitério fosse mais extenso, dada a distância entre os sepulcros que se conservam), que dista c. de 100 metros em relação à torre pré-românica (Ferreira, 2000: 268). À semelhança do que ocorre com a necrópole do tribunal, também esta não evidencia vestígios que assegurem a contemporaneidade em relação à elite dirigente asturiano-leonesa que construiu a torre no século X, mas a sua existência necessariamente complexifica os lugares dos mortos da/s comunidade/s que ali viveram e a hierarquia dos espaços por si percorridos.

O panorama para Trancoso está, de resto, prejudicado pela escassez de dados, realçando-se que, no início do século X, foi ali construída uma igreja, à qual aludia uma desaparecida inscrição (Barroca, 2000: 34), analisada no capítulo dedicado ao território de Viseu (Parte II). Infelizmente, ainda não foi possível localizar o templo a que aquele letreiro correspondia, nem a relação que eventualmente terá tido com a torre e as duas necrópoles mencionadas. Para Trancoso, como para a esmagadora maioria do país, a paisagem pré-românica é fragmentária e redutora e as conclusões, necessariamente provisórias, adquirem maiores contornos de tendências que de evidências.

As sepulturas escavadas na rocha – melhor dizendo, algumas sepulturas escavadas na rocha – não são os únicos indícios de comunidades não vinculadas à autoridade asturiano-leonesa ou integradas no Sul islâmico. A arqueologia portuguesa tem contribuído decisivamente para o reconhecimento de povoados e aldeias cuja

| |
|--|
| <p>Povoamento autóctone de altitude</p> |
|--|

¹⁷⁹ Apenas foi possível identificar parte da necrópole pleno e tardo-medieval da igreja de S. João de Vila Nova (Ferreira, Lobão e Batista, 2009, online). Ainda que os trabalhos permaneçam por publicar na sua generalidade, não parecem ter aparecido vestígios de uma eventual necrópole anterior à construção da igreja (que data já da Baixa Idade Média).

organização, cultura material e evolução interna nada parece ter ficado a dever a qualquer dos blocos que protagonizaram a (re)conquista. Os dados mais significativos procedem do Alto Mondego e resultam da investigação de longo prazo que Catarina Tente tem desenvolvido naquela região. Segundo a autora, a partir de uma altura pouco definida, mas que rondará os séculos IX e X, algumas comunidades instalaram-se em lugares relativamente altos, porém dificilmente defensáveis de forma natural. Foi o caso de S. Gens (conc. Celorico da Beira), erguido junto a um anterior sítio tardo-romano, que não dispõe nem de defesas naturais significativas, nem controlo visual determinante sobre o território envolvente (Tente, 2009b: 147). O povoado de Soida (conc. Celorico da Beira), também parcialmente escavado, apresenta melhores condições de domínio visual sobre a paisagem, mas uma idêntica dificuldade natural para se proteger (Tente, 2009a: 57). Finalmente, o Penedo dos Mouros (conc. Gouveia) revelou uma inusitada complexidade, especialmente pela presença de um grande edifício de madeira, de dois andares, que terá servido para armazenamento de sementes e outros produtos de natureza agrícola (Tente, 2009b: 147). O controlo visual do povoado é deficiente, estando mesmo oculto, fazendo crer que terá sido escolhido pela vantagem em passar despercebido na zona (Tente, 2009b: 145).

Estes três locais não revelam sinais de terem, alguma vez, sido integrados na expansão asturiano-leonesa. O registo material identificado prima por uma sistemática ausência de riqueza ou de monumentalidade. Ainda não foi identificado o suposto templo de S. Gens (que estará na origem do topónimo do sítio, segundo Tente, 2009a: 49-51), pelo que não é possível tecer considerações sobre eventuais filiações cronológicas e estilísticas do edifício. Mais interessante é a análise às muralhas que circundam os locais. Aproveitando a escassa defensibilidade dos sítios, construíram-se cercas pouco elevadas (entre 1 e 1,5 m), com recurso a abundante material pétreo, porém não aparelhado e disposto de forma caótica, espécie de enchimento complementado verticalmente com paliçadas¹⁸⁰. As entradas são escassas, não monumentalizadas e localizadas estrategicamente em relação aos pontos mais altos do interior dos recintos, que formam assim defesas naturais dos pontos de acesso (Tente, 2009a: 53 e 2009b: 147 para S. Gens, onde se reconheceram vestígios de entalhes para pontos de vigilância construídos com materiais perecíveis; Tente, 2009a: 57 e Tente e

¹⁸⁰ Para o Entre-Douro-e-Minho, também Brochado, 2004: 87 valorizou indícios de povoados fortificados com paliçadas. No entanto, estes locais parecem diferenciar-se dos da Beira Alta por constituírem pontos dominantes na paisagem, verdadeiros “ninhos de águia” (para utilizar a designação do próprio autor), e não pontos semi-dominantes ou mesmo discretos.

Carvalho, 2011: 465 para Soida, onde se identificou uma muralha de grande espessura mas que seria relativamente baixa, complementada por paliçada; Tente, 2009b: 145 para Penedo dos Mouros). Estas características materiais afastam estes povoados dos registos arquitectónicos mais cuidados dos agentes asturiano-leoneses, em plena expansão no entre-Douro-e-Mondego em pleno século X, altura em que os povoados escavados por Catarina Tente parecem estar plenamente activos.

Ora, se estas povoações locais, dedicadas sobretudo ao cultivo de cereais e à pastorícia, terão sido toleradas pelos agentes da colonização, não parecem ter sobrevivido à instabilidade militar de finais do século X e inícios da centúria seguinte. Ainda que com algumas reservas para as datações de radiocarbono obtidas a partir de carvões vegetais de espécies com vida estimada longa (precauções expressas por Tente e Carvalho, 2011: 467), os indícios de destruição dos povoados apontam para a conturbada época de al-Mansur, cuja acção no Noroeste peninsular foi particularmente destrutiva para os pontos de expansão asturiano-loenesa e levou à integração da faixa ocidental imediatamente abaixo do Douro no al-Andaluz. Tente, 2009b: 156 pretendeu relacionar a destruição e abandono daqueles povoados com a emergência das estruturas militares na Serra da Estrela (como seriam os casos de Gouveia, Folgoso, Linhares ou mesmo Celorico da Beira – cf também Tente, 2007: 99 a respeito da possibilidade de estes castelos terem sido ocupados ainda na Alta Idade Média). No momento presente, parecem-me mais fortes os indícios que apontam para a destruição daqueles povoados antes da suposta construção destes castelos, no contexto de guerra de al-Mansur contra o Norte cristão. Numa segunda fase, ter-se-ão construído castelos, mas não ainda os da vertente Noroeste da Serra da Estrela, não mencionados nas campanhas das Beiras de Fernando I, o Magno, nas décadas de 50 e 60 do século XI. O meio século em que o território ocidental até ao rio Douro esteve na posse muçulmana é ainda obscuro e a sua análise ultrapassa os limites cronológicos deste trabalho, pelo que não adiantarei mais dados sobre o assunto. Em todo o caso, e até que novos resultados arqueológicos o possam provar, entendo que a construção dos castelos de Gouveia, Linhares e Celorico da Beira são produtos da expansão da autoridade já portuguesa (século XII) e não do século anterior. A defesa dos territórios conquistados por al-Mansur fez-se mais a Norte e em Seia, não havendo inequívocas menções a Gouveia, Linhares ou Celorico.

* * *

O que aqui se deixou escrito acerca da mais vasta problemática que as sepulturas escavadas na rocha necessariamente representam, e os promissores resultados da arqueologia numa região específica do actual território português, ilustra como a expansão asturiano-leonesa encontrou (e de certa forma integrou) bolsas de povoamento autóctone, aparentemente não relacionadas com o Islão. Eram as “terras de ninguém”, que existiam pelo menos desde o século VIII (tendo em conta os limites da expansão asturiana e emiral naquela centúria), que foram integradas (ou destruídas) de forma diferenciada num e noutro sector e que começam agora a estar documentadas para zonas particulares do mosaico peninsular da (re)conquista: áreas rurais, montanhosas e relativamente distantes de pólos urbanos da zona Centro-Norte.

Ainda que não existam dados concretos para este período, deve questionar-se se estas comunidades terão constituído redes de povoamento urbano ou proto-urbano (como Martín Viso, 2005-2006: 94 admite ter ocorrido em Numão, Almeida e Sabugal Velho, por exemplo). É possível que algumas necrópoles rupestres de grande dimensão possam trazer novos dados para este debate, assim como a investigação arqueológica nas antigas cidades tardo-romanas da faixa central peninsular (para o caso “português”, sobretudo Viseu, Conimbriga e Idanha-a-Velha). Não é também de excluir que alguns núcleos proto-urbanos, como os castelos mencionados em 960 na Beira Alta, possam ter tido origem anterior, como pensa Martín Viso, 2009: 118.

O reconhecimento da existência de “terras de ninguém”, e a grande diversidade com que tal conceito deve ser entendido, vem contribuir para que o âmbito de debate deixe de ser efectuado em torno de conceitos absolutos como “despovoamento” e “repovoamento” (como adverte López Quiroga, 2005-2006: 234). Vem, também, complexificar o que vários autores consideram indistintamente como “moçárabes”. Já se viu que existiram comunidades moçárabes praticamente autónomas, porém incluídas directa ou indirectamente no al-Andaluz. Para Norte do Mondego, entre os séculos VIII e X, os vestígios de moçarabismo são, para já, praticamente inexistentes (veja-se o que se diz a este respeito no ponto 1 da Parte II desta dissertação) e o povoamento altomedieval da região, ilustrado por um sem número de sepulturas escavadas na rocha e pelos povoados que começam a arqueologicamente aparecer, evidencia outra dimensão cultural dos primeiros séculos da (re)conquista: os núcleos de cristãos residuais.

Mais uma vez, é no campo dos regionalismos, dos casos particulares, dos diferenciados ritmos de região para região, de cidade para cidade, de povoado para

povoado, que o progresso científico se está a fazer. A segunda parte deste trabalho, dedicada à integração de uma dessas “terras de ninguém” no reino asturiano-leonês – a larga faixa compreendida entre os rios Mondego e Douro, sem esquecer o que parecem ter sido algumas linhas avançadas a Sul daquele curso de água – aprofunda essa dimensão regional, reforçada a importância do território por constituir uma tradicional terra de fronteira.

Parte II

**Matéria das Astúrias:
a arte pré-românica no centro do actual território português (sécs. VIII-X)**

1. As marcas da expansão asturiano-leonesa por uma *terra de fronteira*?

1.1. Preenchendo o vazio

Quem analisar as sínteses de História da Arte sobre a arte pré-românica, em território português, facilmente chegará à conclusão que os monumentos conservados estão distanciados entre si por dezenas (por vezes centenas) de quilómetros e que, para os casos abaixo do rio Douro, não há - não parece haver - relação contextual geográfica entre eles. Esta constatação levou a que edifícios tão relevantes e enigmáticos como Idanha-a-Velha, Lourosa ou S. Gião da Nazaré aparecessem como realizações monumentais dificilmente integráveis numa coerente corrente expansionista asturiano-leonesa, sendo mais fortes vagos argumentos que os consideravam peças únicas, estranhas, exóticas até, de um tão desconhecido quanto surpreendente mundo altomedieval. Tal circunstância levou, também, a que fosse difícil estabelecer paralelos tipológicos e estilísticos entre realidades artísticas que, para além de diferentes e de possuírem especificidades próprias, estariam demasiado afastadas entre si para, alguma vez, haverem motivado contaminações, influências, transferências de artistas ou de modelos.

Os muitos progressos que, nas últimas décadas, têm caracterizado o estudo da Alta Idade Média contribuíram, já, para inviabilizar largamente esta ideia, pese embora ela ainda surja em algumas obras de síntese. Ainda que muitos vestígios materiais continuem a surgir maioritariamente descontextualizados, truncados ou destituídos de monumentalidade, é possível começar a ter um panorama diferente sobre os supostos “vazios” de registo material relacionados com a expansão asturiano-leonesa.

A extensa e heterogénea região entre os rios Mondego e Douro tem sido a área do país onde mais progressos têm sido registados. Com efeito, se entre as décadas de 70 e 90 do século XX se deu um considerável avanço no conhecimento do Entre-Douro-e-Minho durante os séculos IX e X, em anos recentes o debate ampliou-se à ampla zona situada entre os rios Mondego e Douro, e mesmo alguns locais a Sul da cidade de Coimbra.

Foram várias as razões que motivaram esta “transferência”. Por um lado, o conhecimento praticamente exaustivo do entre Douro-e-Minho¹⁸¹. Por outro, o desafio

¹⁸¹ A lista de contributos é extensa e ultrapassa em muito esta breve nota historiográfica. É, todavia, de inteira justiça destacar os trabalhos de Almeida, 1973, 1978, 1986 (vol.2), 1989, Almeida e Lopes, 1981-

de conhecer o que se pensava ser uma terra de fronteira, onde se presumia que os colonos asturiano-leoneses tivessem chegado de forma residual, desconexa ou aventureira. Se, no Noroeste, os principais monumentos (S. Salvador de Montélios, Convento da Costa e S. Torcato de Guimarães) estavam razoavelmente explicados e contextualizados (mesmo nos seus silêncios...), a Sul do Douro permaneciam verdadeiros enigmas, a começar com S. Pedro de Balsemão e terminando em Idanha-a-Velha ou S. Gião da Nazaré, passando ainda pela sempre problemática igreja de S. Pedro de Lourosa ou pelos pouco expressivos vestígios materiais da autoridade asturiano-leonesa em Viseu e Coimbra.

A concentração de estudos no centro do território português não determinou o afastamento da comunidade científica em relação ao entre Douro-e-Minho, como se comprova pelos trabalhos de Barroca, 2003, Fontes, 2006, 2012, Real, 2007, 2014, Lima, 2010-2011, Lima e Teixeira, 2010, entre muitos outros. Mas a dinâmica verificada no centro do país levou à multiplicação de abordagens de âmbito interdisciplinar, parte significativa das quais permanece pouco conhecida ou não foi colocada em perspectiva comparativa. O manancial informativo já reunido carece de uma leitura globalizante (no tempo e no espaço), o que se tentará efectuar neste capítulo.

É da arqueologia medieval que têm surgido os principais contributos. Na continuidade dos trabalhos sobre as marcas funerárias e a arquitectura militar, Mário Barroca investigou o Leste do território (Barroca, 2000, 2008-2009). Os estudos de povoamento que Ricardo Teixeira efectuou para a zona de Chaves tiveram continuidade para o território de Lamego (2002, 2008). Nas proximidades da Serra da Estrela, Catarina Tente tem realizado escavações que se revelam marcantes para a caracterização regional (como se viu na Parte I acerca do fenómeno das “terras de ninguém”) (2007, 2009, entre muitos outros trabalhos). No mesmo sentido, Marina Afonso Vieira (que junta a perspectiva toponímica) (2004, 2005) e Sandra Lourenço (2007) investigaram sectores territoriais vinculados a bacias hidrográficas referenciais para a região. A partir de Viseu, há anos que Jorge Adolfo Marques vem realizando o inventário das marcas funerárias e das estruturas militares (principais resultados em 2000a e 2000b), a que se juntam muitos outros trabalhos de âmbito local, cuja extensão tornaria fastidioso a sua enumeração – parte significativa deles são mencionados no

82, Real, 1981, 1982, 1985, 1990, Barroca, 1986a, 1986b, 1990, 1990-91, Barroca e Real, 1992, Fontes, 1988, 1989, 1990, entre muitos outros.

capítulo I desta segunda parte, dedicado ao território da futura diocese de Viseu). Poucos foram os sítios e monumentos intervencionados arqueologicamente, mas há que referir as escavações de António de Sá Coixão no sítio do Prazo (Coixão, 1997, 2001), de Constança Guimarães e Elisa Albuquerque em Capinha (conc. Fundão) (2007, 2008), de José Cristóvão em Idanha-a-Velha (2002) e, mais recentemente, de Catarina Tente em S. Miguel do Fetal (conc. Viseu) e Senhora do Barrocal (conc. Sátão), ambas ainda inéditas à data em que escrevo este texto, e as de Isabel Sánchez Ramos (2014, 2015) em Idanha-a-Velha. Merecem ainda destaque os estudos de arqueologia da arquitectura realizados por equipas multidisciplinares lideradas por Luís Caballero Zoreda ou Maria de los Ángeles Utrero Agudo (ambos do CSIC – Madrid)¹⁸². Leituras mais globalizantes do território para os séculos VIII a X encontram-se em Catarino, 2005, 2008, Real, 2013, 2014 e Soalheiro, 2000.

Neste panorama historiográfico já plenamente estabilizado, Coimbra ocupa lugar de merecido destaque. A cidade tem sido investigada arqueologicamente sobretudo por Helena Catarino e arqueólogos que consigo têm trabalhado (Catarino, 2001 e 2005; Catarino e Filipe, 2003, 2006; Catarino, Filipe e Santos, 2009, entre outros trabalhos), mas tardam em surgir dados inequívocos acerca da fase emiral de suposto domínio islâmico, como se verá. É possível que a concentração do investimento arqueológico no pátio da universidade tenha inviabilizado a potencial relevância de outras sondagens, constituindo o alargamento do campo de acção uma necessária linha de actuação para consolidar os dados acerca da evolução da cidade entre os séculos VIII e XI (como se documenta pelo panorama citadino mais geral dado a conhecer por Catarino e Filipe, 2006: 74-75, embora apenas relativamente às escavações que revelaram conjuntos de cerâmica islâmica). Ainda assim, e paralelamente aos dados revelados pela arqueologia, muito se tem avançado no estudo da alta Idade Média coimbrã, sobretudo graças às reflexões de Alarcão (2004) e aos estudos de Gomes (2000) e de Picard (2005), entre outros. Nesta mesma área devem valorizar-se os contributos para Conímbriga de Man (2006, com mais trabalhos do autor e em co-autoria em anos mais próximos) e as interpretações de Aillet (2009) sobre a evolução do mosteiro de Lorvão e território próximo.

¹⁸² A publicação de dados resultantes destes estudos tem sido bastante lenta, por razões editoriais, mas surgiram já importantes artigos: Caballero Zoreda (2006) sobre Idanha-a-Velha; Utrero Agudo (2012a e 2012b) sobre Lourosa e a Sé de Viseu, respectivamente.

No campo da História da Arte, e para além das muitas páginas que António Filipe Pimentel dedicou à alta Idade Média no estudo monográfico sobre o paço universitário de Coimbra (2003), os principais contributos têm vindo de Manuel Luís Real, sobretudo no que diz respeito à região de Viseu, desde o trabalho em certo sentido fundador de 2005, dedicado aos vestígios pré-românicos de Fráguas (conc. Tondela). Recentemente, tive oportunidade de, com este autor, assinar um estudo sobre o tempo de D. Sesnando, no qual foi possível integrar abundante informação relativa à Coimbra dos séculos VIII a XI (Real e Fernandes, 2017, no prelo). Eu próprio comecei a interessar-me bastante pelo território entre os rios Mondego e Douro, e a reunir muita informação, a partir da tese de mestrado que dediquei ao estudo monográfico da igreja de S. Pedro de Lourosa (2002), para a qual reivindiquei uma origem asturiana sem, no entanto, ter nessa altura respostas acerca do contexto político em que o templo se inseria. Os estudos que publiquei em 2007 e 2008 prepararam o que agora se apresenta nesta segunda parte da presente dissertação de doutoramento.

1.2. Século VIII: perspectivas (não) cruzadas a partir de Córdova e de Oviedo

Se no século VIII o reino asturiano não terá conseguido expandir as suas fronteiras para cá de uma relativamente apertada faixa de terreno no Norte da Península (nem é certo que tivesse sido essa a ambição natural dos primeiros protagonistas da monarquia asturiana, como se viu já sobre os diferentes “sucessos” do tempo de Afonso I – cf. 2.2. da Parte I), também o registo histórico de natureza islâmica parece ter deixado escassos testemunhos no território compreendido entre os rios Mondego e Douro. Ainda que, em anos recentes, tenham sido relevadas novas perspectivas que ampliam a importância do Ocidente peninsular na conquista e primeiros tempos de domínio islâmico, a verdade é que as ténues, dispersas e, por vezes, contraditórias notícias acerca do actual centro de Portugal no século VIII dão mais conta da existência de comunidades autóctones relativamente estabilizadas e menos da progressão de qualquer dos blocos que protagonizaram a (re)conquista.

Até há pouco tempo, o território hoje português não tinha valor para os discursos historiográficos acerca da conquista islâmica. A imensa mancha ocidental aparecia como uma área geográfica cuja evolução teria acompanhado de perto os marcos da conquista islâmica, de Guadalete a Córdova e Toledo e depois até Ammaia,

supostamente localizada a Norte de Burgos. Há pouco mais de três décadas, imediatamente antes da revolução científica em torno do período islâmico operada em Portugal, Pierre Guichard queixava-se do enorme desconhecimento acerca da conquista islâmica nas regiões setentrionais, ocidentais e orientais da península, «en particular de las regiones más marítimas» (Guichard, 1976: 245 e 246). O panorama desolador traçado por Guichard não se alterou substancialmente nos últimos anos e se, para as épocas califal ou taifa, o conhecimento que agora se tem é muito superior ao que Guichard teve então acesso, a verdade é que, para o século VIII, as dúvidas continuam a ser demasiadas e as múltiplas hipóteses continuam a carecer de certificação. Em todo o caso, algo se avançou.

É hoje possível estabelecer uma abordagem faseada à marcha de conquista do Ocidente peninsular, ainda que genérica. A tentativa foi realizada por Christophe Picard (2005: 73), que diferenciou quatro grandes áreas: Norte; Centro; zona de Mérida e actual Sul de Portugal. Na verdade, esta sistematização limita-se a um ensaio de ordenamento dos escassos dados disponíveis, eles próprios bastante diferenciados no espaço e no tempo, não deixando o autor de reconhecer a ausência ou a extrema raridade de vestígios materiais datáveis do período imediatamente após a conquista islâmica (Picard, 2005: 130). Para o actual centro de Portugal, possuem-se apenas indicações sobre Coimbra, Conímbriga e Viseu e, mesmo essas, como se verá, demasiado escassas para constituírem tendências extrapoláveis para uma tentativa de caracterização de todo o século VIII.

Outros trabalhos têm valorizado o papel desempenhado por Amaia (Marvão) e Silves. No primeiro caso, como local provável de instalação do exército islâmico comandado por Tariq durante o inverno de 711-712, por oposição a Amaya (prov. Burgos) (Rei, 2005: 86-88)¹⁸³. No segundo caso, como cidade eventualmente dotada de muralha logo no século VIII (Gomes e Gomes, 1992: 289, ainda que a proposta não seja consensualmente aceite; Cressier, 2005: 176 a respeito de um capitel emiral, não necessariamente dos primeiros tempos de domínio islâmico). Um dos sítios que tem assumido preponderância no debate acerca da expansão islâmica naquele primeiro século de vida na Península Ibérica é Alcácer do Sal, porém ainda sem dados concretos sobre eventuais construções militares, não obstante a atribuição de um primeiro castelo

¹⁸³ Esta é uma perspectiva que não tem tido o devido realce na historiografia internacional, prejudicada também pelo atraso na publicação de dados relativos à cidade pós-visigótica de Amaia. A maior parte dos historiadores continua a aceitar que Tariq passou o Inverno em Amaia (Burgos) (Lévi-Provençal, ed. 1976, vol. IV: 15) ou em Toledo (Kennedy, 1996: 11).

aos finais do século VIII ou inícios da centúria seguinte (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004: 43-46 e 78). Finalmente, subsistem ainda outros vestígios mais difusos da passagem islâmica, como a identificação de moedas do século VIII em Tomar (Ponte, Ferreira e Miranda, 2002: 425; Catarino, 2005: 197) e em MacAraão, S. Cucufate, Beja (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990: 267-268).

Há que reconhecer que estes progressos são ainda circunstanciais e desprovidos de matéria palpável para elaborar qualquer narrativa sólida acerca da importância do Ocidente peninsular no primeiro século de domínio islâmico. E se o desconhecimento é grande em relação ao Sudoeste peninsular (região mais facilmente ligada ao poder instalado em Córdova), para o actual centro de Portugal, zona de fronteira dificilmente controlada pelo Islão peninsular naquele século VIII, as informações são praticamente nulas. As poucas que existem, curiosamente, não vinculam a região a qualquer dos dois lados da (re)conquista, mas parecem antes deixar transparecer a manutenção de grupos autóctones, estabilizados em época visigótica e praticamente independentes em relação a Oviedo ou a Córdova. Estas notícias, todavia, não estão isentas de dúvida e a crítica tem acentuado a incerteza sobre a sua veracidade.

Coimbra terá sido integrada no bloco islâmico em 714 (Marques, 1993: 122 e Alarcão, 2004: 18) ou 715-716. Neste último ano, a cidade e, possivelmente, algumas zonas rurais próximas, terão sido saqueadas por Abd Al-Aziz, com probabilidade por se ter rompido o pacto de rendição entretanto estabelecido (Simonet, 1897: 51-52). Alguma historiografia tradicional admitiu como verídico um segundo acordo (734), estabelecido por Alboacem Iben Tarif, a quem Abd al-Aziz havia confiado o comando de Coimbra por volta de 716 e a comunidade autóctone da cidade, para o qual muito teria contribuído o mosteiro de Lorvão (Picard, 2000: 23). Este acordo, conhecido como *Mouro de Coimbra*, já havia merecido ponderadas reservas a Simonet (1897: 52) e é um documento falsificado por Fr. Bernardo de Brito no século XVII (Gomes, 2000: 124; Alarcão, 2004: 84), destinado a glorificar o mosteiro de Lorvão (Aillet, 2009: 74-75), cuja existência, naquele século VIII, não está provada¹⁸⁴.

¹⁸⁴ O cronista alcobacense Fr. Bernardo de Brito forjou um segundo diploma, datado de 770, que incluía a doação de duas propriedades ao mosteiro de Lorvão por parte de Teodo, ali referido como *comes* de Coimbra. Aceite por Picard, 2000: 23 e Catarino, 2005: 203, trata-se, na verdade, de um falso (Gomes, 2000: 124 e Alarcão, 2004: 18). Não se acompanham também aqui as observações de António Rei a respeito dos mais que duvidosos condes de Coimbra no século VIII, que alguma cronística de época moderna pretendeu demonstrar (Rei, 2014), mas que não encontra certificação histórica por fontes medievais.

A transição de poder em **Conímbriga** parece ter sido menos conturbada. Tem sido unanimemente aceite a passagem da *Crónica anónima de 754*, segundo a qual Abd al-Aziz teria assinado um pacto com Aidulfo de Conímbriga (Picard, 2005: 73). Não tem passado despercebida a eventual semelhança entre este acordo e o que Teodomiro assinou, na Primavera de 713, com o mesmo Abd al-Aziz, assumindo-se, mesmo, que a Aidulfo teria sido concedido o governo de um amplo distrito, genericamente situado entre Lisboa e Coimbra (Picard, 2005: 73). A existência deste personagem, e do seu papel liderante no novo quadro de poder regional, não está confirmada por outras fontes e a documentação de Lorvão, que nomeia os seus filho e neto, carece de autorização¹⁸⁵. Desconhecem-se outras informações a respeito de Conímbriga naquele século VIII e a investigação arqueológica tem demorado a evidenciar resultados da eventual passagem de testemunho da época visigótica para a islâmica¹⁸⁶. A confirmar-se a veracidade do pacto de Aidulfo e a manutenção dos termos de paz nas décadas seguintes, especialmente se o poder regional passou para o seu filho e neto, numa linhagem regional estável e reconhecida por parte do poder islâmico, abrir-se-á uma via de investigação que consagrará ao território ordenado a partir de Conímbriga o estatuto de zona moçárabe por excelência e a cidade passará a ser um dos poucos enclaves identificados pela moderna investigação histórica onde se identificará a manutenção não só de antigas vivências de época visigótica, mas também, sobretudo, de uma elite autóctone dotada de capacidade para manter o seu anterior estatuto.

É possível que parte do abundante espólio decorativo e litúrgico cristão que se conserva na antiga cidade e no Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra) possa corresponder a um período de transição, genericamente situado entre o final da época visigótica e a vaga orientalizante que percorreu o moçarabismo ocidental da Península no século X. Esta hipótese foi recentemente apresentada por Manuel Luís Real, em comunicação que se mantém inédita¹⁸⁷, e, depois, em trabalho conjunto que não foi

¹⁸⁵ De acordo com fontes cristãs, «embora pouco fidedignas», Aidulfo seria o *comes civitates* de Conímbriga, parente de Vitiza e teria transmitido o poder conferido pelo pacto a seu filho, Athanagildo e, este, ao neto daquele, Theodus (Catarino, 2005: 203; também Gomes, 2000: 124). É este último que aparece documentado em 760, em diploma do mosteiro de Lorvão, que será falso (opinião cautelosa sobre a veracidade do documento em Pimentel, 2003: 137-138).

¹⁸⁶ Exceptua-se o conjunto de sepulturas islâmicas, mencionado por Real, 1995: 63, mas ainda não verdadeiramente estudado e publicado. Diferente parece ser o *bico da muralha*, construção de época visigótica que terá sido sujeito a obras no período pré-românico, possivelmente numa altura em que a cidade estaria integrada no reino leonês (séc. X) (Man, 2006: 39).

¹⁸⁷ “Coimbra e o Mediterrâneo setentrional nos séculos VIII-IX”, *III Colóquio sobre Moçárabes*, Lisboa, 19 de Outubro de 2012. Agradeço ao autor ter-me facultado cópia da apresentação que efectuou, antes de estar publicada.

também ainda publicado (Real e Fernandes, 2017, no prelo), pelo que não se justifica qualquer abordagem da minha parte sobre este assunto antes da sua publicação. No entanto, e mesmo que seja, para já, impossível confirmar uma datação em pleno século VIII para algum do espólio conimbrigense, a manutenção de uma coesa comunidade moçárabe (presumivelmente liderante em termos regionais, a fazer fé naquelas difusas fontes que referem Aidulfo) aparece como conclusão mais provável para a evolução da cidade a seguir a 711.

A sobrevivência de uma tal comunidade moçárabe, presumivelmente dominante no século VIII sobre os colonos islâmicos (como sugere Rei, 2008: 135), intui-se por outras fontes, como na «onomástica romance arabizada» identificada por Cyrille Aillet na documentação do mosteiro de Lorvão. Ainda que esta colecção diplomática seja relativa a épocas posteriores ao século VIII, ela acentua a grande quantidade de antropónimos cristãos arabizados¹⁸⁸, relativo a um substrato social autóctone que continua a usar as características onomásticas latinas mas que, a seu tempo, utiliza formas arabizadas para assim se diferenciar da colonizadora nobreza asturiano-leonesa (Aillet, 2009: 78)¹⁸⁹.

Para Norte do Mondego, as informações são mais duvidosas. Nada se sabe sobre Bobadela¹⁹⁰ e Talábriga¹⁹¹, e a possível integração de Viseu no bloco islâmico não está

¹⁸⁸ Aillet, 2009: 77 salientou mesmo o facto de a documentação laurbanense apresentar índices de antroponímia de origem islâmica superiores à área leonesa: «17,6% del total en el primer periodo (927-950), cuando la documentación es menos abundante; 39% de 950 a 988; 19% durante la segunda fase de dominio islámico; 17,6% de 1064 a 1100».

¹⁸⁹ Não se está em condições de avaliar se estas características da documentação de Lorvão ilustram uma significativa presença islâmica na região, efectuada no século VIII e primeira metade da centúria seguinte, como propõe Aillet e como sugere também Alarcão, 2004: 18 (este último com reservas). Como se verá, as escassas informações a respeito da zona de Coimbra naquele período sugerem mais uma terra de ninguém, que propriamente uma região vinculada ao Al-Andaluz, capaz de atrair colonos islâmicos do Sul peninsular, onde, com naturalidade, seria preponderante o elemento moçárabe.

¹⁹⁰ Uma das mais desconhecidas cidades romanas do actual território português, deve ter tido alguma vitalidade na época visigótica, período a que pertence um jarro litúrgico identificado com outro espólio que sugeria a existência de um templo (Gomes e Dias, 1995: 97 apontam os meados do século VII) e em que o centro urbano pode ter albergado uma paróquia, cujo nome ainda se desconhece (Alarcão, 2001: 50-51). Atribui-se o abandono da cidade, ou «a grave redução do número dos seus habitantes» à época posterior à conquista islâmica (Alarcão, 2002-2003: 172), embora a arqueologia não tenha revelado quaisquer indícios dessa evolução. Certo é que, no momento em que a nobreza asturiano-leonesa se instalou na região, escolheu outros locais que não a antiga cidade, como Midões, Touriz e, principalmente, S. Pedro de Lourosa. Sobre a colonização asturiano-leonesa dos actuais concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital, veja-se o que se diz nas pp.252-253.

¹⁹¹ Talábriga foi o mais importante aglomerado urbano do curso terminal do rio Vouga e dever-se-ia situar em Cabeço do Vouga / Monte Marnel (Alarcão, 1988: 45; Lopes, 1995: 336; Alarcão, 2004: 325-327 com crítica a posicionamento diferente de Vasco Mantas), apesar das continuadas discussões acerca da exacta localização a atribuir à cidade. A confirmar-se a relação de Marnel com Talábriga, esta terá sido reocupada / incorporada no reino asturiano-leonês pela família Marnel na segunda metade do século X (possivelmente Egas Eriz «Iala», iniciador da estirpe, segundo Mattoso, 1969, republ. 2001: 176-177), mas desconhece-se a evolução da cidade na Alta Idade Média.

provada (cf. Parte II, cap. 2.1), não se confirmando também a destruição da suposta basílica visigótica viseense pela passagem do exército islâmico (defendida por Pedro e Vaz, 1995: 347-348, Marques, 2000: 178 e Vaz, 2000: 183, entre outros trabalhos daqueles autores, e contrariada com base na datação da cerâmica vidrada islâmica ali aparecida por Catarino, 2005: 200-201). Alguns autores deram voz à tardia notícia de instalação de al-Gassani na zona de Lafões (Catarino, 2005: 31), mencionada apenas em fontes do século XII e num claro contexto de afirmação da linhagem abábida sevilhana, miticamente comparada à acção dos primeiros califas do Oriente (Aillet, 2009: 85).

Estes dados, ao mesmo tempo que ilustram o grande silêncio documental e arqueológico sobre a eventual integração do actual centro de Portugal no bloco civilizacional islâmico no século VIII, deixam de fora amplas zonas entre os rios Mondego e Douro. Um desses sítios é Almeida, que alguns autores, baseados em fontes tardias do século X, admitem poder relacionar com *Hisn al-Mâida*, lendário local onde estava depositada a “mesa de Salomão” (Rei, 2005: 85-86).

Um dos locais que, a seu tempo, poderá fornecer informação sobre aqueles primeiros tempos de domínio muçulmano é **Idanha-a-Velha**. A fase de época visigótica é relativamente conhecida, destacando-se a série de bispos que marcaram presença constante nos concílios de Toledo (Jorge, 2002: 75-76) e salientando-se o estatuto daquela antiga cidade como importante centro de cunhagem monetária, até ao reinado de Rodrigo, último monarca visigótico (Leguay, 1993: 69; Manzano Moreno, 2006: 56-57). Os testemunhos materiais relativos a esse período final do regime de Toledo, todavia, teimam em não surgir de forma inequívoca. O controverso monumento de Idanha-a-Velha (basílica, mesquita e/ou palácio) foi atribuído a esta centúria por apenas dois autores (Palol, 1968: 132 e Salvado, 1986: 7), embora nos últimos anos tenha ganho terreno uma corrente historiográfica que atribui o edifício a uma etapa posterior à conquista islâmica de 711 (síntese em Fernandes, 2009: 251-254). Ao reinado de Recesvinto (653-672) pertence um triente encontrado no que Fernando de Almeida catalogou como paço dos bispos (Almeida, 1966: 410), descoberta que permitiu ao primeiro arqueólogo de Idanha-a-Velha situar aquele complexo conjunto de ruínas no século VII. Este suposto edifício episcopal (com certeza palatino) foi objecto de reavaliação arqueológica recente (Sánchez Ramos e Morín de Pablos, 2015), mas as conclusões deste estudo são tão problemáticas como as anteriores teorias. Uma coisa parece certa: existem evidentes pontos de continuidade em relação ao monumento datado de época pós-visigótica (Fernandes, 2006: 64-65). Do vasto espólio identificado

já em Idanha-a-Velha, permanece por estudar algum material litúrgico (aparecido em diferentes campanhas arqueológicas e em pontos distintos da envolvência ao monumento) e um conjunto inédito de cerâmica islâmica, aparentemente aparecido em conexão com um trecho da muralha e cuja existência foi revelada por José Cristóvão, no termo das suas investigações arqueológicas no local (2004). É ainda possível que Idanha tenha sido ponto de passagem / instalação do rebelde Sufian ibn Abdu-l-Wahid, da tribo Miknasa, que, de acordo com os *Akhbar Majmu'a*, se revoltou em inícios do reinado de Abd al-Rahmann I, assassinou o governador de Mérida e foi obrigado a fugir para o «país agreste», passando *Al-Kasr Al-Abyad*, fortaleza que Correia, 2005: 78 traduziu por Alcácer Branco e sugeriu tratar-se de Castelo Branco. As escavações efectuadas tanto nesta última cidade, como em Idanha-a-Velha, no entanto, ainda não revelaram materiais inequívocos relativos ao século VIII, embora os resultados tenham sido escassamente publicados.

Esta breve análise aos escassos dados atribuíveis ao século VIII contribui para a sensação de minimização da presença islâmica na região entre os rios Mondego e Douro naquela centúria. Assume-se que a maior parte dos locais foram “conquistados” por pactos de rendição, tendo as populações autóctones continuado as suas formas de vida sem grandes sobressaltos. A inexistência de contingentes relevantes muçulmanos terá determinado que, no primeiro ordenamento territorial de Al-Andaluz, realizado em meados do século VIII, nenhuma cidade do actual centro de Portugal tivesse atingido o estatuto de capital de distrito (Catarino, 2005: 195). Por outro lado, a população berbere, ali presumivelmente instalada, revoltou-se nos anos 40 e retrocedeu para locais mais meridionais, alguns em torno do Tejo.

Neste cenário, está-se em condições de recuperar uma discutida conclusão de Carlos Baliñas Pérez sobre a posição de Coimbra como ponto fronteiriço mais setentrional no Ocidente islâmico naquela centúria. O autor reconheceu que «las tierras entre el Miño y el Mondego desaparecen virtualmente de la Historia peninsular durante más de un siglo, quedando reducidas al papel de intervalo espacial, de auténtica “tierra de nadie” entre la frontera del Al-Andalus, cuya posición más avanzada en esta zona es Coimbra, y las comarcas bajo la autoridad del reino de Asturias, que se va extendiendo poco a poco en dirección al curso meridional del Miño» (Baliñas Pérez, 1998: 143). Concordando genericamente com esta afirmação, é ainda possível ir mais longe e questionar o real estatuto de Coimbra como posição emiral mais avançada. O pouco que se conhece sobre a cidade do Mondego nos séculos VIII e parte considerável do

seguinte parece, mesmo, inviabilizar esse liderante papel regional de sentido islâmico, como se verá a seguir.

1.3. 791 - 866: os anos de afirmação asturiana e o arranque do povoamento

As escassas referências a **Coimbra**, na segunda metade do século VIII, estão longe de certificar um inequívoco vínculo da cidade ao bloco peninsular islâmico (não se partilha da visão difundida por Catarino, Filipe e Santos, 2009: 335, nota 1, aqui citada por constituir uma das mais recentes abordagens ao período islâmico em Coimbra¹⁹²). Alguns autores já sugeriram que, com a fuga dos berberes para Sul, a autoridade muçulmana em Coimbra deve ter sido reduzida (Gomes, 2000: 122, a partir de observações de Pierre David).

A transição de poder em Coimbra

O panorama que se obtém para a segunda metade do século acentua a dimensão cristã da população e uma tão surpreendente, quanto discutida, relação com as Astúrias.

A primeira notícia, datada de 770, é duvidosa e dá conta da existência do bispo Servando, que tanto pode ter sido o titular da cátedra de Viseu como de Coimbra (Real, 2000: 46 e Gomes, 2000: 128). Infelizmente, nada se pode adiantar sobre esta referência ocasional, embora se admita como provável que, partindo do princípio que a cidade celebrou um pacto com os invasores, tenha sido permitido à sua população continuar a observar a fé cristã sem aparentes sobressaltos. É o que se depreende da referência a Coimbra como sede episcopal em 880 (Gomes, 2000: 127), embora esta seja também uma notícia de duvidosa veracidade e já tardia em relação aos acontecimentos imediatamente a seguir à conquista islâmica. Igualmente dúbia é a existência de Abu l-Fath al-Sadfuri, asceta berbere pretensamente estabelecido na região de Coimbra, onde se teria dedicado a praticar a “guerra santa”, informação relatada nos *Akhbar Majmu'a* e admitida por Pimentel, 2003: 138. A ser verdadeira a informação, é possível que este asceta rigoroso tenha encontrado uma população fortemente cristianizada, embora esta seja uma conclusão abusiva face a tão escassas fontes. A mais concreta referência data de 787 e diz respeito à origem conimbricense do diácono Rodrigo, instalado em terras da diocese de Mondoñedo alguns anos antes, onde fundou 3 igrejas. A mais recente leitura deste documento (o testamento deixado por Rodrigo) aponta para o facto de o diácono ter fugido da região de Coimbra ao redor de 785 – *egressus fuit de Colimbria*

¹⁹² Segundo aquelas autoras, «Coimbra é conquistada em 714/15 mantendo-se sob dominação islâmica até à segunda metade do século IX».

Civitas (González Paz, 2006: 445) -, embora não seja seguro interpretar essa fuga como resultado directo da conquista islâmica da cidade e sua eventual conversão no «baluarte más importante en tierras del noroccidente atlántico peninsular», como admite o autor. Terá Rodrigo fugido em consequência da acção de Abu l-Fath al-Sadfuli, ou de alguma incursão islâmica não registada? Ou terão sido outras as motivações deste diácono, atraído a um território recentemente integrado no reino asturiano e, por isso, mais facilmente permeável à difusão religiosa? Não creio que estas perguntas tenham, para já, resposta satisfatória.

No final do século, a cidade foi atacada e saqueada, e parte da sua população escravizada, por Abd al-Malik ben Mugit, possivelmente na sequência de uma expedição à Galiza (Picard, 2000: 182; Alarcão, 2004: 18). Desconhece-se a razão desta ofensiva, questão que deve ser colocada sobretudo aos autores que partilham da opinião de que Coimbra terá estado, efectivamente, na posse do bloco civilizacional islâmico durante aquele século VIII. Se se tivesse tratado de uma operação punitiva, não faria sentido a mortandade causada e a escravidão a que foram reduzidas mulheres e crianças da zona. Mas esta notícia evidencia um outro dado que merece ser destacado: o facto de, no ataque, Abd al-Malik ter destruído a catedral e o palácio de Afonso II (informação duvidosa, que consta apenas numa crónica árabe do século XV, não relevada por Picard, 2000: 182, mas que mereceu crédito a Gomes, 2000: 122). Menos problemática é a notícia contada por al-Razi sobre um episódio ocorrido no tempo de Hisham I (789-796), segundo o qual, estando o emir em Mérida e pretendendo entender uma lápide em escrita latina retirada da muralha, lhe disseram os cristãos emeritenses que apenas um clérigo de Coimbra a conseguiria decifrar. Ao chegar a Mérida, o ancião religioso conimbricense, antes de traduzir a inscrição, chorou o destino da antiga capital da Lusitânia (Real, 1995: 63). Embora esta seja mais uma notícia cuja veracidade não está provada, é de registar o implícito facto de Coimbra se encontrar para lá das fronteiras do emirato, razão aparente de aí ainda haver um religioso cristão que compreendia o latim, enquanto que, em Mérida, antiga capital e campeã do moçarabismo, aparentemente, não haveria nenhum homem que, sabendo ler latim, pudesse decifrar a lápide ao emir.

Por estes dados, não consta que a cidade tenha sido incorporada no emirato de Córdoba no século VIII. Ainda que as dúvidas permaneçam, Jorge de Alarcão admitiu que tal incorporação tenha ocorrido apenas por volta de 808-809 (Alarcão, 2004: 18) e, ainda assim, de forma efémera, na medida em que, menos de duas décadas depois, por volta de 825 ou 826, registou-se novo ataque islâmico a Coimbra. Picard, 2005: 73-74

admitiu que, desta vez, as autoridades muçulmanas tenham tentado conquistar a cidade, mas a notícia é demasiado sumária para permitir que se teçam mais considerações (cf. Catarino, 2005: 200 e 2008: 130).

Estas últimas informações apontam para uma mais efectiva presença islâmica na cidade na primeira metade do século IX e parecem revelar uma alteração do estatuto de Coimbra para o bloco islâmico naquele período. Às incursões militares mencionadas, juntou-se a instalação (ou ascensão ao poder cidadão) da importante família dos Banu Danis, estirpe de origem berbere instalada entre o Tejo e o Douro. Militarmente e administrativamente vinculada ao poder cordovês, Coimbra terá sido, por pouco mais de meio século, uma verdadeira cidade de fronteira, centro regional islâmico que chegou mesmo a ser mencionada como capital provincial da região entre o Tejo e o Mondego (por volta de 875) (Pimentel, 2003: 149).

Precisamente naquele ano de 875 a cidade parece ter caído em poder de Sa'dun b. Fath al-Surumbaqi, dissidente islâmico responsável pela expulsão do clã Danis (Picard, 2000: 45 e Catarino, 2005: 203-204; contra Surumbaqi lutou Adanis b. 'Awsaya) e actor estranho e largamente desconhecido de um período curto de deterioração da autoridade islâmica na marca ocidental¹⁹³. Surumbaqi não foi o único protagonista, nem o principal, das revoltas que, por aqueles anos, alastraram no Ocidente peninsular supostamente vinculado a Córdoba. À frente deste processo esteve o célebre Ibn Marwan, personagem de possível origem moçárabe que protagonizou um dos mais longos e complexos conflitos com as autoridades de Córdoba na segunda metade do século IX. A história destas revoltas permanece envolta em dúvidas (sintetizadas recentemente para a área “portuguesa” do conflito por Alarcão, 2013), mas uma coisa parece certa: o âmbito territorial das movimentações militares terá sido bastante alargado, ocupando praticamente todo o Ocidente peninsular entre Mérida e Coimbra e, eventualmente, mesmo a Norte desta última cidade, se se considerarem válidas as propostas de Martim Velho (1981) para a instalação de Marwan e Surumbaqi em Cárquere e Vila Nova de Gaia, respectivamente.

¹⁹³ Subsistem diferentes opiniões sobre a história deste dissidente. Se a sua ligação a Ibn Marwan não é questionada, já os locais de instalação na zona de Coimbra e as datas em que tal terá ocorrido permanecem em discussão. De acordo com o geógrafo árabe Ibn al-Qutiya, Surumbaqi foi instalado numa fortaleza a Norte de Coimbra, de nome Burtuqal, forte que tem sido identificado com o Porto. No entanto, na altura em que tal terá acontecido, já aquela cidade estava na posse dos asturianos. Manzano Moreno, 1990: 196-197 e Picard, 2005: 73 colocaram mesmo a hipótese de Surumbaqi ter estado, por aqueles anos, ao serviço de Vímara Peres, presor do Porto, no fundo seguindo as pisadas do seu aliado Ibn Marwan, que também esteve alguns anos ao serviço de senhores asturianos. O mais provável, todavia, é que Surumbaqi se tenha apoderado de Coimbra (Picard, 2000: 45).

Marwan e Surumbaqi são os nomes conhecidos de um complexo histórico mais vasto e no qual participou também Makhul b.Umar, possível companheiro de Marwan que se terá fortificado em Penamacor (Catarino, 2005: 209). A maior parte dos revoltosos que os acompanharam, contudo, diluiu-se numa inquantificada massa anónima, cujo dinamismo aparece secundarizado pelos sucessos militares que, naqueles anos 70 e 80 do século IX, a monarquia asturiana logrou alcançar no Ocidente peninsular, designadamente as presúrias de Porto (868), Chaves (872) e Coimbra (878), a que se terão somado as presúrias de Lamego, Viseu e, possivelmente, Idanha-a-Velha, em datas desconhecidas, mas consensualmente situadas após a integração da cidade do Mondego.

O duplo fim da primeira fase de Coimbra islâmica, primeiro às mãos de Surumbaqi e, depois, por acção do nobre asturiano Hermenegildo Gonçalves¹⁹⁴, não deve menosprezar o estatuto de capital regional muçulmana durante mais de meio século. No entanto, pouco ou nada se sabe sobre esse período e o registo material identificado na cidade não tem também revelado sinais inequívocos dessa efémera capitalidade.

As escavações no pátio da Universidade começaram por ser optimistas em relação à presença emiral, mas abordagens posteriores têm contribuído para uma minimização daquele período. Da primeira metade do século VIII conhecem-se duas moedas de cobre, identificadas avulsamente nas obras realizadas no Museu Nacional de Machado de Castro, no século passado, e que podem corresponder a momentos ligeiramente diferentes entre si, na medida em que subsistem diferenças nas legendas (Marinho, 1971: 249-250). Maior informação é fornecida pelo registo cerâmico identificado em várias escavações, embora o mais recente estudo não seja também inequívoco a respeito da presença emiral, na medida em que o núcleo de maior coerência foi catalogado como «emiral / califal» (Catarino, Filipe e Santos, 2009: 355).

Igualmente problemática é a atribuição do monumental alcácer de Coimbra a este período. As escavações não foram conclusivas a respeito da cronologia fundacional a atribuir ao conjunto fortificado e são várias as opiniões que se podem considerar, havendo mesmo autores que sugerem uma edificação ainda no século VIII (Alarcão, 2008: 72). A arqueóloga responsável pela intervenção sugeriu que o complexo militar possa ter sido edificado em meados do século IX, «quando os Banu Danis eram

¹⁹⁴ Segundo Alarcão, 2014: 18, a conquista de Hermenegildo Guterres terá sido efectuada contra Surumbaqi que, por volta de 875-878, terá sido senhor da cidade.

governadores da cidade» (Catarino, 2005: 205), mas assumiu também que o mais provável é que se esteja em presença de um edifício com, pelo menos, duas fases de construção bem diferenciadas: meados do século IX e primeira metade do século XI, correspondendo esta última à fase em que a cidade foi conquistada por al-Mansur e integrou o califado durante cerca de meio século. António Filipe Pimentel, 2003: 198-199 preferiu atribuir a construção à transição para o século XI. Ainda que eventuais «remodelações e/ou reconstruções internas [sejam] ainda difíceis de precisar no terreno» (Catarino, 2005: 205), a planimetria do alcácer e a tipologia construtiva integram-se mais facilmente no que se conhece da arquitectura militar omíada, que no ainda largamente desconhecido capítulo emiral.

O projecto fundacional previu a existência de um grande quadrilátero, possivelmente já com c. de 80 m de lado, que terá sido construído numa única campanha, interpretação que é aconselhada pela grande homogeneidade do aparelho construtivo das muralhas até agora identificadas, sistematicamente em duplo paramento e seguindo a tradicional disposição de “soga-tiço” (Catarino e Filipe, 2006: 76), tão em voga nas construções omíadas orientais. Se a unidade estratigráfica que revelou aparentes cerâmicas emirais [UE. 11] (Catarino e Filipe, 2006: 78) estava em associação com a construção da muralha, então estar-se-á na posse de indicadores mais seguros que atribuem a edificação da fortaleza ao século IX.

No entanto, outros dados devem ser tomados em linha de conta, sendo de destacar a aparente inexistência de obras (ou, melhor, de vestígios materiais) relacionáveis com a ocupação asturiano-leonesa da cidade, no ponto que seria naturalmente o alcácer. Se o governo emiral de Coimbra terá durado meio século, o domínio asturiano-leonês prolongou-se pelo dobro do tempo e não parece ter sido mais pacífico que o período imediatamente anterior, pelo que a ausência de vestígios no alcácer atribuíveis àquele momento é um indicador que deve motivar uma maior prudência. Por outro lado, como se verá, conhecem-se razoavelmente os locais de culto asturiano-leoneses de Coimbra (Sta. Cristina, S. Bartolomeu, S. Cucufate, S. Vicente, S. Pedro e, possivelmente, S. Salvador), o que atesta uma efectiva actividade edilícia na urbe (re)conquistada, dinâmica de que se conhecem pelo menos dois fragmentos dados a conhecer por Real e Fernandes, 2017, no prelo (em concreto a inscrição pré-românica na Sé de Coimbra e um pequeno capitel, decorado com o típico encordoado asturiano e até há pouco tempo conservado no Museu Nacional de Machado de Castro, do qual Manuel Luís Real ainda conseguiu recolher registo fotográfico). Ainda que se saiba

mais sobre os locais que sobre os edifícios, não foi identificado até ao momento qualquer construção religiosa na acrópole conimbricense, se bem que não se deva descartar a hipótese de os dois frisos ditos “visigóticos” que se encontram embutidos nas muralhas do alcácer islâmico poderem ser, afinal, de época posterior, seguindo de perto a argumentação de Manuel Luís Real sobre a provável vitalidade dos sectores moçárabes do eixo Conímbriga-Coimbra a seguir à invasão de 711.

A natureza monumental dos vestígios militares de Coimbra, a importância da cidade no contexto de antagonismo entre os dois blocos da (re)conquista nos séculos IX a XII e o imenso desconhecimento que se tem sobre a reconfiguração urbanística da urbe naqueles séculos (complexificados os períodos de vínculo a um ou outro partido) são factores que asseguram à investigação sobre Coimbra o estatuto de verdadeira actualidade, fazendo com que as conclusões que se possam tecer sobre a vitalidade da urbe nos séculos centrais da Idade Média sejam determinantes para grande parte do Ocidente peninsular.

Como se assinalou para Coimbra, o final do século VIII foi particularmente turbulento do ponto de vista militar. Mas tal não aconteceu apenas na cidade do Mondego. Em 791, a subida ao poder de Afonso II significou uma nova fase afirmativa do sector cristão setentrional e o sancionamento do que se pode ainda convencionar chamar como (re)conquista¹⁹⁵. Contactos privilegiados com a corte de Carlos Magno e a “invenção” do túmulo do apóstolo Santiago (Yzquierdo Perrín, 1999: 52) granjearam àquele monarca um apreciável reconhecimento internacional. Neste contexto de progressão do reino asturiano, a expansão territorial fez-se também graças a dissidentes islâmicos atraídos às terras de fronteira, caudilhos regionais com precários vínculos à monarquia ovetense, mas que, instalados em pontos estratégicos, desempenharam papel importante na consolidação do primeiro povoamento asturiano, como ocorreu com Ibn

De Afonso II a Afonso III: a expansão asturiana no Ocidente peninsular

¹⁹⁵ O neovisigotismo patente no reinado de Afonso II foi já sublinhado por vários autores. Pela sua importância, destacam-se as abordagens de Castillo Álvarez e Montenegro Valentín, 1995: 517 e Díaz y Díaz, 1976: 213-215. Do ponto de vista artístico, a suposta continuidade de Oviedo em relação a Toledo, sobretudo a partir de uma passagem da *Crónica Albeldense* que compara as realizações artísticas do reinado de Afonso II às de Toledo, foi defendida por uma corrente historiográfica específica, cujas principais conclusões estão, todavia, em revisão (Arbeiter, 1989: 165; sobretudo os trabalhos de Bango Torviso, 1979, 1985 ou 1992). Como salientou Nieto Alcaide, 1989: 14-18, a visão de Oviedo como a “nova Toledo” (ou, em sentido mais lato, a arte asturiana como continuadora da arte visigótica) resulta da visão veiculada pelo ciclo cronístico de Afonso III, reconhecidamente “neovisigótico”, propagandístico e legitimador da monarquia asturiana e não deve assumir-se sem crítica ou contextualização historiográfica.

Marwan e Surumbaqi, rebeldes que estiveram ao serviço dos monarcas de Oviedo durante algum tempo.

A nova estratégia militar abraçada pelo reino comandado por Afonso II foi já objecto de análise (Ruiz de Toledo, 1999: 8): abandonando a política de pactos com o bloco islâmico, o monarca promoveu uma efectiva integração territorial e um primeiro povoamento dos sectores ocidental e oriental do país. Insiste-se no conceito de integração e não necessariamente de conquista de possessões islâmicas, porque a expansão asturiana do século IX, no Ocidente peninsular, parece ter-se feito mais sobre as chamadas “terras de ninguém”, do que propriamente sobre possessões islâmicas solidamente vinculadas à autoridade cordovesa. As notícias relativas a empreendimentos militares até aos meados do século IX denunciam uma tendência punitiva que, por vezes, pode considerar-se aventureira. À excepção da eventual conquista de Astorga, em 844, mas cuja data deve ser avançada para a década seguinte (cf. nota 72), as informações a respeito de incursões militares empreendidas pelos dois blocos da (re)conquista acentuam o carácter disperso e conjuntural das investidas, e não a tentativa coerente de conquista. Assim, em 794 e 795 os muçulmanos saquearam Oviedo (Cid Priego, 1995: 45) e atacaram Astorga (Menéndez Bueyes, 1995-96: 454) e Coimbra. Na transição para o século IX, foi a vez de Afonso II atacar Lisboa, em 798 ou 802¹⁹⁶. Na primeira metade daquela centúria, a tendência parece manter-se, com incursões à Galiza em 833 (Alarcão, 1996: 17), 840 (Picard, 2005: 73) e 846 (Carriedo Tejado, 2005: 70). Do lado cristão, registaram-se possíveis ataques a Viseu em 838 e 845 (ambos duvidosos, como se verá no capítulo 2 da Parte II deste estudo) e a instalação de Mahmûd Ibn al-Jabbâr, possivelmente na zona de Mafamude, em 834¹⁹⁷. No Ocidente peninsular, e mesmo com dúvidas – como se verificou já -, só a cidade de

¹⁹⁶ Cordeiro de Sousa, 1961, republ. 1966: 5, identificou duas incursões de Afonso II a Lisboa, mas situou-as em 792 e 802, desconhecendo-se quais as informações que teve ao seu dispor para sugerir estes anos e duas incursões, em vez de uma só. Borges Coelho, 1996: 272 localizou a incursão em 796. Real, 2000: 47, quadro IX, referiu-se a 802, embora em outro trabalho (Real, 2005: 276) tenha optado pela data mais recuada sugerida por Cordeiro de Sousa. Barros, 2000: 248, identificou-as em 798, tal como Picard, 2000: 109, 2005a: 73 e 2005b: 132. Finalmente, Serra, 2008: 26 juntou as duas datas num só período, assumindo que Afonso II teria tido jurisdição sobre a cidade entre 798 e 802. Por seu turno, Barbosa, 2008: 51-52 propôs a inexistência de tal expedição, recorrendo a argumentos bastante especulativos.

¹⁹⁷ Não está ainda identificado o local de assentamento deste rebelde muçulmano, depois de passar a estar ao serviço de Afonso II. Lévi-Provençal, 1982: 40 admitiu que este dissidente tenha passado para território asturiano apenas em 838, depois de 10 anos de resistência contra o Estado islâmico. A hipótese de Mafamude tem vindo a ser colocada por vários autores, entre os quais Picard, 2005: 73.

Coimbra parece ter sido efectivamente integrada no bloco islâmico durante a primeira metade do século IX¹⁹⁸.

O panorama alterou-se na segunda metade daquela centúria (Ruiz de Toledo, 1999: 13-14 salientou que data deste período a constituição do primeiro sistema defensivo em Castela, em torno de Álava e Amaya). Embora não cessando os ataques pontuais e cirúrgicos, o novo paradigma militar asturiano privilegiou a efectiva conquista e integração de unidades territoriais urbanas e rurais no reino. Tal não significa que só a partir desta altura se tenha verificado uma efectiva subtracção territorial ao bloco islâmico¹⁹⁹. Na lista de presúrias efectuadas ao serviço de Afonso III, apenas Coimbra (e mesmo aí com algumas dúvidas) estaria na posse muçulmana. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi protagonizada pelo conde Gatón, responsável pela presúria de Astorga, entre 852 e 854. Neste acto militar e jurídico, encontram-se as duas principais características da expansão asturiano-leonesa das décadas seguintes: por um lado, tratou-se de uma presúria oficial, sancionada pela autoridade real e reconhecida por parte dos diferentes agentes do reino; por outro, foi uma acção comandada por um conde, grau superior da nobreza asturiana, cujo poder era directamente delegado pelo monarca. Na expedição participaram o conde, o bispo e camponeses livres, que viam na empresa da colonização o acesso a novas e melhores terras, ficando sujeitos ao critério do conde para a repartição do território (Mínguez Fernández, 1985: 14).

Nas presúrias e conquistas das décadas seguintes, que afectaram o território ocidental (Porto, 868; Chaves, 872 e Coimbra, 878), é possível que se tenha repetido o mesmo modelo, com o delegado real (conde) investido do poder de comandar a acção militar e de repartir as terras pelos diferentes membros da companhia, consoante o seu estatuto social. Desconhecem-se as datas de integração de Braga, Guimarães, Lamego ou Viseu, e mesmo se terão sido objecto de presúria oficial. Em 861, ainda Lugo aparece mencionada como a sede provisória da diocese bracarense (Novo Güisan, 2005: 175, embora baseado num documento de veracidade duvidosa, segundo Sánchez Albornoz, 1981: 21 e 55). Em 870, porém, já a cidade de Braga é identificada como

¹⁹⁸ Não incluo no domínio islâmico os supostos valiatos de Alfândega da Fé e Urrós, que alguma historiografia pretendeu reconhecer na primeira metade do século IX (Neto, 1975: 84-86), mas cujas sucessivas abordagens posteriores não admitiram.

¹⁹⁹ O carácter pacífico da presúria tem sido salientado por vários autores (Beirante, 1993: 290 descreveu-o como o acto de se apoderar de uma terra sem dono, o que deve evidentemente ser matizado, pois as presúrias de cidades fizeram-se sobrepondo-se o poder asturiano e asturiano-leonês a outros poderes localmente actuantes, a maior parte deles protagonizados pelos próprios cidadãos daquelas urbes).

sede de *territorium* (PMH-DC, doc. 5). E três anos depois, em documento do *Liber Fidei*, conhece-se já o seu bispo, Fredosinho (Real, 1990, p.438, nota 7). Em Guimarães, em 872 ou 873 realizou-se um concílio que juntou nobreza e clero regionais para discutir o povoamento do condado portugalense (Beirante, 1993: 280). De Lamego pode ser o bispo Branderico, referido em 867-868 (Carriedo Tejedo, 1998-99: 316 e 362-363 (nota 52)), o mesmo que aparece na lista da *Crónica Albeldense*, elaborada por volta de 880, embora Maria do Rosário Morujão admita apenas a existência deste bispo em Lamego a partir de 877 (Morujão, 2013: 19). A conquista da cidade tem sido atribuída, todavia, somente ao reinado de Afonso III (Duarte, 1996: 63-64). Sobre Viseu, conhece-se a referência ao bispo Dulcídeo, em 850 e mantém-se a dúvida sobre uma eventual tentativa de conquista da cidade em 845 (Marques, 2012: 49). Tem-se atribuído a sua integração no bloco ovetense só depois de presuriada Coimbra, juntamente com Lamego e Idanha (Real, 2005: 277). Como se disse atrás, nenhuma destas cidades estaria na posse efectiva do Islão, o que explica a ausência de menções a combates pela posse de tão estrategicamente e simbolicamente importantes urbes (Mattoso, 1993, republ. 2009: 369-370), antes parecendo ser comandada por agentes locais. A semi-excepção será Coimbra que, como se viu, estaria em 878 na posse do dissidente Surumbaqi.

Este é o cenário do Ocidente peninsular proporcionado pelos acontecimentos registados no reinado de Afonso III (866-910). O que se está em condições de assegurar é que, antes destas conquistas oficiais sancionadas pelo monarca, estava já em marcha um processo de colonização asturiana no território entre os rios Mondego e Douro, cujos contornos são ainda pouco conhecidos, mas de cuja existência não tenho dúvidas²⁰⁰. Ao contrário dos agentes do *repopoamento de Afonso III*, desconhecem-se os homens que lideraram este processo, tal como não se identificam facilmente as suas estratégias de consolidação territorial, os eixos de expansão e os redutos de defesa, as formas de diálogo estabelecidas com as comunidades autóctones ou a relação com a figura real e a nobreza liderante asturiana. Se, no Ocidente peninsular, os testemunhos deixados pela colonização asturiano-leonesa de finais do século IX e centúria seguinte são escassos e dispersos, os que podem ser atribuídos à expansão asturiana entre os

²⁰⁰ Real, 2005: 276, ainda que chamando a atenção apenas para o caso de Sernancelhe na região aqui em estudo, e referindo-se a um território mais vasto a Norte e a Sul do rio Douro, colocou já a «hipótese de, no momento em que se iniciam as presúrias de Afonso III, estar já a decorrer um processo de repovoamento – espontâneo ou, mesmo, dirigido – embora sem o enquadramento político e «jurídico» da monarquia».

reinados de Afonso II e Afonso III são ainda mais residuais. Não deixam, todavia, de ser eloquentes a respeito do alcance geográfico desse primeiro processo de alargamento da autoridade ovetense pelo território ocidental e da proximidade em relação à corte que a qualidade dos vestígios artísticos denuncia.

1.3.1.

Marcas físicas da expansão asturiana no Ocidente peninsular anteriores ao reinado de Afonso III

A Norte do rio Douro, são já relativamente bem conhecidos vestígios materiais da colonização asturiana anterior às presúrias oficiais de Afonso III. O mais importante situa-se no **Convento da Costa**, (conc. Guimarães), escavado entre 1979 e 1983 e que revelou uma sucessiva ocupação construtiva entre a Alta Idade Média e o período românico. O seu arqueólogo identificou um templo do século IX, cuja acentuada diferença de cota entre a nave e a capela-mor imediatamente recorda a solução encontrada para Santa Cristina de Lena (Real, 1980: 2; Real, 1982: 9, nota 10; Real, 1985: 12-17), para além de os cunhais do edifício terem sido reforçados (Real, 2007: 140) e de ser provido por *narthex* que a escavação não logrou identificar em toda a sua extensão. Ainda que pouco expressivos, estes vestígios – a que se poderão juntar duas sepulturas escavadas na rocha, caracterizadas por tímido antropomorfismo (Barroca, 2010-2011: 144) – demonstram como estava em marcha uma expansão do mundo asturiano antes mesmo da constituição do condado de Portucale e não deixa de ser sintomático que aqueles condes, no momento de construírem a sua morada áulica, o tenham feito a alguns metros de distância para Norte, não aproveitando assim o anterior templo, que havia sido construído cerca de meio século antes. Outros elementos foram também já referenciados e atribuídos ao século IX, como a imposta de Miragaia (conc. Porto) (Real, 1984: 31-32; 2007: 140) e possivelmente o arranjo inicial do arco triunfal da igreja de Santa Marinha de Provesende (conc. Sabrosa) (Real, 2005: 277).

A Sul do rio Douro, importa sublinhar que, pelo menos em três locais, é possível reconhecer vestígios materiais artisticamente relacionáveis com a arte asturiana anterior a Afonso III e é também possível que a primeira fase de S. Pedro de Lourosa possa atribuir-se a um momento no século IX, para já ainda impossível de definir com maior clareza. Tal circunstância não significa que os edifícios a que estes vestígios pertenceram tenham sido construídos antes da subida ao trono daquele monarca (866).

Parece-me, contudo, sintomático, que estes elementos se contextualizem melhor com as opções estéticas da arte asturiana de meados da centúria, do que com a relativa padronização artística que o tempo de Afonso III trouxe.

O primeiro local a mencionar, porque situado mais a Norte, é a capela de **S. Pedro de Balsemão**. Este templo tem sido objecto de antagónicas propostas cronológicas: a um primeiro período historiográfico, que o relacionou com a expansão asturiana, por analogia com S. Pedro de Lourosa (Vasconcelos, 1911: 79), seguiu-se uma longa fase que privilegiou a sua inserção na época visigótica, em actualidade com o “sucesso” de conceito de arte visigótica proposto por referenciais nomes da historiografia espanhola e que, em Portugal, foi liderado por Fernando de Almeida (Fernandes, 2003: 207-208)²⁰¹. Mais recentemente, e acompanhando a complexificação cronológico-cultural da Alta Idade Média, os indícios pré-românicos têm sido mais valorizados que os pretensamente visigóticos, embora S. Pedro de Balsemão seja, sobretudo, um edifício do século XVII no qual foram reutilizados materiais de diferentes épocas, situáveis entre a tardo-antiguidade e a época gótica.

| |
|-------------------------|
| S. Pedro de Balsemão |
|-------------------------|

É provável que os mais antigos vestígios correspondam a uma *uilla* tardo-romana, a que pertenceram inscrições, aras reaproveitadas posteriormente como altares e, possivelmente, um *terminus augustalis* do período de Cláudio (Alarcão, 1990, vol. 1: 377). É ainda provável que essa *uilla* tenha sido objecto de reforma (cristianizadora?) pelo século V, época a que se atribuem os capitéis coríntios que foram posteriormente reaproveitados nas colunas divisoras do corpo da capela. Que capitéis e colunas não fazem parte da mesma época é evidente pela forma como uns e outros se ajustam mal entre si, facto reforçado pelo diferente material pétreo utilizado para ambos os elementos e, especialmente, entre os capitéis e o restante material escultórico altimedieval ali presente.

A seguir aos capitéis das colunas das naves, os vestígios materiais mais antigos dão conta de uma construção aparentemente realizada pelos meados ou segunda metade do século IX. É o que se depreende do estudo estilístico de um medalhão que se

²⁰¹ Alguns autores tentaram demonstrar o visigotismo de Balsemão através de uma inscrição datada de 588 e aparecida na cidade (Correia, 1928: 373). No entanto, como esclareceu Barroca, 2000, vol.3: 27, não só o letreiro se presta a equívocos, como parece ser mais provável que a inscrição seja procedente da Capela de Nossa Senhora de Seixas, Moimenta da Beira. Depois de Vergílio Correia, as décadas centrais do século XX assistiram à progressão historiográfica da “arte visigótica” e foram vários os autores que integraram a capela no capítulo artístico do reino de Toledo: Lampérez y Romea, 1909; Schlunk, 1947; Almeida, 1962: 105; Hauschild, 1986: 168, entre outros. O sucesso destas teorias tem sido largo e, por vezes, surpreendente, como acontece ainda em Vaz, 2011: 115, para quem a datação visigótica não é objecto de discussão, pese embora nenhum dado objectivo ser mencionado nesse sentido.

conserva reaproveitado na caixa murária ocidental da igreja, possivelmente no local que estabeleceria a separação da nave meridional com o suposto *narthex*. Trata-se de um pequeno clipeo moldurado na orla e decorado interiormente com uma cruz de braços iguais, de dupla haste que adquire um prolongamento em volutas divergentes nas extremidades, assim ocupando praticamente todo o espaço disponível e formando uma espécie de circunferência do elemento quadrangular que é a cruz (**fig. 30**). O tipo de decoração e a técnica escultórica empregue, muito pouco relevada, são características que permitem aproximar esta realização dos medalhões da igreja de San Miguel de Lillo (Real, 1999: 268) (**fig. 31**), igreja palatina construída ainda antes do meio do século, que parece inaugurar, na arquitectura asturiana, o modelo de tribuna ocidental sobre *narthex*,



Fig. 30.

S. Pedro de Balsemão. Pormenor do clipeo e de outro elemento (possível fragmento de aximez) incluídos na parede que limita a igreja pelo lado ocidental (face nascente, voltada ao interior do templo)

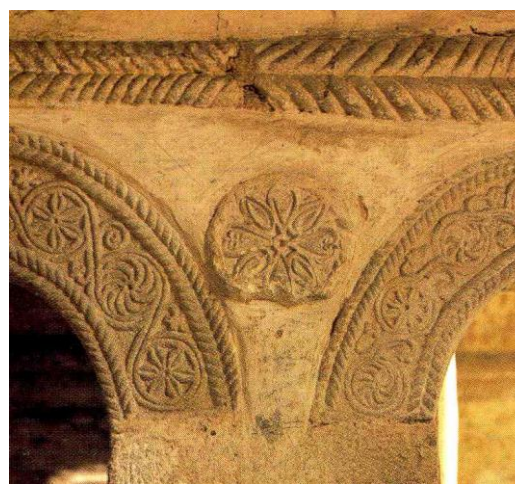


Fig. 31.

San Miguel de Lillo, Oviedo. Pormenor de um clipeo colocado na enjunta de dois arcos da tribuna. Publ. Nieto Alcaide, 1989: 114

com comunicação visual para o corpo do templo (García de Castro Valdés, 1997: 160)²⁰². Embora com as devidas distâncias, próprias de duas obras realizadas em contextos criativos distintos (uma capela palatina no complexo monumental real de Naranco, na periferia da capital do reino, e uma igreja na fronteira Sudoeste do país,

²⁰² A igreja de San Miguel de Lillo terá sido construída nos meados do século IX, sendo consensualmente atribuída ao reinado de Ramiro I pela existência de uma inscrição hoje recolhida no Museo Arqueológico de Asturias (Arias Páramo, 1996: 15). Certo é que já existia em 857, quando foi referida no testamento de Ordonho I. O que resta hoje do templo é apenas a sua parte ocidental, interpretada por García de Castro Valdés, 1997: 160. A igreja foi estudada do ponto de vista da arqueologia da arquitectura (Caballero e outros, 2008), que logrou identificar duas fases: a igreja propriamente dita e, numa fase imediatamente seguinte, o corpo ocidental (confirmação do que já pensava García de Castro Valdés, 1995: 409 e 417-418). De acordo com Caballero, 2012: 90, o edifício assim construído, com dois projectos sobrepostos que causaram dificuldades de adaptação, deve ter ruído pouco depois, muito possivelmente antes dos meados do século XI. O medalhão que reproduzo na fig. 28 deve corresponder a uma etapa intermédia entre os projectos I e II da igreja, sensivelmente ao redor de 844-850.

aparentemente patrocinada por sectores de menor relevância no seio da sociedade asturiana), a proximidade estilística entre os clipeos de ambas as construções é evidente. Acresce o facto de os medalhões de Lillo serem a parcela mais sumária da escultura decorativa daquela igreja. Por exemplo, são das poucas peças que, no conjunto da construção, não revelam a inclusão do encordado de dupla espinha, verdadeira marca autoral dos artistas que ali trabalharam. Igual opção pode encontrar-se na série de medalhões inscritos nos arcos das dependências laterais do *narthex*, que prescindem também do encordoado, em benefício de molduras simples de dupla aresta. O carácter secundário deste tipo de decoração é bem evidente na vizinha igreja de Santa Maria de Naranco, obra também atribuída ao reinado de Ramiro I (García de Castro Valdés, 2004: 31)²⁰³, cujos medalhões, bastante mais requintados, recorrem sistematicamente às molduras de encordoado de dupla espinha (**fig. 32**), já não aparecendo aí os medalhões



Fig. 32.

Santa Maria de Naranco, Oviedo. Clipeo de duplo encordoado em espinha do interior

²⁰³ Santa María de Naranco é um edifício tão emblemático quanto problemático para a arte asturiana. À semelhança do vizinho templo de Lillo, a sua construção tem sido atribuída ao reinado de Ramiro I, nos meados do século IX, como palácio. Terá sido convertida em igreja pelo mesmo monarca. Estas circunstâncias tão próximas no tempo (construção como palácio e transformação em templo) levantam dúvidas e admitem pensar que o palácio já existiria há mais tempo (Collins, 1989: 17; tb, Barral i Altet, 1997: 199). O mais natural, todavia, é que se esteja na presença do que resta de um complexo monumental palatino mais vasto (García de Castro Valdés, 2004: 32), e que este edifício em concreto – não obstante a sua morfologia totalmente distinta das igrejas da época – possa ter tido um conteúdo em certo sentido religioso (avaliadas a presença de um altar, sagrado em 848, e a iconografia religiosa que percorre o conjunto) (García de Castro Valdés, 1995: 118-120), muito possivelmente a capela palatina de Ramiro I que, no tempo de Afonso III, já era denominada por *ecclesia* de Santa Maria (Sastre de Diego, 2012: 198-199).

mais simples que ainda se encontram em Lillo. Finalmente, no sentido de contextualizar o clípeo de Balsemão com a arte asturiana, é importante dizer que este tipo de elemento está totalmente ausente da produção artística final do reino de Oviedo, não aparecendo em San Salvador de Valdediós, nem nas igrejas do ciclo de Afonso III.

No contexto da expansão asturiana pelo Ocidente peninsular, o medalhão de Balsemão não está isolado. Conhecem-se dois outros elementos circulares de animação arquitectónica, provenientes de S. Pedro de Lourosa e de Fermedo e resta a dúvida se a muito remodelada capela de Capinha (conc. Fundão) conserva o que resta de um medalhão praticamente destruído. Aqui, subsiste um silhar na fachada principal que, com probabilidade, parece ter possuído uma superfície relevada de formato circular (**fig. 33**). Novas análises a esta peça não confirmaram aquela primeira impressão, pelo que se deixa em aberto a questão. Já em relação ao clípeo de Lourosa não devem subsistir dúvidas (**fig. 34**). Dotado de moldura limitada por aresta incisa que deveria ser orna-



Fig. 33.
S. Pedro da Capinha, conc. Fundão.
Silhar muito desgastado, incorporado na
fachada principal, que poderá ter integrado
uma decoração circular

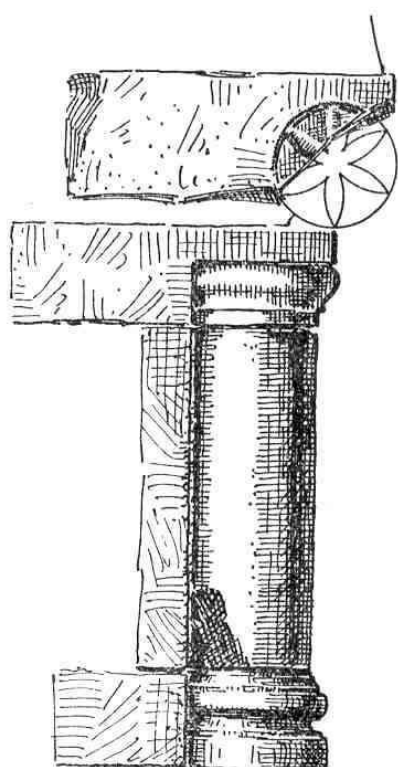


Fig. 34.
S. Pedro de Lourosa. Medalhão incluído no
actual narthex do templo

mentada com um motivo encordoado uniforme, este medalhão integra um elemento vegetalista sextifoliado (Fernandes, 2008: 34). Barreiros, 1934, que ainda viu uma das impostas de rolos utilizadas num dos arcos de acesso à cabeceira (**fig. 35**), propôs que o disco tivesse sido concebido para figurar numa das impostas do arco triunfal, mas é mais provável a sua inclusão como elemento decorativo incluído nas paredes das naves (Fernandes, 2003: 286).

Finalmente, o clípeo de Fermedo, hoje reaproveitado na parede da capela-mor da igreja local, pertenceu certamente a um templo pré-românico implantado numa zona de

crecente visibilidade da acção colonizadora asturiana (como se verá no capítulo seguinte) e o seu desenho foi já aproximado do medalhão de Balsemão (Real, 2007: 142). A *uilla de Fermeto* está documentada em 922 e o mesmo diploma identifica a Vila Chã de Fermedo (*uilla plana de famelcos*) (DC 25). Ainda que não existam menções à sua igreja, é possível sugerir uma data ao redor desta cronologia para a construção da igreja de Fermedo, da qual procede o medalhão reaproveitado no templo actual.



À excepção da peça de Lourosa, que incluo na fase atribuída aos inícios do século X (coincidente com a data na inscrição que ainda se encontra no templo), nenhuma das restantes atrás referidas possui características estilísticas passíveis de serem integradas em momentos específicos da arte asturiana, pelo que assumimos uma cronologia mais lata, situável entre segunda metade do século IX e os meados do século X.

Fig. 35.
S. Pedro de Lourosa. Proposta de Manuel de Aguiar Barreiros para o lado Norte do arco triunfal

O clípeo de Balsemão é o único elemento desta igreja que apresenta características estilísticas compatíveis com a arte asturiana de meados do século IX. Grande parte do material decorativo reunido no templo pertence a um momento construtivo posterior, situável na transição para o século X ou nas primeiras décadas desta centúria. Outros fragmentos são mais mudos em termos cronológico-culturais, na medida em que não existem paralelos estilísticos evidentes. Junto ao clípeo atrás analisado, reaproveitado como material de enchimento da caixa murária, subsiste um provável fragmento de aximez, bastante moldurado (com, pelo menos, cinco segmentos de arestas) e dotado de enrolamento superior em forma de voluta (**fig. 30**). Até ao momento, não logrei identificar soluções semelhantes na arte asturiana, sobretudo a multiplicação de arestas paralelas em tão grande número (limitando-se os exemplos a dupla ou tripla aresta), para além de dois grandes capitéis-impostas procedentes de San Miguel de Lillo (Escortell Ponsoda, 1996: 24, figs. 85-86), mas cujo paralelo não é

evidente. Outro aspecto a ponderar acerca de uma possível construção na segunda metade do século IX é o facto de algumas impostas de rolo que marcam a passagem para a capela-mor, e outras que se encontram dispersas pelo templo, terem sido realizadas a partir de materiais reutilizados, de algumas parecerem estar até inacabadas e de se identificarem diferenças decorativas acentuadas entre as impostas do arco triunfal (as únicas que se encontram associadas a um friso de tripla espinha) e as restantes. Estes e outros pormenores da igreja de Balsemão serão, todavia, debatidos no capítulo seguinte, pois são mais fortes os indicadores que apontam para que o que resta de pré-românico na igreja de Balsemão corresponda a uma campanha construtiva a rondar a transição para o século X, em paralelo com outras estruturantes construções do actual centro de Portugal.

O segundo local a mencionar que aponta para um processo expansionista prévio às presúrias oficiais de Porto, Chaves e Coimbra é a igreja matriz de **Sernancelhe**.

No seu interior conserva-se um capitel vegetalista tipicamente asturiano (**fig. 37**), decorado inferiormente com 2 níveis de folhas dispostas obliquamente em relação ao eixo do campo escultórico, dotadas de pecíolo central relevado, e superiormente por uma composição vegetalista muito desgastada mas que parece formar volutas ao centro do capitel. Ainda que bastante mutilado e realizado no duro granito da região (que impossibili-



Fig. 37.
Sernancelhe. Capitel asturiano conservado no interior da igreja matriz

tou certamente uma melhor definição formal), o capitel de Sernancelhe é cópia directa do modelo de capitéis utilizados na construção áulica de Naranco (**fig. 38**) e, sobretudo, nos capitéis de San Miguel de Lillo hoje conservados no Museo Arqueológico de Asturias (Escortell Ponsoda, 1996: 22-23, figs. 67-75, **fig. 39**, que corresponde ao n.º69 do catálogo de Escortell Ponsoda) e Museo Nacional Arqueológico de Madrid (**fig. 40**) (Real, 2005: 277 já havia chamado a atenção para o paralelo com as produções vegetalistas de Lillo; tb. Real, 2007: 142, figs. 15 e 17, colocadas lado a lado). O

Capitel
asturiano de
Sernancelhe

modelo das suas folhas, resumido a um contorno arredondado, um pecíolo em relevo e limbos sumariamente escavados, encontra paralelo nos capitéis de um aximez sobrepujado por gelosia, hoje exposto no claustro da catedral de Oviedo (**fig. 41**). Esta peça terá sido encontrada nas escavações da cidade e não existem elementos de contextualização que ajudem a identificar o local original para onde terá sido concebida, mas o seu complexo desenho arquitectónico (aximez, gelosia e arco) encontra paralelos com janelas mais desenvolvidas do ciclo artístico ramirense, sobretudo em San Miguel de Lillo (como já reconheceu Cid Priego, 1995: 242). O gosto por este tipo de capitéis, de folhas arredondas e pecíolo em relevo, não foi todavia exclusivo da arte atribuída ao ciclo ramirense. Como exemplo, inclui-se aqui um capitel da igreja de San Salvador de Priesca (**fig. 42**), igreja consensualmente atribuída aos inícios do século X, avaliadas as analogias com Valdediós (García de Castro Valdés, 1997: 161). O sucesso do modelo de capitel de Lillo teve também uma amplitude geográfica assinalável, pois ele encontra-se repetido em outras igrejas do reino asturiano da segunda metade do século IX, como na Colegiada de San Pedro de Teverga (García de Castro Valdés, 2006: 163) (**fig. 40**).



Fig. 38
Santa Maria de Naranco, Oviedo. Capitel da tribuna nascente



Fig. 39
San Miguel de Lillo. Capitel hoje exposto no Museo Arqueológico de Asturias

O capitel de Sernancelhe não é o único vestígio pré-românico da localidade, mas é o que assegura uma cronologia relativamente segura na segunda metade do século IX. Associada à igreja matriz, identificou-se parte do seu cemitério altomedieval, do qual deve proceder uma tampa de sepultura em estola (Barroca, 1990/91: 95-96; Marques,

2000: 115). O que resta do castelo de Sernancelhe apresenta também importantes vestígios da expansão asturiano-leonesa, valorizados por Barroca, 2000: 217, em concreto um paramento da muralha, composto por «aparelho não-isódomo, com rolhas,



Fig. 40
San Miguel de Lillo. Capitel hoje exposto no Museo Arqueológico Nacional de Madrid



Fig. 42
San Salvador de Priesca. Capitel da capela-mor



Fig. 41
Catedral de Oviedo. Aximez asturiano exposto no claustro.



Fig. 43

San Pedro de Teverga. Capitel asturiano

é ainda sintomático da importância que teve em tempos medievais e eventualmente alto-medievais, estatuto que futuras escavações arqueológicas poderão caracterizar com

cunhas e silhares almofadados» (fig. 44) e alguma cerâmica tipologicamente atribuída a esse período²⁰⁴. O recinto fortificado de Sernancelhe foi muito alterado no século XX, em particular a ligação original à vila, que se localiza a Sul, na sequência da construção da escadaria que coloca em comunicação aquele ponto dominante com a Rua do Castelo. O que resta da fortaleza, todavia,



Fig. 44.

Sernancelhe. Aspecto da muralha de origem pré-românica, que limita a face Norte do antigo castelo

²⁰⁴ Os dados aqui sumariamente reunidos devem engrossar um debate mais amplo sobre a ocupação territorial dos actuais concelhos de Sernancelhe e Moimenta da Beira entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, tendo em consideração a especial relevância desta zona para a ocupação suevo-visigótica. Efectivamente, terá sido aqui, num topónimo hoje praticamente esquecido – Ónia, ou Alto da Ónia – que se implantou a sede de uma paróquia visigótica, mencionada no século VI (Fernandes, 1997: 87; cf. Alarcão, 2004: 331 a respeito da possibilidade do topónimo Ómnia, em Moimenta da Beira). Sobre os vestígios pré-românicos desta área mais alargada, veja-se o que digo no próximo capítulo.

maior profundidade. No ponto mais elevado conservam-se vestígios de uma muralha que forma uma planta irregular, tendencialmente oval. O mais importante troço de muro localiza-se do lado Norte e integra vestígios de duas épocas distintas: nas partes baixas, o paramento interno é composto por aparelho pseudo-isódomo formado por silhares de apreciáveis dimensões, sobre o qual se montou um segundo tipo de aparelho, já mais plenamente isódomo e formado por silhares mais regulares e de dimensões menores. Aparentemente, está-se em presença de uma fase pré-românica, parcialmente aproveitada na plena Idade Média, eventualmente no século XII e na sequência do foral passado à vila em 1124. Ainda no topo do castelo, o recinto integra afloramentos rochosos que foram retalhados e aplanados para receber habitações e outras estruturas, sobre as quais actualmente não se possuem dados de caracterização.

O recinto fortificado era, porém, mais extenso. Para nascente, numa área onde Mário Barroca recolheu cerâmica alto-medieval (Barroca, 2000: 217), a muralha Nordeste liga-se ao troço de muro da plataforma superior e este, por sua vez, tem continuidade para Norte, uma vez que, em momento desconhecido, mas certamente na Baixa Idade Média, se adossou uma muralha que forma uma plataforma setentrional, até agora inexplorada arqueologicamente.

Evidentemente, não está assegurada uma contemporaneidade de todos estes elementos com o capitel da igreja matriz. O mais natural é que, à semelhança do que parece ter ocorrido em Balsemão, a uma primeira campanha construtiva, sucedeu-se uma natural ocupação asturiano-leonesa, com novas fases de ocupação e novos protagonistas. Com efeito, a fortaleza de Sernancelhe é uma das mencionadas na doação de D. Flâmula, de 960, pelo que é de presumir que tenha feito parte do património militar governado por seu pai, Rodrigo Tedones (por razões que se explicará no capítulo seguinte). Ora, tendo em conta que este nobre casou com Leodegúncia Dias, uma das filhas de Diogo Fernandes, e que esta estirpe fez a sua aparição na região no início do século X, é de crer que a primitiva instalação asturiana em Sernancelhe (ainda no século IX e devida a agentes por enquanto anónimos) tenha sido continuada por intermédio de Rodrigo Tedones ou outros povoadores a si vinculados.

Para além de Balsemão e de Sernancelhe, a investigação começa a revelar outros ténues vestígios que indiciam a existência de um processo de colonização de base asturiana antes das presúrias oficiais do tempo de Afonso III. No capítulo seguinte referir-me-ei ao caso excepcional de Lourosa mas, para já, importa terminar esta digressão com os dois segmentos de imposta (ou mais provavelmente de friso)

reaproveitados na parede do arco triunfal da igreja de **S. Martinho de Mouros** (conc. Resende), como parte integrante do friso românico (Real, 2007: 141). Apesar da sua singeleza e até pouca expressão estilística, o tipo de moldura classicizante e, principalmente, a decoração geométrica em ziguezague inciso, admitem uma cronologia a rondar a segunda metade do século IX ou os inícios do século X, um aro temporal portanto bastante alargado para que possa ser considerado como vestígio material anterior ao reinado de Afonso III²⁰⁵.

Infelizmente, pouco mais se pode apontar para este período. À escassez dos vestígios junta-se a pouco relevante documentação. Os diplomas conhecidos até à década de 70 do século IX são sobretudo relativos à região de Coimbra e aqueles que estão datados das três últimas décadas daquela centúria dizem já respeito ao processo oficial de integração dos territórios na monarquia asturiana, casos das presúrias de Negrelos (conc. Guimarães) e Lardosa (conc. Penafiel) (Barroca, 2004: 182). Conhecem-se três documentos que se referem a povoadores que, aparentemente, não estiveram vinculados aos agentes oficiais da expansão asturiana, entendam-se, os condes. Em 870, pelo testamento de Cartemiro e sua mulher, Astrilli, ficamos a saber que ambos haviam mandado construir um mosteiro em Souselo (conc. Cinfães), propriedade cuja posse tinham obtido por presúria (DC 6). Quatro anos depois, apenas a mulher e os seis filhos do casal declararam não possuir quaisquer direitos sobre a igreja que os testamenteiros haviam fundado (DC 7). Estes documentos fariam sentido não fosse o caso de existir um terceiro diploma, datado de 883, pelo qual Balterio e mulher, Ogenia, venderam a vários casais propriedades em Baltar de Cima e Baltar de Baixo (conc. Castro Daire), entre os quais se contavam Cartemiro e sua mulher, Astrilii (DC 10). Ora, se Cartemiro foi o único dos protagonistas do diploma de 870 a não aparecer no documento de 874 (presumindo-se que tivesse falecido), por que razão voltou a ser mencionado em 883? Apesar das dúvidas que esta interrogação apresenta, e caso se prove a veracidade de todos destes diplomas, então estar-se-á na presença do que podem ser verdadeiros povoadores de fronteira, homens atraídos por áreas ainda não controladas do reino, sem vínculos familiares para com as estirpes condais e da alta

²⁰⁵ A história de São Martinho de Mouros é mais conhecida a partir da segunda metade do século XI, quando D. Fernando Magno lhe terá concedido carta de foral, de acordo com um documento de D. Teresa, de 1121. O diploma – uma confirmação por parte da condessa – refere que S. Martinho de Mouros havia sido objecto de foral régio, «quando sayrão os Mouros de Sam Martinho» (DR, 57), medida que deve ser integrada numa estratégia mais vasta de fixação populacional e administrativa empreendida por aquele monarca ao longo do Douro Interior (síntese de dados em Barroca, 2003: 32-33). A importância estratégica de S. Martinho de Mouros para o controlo da travessia do Douro no século X foi sublinhada por Lima, 2010-2011: 86.

nobreza mas, paradoxalmente, investidos da autoridade régia, como se depreende do facto de a presúria de Souselo ter sido efectuada «cum cornu et cum alvende de rege» (com o corno e o albende – bandeira, estandarte – do rei) (Lima, 2010-2011: 90)²⁰⁶. Quer isto dizer que estes documentos podem ser a face visível de um processo de apropriação do território paralelo ao realizado pelas grandes famílias nobres – naturalmente direccionadas para os aglomerados populacionais e zonas de maior importância estratégica –, que estava em marcha em zonas a Sul do Douro na segunda metade do século IX. Quer isto dizer, também, que estes agentes não se diferenciariam de outras práticas protagonizadas pelos maiores do reino, designadamente em matéria religiosa. A este respeito, o documento de 870 é também elucidativo, na medida em que Cartemiro e Astrilli designaram alguns filhos para ingressar no mosteiro de Santo André ali construído, dispuseram que os seus corpos fossem enterrados no interior da igreja e dotaram o templo com todo o património necessário, tanto fundiário como móvel. Infelizmente, quer em Souselo, quer em Baltar de Cima e de Baixo, a investigação não logrou identificar quaisquer vestígios materiais desta primeira colonização. O documento de 883 permite ainda concluir que Cartemiro e Astrilli foram apenas um casal de povoadores entre vários, sendo mencionados mais 3 núcleos familiares entre os compradores de terras junto ao rio Paiva, e que também os agentes religiosos não estavam ausentes deste território, na medida em que, entre as testemunhas do acto de compra e venda, figurou o presbítero Numtimiro²⁰⁷.

1.4. O tempo de Afonso III e a inclusão oficial do actual centro de Portugal no reino asturiano

As igrejas de Balsemão e de Lourosa apresentam um mesmo problema, aparentemente de difícil resolução: ambas possuem elementos tipológicos que caracterizam a arte asturiana tanto do tempo de Afonso II, como de Afonso III. Aliás, são até mais numerosos e estilisticamente relevantes os que se associam a esta última

²⁰⁶ Mínguez Fernández, 1985: 14 foi mesmo mais longe e interpretou a expressão «cum cornu et cum alvende de rege» como uma adesão deste casal de presuriadores «a la convocatoria del rey».

²⁰⁷ Para além destes enigmáticos protagonistas, subsistem mais ténues vestígios que apontam para um processo de colonização em plena segunda metade do século IX. São muitos os diplomas que aludem a igrejas e mosteiros fundados “de antigo”, mas casos há em que se conhecem nomes específicos. É o que ocorreu com Froila Lopo, nome que remete para contextos civilizacionais asturianos e que aparece referido num documento de 897 (DC 12). O diploma, sem dúvida o mais importante que se pode associar à figura de Gondesinde Eres, menciona que a vila de bigas esteve anteriormente na posse de Froila Lopo, tendo passado, em data desconhecida, para o património da estirpe de Gondesinde.

fase, razão pela qual penso que aqueles edifícios, a terem tido fases construtivas ainda no século IX, foram objecto de renovações ao longo da centúria seguinte (Lourosa possivelmente ao redor de 912 e Balsemão num momento de mais amplo espectro cronológico, mas certamente não muito distanciado do final do reinado de Afonso III, como se verá).

Esta hipótese alicerça-se numa conjuntura relativamente diferente à que o século IX criou no Sudoeste do bloco civilizacional cristão peninsular. A partir das presúrias oficiais de Porto (868) e Coimbra (878), foram criadas condições para uma expansão relativamente pacífica e consolidada num território imenso genericamente balizado pelos rios Douro e Mondego. Neste novo espaço aberto à colonização, actuaram diferentes agentes, como os condes delegados de Afonso III e respectiva clientela, os poderes religiosos diocesanos e monacais, alguma nobreza que conseguiu reservar para si franjas territoriais verdadeiramente relevantes, aventureiros e pioneiros que, na continuidade do que terá sucedido na segunda metade do século IX, se lançaram em busca de terra e prosperidade e, tão ou mais importante que toda essa diversidade de gente, uma nobreza supra-condal, com ligações privilegiadas à coroa mas contrária ao monarca, que aqui procurou refúgio e esteve na origem de uma das maiores originalidades políticas do final do reino asturiano.

Afonso III foi coroado em 866. Ainda que os primeiros tempos do seu reinado tenham requerido a atenção especial do monarca para um conjunto de revoltas de alguma nobreza descontente, parece que o processo de colonização do Sudoeste do reino foi imediatamente colocado em marcha. Com efeito, em 867 há notícia da nomeação (?) de Nausto como bispo de Coimbra²⁰⁸ e é ainda provável que seja deste ano a primeira menção ao bispo Branderico de Lamego, como salientei já. Em 868, Vímara Peres tornou-se senhor do Porto²⁰⁹ e, dois anos depois, Braga é referido pela primeira vez como *territorium* (DC 5, Barroca, 1990-91: 92). Em 872 foi a vez de Chaves ser presuriada pelo conde Odoário, nome a que voltarei, ao referir o irmão

Entre Afonso III e al-Mansur: o Ocidente peninsular na primeira etapa de vida do reino leonês

²⁰⁸ Subsiste uma corrente historiográfica menos visível que atribui a 866 uma primeira conquista de Coimbra (Gómez Moreno, 1919: 98) e ao ano imediatamente seguinte a entrada do bispo Nausto (Soares, 1941; Carriedo Tejado, 1998-99: 316 e 362 (nota 51) esclareceu que subsiste um documento de 867 (não aceite como verídico por todos os autores) em que aparece a menção a *Nausti episcopus*. Em concreto, sabe-se apenas que Nausto era bispo de Coimbra em 881, ano a que corresponde a lista episcopal da *Crónica Albeldense*. Também Mattoso, 1985 (republ. 1990: 25) admite que a menção a Nausto como bispo de Coimbra é anterior à presúria da cidade pelos delegados de Afonso III.

²⁰⁹ Zozaya, 1998: 95 situou a integração do Porto na coroa asturiana até 874, tal como Braga, mas desconheço quais as fontes em que se baseou para esta sugestão.

rebelde de Afonso III, Bermudo Ordóñez, que pode ter vindo para a zona de Viseu ainda no século IX e, possivelmente, numa estratégia concertada com Odoário (capítulo 2.1.1. desta Parte II). Alguns autores admitem, ainda, que foi nesse ano de 872 (ou no seguinte) que se realizou em Guimarães um original concílio, ao qual teriam acorrido nobres e agentes religiosos para discutir o povoamento da terra portugalense (Beirante, 1993: 280, a partir do doc. 16 do *LF*, admitido também por Sánchez Albornoz). Nesse conclave aparece pela primeira vez o nome do bispo Fredosinho de Braga e Guimarães, 2002: 548, nota 11 colocou a hipótese de o bispo Justo, do Porto – o primeiro prelado daquela cidade após a presúria de 868 – ter entrado no governo da diocese portuense nesta altura. Antes de terminar a primeira década de governo de Afonso III, o Sudoeste do reino viu nascer a *civitas* de Anégia (primeira referência de 875 – DC 8, cf. Almeida e Lopes, 1981-82: 131-133) e, pouco depois, deu-se a presúria oficial de Coimbra (878).

Estes acontecimentos provam a heterogeneidade de agentes envolvidos na colonização do território ocidental a Norte e a Sul do rio Douro. O papel principal está reservado à nobreza condal, protagonista das presúrias das principais cidades, mas ela é seguida de perto de agentes eclesiásticos responsáveis pela estruturação diocesana e por uma nobreza de segunda linha, a quem naturalmente se atribuíam as possessões menos importantes e mesmo a tutela de presumíveis redes militares. É até possível que estes estratégicos locais menores possam ter sido entregues a aliados conjunturais oriundos do sector meridional peninsular, como pode ter acontecido com a instalação de Sadûn al-Surunbâqî numa fortaleza a Norte de Coimbra, ao redor de 875 (Picard, 2005: 74), embora seja mais de admitir que, nesse ano, Surumbaqî tenha mesmo tomado Coimbra, como se viu já (cf. nota 193).

A estruturação do território em unidades administrativas – condados, *territoria* e *civitates* – e o papel desempenhado pelas principais famílias condaís com interesses na região Sudoeste do reino são temas conhecidos nas suas linhas gerais (Barroca, 1990-91: 92), embora a documentação pareça revelar uma maior complexidade de títulos, poderes e missões (*commissa* e *mandationes*). A estratégia fundiária destas estirpes liderantes e a sua política matrimonial são também consensualmente conhecidos²¹⁰, verificando-se uma intensa tentativa de concentração fundiária em zonas de influência mais ou menos estabilizadas (os descendentes de Vímara Peres em torno de Braga, por

²¹⁰ O assunto foi tratado por vários autores, mas as principais sínteses podem encontrar-se em Mattoso, 1982: 19-44 e especialmente 2001 (com abundantes referências aos trabalhos de Emilio Sáez Sánchez, Rúben García Álvarez e A. de Almeida Fernandes) e Branco [Marques da Silva], 1993.

exemplo, ou os de Gonçalo Moniz em Coimbra), embora estas famílias pareçam também manter uma certa propositada dispersão de bens, espécie de reserva regional que lhes permitiria agir directamente sobre os destinos desta ou daquela área em concreto (Fernandes, 2007: 41).

O que se passou no Norte e Centro do futuro território português não foi caso isolado na estratégia definida ao tempo de Afonso III. O mesmo ímpeto expansionista que se identifica no Ocidente percorreu praticamente todo o Sul do reino, multiplicando-se os processos de integração regional na coroa, movimento que tem de ser entendido como uma sobreposição de agentes asturianos (nobres, clérigos e camponeses livres) sobre as elites locais (sobretudo as urbanas). O termo tem merecido múltiplas abordagens, desde os trabalhos clássicos de Sánchez Albornoz e García de Cortázar (síntese em Moreta, 2009: 46), mas tem havido uma tendência para considerar a presúria como um acto pacífico. Isto mesmo foi evidenciado por Flocel Sabaté para a zona oriental da Península, graças à análise documental: este autor identificou maioritariamente o verbo “obduco” em associação com as presúrias, significando «trasladar o aportar población», enquanto que, numa fase mais avançada da (re)conquista, aparecem os termos «capio» e «aufero», «porque los lugares son tomados, arrebatados a los musulmanes que hasta entonces los poseían» (Sabaté, 2007: 76). Pouco depois das presúrias da área ocidental, realizaram-se idênticas incorporações na zona centro do reino: Castrojeriz (882); Burgos (884); Zamora (893), Simancas (899) e Toro (900).

Paralelamente, deram-se os primeiros sintomas de que estava em marcha uma verdadeira conquista territorial, já não um processo de integração de comunidades que viveriam em autarcia, mas sim um plano coerente de enfraquecimento de possessões vinculadas à autoridade islâmica e consequente expansão do poder asturiano. O processo detecta-se mais precocemente na zona oriental, onde Albelda [de Iregua] (La Rioja) havia já sido subtraída ao domínio islâmico (859, na célebre batalha de Clavijo, reinando ainda Ordonho I). As décadas seguintes assistiram ao reforço do sistema defensivo oriental em Castela (Ruiz de Toledo, 1999: 76-96), mas, em paralelo, ocorreu um movimento que alguns autores têm interpretado como meras entradas cristãs em território inimigo (Torres Sevilha, 2010: 117), mas que deve revestir-se de outra complexidade. Uma cuidada análise *Crónica Albeldense* pode revelar curiosas conclusões, uma vez que o texto diferencia as cidades que foram objecto de povoamento no tempo de Afonso III e as que, pelo contrário, foram alvo de destruição: «son

pobladas por cristianos las ciudades siguientes: la primera Braga, la segunda Oporto, la tercera Orense, la cuarta Eminio, la quinta Viseo, y la sexta Lamego. Su victoria asoló y destruyó, consumiéndolas por la espada y por el hambre, Coria, Idanha y los demás confines de Lusitania hacia Mérida y hasta las orillas del mar» (*Crónicas Asturianas*, ed. 1985: 251). A leitura que faço desta passagem remete para uma realidade já conhecida nas *Crónicas Asturianas* e que caracterizou a acção do fundador rei Afonso I, então distinguindo as cidades através dos verbos «cepit» e «populantur» (quadros n.º1 e 2 da Parte I desta dissertação). Quer isto dizer que também a estratégia de Afonso III reservou áreas para incorporar no reino e outras que propositadamente atacou para desestruturar os pólos de civilização islâmica mais próximos das fronteiras do reino asturiano. Esta política de terra queimada foi dirigida contra Coria e Idanha-a-Velha e outras zonas até Mérida e, daí, até ao Atlântico. No ponto 1.4.2. deste capítulo terei oportunidade de acrescentar mais alguns dados acerca da estratégia asturiano-leonesa para o Sul do reino. Por agora, importa acrescentar que a expansão territorial verificada no tempo de Afonso III não se fez apenas através de presúrias e de ataques selectivos dirigidos contra núcleos populacionais islâmicos. Houve também uma intensa actividade diplomática que resultou no apoio a alguns rebeldes muçulmanos e na obtenção de vantagens económicas em relação a núcleos de poder islâmico (Martínez Enamorado, 2001: 315) e, sem querer insistir muito neste aspecto – pela evidente dispersão de análise que o tema motiva, mesmo no que à História da Arte diz respeito – foi no tempo de Afonso III que se deu consistência a um conceito legitimador do reino (que provavelmente vinha já desde o reinado de Afonso II) assente na ideia de Astúrias como bloco civilizacional continuador do reino visigótico²¹¹.

Os traços gerais expansionistas que caracterizam o reinado de Afonso III continuaram nos anos seguintes, embora sem o extraordinário avanço territorial que caracterizou a segunda metade do século IX e os princípios da centúria seguinte. Entre 910, data do fim do reinado de Afonso III, e 951, ano da morte de Ramiro II, deu-se um processo de afirmação contínua dos poderes já leoneses nos territórios anteriormente incorporados. Paradoxalmente, este processo foi em paralelo com uma progressiva redução de protagonismo da figura real.

²¹¹ É célebre a passagem da Crónica Albeldense sobre a intenção de Afonso II ter feito de Oviedo uma nova Toledo: «omnemque Gotorum ordinem, sicuti Toletum fuerat, tam in ecclesia quam palatio in Ouetas cuncta statuit».

Com efeito, até ao tempo de Ramiro II, o reino já leonês foi dividido por duas vezes em três parcelas. Em 910, o Estado deixado por Afonso III foi repartido pelos seus três filhos, tendo cabido a Galiza a Ordonho, León a Garcia e as Astúrias a Fruela. Este último terá unificado o reino em 924 mas, falecendo no ano seguinte, legou o poder a seu filho, Afonso Froilaz, que imediatamente se viu confrontado com a revolta dos três filhos de Ordonho da Galiza, que lograram apoderar-se da coroa e repartir novamente o território entre si. Desta feita, coube a Sancho a Galiza, a Afonso IV a parcela asturiana (que deveria integrar a secção leonesa) e a Ramiro (futuro Ramiro II) uma difusa área ocidental, com capital em Viseu. Tendo Afonso IV abdicado, Ramiro II logrou unificar novamente o reino e governar a partir de León entre 926 e 950, ano em que faleceu.

Esta multiplicação de figuras reais, a que se devem juntar respectivas famílias e séquitos, significou uma evidente debilidade para os monarcas cristãos do Norte peninsular, tanto a nível externo como, sobretudo, a nível interno, pois os constantes antagonismos entre os protagonistas cimeiros da pirâmide social asturiano-leonesa fizeram-se sentir também na camada nobre imediatamente abaixo, os condes. Neste panorama, acentuaram-se os regionalismos, fomentados também pela própria expansão do reino, que, ao afastar-se do território fundacional asturiano, passou a olhar para esta zona como uma distante periferia (como se lhe refere Recuero Astray, 1996: 110, a propósito da vacilante e longínqua figura de Fruela II, príncipe ovetense que se manteve no poder até 924, mas enredado numa complexa rede de intrigas de corte).

A subida ao poder de Ramiro II veio introduzir mais dados acerca da complexidade do reino leonês na sua primeira etapa de vida. Ramiro II era filho de Ordonho II e neto de Afonso III. Mas é de crer que seu pai tivesse tido boas relações com um dos tios, precisamente o rebelde Bermudo Ordóñez, que se havia revoltado contra seu irmão (Afonso III) e que, por isso, havia sido condenado à cegueira e ao degredo. Ordonho casou-se por duas vezes com mulheres oriundas das estirpes condaís do Ocidente peninsular: primeiro, com Elvira Mendes, filha do conde Hermenegildo Guterres de Coimbra (Mattoso, 1968-1969, republ. 2001: 88) e, depois, com Ermesinda Gatones, filha do poderoso conde Gatão do Bierzo e, ao que tudo indica, senhor de Astorga, precisamente a cidade para onde Bermudo Ordóñez primeiro fugiu depois de se revoltar contra a autoridade de Afonso III. A proximidade de Ordonho II com as famílias dominantes do Ocidente explica a razão de um dos seus filhos, Ramiro (futuro Ramiro II), ter sido criado pela família de Diogo Fernandes (Mattoso, 1992: 536),

instalada desde finais do século IX na área de Viseu e Lafões²¹². É essa proximidade que explica o facto de a região de Viseu ter sido catapultada para o estatuto de capital efémera do reino de León entre 926 e 930. E é, finalmente, a proximidade entre Ordonho II e Bermudo Ordóñez que explica uma das primeiras doações de Ramiro II a sua “irmã de leite” – «collaze nostre mummadomna»²¹³ - , Mumadona Dias, uma das filhas de Diogo Fernandes, com quem Ramiro II fora criado. Esta doação foi muito importante para o condado de Portucale, pois foi a partir deste momento que a família de Mumadona Dias terá aberto o caminho para ascender ao governo condal daquela circunscrição (Real, 2005: 279), cuja análise não cabe nos moldes deste trabalho.

O que o parágrafo anterior esclarece é que, ao longo das primeiras décadas do século X, o Ocidente peninsular assumiu um estatuto de verdadeira liderança nos destinos do reino leonês, tão vincada quanto surpreendente. Um estatuto que terá abrandado com a deslocação de Ramiro II para a cidade de León, em 931, mas que não foi totalmente afastado nos cerca de 60 anos seguintes. Em León, Ramiro continuou a interessar-se pela fronteira ocidental, deslocando-se várias vezes a este território, estando documentado em Lervão (933), Celanova (942) e Guimarães (950), embora a sua relação com esta última cidade possa ter tido mais momentos de visita: era aqui que estava instalada Mumadona Dias e alguns autores admitem que a doação que o monarca fez ao Mosteiro de Guimarães, tradicionalmente atribuída ao seu último ano de reinado (951), possa ter ocorrido antes (Ramos, 1991: 50). O seu filho, Ordonho III, se não nasceu nesta zona, terá sido criado no Ocidente (Fernandes, 1973: 63) e beneficiou do apoio dos condes de Portucale na revolta que teve de sufocar contra seu sogro, Fernán González de Castela, em 955²¹⁴. Sancho I foi envenenado em Viseu, em 965, possivelmente atraído a uma falsa conversação de paz com o conde de Coimbra, Gonçalo Moniz. A confirmar-se este facto (que foi realçado sobretudo por Fernandes,

²¹² Tal não significa que o mosaico de famílias dominantes no Ocidente peninsular estivesse em sintonia. Por exemplo, se entre Ordonho II e Diogo Fernandes parece ter existido uma evidente proximidade, o mesmo não se pode dizer em relação à estirpe de Ero Fernandes, cujos filhos se revoltaram contra Ordonho logo em 910, no mesmo ano em que subiu ao poder na região da Galiza.

²¹³ Assim designada pelo próprio Ramiro II na doação que o monarca fez à condessa da *uilla* de Melares, junto ao rio Douro (PMH, doc. 36). Neste diploma, Ramiro II refere-se a Mumadona como sua colação por duas vezes.

²¹⁴ Entre os vários episódios que ligam Ordonho III ao Ocidente peninsular conta-se a incursão que terá feito a Lisboa, ao redor de 955 (Real, 1995: 61). Amaro, 2001: 165 e Serra, 2008: 26 situaram o ataque no ano 953 e esta última autora admite mesmo que ele tenha ocasionado a destruição parcial das muralhas da cidade, na linha do que já havia sugerido Pradalié, 1975: 15 e Coelho, 1996: 275. Conhecendo-se o ímpeto bélico de Ordonho II no Ocidente peninsular (incursões contra Sevilha, em 910, Évora, em 913, Mérida, em 915, e uma incursão cujo destino se desconhece em 923, segundo Vieira, 2004: 65), a incursão a Lisboa não pode explicar-se senão pela existência de condições humanas propícias a esse empreendimento militar, recrutadas por Ordonho III no Ocidente peninsular.

1973: 96 e 100 e por Mattoso, 1982: 22²¹⁵), já a região de Viseu deveria estar sob jurisdição do conde de Coimbra, a quem o território terá sido confiado depois da deslocação de Ramiro II para León e do esvaziamento da “corte” supra-condal de Viseu-Lafões, protagonizada por Bermudo Ordóñez e seu fiel seguidor Diogo Fernandes. É um facto que os filhos deste último nobre ascenderam aos governos de Portucale e de Coimbra, mas, nos meados do século X, já aquelas duas estruturas estavam em contraciclo recorrente entre si. Ao longo de grande parte do século X, foi usual as famílias dominantes de Coimbra e de Portucale estarem em lados opostos das contendas protagonizadas pelos monarcas e pretendentes ao trono, tendo-se registado mesmo uma invasão do território portugalense por um exército oriundo de Coimbra num momento não completamente identificado entre 965 e 967 (Fernandes, 1973: 97-100), possivelmente ainda na sequência do envenenamento de Sancho I.

Com os dois últimos reis leoneses do século X, acentuaram-se os regionalismos e a própria desagregação do reino. No tempo de Ramiro III, Castela independentizou-se da autoridade de León e, com Bermudo II – cuja formação terá sido realizada em Guimarães (Fernandes, 1973: 64) – o próprio monarca viu-se obrigado a pagar tributos a Al-Mansur, teve de fugir da capital e assistiu à aliança de diversos condes com o poder islâmico. A partir da década de 70, o recuo militar do reino é uma evidência e o condado de Coimbra foi particularmente vulnerável às razias islâmicas. A primeira campanha ocorreu em 975 e deve ter levado mesmo à conquista da cidade pelas tropas islâmicas. Isto explicaria o facto de, dois anos mais tarde, Viseu ter sido palco de uma inusitada reunião entre o próprio Al-Mansur e alguns senhores militares de zonas fronteiriças, personagens que a investigação histórica ainda não identificou plenamente e que, por isso, têm sido designados por «condes moçárabes» (Alarcão, 1996: 18; Catarino, 2005: 200 e 2008: 128), mas que poderão relacionar-se com a família condal de Coimbra e, possivelmente, seus mais directos colaboradores. Isto explicaria, também, a circunstância de alguns autores admitirem uma reconquista cristã de Coimbra em 981, ainda de contornos muito nebulosos (Gonçalves, 1978, republ. 1980: 345) e que deve merecer reservas, pois nesse mesmo ano Al-Mansur ter-se-á dirigido a Trancoso (Martín

²¹⁵ A *Crónica de Sampiro* refere o mau estar entre o monarca e o conde Gonçalo Moniz, dizendo, todavia, que Sancho havia ocupado a Galiza até ao rio Douro. Ora, o conde Gonçalo Moniz era o titular do poder em Coimbra, pelo que a crónica deve equivocar-se neste ponto, devendo assumir-se, por outro lado, que a hoste real dirigiu-se ao Ocidente, mas possivelmente ao território de Coimbra. A crónica também não menciona a cidade de Viseu dizendo antes que, enquanto decorriam conversações, o conde «maquinando solapadamente en contra del rey, le envió una fruta envenenada. Después de probarla [el rey] sintió que se se le alteraba el corazón y decidió ocultar el mal y regresar a León. Estando de regreso, murió al tercer día de viaje» (ed. Casariego, 1985: 99).

Viso, 2009: 120), o que mostra uma efectiva facilidade de progressão pelo território do condado de Coimbra. A década de 80 assistiu à integração da cidade do Mondego no bloco meridional, tendo o general muçulmano atacado Condeixa em 986 (Barroca, 2000: 218) e apoderado de Coimbra no ano seguinte, juntamente com Viseu e Lamego, tendo-se ainda registado uma incursão a Astorga. Em 990, foi a vez de Montemor-o-Velho cair perante o impulso das tropas islâmicas e em 997 Santiago de Compostela capitulou, já depois de a própria cidade de León ter sido assolada por duas vezes.

Apesar da tendência decrescente que caracteriza a história do reino de León, sobretudo desde 939 (Batalha de Simancas) até aos traumáticos episódios de final do século, o Ocidente peninsular e, em particular, a Beira Alta, área longamente controlada por descendentes das estirpes fundacionais ali instaladas ainda em finais do século IX, manteve uma apreciável dinâmica e uma constante importância para o reino. Efectivamente, é hoje possível percorrer parte considerável da história escrita pelas famílias nobres que estiveram à frente dos condados de Portucale e de Coimbra e que deixaram a sua marca na região de Viseu. Ainda que faltem muitos elos de ligação e que se intua que a realidade terá sido mais complexa que aquela sobre a qual podemos hoje escrever, os dados disponíveis sobre os protagonistas regionais que forjaram o território durante o século X permitem reconstituir as principais opções de povoamento.

Dessa complexa e longa história, de aproximadamente um século, subsistem abundantes vestígios, a maioria dos quais longamente desvalorizados. O trabalho que desenvolverei a partir daqui centrar-se-á na zona de Viseu, mas é importante considerar que as marcas físicas deixadas pelos povoadores do século X estendem-se mais para Sul e para nascente do que o trabalho monográfico que efectuarei no capítulo 2 desta Parte II. Tendo em consideração que alguns desses vestígios não serão abordados nessa parte do texto, farei um breve panorama sobre a relevância de alguns deles.

1.4.1.

Centro e periferia no povoamento das Beiras durante o século X. As marcas físicas de uma extraordinária dinâmica

Os vestígios pré-românicos de Balsemão constituem a face visível de uma conjuntura expansionista asturiana que deve ter tido outras materializações na zona de Lamego, entretanto destruídas ou ainda não reveladas pela arqueologia. Chaves havia

sido integrada na esfera asturiana em 872, por um presor particularmente importante, o conde Odoário, e vários estudos têm insistido na existência de um corredor geográfico natural para o avanço da (re)conquista entre aquela cidade e Lamego (Teixeira, 2006: 49). Nesta última, os vestígios pré-românicos foram já objecto de estudo parcelar, mas carecem de uma integração regional mais ampla.

Já me referi à possibilidade de o bispo lamecense Branderico poder estar documentado desde 867-868, embora não tenha sido viável, até agora, identificar os templos alto-medievais que, na cidade, estiveram ao serviço do episcopado suevo-visigótico, asturiano, leonês e eventualmente moçárabe durante a primeira metade do século XI, quando a urbe terá sido governada por uma força militar islâmica²¹⁶. À sé pré-românica de Lamego tem vindo a ser atribuído um fragmento de ofício litúrgico do século X (Soalheiro, 2000: 39), mas é mais natural que este e um outro fragmento tenham feito parte de um mesmo códice leonês que pertenceu à sé de Viseu.

Lamego

Apesar desta invisibilidade de elementos físicos, conhece-se um conjunto apreciável de prelados da cidade durante cerca de um século, desde Branderico (documentado pelo menos em 877) até Jacobo (bispo que terá governado a diocese nas décadas de 60 a 80 do século X). Ainda que existam muitas dúvidas sobre as datas de cada episcopado e, até, se alguns prelados podem mesmo relacionar-se com a diocese lamecense, a verdade é que se conhecem 7 bispos para este período, e que, para os titulares da cátedra no século X, é mesmo possível sugerir balizas cronológicas para cada episcopado (Carriedo Tejedo, 1998-99: 343, admitido por Morujão, 2013: 19).

Jacobo é o último bispo conhecido do século X e deverá ter falecido em 982. A cidade só foi conquistada por al-Mansur em 997, ao retornar de Compostela. Teria Lamego tido bispo entre 982 e 997? Não é possível saber, com os dados actualmente disponíveis. Em todo o caso, perante o avanço de al-Mansur, Lamego deverá ter resistido às forças invasoras (Coelho, 1989: 191), facto que, a confirmar-se, revelará que a cidade estava então fortemente comprometida com o reino leonês e dispunha de agentes suficientes para promover uma relativa resistência militar.

As escavações realizadas no interior da fortaleza, que ainda decorrem, revelaram abundantes materiais medievais, mas é ainda prematura qualquer conclusão acerca de uma eventual fase em plena segunda metade do século XI, informação que agradecemos

²¹⁶ Não está atestada qualquer presença islâmica na cidade anterior às conquistas de al-Mansur e as difusas notícias acerca de um valiato lamecense no século VIII (proposto por Neto, 1975: 84 e admitido por Duarte, 1996: 64) carecem de confirmação.

a Ricardo Teixeira. Na fortaleza são identificáveis paramentos cuja tipologia remete para cronologias pré-românicas e é mesmo possível concluir que alguns silhares definidos numa vaga cronologia entre os séculos IX e XI foram reutilizados na edificação românica (Barroca, 1990/91: 101). Os estudos de Ricardo Teixeira têm tentado afinar cronologias e contextos e, para já, é possível concluir que a fortaleza já existia, pelo menos, nos meados do século X (Teixeira, 2006: 51), coincidente com a primeira menção documental que sobre ela se conhece²¹⁷, Tanto o aparelho construtivo, como os entalhes abertos no substrato rochoso, sugerem que a fortificação tivesse, então, uma configuração distinta da que foi conferida em época românica. Com efeito, este autor logrou isolar os paramentos da cerca que rodeia a torre de menagem que contêm materiais reaproveitados e uma característica tipologia pseudo-isódoma, com integração de silhares em cotovelo, para lá de ter sugerido um traçado sub-circular do primitivo povoado, no qual devia estar reservado espaço para um templo, hipóteses que apenas a ampliação da área de escavação poderá vir confirmar.

Estes dados (listagem episcopal e fortificação) asseguram a Lamego um estatuto de centralidade no quadro da expansão asturiano-leonesa na Beira Alta. É, no entanto, na capela de S. Pedro de Balsemão que a importância pré-românica da cidade pode hoje testemunhar-se. Já se viu como é possível que um primeiro templo tenha sido construído ainda na segunda metade do século IX. É de presumir, no entanto, que esse edifício tenha sido objecto de uma campanha renovadora na centúria seguinte, infelizmente em momento que não é possível precisar. Em rigor, esta é uma hipótese que coloco devido à natureza tipológica dos vestígios materiais incorporados no templo, mas não existem elementos de datação absoluta que a suportem. Vejamos primeiro o que é possível dizer acerca dos vestígios remanescentes.

A parede do arco triunfal de Balsemão é a única parcela do edifício que integra elementos originais *in situ*. O arco triunfal, as impostas de rolo que o sustentam e o aparelho construtivo até à altura do saimel do arco podem coerentemente atribuir-se às primeiras décadas do século X, avaliadas as afinidades da obra com outras construções do mesmo período.

| |
|-----------------|
| Balsemão |
|-----------------|

²¹⁷ Trata-se da doação que Ildras fez ao Mosteiro de Lorvão, de várias propriedades no território de Coimbra e de uma outra «*in ieronzo ad castellum de lamego mea ratione*» (PMH, DC, doc. 65, datado de 952).



Fig. 45.

S. Pedro de Balsemão. Pormenor do tardo do arco triunfal, que revela um tratamento moldurado uniforme das aduelas

O arco triunfal é particularmente importante para os aspectos cronológicos pois a face nascente das aduelas que o formam revela um almofadado pouco pronunciado (**fig.45**), que repete idêntica opção dos arcos das naves da igreja de Lourosa (**fig.46**), parcela do edifício que associo à inscrição de 912. A forma elegante da sua curvatura em ferradura foi-lhe conferida durante o restauro, pois o vão assumia um formato peraltado (como reconheceram Correia, 1912: 20 e Pessanha, 1927: 9-10) pela inclusão de duas aduelas, eventualmente integradas na reconstrução do século XVII (**fig.47**). Um outro pormenor, que fotos anteriores ao restauro não confirmam, mas que hoje é uma evidência para quantos visitam a igreja, é a existência de quatro pequenas cavidades nos saiméis de ambos os lados, agrupadas duas a duas. Ainda que não existam certezas sobre a época em que foram realizadas, estas cavidades revelam o encaixe de uma estrutura rectangular, possivelmente um elemento de suporte a um tecido que ocultava a capela-mor em determinados momentos. Tendo em conta que não se identificaram vestígios de *eikonosthakis* com a relevância de outros monumentos (desde logo Lourosa), este poderá ter sido o dispositivo encontrado pela época pré-românica para ocultar a capela-mor em determinados passos das cerimónias litúrgicas, como o exigia a liturgia então em voga.



Fig. 46
S. Pedro de Lourosa. Pormenor da arcaria do corpo (nave Sul)



Fig. 47
S. Pedro de Balsemão. Arco triunfal antes do restauro. Arquivo DGEMN (1979?)

As **impostas** de rolos que suportam o arco são também elementos tipológicos de grande importância para a atribuição do templo à expansão asturiana (Almeida, 2001: 32). Elas não parecem ter sido terminadas, como se intui pela decoração em espinha do tardo da imposta meridional (**fig.47**), limitado a um segmento horizontal quando, na face da peça voltada à nave central (**fig. 45**), a decoração é composta por três segmentos ornamentais em espinha. Ora, este tipo de decoração é uma das características da arte asturiana do século IX e da arte leonesa do século X, constituindo mesmo um dos temas de maior sucesso naqueles contextos. Com razão Pessanha, 1927: 13 aproximou as impostas do arco triunfal de Balsemão das de Valdediós e Priesca (tb. Barroca, 1990: 113 aproximou esta solução a produções asturianas) e são vários os edifícios das Astúrias que ostentam este tipo de ornamentação (desde as colunas de Santa Maria de Naranco, aos capitéis-impostas de San Miguel de Lillo, ou ao fragmento de coluna de San Martín de Castañeda, que reproduzo na **fig.83**). A imposta-friso do lado Norte do arco triunfal (**fig.49**) tem ainda a particularidade de o segmento médio da decoração ser formado por uma decoração em aspa (»»»), solução que se encontra de forma bastante vincada na escultura de Naranco e Lillo ainda no século IX e que aparece, na Beira Alta, num curioso silhar ornamental de Figueiredo das Donas (conc. Vouzela) (**fig.93**).

Entendo, por isso, que este recurso ornamental – que em Balsemão é verdadeiramente estruturante, na medida em que começa nas impostas do arco triunfal, mas alarga-se a outros silhares do muro, formando frisos que são uma das imagens de marca da construção – constitui uma das mais inequívocas ligações ao mundo asturiano-leonês e não as considero uma «produção popular de raiz moçárabe» (como Real, 2007: 141 caracterizou estes elementos).

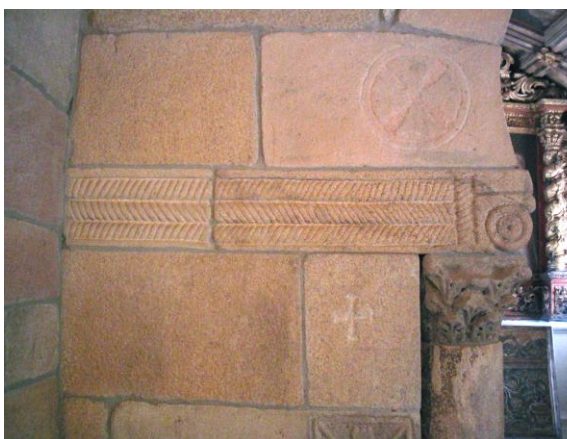


Fig. 48

S. Pedro de Balsemão. Imposta do arco triunfal (lado Sul, face ocidental)

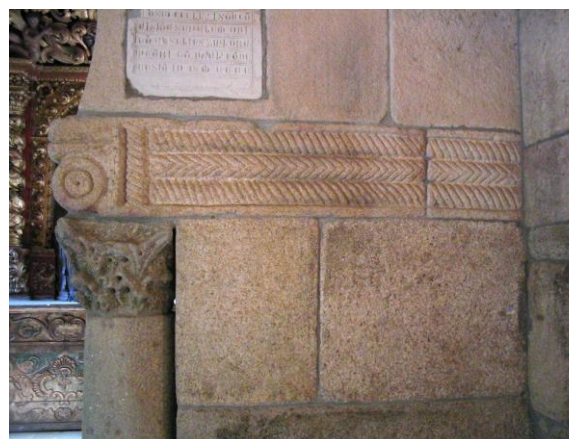


Fig. 49

S. Pedro de Balsemão. Imposta do arco triunfal (lado Norte, face ocidental)



Fig. 50

S. Pedro de Balsemão. Imposta do arco triunfal (lado Sul, face oriental)

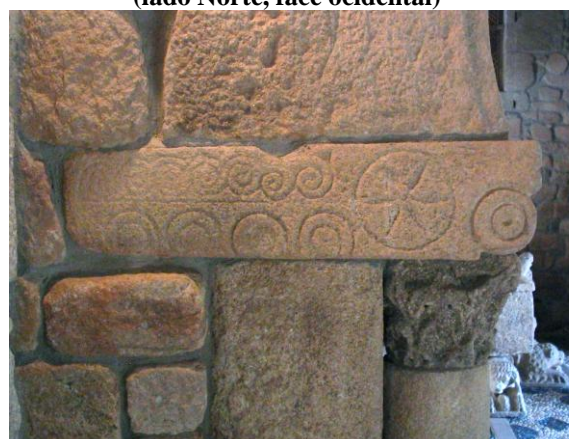


Fig. 51

S. Pedro de Balsemão. Imposta do arco triunfal (lado Norte, face oriental)

Ora, se a filiação artística deste tipo de solução não levanta dúvidas, o mesmo não ocorre com a sua cronologia. É um facto que os paralelos mais evidentes se encontram nas Astúrias do século IX e que as produções posteriores, designadamente a coluna de San Martín de Castañeda, não tem o mesmo impacto que aquelas realizações ovetenses. Para além disso, as impostas do arco triunfal de Balsemão possuem outro tipo de decoração nas faces nascentes (aquelas que dão para o interior da capela-mor). Tratam-se de elementos circulares, algo desconexos e deficientemente desenhados (fig. 51). Estes factos levam-me a colocar a hipótese de as impostas e os silhares-frisos que

as acompanham estarem reaproveitadas. Assim, na origem, apenas a face ocidental estaria à vista. Quando, em época posterior, os elementos foram incorporados nesta parede, houve necessidade / vontade de decorar as faces hoje voltadas a nascente. Em vão se terá tentado repetir a decoração em espinha da imposta meridional e, na do lado oposto, optou-se finalmente por uma decoração mais simples, estilisticamente não tão vinculada ao universo artístico asturiano, e decididamente mais livre nos motivos e no rigor da composição.

A hipótese de estes elementos estarem reaproveitados é ainda reforçada pelo facto de, na imposta do lado Sul, a face nascente ostentar uma sequência de arquinhos (**fig.51**) que deviam ter correspondência com um silhar inferior, entretanto desaparecido. Esta decoração aparece ainda numa segunda imposta (**fig.52**), hoje reaproveitada no muro de separação entre as naves central e Sul. A circunstância de ser também decorada com uma sucessão de arquinhos na parte inferior admite imediatamente a sua relação cronológica e funcional com a imposta Sul do arco triunfal, fazendo crer que ambas terão sido realizadas para um mesmo arco e que, hoje, estão adaptadas a locais distintos do templo.

Esta última imposta, na sua face voltada a Sul (**fig.53**), tem também coerência decorativa com uma outra, desta feita colocada no extremo oposto (limite ocidental da arcaria Norte) (**fig.56**). Em ambas, a sequência de arquinhos dá lugar a uma solução de triângulos, mas a parte superior das impostas é idêntica, ornamentada com uma série sinusoidal geométrica de desenvolvimento horizontal que simula rolos espiralados. Dá-se até a circunstância de ambas as impostas terem a terminação em rolo sublinhada por um contorno de duplo sulco em forma de meia-lua, que acompanha toda a parte final da imposta. A face posterior desta última imposta (voltada a Norte) (**fig.57**) apresenta uma decoração mais incharacterística, formada por 4 elementos distintos: o rolo é formado por uma solução circular espiralada, seguindo-se novo círculo e dois elementos vegetalistas muito frustes. A peça termina com uma solução em espinha que parece estar truncada, devendo a face da imposta, originalmente, ter sido bem maior.

As restantes impostas incorporadas no corpo da igreja, apesar de distintas, revelam curiosos paralelismos estéticos que admitem uma relativa coerência de todo o conjunto. À excepção de um silhar moderno, talhado em forma de rolo para se conjugar esteticamente com o restante núcleo (**fig.59**), uma imposta integra uma decoração à base de losangos (**fig.58**) e, a outra, revela uma moldura de quatro segmentos horizontais obtidos por sulcos regulares, no que constitui uma das mais importantes relações estilís-



Figs. 52-59

S. Pedro de Balsemão. Impostas dos arcos que sustentam as arcarias do corpo

- A – Arco Sudeste (faces Norte e Sul); B – Arco Sudoeste (faces Norte e Sul); C – Arco Noroeste (faces Sul e Norte); D – Arco Nordeste (faces Sul e Norte)

licas com obras asturiano-leonesas (**fig.54**). A esta moldura, sobrepôs-se uma cruz de braços iguais, decorada em espinha e inscrita num medalhão também moldurado.

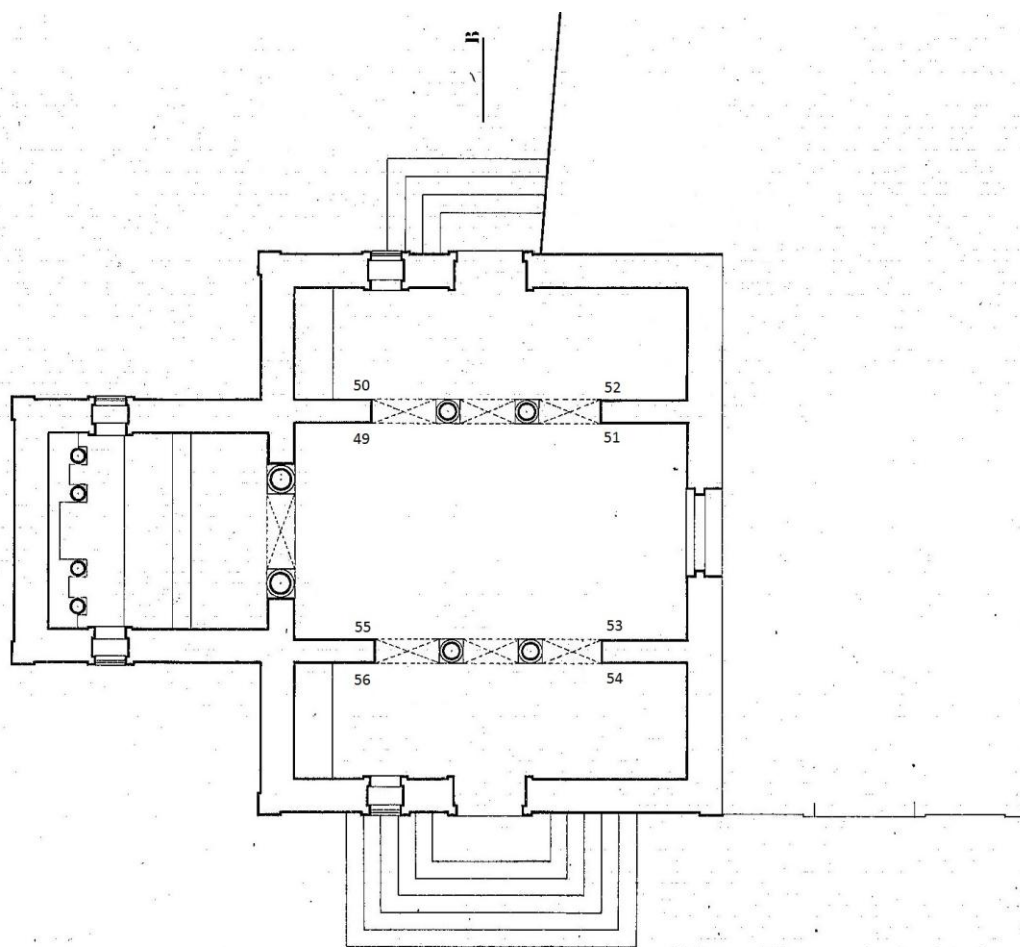


Fig. 60

S. Pedro de Balsemão. Planta actual do templo com localização das impostas seguindo a numeração acima descrita

Aqui chegados, impõe-se uma conclusão: ainda que não se esteja na posse de dados que certifiquem a contemporaneidade das seis impostas, todas elas possuem elementos que as vinculam à estética asturiano-leonesa e todas elas estão reaproveitadas. Quer isto dizer que, muito provavelmente, a **planta** original do templo não seria a que hoje se conhece, nem quatro das impostas estariam associadas às arcarias que delimitam as naves, solução que, de resto, é francamente incomum.

Tenho dúvidas, aliás, sobre a originalidade (sequer a medievalidade) das paredes longitudinais a estas arcarias, que impossibilitam a existência de circulação entre as naves ao nível do cruzeiro. A análise que é possível fazer aos encaixes destes muros com a parede do arco triunfal revela que, ao contrário de uma sintonia construtiva, aqueles muros apenas se adossam à parede (**fig.61**), assim revelando a sua posterior construção. A própria construção destas paredes parece ter levado à destruição do friso de decoração em espinha. Também a parede do arco triunfal não é contemporânea dos

muros laterais da capela-mor, que mais uma vez se adossam à parede e não se unem a ela.



Ora, tendo em conta que as paredes que limitam lateralmente o cruzeiro são posteriores e que subsiste um conjunto de seis impostas de rolo, penso que estão criadas condições para supor que a igreja pré-românica de Balsemão – (re)construída provavelmente nas primeiras décadas do século X -, pode ter tido uma cabeceira tripla. Nem outra solução fará sentido perante a existência de seis impostas de rolo, que definiriam três vãos de acesso à cabeceira.

Fig. 61
S. Pedro de Balsemão
Pormenor do adossamento do muro que
separa as naves central e Norte ao muro
onde se abre actualmente o arco triunfal

Esta hipótese levanta problemas, sendo o principal o facto de a capela estar bastante alteada em relação à cota de terreno e não haver quaisquer vestígios das capelas laterais. Em todo o caso, também a cota a que se encontra o monumento não deve ser original, na medida em que é fruto de uma reconstrução do século XVII, que deve ter levado ao alteamento de toda a estrutura, possivelmente, mesmo, à sua construção sobre parte das ruínas do edifício altomedieval, como sugere o pódio sobre o qual a construção hoje assenta.

Existem mais argumentos para supor da existência de uma cabeceira tripartida. Sempre me questioneei acerca das duas aras romanas reaproveitadas como pés de altar que ainda subsistem no templo (**fig.62**) e de um outro altar, em forma de tambor de coluna, que ostenta também cavidade para conter uma lipsanoteca (**fig.63**). Estes três elementos, embora não se saiba se terão sido reaproveitados num mesmo momento da história do templo, parecem assegurar um certo sentido tripartido à dimensão litúrgica do monumento.



Fig. 62
S. Pedro de Balsemão
Aras romanas conservadas na nave sul da capela



Fig. 63
S. Pedro de Balsemão.
Pé de altar dotado de *loculus* para
lipsanoteca

Em anos mais recentes, identificou-se um **pé de altar** decorado com uma característica cruz asturiana, reaproveitado no muro ocidental da capela (**figs. 64 e 65**), possivelmente a parede que dividia as naves de um provável *narthex* que terá rematado o edifício pelo lado poente (primeira notícia em Almeida, 2001: 32). Ainda que se conheça apenas uma das suas quatro faces, ela inclui uma cruz dotada de grande pé, mas cujos braços e terminações têm o mesmo tamanho, tudo incluído numa moldura muito simples que percorre todo o rebordo da face. A importância desta descoberta para a arte pré-românica no actual território português é decisiva. A peça faz parte do reduzido lote de pés de altares daquele período, que até há pouco se resumiam aos de S. Pedro de Rates (exposto no núcleo museológico anexo à igreja local) (**fig.66**) e S. Pedro de Lourosa (este último há muito desaparecido e conhecido apenas por fotografias realizadas aquando do restauro dos anos 30) (**figs. 108-110**). Todos eles são decorados com uma cruz (mais nítidos os de Lourosa e Balsemão), que não é outra senão a cruz asturiana, o símbolo da monarquia ovetense, tantas vezes empregue nas obras do reinado de Afonso III, em igrejas do seu patrocínio ou erguidas durante o seu tempo, e

mesmo em outras construções de alcance civil ou militar, como a célebre inscrição comemorativa da abertura da cava de Oviedo (**fig. 170**)²¹⁸.

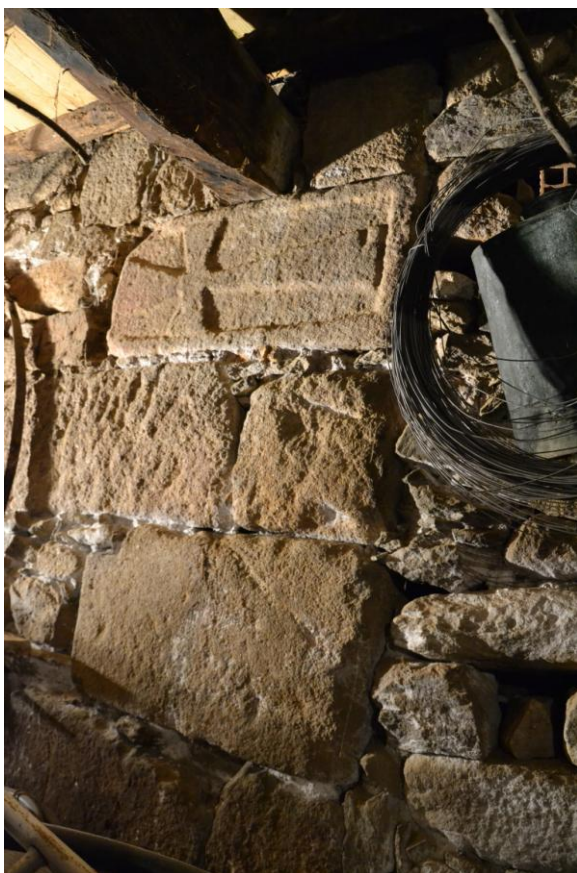


Fig. 64
S. Pedro de Balsemão. Pé de altar reaproveitado na parede que separa a igreja da dependência anexa a poente



Fig. 65
S. Pedro de Balsemão. Pé de altar reaproveitado na dependência poente anexa.
Foto de José Pessoa

A existência deste pé de altar (totalmente distinto das aras romanas reaproveitadas) veio recolocar o debate acerca da possibilidade de a cabeceira da igreja pré-românica de Balsemão ter tido uma ou três ábsides. À partida, este pé de altar estaria associado à capela-mor e, possivelmente, as duas aras romanas podiam ter sido incorporadas em eventuais capelas laterais. No entanto, o assunto reveste-se de maior complexidade, uma vez que, há algumas décadas, um colecionador privado adquiriu, na zona de Lamego, um pé de altar praticamente igual ao de Balsemão (**fig.67**)²¹⁹.

²¹⁸ Sobre a(s) cruz(es) asturianas que estiveram na base das representações pétreas de cruzes na época de Afonso III veja-se o que digo mais à frente, a respeito do pé de altar de S. Pedro de Lourosa (p.244).

²¹⁹ Agradeço o conhecimento desta peça a Manuel Luís Real, que me forneceu duas fotografias em Agosto de 2014. A parte superior da peça foi reaproveitada, em época românica, para definir um capitel de ângulo onde se representou um orante, pelo que é de presumir que, no século XII, o conjunto foi reutilizado como elemento parietal, eventualmente associado a um espaço eucarístico.



Fig. 67

Pé de altar pré-românico. Propriedade privada. Foto: Manuel Luís Real

As fotografias a que tive acesso revelam que a peça tem, de facto, grandes parecenças com a que se encontra em Balsemão: na face principal, a cruz é de braços iguais, repetindo-se a circunstância de ocupar toda a extensão horizontal, e a composição é delimitada por uma moldura em tudo idêntica. Existe, todavia, uma diferença: o pé não ocupa a totalidade inferior do campo escultórico e dá lugar a uma espécie de suporte de estandarte, no qual a cruz parece estar apoiada. Esta solução, que curiosamente foi repetida em alguma escultura românica local (designadamente no tímpano da igreja do antigo mosteiro de Ermida do Paiva (**fig.68**), mas de acordo com uma tipologia de cruz românica, como sugere Carla Varela Fernandes, 2016, no prelo), aponta para que se esteja perante a transposição para a pedra de uma cruz processional – possivelmente também como ocorreu em Rates –, quem sabe se evocando-se assim a cerimónia de sagração do próprio templo e a deposição de alguma relíquia ou de uma simbólica peça de mobiliário litúrgico. Duas outras faces apresentam decoração. Uma delas repete a figuração da cruz, fazendo crer que a peça teria sido concebida para, pelo menos, ser vista em duas das suas faces. Esta segunda cruz está muito prejudicada pela reutilização da parte superior como capitel românico, mas ela é ainda bem perceptível e repete o modelo da composição da face principal. A terceira superfície visível ostenta uma decoração menos significativa, mas ainda assim de interesse, na medida em que

corresponde a uma opção puramente ornamental, à base de círculos secantes e outros elementos vegetalistas.

A confirmar-se que este pé de altar possa ter vindo de Balsemão, como parece provável, estar-se-á na posse de dados que apontam para a existência de dois pés de altar pré-românicos no templo, o que, evidentemente, suporia a opção por uma cabeceira dotada de mais de uma ábside. Infelizmente, o terreno em volta da capela não foi ainda objecto de qualquer escavação arqueológica e é mesmo possível que o potencial estratigráfico na zona da cabeceira tenha sido perdido pelo suposto alteamento do monumento na construção do século XVII. A radicalidade da obra de época moderna, de resto, acentua a convicção de que a igreja é, afinal, uma construção seiscentista que reaproveita materiais pré-românicos (algo parecido com o que ocorreu com a Capela do Santo Cristo de Sobral Pichorro). No entanto, e mesmo tendo em consideração o eventual alteamento do templo, penso que a parede do arco triunfal é ainda altomedieval, pese embora o carácter reutilizado de praticamente todas as peças escultóricas, se não mesmo a sua totalidade.

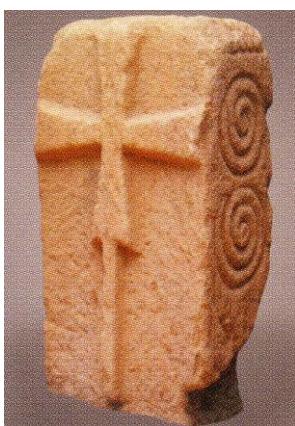


Fig. 66
S. Pedro de Rates
Pé de altar pré-românico

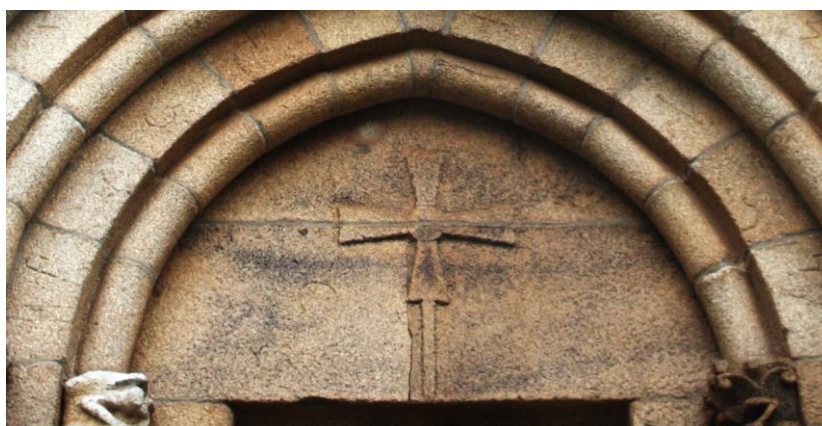


Fig. 68
Ermida do Paiva. Séc. XII-XIII. Tímpano do portal principal, onde se inscreveu uma representação de cruz processional

As obras medievais de Balsemão não se limitaram, de resto, às duas fases pré-românicas que admito neste trabalho. Para além de, no período gótico, ter sido certamente sujeita a obras de adaptação para acolher o túmulo do bispo do Porto, D. Afonso Pires (ainda que não restem elementos tipológicos relativos a uma eventual campanha construtiva no século XIV), uma imposta conserva o símbolo de Portugal do tempo de D. Afonso Henriques (**fig.55**), pelo que é de presumir que também tenha ocorrido uma fase românica, ainda de contornos totalmente desconhecidos e da qual não terá restado aparentemente nada mais que este descontextualizado símbolo. Finalmente,

é ainda possível que o *narthex* de Balsemão tenha continuado a existir até ao século XVII, dele fazendo menção um documento de c. 1430 que o refere como «alpendre» (Pessanha, 1921-22: 136).

Parte dos problemas com que se caracterizam os vestígios pré-românicos de Balsemão colocam-se também para a igreja de S. Pedro de Lourosa. Também aqui é possível que tenham existido duas fases construtivas, e também Lourosa terá feito parte de um complexo territorial de relativa centralidade no quadro da instalação asturiano-leonesa na Beira.

| |
|---------|
| Lourosa |
|---------|



Fig. 69

S. Pedro de Lourosa. Inscrição encontrada durante o restauro e hoje colocada sobre o lintel do portal principal de ingresso na igreja (do *narthex* para a nave central)

Sobre a obra de Lourosa mantenho genericamente o que escrevi em 2002 e 2008²²⁰, com excepção do que deixei atrás expresso a respeito da sua necrópole rupestre (pp.159-164) e do que adiante direi a respeito do que parecem ser duas etapas construtivas. Quando realizei a tese mestrado sobre este monumento, subsistiram perguntas que careceram de resposta satisfatória. Uma delas, com a qual me confronto há anos, diz respeito à (aparentemente) incongruente opção, não só por um vocabulário estético, como também por algumas soluções planimétricas e volumétricas que caracterizam a arte asturiana um século antes e não pelos modelos arquitectónicos, espaciais e decorativos que, nos inícios do século X, se seguiam genericamente no bloco asturiano-leonês. Ou seja, estando o edifício de Lourosa consensualmente datado de 912, pela inscrição que foi encontrada durante o restauro²²¹ e que ainda hoje se conserva

²²⁰ O estudo que efectuei do processo de restauro não foi publicado na íntegra, mas conta com um artigo de síntese (Fernandes, 2006: 150-158). O assunto recebeu recentemente importantes contributos por parte de Jorge Custódio (2009) e José Pedro de Aboim Borges (2014).

²²¹ Ao que tudo indica, a inscrição encontrava-se incorporada na parede ocidental, em associação com o aximez que se abria no segundo andar do *narthex*. Desconhece-se, todavia, se a inscrição diz respeito ao

no *narthex* do edifício, sobre o lintel da porta principal (**fig.69**), seria suposto que o programa arquitectónico estivesse relacionado com a etapa final da arte asturiana, sua contemporânea. Mas não é isso que acontece. À excepção dos aximezes, e de outros pormenores menos significativos, o que caracteriza a obra de Lourosa é uma deliberada utilização de elementos relacionáveis com a arte asturiana de inícios do século IX.

São vários os aspectos desta estranha opção que tive já oportunidade de sintetizar em 2008. Um dos mais impressionantes diz respeito à planimetria e volumetria do templo. Se a reconstituição que propus em 2002 estiver globalmente correcta (**fig. 70**)²²², e se a proposta que Fortunato de Selgas efectuou em 1905 para o corte longitudinal da igreja-panteão de Santa Maria de Oviedo estiver também correcta – como aceitam praticamente todos os autores – (**fig. 71**), então Lourosa seguiria fielmente o modelo daquela igreja ovetense, sintomaticamente concluída em 812, exactamente um século antes da data constante da inscrição da igreja do concelho de Oliveira do Hospital²²³. Outros dois aspectos estruturais parecem reforçar esta relação transtemporal entre Lourosa e as igrejas asturianas do tempo de Afonso II. O primeiro diz respeito à relevância do ante-corpo ocidental (que, em Lourosa, tinha dois andares, como possivelmente também em Santa Maria de Oviedo), se bem que de compartimento único em ambos os pisos (*narthex* e tribuna). Na igreja de Lourosa, este espaço é bastante amplo, na ordem dos 5 metros de comprimento, por quase 6m de largura, bem mais que qualquer outro *narthex* asturiano, e só parece aproximar-se do

arranque das obras, à conclusão e/ou sagração do templo, ou, ainda, a alguma parcela específica do conjunto arquitectónico (síntese em Utrero Agudo, 2012: 127-128).

²²² 13 anos depois do estudo monográfico sobre a igreja de Lourosa, não partilho já inteiramente das propostas de reconstituição que, então, apresentei. Em relação à proposta de organização volumétrica, foi possível esclarecer a altura da nave lateral Norte, que devia terminar imediatamente abaixo da linha de cavidades para suporte do telhado, como ainda se observa numa fotografia efectuada durante o restauro. Isso obrigaria a reduzir em altura as duas naves laterais e, por arrastamento, o próprio transepto e torre sobre o cruzeiro, que, em 2002, sugeri aquelas proporções por analogia harmónica com S. Frutuoso de Montélios (tb. Fernandes, 2008: 29). Por outro lado, também o *narthex* de Lourosa devia ter dois andares, como também se verifica numa fotografia prévia ao restauro e que ilustra um modilhão estriado a limitar superiormente o segundo andar. Em todo o caso, penso que esta proposta de reconstituição ainda é válida nas suas linhas gerais, ao incluir a fachada da nave transversal rematada por frontão triangular, a torre-cruzeira com o friso de arquinhos, e as paredes da nave central organizadas em três tramos, a que correspondiam três janelas em forma de arco em ferradura, cujos vestígios ainda se encontraram aquando do restauro.

²²³ A igreja-panteão de Santa Maria de Oviedo foi construída durante o reinado de Afonso II, junto à basílica de São Salvador. A sua construção deve ter terminado ao redor de 812 (Cid Priego, 1995: 98-100). O templo é conhecido sobretudo graças a duas descrições (Ambrosio de Morales, 1572, e Alfonso de Carvallo, finais do século XVI ou início do seguinte), que permitiram a reconstituição de Fortunato de Selgas em finais do século XIX. A estrutura ocidental do templo (onde se instalou o panteão dos reis de Oviedo) deve ter sido um acrescento ao plano original (García de Castro Valdés, 1997: 162), mas, até ao momento, não foram realizadas escavações arqueológicas no local que permitam uma caracterização mais segura do projecto arquitectónico.

ante-corpo ocidental de Santa Maria de Oviedo, estimado em 6m de largura, porém com apenas cerca de 3m de comprimento. Finalmente, há que valorizar a nave transversal, que, em Lourosa, se institui como verdadeiro eixo espacial complementar / concorrencial do eixo longitudinal proporcionado pela nave central, cruzeiro e capela-mor, este último hoje mais vincado pela inexistência de *eikonostasis*.

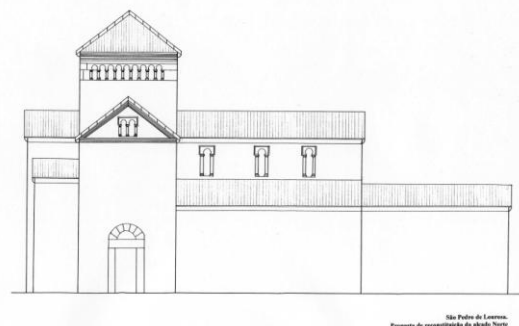


Fig. 70.
S. Pedro de Lourosa. Proposta de
organização volumétrica longitudinal,
segundo Paulo Almeida Fernandes, 2002.
Desenho de Rosário Carvalho

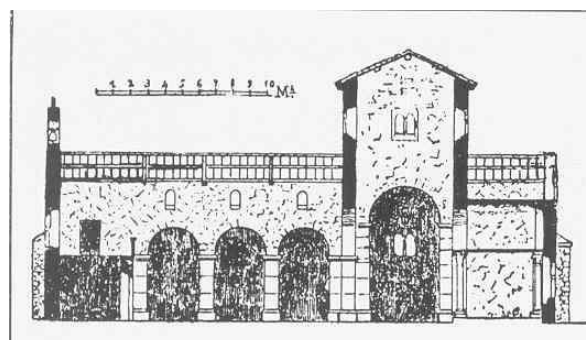


Fig. 71.
Santa Maria de Oviedo.
Proposta de corte longitudinal,
segundo Fortunato de Selgas, 1905

Na arquitectura asturiana, e avaliadas as devidas diferenças de escala e de proximidade em relação à encomenda régia, a nave transversal de Lourosa aproxima-se apenas da de San Julián de los Prados²²⁴ e, sintomaticamente, não tem paralelo com San Salvador de Valdediós (tida como protótipo das igrejas do tempo de Afonso III), nem com San Miguel de Escalada (templo genericamente datado de 913, ainda que este apresente duas fases construtivas).

Passando aos elementos decorativos, estes são também sintomáticos da maior proximidade da obra de Lourosa para com a arte asturiana do século IX. O principal aspecto a focar é a sistemática opção por modilhões estriados, marca artística inequívoca do ciclo artístico de Afonso II e que não aparece nos momentos posteriores, a começar logo pelo ciclo ramirense de meados do século IX, onde estes elementos estão flagrantemente ausentes, para não voltarem a reaparecer a não ser em... Lourosa (figs. 72-75). Também a inclusão de dois óculos em tijolo é um elemento tipológico que se contextualiza mal com a arte peninsular de início do século X e que tem os seus

²²⁴ As *Crónicas Asturianas* mencionam a construção desta igreja por Afonso II e a sua localização próxima do palácio do monarca. É considerada o protótipo de templo asturiano, com cabeceira de tripla ábside sobre uma mesma parede fundeira, uma nave transversal bastante vinculada, corpo de três naves e *narthex* a anteceder apenas a nave central (que García de Castro Valdés, 1997: 162 provou ser obra do restauro). Em altura, a reconstrução do monumento é mais problemática, mas possui câmara supra-absidal e é ainda muito provável que fosse dotado de tribuna régia, colocada no segundo andar do corpo setentrional da nave transversal. A bibliografia sobre este monumento é considerável, mas a maioria dos autores coincide numa datação em plena primeira metade do século IX.

anteriores directos nas Astúrias de meados da centúria anterior (designadamente em San Julián de los Prados, Bendones e San Pedro de Nora) (fig. 76-78).



Fig. 72.

San Julián de los Prados, Oviedo. Modilhão estriado da face Sul da nave transversal (lado nascente)



Fig. 73.

S. Pedro de Lourosa. Modilhão estriado incorporado na fachada ocidental da nave lateral Sul



Fig. 74.
San Miguel de Lillo, Oviedo. Pormenor da inexistência de modilhões a suportar os telhados



Fig. 75.
San Miguel de Escalada. Pormenor do tipo de modilhão de rolo utilizado no edifício

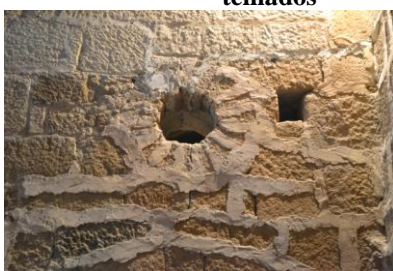


Fig. 76.
S. Pedro de Lourosa. Óculo de ladrilho sobre o arco que liga a nave lateral Sul à dependência meridional da nave transversal



Fig. 77.
San Julián de los Prados. Pormenor do óculo de ladrilho na fachada Sul da nave transversal



Fig. 78.
San Pedro de Nora. Fachada nascente da igreja, vendo-se o óculo em ladrilho na empena da nave central

Quer isto dizer que Lourosa é uma igreja ainda da primeira metade do século IX? Sim, mas não só. Como tentarei demonstrar mais adiante, são também sintomáticos os poucos elementos que vinculam a construção que hoje vemos (e descontando as malfetorias realizadas no restauro dos anos 30 do século XX) ao ciclo construtivo do tempo de Afonso III, a começar pelos aximezes de rebordo estriado, o pé de altar original, que era também decorado com a cruz asturiana, as portas com lintel e arco de descarga de volta perfeita e, especialmente, a curiosa solução decorativa adoptada na secção terminal da torre-cruzeira, com friso de arquinhos, que tem paralelo em idêntica opção encontrada para Montélios e que deve atribuir-se à transição para o século X.

Quer isto dizer, por outro lado, que Lourosa é uma igreja com duas fases construtivas, uma ainda na primeira metade do século IX e outra associada à inscrição de 912? Esta é uma hipótese que importa ponderar, sobretudo à luz dos resultados do estudo de arqueologia da arquitectura.

Em 2009, graças ao interesse de Luís Caballero Zoreda pela igreja de Lourosa, foi possível realizar um estudo de arqueologia da arquitectura do templo. Os resultados não foram ainda publicados de forma integrada, mas apareceram já algumas notícias

que obrigam a rever os pontos de chegada da historiografia (tanto da tradicional, como da mais recente, onde se incluem os meus trabalhos de 2002 e de 2008). Não partilho inteiramente das conclusões daquele estudo, em especial sobre a possibilidade da segunda fase construtiva poder ser do século XI (como admite Utrero Agudo, 2012: 140). Em todo o caso, este exame veio lançar pistas para a possibilidade de terem existido duas etapas construtivas alto-medievais que importa avaliar.

O principal indício de ruptura no edifício, que comprova a existência de uma segunda campanha de obras, localiza-se no pé-direito da nave central, entre a entrada no templo e o primeiro arco que abre para a nave Norte, junto da suposta piscina baptismal. De acordo com o relatório preliminar do estudo de leitura de paramentos (Utrero Agudo, coord., 2010: 21, inédito), identificou-se uma fractura no aparelho construtivo do pé-direito, provocada pela necessidade de o articular com a arcaria setentrional do corpo da igreja (**figs. 79 e 80**). Poder-se-ia pensar que esta ruptura foi realizada aquando da reforma românica do edifício, até porque ela está bastante próxima de uma inscrição que foi talhada na imposta do arco ocidental da arcaria (**fig. 81**)²²⁵, mas a tipologia ultrapassada dos vãos não autoriza essa leitura e coloca a fractura em pleno período pré-românico.

²²⁵ Continua a haver pouca informação a respeito da campanha românica do edifício. Os dados que coligi em 2002 permanecem válidos (Fernandes, 2002: 216-230) e referem-se a uma reforma ao redor de 1189 (era 1227), ano constante numa lacónica inscrição que parece ter sido reaproveitada como imposta ocidental da arcaria Norte do corpo da igreja. Existem, contudo, indícios para suspeitar de uma campanha de obras considerável, que actuou sobre praticamente todas as parcelas do edifício, ainda que não tenha deixado vestígios estilísticos (ou que estes não tenham chegado até nós, sacrificados por campanhas de obras posteriores). Mário Barroca equacionou uma etapa construtiva essencialmente estrutural, ditada possivelmente pela falta de recursos económicos ao dispor da comunidade (Barroca, 2000, vol. II, t. 1: 476). Para além da natural supressão da *eikonostasis*, dispositivo que deixou de fazer sentido para a religiosidade do tempo românico, data deste período a construção do campanário anexo à fachada principal (hoje deslocado para as traseiras do templo, por opção dos restauradores) e a provável ampliação da capela-mor. É ainda possível que se tenham também registado alterações na torre-cruzeira, uma vez que parte da dependência setentrional da nave transversal foi transformada em época românica (como concluiu Gonçalves, 1980: 45). Também do século XII é a institucionalização de um novo cemitério no adro, desta vez não rupestre, mas pontuado por cabeceiras de sepultura, algumas das quais ainda foram identificadas aquando do restauro, sendo então fotografadas por Marques Abreu e desenhadas por José Vilaça. A marcha das obras deverá ter continuado pelo século XIII, com contornos hoje impossíveis de definir com clareza, mas é a essa centúria que pertence um capitel decorado com crochets nos ângulos, que ainda se encontra no *narthex* do templo, num improvisado museu ali constituído.

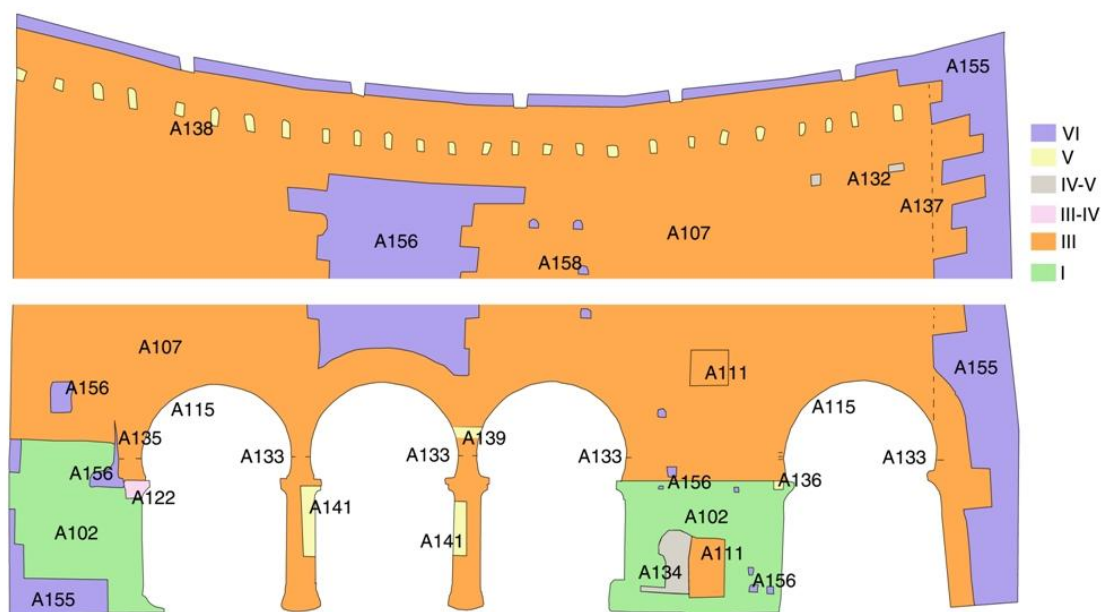


Fig. 79
S. Pedro de Lourosa. Secção longitudinal da nave Norte com leitura estratigráfica (Utrero Agudo, 2010, inédito)

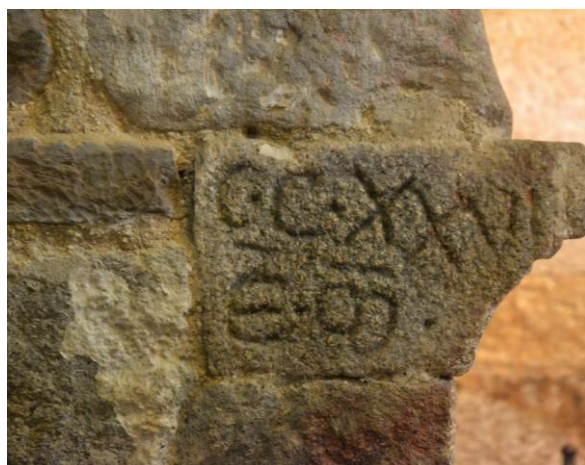


Fig. 81.
S. Pedro de Lourosa. Inscrição românica colocada na imposta onde assenta o arco ocidental da arcaria Norte do corpo do templo

Fig. 80.
S. Pedro de Lourosa. Muro que liga a arcaria Norte do corpo do templo à fachada onde se abre o portal principal (que coloca em comunicação o *narthex* e a nave central)

Com base nesta evidência, a equipa que realizou o estudo de arqueologia da arquitectura concluiu pela existência de duas fases construtivas, atribuindo os maciços

murários do início e do fim da nave central a um primeiro momento, e as arcadas e superfícies murárias mais altas a uma etapa posterior. Esta observação ganha maior consistência ao analisar o aparelho construtivo de cada sector. Enquanto nas parcelas inferiores que correspondem à Actividade A102 da **fig.79** se identifica um aparelho menos cuidado, com silhares de diferentes dimensões e acabamento pouco esmerado integrados em fiadas não-isódomas (**fig.80**)²²⁶, o aparelho das partes superiores (que genericamente corresponde à Actividade A107 da **fig.79**) pauta-se por uma rigorosa isodomia das fiadas e uma extrema regularidade dos seus silhares. Fotografias tiradas durante o “restauro” do edifício revelam que as partes altas da nave central não foram integralmente destruídas (**fig. 82**), pelo que se deve admitir a sua atribuição à época pré-românica e não ao momento de reinvenção do monumento no século XX.



Fig.81.

S. Pedro de Lourosa. Pormenor do aparelho construtivo no muro que separa o cruzeiro da nave central, evidenciando-se três silhares dispostos verticalmente, junto ao solo



Fig. 82.

S. Pedro de Lourosa. Aspecto do estaleiro durante o restauro, vendo-se o limite da desconstrução dos muros das naves. Publ. Aguiar Barreiros, 1934

A mesma distinção ocorre na dependência Norte da nave transversal, onde os segmentos inferiores dos muros revelam um aparelho composto por silhares muito irregulares, que contrastam com as fiadas superiores (**fig.83**)²²⁷. Esta flagrante diferença do aparelho construtivo empregue em ambas as partes do edifício invalida a hipótese de se estar perante uma modificação em obra, não sendo crível que a gestão do estaleiro pudesse ter começado por edificar os limites nascente e poente do corpo da igreja para,

²²⁶ No caso dos trechos inferiores das paredes que separam a nave central do cruzeiro, onde entroncava a *eikonostasis*, identifica-se um mesmo aparelho irregular, aqui com a agravante de se terem utilizado silhares dispostos verticalmente, fazendo crer que se trata da junção de duas empreitadas construtivas distintas, uma anexa à outra (**fig.81**).

²²⁷ Utrero Agudo, 2012: 134-135 reconheceu as diferenças de aparelho nestes termos: enquanto a primeira obra se pauta por uma «fábrica de única hoja que reutiliza sillería de granito (...) trabada con argamasa y abundantes cuñas», a segunda etapa construtiva recorreu a uma técnica totalmente diferente, com «sillería nueva para construir muros de dos hojas mediante el uso de andamios convenientemente colocados, como evidencia los mechinales en los ángulos inferiores de los sillares de la misma hilada».

só depois, abrir as arcadas que colocam em comunicação as naves central e laterais, obrigado essa atitude ao parcial desmonte do que há havia sido construído. Pelo contrário, a análise ao aparelho certifica a existência de duas fases, aparentemente não



Fig. 83.

S. Pedro de Lourosa. Aparelho construtivo da primeira etapa, localizado no muro ocidental da dependência Norte da nave transversal

tão próximas entre si quanto se poderia supor, uma vez que se caracterizam por distintas técnicas construtivas.

A análise ao aparelho não é o único indicador de duas etapas no conjunto que chegou até hoje. Lourosa exhibe uma curiosa multiplicação de acessos ao interior do edifício. A utilização de portas de lintel recto com arco de descarga identifica-se apenas nos acessos setentrional e meridional da nave transversal (**figs. 84 e 85**) (e também na porta principal de acesso ao templo pelo lado ocidental, já durante o restauro do século XX).



Fig. 84.
S. Pedro de Lourosa. Fachada setentrional da dependência Norte da nave transversal



Fig. 85.
S. Pedro de Lourosa. Fachada meridional da dependência Sul da nave transversal

Em território hoje português, este tipo de dispositivo foi utilizado em igrejas genericamente datáveis dos séculos IX e X: S. Gião da Nazaré (**fig.86**), Lourosa e Mosteiro de Fráguas (de acordo com a proposta consensual de Real, 2005: 283 e 290) (**fig. 231**), restando ainda a dúvida sobre a sua aplicação em Santa Marinha da Costa (Real, 1981: 464 e 466) e no controverso monumento de Idanha-a-Velha (sugestão de Torres, 1992: 177, que contou com reservas da minha parte, que ainda mantenho, em Fernandes, 2001: 66). Fora das actuais fronteiras portuguesas, portas idênticas parecem

percorrer uma mais larga diacronia, encontrando-se nas moçárabes Santa Maria de Melque (**fig.87**) e Santa Lucía de El Trampal (**fig.88**), ambas datáveis do século VIII, mas também em San Pedro de la Nave (numa parcela que deve atribuir-se ao século X) (**fig.89**), San Xés de Francelos, Peñalba ou Cogolla.



Fig. 86.
S. Gião da Nazaré. Lintel e arco de descarga do portal principal

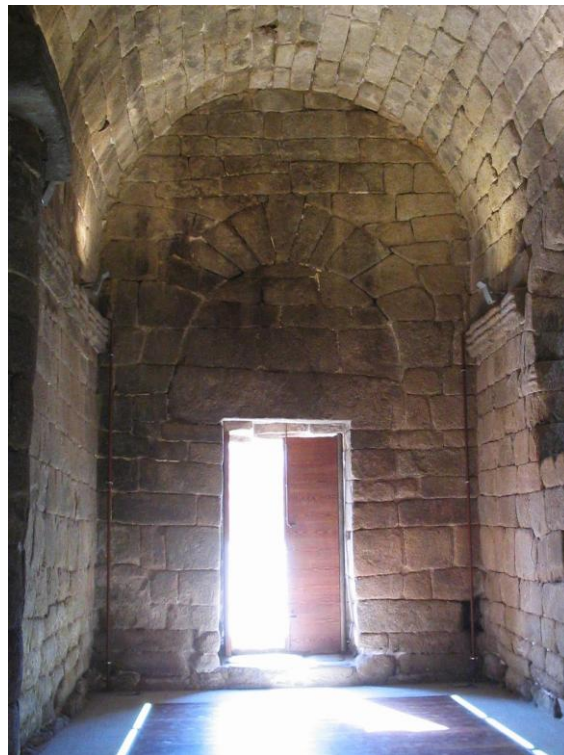


Fig. 87.
Sta. Maria de Melque.
Intradorso do arco triunfal

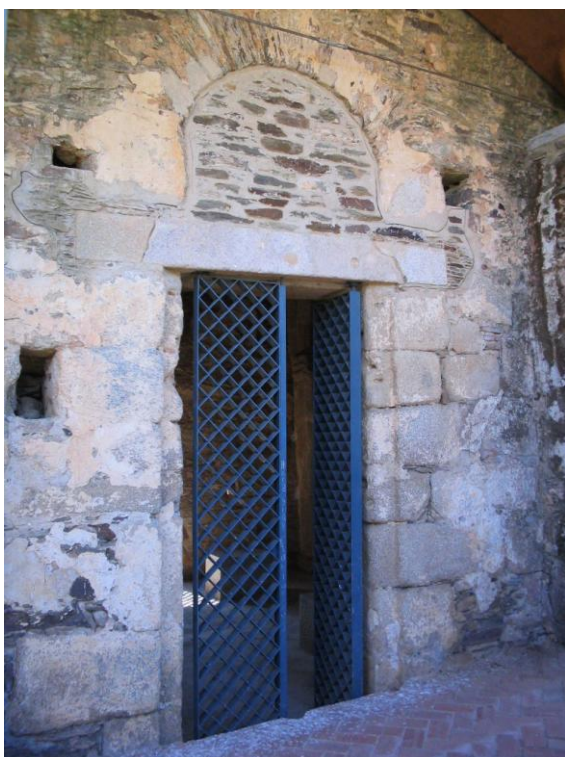


Fig. 88.
Sta. Lucía de El Trampal de Alcuéscar. Porta lateral de acesso ao corpo da igreja



Fig. 89.
S. Pedro de la Nave. Fachada principal com portal de lintel recto sobrepujado por arco de descarga

Sintomaticamente, este elemento não se encontra no derradeiro ciclo da arte asturiana, aquele que será contemporâneo da inscrição de 912 que vem datando o edifício. Mas ele está presente nos ciclos asturianos mais antigos, ainda que de forma pouco afirmativa, como em San Pedro de Nora (Fernandes, 2008: 33-34). No momento presente, e tendo em conta as conclusões de Utrero Agudo, 2009, inédito: 13 a respeito da contemporaneidade da porta lateral Norte com as fiadas mais antigas do templo de Lourosa, entendo que a primeira etapa construtiva parece ter privilegiado um tipo específico de ingresso no edifício, que não foi seguido na segunda fase, à qual atribuo as portas de lintel recto do final das naves laterais (que poderiam dar acesso a outras dependências, entretanto desaparecidas) e o exuberante portal principal em arco em ferradura que dava acesso ao *narthex*, entretanto também destruído (e reconstruído). Terá sido também nesta segunda fase que se abriram as portas ocidentais nas dependências Norte e Sul da nave transversal, pois apresentam grandes semelhanças com as suas congéneres das naves laterais. A ser verdadeira esta hipótese, e ainda que se desconheça o portal principal original que dava acesso à nave central, o tratamento das fachadas setentrional e meridional da nave transversal evidencia uma verdadeira monumentalização destas parcelas do edifício, fazendo crer que se tratariam dos principais acessos ao interior, pelo menos na primeira fase construtiva.

Qual a razão que terá, então, determinado a segunda campanha de obras no edifício? E qual a sua datação? Não tenho dados suficientes para responder a estas perguntas, mas penso estar em condições de formular uma hipótese. Ainda que os dados relativos às duas campanhas de Lourosa sejam escassos, a segunda etapa construtiva parece ter actuado sobre o corpo do templo e, possivelmente, sobre a *eikonostasis* que separava a nave central do cruzeiro. Na verdade, foi a opção pela abertura das arcadas para as naves laterais (em particular para a nave Norte) que obrigou à ruptura do maciço pétreo ocidental. Quer isto dizer que, na origem, o templo de Lourosa poderia não colocar em comunicação a nave central com as eventuais naves laterais, caso estas já existissem, e que, num segundo momento, ter-se-á optado por ampliar o espaço reservado à comunidade de fiéis, dotando-o de três naves intercomunicantes. Mas tal opção poderá não estar linearmente relacionada com uma eventual ampliação da comunidade de Lourosa. Tendo em consideração que, no início da nave Norte, se localiza um muito rudimentar baptistério (que coloca também os seus problemas de

interpretação)²²⁸ (**fig.90**), é possível que a nova configuração do templo tenha sido determinada por uma alteração de estatuto do próprio edifício, que passou a responder também às necessidades daquilo que, na transição para o século XII, viria a ser conhecido por paroquialização. Ou seja, só no segundo momento é que a igreja de Lourosa passou a dispor de piscina baptismal e a, por isso, prestar o sacramento do baptismo à comunidade envolvente. Se esta interpretação estiver correcta, o templo teve outra função na origem, e não será de estranhar que possa ter sido um mosteiro, tendo em conta a grande concentração de instituições monásticas dos séculos IX e X no actual centro de Portugal e a importância que essas comunidades tiveram na expansão asturiana deste território (**fig. 151**)²²⁹. Neste cenário, pondero ainda que a segunda etapa possa ter afectado a zona da *eikonostasis*, sendo a barreira física entre nave central e cruzeiro mais efectiva num primeiro momento e, depois, tendo-se atenuado essa separação de alguma maneira, para permitir uma circulação mais fluída no espaço sagrado²³⁰.

O segundo indicador de alteração do templo identificado pelo estudo de arqueologia da arquitectura merece mais reservas da minha parte. Ele pressupõe uma parcial ruína do edifício, atestada por uma mais ou menos visível linha descendente na fachada ocidental da dependência Norte da nave transversal (Utrero Agudo, 2009, inédito: 15-16) (**figs.92-93**). Fotografias antigas, no entanto, mostram que este sector do edifício teve um telhado de água única (**fig.94**), distinto e actuando sobre uma cota mais baixa que a actual solução em duas águas, para além de ter sido nesse sector que os

²²⁸ Barroca, 2010-2011: 134 admite tratar-se de um baptistério – “a própria morfologia e implantação no interior do templo o sugere”, não podendo confundir-se com uma zona para lavagem de defuntos. Concordo com esta opinião, embora realce o estatuto absolutamente ímpar de Lourosa no panorama dos baptistérios altomedievais peninsulares, de que apenas se conhecem dois casos de carácter rupestre: Lourosa e Santianes de Pravia. Nesta última igreja asturiana, a piscina baptismal (**fig.91**) foi aberta no solo de uma das naves e que tem uma rigorosa forma quadrangular, não podendo assemelhar-se à forma tosca e rudimentar de semelhante dispositivo em Lourosa.

²²⁹ A proposta de atribuição do templo fundacional de Lourosa a uma comunidade monástica foi já avançada por Utrero Agudo, 2012: 128 e 142, com base nos critérios tipológicos definidos por Moreno Martín, 2011. Aquela autora relaciona o templo eventualmente com o mosteiro de Lorvão. Em 2016 tive ocasião de apresentar uma comunicação ao XII Encontro Cultural de S. Cristóvão de Lafões, *De Cister a outros espaços e caminhos: as Beiras e as suas expressões histórico-culturais*, organizado por Luís Carlos Amaral, onde aprofundo algumas indicações sobre a dimensão monástica da expansão asturiano-leonesa pelo actual centro de Portugal, que aqui apenas apresento em mapa (Fernandes, 2017, no prelo).

²³⁰ Em rigor, não subsistem dados para atribuir uma modificação deste nível à *eikonostasis* no segundo período pré-românico. O mais natural é que esta cancela tenha sido totalmente suprimida na época românica. No entanto, existiram diferenças de natureza litúrgica entre as igrejas monásticas e as igrejas ditas paroquiais, pelo que não é de descartar uma alteração desse tipo na Lourosa da segunda fase (cf. Fernandes, 2017, no prelo, com exemplos).

restauradores retiraram um grande silhar que, na altura, foi catalogado como túmulo romano e que havia sido reaproveitado na caixa murária (fig.95).



Fig. 91.

Santianez de Pravia. Piscina baptismal

Fig.90.

S. Pedro de Lourosa. Pormenor da piscina baptismal (?) aberta no afloramento rochoso, no limite ocidental da nave lateral Norte



Fig. 92.

S. Pedro de Lourosa. Fachada ocidental da dependência Norte da nave transversal



Fig. 93.

S. Pedro de Lourosa. Cunhal Noroeste da dependência Norte da nave transversal



Fig. 94.

S. Pedro de Lourosa. Fachada setentrional da dependência Norte da nave transversal, antes de iniciado o restauro. Publ. Barreiros, 1934



Fig. 95.

S. Pedro de Lourosa. Fachada ocidental da dependência Norte da nave transversal, com indicação da suposta “arca romana”, antes de iniciado o restauro. Publ. Barreiros, 1934

Colocada a hipótese de duas fases construtivas, resta tentar explicar a relevância de elementos artísticos mais conotados com a estética do tempo de Afonso II que de Afonso III. Os modilhões estriados estão presentes em todo o edifício e não se identificam modilhões de rolos que tanto sucesso tiveram na primeira metade do século X na área leonesa, ou sequer a ausência destes suportes, como sucede nos principais edifícios de meados do século IX (Naranco e Lillo) ou, já no final da centúria, em Valdediós. A mesma constância identifica-se no recurso uniforme a elementos classicizantes, como os capitéis e os arcos²³¹. Mas os óculos em ladrilho, por exemplo, só se detectam na nave transversal de Lourosa, sendo substituídos, no corpo do templo, por frestas rectangulares de desenvolvimento rectangular. Por outro lado, os vestígios relacionáveis com o reinado de Afonso III são escassos e resumem-se a aspectos concretos de alteração volumétrica ou alcance simbólico. No primeiro caso, está o friso de arquinhos que coroou a torre sobre o cruzeiro. Ao segundo caso pertence o extenso conjunto de aximezes (pelo menos 5, de que resta aparentemente apenas 1) e o desaparecido pé de altar.

O friso de arquinhos que coroava a torre cruzeira de S. Pedro de Lourosa (**fig.96 e fig.97**) não procede (apenas) das Astúrias, mas sim de uma curiosa influência dos alminares islâmicos (Real, 1995: 44) (**figs.98-99**)²³², e tem outras materializações no

²³¹ Os elementos tipológicos romanos reaproveitados nas obras alto-medievais de Lourosa foram já objecto de rigorosa catalogação por parte de Lídia Fernandes (2008).

²³² A mesquita de Córdoba deve ter constituído fonte de inspiração para as realizações setentrionais cristãs. No tempo de Abd al-Rahmann III, a fachada Sul do grande alminar deve ter disposto de friso de arquinhos de arco em ferradura, de acordo com a proposta de Félix Hernández. E anos antes, em meados do século IX, no tempo de Muhammad I, abriu-se a Porta de San Esteban, cujo alçado era rematado por

espaço asturiano-leonês, como em Montélios (**figs.100-101**) (não reconstruído no restauro). E torres-cruzeiro encontram-se em Lebeña (**fig.102**), Peñalba (**fig.103**) ou La Cogolla (**fig.104**). Na realidade, este dispositivo volumétrico era já conhecido nas Astúrias do século IX, aparecendo sobretudo em Santa Maria de Oviedo, mas também em San Miguel de Lillo. No entanto, a relação da torre com frisos de arquinhos cegos de arcos em ferradura, intercalados, ao centro, por aximezes, é uma solução que só tem paralelo na refinada e cenográfica arquitectura áulica cordovesa do século X, correspondendo, assim, à transposição para o espaço setentrional da Península Ibérica de um artifício decorativo de raiz islâmica.

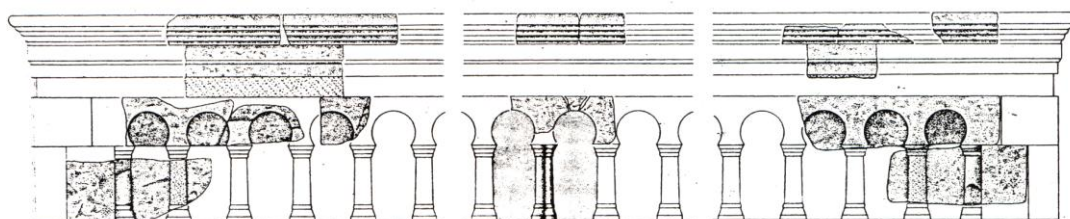


Fig. 96.

S. Pedro de Lourosa. Reconstituição do friso de arquinhos cegos com aximez central que decorava a torre-cruzeiro. Segundo Manuel Luís Real, 1995

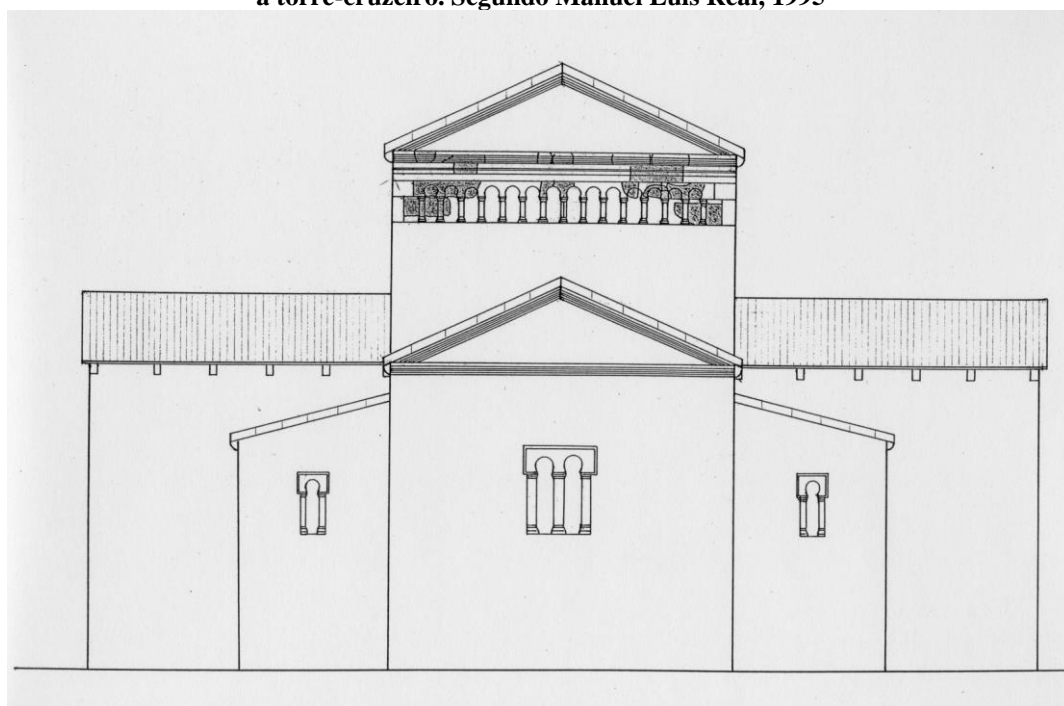


Fig. 97.

S. Pedro de Lourosa. Reconstituição da cabeceira e torre-cruzeira da igreja. Segundo Paulo Almeida Fernandes, 2002. Desenho Rosário Carvalho

friso de arquinhos, ainda não assumidamente em ferradura, segundo proposta de António Almagro, que mereceu crédito a Borrás Gualis, 1994: 30 e 32.



Fig. 98.
Alminar da actual igreja de San Juan de Córdoba

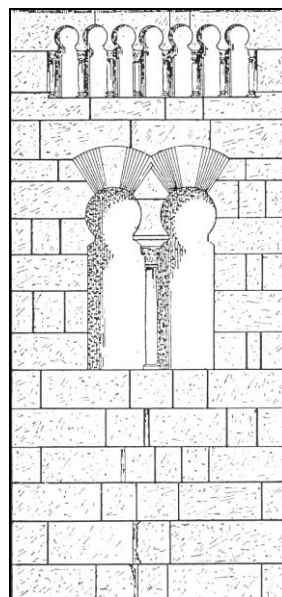


Fig. 99.
Alminar da actual igreja de San Juan de Córdoba. Reconstituição da fachada (Borrás Gualis, 1994)



Fig. 100.
S. Frutuoso de Montélios na actualidade

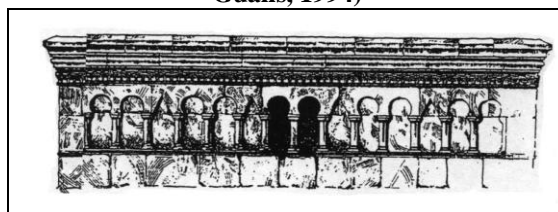


Fig. 101.
S. Frutuoso de Montélios. Proposta de João de Moura Coutinho para a reconstituição do friso de arquinhos sobre a torre-cruzeira



Figs. 102-104.
Aspectos gerais das igrejas de Lebeña (Cantabria), Peñalba (Castilla y León) e San Millán de la Cogolla (La Rioja)

Bem diferente é o que se pode dizer em relação ao conjunto de aximezes e ao pé de altar que os trabalhos de restauro lograram identificar. Já foi afirmado que o típico aximez de tradição asturiana foi um elemento reforçador da unidade estilística do tempo de Afonso III (Barroca, 1990: 129) e, em Lourosa, segundo o testemunho de Manuel de Aguiar Barreiros, chegaram até ao século XX 6 aximezes (Barreiros, 1934: 199). Aquando da finalização do restauro, apenas dois haviam sido incorporados na obra final e, destes, somente o da fachada principal era original (DGEMN, 1949: 11), entretanto

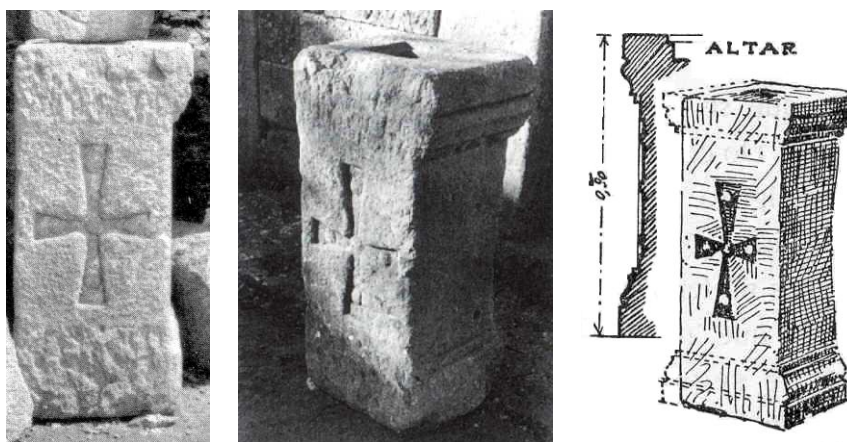
aplicado ao registo superior da face ocidental da nave central, por se ter suprimido o primeiro andar ao *narthex* (figs.105-106). A proximidade desta peça com o aximez da fachada principal da igreja de San Salvador de Valdediós foi já afirmada por vários autores e, se o elemento de Lourosa não é acompanhado pela cruz de cujos braços horizontais pendem os símbolos do alfa e do ómega, partilha com aquela realização asturiana outras semelhanças, como a decoração estriada que acompanha a curvatura em ferradura dos dois vãos que formam a janela e o rebordo saliente da moldura superior. Este é, sem margem para dúvidas, o elemento que mais aproxima Lourosa das construções do tempo de Afonso III e integra a construção da área portuguesa na corrente estética daquele reinado. A posição que os aximezes ocuparam no edifício, ainda que se preste a algumas dúvidas, vem reforçar a sua colocação num segundo momento construtivo, na medida em que, à excepção do aximez da capela-mor, que poderia estar ao nível do piso térreo (embora se mantenha a dúvida sobre se a ábside teve alguma vez dois andares), os restantes foram aplicados a partes elevadas: um sobre o portal principal, como ainda se encontrava antes do restauro, iluminando a galeria alta sobre o *narthex* que abria para a nave central, e, tão ou mais importante, assinalando simbolicamente o segundo piso da fachada principal, e quatro deles harmonicamente colocados nas faces da torre-cruzeira, ao centro do friso de arquinhos, como foi reconstituído por Manuel Luís Real, e como ainda se testemunha em Montélios.



Fig.106.
S. Pedro de Lourosa. Aximez original (com mainel reconstruído), recuado da fachada principal do *narthex* para o alçado do portal principal de ingresso na nave central aquando do restauro

Fig. 105.
S. Pedro de Lourosa. Fachada principal da igreja (que dá para o *narthex*) antes do restauro

Finalmente, o pé de altar (**figs. 108-109**) certifica também a pertença da igreja ao universo asturiano, embora aqui com menores certezas a respeito da cronologia em que foi realizada. Já me referi aos 4 pés de altares asturianos que se conhecem em território hoje português (Lourosa, Rates, Balsemão e um outro possivelmente procedente também de Balsemão que hoje é propriedade privada) e não restam dúvidas sobre a heterogeneidade do seu desenho, ainda que todos recordem o símbolo máximo da monarquia asturiana – a cruz. Sobre o de Lourosa, em concreto, que foi realizado a partir de uma ara romana (Sastre de Diego, 2012: 158), o desenho que dele fez José Vilaça (**fig.110**) mostra uma cruz cujo formato não pode deixar de recordar a *Cruz dos Anjos* (**fig.111**), com os seus entalhes circulares a rematar cada braço, ao contrário da *Cruz da Vitória* (**fig.112**), cujos braços terminam em ligeiros tridentes salientes. Quer isto dizer que, mais uma vez, o repertório decorativo das peças asturianas de Lourosa evoca, mais fielmente, as realizações ao tempo de Afonso II que, propriamente, as suas contemporâneas do tempo de Afonso III. O inventário deste tipo de elementos no antigo reino das Astúrias não é elucidativo a respeito da congruência do modelo com recurso à cruz asturiana, na medida em que são pouco relevantes os altares que dispõem desta decoração (Sastre de Diego, 2012b), e, por outro lado, a respeito da cronologia, sendo



Figs. 108-110.

S. Pedro de Lourosa. Desparecido pé de altar (fotografias publicadas por Barreiros, 1934 e Arbeiter e Noack, 1993). Desenho de José Vilaça, publicado por Barreiros, 1934

possível que o modelo da *Cruz dos Anjos* fosse seguido até ao reinado de Afonso III sem grandes alterações, embora se saliente que, no tempo deste último monarca, as cruzes em pedra que se conhecem (aximez de Valdediós, remate da fachada principal da Foncalada, inscrição comemorativa da construção da cava de Oviedo, San Martín de Salas) copiam todas a *Cruz da Vitória*.



Fig. 111.
Cruz dos Anjos. Câmara Santa da catedral de Oviedo (reinado de Afonso II)



Fig. 112.
Cruz da Vitória. Câmara Santa da catedral de Oviedo (reinado de Afonso III)

Um último aspecto, de natureza tipológica, deve ainda ser valorizado para o reconhecimento de, pelo menos, duas etapas construtivas em S. Pedro de Lourosa. Falo dos amplos arcos em ferradura que permitem a circulação interna. Apesar de todos eles adoptarem a mesma forma em ferradura, há uma subtil diferença que permite tecer considerações em matéria cronológica. Enquanto os quatro arcos da nave transversal (dois arcos que colocam em comunicação o cruzeiro com as dependências Sul e Norte dessa nave transversal e outros dois que permitem o acesso destas dependências às respectivas naves setentrional e meridional do corpo do templo) não apresentam qualquer decoração nas aduelas que os formam (**fig.113**), a tripla arcada que secciona o espaço do corpo (permitindo a circulação entre as naves) contém uma muito discreta decoração, resumida a um simples rebordo no limite das aduelas, que forma um almofadado pouco pronunciado (**figs.114 e 43**).

À primeira vista, este elemento poderia ser resultado de uma empreitada inacabada, até porque as faces que apresentam esta decoração estão voltadas para as naves laterais, onde passam mais despercebidas, e não se vislumbram da nave central. Foi dessa forma que os responsáveis pelo estudo de arqueologia da arquitectura interpretaram este elemento (Utrero Agudo, 2012: 135). No entanto, idêntica solução foi adoptada no arco triunfal da igreja de Balsemão (**fig.42**), como já se viu acima, e, tam-



Fig. 114.
S. Pedro de Lourosa.
 Pormenor do almofadado da arcaria Sul do corpo

Fig. 113.
S. Pedro de Lourosa. Arco de passagem da dependência Norte da nave transversal para a nave Norte, sem decoração com almofadado

bém aí, apenas numa face, em concreto na superfície voltada à ábside, onde efectivamente passa mais despercebida. Com maior probabilidade, estar-se-á perante um artifício decorativo discreto, um “almofadado frouxo” como lhe chamou Ferreira de Almeida (2001: 30), mas que se institui como marca daqueles dois templos e, mais importante, como mais um elemento a integrar na corrente classicizante que percorre parte considerável das manifestações construtivas tardo-asturianas da actual área portuguesa e que têm vindo a ser objecto de estudo por parte de Manuel Luís Real (1995: 66; 2007: 149-150) e por mim próprio (Fernandes, 2005: 295-297). Mais importante para o reconhecimento de fases construtivas em Lourosa, é o facto de os quatro arcos em ferradura da zona do cruzeiro e nave transversal terem sido já atribuídos à primeira fase do monumento (Utrero Agudo, 2012: 134), enquanto as duas arcadas da nave são produto de uma segunda fase. Às diferenças de aparelho entre ambas as etapas construtivas acima descritas, junta-se mais esta distinta opção de acabamento das aduelas dos arcos.

Os arcos que colocam em comunicação as dependências da nave transversal com as actuais naves laterais devem motivar mais algumas reflexões. A sua existência logo na primeira fase indica que esses vãos permitiam o aceso da nave transversal a uma área exterior, ou, em alternativa, já a compartimentos que, não sendo ainda naves laterais, tinham uma função de apoio ao templo. Na igreja monástica de Santa Lucía de El Trampal, por exemplo, o corpo da igreja era rodeado por dependências deste tipo,

formando dois âmbitos diferenciados de acesso à nave transversal. E em Melque também o braço setentrional da nave transversal deu acesso a uma dependência de apoio. Pode ter sido esta também a primeira configuração de Lourosa, mas só uma rigorosa análise arqueológica ao subsolo poderá esclarecer esta hipótese. A circunstância de as dependências Norte e Sul da nave transversal abrirem para o exterior por portas de lintel recto, comparáveis às das faces ocidentais das naves laterais, é mais um indicador nesse sentido: na segunda fase, inutilizados os arcos originais porque passaram a permitir o acesso às naves laterais, terá havido necessidade de se rasgarem novas portas naqueles compartimentos extremos da nave transversal para permitir acessos ao exterior pelo lado poente.

Por esta necessariamente breve digressão sobre os aspectos decorativos e construtivos que mais aproximam Lourosa da arquitectura asturiana do tempo de Afonso III, é fácil compreender como são mais fortes os elementos que vinculam o templo à estética do século IX. Por essa razão, e abertas as perspectivas de interpretação de uma mais larga diacronia da obra com o recurso à arqueologia da arquitectura, encaro como probabilidade mais forte a hipótese de um primeiro edifício ter sido erguido ainda durante o século IX, em cronologia e âmbito impossíveis de definir neste momento, mas que pode ter sido determinado por uma natureza monástica, a confirmar-se a relevância da *eikonostasis* e a posterior incorporação daquilo que vem sendo catalogado como piscina baptismal rupestre (Fernandes, 2017, no prelo). A esse edifício pertencerá grande parte do espólio decorativo, como os modilhões estriados e os óculos de ladrilho. Numa segunda fase, ao redor de 912, ter-se-á registado uma parcial reformulação do templo, ampliando-se o corpo, ou dando a esta parte nova configuração (possivelmente incluindo-se o *narthex* só nesta fase) e construindo-se uma torre-cruzeira, para lá de eventuais alterações no interior, como uma possível reforma da *eikonostasis* e do circuito interno de circulação de âmbito litúrgico.

Quando defendi a dissertação de mestrado dedicada a esta igreja (2002), entendia ainda que Lourosa havia sido construída num mesmo único momento ao redor de 912. Por essa razão, referi-me às opções estéticas do templo que veiculavam uma linguagem artística com quase um século de distância como um notável exemplo daquilo que Nieto Alcaide, 1989: 169 chamou o «valor do passado», ou seja, uma deliberada intenção do tempo de Afonso III em «recuperar la vigencia y los usos de los primeros principios», convertendo-se o *asturiano* em modelo de si próprio (Fernandes, 2008: 36). Esta hipótese encontrava reservas, algumas então colocadas. A confirmar-se

esta opção, nenhum outro edifício do ciclo artístico de Afonso III e seus imediatos sucessores teria levado tão longe esta intenção como Lourosa, ainda que a dimensão comemorativa do tempo de Afonso III tivesse ficado clara no facto de a *Cruz da Vitória* ser uma comemoração da *Cruz dos Anjos* e do próprio símbolo da monarquia asturiana. A verdade, porém, é que o que se conhece da arquitectura realizada em solo asturiano ao longo do século IX é muito pouco, tendo por comparação o que se terá edificado. Fernández Conde, 2007: 58 enumerou perto de uma centena de igrejas que podem ter sido construídas entre os séculos VIII e X (entre fontes documentais e dados arqueológicos, artísticos e epigráficos), o que faz com que, por um lado, deixe de fazer sentido a tradicional sistematização da arte asturiana em ciclos artísticos vinculados aos reinados (Afonso II, Ramiro I, Afonso III...), e, por outro lado, que esta ampla dinâmica construtiva não possa resumir-se à encomenda régia. Diversificado o panorama, é natural que, ao lado dos grandes edifícios que chegaram até hoje, e cuja análise revela uma estrita evolução do estilo *asturiano*, muitos outros tenham existido, cujos modelos não acompanhavam a suposta vanguarda que caracterizaria a encomenda régia, tendo então existido manifestações continuadoras de linguagens em voga desde o tempo de Afonso II e outras mesmo vinculadas a estirpes nobres específicas, partindo do princípio que um mesmo promotor contrataria os mesmos artistas para diferentes obras nos seus domínios. Para já, este último fenómeno não é possível de certificar para o reino das Astúrias do século IX, mas começa a ter alguma visibilidade no condado de Portucale no século X (Real, 2007: 139 a respeito da possível relação dos modilhões de rolo e do capitel de acantos da igreja de Arentim com um outro capitel do templo galego de Vila Nova das Infantas, ambos os monumentos vinculados à estirpe de Vímara Peres²³³) e, dois séculos mais tarde, trata-se de um tema com pleno sentido para a arte românica do Entre-Douro-e-Minho.

²³³ Os modilhões de rolo da igreja de Arentim foram estudados por Barroca, 1990: 136-141, que verificou a singularidade destas realizações na restante arquitectura pré-românica da região. A explicação para este facto foi dada anos depois, por Manuel Luís Real (2007: 139), que salientou o facto de a propriedade de Arentim estar, desde cedo, associada à estirpe de Vímara Peres, em concreto seu filho, Lucídio Vimaranes, cujos descendentes ainda estavam na sua posse no final do século XI. Juntamente com os fragmentos de modilhões de rolo, em Arentim apareceu também um capitel de acantos que tem muitas semelhanças com um outro capitel de Vilanova das Infantas, Ourense (Núñez Rodríguez, 1978: 255). Esta circunstância ajuda a perceber a origem galega da estirpe de Vímara Peres e as opções estéticas da família em determinado momento, que terá assim recrutado os mesmos artistas para as obras que promoveu em Vilanova das Infantas e Arentim. O vínculo galego de Ludídio Vimaranez, que terá mesmo nascido na Coruña, encontra-se melhor explicitado na parte do projecto Medieval Lands dedicado à nobreza asturiana e leonesa galega, em concreto o capítulo 5, no qual se aborda a descendência de Vimaranez (<http://fmg.ac/Projects/MedLands/Galicia.htm>).

A centralidade regional de Lourosa não deve causar dúvida ou espanto. Se, durante muito tempo, se caracterizou esta igreja como uma construção moçárabe rural, afastada de centros de poder regionais e fruto de uns quantos anónimos moçárabes imigrados do Sul peninsular em busca de paz (sobretudo Gonçalves, 1952, republ. 1980), a sua inclusão na esfera asturiana (Fernandes, 2002) veio abrir novas perspectivas de estudo. Trabalhos mais recentes (Real, 2005 e 2007; Fernandes, 2008) permitiram aprofundar as relações que o templo ostenta com produções asturiano-leonesas e com o processo de colonização a que a Beira Alta esteve sujeita entre finais do século IX e praticamente todo o século X. No entanto, e não obstante estes avanços, Lourosa continuava a ser um edifício localmente isolado, com a agravante de ser um templo vinculado à autoridade asturiano-leonesa (como o seu projecto arquitectónico e decorativo tão claramente demonstra) num território onde não existiam outros vestígios de idêntica qualidade.

Não tenho dúvidas em afirmar que o pretenso isolamento de Lourosa é aparente e que está longe de corresponder à realidade dos séculos IX-X. Para lá do tanto que não se sabe sobre a evolução da cidade romana de Bobadela, onde está atestada, pelo menos, uma presença cristã na época visigótica (Gomes e Dias, 1995 estudaram um jarro litúrgico aparecido nos alicerces de uma casa no centro histórico da localidade), no concelho de Oliveira do Hospital subsiste a **Casa do Penedo**, residência que aproveita certamente o que resta de uma antiga estrutura fortificada (**fig.115**). Este edifício e a sua envolvente não foram ainda intervencionados arqueologicamente, mas o que se pode observar é ainda sintomático de uma ocupação que pode estar conotada com a expansão asturiano-leonesa (como já sugeriu Neves, 2010: 118). A interpretação tradicional aponta para a construção de uma fortaleza em época islâmica, razão pela qual o imóvel é localmente conhecido como Torre dos Mouros. A análise ao tipo de aparelho construtivo, pelo contrário, revela características mais comuns nas construções cristãs dos séculos IX e X. As parcelas baixas dos muros caracterizam-se por um aparelho pseudo-isódomo, onde se empregou abundante material romano reutilizado e reafeiçoado, havendo alguns silhares almofadados e outros moldurados, sendo estes últimos procedentes de frisos (**fig.116**). Este tipo de aparelho mantém-se até uma cota muito alta da estrutura e, no seu sector Sudoeste, articula-se com um penedo, que dá o nome à casa e impõe a relevância estratégica da construção sobre a paisagem envolven-



Fig. 115
Casa do Penedo (Oliveira do Hospital). Perspectiva de Sudeste

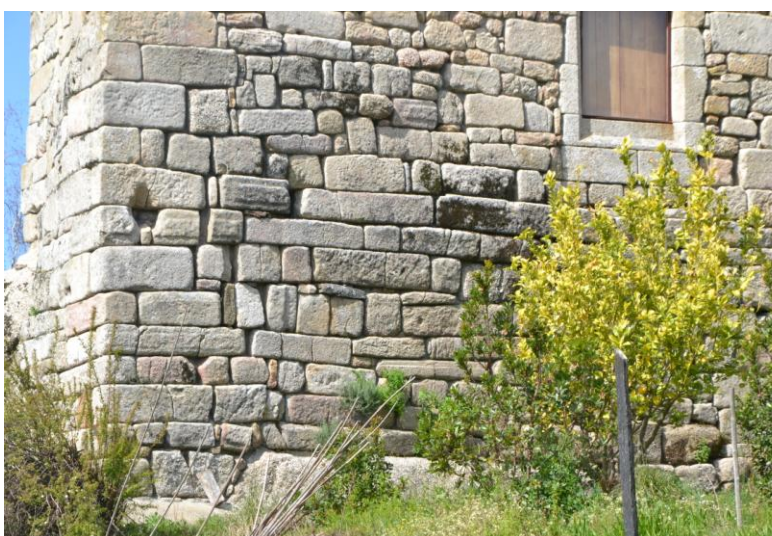


Fig. 116
Casa do Penedo. Pormenor do aparelho construtivo da fachada Este, vendo-se muito material almofadado e silhares moldurados

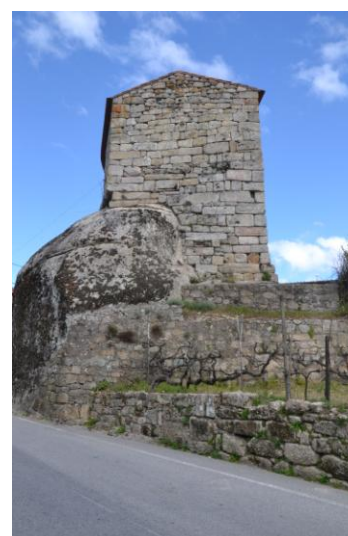


Fig. 117.
Casa do Penedo. Vista geral do edifício, pelo lado Sul

te (**fig.117**). Na fachada poente repete-se o tipo de aparelho construtivo, encavalitado sobre o penedo e, sensivelmente a meio do pano, a caixa murária faz uma ligeira inflexão para Norte. É nesse sector que se localizam os silhares com melhor acabamento, fazendo crer que a construção poderia ter-se iniciado por este lado (**fig.118**). O facto de se encontrarem silhares moldurados sugere que se esteja em presença de um reaproveitamento secundário: o material pétreo, sendo na origem

romano, terá sido reutilizado ainda numa outra construção, possivelmente áulica ou religiosa, antes de ser empregue na Casa do Penedo.



Fig. 118.
Casa do Penedo. Fachada poente, salientando-se a qualidade do aparelho construtivo no sector inferior Noroeste

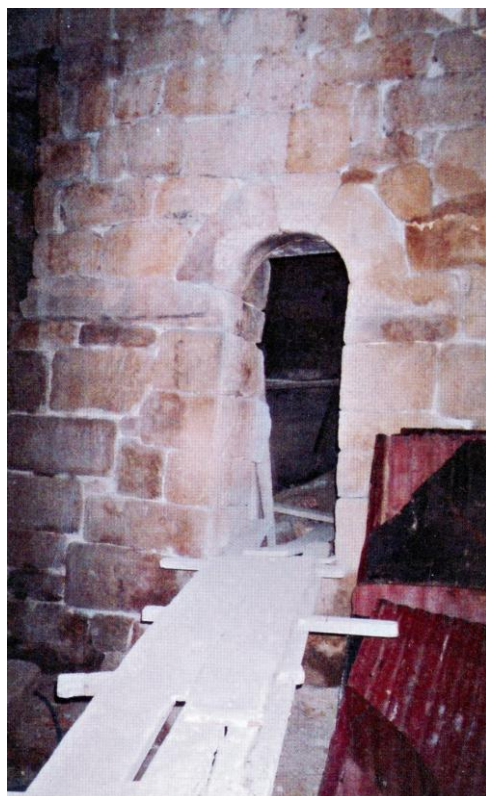


Fig. 119.
Casa do Penedo. Portal de acesso à "torre", hoje integrado no anexo do século XVIII e que, na origem, seria sobre-elevada em relação à cota do terreno. Publ. Neves, 2010

Na sua aparente singeleza e até fragilidade, por se encontrar isolada num promontório estratégico, não se vislumbrando outras construções religiosas ou militares anexas (ao contrário do que sucede com o antigo paço de D. Mumadona Dias, em Guimarães²³⁴), o aparelho construtivo desta torre não pode deixar de recordar as partes baixas da torre do castelo de Trancoso (ainda que, nesta vila da Beira Alta, se tenham recorrido a silhares de maiores dimensões). A confirmar-se a sua cronologia em época pré-românica, estar-se-á em presença de uma das escassas construções áulicas da nobreza liderante deste período, ainda antes do advento da *domus fortis* românica, contribuindo a Casa do Penedo para atenuar a escassez há muito afirmada por Mário Barroca (1989: 9-11) em relação aos vestígios físicos dos solares nobres pré-românicos.

O acesso ao interior da torre fazia-se por uma apertada porta localizada do lado Norte, hoje oculta pela construção anexa da época moderna. Essa passagem já não deve corresponder à entrada original, na medida em que se trata de um arco de volta perfeita, assente sobre duplo friso que acompanha a caixa murária (**fig.119**). A sua maior particularidade, no entanto, é estar posicionada a uma cota muito superior que o terreno

²³⁴ Real, 1985: 27-30 identificou arqueologicamente a antiga torre senhorial dos Senhores de Portucale.

anexo, o que faz com que a ela se acesse apenas por escada amovível, circunstância que confirma o carácter militar da estrutura. Tratar-se-ia, assim, de uma torre com apenas dois andares, suficiente para acomodar uma família da nobreza local em tempos pré-românicos e, simultaneamente, anunciar, na paisagem envolvente, o seu poderio.

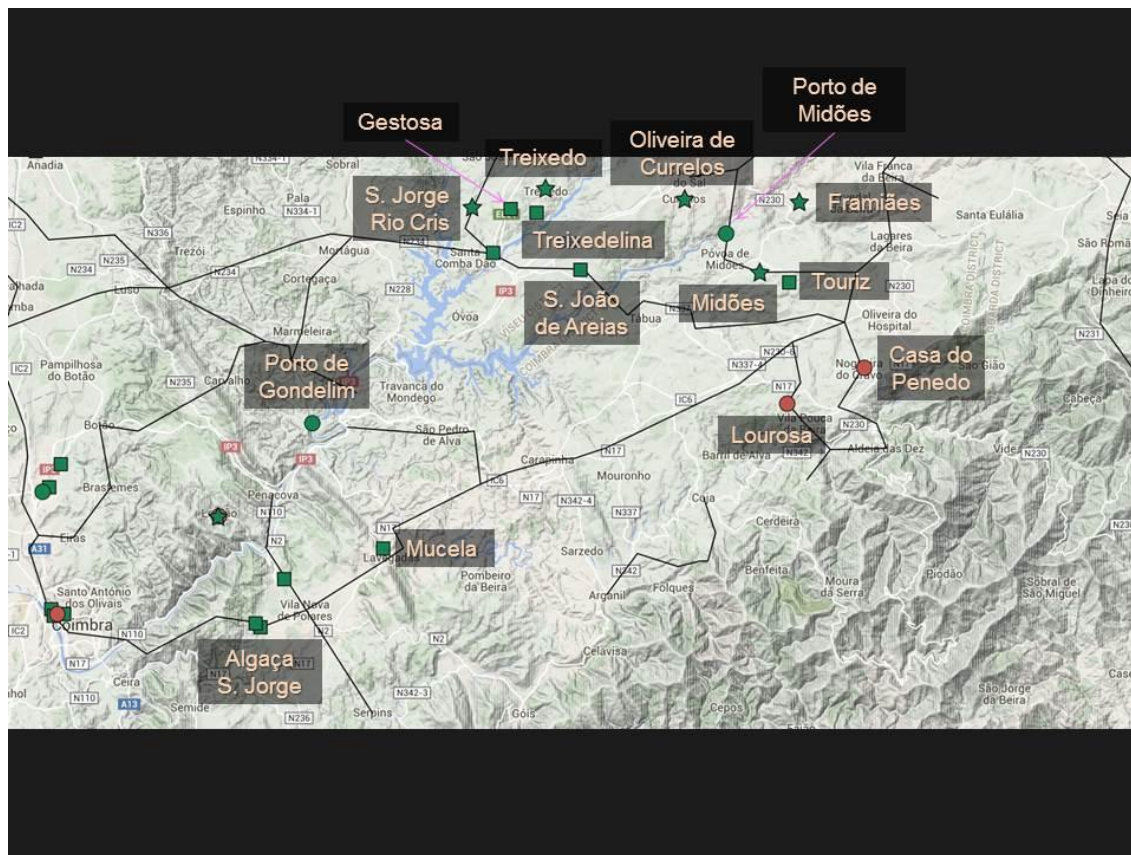


Fig.120.

Mapa dos vestígios materiais e referências documentais a construções na zona do rio Alva e até à cidade de Coimbra, durante os séculos IX e X.

Implanta-se também a rede viária romana da região, a partir do site www.viasromanas.pt

S. Pedro de Lourosa e a Casa do Penedo constituem, para já, as faces visíveis de uma organização territorial asturiano-leonesa que se supõe ter sido mais vasta. Tal como referi para a zona de Lamego, também no território do rio Alva surgem impressionantes testemunhos da presença asturiana e leonesa ao longo do século X, que revelam como esta parcela do território fez parte de um processo expansionista dos reinos de Oviedo e de León. Sem me referir às muitas *uillae* que a documentação situa nesta região (de ambos os lados do rio Alva), o restrito conjunto de diplomas do século X reunidos no *Livro Preto* e nos *Portugaliae Monumenta Historica* ilustram uma paisagem monumentalizada por igrejas e mosteiros (**fig.120**). Prova disso é o documento de 951-955, pelo qual a nobre Múnia (ou Mónia, Muna) legou ao mosteiro de Lorvão todas as suas propriedades entre Mondego e Alva (*Livro Preto*, ed. 1999: 93-96, doc. 56). Neste

diploma referem-se a vila de Midões *cum suos monasterios*, e a vila de Touriz (*Teodorize*), ambas as localidades *cum suas ecclesias*. Também se menciona a vila de Framiães (*Flamianes*) *cum suo monasterio et cum suo ornamento et cum una biblioteca*. Todas estas localidades estavam coutadas com *terminos antiquos*. Estas três localidades relacionavam-se facilmente, através do Porto de Midões, com outras relevantes construções: Oliveira de Currelos (já no actual concelho de Carregal do Sal), S. João de Areias e Treixedo, em cujo território se localizava a igreja de Treixedelina, onde o conde Gonçalo Moniz teve sepultura (como se verá adiante). Para Sudoeste, Lourosa e a Casa do Penedo tinham também boas ligações, através da estrada romana que se desenvolvia a Sul do rio Alva, a Mucela (*uilla* documentada em 946) e Algaça (943).

À medida que o antigo território da cidade romana de Bobadela começa a ser estudado numa perspectiva diacrónica, emergem os vestígios da instalação dos colonos vinculados à autoridade de Oviedo e de León. Nesta região, parece ter dominado a nobre Múnia Dias, irmã de Mumadona Dias que casou com Alvito Lucides, o que pressupõe que este casal tivesse como uma das principais bases de implantação fundiária este trecho territorial a Sul do Mondego.

* * *

Referi-me aos limites Norte (Lamego) e Sul (Lourosa) do clã asturiano-leonês que se instalou na região de Viseu na transição para o século X e de como essas aparentes fronteiras se tocam artisticamente, assinalando a contemporaneidade dos edifícios, ou de parte deles. Falta referir os limites orientais da autoridade deste grupo, antes de enveredar por uma caracterização do centro nevrálgico de poder detido por estes magnates.

Como se verá no capítulo seguinte, é ao grupo asturiano-leonês de Viseu que se ficou a dever a rede militar da Beira Alta dada a conhecer num diploma de 960, pelo qual D. Chamôa Rodrigues doou um vasto património fundiário entre Trancoso e Numão ao mosteiro de Guimarães. Na estratégia defensiva abraçada por aquele grupo, Trancoso parece ter desempenhado papel de natural centralidade como limite Sudeste do território alvo de colonização. Mas o que sucedeu para lá das fronteiras dessa linha? A resposta, para já, é de que a colonização asturiano-leonesa continuou, e disso dão testemunho alguns vestígios que importa analisar neste momento. O castelo de Trancoso, a que se associavam pelo menos duas grandes necrópoles rupestres e uma

**De Trancoso a
Idanha-a-
Velha**

desaparecida inscrição que aludia à construção de uma igreja no ano de 912, estava articulado com o território circundante. No actual concelho de Trancoso conhecem-se vestígios inequívocos deste processo expansionista em **Vilares**, local onde os arqueólogos municipais recolheram um muito fragmentado elemento de janela em arco em ferradura (**fig.121**). A sua atribuição ao século X não oferece dúvidas, pelas semelhanças que ostenta com outros vãos de iluminação em igrejas do período final asturiano, desde logo com idênticos elementos que foram resgatados na igreja de Lourosa e que se encontram desaparecidos (**fig.122**). O tipo de rebordo que acompanha a curvatura do arco, em dupla moldura, e que também limita a própria peça aproxima-se ainda do aximez de S. Pedro do Sul que, como se verá, tem notórias semelhanças com a janela da capela-mor da igreja de San Salvador de Valdediós. Na aldeia, ou bem perto, ter-se-á localizado um *habitat* romano, do qual procede uma inscrição do século V (Ipa, online), e a continuidade de ocupação pela Alta Idade Média parece estar atestada pela presença de uma grande necrópole rupestre, no sítio de Plames, da qual fazem parte, para já, cerca de trinta sepulcros (Ferreira, 2000: 369). O fragmento de vão de iluminação de que aqui se dá notícia prova que, no século X, Vilares dispôs de um edifício religioso, muito possivelmente uma igreja com características próximas às da segunda fase da igreja de Lourosa.



Fig. 121.

Vilares, Trancoso. Fragmento de vão de iluminação. Fot. Carlos Lobão



Fig. 122

S. Pedro de Lourosa. Material resgatado aquando do restauro (em grande parte desaparecido, vendo-se do lado direito dois vãos de iluminação semelhantes ao de Vilares

De **Jarmelo** conhece-se também um elemento tipológico asturiano que certifica a existência de uma igreja na localidade. Trata-se da parte central superior de um grande

aximez²³² (**fig. 123**), que possui ainda bem visível o rebordo que enquadrava os arcos em ferradura que permitiam a iluminação do interior do edifício, embora não seja possível perceber se essa moldura tinha continuidade na aresta quadrangular superior, como acontece em Vilares e na generalidade dos aximezes da arte asturiana ao tempo de Afonso III. Era uma peça que se compunha de duas partes, semelhante também ao que se encontra em aximezes asturianos, designadamente na janela da capela-mor de Valdediós. De acordo com Tiago Pinheiro Ramos, a peça apareceu numa zona relativamente periférica do povoado castrejo, a nascente das ruínas e da actual igreja, numa zona de declives mais acentuados, o que pode indicar uma ocupação



123.

Jarmelo, Guarda. Parte central de aximez encontrado numa zona de encosta, a nascente da actual igreja. Fot. Tiago Ramos

da encosta durante a Alta Idade Média, facto que, a confirmar-se em futuras escavações, poderá trazer novas interpretações sobre uma possível relação do templo com a estrutura fortificada mais acima, assim se clarificando as zonas nevrálgicas da primitiva organização do povoado em época asturiano-leonesa.

Na Beira Alta existe ainda outro aximez, mas que é tipologicamente distinto dos vãos de iluminação de Vilares e do Jarmelo e, por isso, deve corresponder a outro período. Trata-se de uma curiosa peça há muito existente em Vilar Maior (Sabugal) (**fig.124**), mas que apenas o estudo de Paulo Pernadas (2010) veio dar a devida visibilidade. Desconhece-se a sua procedência exacta, o que impede quaisquer considerações sobre o contexto arqueológico onde foi achada (sendo, no entanto, de realçar a permanência do microtopónimo Santa Marinha como possível local de proveniência), mas não há dúvidas sobre a sua cronologia mais tardia, possivelmente no século XI. Ao contrário dos vãos de iluminação atrás descritos, este não possui rebordo moldurado dos arquinhos nem o limite exterior é acompanhado por qualquer moldura. Por outro lado, contém uma inscrição que não foi ainda lida na sua globalidade,

²³² Agradeço o conhecimento desta peça a Catarina Tente, que me fez chegar uma primeira fotografia em Setembro de 2013. A peça foi tornada pública por Tiago Rebelo Ramos, através de poster no congresso *Do Império ao Reino (Viseu e o Território. Séculos IV a XI)*, que relacionou também esta peça com S. Pedro de Lourosa, ainda que ampliando o aro temporal para os séculos X-XI.

aguardando-se que novos ensaios possam trazer mais certezas sobre a epígrafe, facto que também a diferencia de peças idênticas asturianas. É possível que se trate de uma peça do século XI, quando este território terá sido nominalmente integrado nos domínios de Córdoba (com as investidas de al-Mansur), sendo de destacar que, relativamente perto, em Figueira de Castelo Rodrigo, conserva-se a porta islâmica da cisterna, que deverá datar da primeira metade do século XI. O mais provável, porém, é que corresponda ao período imediatamente seguinte, após a conquista do actual centro de Portugal por Fernando Magno. Não é estranho encontrarem-se aximezes da segunda metade do século XI. Tal como não é estranho que alguma estética asturiana tenha continuado a verificar-se já depois de transformado o reino das Astúrias em reino de Leão. No tempo de Fernando Magno, sensivelmente um século depois das últimas realizações asturianas, encontram-se ainda elementos artísticos que evocam a arte da transição para o século X, como argumentarei no capítulo seguinte, a propósito de uma recente descoberta na igreja de Santa Maria de Trancoso, e vale a pena recordar também os aximezes sesnandinos do castelo (ou paço) de Soure (**fig. 125**) (Real e Fernandes, 2017, no prelo).



Fig. 124
Vilar Maior, Sabugal.
Aximez depositado no Museu Municipal



Fig. 125
Castelo de Soure.
Aximez da fase sesnandina da edificação

Um pouco mais a Sul localiza-se outro vestígio importante da colonização asturiano-leonesa. Situa-se na “cidade” de *Centum Cellae*²³³ e prova como os agentes da monarquia de Oviedo e de León materializaram uma estratégia que privilegiou não apenas a ocupação da região de Viseu, a Noroeste da Serra da Estrela, mas também alguns sectores da região a nascente daquele sistema montanhoso, certamente ao longo

²³³ Adopto a interpretação de Guerra, 2007: 190-201 e Guerra e Schattner, 2010 para o sítio de *Centum Cellas*, por oposição à visão mais tradicional, que apontava para a constituição de uma *uilla* romana (defendida sobretudo por Alarcão, 1988: 118 e pela arqueóloga que escavou o local, Helena Frade, e ainda recentemente argumentada por Alarcão, 2012: 114-117).

da estrada romana que ligava Idanha-a-Velha ao Norte peninsular (**fig. 151**). No complexo de ruínas colocadas à vista em *Centum Cellae*, tem passado despercebida uma pequena dependência, periférica já em relação ao suposto *forum* e que parece associar-se a uma via que ligava ao centro nevrálgico da cidade, mas que possui duas características totalmente distintas da restante arquitectura romana e tardo-romana do sítio. Por um lado, tem uma curiosa planta em ferradura pelo lado interior, a que corresponde uma volumetria quadrangular pelo exterior (**figs.126 e fig.127**). Por outro lado, o escasso aparelho construtivo que é possível observar no exterior deste espaço revela um muro que reservou aos cunhais uma técnica cuidada, à base de silhares de apreciáveis dimensões e bem talhados, dispostos alternadamente para travar as paredes, mas que nas zonas de enchimento se caracteriza por fiadas de silhares pequenos e irregulares, com inclusão de abundantes cunhas e elementos de regularização (**fig.128**), técnica construtiva que contrasta com o rigor e esmero das construções de grande porte de *Centum Cellae*. Em termos planimétricos, e para lá da planta em ferradura já indicada, esta ábside possui ainda uma característica que a afasta do esquema urbanístico romano do sítio. A sua construção obrigou à ruptura de um alinhamento de alicerces que configurava o centro cívico do povoado, prolongando-o para Sudeste, o que certifica a sua cronologia tardia, certamente já depois de destituída esta parte do aglomerado da sua função inicial.



Fig. 126.
Centum Cellae. Pormenor do compartimento com planta em ferradura,
localizado no sector Nordeste da área escavada

Já eram conhecidos vestígios de reutilização de *Centum Cellae* na Idade Média²³⁴. O que aqui se propõe, malgrado a escassez de elementos e sem dados

²³⁴ Alarcão, 2012: 117 referiu-se ao reaproveitamento da “torre” para eventual residência de uma família liderante na região na transição para a Baixa Idade Média, porventura coincidente com o foral de 1194 passado pelo bispo de Coimbra à localidade, e o mesmo autor, em 2013: 20 a uma eventual continuidade extractiva na zona. Também Marques, 2000: 352 admitiu que o povoado tivesse sido ocupado até aos séculos IX-X, porém sem adicionar dados em favor dessa hipótese. Uma síntese dos dados conhecidos encontra-se em Carvalho, 2016: 401, que realça a presença de uma necrópole rupestre nas imediações.

inequívocos por parte da arqueologia (facto que impede que o que aqui agora se escreve não passe ainda de hipótese) é que também esta antiga “cidade” tenha feito parte da estratégia expansionista asturiano-leonesa, na sua trajectória para Sul do Douro durante o século X. Tal como o território de Bobadela, também para o de *Centum Cellae* é importante que a investigação seja dirigida para cronologias altomedievais, processo que trará, inevitavelmente, novos dados sobre a organização e protagonismo deste território no contexto da monarquia ovetense e leonesa, um território que pode corresponder à fronteira de Jarmelo e desenvolver-se para Sul até Capinha e Penamacor, devendo ainda passa por Caria, onde já se sugeriu a existência de uma fortaleza islâmica (Correia, 2005: 79).



Fig. 128

Centum Cellae. Pormenor da técnica construtiva da dependência de planta em ferradura, com silhares de pequena dimensão nos cunhais e material indiferenciado de enchimento na restante caixa murária

Fig. 127

Planta das escavações de *Centum Cellae*, segundo Helena Frade, 2005: 261, assinalando-se com a letra A o compartimento de planta em ferradura

Os dois outros locais que se mencionam neste capítulo localizam-se mais a Sul e tratam-se de sítios profundamente investigados pela arqueologia: a capela de S. Pedro da Capinha (onde decorrem escavações sistemáticas desde Setembro de 2006, por Elisa Albuquerque e Maria Constança Santos) e o controverso monumento de Idanha-a-Velha, conhecido tradicionalmente por basílica ou sé, mas que deve antes corresponder a um edifício áulico (escavado por Fernando de Almeida e José Cristóvão, a que se

juntam um conjunto de intervenções arqueológicas na envolvência em anos mais recentes).



Fig. 129.

S. Pedro de Capinha antes dos trabalhos arqueológicos (2006)

S. Pedro da Capinha (fig.129) é uma igreja cujas origens remontam ao período visigótico, mas que foi amplamente transformada num momento ainda mal definido dos séculos IX-X (Santos e Albuquerque, 2014: 100 situam esta campanha nos séculos X-XI; Real, 2005: 284 integrou-a na corrente classicizante da expansão asturiano-leonesa dos séculos IX-X, catalogação com a qual estou de acordo). O sítio apresenta uma ocupação diacrónica muito lata, desde o período romano (Alarcão, 2013: 18), o que prova o reaproveitamento de muitos materiais dessa época²³⁵, até provavelmente ao século XI (época a que correspondem os sarcófagos mais tardios da necrópole setentrional, de acordo com as conclusões de Santos e Albuquerque, 2009-2010). Os estudos sobre o local apontam para uma evolução sem aparentes rupturas violentas, tendo o núcleo populacional permanecido aparentemente à margem de ocupações mais civilizacionalmente comprometidas com agentes de poder islâmicos ou cristãos. Essa é

²³⁵ Muitos silhares são de época romana, assim como alguns dos 21 tambores de colunas integrados nos paramentos e, em especial, duas aras romanas, uma das quais resgatada na primeira campanha arqueológica e já objecto de publicação criteriosa (Albuquerque e Santos, 2009).

a conclusão possível de chegar a partir da análise das séries cerâmicas ali resgatadas (Santos e Albuquerque, 2014: 106)²³⁶.

Da época visigótica é a necrópole meridional, composta por sarcófagos com tampa de xisto de grandes dimensões. Um dado importante é o facto de a parede Sul da cabeceira da construção dos séculos IX-X ter-se implantado directamente sobre uma sepultura (**figs.130 e 131**) (Santos e Albuquerque, 2007: 2), numa solução em tudo idêntica à que Catarina Tente encontrou em S. Miguel do Fetal, Viseu (**fig.132**). Também ao tempo do reino de Toledo deve corresponder o muito bem lavrado baptistério, escavado no solo e delimitado por materiais romanos de grande qualidade, em concreto um elemento de arquitrave, moldurado (**fig.133**).



Figs. 130 e 131.

S. Pedro de Capinha. Aspecto da sepultura de época visigótica sobre a qual se implantou a cabeceira pré-românica, que é dotada de embasamento saliente de duas fiadas (2006)



Fig. 132.

S. Miguel do Fetal, Viseu. Pormenor do muro de época alto-medieval construído sobre uma sepultura de provável cronologia tarso-romana ou visigótica. Fot. Catarina Tente, 2013



Fig. 133.

S. Pedro de Capinha. Pormenor da técnica construtiva do baptistério (2007)

²³⁶ Santos e Albuquerque, 2014: 106: «embora no séc. X a Egitânia e o seu território, no qual se integrava São Pedro da Capinha, se encontrassem sob domínio muçulmano, efectivamente ter-se-á mantido à margem do processo de aculturação islâmica verificando-se o mesmo relativamente ao mundo cristão». Adiante ver-se-á que existem razões para considerar que Idanha-a-Velha não terá estado sob domínio islâmico efectivo durante a décima centúria.

À importância no local no período visigótico, contrapõe-se a reconstrução dos séculos IX-X. Nesta, não foram utilizados elementos tipológicos de carácter asturiano-leonês, como aximezes, saiméis almofadados, arcos de descarga, inscrições ou modilhões de rolo ou estriados. O aparelho construtivo desse período, ainda conservado em grande quantidade, caracteriza-se por uma aparente monotonia, embora se deva realçar a assinalável qualidade do trabalho de canteiro, que afeiçoou muitos silhares de origem romana e os dispôs em fiadas horizontais plenamente isódomas, argamassadas (de que ainda restam vestígios) e com limitado recurso a cunhas.



Fig. 134

S. Pedro de Capinha. Pormenor do aparelho construtivo na face exterior da parede fundeira da ábside



Fig. 135

S. Pedro de Capinha. Pormenor do aparelho construtivo na face interior da parede fundeira da ábside, com reaproveitamento de tambores de colunas romanas

Este sistema construtivo, particularmente visível na face nascente da capela-mor (**fig.134**), contrasta com a opção na face interna da parede fundeira da ábside (em cujos paramentos se incluíram muitos silhares miúdos e se reaproveitaram tambores de fustes de antigas colunas) (**fig.135**) e, especialmente, nos muros exteriores das fachadas laterais, onde o rigor do trabalho de cantaria se perdeu e os silhares, ainda bem afeiçoados e de assinaláveis dimensões, se mesclam com cunhas e outro material de enchimento destinado a regularizar fiadas (**fig.136**). O tipo de aparelho já foi comparado a outras construções do século X, como Quintanilla de las Viñas, Arlanza, La Nave ou Lourosa (Santos e Albuquerque, 2012:



Fig. 136.

S. Pedro de Capinha. Fachada Sul da nave, antes de iniciada a escavação (2006)

156) e reafirma-se, aqui, essa analogia, que me leva a integrar a fase construtiva entre os séculos IX e X.

Uma análise mais detalhada do edifício revela, no entanto, que se tratou de um templo com elementos escultóricos e tipológicos de alguma relevância, reveladores de um programa artístico com afinidades em relação ao universo asturiano-leonês aqui objecto de estudo. São vários os silhares almofadados incluídos nos paramentos, em particular um elemento de rigorosa esquadria que se localiza no limite Sudoeste do conjunto (**fig.137**), que tem a particularidade de ostentar dupla secção almofadada e que foi assente sobre outro silhar de grande proeminência, o que faz com que se tenha realizado um embasamento cuidado nesse sector do edifício. Por outro lado, subsistem



Fig. 137.

S. Pedro de Capinha. Silhar com duplo almofadado, reaproveitado no cunhal Sudoeste da antiga fachada principal do edifício

fragmentos de frisos moldurados, reaproveitados no interior (Santos e Albuquerque, 2012: 156-157), o que sugere que parte do templo possa ter sido abobadada, descarregando a cobertura directamente nos muros, através de frisos, cujas faces voltadas ao interior poderiam ser decoradas. Já me referi à possibilidade de o conjunto ter integrado um medalhão semelhante a outros de Lourosa, Balsemão e Fermedo (**figs.30, 33 e 34**) e, integrados hoje de forma dispersa nas caixas murárias, observam-se

outros materiais tipológicos, como o remate do que parece ser a empena da fachada principal (**fig.138**) ou uma possível pedra de fecho de um arco (**fig.139**). Outra característica relaciona-se com o arredondamento dos cunhais da fachada principal (como ocorre também em Melque) (**fig.140 e 141**) e ainda é possível perceber que, através de uma porta hoje entaipada, e cujos limites apenas parcialmente se conservam, a nave comunicava com a zona mais a Sul, provavelmente já não convertida em área cemiterial nos séculos IX-X, mas com certeza com uma serventia para a população local.



Fig. 138.

S. Pedro de Capinha. Possível remate da empena principal, hoje reaproveitado na fachada principal da antiga igreja



Fig. 139.

S. Pedro de Capinha. Possível pedra de fecho de arco, hoje reaproveitada na fachada principal da antiga igreja

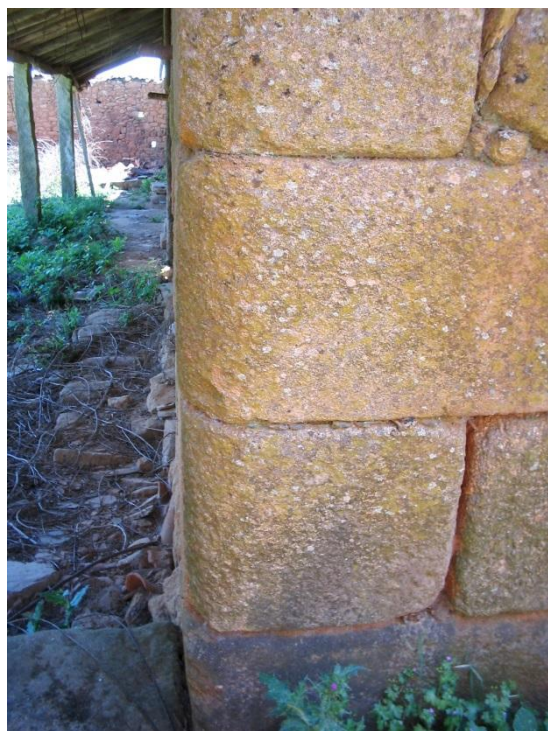


Fig. 140.

S. Pedro de Capinha. Pormenor do cunhal arredondado da fachada principal (lado Norte)

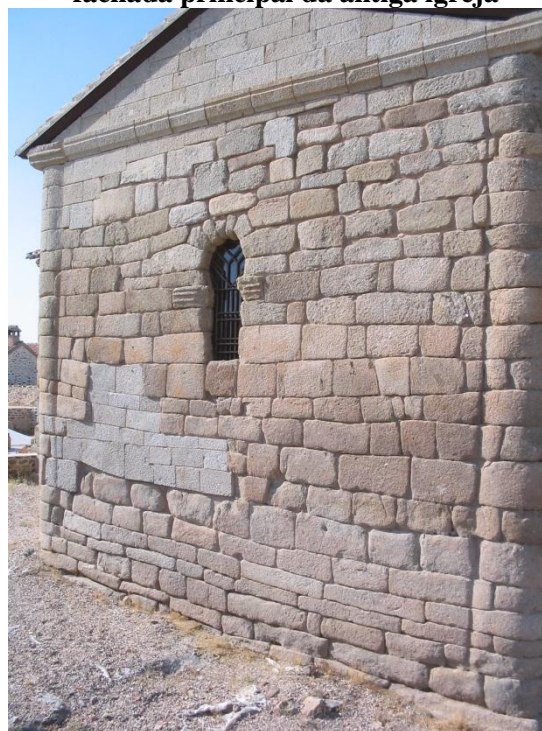


Fig. 141.

Santa Maria de Melque, Toledo. Pormenor do arredondamento dos cunhais na parede fundeira da capela-mor

Idanha-a-Velha tem também ligações à expansão asturiano-leonesa e, em termos artísticos, à corrente classicizante que percorreu parte do actual centro de Portugal, como as analogias para com a obra de Lourosa tão claramente evidenciam. Há década e meia que tenho feito parte de grupos de investigação dedicados a desvendar o enigmático monumento que, na Alta Idade Média, foi levantado no sector Sudoeste da antiga cidade romana de *Egitania* e, paradoxalmente, continuam a não existir certezas sobre a época de construção do edifício, nem a sua funcionalidade original (síntese de dados em Fernandes, 2006). Na actualidade, com Pedro Carvalho e Catarina Tente, estrutura-se novo projecto de investigação sobre o passado medieval da urbe²³⁷, pelo que limitar-me-ei, nesta ocasião, a realçar os elementos que atestam a relação com a dinâmica expansionista que se detecta a Noroeste de Idanha, entre os rios Mondego e Douro.

A *Crónica Albeldense* refere-se à antiga Egitânia ao tempo de Afonso III, mas, segundo a leitura que faço daquele texto, menciona-se a cidade entre as que foram destruídas pelo monarca asturiano e não entre as que foram integradas na coroa ovetense (Fernandes, 2006: 61; cf. também o que digo nas pp.207-208 desta tese), reafirmando, no tempo de Afonso III, idêntica prática aparentemente seguida pelo seu antecessor Afonso I, sobre cuja acção militar as crónicas asturianas diferenciam também entre as cidades que foram conquistadas e as que foram povoadas. A esta estratégia, já Moreta, 2009: 28-29 chamou de criação de uma «fronteira ecológico-defensiva», que reservava ao espaço compreendido entre centros de valor estratégico opostos uma faixa de destruição destinada a desencorajar eventuais instalações por parte dos muçulmanos. Manuel Luís Real (2000: 42 e 45), por seu lado, valoriza o facto de, em 899, um dos bispos presentes na sacração da catedral de Santiago de Compostela, Teodomiro, ter assinado o diploma com o título de *egitanensis episcopus* (Carriedo Tejedo, 1998-99: 320 e 372, nota 95). Na realidade, subsistem duas menções a bispos egitanenses antes do final da nona centúria: o diploma compostelano de 899, atrás citado, e um documento de 897, no qual se menciona *Tonandus Egitane episcopus*, numa provável confusão entre os prelados de Viseu e Idanha, sendo Tonandus

²³⁷ Com início em 2017, o projecto IGAEDIS (Da *civitas igaeditanorum* à Egitânia. A construção e a evolução da cidade e a definição dos seus territórios da época romana até à doação dos Templários – séculos I a XII) pretende, pela primeira vez em muitas décadas, juntar um conjunto alargado de investigadores e de consultores que se encarregarão de investigar Idanha-a-Velha de forma concertada, tanto geográfica como cronologicamente. Após anos de incerteza acerca daquele território, e de se terem realizado intervenções arqueológicas algo desconexas entre si, será, com certeza, um momento de reunir toda a informação dispersa e assim contribuir com uma leitura mais globalizante das várias eras que deixaram a sua marca na antiga cidade.

(Gomado) da sede viseense e Teodomiro de Idanha (como já sugeriu Carriedo Tejedo, 1998-99: 320 e 372, nota 94). O facto de se registarem duas menções documentais ao mesmo bispo admite que, naquele final de século IX, após as presúrias das principais cidades do Ocidente peninsular até ao Mondego, Idanha estivesse na órbita da corte asturiana ou que, pelo menos, existisse uma legítima perspectiva próxima por parte da coroa ovetense em efectivamente integrar a cidade.

Os vestígios materiais conhecidos autorizam uma aparente ligação ao reino das Astúrias, mas não são a única via para explicar a singularidade do edifício. Cláudio Torres, que propôs uma catalogação do monumento como mesquita, reconhecendo que a construção do edifício havia destruído parcialmente o baptistério de época visigótica, não deixou de sublinhar as fortes analogias do edifício para com a igreja de Lourosa (Torres, 1992: 177; tb. Real, 1995: 66). Também Mário Barroca, ao estudar o conjunto de gelosias pré-românicas existentes em território português aproximou o exemplar de Idanha-a-Velha (**fig.142**) de produções semelhantes em San Salvador de Priesca (**fig.143**) (Barroca, 1990: 134-135), um conjunto particularmente homogéneo no ciclo artístico tardo-asturiano. Eu próprio tive oportunidade de salientar a coerência programática entre a organização espacial interior das arcarias do monumento de Idanha com os alçados do salão nobre de Santa Maria de Naranco (Fernandes, 2001: 33 e 93, analogias entretanto ampliadas para o mundo islâmico²³⁸).

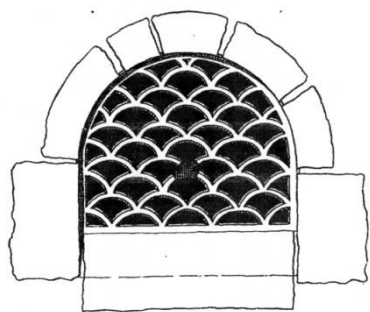


Fig. 142.
Idanha-a-Velha. Reconstituição da gelosia do monumento de Idanha, a partir do modelo da cabeceira de Santa Comba de Bande, Ourense, segundo Fernando de Almeida, 1962



Fig. 143.
San Salvador de Priesca. Gelosias do andar térreo da capela-mor e das partes altas da nave central

²³⁸ Continuo a manter que são muitas as características que aproximam o monumento de Idanha-a-Velha da tradição construtiva islâmica, nomeadamente com algumas mesquitas omíadas orientais do século VIII (Bosrã ou Qasr al-Hayr ash-Sharqi) (Fernandes, 2006: 58-59). Continuo, também, a não partilhar da ideia de que o monumento que hoje vemos possa ter sido erguido ao redor de 875, por patrocínio do rebelde Ibn Marwan, pois não está provada a sua presença efectiva em Idanha (ideia avançada por Torres, 1992: 177-78 e Picard, 2005: 74, mas que contou com reservas da minha parte, 2001: 45-53; também Alarcão, 2013: 139 admite que Marwan não se tenha fixado em Idanha).



Fig. 144.
Idanha-a-Velha.
Silhar almofadado integrado nos muros anexos ao monumento

Tal como em Lourosa, ou como em Balsemão, também em Idanha se reaproveitaram abundantes materiais romanos, como silhares almofadados (fig.144), colunas, capitéis e impostas, bem como se elaborou um friso que percorre o interior da nave que corresponde a uma das melhores realizações da corrente classicizante altomedieval que percorre a arquitectura do Ocidente peninsular na transição para o século X (Fernandes, 2005: 299).

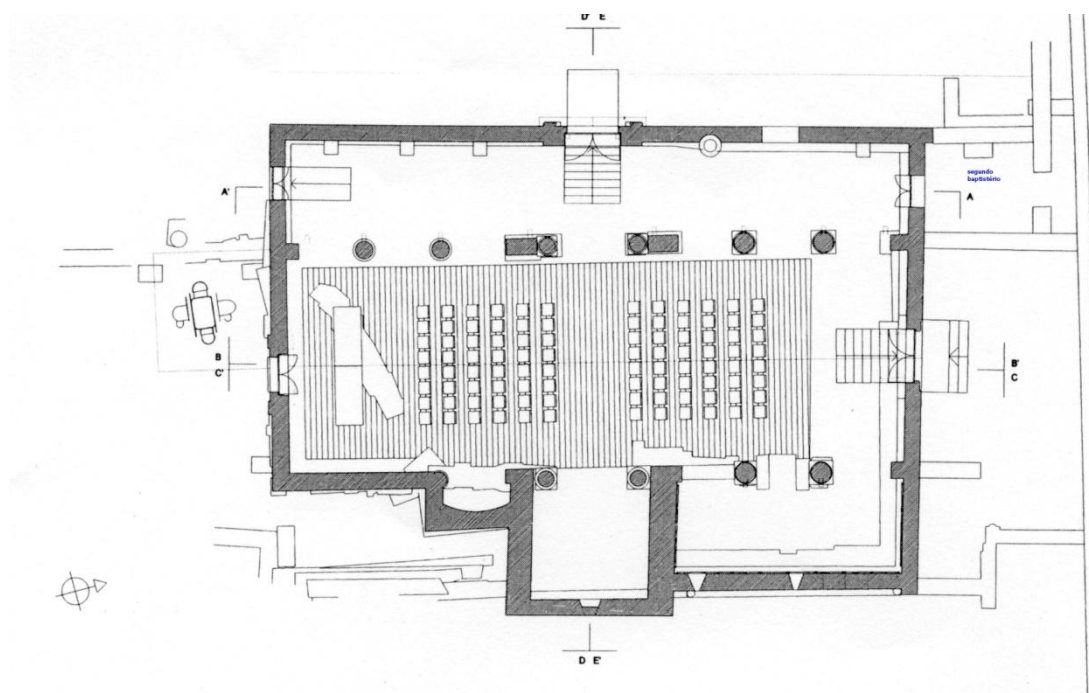


Fig. 145
Idanha-a-Velha.
Planta do conjunto monumental segundo Costa, 2002, indicando-se o baptistério de época visigótica, a Sul, e o segundo baptistério, a azul, do lado Norte

Neste momento, e após o estudo de arqueologia da arquitectura coordenado por Luís Caballero Zoreda (2006), entendo que existem fortes possibilidades de atribuir a construção do edifício a um momento entre os séculos IX e X, embora não se esteja em condições de provar o vínculo civilizacional deste projecto. Por outro lado, a evidência de que se está perante um edifício que se incluía num complexo urbanístico mais vasto (sendo ainda hoje visível que ele continuaria em, pelo menos, três das suas fachadas) (fig.145), que já se comprovou a existência de portas altas, sobretudo no sector ocidental (fig.146), e que subsiste um âmbito litúrgico a Norte, com um segundo baptistério (fig.147), átrio e capela com vestígios de um pé de altar (fig.148), assuntos

que não pretendo explorar neste momento. Mantenho a hipótese de este ser um edifício palatino de um complexo cristão tão desconhecido como desconcertante, tendo em atenção que se continua a escrever a história peninsular entre os séculos VIII e XI a partir



Fig. 146.

Idanha-a-Velha. Cunhal Nordeste do monumento, onde se identificaram duas portas altas, entapadas com enchimento irregular

da oposição entre cristãos e muçulmanos, entre centros e periferias. Nesses tempos recuados em que a contraposição de blocos civilizacionais deixou muito espaço entre fronteiras, Idanha parece ter sido um ponto central de algo que a investigação ainda não descobriu, nem sabe caracterizar bem, mas que, quanto a mim, se relaciona com um notável momento de vitalidade das comunidades cristãs locais, semelhante ao que sucedeu com os moçárabes de Lisboa no século X. Ou seja, algo que provavelmente se explicará melhor no seio da evolução de comunidades que viveram em autarcia, do que propriamente a partir da chegada de qualquer poderoso senhor, vindo do Norte ou do Sul.



Fig. 147.

Idanha-a-Velha. Segundo baptistério, identificado por José Cristóvão no exterior do lado Norte do conjunto



Fig. 148.

Idanha-a-Velha. Ruínas do lado Norte do monumento, vendo-se em primeiro plano um pequeno compartimento cujo pavimento ostenta espaço vazio central para pé de altar

O difuso vínculo de Idanha-a-Velha à expansão asturiana tem outras manifestações a Sul do rio Mondego. Com efeito, é comum estabelecer-se a “fronteira” da expansão cristã de finais do século IX e ao longo da centúria seguinte na zona de Coimbra, mas a verdade é que também começam a surgir indícios de que os agentes de Oviedo e de Leão chegaram mais a Sul. É conhecido que, ao redor de 937, Ramiro II obteve a submissão dos senhores de Santarém (Peres, 1928: 452; Fernandes, 2002: 52 realçou que, na base desta submissão, esteve a revolta do governador escalabitano contra o califado de Córdoba, acto que obteve o apoio da população local). Este facto, que prova a ambição do, já então, reino leonês para se expandir até ao rio Tejo (sendo possível que também Idanha-a-Velha tivesse jogado papel importante nesta estratégia), terá recebido resposta das autoridades islâmicas. Pouco depois da batalha de Simancas (939), o califa enviou uma expedição para sufocar a revolta do governador de Santarém, Ummaya ibn Ishâq al-Qurasi, parente de Abd al-Rahmann III (Fierro, 2009: 122) e que, não obstante ter estado ao lado de Ramiro II em Simancas, voltou à obediência islâmica. No ano seguinte, o califa ordenou a construção do castelo de Saktan, que Catarino, 2005: 198, admitiu tratar-se da **Sertã**²³⁹. A ser correcta esta identificação, antevê-se nesta atitude a tentativa de criação de uma nova centralidade vinculada a Córdoba num território interior, acima do Tejo e que controlava sobretudo o vale do Zêzere, ao longo do qual se estruturava certamente um eixo de progressão Sul-Norte, a partir de Coimbra e até Alvaiázere, localidade onde apareceu um friso composto por rosetas de seis pétalas inscritas em medalhões que se relaciona com algum espólio alto-medieval de Coimbra. Era nesta região que se implantavam os mosteiros de Alge, Murta e Pera, há muito desaparecidos, mas de possível fundação moçárabe (Marques, 2008: 102-107). E foi sobre esta região que Sesnando Davidis, na segunda metade do século XI, estabeleceu uma linha defensiva, encabeçada pelos castelos de Penela e Lousã. Um pouco a Sul, subsiste um núcleo artístico alto-medieval de grande relevância, reutilizado em diversas construções de Abiul. Tradicionalmente catalogado como de época visigótica, abordagens mais recentes têm sugerido a sua realização em períodos posteriores, em concreto no século VIII (Real e Fernandes, 2017, no prelo). O conjunto aguarda,

²³⁹ A vila foi mencionada por Al-Idrisi como uma das mais importantes povoações do actual centro de Portugal (Rei, 2008: 141) e escavações realizadas no castelo, por Carlos Batata, revelaram materiais dos séculos X-XI (Batata, 1998: 75). A localidade devia implantar-se ao longo de uma via romana de relativa importância, que corria ao longo do vale do rio Zêzere (Catarino, 2005: 198; Alarcão, 2013: 22). Relativamente próximo subsiste também o topónimo Isna, que corresponderá também a uma instalação militar islâmica de segunda importância (Catarino, 1998: 198), com a qual o castelo da Sertã devia formar uma linha defensiva.

todavia, por um estudo mais amplo, que, por exemplo, realce as semelhanças ou diferenças em relação aos materiais encontrados em Tomar. Este território tem vindo a ser objecto de estudo por parte de Manuel Luís Real, que logrou já identificar alguns vestígios materiais pertencentes à Alta Idade Média, esperando-se para breve uma primeira publicação de resultados.

Este panorama difuso é também sugerido para uma vasta zona imediatamente a Sul de Coimbra, mais próxima do litoral. Aqui, os dados para os séculos VIII a X não são elucidativos, pois está-se num período em que dominam as rotas terrestres interiores. No entanto, é de valorizar a vitalidade que o território de Condeixa evidencia no século VIII (a tomarem-se como válidas as cronologias atribuídas por Real, 2014: 25-29 para algum espólio escultórico da zona, tradicionalmente catalogado como de época visigótica), bem como os indícios de povoamento altomedieval na região de Leiria, identificados por João Pedro Bernardes, 2005-2006. Finalmente, é precisamente num ermo litoral que se implantou a igreja de São Gião da Nazaré, possível templo de um mosteiro, acerca da qual tive já ocasião de argumentar sobre a sua proximidade em relação à arte asturiana e leonesa dos séculos IX-X (Fernandes, 2009: 254-255), em concreto a possibilidade de o templo ter tido uma câmara supra-absidal e uma tribuna ocidental e as semelhanças dos seus capitéis vegetalistas com outros asturianos (**fig.149**), para lá do facto de algum material escultórico catalogável como de época visigótica aparecer reaproveitado nos enchimentos murários do templo (**fig.150**).

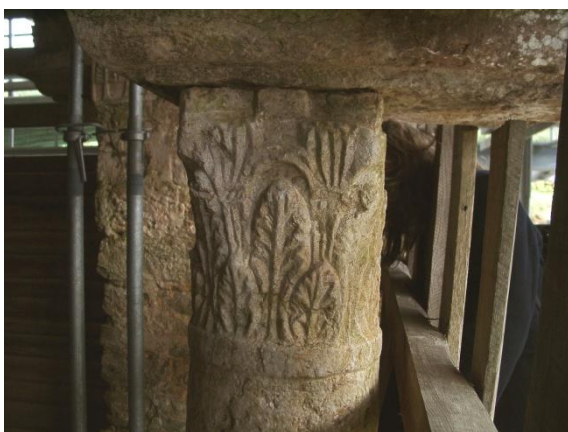


Fig. 149.

S. Gião da Nazaré.

Capitel da *eikonostasis*, que apresenta semelhanças com capitéis vegetalistas asturianos, designadamente a estrutura em três andares de vegetação



Fig. 150.

S. Gião da Nazaré.

Material escultórico provavelmente de época visigótica reaproveitado nas caixas murárias do actual edifício

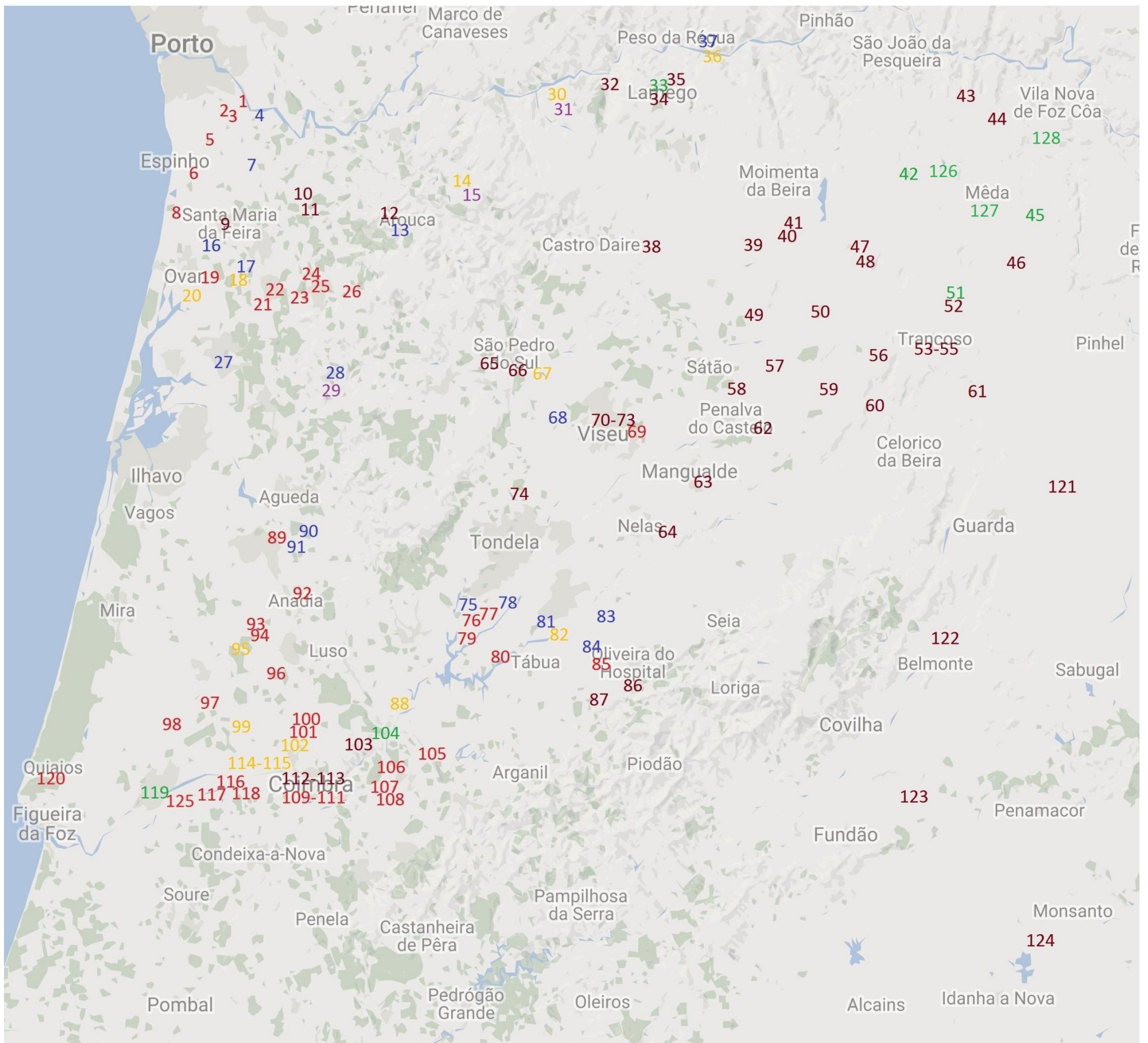


Fig. 151.

Mapa do actual Centro de Portugal (genericamente entre os rios Mondego e Douro) com vestígios materiais identificados neste território e referências documentais a construções (tendo por base a documentação reunida em *Portugaliae Monumenta Historica* até ao ano 982)

Legenda:

1) Referências documentais

| n.º | Designação | Ano | Documento |
|------------------|---|--------|----------------------------|
| Igrejas | | | |
| 1 | Sto. André de Arnelas | 922 | DC 25 |
| 2 | S. João de Mexedo | 922 | DC 25 |
| 3 | S. Martinho de Paradela | 922 | DC 25 |
| 5 | Grijó | 922 | DC 25 |
| 6 | S. Mamede (entre Paço e Esmojães) | 922 | DC 25 |
| 8 | S. Miguel de Cortegaça | 922 | DC 25 |
| 19 | S. Donato e S. João de Porto de Ovar | 922 | DC 25 |
| 21 | Santiago de Ul | 922 | DC 25 |
| 22 | S. Miguel de Oliveira de Azeméis | 922 | DC 25 |
| 23 | S. Pelágio de Ossela | 922 | DC 25 |
| 24 | Santiago de Codal (<i>subtus monte codar</i>) | 922 | DC 25 |
| 25 | S. Pedro de Vila Chã | 922 | DC 25 |
| 26 | S. João de Cepelos | 922 | DC 25 |
| 69 | S. Miguel de Fetal | c. 880 | <i>Crónicas Asturianas</i> |
| 76 | S. Pelaio de Gestosa | 974 | DC 114 |
| 77 | Treixedelina (localização aproximada) | 981 | DC 130 |
| 79 | Igrejas em Santa Comba (no plural) | 974 | DC 114 |
| 80 | S. João de Areias | 974 | DC 114 |
| 85 | Touriz | 969? | DC 100 |
| 89 | Frexeneda? | 974 | DC 104 |
| 92 | S. Cucufate de Arcos | 943 | DC 51 |
| 93 | S. Martinho de Pedrulhais | 907 | DC 15 |
| 94 | Sta. Cristina (de Pedrulhais?) | 907 | DC 15 |
| 96 | S. Martinho de Silvã | 950 | DC 62 |
| 97 | Sta. Maria de Outil | 927 | DC 32 |
| 98 | Lauiceto (Arazede?) | 927 | DC 32 |
| 100 | Souselas | 937 | DC 44 |
| 101 | Alviaster | 967 | DC 94 |
| 105 | S. Martinho (perto de Mucela) | 946 | DC 55 |
| 106 | S. Martinho de Alquinitia | 980 | DC 127 |
| 107 | Sto. Estêvão (perto de Algaça) | 946 | DC 55 |
| 108 | S. Jorge (perto de Algaça) | 946 | DC 55 |
| 109 | Sta. Cristina de Coimbra | 933 | DC 37 |
| 110 | S. Vicente de Coimbra | 972 | DC 104 |
| 111 | S. Pedro de Coimbra | 980 | DC 128 |
| 116 | S. Pedro de Tentúgal | 980 | DC 128 |
| 117 | S. Miguel de Tentúgal | 980 | DC 128 |
| 118 | Sta. Eulália de Arquanio | 980 | DC 128 |
| 120 | S. Mamede de Quiaios | 947 | DC 12 |
| 125 | Sta. Maria de Formoselha | 915 | DC 20 |
| Mosteiros | | | |
| 4 | Crestuma | 922 | DC 25 |
| 7 | S. Cristóvão e Sta. Mafalda de Sanguedo | 947 | DC 12 |
| 13 | Arouca | 951 | DC 63 |

| | | | |
|----------------------------|---|-------|--------|
| 16 | Sta. Marinha | 947 | DC 12 |
| 17 | S. Miguel de Azevedo | 947 | DC 12 |
| 27 | Sta. Marinha de Antuã | 922 | DC 25 |
| 28 | Sever do Vouga | 964 | DC 87 |
| 37 | Bagaúste | 970 | DC 101 |
| 68 | Sperandei (Mosteirinho?) | 957 | DC 73 |
| 75 | S. Jorge do Rio Cris | 974 | DC 114 |
| 78 | Treixedo | 981 | DC 130 |
| 81 | Oliveira de Currelos | 981 | DC 130 |
| 83 | Framiães | 969? | DC 100 |
| 84 | Mosteiros em Midões (no plural) | 969? | DC 100 |
| 90 | Marnel (Lamas) | 957 | DC 73 |
| 91 | Aqualada | 961 | DC 84 |
| Edifícios civis | | | |
| 14 | Lagar de pedra e moinho de Alvarenga | 933 | DC 38 |
| 18 | Moinho no porto de S. Vicente | 978 | DC 125 |
| 20 | Salinas de Válega | 929 | DC 35 |
| 30 | Vila de Paço | 922 | DC 25 |
| 36 | Porto de Bagaúste | 970 | DC 101 |
| 67 | Vila (Paço) de Moçâmedes | 928 | DC 34 |
| 82 | Porto de Midões | 969 ? | DC 100 |
| 88 | Porto de Gondelim | 919 | DC 22 |
| 95 | Moinho de Lapa | 907 | DC 15 |
| 99 | Moinho de Ançã | 937 | DC 45 |
| 102 | Ponte de Vilela | 968 | DC 96 |
| 114 | Moinho da Forma (o mesmo que Moinho da Forma do Lorvão) | 977 | DC 121 |
| 115 | Ponte da Forma? | 977 | DC 121 |
| Hagiotoponímia | | | |
| 15 | Santa Cruz (Alvarenga) | 933 | DC 38 |
| 29 | S. Martinho | 964 | DC 86 |
| 31 | S. Romão | 946 | DC 56 |
| Edifícios militares | | | |
| 33 | Castelo de Lamego | 952 | DC 65 |
| 42 | Castelo de Penedono | 960 | DC 81 |
| 45 | Castelo de Longroiva | 960 | DC 81 |
| 51 | Castelo de Moreira de Rei | 960 | DC 179 |
| 104 | Castelo de Penacova | 998 | DC 22 |
| 119 | Castelo de Montemor-o-Velho | 954 | DC 68 |
| 126 | Castelo de Ranhados | 960 | DC 81 |
| 127 | Castelo de Meda | 960 | DC 81 |
| 128 | Castelo da Muxagata | 960 | DC 81 |

2) Vestígios materiais

| n.º | Designação | Tipo de vestígio |
|-----|----------------------|------------------|
| 9 | Santa Maria da Feira | Castelo |
| 10 | Fermedo | Igreja (clípeo) |
| 11 | Escariz | |

| | | |
|-----|---|-----------------------------|
| 12 | Arouca | Castelo |
| 32 | S. Martinho de Mouros | Igreja |
| 34 | Lamego | Castelo |
| 35 | S. Pedro de Balsemão | Igreja |
| 38 | Pendilhe (com dúvidas) | Igreja |
| 39 | Igreja Velha de Ariz | Igreja |
| 40 | Capela de Santiago de Vila Cova | Igreja |
| 41 | Caria | Castelo |
| 43 | Numão | Castelo |
| 44 | Prazo | Igreja |
| 46 | Marialva (com dúvidas) | Igreja |
| 47 | Sernancelhe | Igreja |
| 48 | Sernancelhe | Castelo |
| 49 | Ferreira de Aves (com dúvidas) | Castelo |
| 50 | Aguiar da Beira | Castelo |
| 52 | Igreja de Santa Marinha de Moreira de Rei | Igreja |
| 53 | Trancoso | Castelo |
| 54 | Inscrição em Trancoso | Igreja |
| 55 | Igreja de Santa Maria de Trancoso | Igreja |
| 56 | Vale Castelo (com dúvidas) | Castelo |
| 57 | Senhora do Barrocal | Igreja e Castelo |
| 58 | Rio de Moinhos | Igreja |
| 59 | S. Pedro (com dúvidas) | Habitat |
| 60 | Sobral Pichorro | Igreja |
| 61 | Vilares | Igreja |
| 62 | Castelo de Penalva | Castelo |
| 63 | Mangualde | Castelo |
| 64 | Senhorim | Castelo |
| 65 | Capela de S. Martinho da Várzea de S. Pedro do Sul | Igreja |
| 66 | Figueiredo das Donas | Igreja? |
| 70 | Sé de Viseu | Castelo, paço ou igreja? |
| 71 | Cava de Viriato | Cidade? |
| 72 | Capela de Sta. Cristina de Viseu | Igreja |
| 73 | Igreja de S. Martinho de Viseu (com dúvidas) | Igreja |
| 74 | Mosteiro de Fráguas | Igreja |
| 86 | Casa do Penedo em Nogueira do Cravo | Torre |
| 87 | Igreja de S. Pedro de Lourosa | Igreja |
| 103 | Mosteiro de Lorvão | Igreja |
| 112 | Sé de Coimbra | Igreja |
| 113 | Museu Nacional de Machado de Castro | Igreja? |
| 121 | Castro do Jarmelo | Igreja |
| 122 | <i>Centum Cellae</i> | Igreja |

| | | |
|-----|-----------------------------|-----------------|
| 123 | S. Pedro de Capinha | Igreja |
| 124 | Monumento de Idanha-a-Velha | Edifício civil? |

2. (Re)conquista: marcas da expansão asturiano-leonesa num território interior (a futura diocese de Viseu). Um caso em estudo

A escolha do território da diocese de Viseu (na sua configuração dos séculos XII-XIII) para efectuar uma análise mais aprofundada de um espaço específico, sobre o qual o reino asturiano-leonês exerceu a sua expansão, justifica-se por vários motivos.

O trabalho foi proporcionado pela inclusão na equipa de investigação responsável pela *História da Diocese de Viseu*, programa que permitiu um conhecimento regional exaustivo²⁴⁰, cuja pesquisa decorreu em paralelo com as tarefas que conduziram à apresentação deste trabalho. Ainda que se desconheçam as fronteiras da diocese viseense no século X, parece certo que não houve exacta correspondência geográfica entre a expansão asturiano-leonesa na região, promovida por diversas famílias liderantes, e a componente diocesana desse processo. Ou seja, é possível reconhecer que os interesses dos nobres responsáveis pela colonização não foram coincidentes com os dos agentes eclesiásticos, embora se comprove um elevado grau de complementaridade entre ambos. Como se verá, e ainda que o centro expansionista regional, tanto político como religioso, possa ser identificado com a zona de Viseu, as estratégias de afirmação fundiária daquelas famílias suplantaram largamente os limites da diocese viseense, alcançando territórios de Lamego e de Coimbra. Tal perspectiva amplia a importância estratégica da cidade de Viseu no quadro do entre-Mondego-e-Douro, muito para lá do estatuto que o reino português lhe reservou no século XII.

Com efeito, esta ampla área - na prática um território interior equidistante em relação aos rios Douro e Mondego - gozou de certa centralidade na primeira metade e meados do século X. Um tão inusitado estatuto de capitalidade (não apenas regional) ocorreu à margem da autoridade condal (figuras que tutelavam o modelo expansionista das décadas finais do reino asturiano, concentrando em si o poder delegado do rei e formando, em seu redor, cortes regionais com profundas ligações ao terreno)²⁴¹. Tal facto fez com que aqui se tivessem instalado distintas famílias que, em vez de disputarem o poder entre si, antes se organizaram numa concertada estratégia comum de

²⁴⁰ Sob coordenação de José Pedro Paiva, o projecto decorreu entre 2011 e 2015, tendo sido prolongado até 2016 por razões editoriais. A obra foi publicada já neste ano. Da equipa de estudos sobre a Idade Média fizeram parte Catarina Tente, Maria de Lurdes Rosa, Mário Farelo, Maria de Fátima Eusébio, Saul António Gomes e Anísio Saraiva, para além de mim próprio.

²⁴¹ Como verificou Barroca, 2000: 216, largas faixas da Beira Interior não parecem ter sido sujeitas a uma organização de tipo condal. Para a zona de Viseu, como se verá, existem razões objectivas para esse facto, mas, para outras regiões, o silêncio das fontes asturiano-leonesas em relação à sua elite local dirigente não deixa de se estranhar.

autonomização, para lá da autoridade real ou condal, funcionando como verdadeiro clã. Esta circunstância, incomum na natureza política asturiano-leonesa, esteve na origem de uma cada vez mais clara diferenciação territorial e resultou numa complexificação política sem paralelo no bloco (re)conquistador cristão de finais do século IX e inícios da centúria seguinte. Só muito recentemente se tem prestado atenção à quantidade e qualidade dos testemunhos materiais remanescentes nesta geografia – sobre alguns dar-se-á primeira notícia neste capítulo -, e os dados até agora recolhidos afastam eventuais dúvidas sobre a grande dinâmica colonizadora que animou a região entre os anos finais do reinado de Afonso III (falecido em 910) e as primeiras décadas do século X.

Não obstante os cada vez mais numerosos indícios que evidenciam a colonização asturiana deste território logo desde a segunda metade do século IX (como se viu no capítulo 1 desta Parte II), é ao curto período entre os reinados de Afonso III e Ramiro II que se deve o essencial da organização asturiano-leonesa da zona, cujo impacto e amplitude surpreende por se ter processado em menos de meio século e por ter abrangido uma área geográfica enorme.

Finalmente, e ao contrário do que é possível reconhecer para outras regiões, para o extenso território polarizado a partir de Viseu distinguem-se já micro-centralidades e, até, distintas estratégias regionais de colonização e de missão político-militar das diferentes unidades populacionais, conforme estivessem mais próximas ou afastadas do centro, mais vulneráveis aos inimigos muçulmanos (e também leoneses), ou mais protegidas de eventuais ataques, assim estivessem dotadas de estruturas internas de atracção da nobreza liderante, ou, ao invés, não dispusessem de quaisquer elementos pré-existentes favoráveis à fixação dos colonizadores. A *Stremadura* mencionada num documento de 960, que enumera os castelos que vertebravam a região, é uma dessas unidades regionais, a qual estava, à altura, inserida num complexo colonizador mais vasto, mas outras parcelas de terra parecem também ter disposto de certa individualidade, como se verá.

Como se processou a expansão do reino cristão setentrional que protagonizou a (re)conquista até ao século XI no Ocidente peninsular nesta região? Quais os eixos privilegiados de ocupação, respectivos pontos de apoio, e que registos materiais e documentais deixou? Quais os seus principais agentes? Como se processou a integração de comunidades autóctones na estrutura política, administrativa e militar asturiano-leonesa? Não será possível responder a todas estas perguntas, na medida em que é ainda muito mais o que se desconhece sobre esta imensa região, que aquilo que,

efectivamente, se julga saber. Em todo o caso, há matérias que podem, desde já, obter algumas respostas e outras sobre as quais penso estar em condições de elaborar hipóteses.

Antes de analisar cada uma delas, convém realçar algumas questões de natureza metodológica. Uma delas diz respeito ao inquérito ao território, que se encontra numa fase ainda longe de satisfatória. Hoje, a diocese pleno-medieval de Viseu não constitui uma região única, geograficamente definida e administrativamente coerente. Encontra-se repartida por três distritos, foi sujeita a evoluções posteriores díspares e, até do ponto de vista científico, são vários os agentes que nela actuaram e actuam, sem que tenha existido unidade metodológica e uma estratégia regular e sistemática de publicação de resultados. O inquérito é, por isso, irregular, superficial em muitos casos e relativamente aprofundado em outros. Há áreas que foram prospectadas de forma intensa, sítios escavados em grande extensão, enquanto outras zonas parecem não ter despertado ainda a atenção dos arqueólogos, nem sequer do ponto de vista prospectivo. A estratégia seguida por algumas autarquias é também contrastante entre si, contando-se câmaras municipais que, há longos anos, mantêm equipas coesas e continuadas no terreno, enquanto outras não têm tido essa preocupação.

A visão de conjunto que tentarei aqui traçar enferma, pois, de vários problemas, sendo que o mais determinante é a diferente natureza de informação para cada área geográfica. Tal limitação é agravada pelo facto de, até pelo menos aos meados do século XII, todo o território da diocese medieval de Viseu não apresentar qualquer unidade política, administrativa ou religiosa. Naturalmente, as estratégias de integração dos diferentes territórios que, a partir da restauração da diocese (ocorrida em 1147) ficaram sob a alçada do bispo de Viseu, foram diferentes no tempo, no espaço e na forma de administração.

O segundo aspecto que pretendo evidenciar diz respeito à abordagem realizada nos pontos 2.1. e 2.2., adiante apresentados. Compreensivelmente, a natureza histórico-artística dos testemunhos sobrepõe-se a outras componentes informativas. No entanto, e sempre que possível, houve a intenção de contextualizar arqueologicamente os locais, formando um diálogo interdisciplinar que tenho procurado seguir em praticamente todos os trabalhos sobre a Alta Idade Média. Finalmente, o registo estritamente histórico não está ausente, embora se possa considerar mais abreviado, na medida em que parte substancial da história documental sobre a região foi já examinada no ponto 1 desta Parte II.

2.1. A c(entral)idade de Viseu

Desconhece-se quase tudo a respeito da Viseu pré-românica e só muito recentemente foram valorizados alguns dados históricos relativos à cidade entre os séculos VIII e XI. Não obstante este renovado interesse, o conhecimento arqueológico do centro histórico relativo àquele período é praticamente nulo. Os dados das fontes escritas permanecem escassos e a historiografia tradicional tem-se servido de informações de natureza muito diversa, a maior parte da qual lendária, como ocorre com a suposta descoberta do túmulo do rei Rodrigo, que continua a alimentar muitas páginas de quase-história da urbe.

Independentemente deste deficitário ponto de partida, existem alguns vestígios que importa valorizar. Os dados até agora recolhidos permitem pensar numa cidade polinucleada, com diferentes ritmos de evolução urbanística e, até, com aparentes concentrações fora do núcleo romano original (**fig. 152**). Tal não significa que se esteja já na posse de dados suficientes para caracterizar os eixos de expansão / concentração no longo período que vai da conquista islâmica de parte substancial da Península Ibérica até à conquista de Viseu por Fernando, o Magno, em 1058. Nestes mais de três séculos, a cidade foi genericamente disputada por cristãos asturiano-leoneses e por diversos poderes islâmicos. As transformações introduzidas pelos agentes vinculados a estes dois blocos determinaram, certamente, algumas das modificações urbanísticas que hoje apenas tenuamente se podem presumir. Parece certo que não se pode continuar a ver a colina da Sé como a acrópole onde se estabeleceu a elite de todas as civilizações que se sucederam em Viseu, da Idade do Ferro até ao reino de Portugal, como pensa Man, 2008: 242. O panorama parece ser mais diversificado e começam a surgir claros indícios de um carácter polinucleado da cidade, que deve ter tido origem logo no período suevo-visigótico e que se prolongou até à instalação dos condes de Portucale na cidade, já no século XII.

Para o período que me interessa tratar nesta dissertação - os séculos VIII a X -, é possível atribuir a Viseu o estatuto de cidade sistematicamente na órbita asturiana e asturiano-leonesa. Se, para o século VIII, subsistem muitas incógnitas a respeito de uma efectiva ligação ao Islão, a verdade é que, até aos finais do século X, são mais fortes os indícios que apontam para uma relação vincada às Astúrias e ao reino leonês, relação que, em alguns momentos, dotou a cidade de verdadeiros contornos de capitalidade. Só no final do século X, com a chegada ao poder de al-Mansur, é que Viseu foi integrada na esfera islâmica, possivelmente em 987, o mesmo ano em que Coimbra foi

conquistada (Barroca, 2000: 218), assim permanecendo até ao tempo de Fernando, o Magno.

2.1.1. A história possível

O século VIII permanece como época de maior desconhecimento. Com probabilidade anexada no processo de submissão da Galiza em 714, Viseu passou praticamente todo o restante século VIII sem qualquer referência escrita ou vestígio material que se possa atribuir àquele período. Desconhece-se qual o impacto da chegada das tropas muçulmanas²⁴², qual o grau de instalação e de abandono por parte dos contingentes berberes em meados desse século, qual a opção tomada pelo nascente reino das Astúrias em relação à cidade durante aquela centúria²⁴³ e qual a relevância dos poderes autóctones activos nesse período.

As notícias seguintes parecem assegurar uma mais forte ligação ao reino das Astúrias ou, pelo menos, uma assumida autonomia (senão mesmo independência) face ao Islão peninsular.

De 770 é a hipotética menção ao bispo Servando, que Real, 2005: 276 admitiu corresponder a um prelado de Viseu. A confirmar-se que se tratou, efectivamente, de

²⁴² Pedro e Vaz, 1995: 347-348 relacionaram o aparecimento de cerâmica islâmica vidrada na necrópole alto-medieval (que os autores dataram do século VII – cf. p.300) com a suposta destruição de um edifício que interpretaram como basílica suevo-visigótica. Esta leitura dos dados arqueológicos foi continuada em outros trabalhos mais recentes (e.g. Vaz, 2000: 183; Marques, 2000: 178; Vaz, 2011: 119-123). A crítica a esta cronologia de destruição, com base na inexistência de cerâmica vidrada no século VIII, encontra-se em Catarino, 2005: 200-201, que colocou a hipótese de a devastação referida por aqueles autores corresponder, antes, aos períodos califal ou dos reinos de taifa. Como se verá adiante, a crítica à interpretação do local como basílica de época suevo-visigótica, encontra-se em Real, 2005: 280 e Utrero Agudo, 2012: 588.

²⁴³ No segundo capítulo da Parte I desta tese tive ocasião de analisar a passagem da *Crónica de Afonso III* onde se refere a conquista de Viseu por Afonso I (versões Rotense e A. Seb). A análise desse texto (que então separei entre os quadros n.ºs 1 e 2), parece revelar duas distintas opções por parte da elite militar asturiana ao tempo de Afonso I: de um lado, as cidades e povoações que foram alvo de ataque; de outro lado, as cidades e povoações que, atacadas pelo exército asturiano, foram depois integradas no reino. Embora existindo a hipótese de estas duas opções historiográficas corresponderem a uma construção do tempo de Afonso III sobre o que teria sido a actividade bélica de Afonso I (porque as *Crónicas Asturianas* foram um instrumento legitimador da política expansionista da corte de Afonso III), o facto de Viseu ser mencionada apenas no capítulo das localidades que foram atacadas permite colocar a hipótese de esta ter sido efectivamente saqueada por Afonso I, mas não integrada na esfera asturiana; por outro lado, a inclusão de Viseu naquela lista pode também indicar que a corte de Afonso III tinha a cidade integrada no seu raio expansionista, legitimando a sua anexação por ter sido alvo de conquista por Afonso I. Tal não significa que, até ao reinado de Afonso III, Viseu tivesse estado na posse dos muçulmanos, como admite Saraiva, 2010: 12. Como se tentou provar no capítulo 3 da Parte I, o mosaico civilizacional peninsular dos séculos VIII a X parece ser mais complexo que a tradicional e linear divisão entre os dois antagónicos blocos que, naqueles primeiros tempos, começaram a protagonizar a (re)conquista.

um titular da cátedra viseense²⁴⁴, esta informação apontará para a manutenção da estrutura eclesiástica na cidade pelo tempo em que ela terá estado maioritariamente entregue aos poderes locais / regionais capazes de promover um certo ordenamento. Algumas décadas depois, há notícia de um segundo bispo, mas esse pode já ser fruto da nova ordem asturiana, como se verá.

Na primeira metade do século IX, as notícias relativas a Viseu dão conta de três incursões militares em que a cidade foi protagonista: as duas primeiras (825-826 e 838) terão partido do sector islâmico, enquanto a terceira (845) terá sido promovida pelo rei Ramiro I. As informações sobre estas acções militares são escassas e deixam espaço de manobra suficiente para diferentes interpretações: Picard, 2005: 73-74 admitiu que as incursões islâmicas tenham tido o objectivo de submeter efectivamente a cidade, com o intuito de estabelecer a fronteira entre Viseu e o Douro; Alarcão, 1996: 17 admitiu que, em 825-26, al-Abbas ibn Abd Allah al-Kurashi tenha atacado a Galiza a partir de Viseu, «o que parece pressupor uma reocupação de Viseu pelos Muçulmanos», e o mesmo terá ocorrido em 837-38, ano em que al-Walid b. Hisham terá mesmo estanciado em Viseu, antes de partir, em campanha, para a Galiza (Catarino, 2005: 200 e 2008: 130). À excepção de um possível estatuto de centralidade, proporcionada pelo cruzamento de vias em que Viseu se encontrava, pouco ou nada mais se sabe acerca destas incursões, limitando-se estas referências a momentos isolados de uma história desconhecida²⁴⁵.

Já a notícia do suposto ataque de 845, ao tempo de Ramiro I (Real, 2005: 276, a partir da entrada de A. de Almeida Fernandes na *GELB*, vol. 18: 362, aceite também por Tente, 2009: 152), permite extrair mais conclusões. Reafirma-se, contudo, que esta ofensiva não está confirmada por qualquer fonte asturiana coeva e, tendo em conta, os problemas internos e externos com que Ramiro I se defrontou, o eventual ataque a Viseu aparece como cada vez menos provável. Nesta altura, a monarquia ovetense estava em pleno processo expansionista (não necessariamente promovido apenas pela coroa) e são vários os testemunhos que apontam para a existência de uma colonização asturiana no território a Sul do Douro ainda antes das presúrias oficiais do reinado de

²⁴⁴ Gomes, 2000: 128 atribuiu-o cautelosamente à diocese de Coimbra, tal como Real, 2000: 46. Por seu turno, Morujão, 2010: 35-36 e Carriedo Tejado, 1998-99 não o mencionam.

²⁴⁵ Marques, 2012: 49 admitiu que, entre as razias de Afonso I e o ataque de Ramiro I (durante cerca de cem anos, portanto), Viseu tivesse estado na posse dos muçulmanos. Esta perspectiva carece, ainda, de comprovação e, se por um lado, pode ajudar a explicar o grau de centralidade regional da cidade, a ponto de os supostos exércitos muçulmanos ali terem estanciado, entra em contradição com a interpretação de que as incursões de 825-26 e 837-38 tivessem por destino a própria Viseu. A este respeito, Martín Viso, 2007: 265 salientou a leitura de que aqueles ataques revelam um efectivo grau de autonomia da cidade em relação ao poder cordovês.

Afonso III (veja-se o que se diz sobre este assunto no ponto 1.3.1. desta Parte II). Desconhece-se se a intenção das tropas de Ramiro I, naquele ano de 845, terá sido a efectivamente conquistar a cidade (como pensa Marques, 2012: 49). A ser assim, é provável que a menção ao bispo Dulcídeo, em 850 (Real, 2000: 45 e 2005: 276), constitua a face mais visível da organização então imposta pelo governo asturiano de Viseu. A referência a este bispo, cujo episcopado Real, 2000: 45 admite que se tenha prolongado até 866, é essencial para comprovar a importância da cidade no complexo contexto de reconhecimento da autoridade asturiana no território entre os rios Mondego e Douro. Dos 26 bispos potencialmente moçárabes conhecidos para o século IX, Dulcídeo é o único mencionado para o vasto território ocidental a Norte de Mérida (resta a dúvida sobre o contexto em que aparece mencionado Sebastião de Ourense – cf. Real, 1995: 37 – e partindo do princípio que os bispos Nausto de Coimbra, Rosendo de Dume, Argemiro de Lamego e Teodomiro ou Gomadus de Idanha (todos identificados na sacração da catedral de Compostela em 899) correspondem já a agentes religiosos nomeados efectivamente pelas autoridades de Oviedo.

O caso de Nausto merece maior ponderação, uma vez que pode ter mais efectivas relações com Dulcídeo do que, à partida, se poderia supor. A sua entrada à frente da diocese de Coimbra parece ter-se dado em 867 (em Gomes, 2000: 128 aparece a data de 876, certamente por erro tipográfico), ainda antes de a cidade ter sido conquistada oficialmente pelo reino asturiano, facto que só ocorreu em 878. Por esse motivo, e também porque Nausto se fez sepultar na igreja galega de San André de Trobe e não em Coimbra, alguns autores admitiram que aquele prelado tivesse residido no Norte da Península e que fosse apenas bispo nominal da cidade do Mondego (Morujão, 2010: 37, Mattoso, 1992: 474, Alarcão, 2004: 19, Catarino, 2005: 203, entre outros; Pimentel, 2003: 174 salientou mesmo o facto de Nausto ter permanecido no Norte mesmo depois de conquistada a cidade por Hermenegildo Guterres). Uma perspectiva alternativa, defendida por Torquato de Sousa Soares, 1941, colocou a hipótese de Coimbra ter sido integrada na esfera asturiana pouco antes de 867 e perdida alguns anos depois (cf. Real, 1974: 7). Neste outro cenário, a nomeação de Nausto estaria intimamente ligada a um processo expansionista asturiano prévio à conquista oficial de Afonso III, em moldes possivelmente semelhantes aos que poderiam explicar a referência a Dulcídeo em data precoce da expansão do reino de Oviedo pelo Ocidente peninsular e, certamente, antes da presúria oficial de Viseu. Esta perspectiva parece ser confirmada pela *Crónica de Sampiro*, na qual se menciona que Afonso III integrou

Coimbra no reino das Astúrias, depois de libertá-la do cerco a que a cidade havia sido sujeita por tropas islâmicas (ed. Casariego, 1985: 91).

Precisamente a partir da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres, em 878²⁴⁶, e por um período de aproximadamente meio século, pelo menos, a Viseu asturiana e asturiano-leonesa foi elevada a um estatuto de capitalidade regional que chegou mesmo a atingir verdadeiro protagonismo na política dirigente do reino. Os traços essenciais deste inusitado relevo, motivado sobretudo pela presença de dois personagens régios na área de influência da cidade – Bermudo Ordóñez e Ramiro II – encontram-se em Real, 2005: 277-279. Valerá a pena, no entanto, recapitular um pouco da história para se perceber que, não foi apenas a cidade a beneficiar da instalação daqueles dois membros da família real, mas também toda a região.

Bermudo Ordóñez era irmão de Afonso III. A *Crónica de Sampiro* relatou o seu envolvimento numa tentativa de assassinato do rei, em que terão participado três dos seus irmãos (Fruela, Bermudo e Odoário), todos condenados à cegueira pelo monarca, possivelmente nos primeiros anos da década de 80 do século IX²⁴⁷. Segundo aquela crónica, Bermudo teria escapado, primeiro para Astorga (onde exerceu um poder tirânico durante sete anos), e depois para «tierra de moros»²⁴⁸ (Casariego, ed. 1985: 90). Sánchez Albornoz, 1975: 661 atribuiu um fundo lendário a este episódio e Casariego, ed. 1985: 90-91, nota 10 considerou a passagem como uma interpolação ao texto original (dúvidas fundamentadas sobre a veracidade do episódio também em Pérez de Urbel, 1952: 279-280 e Rodríguez González, 1994:162²⁴⁹). O texto de *Sampiro*, todavia, mereceu crédito a outros autores, entre os quais Quintana Prieto, 1967 e Fernández

Uma
surpreendente
capital
regional

²⁴⁶ Real, 2005: 277 colocou a hipótese de a presúria de Viseu ter ocorrido por volta desta data e ter sido chefiada por Odoário (o mesmo que presuriou Chaves em 872 e que, segundo Mattoso, 1970: 36 terá também promovido o povoamento no Alto Lima). Alves, 1995: 10 admitiu que a integração de Viseu no reino leonês tivesse ocorrido em 880, depois, portanto, de Coimbra, embora sem base documental.

²⁴⁷ Mattoso, 1993, republ. 2009: 370 situou a revolta dos irmãos de Afonso III em 872.

²⁴⁸ Casariego, ed. 1985: 90: «Un hermano del rey [Alfonso III] llamado Fruela, se dijo por aquellas fechas, que pretendió asesinar al monarca, debido a lo cual huyó a Castilla. Pero el rey Alfonso, con la ayuda del Señor, se apoderó de él [de Fruela] y lo condenó a la pena de ceguera y, con él, conjuntamente a [sus hermanos] Bermudo y Odorario. Este Bermudo, después de cegado, pudo escapar de Oviedo y venir a Astorga donde durante siete años ejerció ilegítimamente [con tiranía] el mando, apoyado por los árabes y los gétulos [moros de Berbería]. Con la ayuda de éstos movilizó un ejército hacia Galiare [Galicia o Grajal?]. Sabido esto por el rey Alfonso, salió contra él y lo derrotó con gran mortandad. Pero el cegado [Bermudo] pudo librarse y escapar a tierra de moros».

²⁴⁹ Outros autores apontaram para explicações mais complexas: Barkai, 2007 [1984]: 46 colocou a hipótese de todo o episódio constituir um artifício cronístico destinado a valorizar a figura de Afonso III, cujo acto aparentemente desproporcionado (condenar à cegueira três irmãos) estaria justificado pela gravidade e deslealdade do projecto dos infantes, conspirados para assassinar o legítimo rei. Esta imagem de justiça e de grandeza do monarca saíria reforçada do texto cronístico pelo facto de Bermudo Ordóñez não se ter limitado a conspirar contra o rei, mas também a exercer um poder tirânico numa cidade de cristãos (Astorga) e, no fim, a retirar-se para terra de mouros.

Conde, 1994: 222. Este último salientou o facto de Bermudo aparecer na documentação régia de Oviedo a partir de 893, ano provável do perdão de Afonso III. José Mattoso supôs que o irmão do monarca tivesse procurado instalar-se em Coimbra (Mattoso, 1992: 534) mas, de acordo com as conclusões de Real, 2005: 277, Bermudo Ordóñez instalou-se antes na zona de Viseu, possivelmente já no início do século X. É possível que as desavenças com Afonso III continuassem, ou que Bermudo tenha decidido engrossar o contingente asturiano que, por essa altura, promovia a colonização do território ocidental, eventualmente na dependência do conde Odoário (também irmão rebelde do rei?), cujo nome aparece mencionado na acta de consagração da basílica de Santiago de Compostela como «*castella et veseo comes*». É, pois, possível que, após ter sido derrotado em Astorga (Batalha de Grajal), Bermudo tenha procurado apoio de Odoário, que lhe terá facultado uma faixa de território recentemente conquistada e ainda destituída de agentes colonizadores.

À volta de Bermudo ter-se-á reunido uma pequena corte de famílias aparentadas com o modelo condal afonsino e outros estratos da nobreza, responsáveis primeiros pelo ordenamento territorial de base asturiano-leonesa que ainda hoje se pode observar na região e das múltiplas ramificações que é possível já encontrar em outras áreas do Ocidente peninsular. Conhecem-se dois diplomas em que membros da família de Diogo Fernandes se referem a Bermudo em termos elogiosos. Os documentos em questão são, respectivamente, de Onega (mulher de Diogo Fernandes) e de Múnia (uma das filhas do casal), e em ambos Bermudo é referido como “senhor” daquelas damas²⁵⁰. Ora, a origem destes diplomas na família de Diogo Fernandes, sem dúvida a mais importante estirpe actuante na zona de Viseu na primeira metade do século X, e da qual saíram os futuros condes de Portucale e de Coimbra, não pode deixar de se salientar, assim se manifestando a relação que ligaria aquela família a Bermudo Ordonhes.

Desconhece-se, todavia, o local onde aquele desavindo irmão do rei estabeleceu o seu paço. É possível que não tenha sido exactamente em Viseu, mas mais a Ocidente, em Bordonhos (conc. São Pedro do Sul)²⁵¹, ou mesmo em Moçâmedes (conc. Vouzela),

²⁵⁰ O primeiro data de 928 e refere-se à doação de Vila Cova ao mosteiro de Lorvão por Onega (*honeca*), acompanhada de suas filhas (Muna, Leodegúncia e Mumadona), *pro anima domnissimi nostri domini ueremudi diue memorie seu et nostre* (PMH, DC, 34 – vol. I, p.21). O segundo é bem mais tardio e deve ter sido redigido no final da vida de Múnia Dias (uma das filhas de Diogo Fernandes e de Onega). Trata-se de nova doação ao mosteiro de Lorvão, na qual Bermudo não é esquecido. Com efeito, a doação é também feita *pro memoria dominissimi mnei domini ueremudi* (PMH, DC, 107 – vol. I, p.68).

²⁵¹ Esta é a mais recente proposta de Real, 2013: 214, a quem agradeço ter-me facultado o original do seu texto antes de publicado. Este autor valorizou a menção num documento de 1030 à *villa Ibn Ordonis*, hoje Bordonhos.

sede possível de um «pequeno principado fronteiriço, semi-independente, semelhante a outros que, nesta época particularmente instável, foram surgindo em zonas onde o poder político de Oviedo e de Córdova dificilmente se fazia representar» (Real, 2005: 278)²⁵². Este é um dado que se deve juntar a outros indícios que apontam para uma maior dispersão da residência nobre asturiano-leonesa na área de Viseu, a começar pela própria cidade, como se verá.

Ainda mais importante que Bermudo Ordóñez foi Ramiro II. A historiografia tem sido consensual em atribuir a Viseu o estatuto de capital do reino comandado por este monarca, entre 926 e 930 (Sáez, 1947; Alarcão, 1996: 19; Real, 1999: 268; Catarino, 2005: 200; Real, 2005: 279, entre outros). Eram profundas as relações que o pai daquele soberano, Ordonho II (rei da Galiza entre 910 e 914 e monarca leonês desde esta data até 924), tinha com a “corte” de Viseu, cidade onde, por três vezes, parece ter reunido tropas para lançar ataques contra o Sul (901²⁵³, 910²⁵⁴ e 913²⁵⁵). A proximidade de Ordonho em relação à corte viseense (em particular a Diogo Fernandes e sua mulher, Onega), terá levado a que o rei confiasse àquele casal a educação do seu herdeiro, o futuro Ramiro II (Mattoso, 1992: 536; Real, 2005: 279). O príncipe teve, por isso, uma relação privilegiada com a região de Viseu, a ponto de aí estabelecer capital numa fase precoce do seu reinado e de ter encabeçado uma corte regional de certo peso²⁵⁶. Também se desconhece o local onde Ramiro teve paço, se na própria cidade de Viseu²⁵⁷, ou se mais próximo dos seus protectores Fernandes, entre Vouzela e S. Pedro do Sul.

Este efémero, porém relativamente consolidado, estatuto de capitalidade regional esgotou-se paradoxalmente pouco depois de Ramiro II ter unificado o reino de León (931). São várias as razões que se podem apontar para este facto, nenhuma delas

²⁵² Ainda de acordo com Real, 2013: 214, em Moçâmedes deve ter instalado residência Diogo Fernandes.

²⁵³ Segundo Alarcão, 1996: 18, terá sido de Viseu que Ordonho partiu para uma zafia na zona do Tejo. Subsistem dúvidas, todavia, sobre o alcance desta empresa militar: até ao Guadiana, para Lévi-Provençal, 1950: 385; apenas até à zona da Lousã, para Almeida Fernandes, 1990: 50, nota 47.

²⁵⁴ Almeida Fernandes, 1972: 141, admite que tal expedição teve como ponto de partida a cidade de Viseu (hipótese também aceite por Real, 2005: 285, nota 30).

²⁵⁵ Almeida Fernandes, 1972: 141, aceite por Real, 2005: 285, nota 30, Catarino, 2005: 200 e 2008: 130 e, ainda, Barbosa, 2008: 60. Vieira, 2004: 65 admitiu que Viseu tivesse recebido cativos desta campanha.

²⁵⁶ A *Crónica de Sampiro*, repetida pela *Silense*, refere-se ao episódio de passagem do poder entre Afonso IV e Ramiro II, ocorrido em Zamora, onde o segundo compareceu «con su séquito de grandes».

²⁵⁷ Alarcão, 2006: 141 colocou a hipótese de Ramiro II ter estabelecido paço no interior da Cava de Viriato. Sem excluir esta hipótese, pelo grande desconhecimento que existe sobre aquele enigmático monumento, existem outras possibilidades que se podem colocar na própria cidade de Viseu, como o núcleo urbano em torno da igreja de São Miguel, denominado nos séculos XII-XIII como «cidade velha», o alto da colina da Sé, onde ainda subsistem vestígios de uma construção pré-românica e há a notícia de ter existido um paço régio desde o século XII. Sobre estes vestígios, veja-se o ponto seguinte (2.2.2.).

todavia decisiva. Por um lado, o falecimento dos dois principais nobres da corte viseense, Bermudo Ordóñez e Diogo Fernandes (possivelmente antes de 928). Por outro lado, o próprio afastamento do monarca da fronteira ocidental, para se concentrar na gestão política do reino de León, a partir da sua capital, para o que terá levado consigo alguns dos seus fiéis seguidores viseenses (como terá acontecido com Gondesindo Eres, filho de Ero Fernandes, de acordo com Fernandes, 1973: 14). A causa mais importante, todavia, parece ter sido a reorientação da estratégia fundiária dos descendentes de Diogo Fernandes, incentivada ou ajudada pelo próprio Ramiro II. A. de Almeida Fernandes, 1973: 37 acreditou que o monarca (ainda enquanto rei em Viseu) concedeu o condado de Portucale a Diogo Fernandes e sua mulher (posições menos afirmativas em Branco, 1993: 549). Certo é que os seus filhos ascenderam à condição condal através do matrimónio: Mumadona Dias foi condessa de Portucale, depois de a estirpe de Vímara Peres ter sido afastada (cf., entre outros, Real, 2005: 279; posição ligeiramente distinta em Mattoso, 1992: 470) e Ximeno Dias foi conde de Coimbra (Branco, 1993: 555-556).

Com estas deslocações para os dois principais blocos político-administrativos do Ocidente peninsular esbatia-se o interesse daquela família pela zona de Viseu, paulatinamente ocupada por outras estirpes, desde logo a de Rodrigo Tedones. Como esclareceu Real, 2005: 278, este último aparece ligado à região ainda na primeira metade do século X e a sua filha, D. Chamôa (Flâmula) Rodrigues doou, em 960, uma extensa lista de estruturas militares na Beira Interior, a Oriente de Viseu, que se supõe terem estado, ao menos parcialmente, nas mãos de seu pai (veja-se o que se diz no ponto 2.2.2. deste capítulo). Ora, D. Chamôa Rodrigues não é apenas relevante por se ter visto na posse do mais importante conjunto de fortalezas da Alta Idade Média do futuro território português; ela representa também a tentativa de aproximação entre duas famílias dominantes (os Tedones / Betotes, condes de Tui e de Deza) e os descendentes de Diogo Fernandes, na medida em que aquela nobre era filha de Rodrigo Tedonis (neto de Afonso Betotes e com interesses a Sul do Douro, em concreto na região de Lamego, segundo Almeida Fernandes, 1973: 46) e de Leodegúncia Dias, irmã de Mumadona Dias²⁵⁸.

²⁵⁸ A família Betotes tinha interesses na região do Minho e do Cávado. O aparecimento de Rodrigo Tedones (filho segundo de Tedão Betotes, segundo Mattoso, republ. 2001: 116) na região de Viseu deve entender-se como uma estratégia de aliança daquela estirpe com a dinâmica prole de Diogo Fernandes, cuja família tinha excelentes relações com uma facção da monarquia asturiano-leonesa e que, pelos meados do século X, se tornou dominante nas duas capitais condais do Ocidente peninsular: Guimarães e Coimbra. Com a doação de D. Chamôa ao mosteiro de Guimarães das localidades na Beira Alta, a família Betotes voltou a possuir interesses apenas no Minho e na Galiza.

Estas alterações, contudo, não terão influído para o declínio de Viseu, sobretudo no quadro do complexo relacionamento entre os condados de Portucale e de Coimbra, muitas vezes posicionados em campos opostos dos jogos de interesses verificados em torno dos monarcas de León. Em 966 (menos provavelmente um ano antes), Viseu terá sido palco de negociações bastante importantes. Nessa data, o conde de Coimbra, Gonçalo Moniz, ter-se-á encontrado com o rei Sancho I, acabando o monarca por morrer, aparentemente envenenado pouco depois dessa ocasião (Almeida Fernandes, 1973: 93 e 100; Mattoso, 1982: 22). O episódio é pouco conhecido e a figura de Sancho I anda envolta em controvérsia, sobretudo por ter recuperado o poder, disputado a Ordonho IV, com o auxílio islâmico (Recuero Astray, 1996: 102-103). No estado de verdadeira guerra civil em que o bloco (re)conquistador leonês se encontrava por aqueles meados do século X, Sancho I terá tentado obter o reconhecimento da sua autoridade por parte dos condes portucalenses e conimbricenses, acabando por falecer à mão deste último nobre (Mattoso, 1992: 538).

A discreta mudança de famílias dominantes na região de Viseu, que importa aprofundar numa perspectiva de identificação de centralidades micro-regionais, e a paulatina perda de importância da cidade no quadro da política condal ocidental, não determinaram a total secundarização de Viseu. Conhecem-se referências militares dirigidas à cidade em 938²⁵⁹ e 977²⁶⁰, e devem valorizar-se as notícias relativas a três bispos viseenses, nos cerca de 100 anos que vão da presúria asturiana da cidade (c. 878) até à conquista islâmica de 987. O primeiro é o bispo Sebastián, provavelmente sobrinho de Afonso III e futuro prelado de Salamanca, que terá sido um dos promotores da organização asturiana do território viseense, por volta de 878 (Real, 2005: 277)²⁶¹. A segunda referência data de 932 e identifica o bispo Salomão, que Real, 2005: 280 admitiu tratar-se de uma figura de origem oriental. Finalmente, há a notícia do episcopado de Iquila, sensivelmente entre 974 e 981, também um nome de provável

**A diocese de
Viseu nos
séculos IX e X**

²⁵⁹ Nesta data, crê-se que Viseu tenha sido alvo de um ataque islâmico (Costa, 1977: 71; Vieira, 2004: 65 admitiu que, a partir deste ataque, a cidade tenha mesmo ficado sem o seu bispo residente).

²⁶⁰ Dez anos antes da conquista da cidade por al-Mansur, o general muçulmano ter-se-á aí reunido com condes adeptos da sua causa (Alarcão, 1996: 18; também Catarino, 2005: 200 e 2008: 128).

²⁶¹ É possível que este bispo não tenha tido sucessor directo, pois na sagração da igreja de San Adrián de Tuñón, em 891, não há menção ao prelado viseense (García de Castro, 1995: 423). O mesmo ocorreu dois anos depois, na sagração da régia igreja de San Salvador de Valdediós (893), cerimónia de que fizeram parte os bispos Rosendo de Dume, Nausto de Coimbra, Sesnando de Iria, Ranulfo de Astorga, Argemiro de Lamego, Recaredo de Lugo e Éleca de Saragoça, mas não se detecta nenhum prelado procedente de Viseu. Para a inscrição de Valdediós sigo a leitura de Diego Santos, 1993: 204-205, atento às observações de Utrero Agudo, 2012: 127 a respeito do carácter lacónico do leteiro (onde não se menciona nem o monarca, nem o orago do templo).

origem oriental (Real, 2005: 280)²⁶². A estes três bispos há que juntar mais quatro ou cinco, a começar ainda com Gomado, no século IX, e a continuar com Gunderico (905)²⁶³, Anserico (915-918?), Sabarico? (922), Dulcídio (943-950)²⁶⁴ e Hermenegildo (961-969)²⁶⁵ (todos referidos por Real, 2000: 47, quadro IX)²⁶⁶. A confirmar-se esta extensa lista de bispos viseenses, a cidade só tem paralelo com a dinâmica verificada na diocese de Coimbra (de que se conhecem 10 ou 11 prelados para os séculos IX-X) (Morujão, 2010: 36-38 referiu apenas 8 e um deles poderá ter sido bispo auxiliar de Nausto), ultrapassando mesmo Braga (8 prelados para um lapso temporal maior) e ficando acima de Porto, Lamego ou Idanha.

Apesar de sumárias, as simples menções a estes bispos revelam uma continuada dimensão diocesana, que surpreende pela quantidade de prelados e que não pode desligar-se do investimento que a nobreza asturiano-leonesa fez naquele território nos anos finais do século IX e ao longo de praticamente toda a centúria seguinte.

Esta é a história possível de ser contada a partir de uma perspectiva cristianocêntrica, ou seja, contextualizada à luz da expansão asturiana e leonesa. Existem outros indícios, ainda que em menor escala, que permitem contar algo da história a partir de um ponto de vista islamocêntrico. Os dados disponíveis são, ainda, muito escassos e não autorizam uma leitura sequencial aproximada à que é possível fazer para o período de domínio asturiano-leonês. Já se realçou a inexistência de dados seguros que apontem para um domínio efectivo da cidade durante o século VIII e primeira metade do seguinte, não se provando, para já, a destruição islâmica no âmbito

²⁶² Marques, 2012: 105 admitiu que, sensivelmente a partir desta última data, Viseu tenha deixado de ter bispo próprio, «passando a ser administrada pelo bispo de Coimbra». Vieira, 2004: 66 aceitou apenas como válida a referência a este último bispo (e não aos dois anteriores), o que a levou a concluir que a cidade tivesse estado na posse dos muçulmanos durante a primeira metade e meados do século X, o que não parece corresponder à verdade, atentos os numerosos indícios de vínculo à autoridade asturiana que se sucedem nesse período.

²⁶³ Poderá ser o mesmo que Gomado (Carriedo Tejado, 1998-99: 320 e 343 admitiu que Gomado tenha estado à frente da diocese de Viseu desde 897, mas resta a dúvida sobre se, nesse ano, Gomado seria antes titular de Idanha). Em dois anos (897 e 899), os nomes dos bispos de Viseu e Idanha repetem-se alternadamente, o que ajuda a manter a confusão. Opta-se, neste momento, por considera mais provável que o bispo de Viseu, naqueles finais do século IX, tenha sido Gomado, pois é mais credível o documento de 899 (acta de consagração da catedral de Compostela, pelo rei Afonso III).

²⁶⁴ Carriedo Tejado, 1998-99: 343 admitiu que Dulcídio tenha sido prelado de Viseu entre 937 e, provavelmente, 955.

²⁶⁵ Mais uma vez, as datações sobre o seu episcopado não são claras. Carriedo Tejado, 1998-99: 343 identificou Hermenegildo como bispo de Viseu entre 959 e 961. No entanto, o bispo foi nomeado num documento de [951-955], onde aparece como confirmante de uma doação de Mónia ao mosteiro de Lorvão: *Esmegildus, episcopus Visiensis* (*Livro Preto*, ed. 1999: 94 e 96, doc. 56).

²⁶⁶ É possível que futuras investigações venham a detalhar mais os lapsos temporais destes prelados viseenses, juntando à lista de menções documentais recolhida por Manuel Carriedo Tejado outras referências a que aquele autor não teve acesso.

da suposta conquista da cidade do edifício alto-medieval interpretado como basílica por Pedro e Vaz, 1995. Também se desconhece o impacto que as incursões militares de 825-26 e 837-38 tiveram na cidade, nem sequer os seus objectivos em relação à população que ali vivia.

Os dados mais concretos, procedentes das escavações do pátio do Museu de Grão Vasco, datam de épocas mais tardias, depois da incorporação do entre-Douro-e-Mondego por al-Mansur em finais do século X (cerâmica pintada preliminarmente analisada por Catarino, 2005: 200)²⁶⁷. Da mesma época poderá ser a cerâmica vidrada identificada por Pedro e Vaz, 1995: 347-348, atrás mencionada (cf. nota 242), de acordo com a argumentação de Catarino, 2005: 200-201. Na posse do Islão, entre sensivelmente 987 e 1058, é natural que a colina onde se implanta a Sé tenha sido ocupada ou alvo de um possível reordenamento urbanístico, que pode também ter sido alargado a outras áreas da cidade. É até bastante provável que o sistema defensivo urbano (já estabilizado na colina da Sé ou em outro ponto da urbe) tenha sido objecto de reforço, razão directa do insucesso da tentativa conquistadora de Afonso V, em 1028²⁶⁸. A maior parte dos autores, todavia, refere-se a Viseu como ponto de concentração de tropas islâmicas, reconhecendo a importância estratégica da cidade e a facilidade de acessos que detinha em relação a todo o Noroeste peninsular (Correia, 1989: 18; Alarcão, 1996: 18; Marques, 2000: 117; Vieira, 2004: 66; Catarino, 2005: 200 e 2008: 128-129). Os dados materiais até agora identificados para o/s período/s islâmico/s certificam apenas uma ocupação do espaço, faltando ainda os vestígios monumentais dessa presença.

²⁶⁷ O conjunto cerâmico proveniente do pátio do Museu de Grão Vasco foi estudado por Patrícia Rodrigues, em 2012. Em artigo posterior à sua dissertação de mestrado, saído em 2014, a autora salientou a escassez e a natureza intrusiva de cerâmica alto-medieval (p.142). Pelo contrário, a maior parte do espólio data de tempos pleno-medievais.

²⁶⁸ Mattoso, 2001: 84. Correia, 1989: 18 assumiu que Afonso V «veio a morrer junto dos velhos muros de Viseu» (também Man, 2008: 242). E Alarcão, 1996: 18 admite que aquele monarca tenha posto «cerco a Viseu», embora a guerra de cerco só se tenha plenamente assumido ao tempo de Fernando, o Magno, cerca de duas décadas depois (Barroca, 2003: 28 sugeriu o ano de 1027 para a morte de Afonso V e aceitou que este tenha sido mortalmente ferido durante o cerco que havia posto à cidade). Alves, 2010: 17 deu voz à tradição de que Afonso V havia morrido, não em combate, mas quando fazia o reconhecimento das muralhas da cidade. Finalmente, Picard, 2005: 73 concluiu que a instalação de tropas muçulmanas em Viseu em 838 só se justificaria pelo facto de a cidade dispor de uma «citadelle fortifiée» (não está, todavia, provada qualquer instalação muçulmana naquela data). O episódio vem narrado na *Historia Silense* (ed. Casariego, 1985: 141) nos seguintes termos: «en el castillo de Viseo tuvo encerrados a unos moros con hierros y passando hambre. En esa campaña hacía mucho calor y él [Alfonso] estuvo recorriendo a caballo frente a las murallas, vestido sólo con una camisa de lino, por lo cual pudo ser herido por un hábil arquero enemigo [que disparó] desde una torre, de cuya herida murió». Sobre a fortificação da colina da Sé de Viseu, veja-se o que se diz no ponto seguinte (2.1.2.).

2.1.2. A Viseu asturiano-leonesa. Os vestígios e as hipóteses

Do complexo tempo de domínio asturiano-leonês, são muito escassos os vestígios materiais preservados. Em boa verdade, é mais o que se pode presumir do que aquilo que efectivamente se conhece.



Fig. 152. Mapa do centro histórico de Viseu, estando implantados os locais aproximados a que é possível associar uma provável ocupação pré-românica.

A – Igreja de São Miguel do Fetal (e Cerca Velha da Regueira); B – Igreja de Santa Eugénia; C – Igreja de Santa Cristina; D – Igreja de São Martinho; E – Possível complexo monumental pré-românico (alicerces da Sé de Viseu e Varanda dos Cónegos); F – Cava de Viriato
(agradeço a Anísio Saraiva as indicações relativas a Santa Eugénia, São Martinho e Santa Cristina)

As significativas referências à vitalidade do episcopado poderiam assegurar uma relativa monumentalização dos lugares de culto. A verdade, porém, é que se desconhece praticamente tudo em relação a essa dimensão religiosa do urbanismo alto-medieval de Viseu. Não se confirmando, para já, o estatuto catedralício (ou basilical) do edifício escavado por Ivone Pedro e João Luís Inês Vaz a Sul da Varanda dos Cónegos (veja-se o que atrás se diz na nota 242), não está provado que a sede diocesana pré-românica ocupasse o topo da colina onde, mais tarde, se construiu a catedral. Pelo contrário, são mais fortes os indícios que apontam para a existência, aí, de estruturas militares e civis,

A dimensão religiosa dos vestígios materiais

estando uma das mais importantes igrejas implantada numa zona periférica da antiga cidade romana – a **igreja de São Martinho**.

Este templo, também referido como São Martinho do Cimo da Vila (Vaz, 2011: 119), é conhecido através de um documento do século XI (criticamente datado entre 1066 e 1091, datas do governo do conde Sesnando Davidiz, senhor de Coimbra após a conquista da cidade, ocorrida em 1064) - cf. *Livro Preto*, ed. 1999: 577 (doc. 417). Através deste diploma, D. Sesnando doou a ermida do lugar de São Martinho ao presbítero Telo Odores (Tello Odoriz) para que este a (re)edificasse (Saraiva, 2010: 13). O dado mais interessante para a história do culto cristão em Viseu durante a Alta Idade Média é o facto de o documento mencionar a localização e a antiguidade do lugar de *Sancti Martini qui est in Viseo, foris contra murum civitatis, et semper fuit in honore ecclesiastico, tam in temporibus Ismaelitarum quam in temporibus Fredenandi regis*. Como observou Real, 2005: 276, a dedicação do templo a São Martinho pode indicar uma fundação antiga, em tempos suevo-visigóticos. E Vaz, 2011: 119 colocou a hipótese de poder ser mesmo de origem paleocristã, localizado o edifício «junto de uma das saídas da cidade e da necrópole romana». Já a referência aos períodos de domínio muçulmano e ao cristão pós-conquista de Fernando, o Magno, deve ser entendida como uma indicação de que, pelo menos, a igreja havia servido a comunidade moçárabe instalada na cidade entre c. 987 e 1058 e que, muito provavelmente, havia estado activa também para a população reunida em torno dos colonizadores asturiano-leoneses dos séculos IX e X. A capela não chegou aos nossos dias. Foi destruída entre o século XIX e XX - não na década de 70 do século XX, como assinala Vaz, 2011: 119 - e localizava-se nas imediações do antigo hospital da cidade (informação que agradeço a Anísio Saraiva).

Dois outros templos parecem revelar um passado alto-medieval: São Miguel do Fetal e Santa Cristina. Destes dois locais, já Vaz, 2006: 149-150 sugeriu que pudessem corresponder à cristianização de anteriores áreas de necrópoles romanas, à saída do perímetro muralhado da cidade daquele período²⁶⁹.

A origem da igreja de **São Miguel do Fetal** anda envolvida na lenda de pretensa descoberta do túmulo do rei Rodrigo, monarca visigótico que, derrotado pelas tropas muçulmanas invasoras, ter-se-ia refugiado em Viseu, junto desta capela e aí teria

²⁶⁹ Vaz, 2006: 149-150 juntou outros templos que poderiam corresponder às mesmas características (estrategicamente localizados à saída das portas da cidade romana e nas proximidades de cemitérios daquele período): as capelas de S. Luís e S. Sebastião.

recebido sepultura²⁷⁰. A primeira notícia de descoberta do túmulo data ainda de finais do século IX, porventura ao redor de 880 (como admite Carriedo Tejedro, 2005: 70), e consta das duas versões da *Crónica de Afonso III*. Nessa passagem, o narrador - o próprio rei - refere que, quando Viseu foi integrada na esfera asturiana («povoada por nosso mandato»), encontrou-se um túmulo numa basílica dos subúrbios de Viseu, que continha o seguinte epitáfio: «*Hic requiescit Rudericus ultimus rex Gotorum*» (*Crónicas Asturianas*, ed. 1985: 122)²⁷¹. A notícia da descoberta deste túmulo não resiste à moderna historiografia, pelo menos sem que dados arqueológicos sejam revelados acerca da exacta existência deste túmulo. O facto de ela constar da *Crónica de Afonso III* vem, também, inviabilizar a hipótese colocada por Real, 2005: 285 sobre a possibilidade de a inscrição funerária dizer respeito a um conde e não ao desventurado último rei visigótico, em concreto Rodrigo Tedones, nobre de primeira importância para a zona de Viseu durante a primeira metade do século X.

O passado alto-medieval de S. Miguel do Fetal está por provar arqueologicamente, tal como o complexo urbanístico em que se implantava²⁷². Por aqui passava a *via de Sancto Michaele* e devia situar-se a mais importante necrópole tardo-romana (Real, 2005: 279-280). Amorim Girão, 1925: 11, reconhecendo que a maior parte da população da cidade alto-medieval vivia na zona baixa do aglomerado urbano e

²⁷⁰ A lenda tem várias variantes, assumindo uns autores que o monarca se tivesse convertido em «eremita, penitente e santo» (Correia, 1989: 16). A maior parte das modernas referências resume-se à alusão ao local de morte e enterramento (Barbosa, 2008: 33).

²⁷¹ A passagem é a seguinte: «*De Ruderico uero rege, 'cuius iam mentionem fecimus', non certum cognouimus interitum eius. Rudis namque nostris temporibus quum ciuitas Uiseo et suburbis eius iussum nostrum esset populatus, in quendam ibi basilica monumentos inuentus est, ubi desuper epitafion huiusmodi est conscriptus: 'Hic requiescit Rudericus ultimus rex Gotorum'*» (*Crónicas Asturianas*, ed. 1985: 122, versão Rotense). O episódio vem também narrado na versão *Ad Sebastianvm*, do seguinte modo: «*De Ruderico uero rege nulli cónita manet causa interitus eius. Rudis namque nostris temporibus quum Uiseo ciuitas et suburbana eius a nobis populata esset, in quadam basilica monumentum est inuentum, ubi desuper epitaphion sculptum sic dicit: 'Hic requiescit Rudericus ultimus rex Gotorum'*» (*Ibidem*, ed. 1985: 123). Apesar das ligeiras diferenças entre as duas versões, o conteúdo epigráfico transposto para as crónicas é idêntico, tal como idêntica é a referência à sua localização numa área suburbana da cidade de Viseu (certamente tomando como ponto de referência a cidade romana, ou o que dela ainda restava). Este último dado não foi valorizado pelos tradutores desta edição, que se referem apenas a uma «cierta basílica de allí» (*Ibidem*, ed. 1985: 200, versão *Rotense* e 201, versão *Ad Sebastianvm*).

²⁷² No âmbito do projecto *Viseu, do Império ao Reino*, coordenado por Catarina Tente, foi realizada a primeira campanha de escavação no Verão de 2013, precedida por uma prospecção de âmbito geofísico. Os resultados foram promissores, tendo-se identificado níveis altomedievais, em concreto uma parcela de um edifício religioso que enquadrava uma privilegiada sepultura, esta definida por materiais pétreos romanos reaproveitados. Infelizmente, as posteriores investigações não revelaram materiais da mesma qualidade e o que se logrou identificar do período em referência resume-se a uma parede cujo alicerce integrou um túmulo de provável cronologia visigótica ou mesmo tardo-romano, realizado com material romano reutilizado (agradeço a informação a Catarina Tente, coordenadora daqueles trabalhos). A discussão sobre este muro e o túmulo encontra-se já registada na p. 260, figs. 130-132, uma vez que se identifica a mesma circunstância na capela de S. Pedro de Capinha (conc. Fundão).

não no topo da colina, sugeriu que este fosse o templo mais importante, em pleno coração da *cidade velha* e, possivelmente, já protegida pela muralha da Regueira ao tempo da conquista de Fernando, o Magno (cf. também Vale, 1973, manuscrito: 4). A existência da *cerca velha* da Regueira²⁷³ assegura ao pequeno conjunto urbano uma relevância militar nas vésperas da nacionalidade portuguesa, eventualmente complementar de outros dispositivos que existiram ao longo da Alta Idade Média, mas também um valor militar em si mesmo, protector de um pequeno burgo e da sua igreja.

Finalmente, Saraiva, 2010: 20-23 admitiu a possibilidade de a igreja de São Miguel ter sido a mais importante até pouco depois da conquista da cidade por Fernando, o Magno, desempenhando o papel de verdadeira «catedral moçárabe», objecto de carta de couto por aquele monarca, entre 1059 e 1064. Só mais tarde, com a instalação dos condes portucalenses, ter-se-á iniciado a consagração do topo da colina da Sé como centro religioso urbano (perspectiva aceite por Utrero Agudo, 2012: 587), ao mesmo tempo que se registaram outras transformações de grande escala, as quais não importa aqui salientar, por corresponderem já aos derradeiros anos do século XI e primeiras décadas da centúria seguinte, fora, portanto, das fronteiras cronológicas desta tese. Importa, contudo, reter do pensamento de Saraiva, 2010: 21, o facto de a estratégia condal abraçada por Henrique e Teresa ter determinado a secundarização da chamada *cidade velha* da Regueira (*civitas vetera*, como aparece em documentação de inícios do século XII, realçada pelo autor), em benefício do topo da colina da Sé. Ver-se-á, adiante que, a esta *cidade velha*, pode contrapor-se a sugestiva designação de *cidade nova* para uma das áreas da polinucleada Viseu alto-medieval.

Outra das prováveis igrejas pré-românicas e moçárabes era a de **Santa Cristina**. O mais antigo diploma relativo a este templo data somente de Agosto de 1160 (Saraiva, 2010: 14, nota 9, que salientou também a inexistência de documentação sobre a igreja ao longo de grande parte da Baixa Idade Média) e Alves, 1975: 432 identificou documentação do século XV que se referiu ao hagiopónimo, possivelmente já a zona da cidade conhecida como Santa Cristina e não propriamente à igreja²⁷⁴. O templo foi demolido em Novembro de 1974, depois de ter servido várias funções (palheiro, adega e

²⁷³ Saraiva, 2010: 20 referiu-se ao couto da cerca velha de Viseu, entre a Regueira e a igreja de S. Miguel, confirmado à catedral viseense pelos condes de Portucale, Henrique e Teresa, ao redor de 1110, que já havia sido outorgado por Fernando Magno, entre 1059 e 1064.

²⁷⁴ Em boa verdade, as primeiras referências ao sítio de Santa Cristina ocorrem logo na documentação do século XII, como salientou Anísio Saraiva, a quem agradeço. Efectivamente, nas Inquirições de D. Teresa, já o hagiopónimo está presente e as menções sucedem-se na documentação do reino de Portugal, nos séculos XII e XIII.

arrecadação). De acordo com a análise que Alexandre Alves fez do monumento, possuía um arco triunfal gótico, de perfil apontado, e parte substancial do seu aparelho construtivo, do lado Sul, era constituído por silhares romanos reaproveitados (**Fig. 153**). Durante as demolições, apareceram também capitéis, tambores de colunas e silhares almofadados, bem como uma moeda romana, cerâmica que o autor atribuiu à época romana e quatro sepulturas de cronologia incerta (Alves, 1975: 440-442). Todos estes elementos apontam para um sítio romano, ditado pela proximidade em relação à muralha romana, ou tardo-romano, cujo aprofundamento arqueológico poderia ter revelado algo da ocupação alto-medieval e das origens desta obscura capela, que se supõe ter sido mais uma a servir as comunidades asturiano-leonesa e moçárabe.

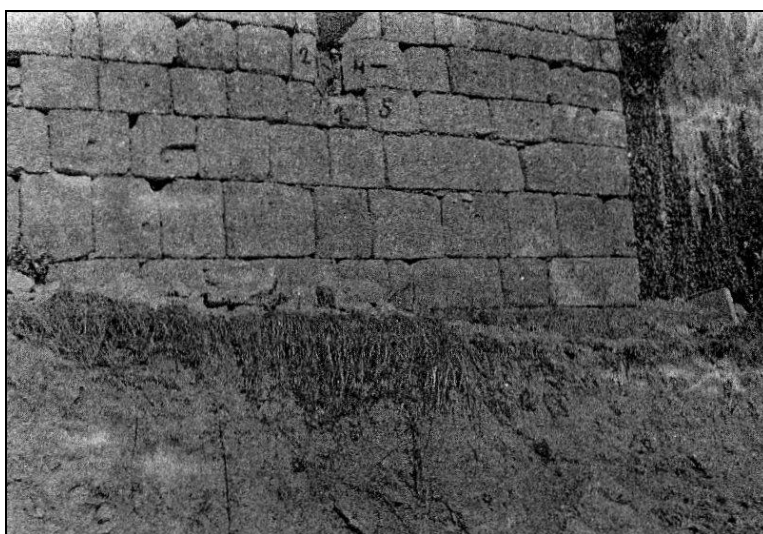


Fig. 153
Face Sul do muro da
destruída capela de Santa
Cristina.
Fotografia de
Alexandre Alves, 1975

Por último, importa referir a **capela de Santa Eugénia**, a mais desconhecida das igrejas alto-medievais viseenses cuja memória chegou até hoje. Ela localizava-se no bairro de Santa Eugénia, zona mais afastada do centro histórico e, talvez por isso, menos documentada ao longo dos tempos. De acordo com Saraiva, 2010: 14, nota 9, a primeira referência à sua existência consta de um diploma da primeira década do século XII, pelo qual Telo Odores (Tellus Odoris) colocou sob obediência do bispo de Coimbra todos os seus bens, neles se incluindo vinhas em Santa Eugénia, São Miguel e São Martinho (*Livro Preto*, ed. 1999: 485, doc. 338). Ainda segundo aquele autor, a igreja serviu a comunidade moçárabe, seguramente pelo orago²⁷⁵, e talvez pelo facto de

²⁷⁵ Não são muitas as referências a mosteiros e igrejas dedicadas a Santa Eugénia nos períodos visigótico, asturiano e asturiano-leonês. A *Historia del Real Monasterio de Sahagun*, ed. 1782: 32, refere a existência de um mosteiro dedicado a Santa Eugénia de Calaberas, a quem Afonso IV (?) fez uma doação em 928 (ou 921?). De tradição pré-românica será a igreja de Santa Eugénia de Luesia (Aragão) e, na mesma região, existiu o mosteiro de Santa Eugénia de Oto (Sobrarbe), que López Dueso, 2006: 100 considera de duvidosa existência. Os estudos de hagiotoponímia parecem fornecer mais resultados, embora sempre com a condicionante cronológica demasiado vaga. É o que se pode concluir do estudo que

se situar numa zona periférica da cidade medieval, afastada dos principais pólos de poder islâmico durante a primeira metade do século XI.

As referências à dimensão religiosa pré-românica de Viseu - estando algumas destas igrejas, com grande probabilidade, activas durante o relativamente longo período de domínio asturiano-leonês -, são reforçadas por dois elementos de património móvel, cujo conhecimento chegou aos nossos dias. Apesar de serem obras pouco conhecidas, ilustram duas distintas correntes civilizacionais presentes no reino asturiano-leonês do



Fig. 154

Cruz peitoral bizantina que pertenceu ao tesouro da Sé de Viseu. Procedência desconhecida; localização actual desconhecida. Século X.

século X (porém contemporâneas e até complementares entre si) e devem ter feito parte do tesouro da Sé de Viseu naquela época.

Até à segunda metade do século XX conservou-se uma **cruz peitoral bizantina** (fig. 154), cuja relação com a suposta origem oriental dos bispos viseenses Salomão e Iquila (ambos do século X) foi já realçada por Real, 2005: 280. A mais completa descrição desta desaparecida peça ficou a dever-se a Lacerda, 1942: 143 e 148, que esclareceu que apenas uma face era decorada com «três medalhões, um na parte superior do braço vertical a envolver o anjo simbólico de S. Mateus, e os outros dois nos extremos do braço horizontal com os bustos de S. Pedro e S. Paulo. Ao centro

domina a imagem da Virgem em corpo interior, com o Menino nos braços»²⁷⁶. Os medalhões eram limitados por cerca circular cordiforme, semelhante formalmente a outras cercaduras de tecidos bizantinos do mesmo período. O espaço disponível entre os medalhões e a figura da Virgem com o Menino, tanto nos braços da cruz como no segmento vertical, ostentava várias regras de uma inscrição. Na parte superior, parece ver-se o alfa (Δ) e o ómega (ω), mas a epígrafe não foi ainda lida na sua globalidade. Apesar do hieratismo e da rigidez, tanto das figuras como dos panejamentos (aspectos

Yelo Templado, 1985: 245 fez para a província da Rioja, onde encontrou seis menções toponímicas a Santa Eugénia, embora sem que tenha logrado identificar as épocas de codificação toponímica. A festa a esta mártir romana, decapitada a 25 de Dezembro de 258, está testemunhada na época visigótica (Pérez de Urbel, 1926: 123). Em Portugal, a paróquia de Santa Eugénia de Rio Covo (Barcelos) só está documentada a partir do século XIII, mas é possível que o culto seja anterior.

²⁷⁶ Uma descrição anterior encontra-se em Peres, 1928: 471. Aí se menciona que a sua identificação ficou a dever-se a Aarão de Lacerda, em 1917.

sublinhados por Aarão de Lacerda), esta peça viseense era de qualidade acima da média, indício claro da sua produção numa oficina bizantina e exportação para o extremo ocidental do mundo então conhecido, para uma «diocese do interior e de uma comunidade fronteiriça, que viveu em frequente clima de instabilidade» (Real, 2005: 280).



Fig. 155
Cruz peitoral bizantina.
The British Museum, Londres. Séc. VII



Fig. 156
Cruz peitoral bizantina.
Museu Kanellopoulos, Atenas. Séc. VII

A cruz segue um modelo compositivo herdado do período imediatamente anterior, preservando-se várias cruzes peitorais bizantinas dos séculos VI-VII que parecem corresponder ao momento fundacional desse tipo: uma cruz latina, em que os braços e o segmento vertical da cabeça são idênticos entre si, em tamanho e forma, e em que as quatro hastes terminam em medalhões circulares que ampliam o campo escultórico. A título de exemplo, cito o caso da conhecida oficina responsável pelas cruzes peitorais do British Museum (Londres) (**fig. 155**), do Museu Kanellopoulos (Atenas) (**fig. 156**) e de uma outra peça hoje na posse de um privado, recentemente valorizadas por Spier: 2012: 108-111. Este autor, não apenas salientou a intervenção do mesmo atelier na produção destas três cruzes, como identificou algumas peças que, partilhando do mesmo ar de família, foram realizadas em outras oficinas de Bizâncio na mesma altura. Uma dessas peças, consideradas como resultado directo da dispersão daquele modelo, foi recentemente adquirida pelo British Museum e mantém o mesmo esquema compositivo de base, mas a face principal, em vez de apresentar Cristo

crucificado ao centro, ladeado pelos bustos dos Evangelistas ou da Virgem, é totalmente revestida por motivos geométricos (Entwistle, 2010: 28).

Este modelo deve ter estado latente durante o período iconoclasta e reapareceu no século X, com maior cuidado no tratamento miniatural das representações das figuras e maior sentido harmónico da composição geral – no fundo, respondendo a duas das características essenciais da arte mediterrânica daquele rico período. É o que se depreende de uma dupla cruz relicário, criticamente datada dos séculos X-XI, hoje propriedade de um privado em Nova Iorque (**fig. 157**). No reverso da cruz, apesar de os medalhões se ajustarem à linearidade dos braços (não obrigando ao alargamento das partes terminais das hastes), o esquema compositivo é idêntico, com a figura maior ao centro (neste caso a Virgem orante), ladeada por quatro bustos incluídos em medalhões, muito provavelmente os quatro Evangelistas (Taft, 1997: 169, realçando a existência de outras cruzes similares, possivelmente fabricadas nos principais centros urbanos do Império e seguindo o mesmo esquema compositivo, destinadas a conter relíquias da Terra Santa).

O grande sucesso deste tipo de cruzes originou um fenómeno de larga difusão dentro e fora das fronteiras do império bizantino e ainda em épocas mais tardias. Uma das mais surpreendentes manifestações de influência bizantina fora do seu natural espaço de irradiação testemunha-se na Dinamarca do século XI, onde foram encontradas duas cruzes relicários peitorais que seguem, fielmente, o esquema atrás descrito. Uma delas, a cruz de Gundslevinagle (hoje no Museu Nacional da Dinamarca), tem a particularidade de incluir quatro medalhões circulares a prolongar os braços da cruz. Já no aro de irradiação imperial, porém mais tardias (século XIII), são as duas cruzes peitorais de Kiev (Ucrânia), que recuperam mais fielmente o pormenor das extremidades alargadas por medalhões dos séculos X-XI (Pevny, 1997: 303-304).

No espaço peninsular, Viseu não foi o único local a dispor de uma cruz bizantina deste tipo. No século X, também o conde castelhano Fernán González (falecido em 970) terá possuído uma peça deste género²⁷⁷ (**fig. 158**), o que confirma o sucesso que aquelas produções imperiais tiveram nos âmbitos religioso e áulico leonês do século X.

Ainda no círculo religioso, importa referir dois fólhos de um **códice leonês** da segunda metade do século X, que ainda hoje se conservam nos arquivos distritais de

²⁷⁷ Agradeço o conhecimento desta peça a Manuel Luís Real. Não se conhece o local de origem desta cruz, estando a sua relação com o conde Fernán González alicerçada numa vaga tradição, porém «sin conocer los datos que acreditan a este hecho» (Lázaro López, 2007: 65).

Bragança e de Viseu (Real, 2005: 281; Nascimento, 1999: 120-123 não relacionou estes dois fólhos, admitindo até datações ligeiramente distintas para ambos, entre c. 950 e os finais da décima centúria) (figs. 159 e 160). Este códice continha a mais importante



Fig. 157.
Cruz relicário bizantina. Colecção privada. Nova Iorque
Séculos X-XI. Publ. *The Glory of Byzantium*, 1997



colecção canónica peninsular, organizada em momento desconhecido do século VII e cujo conteúdo era importante para identificar e manter a disciplina eclesiástica nos territórios do reino asturiano-leonês (Frias, 2000: 204). De acordo com o estudo que Real, 2005: 281 consagrou a estes espécimes, a presumível existência de um códice com estas

Fig. 158.
Cruz de Fernán González
Burgos. Museu da Catedral de Burgos. Séc. X.

estas características na Sé viseense pré-românica representa «a expressão fiel da importância cultural que deve ser reconhecida à diocese de Viseu, no contexto da Reconquista» e ilustra «a matriz leonesa (...) na produção artística regional». Uma produção leonesa que está bem testemunhada no conteúdo disciplinar e normalizador do seu texto (por isso, unificador da Igreja comandada a partir de León) e, do ponto de

vista artístico, no modelo do arauto que, formando o I da palavra *Interfuerunt* (Nascimento, 1999: 121), se assume como figura tutelar de, mais do que um *scriptorium*

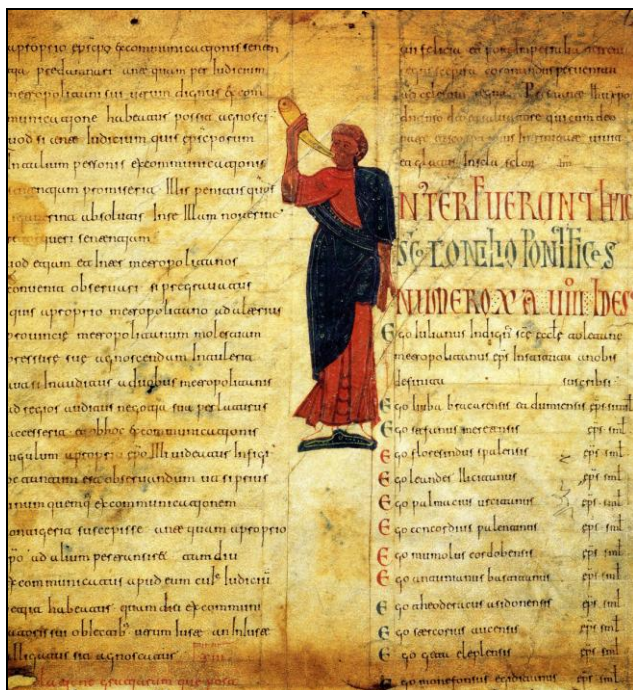


Fig. 159
Fragmento de colecção canónica hispânica.
Arquivo Distrital de Bragança. Século X.
Publ. Azevedo, coord., 2000: 205

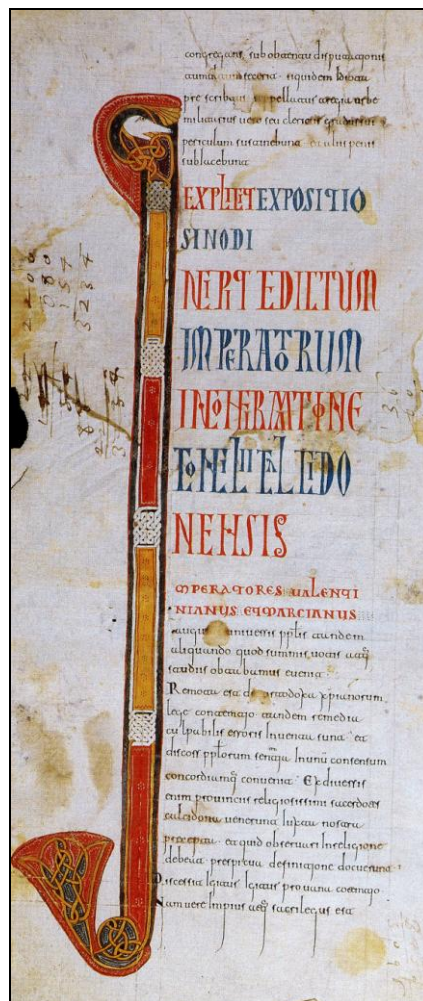


Fig. 160
Fragmento de colecção canónica hispânica
Arquivo Distrital de Viseu. Século X.
Publ. Azevedo, coord., 2000: 204

especializado na criação de livros litúrgicos, antes de um verdadeiro centro de produção e difusão da imagem de uma Igreja com personalidade própria, envolvida tanto nos processos expansionistas como padronizadores, dotada de uma hierarquia capaz de empreender esses dois eixos de actuação e, até, de influenciar as zonas mais ocidentais da Península Ibérica. Esta figura inscreve-se na ampla produção iluminada leonesa, cujos melhores exemplos se podem encontrar nos comentários ao Apocalipse produzidos na segunda metade do século X, obras que foram extraordinariamente enriquecidas naquela centúria, com passos dos Evangelhos e outros episódios bíblicos, e nas quais a pintura assumiu preponderância, como salientou Williams, 1985: 20: figuras hieráticas e longilíneas, a maior parte das vezes distorcidas verticalmente para se adaptarem aos apertados espaços disponíveis, muito coloridas, com tratamento miniatural sumário dos trajés.

Se as referências à herança religiosa pré-românica se assumem, por agora, como a face mais visível do período asturiano-leonês de Viseu, subsistem dois outros locais que podem ter tido uma ocupação entre os séculos IX e X. Nenhum deles foi ainda coerentemente investigado de um ponto de vista arqueológico, mas os dados que se conhecem são já suficientes para colocar a hipótese de uma dinâmica construtiva em plena época asturiano-leonesa. A confirmarem-se estes indícios, assumir-se-á o carácter polinucleado da Viseu pré-românica, e compreender-se-ão assim melhor as mutações urbanísticas da segunda metade do século XI e inícios da centúria seguinte.

No actual complexo monumental catedralício subsistem três troços de muro que, reutilizando silhares romanos, alguns almofadados, permitem colocar a hipótese de se estar perante o que resta de um edifício civil (ou civil e militar), possivelmente relacionado com os titulares do poder na Viseu asturiano-leonesa ou, menos provavelmente, com um alcácer de origem islâmica.

Infelizmente, está-se muito mal informado a respeito da realidade construtiva no topo da colina durante os séculos da Alta Idade Média. À excepção de vestígios de alicerces romanos – que alguns autores admitiram tratar-se do que resta de uma fortaleza quadrangular reforçada por quatro torreões nos ângulos, seguindo uma visão idealizada de Francisco Manuel Correia, 1876 (ed. Vale, 1973: 18) – e de aparelhos construtivos atribuíveis à Alta Idade Média (de que a seguir se falará), pouco ou nada é o que se sabe sobre a paisagem monumental que al-Mansur ali encontrou, nem tão pouco a que o governo islâmico da cidade construiu na primeira metade do século XI. Juan Zozaya, 2010: 247 e 249 admitiu que um extenso troço de muro entre o adro da Sé e a Praça D. Duarte (face voltada ao adro) pudesse corresponder a um tipo de fortificação arcaica muçulmana, possivelmente anterior a 725²⁷⁸ (**fig. 161**), perspectiva que foi contrariada no recente estudo de arqueologia da arquitectura.

Este trabalho, realizado em 2012²⁷⁹, não incidiu sobre este alçado, mas permitiu analisar o paramento exterior, voltado à Praça D. Duarte. Aqui foi identificado um pano murário composto por, pelo menos, duas fases construtivas (há possibilidade de serem

²⁷⁸ O autor, não tendo realizado um estudo pormenorizado do paramento, referiu analogias que considerou «arcaicas» em muros de Cildá, Aguilar de Campoo, Toledo e uma porta omíada de Maqueda, desprovidos de fiadas com ordenação horizontal e vertical e ainda sem vestígios da técnica de sogá e tição.

²⁷⁹ Sob coordenação de Luís Caballero Zoreda e María Ángeles Utrero Agudo, o projecto *Análisis Arqueológico da Varanda dos Cónegos (Catedral de Viseu)*, financiado pelo Ministério de Economía y Competitividad de Espanha, permitiu a realização de um estudo de arqueologia da arquitectura das fachadas exteriores Sul e nascente da Sé de Viseu, faltando a respectiva componente interna. Espera-se que a conclusão do projecto possa ser realizada em breve. A memória final não foi ainda terminada, mas Utrero Agudo, 2012, publicou já parte importante dos resultados.



Fig.161.
Muralha da Varanda dos Cónegos voltada ao adro da Sé (face setentrional)

três), que tem a particularidade de ostentar um perfil escalonado (**fig. 162**). O muro (2) repousa sobre duas fiadas de aparelho romano (1) que, na origem, seguiam uma direcção Sudeste e cuja continuidade foi reconhecida na escavação arqueológica efectuada no final da década de 80 do século XX naquela zona (Utrero Agudo, 2012: 592). A fiada inferior, ao nível do actual pavimento, foi mantida com esta orientação mas a superior, ligeiramente saliente da cota do terreno, foi afeiçoada para se ajustar a uma orientação no sentido Oriental, acompanhando genericamente todas as fases construtivas do longo alçado meridional da Sé de Viseu. Todavia, também este muro não sobreviveu até à sua cota superior original. Ele foi encimado por uma terceira empreitada (3), responsável pelo grande pano murário que Zozaya supôs de origem islâmica, e onde foi aberto uma porta de arco apontado (tornada de volta perfeita na campanha restauradora da DGEMN). Todas estas diferentes etapas construtivas apresentam diferenças de aparelho: as fiadas correspondentes ao período romano pautam-se por silhares de grande dimensão, bem aparelhados e unidos; o pano murário escalonado reaproveita alguns silhares romanos, mas inclui outros de menor perfeição e diferente altura; finalmente, o aparelho que se sobrepõe a ambos é composto por silhares mais pequenos, frequentemente rolados, com os cantos tratados de forma

imperfeita, e com abundantes enchimentos de argamassa e outros silhares de diferentes tamanhos.

Para o período tratado nesta tese, o pano murário intermédio pode corresponder aos séculos IX e X. Tipologicamente, é conhecida a propensão que aquela época teve para reutilizar materiais romanos e tardo-romanos, por vezes refazendo o almofadado (como ocorreu nas igrejas de S. Pedro de Lourosa e S. Pedro de Balsemão) ou conferindo um aspecto classicizante a essas realizações. O escalonamento do muro, dando a entender que se tratava de um embasamento para uma construção entretanto desaparecida (como sugeriu Utrero Agudo, 2012: 592), é outro elemento que encontra paralelos nesta época, sendo de realçar a solução encontrada para o embasamento da desapa-

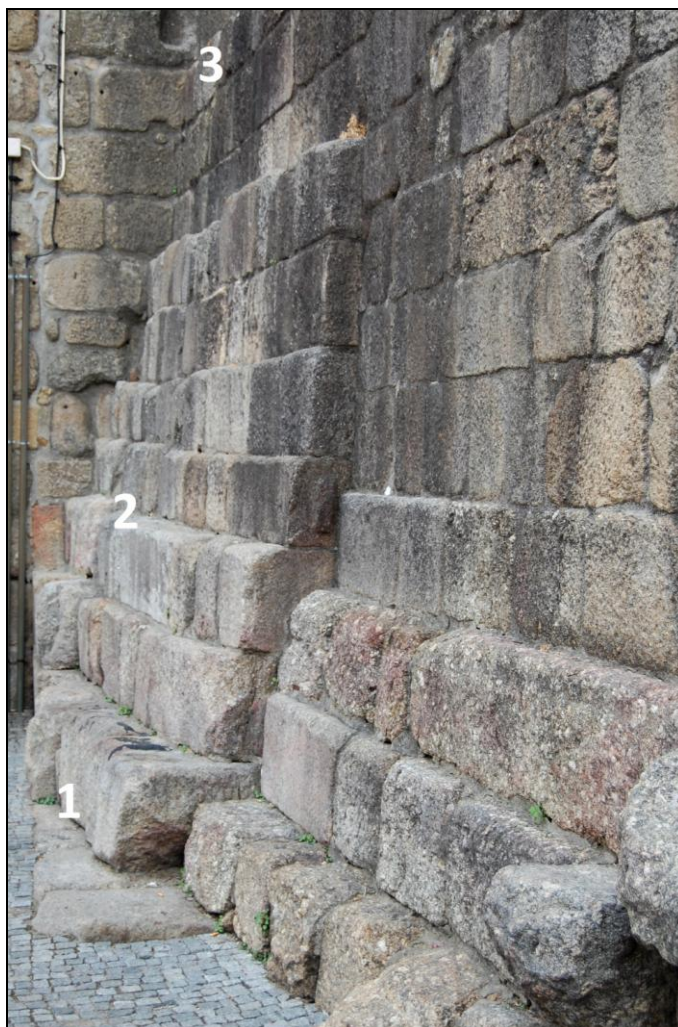


Fig. 162.

Pormenor do aparelho construtivo do alicerce na Varanda dos Cónegos (face meridional), com indicação de três fases construtivas. 1: muro romano que seguia uma orientação Noroeste-Sudeste; 2: muro de provável cronologia altimedieval; 3: muro de cronologia baixo-medieval

recida nave setentrional do monumento de Idanha-a-Velha, também ele escalonado.

Sem ser decisivo, o próprio estudo mais amplo deste sector da Sé viseense contém elementos importantes. A confirmar-se a cronologia alto-medieval do edifício que Pedro e Vaz, 1995 interpretaram como basílica suevo-visigótica²⁸⁰, aquele muro romano que corresponde às fiadas inferiores do pano murário que tenho vindo a referir estaria já destruído até à cota de pavimento quando o edifício dos séculos V-VII foi

²⁸⁰ No âmbito do projecto *Viseu. Do Império ao Reino*, está em curso uma reavaliação do material cerâmico exumado nas escavações do final do século XX. O estudo encontra-se, ainda, numa fase exploratória, mas é já possível ter certezas quanto à presença efectiva de cerâmica dos séculos V-VII, e até de qualidade surpreendente. Agradeço estas informações a Catarina Tente.

edificado. Consequentemente, quando sobre ele se alçou o embasamento do período pré-românico, também o edifício interpretado como basílica estaria já destruído. Por sua vez, este muro escalonado é anterior à obra gótica da Sé de Viseu (atestada, neste sector, pelo já referido portal gótico – posteriormente tornado de volta perfeita e, hoje, entaipado – e pelo que resta de um contraforte, na junção deste extenso muro com a torre do aljube eclesiástico, que Alves, 2009: 13 provou ser a torre de menagem do castelo baixo-medieval de Viseu).

Tão ou mais problemáticos que estes vestígios são os dois outros pontos que integram o complexo monumental da Sé de Viseu onde se detectam possíveis aparelhos pré-românicos. Ambos se localizam no extremo Sudeste do conjunto edificado e coincidem mesmo com os limites físicos nesse sector. O mais despercebido, reconhecido apenas no estudo de arqueologia da arquitectura, está voltado a Sul e forma um triângulo irregular na face da torre Sudeste (**fig. 163**). Em consequência do acentuado desnível de terreno, esta é uma zona que revela vestígios de, pelo menos, duas ruínas, a primeira das quais relativas ao edifício que aqui existiu em época supostamente pré-românica. Pelo que é possível observar do aparelho construtivo remanescente, o pano murário estava alicerçado sobre um embasamento escalonado que integra silhares de diferentes formatos, alguns certamente romanos, outros realizados a partir de blocos maiores, cortados e retalhados para o efeito. O aparelho construtivo propriamente dito é também muito irregular, nele se tendo reaproveitado, pelo menos, um silhar almofadado, com a face desbastada para tornar a saliência mais atenuada. Esta secção do muro deve ter ruído para nascente em época impossível de determinar, o mesmo sentido da derrocada que arrastou parte do claustro gótico e levou à (re)construção da poderosa torre Sudeste que hoje se observa, cujo aparelho, na face meridional, acompanha as cicatrizes desses desabamentos.

O terceiro ponto onde se identificaram troços de muros que podem corresponder ao período pré-românico localiza-se no sector oriental da sé, numa zona longamente difícil de compreender, dada a profusão de aparelhos construtivos e a inexistência de elementos tipológicos que ajudem a identificar cronologicamente alguns deles. Com efeito, esta zona pauta-se por uma sucessão de aparelhos caóticos, anteriores à construção gótica da cabeceira da sé e dificilmente catalogáveis de forma concreta. A zona encontra-se muito restaurada, em particular a face oriental da capela funerária do bispo D. João Vicente, aproveitada na época moderna para associar uma extensa escadaria que levava ao Largo de S. Teotónio (**fig. 164**).

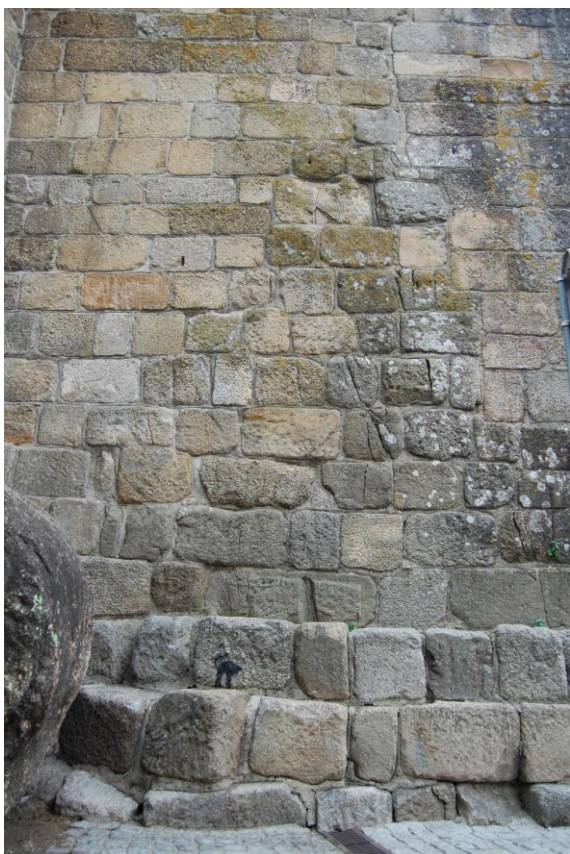


Fig. 163

Torre Sudeste da Sé de Viseu. Pormenor da face meridional ao nível do embasamento e fiadas inferiores da torre, vendo-se os vestígios de aparelho pré-românico formando uma figura triangular irregular

No entanto, é possível que essa obra (e o seu desmonte pela DGEMN) não tenha afectado as fiadas inferiores desta monumental fachada, onde se concentram os motivos de interesse para a história do local durante a Alta Idade Média. Os vestígios assentam directamente sobre os blocos de granito que servem de alicerce a este sector da Sé, e compõem-se de silhares de grande dimensão, muitos deles almofadados (**fig. 165**). Estas duas características levaram a que alguns autores considerassem este alicerce como romano (Vaz e Carvalho, 2009: 33 e 43-44, entre outros). Porém, como salientou Utrero Agudo, 2012: 594, tratam-se de silhares que estão notoriamente reaproveitados, alguns com o almofadado voltado ao interior da caixa

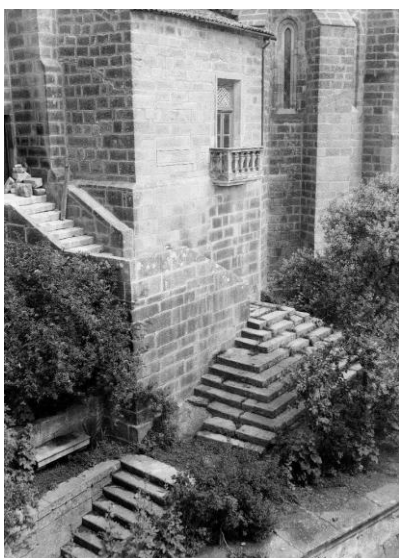


Fig. 164.

Escadaria demolida pela DGEMN que colocava em comunicação a capela de D. João Vicente (e por essa via o interior da Sé) com o Largo de S. Teotónio



Fig. 165

Face nascente da Sé de Viseu (sector entre a cabeceira e a torre Sudeste), vendo-se o embasamento que reaproveita material romano

murária, em alguns troços realizada em dupla fiada, e outros cortados propositadamente para se adaptarem a espaços menores.

Ao contrário dos restantes pontos onde este tipo de aparelho foi aplicado, neste sector não se identifica qualquer escalonamento do alicerce (ou este apenas se iniciaria a uma cota já perdida, sacrificada por uma das fases góticas – reconhecível pelo abundante recurso a aparelho siglado -, essa, sim, dotada de acentuado escalonamento. Não parece ter sido esse o caso do edifício aqui erguido em época alto-medieval. Como se pode observar pela **fig. 166**, o que parece ser o cunhal meridional desse edifício estruturava-se verticalmente sobre um mesmo eixo e um dos seus silhares superiores (A) foi mesmo desbastado para se adaptar ao ângulo de aproximadamente 90 graus que se pretendeu evidenciar, com grande probabilidade para criar um pequeno contraforte. A corroborar esta ideia está o facto de o aparelho construtivo da torre Sudeste se adossar a este suposto contraforte, mesmo ao nível do embasamento da torre, o que denuncia imediatamente duas fases construtivas separadas no tempo²⁸¹.

No estado actual da investigação, não é possível relacionar estes vestígios com o suposto paço que terá existido na cidade na época pré-românica. O estatuto de Viseu como verdadeira capital regional durante o século X, altura em que acolheu uma pequena corte condal próxima de Ordonho II e, depois, a máquina decisória do reino de León no início do reinado de Ramiro II, favorece a leitura de existência de uma área palatina numa zona nobre da cidade. Infelizmente, desse (ou de outro) paço que terá ocupado o topo da colina da sé só se tem conhecimento a partir de finais do século XI e, com maior propriedade, na primeira metade da centúria seguinte²⁸². Como notou Saraiva, 2010: 21, nota 30, «a primeira referência escrita ao paço condal (...) provém de uma doação da condessa D. Teresa, redigida *in palatio de Viseo*, em 1125 (Outubro) (DMP, DR, doc. 72). E como observou Almeida Fernandes, 2007: 153-155 Viseu foi a capital do Condado Portucalense, possivelmente entre 1109 e 1112. Se, por essa altura, a área palatina viseense já estivesse implantada, ou em vias de ser implantada, no topo da colina da sé, é possível que tenha sido objecto de obras no tempo dos condes portucalenses, sabendo-se que é à transição para o século XII que se devem atribuir, pelo

²⁸¹ Este muro não acompanha a totalidade do afloramento rochoso do local. Na zona setentrional (**fig. 167**), ele foi cortado para dar lugar a dois pequenos degraus, parcialmente cobertos por um rude pavimento (ou melhor, enchimento) de pequenas pedras irregulares, unidas com argamassa. É possível que seja obra da fase gótica, como recurso construtivo para tornar estável esta complexa zona do terreno, sobre a qual se apoia a monumental fachada (não apenas gótica) do conjunto catedralício.

²⁸² Alves, 2009: 1 (policopiado) admitiu que o paço condal tenha sido edificado apenas por intermédio de D. Henrique e D. Teresa, não fazendo qualquer menção ao suposto paço pré-românico.



Fig. 166.

Cunhal (ou contraforte) pré-românico incorporado na junção da fachada setentrional da torre Sudeste e o maciço nascente da Sé. Com a letra A identifica-se o silhar que foi afeiçoado para formar o ângulo de 90°

uma sé, um paço e um castelo, entre outras obras que não importa neste momento detalhar.

Sobre a localização deste paço está-se, no entanto, menos informado. Vale, 1973: 37 admitiu que o edifício fizesse parte do perímetro muralhado, no seu sector meridional, ocupando parte do que é hoje o claustro da sé. Como aquele autor salientou, a construção do claustro renascentista ocorreu apenas a partir da primeira metade do século XVI, tendo o bispo D. Miguel da Silva, para o efeito, obtido de D. João III a doação de várias casas que correspondiam ao que restava do paço medieval de Viseu. Tendo em consideração que subsistem vestígios góticos do claustro trecentista no sector oriental da quadra mandada refazer por D. Miguel da Silva, aquele paço só poderia ocupar uma estreita faixa de terreno a Sul daqueles vestígios, possivelmente dispondose numa planta longitudinal Este-Oeste, onde hoje existe a torre Sudeste e a ala meridional do claustro, mantendo-se a dúvida sobre o espaço daqui à torre do aljube eclesiástico (torre Sudoeste).

menos, dois elementos escultóricos ainda hoje conservados no edifício catedralício – uma imagem de *Nossa Senhora com o Menino* (Real, 2005: 280) e um friso românico decorado com o conhecido tema dos “corações invertidos” que caracteriza o estaleiro da catedral de Braga entre os finais do século XI e os primeiros anos da centúria seguinte (ainda inédito). A análise destes dois vestígios não cabe neste trabalho, mas concorda-se com Saraiva, 2010: 21, quando afirma que foi sob o impulso dos condes Henrique e Teresa que se promoveu um «ambicioso estaleiro construtivo», que incluiu



Fig. 167.

Fachada nascente da Sé de Viseu. Pormenor do segmento em que o aparelho pré-românico terá sido destruído por dois irregulares patamares de pavimento / enchimento

Outro problema relativo à ocupação alto-medieval da colina da sé diz respeito à dimensão militar daquele espaço. O assunto anda, ainda, envolto em controvérsia e, invariavelmente, os dados de caracterização são demasiado escassos. Man, 2008: 242 admitiu a fortificação tardo-romana do que supõe ter sido a cidadela da cidade em tempos finais do domínio romano²⁸³. E Alves, 2009: 15 sugeriu que ali tenha existido um alcácer de cronologia islâmica, com a forma quadrangular (indo ao encontro das mais antigas referências historiográficas sobre aquela suposta fortaleza, de Francisco Manuel Correia e Maximiano d’Aragão), planimetricamente semelhante ao de Coimbra. Saraiva, 2010: 21 colocou a construção do castelo no período condal portugalense (tal como Girão, 1925: 43), sendo que a primeira notícia da sua existência se reporta apenas a Julho de 1188 (Alves, 2009: 9 – 1.º testamento de Sancho I de 1188- *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. 1, docs. 30 e 31, pp. 47-48).

**A discutida
dimensão
militar da
colina da Sé**

Da Alta Idade Média subsiste a informação de que Afonso V de Leão morreu às portas de Viseu, quando percorria o perímetro muralhado, tentando identificar eventuais

²⁸³ São vários os autores que admitem uma fortificação romana do topo da colina da sé: Ribeiro, 1971: 437-443; Vale, 1971: 215-226, entre muitos outros.

vulnerabilidades da fortaleza. Esta notícia consta da *História Silense*, escrita provavelmente nas duas primeiras décadas do século XII (Casariego, 1985: 108). Aí se mencionam as muralhas e uma torre da cidade²⁸⁴. Embora admitindo que a menção a estas estruturas militares viseenses possa estar contaminada por algum estereótipo cronístico (não sendo crível, por outro lado, que o autor da crónica tivesse alguma vez conhecido o perímetro muralhado da cidade), nenhum outro dado garante que o episódio tenha ocorrido numa fortaleza implantada na colina da sé. Para a primeira metade do século XI, são mais fortes os indícios de fortificação na cerca velha da Regueira (como se viu já) e na Cava de Viriato (como a seguir se dirá). Em todo o caso, e ainda que a arqueologia não tenha revelado, para já, vestígios inequívocos de fortificação alto-medieval no topo da colina da Sé, há que questionar qual a ocupação do espaço entre as épocas tardo-romana e asturiano-leonesa e qual a dimensão militar (militarizada) do suposto paço que ali parece ter existido.

Deixo para último ponto de análise a **Cava de Viriato (figs. 168 e 169)**, sítio que tem motivado muitas e díspares interpretações, a maior parte das quais, até há escassos anos, contaminadas pelo fundo lendário de o local ter supostamente servido de reduto defensivo aos lusitanos contra o avanço dos exércitos romanos, posteriormente conquistado por Caio Negídio e integrado no império (Vale, 1973: 13-16, sintetizando as versões lendárias sobre a origem do monumento e as abordagens historiográficas sobre a sua função de suposto acampamento romano; Vaz, 2006: 150 para os autores que, na actualidade, defendem ainda uma cronologia romana de parte da Cava).

| |
|------------------------------|
| A Cava de Viriato |
|------------------------------|

Na última década e meia, sucederam-se as abordagens descomprometidas desse suposto determinismo (pré)nacional glorioso e, ainda que esteja flagrantemente ausente a informação arqueológica sobre o sítio, tem sido possível avançar com novas e mais fundamentadas teorias para a sua origem e ocupação. As primeiras dúvidas sobre a sua cronologia pré-romana e romana foram materializadas por Vasco Mantas (1996 e, de forma mais aprofundada, em 2003: 40-41, após estudos inconclusivos de Carvalho, 1988 e Tudela, 1988), que estranhou a inexistência de paralelos planimétricos de época romana para aquele gigantesco octógono e salientou, por outro lado, os pouco expressivos e descontextualizados vestígios de época romana recolhidos no seu interior

²⁸⁴ ed. Casariego, 1985: 141: «en el castillo de Viseo tuvo encerrados a unos moros con hierros y pasando hambre. En esa campaña (...) hacía mucho calor y él [Alfonso] estuvo recorriendo a caballo frente a las murallas, vestido sólo con una camisa de lino, por lo cual pudo ser herido por un hábil arquero enemigo [que disparó] desde una torre, de cuya herida murió».

(uma moeda e algumas telhas), quando comparados com os identificados em outras zonas da cidade, bastante melhor documentadas para aquela época²⁸⁵.

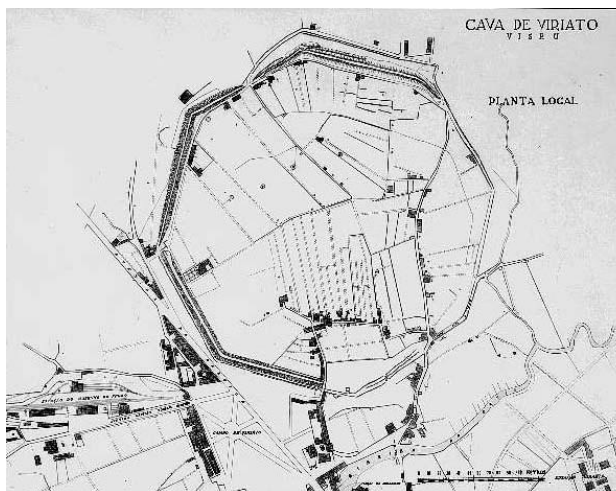


Fig. 168

Cava de Viriato. Planta segundo a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN, actual DGPC). Sem data



Fig. 169

Aspecto da altura do talude da Cava de Viriato em 1951. Foto Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN, actual DGPC)

A perspectiva de cronologia pós-romana para a Cava permitiu abrir novas linhas de investigação sobre o monumento. Mantas, 2003: 41, reconhecendo a importância de Viseu durante a época califal, sobretudo como local de concentração de tropas e de ponto de partida para ataques ao Noroeste peninsular, realçou os paralelos tipológicos com acampamentos militares islâmicos, em concreto o hisn de al-Qadisiya (Samarra, Iraque, construído por volta de 796) e admitiu que a sua construção possa ter ocorrido no final do século X, coincidindo com a extraordinária dinâmica conquistadora e destruidora de al-Mansur.

As propostas de Mantas foram aprofundadas por Helena Catarino, que se referiu à cava como uma provável «cidade-acampamento» (Catarino, 2005: 206), cujos paralelos encontrou nos primeiros campos militares islâmicos, construídos em terra, tendo ainda reforçado a proximidade tipológica para com Samarra (Iraque), sede do governo califal abássida durante grande parte do século IX. Tendo em consideração a

²⁸⁵ Mantas, 2003: 42 sugeriu que estes vestígios pudessem ter resultado da remoção de terras para formar o fosso que rodeia a estrutura e os respectivos taludes. Idêntica conclusão em Catarino, 2005: 202, a partir de informações de Vaz, 1997: 365-66, realçando ainda que os materiais da Antiguidade identificados correspondem a horizontes já tardo-romanos e não republicanos ou pleno-imperiais (Catarino, 2005b: 34). Mantas, 2003: 41-42 vislumbrou a possibilidade de a cava albergar, no seu interior, um eventual campo militar romano, de planta rectangular e servido por *cardus* e *decumanus*, abordagens que a investigação posterior não tem confirmado (Alarcão, 2006: 139-141). Ainda dentro do marco romano, e não obstante a prudência com que se refere à cronologia do monumento, deve valorizar-se o contributo de Silva, 2012: 164, que reconheceu uma métrica romana na definição do octógono que define o conjunto.

prevalência deste tipo de monumentos octogonais nos primeiros tempos da expansão islâmica, Catarino, 2005: 202 e 2005b: 34 entendeu como mais provável a sua construção no século VIII, coincidindo com a chegada dos exércitos de Musa, e não tanto com a dinâmica militar impressa por al-Mansur em finais do século X, apesar de admitir que este general tenha ocupado a cava (perspectiva diferente em Correia, 2011: 122, que admite como mais provável a construção da Cava no contexto de afirmação regional de al-Mansur).

A opção pela planta octogonal (e correspondência tipológica para com a cidade-acampamento de Samarra), a mais visível história militar do Islão peninsular no período de conquista da Hispânia e na época de al-Mansur, e a centralidade de Viseu nesses dois momentos, servindo de ponto de concentração de tropas e partida de expedições, são os principais aspectos que têm levado “naturalmente” para contextos muçulmanos os mais recentes autores que tentaram explicar a existência da Cava de Viriato.

Existe, todavia, outra via de interpretação que, só agora, começa a dar os primeiros passos: a que consagra a possibilidade deste monumento ter sido o produto da época em que Viseu esteve sob domínio asturiano-leonês. Os primeiros dados neste sentido foram avançados por Alarcão, 2006: 141, mas deve-se a Manuel Luís Real, em conferência realizada em 2012 e ainda não publicada (a quem agradeço a amabilidade de ter partilhado comigo o teor da apresentação), os mais sólidos contributos neste sentido. Deve advertir-se, porém, que a hipótese de cronologia asturiano-leonesa da Cava de Viriato não passa, para já, de uma hipótese, prudência que caracteriza a abordagem de Manuel Luís Real e que aqui também assumo.

Na história do urbanismo asturiano, sabe-se que, pelo menos, duas cidades foram dotadas de fossos que configuravam áreas interiores octogonais: Oviedo e Compostela. Ainda alvo de estudo, estas estruturas defensivas



Fig. 170
Inscrição comemorativa da construção da cava de Oviedo por Afonso III. 875
Museo Arqueológico de Asturias, Oviedo

estão, hoje, razoavelmente identificadas e asseguram às cidades asturianas uma dimensão defensiva mais complexa, não cingida apenas a um linear amuralhamento.

A cava de Oviedo, iniciada em 875, foi obra do tempo de Afonso III e a sua construção ficou celebrada por uma inscrição hoje exposta no Museo Arqueológico de Asturias (Oviedo) (**fig. 170**), cujo conteúdo tem sido objecto de diversas leituras. Particularmente discutido tem sido a palavra *caveam*, que alguns autores entenderam poder traduzir-se por *avlam* (Cid Priego, 1995: 247) ou *haveam* (Escortell Ponsoda, 1996: 30)²⁸⁶, confrontados com a estranheza de *caveam* significar mesmo cava, ou fosso.

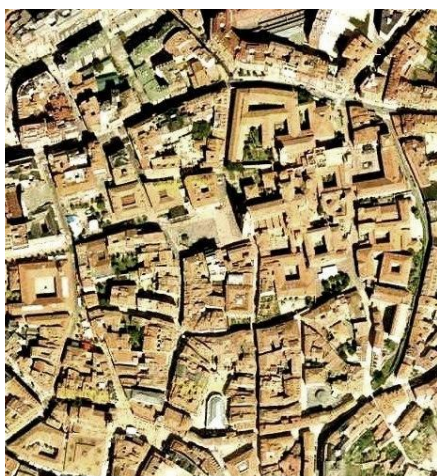


Fig. 171

Vista aérea do centro histórico de Oviedo, vendo-se o octógono irregular que correspondia à cava mandada fazer por Afonso III.

Foto publ. Carlos Sánchez Montaña, 2009



Fig. 172

Vista aérea do centro histórico de Oviedo com marcação do provável traçado da cava mandada fazer por Afonso III. Desenho de Carlos Sánchez Montaña, 2009

Parece, contudo, não haver qualquer dúvida sobre as palavras *han caveam*, o que certifica a existência de um fosso em torno da cidade de Oviedo em pleno reinado de Afonso III. Este sistema defensivo devia estar complementado por um castelo e uma muralha interna, em torno do núcleo de edifícios sagrados da cidade, restando ainda a dúvida sobre uma eventual cintura de muralhas edificada no reinado de Afonso II (Cid Priego, 1995: 243-244). De acordo com os estudos de Carlos Sánchez Montaña, 2009 (online), os quais não foram ainda objecto de alargado debate pela comunidade

²⁸⁶ O texto completo da inscrição, lido por Escortell Ponsoda, 1996: 30 é o seguinte: + SIGNUM SALUTIS PONE Domine / IN DOMIBUS ISTI UT NON PerMITAS IN / TROIRE ANGELUM PerCUTIENTEM / IN CHRISItI NOMINE ADEFONSUS PRIN / CEPS CUM CONIUGE SCEMENA / HANC HAVEAM CONSTRUERE / SANCSEERUNT IN ERA DCCCCXIII. A mesma autora propôs a seguinte tradução: «Señor pon el signo de la salvación en estas moradas, para que no permitas entrar el angel golpeador. En el nombre de Cristo, Alfonso Principe, con su esposa Escemena consagraron este lugar construído en la era 913».

científica, Oviedo teve um perímetro defensivo irregularmente circular (**figs. 171 e 172**). Ainda que o autor atribua esta estranha forma ao período romano, não se pode deixar de relacionar este suposto octógono (mais que um círculo) à obra que Afonso III mandou fazer.

O caso do fosso de Compostela conta com o contributo da arqueologia. O bispo Sisnando Menéndez (Sisnando II), antes de 968, ordenou a construção de uma muralha em terra (dado valorizado por López Alsina, 1988: 255-256). O documento que certifica esta estrutura militar é bastante rico em termos militares e nele se realça a existência de *profundis fossis* dotados de *aqua circumfusa*²⁸⁷. Um primeiro estudo, feito por López Alsina, assinala a possibilidade de uma estrutura defensiva octogonal muito próxima da



catedral, tendo Suárez Otero publicado uma fotografia do fosso que circundava o primitivo conjunto de edifícios religiosos (2003: 63, repetida em outras publicações do autor) (**fig. 173**).

Ainda que longe de definitivos, os fossos em Oviedo e Compostela, que rodeavam prováveis perímetros urbanos octogonais, são dados que não podem deixar de ser levados em conta em futuras análises à Cava de Viriato. Am-

Fig. 173
Fosso de Santiago de Compostela, reconhecido arqueologicamente.
Foto José Suárez Otero, publ. 2003 e 2012

bos os sistemas defensivos daquelas cidades foram materializados no século X, período em que Viseu atingiu o estatuto de capital regional. Alarcão, 2006: 141 sugeriu já que al-Mansur, em finais do século X, possa ter aproveitado uma estrutura militar do tempo de Ramiro II, construída na primeira metade daquela centúria e muito possivelmente no período em que aquele monarca estabeleceu a sua capital em Viseu (926-930). As objecções que Alarcão colocou em relação a esta perspectiva, baseadas sobretudo no impacto de sentido islâmico dos textos de Mantas e Catarino, estão, já, parcialmente ultrapassadas – nem a Cava de Viriato pode considerar-se, à partida, apenas um acampamento militar (sendo os exemplos ovetense e compostelano claros quanto à

²⁸⁷ Agradeço as informações sobre este documento a Manuel Luís Real.

dimensão urbana das respectivas cavas), nem o seu desenho foi definitivamente inspirado em realizações militares muçulmanas.

Todos estes dados sublinham o imenso desconhecimento que presentemente se tem sobre este enigmático monumento. Três correntes historiográficas, que propõem outros tantos diferentes tempos para a fundação da Cava de Viriato (romana, muçulmana e asturiano-leonesa), não puderam, até agora, ser confirmadas. Como não pôde confirmar-se outros aspectos estruturantes, como a eventual presença de edifícios em pedra no seu interior²⁸⁸ ou a relação do fosso com os cursos de água na zona²⁸⁹. Finalmente, e deixando de lado, por agora, outros problemas do monumento, não existem quaisquer indicadores que apontem para o momento em que a Cava deixou de ter ocupação. Catarino, 2005: 202 e 206 admitiu que ali tenha «permanecido uma parte do núcleo urbano islâmico, até à reconquista de Fernando Magno», hipótese que, a confirmar-se, tornaria a Cava o cenário mais provável para a frustrada tentativa de conquista por parte de Afonso V, em 1028, na qual o monarca leonês acabou ferido de morte. À luz destes dados, a centralidade “medieval” da colina da sé, à volta da qual se ergueram as muralhas do final da Idade Média, só parece ter-se imposto num período mais recente, na transição para o século XII, quando os condes de Portucale ali concentraram o governo religioso e militar da cidade, transferindo a sé da *cidade velha da Ragueira*, como demonstrou Saraiva, 2010: 20-23, e, eventualmente, a autoridade militar e política da Cava para o castelo românico no alto da colina.

²⁸⁸ Castilho, 2004: 314 refere que a Cava «antigamente possuía ainda muralha e várias portas (a pedra foi sendo reaproveitada ao longo dos séculos)». Em 1728, segundo o testemunho de Francisco Manuel Correia, já nenhuma das quatro portas por si nomeadas tinha revestimento de cantaria (ed. Alves, 1974: 165). José Coelho (1938 e 1960) realçou que um documento certifica a existência de pedra aparelhada no interior da Cava, em concreto uma provisão de D. Afonso V, datada de 18 de Abril de 1461, pela qual o monarca concedeu ao Convento de Orgens toda a pedra que se encontrasse no interior do recinto. Existe, de facto, um documento de 1470 (BMV, *Ms. Viterbo*, 1-20-19, fl. 139) que refere pedra proveniente da Cava. Agradeço o conhecimento deste diploma a Anísio Saraiva, que esclarece ser uma notícia extraída de um manuscrito intitulado *Inventário* que se guarda no arquivo de S. Francisco de Orgens, escrito pelo padre João da Póvoa: «Tratando da reedificação deste convento [S. Francisco de Orgens] pelos anos de 1470, a pedraria quase toda de canto talhado de que se alevantou a igreja e a capela e quase todo o dormitório el rei D. Afonso V a deu da cidade nova da Cava e mais muita esmola em dinheiro que para elo deu. E dizendo que uma bela hospedaria se fizeram em 1473 diz que quase toda a pedra veio da cava». Para além das supostas portas, mencionadas por Francisco Manuel Correia, é também de supor que, pelo menos, parte dos muros da Cava fosse composta de pedra aparelhada, razão pela qual Castilho ter-se-á mesmo referido a muralha e não apenas a muros.

²⁸⁹ Os autores que se têm referido à Cava são unânimes em considerar que o fosso teria tido algum aproveitamento hidráulico. Francisco Manuel Correia (ed. Vale, 1974: 165) deu voz à tradição de a água da Ribeira de Santiago ser canalizada para o fosso. Também Carvalho, 1988: 122 valorizou a proximidade em relação aos recursos aquíferos (o Lago da Cava, certamente o fosso, que em 1841 ainda tinha água (Carvalho, 1841: 26); o ribeiro do Pintor e o rio Pavia) e Catarino, 2005: 201-202, que se referiu a minas e poços de água e relação de toda a estrutura com o rio Pavia e o ribeiro de Santiago. Ainda Silva, 2012: 163.

2.2. O território: dispersos da colonização asturiano-leonesa

Apesar de fragmentados e envoltos em demasiadas dúvidas, os vestígios materiais da Viseu pré-românica asseguram à cidade um estatuto de centralidade regional, a partir da qual se estabelecia grande parte da ligação a outros pontos estruturantes daquele vasto território interior, genericamente situado entre o Alto Mondego e o Douro. Também sobre estes outros locais permanecem muitas dúvidas sobre a real natureza e amplitude do legado deixado pelos colonizadores asturiano-leoneses, mas é já possível traçar algumas tendências dominantes, graças aos estudos realizados na última década por um conjunto crescente de investigadores.

Na área envolvente a Viseu é possível reconhecer diferentes estratégias de ocupação, que parecem ter tido distintos objectivos. A partir do eixo Viseu-Lafões, onde se terá implantado o centro nevrálgico regional da nobreza ovetense e leonesa, identificam-se áreas que desempenharam diferentes papéis na coesão territorial do grupo colonizador ali instalado nos inícios do século X. Ainda que escassamente definido pela investigação arqueológica, subsistem importantes indícios que apontam para uma modulação destas zonas de acordo com os interesses das famílias dominantes e, mais importante que isso, ao abrigo de uma estratégia concertada de afirmação territorial daquelas estirpes. Uma afirmação que passou pela expansão da base fundiária ao serviço deste grupo, da ampliação e reconhecimento do seu prestígio político e social, do patrocínio de novas referências religiosas na paisagem e na definição de um sistema defensivo a Nordeste (por onde se fazia o acesso mais directo a León), mas que pode ter tido outras linhas internas de algum significado.

2.2.1. A “corte” de Lafões (fig. 174)

A proximidade das Caldas de Lafões deve ter constituído um poderoso atractivo à fixação dos protagonistas da colonização asturiano-leonesa de inícios do século X. Nesta área, rareiam as notícias a mosteiros e a castelos, embora eles tenham certamente desempenhado papel importante, sobretudo o mosteiro de Santo André (Sever do Vouga), que já existia em 964 (Ramos, 1974: 10 admitiu que o mosteiro existisse mesmo antes de 950) – embora se trate de um estabelecimento algo marginal em relação ao centro deste território - e os montes Lafão e da Senhora do Castelo. Neste último local, foram identificadas duas sepulturas escavadas na rocha, mas ainda não se realizaram investigações arqueológicas, tendo algumas recolhas de superfície permitido identificar fragmentos cerâmicos situáveis entre os séculos X a XIII (Marques, 2005:

70). Não é também de descartar a existência de outras fortificações na futura Terra de Lafões (introdução a este assunto em Real, 2013: 222; também Marques, 2012: 59), onde se deverão incluir as duas fortalezas atacadas em 1026 pelo cadí de Sevilha, Abul-l-Qasim, que ali encontrou uma comunidade que se reclamava descendente de Yabalat al-Gassani, chefe muçulmano do século VIII, de origem síria e convertido ao Cristianismo, um núcleo populacional cujos membros falavam árabe e estavam minimamente militarizados (Mattoso, 1987: 29; Alarcão, 1996: 18; Marques, 2000: 118, Catarino, 2005: 199 e Martín Viso, 2007: 266; não se concorda com a tese defendida por Aillet, 2010: 300 a respeito de este episódio não passar de uma notícia fantasiosa inserida numa produção literária destinada a glorificar a dinastia abássida de Sevilha). Os vestígios materiais que hoje se podem associar a toda essa dinâmica, todavia, são de menor valia, embora sintomáticos em relação ao papel fulcral da região para a colonização então realizada.

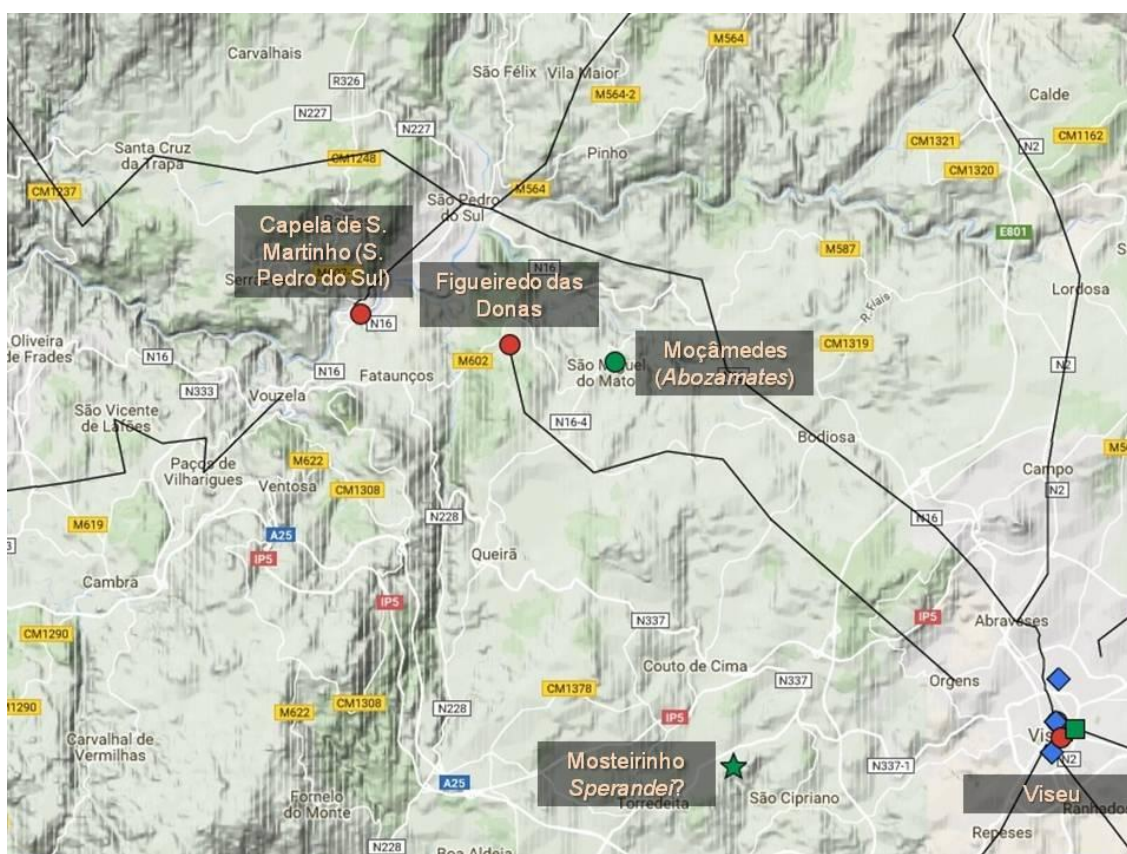


Fig. 174.

Mapa dos vestígios materiais e referências documentais a construções na zona de Lafões durante os séculos IX e X.

Implanta-se também a rede viária romana da região, a partir do site www.viasromanas.pt Moçâmedes (ref. 928) e Sperandei (957)

Foi neste território, servido pela área termal lafonense, que se terá instalado o grosso do contingente asturiano-leonês que dominou a região. Em trabalhos recentes,

Manuel Luís Real referiu-se à “corte de Lafões” e sugeriu que aqui se tenham acolhido os principais nobres que acompanharam Bermudo Ordóñez no seu suposto exílio. As Caldas, o paço de Moçâmedes, o Castelo (Vouzela²⁹⁰) e o sítio de Bordonhos, este último mencionado em 1030 como *villa ibn Ordonis* (filho de Ordonho), parecem ter sido os locais preferenciais de instalação deste coeso grupo, mas é de crer que, em breve, possam surgir mais alargadas evidências de povoamento alto-medieval na zona (Real, 2013: 213-226).

Infelizmente, as marcas físicas deixadas por esta elite colonizadora são bastante reduzidas e não têm havido investigações arqueológicas destinadas a reconhecer a sua presença.

Exceptuam-se, para já, dois testemunhos de relativa importância: um conjunto inédito de materiais reaproveitados em Figueiredo das Donas (Vouze-

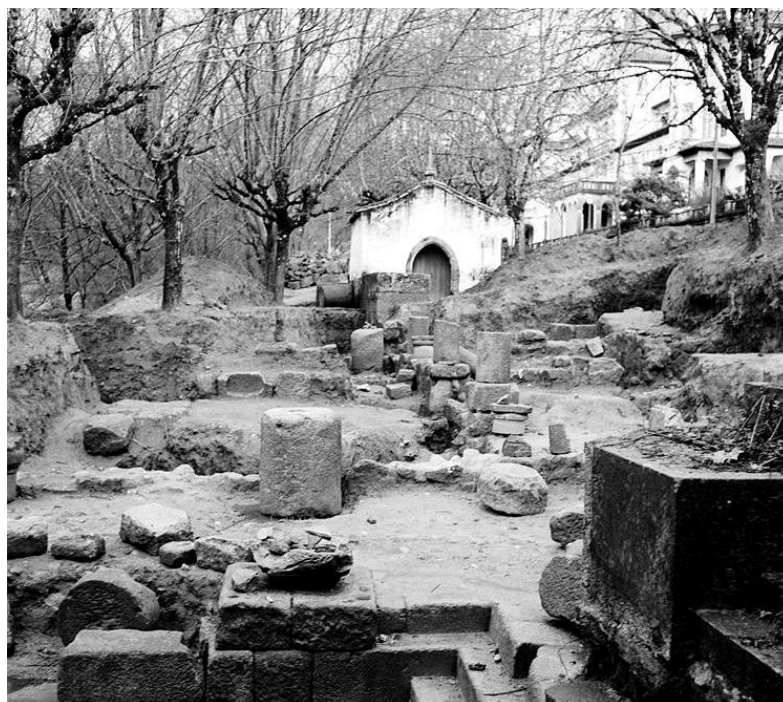


Fig. 175

Panorâmica das ruínas do complexo romano da Várzea de S. Pedro do Sul e a relação com a capela de S. Martinho.

Foto DGEMN, 1957

la)²⁹¹ e o fragmento de aximez incorporado na parede exterior nascente da capela de S. Martinho (Várzea, S. Pedro do Sul), diante do antigo balneário termal de origem romana (**fig. 175**). São ainda fracas evidências de uma realidade que terá sido mais vasta e qualitativamente importante, tal a origem e o impacto dos nobres ali instalados.

No primeiro caso, subsistem fustes de colunas e silhares almofadados reaproveitados nos muros do adro da igreja e numa residência próxima. Um desses blocos tem a particularidade de o almofadado ostentar decoração geométrica, em espinha (**fig. 176**), semelhante ao que foi realizado num silhar do Mosteiro de Fráguas e que aparece também nas impostas-frisos da parede que acompanha o arco triunfal de S.

²⁹⁰ Daqui procedem materiais cerâmicos consistentemente relacionados com a ocupação asturiano-leonesa (Marques, 1999: 39).

²⁹¹ Agradeço a Manuel Luís Real a notícia e as primeiras imagens relativas a este local.

Pedro de Balsemão (**figs.48-49**). Mais recentemente, tive a notícia do aparecimento de uma inscrição no local, ao que tudo indica um letreiro já do século XI (ou avançado o século X), que aguarda leitura por parte de Manuel Luís Real e Catarina Tente (responsáveis por um projecto de investigação sobre o actual concelho de Vouzela, com o apoio da autarquia local, a quem agradeço as informações transmitidas).



Fig. 176.

Figueiredo das Donas, Vouzela. Pormenor de um silhar decorado com almofadado pouco relevado e ornamentado em espinha. Foto Manuel Luís Real, 2013

O mosteiro de Figueiredo das Donas aparece documentado apenas em 1139-1143 (*Livro Preto*, ed. 1999: 860, doc. 636), mas estes vestígios materiais asseguram a existência de um complexo edificado, possivelmente religioso, logo nos séculos IX e X. A proximidade estilística em relação aos materiais de Mosteiro de Fráguas sugere não apenas uma contemporaneidade entre ambos os locais, mas também a presença de idênticas opções estéticas e, eventualmente, de uma mesma oficina escultórica.

No caso do aximez de S. Pedro do Sul (**fig. 177**), apesar de fragmentado, ostenta moldura classicizante de tripla aresta, obtida através de relevo pouco profundo, que não pode deixar de recordar idênticas soluções em S. Pedro de Lourosa e outras em pleno coração da arte final asturiana, como a janela nascente da igreja de San Salvador de Valdediós (Real, 2007: 144 e 146; sobre a influência asturiana desta peça, veja-se também Barroca, 1990: 122) (**fig. 178**). Relações formais assim evidentes detectam-se

também nos ajimezes que filtram a luz para as naves central e transversal da igreja de Valdediós (**fig. 179**), sistematicamente de tripla aresta pouco profunda.



Fig. 177.

Fragmento de ajimez, ou janela tripla, reaproveitado na fachada nascente da capela de S. Martinho, Várzea, S. Pedro do Sul

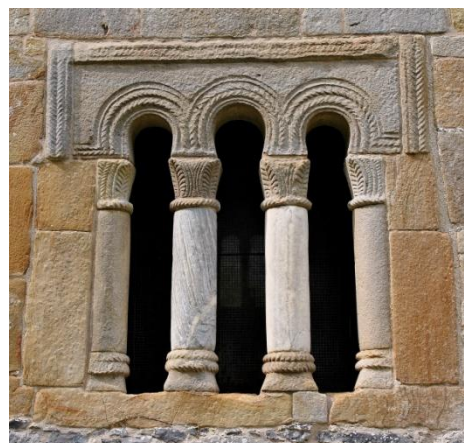


Fig. 178.

San Salvador de Valdediós, Oviedo. Pormenor da janela tripla da fachada nascente da igreja (andar térreo)

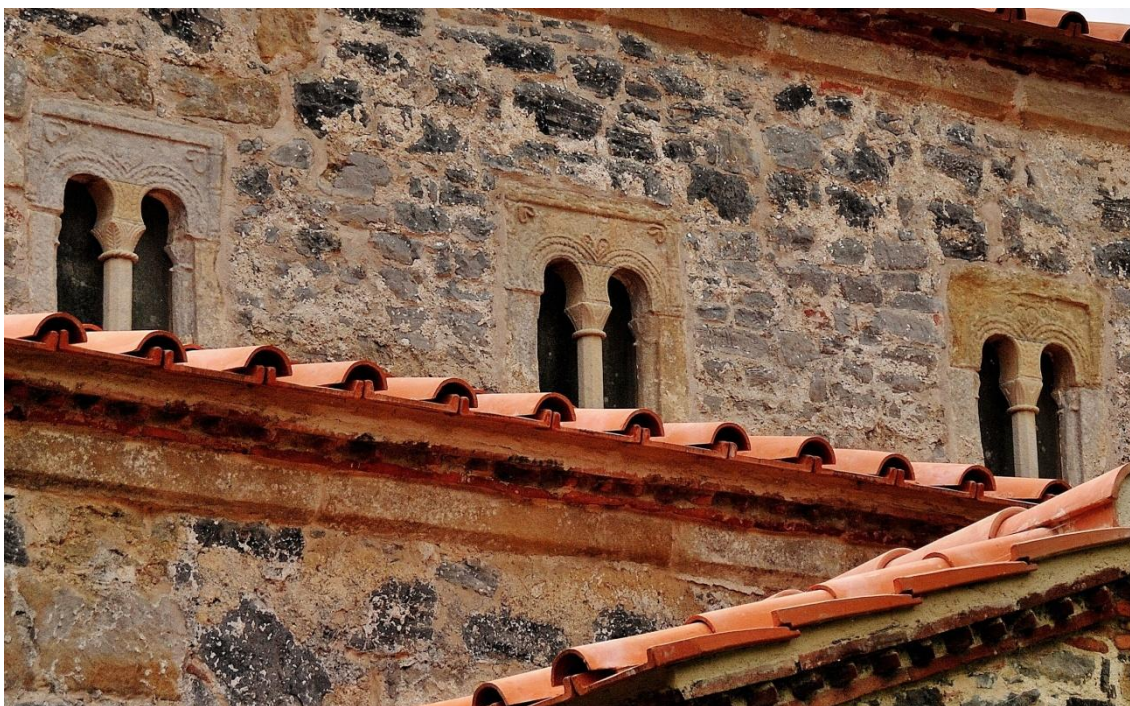


Fig. 179.

Pormenor do andar superior da fachada lateral Sul da igreja de San Salvador de Valdediós

A configuração actual da capela de S. Martinho denuncia uma profunda reforma em época gótica, mas é provável que parte do aparelho, especialmente do lado Norte, seja ainda de origem pré-românica (**fig. 180**). É o que se depreende do método construtivo das duas fiadas inferiores, hoje parcialmente soterradas, compostas por silhares de apreciáveis dimensões e razoavelmente afeiçoados. Sobre elas repousa uma terceira fiada que integra material já grosseiramente reaproveitado, com abundantes cotovelos, e, superiormente, uma fiada de pequena dimensão destinada a regularizar a

caixa murária. Desse ponto para cima, reutilizaram-se silhares de diferentes dimensões e muito material de enchimento, perdendo-se a unidade de aparelho que caracteriza as fiadas inferiores.



Fig. 180.
Fachada Norte da capela de S. Martinho, Várzea, S. Pedro do Sul

A capela encontra-se hoje isolada de outras estruturas monumentais e foi sujeita a diferentes fases de reconfiguração, uma das quais em época gótica, altura em que se adaptou a face ocidental a fachada principal. É provável, contudo, que esta construção tivesse desempenhado a função de capela-mor de um edifício bem mais ambicioso (como a grande dimensão do seu aximez sugere). De acordo com um testemunho de 1696, a igreja estaria, naquela data, «posta nos alicerces; & só se conserva a Capella Mor» (Oliveira, 2001: 113; indicação valorizada por Real, 2013: 221, nota 50).

O desconhecimento que presentemente se tem da fase pré-românica desta capela (possível capela-mor de um templo de três naves, à maneira ainda asturiana), bem como da utilização do balneário romano durante este período²⁹², é revelador da falta de informação material com que se depara a investigação histórica para caracterizar a acção daqueles pioneiros colonizadores asturianos. Conhecem-se as famílias

²⁹² Frade e Moreira, 1992: 518 realçaram o uso contínuo do edifício termal ao longo da Alta Idade Média. Infelizmente, se as alterações efectuadas ao conjunto edificado ainda na época romana são razoavelmente conhecidas, o mesmo não acontece com a ocupação alto-medieval, havendo ainda um trabalho arqueológico de grande importância a ser realizado no local (ampliado ao adro da capela de S. Martinho).

dominantes e respectivos raios de acção, sabe-se algo acerca das suas opções patrimoniais e alianças essenciais mas, paradoxalmente, não foi ainda possível identificar o registo material da sua ocupação e as características dos solares que habitaram.

É provável que uma renovada atenção sobre este território possa trazer novos dados. A este respeito, subsistem necrópoles rupestres em várias localidades, como Bordonhos (Real, 2013: 218), Serrazes (Marques, 2012: 55) ou Lamas e conhecem-se materiais pouco impressionantes, mas que sugerem ocupações nesta altura, no Castro da Cárcoda (Pedro, 2000: 167) e provavelmente no Castro do Banho (Marques, 1998), para lá da hipótese, cada vez mais provável, de as minas da zona terem estado em laboração durante a Alta Idade Média.

A ocupação territorial deste grupo dominante tinha ramificações em todas as direcções, a partir de Viseu-Lafões. Ver-se-á, adiante, quais as unidades regionais que se podem, para já, individualizar, mas importa afirmar que, para Ocidente, e mesmo Sudoeste, das Caldas de Lafões, ao longo do rio Vouga, estaria instalado um dos irmãos de Diogo Fernandes, Ero Fernandes, que ali dispôs de algumas importantes propriedades. Disso mesmo dá conta o facto de a sua nora, Inderquina Palla (casada com Gondesindo Eres) ter doado ao mosteiro de Sperandei (Viseu), em 957, diversos bens em Águeda, incluindo a igreja de São Martinho e o mosteiro de Marnel (*Livro Preto*, ed. 1999: 169-170, doc. 111). Aquele documento é o primeiro que se conhece relativo ao mosteiro de Sperandei, que sobreviveu ao período de domínio islâmico e reaparece (ou foi reactivado) no século XII²⁹³. Por outro lado, em 950, um dos genros de Diogo Fernandes, Hermenegildo Gonçalves, casado com Mumadona Dias e conde de Portucale desde a subida ao trono de Ramiro II (926), legou ao seu filho diversas herdades na zona. Estes dados certificam a existência de um processo de ampliação da rede fundiária ao serviço do clã de Viseu-Lafões para Ocidente, possivelmente de forma menos afirmativa que em outras zonas do entre-Mondego-e-Douro, ou, pelo menos, mais desconhecido no momento actual da investigação.

²⁹³ Em 1116, o bispo de Coimbra, D. Gonçalo, doou ao mosteiro de Lorvão diversos bens, entre os quais o mosteiro de Sperandei, *cum suis ecclesiis Sancti Martini et Sanctam Eolaliam* (*Livro Preto*, ed. 1999: 106, doc. 61). Em 1133, o mosteiro foi coutado a Lorvão por D. Afonso Henriques (Marques, 1996, vol. 5: 341).

2.2.2. A importância estratégica de Trancoso e o povoamento na *Stremadura*

Trancoso desempenhou papel preponderante no plano asturiano-leonês para este território. A localização estratégica do seu castelo e a qualidade dos vestígios pré-românicos ainda ali identificados asseguram à vila o estatuto de ponto avançado da comarca comandada a partir de Viseu-Lafões. A relação entre Trancoso e Viseu ficou bem testemunhada no final do século X, quando al-Mansur conquistou ambas as fortalezas na mesma campanha militar (Catarino, 2005: 200), facto que pressupõe uma relativa complementaridade na estruturação do território entre daqueles dois aglomerados.

Os primeiros elementos que se possuem sobre a ocupação asturiano-leonesa de Trancoso não referem o seu castelo, pelo menos não directamente. O mais antigo diz mesmo respeito à construção de uma igreja. Trata-se de uma desaparecida inscrição, provavelmente datada de 912²⁹⁴ (**fig. 181**) – ano crucial para a fronteira do reino cristão de Oviedo-León²⁹⁵ -, que mereceu crédito a Mário Barroca (2000: 34)²⁹⁶. Esta epígrafe, para além de evidenciar a integração de Trancoso na esfera asturiano-leonesa num período ainda precoce (provavelmente numa altura em que o clã lafonense empreendia uma sólida expansão dos seus domínios fundiários, aproveitando o desmembramento do reino deixado por Afonso III aos seus três filhos), revela também o patrocínio (e consequente instalação?) de um poderoso senhor, cujo nome o fragmento de lápide não revela. Infelizmente, não se está em condições de saber algo mais sobre esta destruída igreja, nem em que ponto específico da malha urbana de Trancoso se localizaria, uma vez que ela foi encontrada em escombros de uma casa particular, cujos materiais construtivos a tradição atribuía a uma demolida igreja (Barroca, 2000: 34).

²⁹⁴ A epígrafe foi dada a conhecer por David Bruno Soares Moreira (1921-22: 194), que a considerou do ano 812. O mesmo autor revelou uma segunda inscrição, também reaproveitada no mesmo edifício civil onde se encontrava em inícios do século XX, que apresentava semelhanças com a anterior, em especial as dimensões, «quási iguais, e letra similar, se não igual». Infelizmente, ambas as epígrafes estão desaparecidas.

²⁹⁵ 912 foi o ano em que S. Pedro de Lourosa terá recebido uma segunda campanha de obras, a crer que a inscrição que hoje se conserva no monumento corresponde a um segundo momento construtivo da igreja. Foi também o ano em faleceu o bispo de Coimbra, Nausto, sendo sepultado na igreja galega de Santo André de Trobe. Enquanto na fronteira ocidental do reino asturiano-leonês se davam estes acontecimentos, a que se junta também a última referência ao bispo Gomado de Viseu (Carriedo Tejedo, 1998-99: 321 e 377) - que correspondem a ocorrências naturais de um território já plenamente integrado -, mais para nascente a época era ainda de integração de pontos-chave no curso do rio Douro (como aconteceu com a fortaleza de Gormaz e Burgo de Osma) (Zozaya, 1998: 95). 912 foi também um ano marcante para o bloco islâmico da (re)conquista, na medida em que marcou a subida ao poder de Abd al-Rahmann III e, com ele, a proclamação do Califado de Córdova.

²⁹⁶ A leitura proposta por este autor, com base nos deficientes registos de David Soares Moreira (1921-22), é a seguinte: “[I]N E(ra) (d)CC[cc]L DO / MUS DOMIN / I FIRMITER . E / DIFICAT [...]”.



Fig. 181.

Inscrição comemorativa da construção de um templo em Trancoso (criticamente datada de 912).
Adaptação de desenho publ. Moreira, 1921-22: 194

A segunda notícia continua a não referir a estrutura militar da vila, mas ela parece estar implícita no conteúdo da informação. Ao que tudo indica, em 936, Trancoso (e eventualmente Ortigueira) foram alvo de ataque por parte de um contingente islâmico (Catarino, 2005: 200, aceitando a opinião de Molina, 1981: 245 para Ortigueira). Ainda que nada mais se saiba sobre esta incursão, é natural que Trancoso

usufruísse, já então, de um estatuto de centralidade regional, circunstância que justificaria o facto de a localidade ter sido o destino daquela expedição. Por essa altura, havia já passado o período de maior expansão da corte de Viseu-Lafões, uma vez que os



Fig. 182. Fachada ocidental da torre de menagem do castelo de Trancoso

filhos de Diogo Fernandes tinham já ascendido ao governo condal de Portucale e de Coimbra e Ramiro II estava instalado no trono de León, factos que, conjugados, ajudam a perceber a perda de importância da região para as famílias ali instaladas na transição para o século X.

Subsistem, assim, indícios que permitem supor que a torre pré-românica do castelo de Trancoso possa ter sido edificada antes de 936. De planta tronco-piramidal (Barroca, 1990/91: 96), conserva ainda importantes sectores de aparelho pré-românico e a entrada elevada, voltada a Norte e com a forma de arco ultrapassado, à qual se acedia por escada amovível. A torre implanta-se sobre um afloramento rochoso de grande proeminência, que continuava para Sul, prolongando-se mesmo para o exterior da muralha românica. Este esporão foi parcialmente desbastado para se adaptar à planta quadrangular da torre, processo bem visível ao longo da sua face ocidental, tendo-se mesmo criado uma superfície vertical que reforça a defensibilidade do conjunto (**fig. 182**). Os mais importantes paramentos de aparelho pré-românico dispõem-se ao longo desta fachada e localizam-se, principalmente, no cunhal Noroeste e face setentrional anexa. Caracterizam-se por fiadas não-isódomas (Barroca, 2000: 217), em que a tendência para a horizontalidade é prejudicada pelo formato irregular dos silhares, o que levou à inclusão de numerosas cunhas e ao afeiçoamento em cotovelo de alguns blocos (**fig. 183**). Essa mesma opção é visível nos pontos de encontro entre a construção e o penedo que a suporta, irregularmente desbastado em termos volumétricos, o que obrigou à integração de aparelho construtivo muito heterogéneo, reconhecendo-se, mesmo, algumas soluções de argamassas com incrustação de pequenas pedras como forma de nivelar superfícies não horizontais (**fig. 184**), algo relativamente semelhante ao que se verifica na fachada nascente da Sé de Viseu.

Nas secções internas da torre, este tipo de aparelho é ainda mais evidente, salientando-se a existência de fiadas formadas por silhares de menores dimensões, destinadas a regularizar as paredes, opção que se testemunhou já na fachada Sul da capela-mor de S. Martinho da Várzea (S. Pedro do Sul), ainda que sem a eloquência que adquire na fortificação de Trancoso. Entre os silhares utilizados, é possível reconhecer a presença de alguns blocos de origem romana, almofadados, empregues um tanto desordenadamente como material da caixa murária, sendo o mais visível o que se localiza na 5.^a fiada inferior da fachada ocidental, próximo do cunhal setentrional (**figs. 185 e 186**). No interior, é também possível identificar um tambor de fuste de coluna romana, reaproveitado como material de enchimento.



Fig. 183.

Pormenor do aparelho construtivo na fachada Norte da torre de menagem do castelo de Trancoso

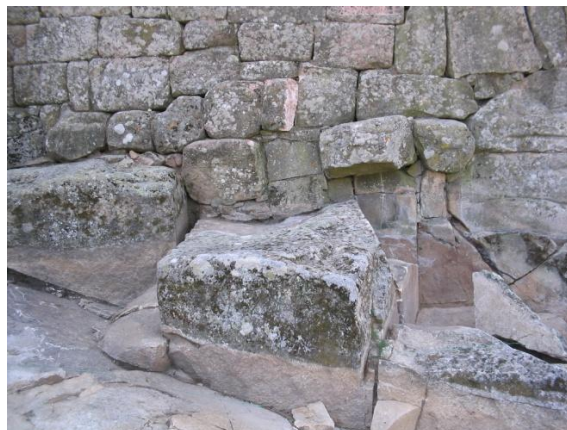


Fig. 184.

Pormenor do enrocamento e método construtivo na fachada Norte da torre de menagem do castelo de Trancoso

Para além das características do aparelho construtivo, a torre de Trancoso conserva um elemento tipológico que denota a sua filiação pré-românica: o vão de acesso ao interior (Barroca, 1990/91: 96). É de arco ultrapassado, repousando os saiméis em duas grandes impostas salientes, que, não obstante o desbaste a que foram sujeitas, parecem ter sido elaboradas a partir de silhares romanos, como se sugere pela face voltada ao interior do arco, afeiçoada nos ângulos (**fig. 187**). A característica mais interessante destas impostas passa despercebida a quem atravessa o arco, a partir da estrutura de madeira colocada por ocasião do restauro. Apesar de inédita até hoje, ela era bem visível para todos os que se aproximavam da entrada a partir de uma escada junto à fachada. Trata-se de dois motivos escultóricos, idênticos entre si, lavrados na face interna inferior da secção saliente de cada imposta e que se compõem de dois segmentos horizontais de dupla aresta que se entrecruzam graças ao movimento sinusoidal que adquirem (**fig. 188**).

A estrutura tronco-cónica da torre, e o facto de dispor de porta em arco ultrapassado no segundo piso, acessível apenas por escada amovível, justificou já a aproximação entre as fortalezas de Trancoso e de Covarrubias (torreón de Fernán González, também chamada de D. Urraca) (Barroca, 1990/91: 96), esta última datada da primeira metade do século X e na órbita da estratégia defensiva do conde Fernán González para o vale do rio Arlanza (Torres Balbás, 1981: 125), não obstante alguns posicionamentos historiográficos recentes a terem colocado na segunda metade daquela centúria (Sainz Saiz, 2006: 70) (**fig. 189**).



Fig. 185.
Fachada ocidental da torre de menagem do castelo de Trancoso

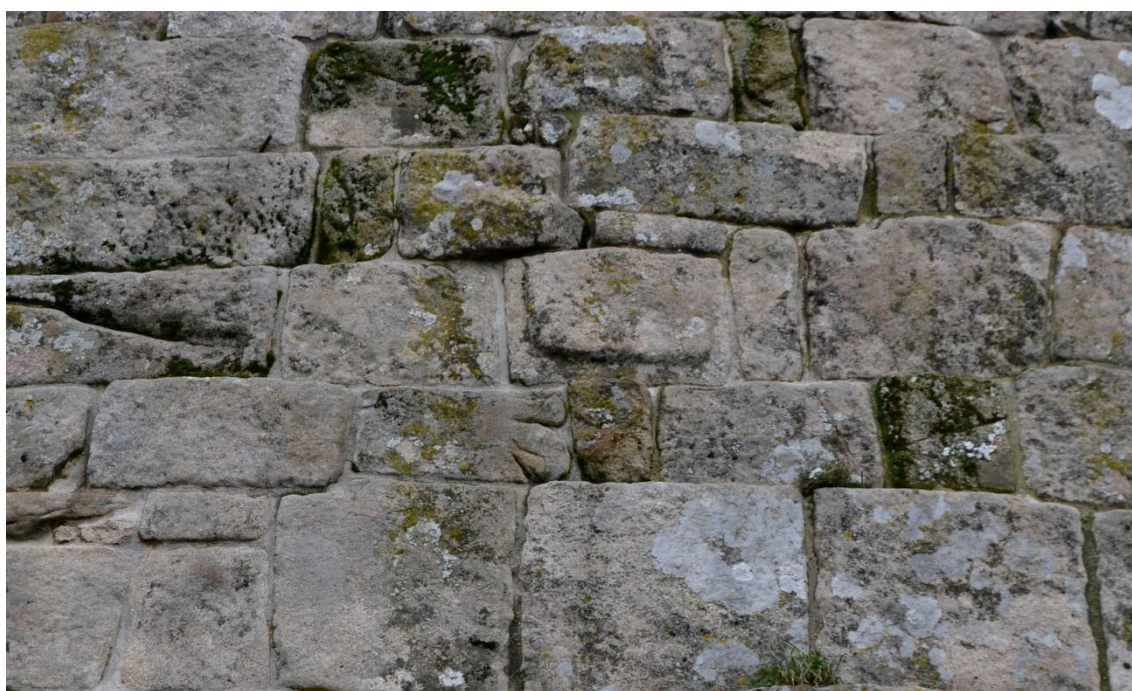


Fig. 186.
Fachada ocidental da torre de menagem do castelo de Trancoso. Silhar romano almofadado, truncado na sua parte superior, reaproveitado como material de enchimento.



Fig. 187.

Intradorso do portal elevado de acesso ao interior da torre de menagem do castelo de Trancoso



Fig. 188.

Torre de menagem do castelo de Trancoso.

Pormenor da decoração sinusoidal colocada na parte inferior das impostas da entrada



Fig. 189.
Torreón de Fernán González, Covarrubias, Burgos. Perspectiva da torre troncocónica e do aparelho construtivo pré-românico nas fiadas inferiores



Fig. 190.
Capitel do arco triunfal da igreja de San Salvador de Valdediós (lado Sul)

dominantes artísticas emanadas de Oviedo. Elementos cordiformes de dupla aresta encontram-se na moldura do aximez da fachada principal da igreja de Valdediós. É, porém, no interior daquele templo, que servia o mosteiro a que Afonso III se recolheu no final da vida, que se encontram os paralelos formais mais imediatos, e em posição de destaque no programa decorativo do espaço – nos capitéis do arco triunfal, nas faces dos ábacos voltadas à passagem para a capela-mor (**fig. 190**).

Subsistem outros elementos cordiformes na arte asturiana (em capitéis de Priesca e num fragmento de Pravia), mas nenhum apresenta semelhanças tão evidentes como as peças de Valdediós. As impostas de Trancoso inscrevem-se, por isso, na descendência directa de modelos ovetenses, os mesmos que terão determinado a realização da janela tripla da ábside de S. Pedro do Sul (Real, 2013: 215 e 231, fig. 7) e que estão bem presentes também na maioria das opções estéticas de S. Pedro de Lourosa, cujo projecto asturiano teve ocasião de demonstrar (Fernandes, 2003).



Fig. 191.

Relação da face Sul da muralha do castelo de Trancoso e o afloramento rochoso sobre a qual parcialmente se implantou



Fig. 193.

Panorâmica da escavação realizada no sector G do interior do castelo, vendo-se alinhamentos de muros pré-românicos que se adaptam ao afloramento rochoso e, do lado esquerdo, a muralha românica, sobreposta a esse mesmo afloramento

É possível que a configuração pré-românica da fortaleza de Trancoso não se resumisse apenas à torre. Ela implanta-se num esporão rochoso relativamente apertado,

que se desenvolve de Norte para Sul, o qual só parcialmente foi integrado na cerca românica: o sector setentrional ainda é bem visível no interior da muralha, formando um patamar superior, enquanto que parte da secção meridional foi desaproveitada no plano militar dos séculos XII-XIII. Aqui, um paramento de muralha de planta trapezoidal rompe com esse afloramento e a parcela que ficou no exterior revela vestígios de ter sido desbastada (**fig. 191**), atenuando-se a sua relevância volumétrica em relação à cêrcea do muro. A sobreposição da muralha românica sobre este afloramento ficou bem patente na recente intervenção arqueológica na zona G, coordenada por Maria do Céu Ferreira, onde é possível perceber que, enquanto as estruturas pré-românicas se adaptam à configuração dos penedos, a cerca dos séculos XII-XIII sobrepôs-se-lhes (**fig. 193**). A estranha opção por um perímetro muralhado trapezoidal nesta secção pode ter antecedentes pré-românicos, embora a escavação não tenha encontrado indícios dessa relação. Iñaki Martín Viso (2009: 120-121) referiu-se à existência de «garras» em algumas zonas baixas da muralha Sul, o que, a comprovar-se, certifica a implementação de um programa militar mais vasto logo em época pré-românica, cuja continuidade das escavações poderá vir a revelar. Em todo o caso, das várias análises que fiz a este sector da muralha, não descortinei as «garras» mencionadas por Martín Viso.

No pequeno sector até agora escavado (zona G e interior da torre), os dados mais interessantes revelados pela arqueologia dão conta da existência de cerâmica omíada, resultado provável da importação de produtos muçulmanos por parte da nobreza asturiano-leonesa ali instalada, que assim entrava na posse de realizações cerâmicas requintadas e diferenciadas das utilizadas pelas populações autóctones (Tente, 2009: 156), e que, também assim, afirmava, por esta via, o seu estatuto liderante. Este conjunto cerâmico, todavia, permanece por publicar, pelo que se aguarda que Maria do Céu Ferreira o possa fazer brevemente, por forma a reconhecer a qualidade dos materiais e a relação estratigráfica identificada na campanha arqueológica.

Como se viu no final da Parte I, os vestígios pré-românicos de Trancoso integram, para além da fortaleza e da desaparecida igreja a que aludia a inscrição de 912, duas necrópoles (Tribunal e Quinta de São Lázaro) que poderão ser contemporâneas da instalação asturiano-leonesa na zona (ou, pelo menos, ter convivido com esse processo de territorialização setentrional sobre uma zona anteriormente desocupada por parte de asturianos ou muçulmanos).

Esta cada vez mais acentuada importância de vestígios pré-românicos em Trancoso justifica-se pela posição estratégica da localidade face a Viseu, mas, também,

960: a doação de D. Flâmula ao mosteiro de Guimarães

no conjunto do mais relevante núcleo de fortalezas alto-medievais do território ocidental asturiano-leonês. Este sistema defensivo é conhecido graças a um tantas vezes citado documento do ano 960, pelo qual D. Chamôa Rodrigues, também designada como D. Flâmula, entregou ao mosteiro de Guimarães o vasto património que possuía na zona (PMH, DC, fasc.1: 50-51, doc. n.º 81) (**fig. 194**). Esta nobre era filha de Rodrigo Tedones, um dos cunhados de Diogo Fernandes, por sua vez casado com uma de suas filhas, Leodegúncia Dias.

A entrega daquelas propriedades ao mosteiro de Guimarães não levanta muitas questões e justifica-se pela relação familiar que unia D. Chamôa a Mumadona Dias, sua tia, condessa de Portucale e fundadora do cenóbio vimaranense, possivelmente em cumprimento de uma intenção de seu marido, Hermenegildo Gonçalves (Marques, 1990: 7-8). Em 960, fazendo já parte da terceira geração de senhores asturiano-leoneses instalados no entre-Mondego-e-Douro, D. Chamôa era detentora de um património eminentemente militar, cuja razão de ser estava já ultrapassada, apaziguadas as tensões no seio da família real leonesa e muito depois de Ramiro II ter assumido o poder (figura que se pode considerar consensual para pacificar antigos ressentimentos entre os colonizadores do actual centro de Portugal e Afonso III, falecido meio século antes).

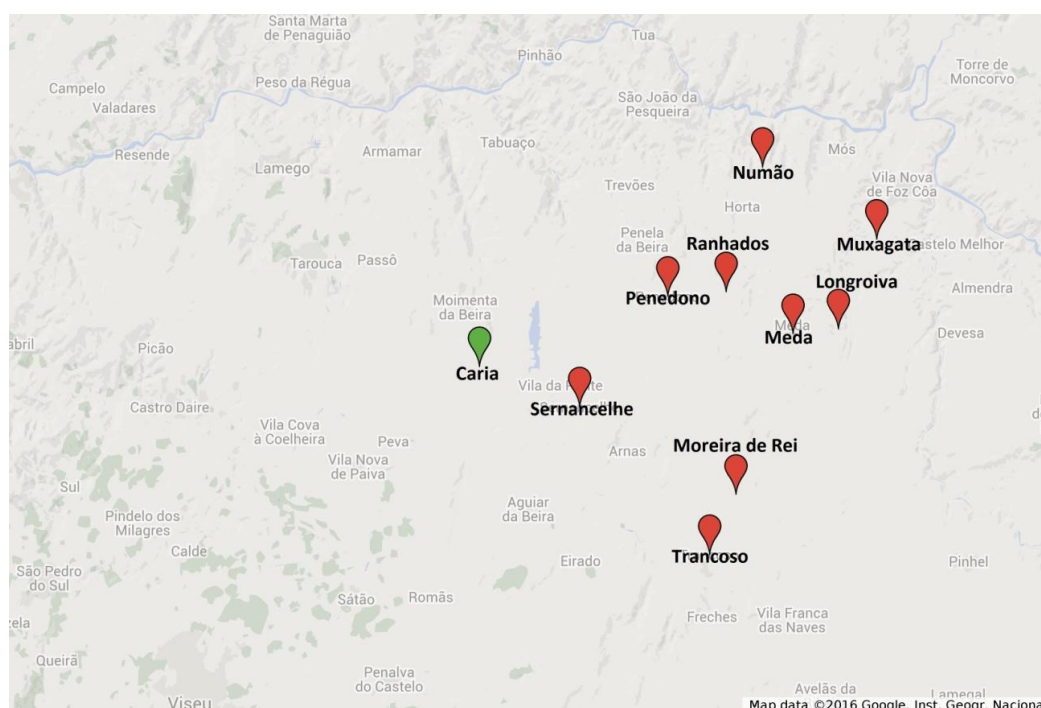


Fig. 194.

Castelos ditos de D. Flâmula (mencionados no documento de doação desta nobre ao Mosteiro de Guimarães, 960) e relação deste sistema defensivo com a cidade de Viseu.

Inclui-se Caria (que penso poder ser uma *penella* e não um *castello*) e coloca-se a dúvida sobre se o diploma menciona Mêda ou Almendra (cf. Barroca, 1990-91: 94). A ser esta última, e não obstante estar implantado num território com já significativas marcas pré-românicas, será a única fortaleza na margem direita do rio Cova.

Já a origem das fortificações mencionadas em 960 merece mais larga ponderação. Ela deve encontrar-se na estratégia defensiva definida pelo clã que acompanhou Bermudo Ordóñez no seu exílio. Almeida Fernandes (1973: 45-46 e 89) havia já suspeitado de uma acção povoadora por parte de Rodrigo Tedones, que situou entre os rios Tormes e Távora, ou entre o Távora e o Águeda (hoje na fronteira entre Portugal e Espanha), embora não lhe tenha passado despercebido o facto de este mesmo nobre ter entrado na posse de algumas propriedades na zona de Lamego. Ficou, contudo, a dever-se a Manuel Luís Real, em estudos ainda parcialmente inéditos, o reconhecimento de uma estratégia concertada de Rodrigo Tedones como titular de uma rede avançada de povoamento e de defesa do núcleo asturiano-leonês instalado em Lafões-Viseu em relação a León (Real, 2005: 278 e 2013: 85 e 90). Rodrigo era neto de Afonso Betotes, repovoador do curso terminal do rio Minho, zona onde os seus descendentes primeiro se instalaram (Mattoso, 1968-69, republ. 2001: 115-116). O casamento com Leodegúncia deve ter motivado a deslocação para a Beira Alta, tendo aí comandado um distrito militar, verdadeira muralha defensiva da zona de Viseu em relação a Astorga e a León. Ainda que alguns autores admitam a anterioridade das fortalezas mencionadas em 960 em relação à colonização asturiano-leonesa (Martín Viso, 2009: 118), não se está na posse de dados que autorizem essa interpretação para a dimensão militar daqueles locais. Adiante ver-se-á que, tal como para Trancoso, subsistem indícios ténues que apontam para uma eventual sobreposição civilizacional de sentido asturiano-leonês sobre anteriores realidades autóctones de povoamento, mas não é possível, para já, comprovar o valor militar desses aglomerados prévios à colonização.

Antes, porém, de analisar os diferentes lugares mencionados no documento de 960, importa salientar que aquelas fortificações eram (parecem ser) apenas os lugares mais importantes de um território mais densamente rendilhado, onde se incluía um conjunto não quantificado de *penellas* e *populaturas*. Com os *castellos*, estes três níveis de identificação parecem denunciar uma hierarquização territorial (Barroca, 2000: 217), em que estes últimos, por serem os únicos mencionados no diploma e de, por isso, parecerem disfrutar de um estatuto de maior importância, poderiam estar directamente relacionados com o exercício do poder condal (ou com qualquer família dominante, uma vez que não está provado o estatuto condal de Viseu nesta época)²⁹⁷.

²⁹⁷ A passagem em que castelos, penelas e *populaturas* são mencionados parece elucidativa: «Ordinamis nostros castellos id est Trancoso moraria longobria naumam uacinata amindula pena de dono alcobria seniorzelli Caria cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura» (PMH, DC, fasc. 1: 51).

O povoamento asturiano-leonês (de raiz ou integrando comunidades previamente existentes) deveria organizar-se a partir destes pontos dominantes, mas começam a ser relevantes os dados arqueológicos que ampliam essa rede, não se limitando às *penellas* e *populaturas* mencionadas na doação de D. Flâmula. Na fragmentação territorial verificada naquele período, participaram também certamente mosteiros, casais, granjas, simples *habitats* e outras unidades intermédias em dimensão e população, algumas das quais de natureza mista, residencial e militar. No final da Parte I abordou-se o complexo assunto das *terras de ninguém* e salientaram-se os resultados obtidos, sobretudo, por Catarina Tente no Alto Mondego. Deve-se a esta autora uma tentativa de cruzamento de dados de procedência arqueológica com a nomenclatura utilizada na doação de 960. As conclusões, ao mesmo tempo que parecem diferenciar estruturas de iniciativa colonizadora das autóctones, ampliam o padrão de povoamento local a mais categorias que as mencionadas naquele diploma.

Com efeito, e reconhecendo que, quer os castelos, quer as penelas, têm evidente valor militar, Catarina Tente colocou a hipótese de os primeiros terem estado na posse de delegados condais (menos necessariamente que tenham sido erguidos por esses mesmos agentes colonizadores) e de os segundos corresponderem a fortificações detidas por grupos autóctones (Tente, 2009: 144). Tal diferenciação justificaria, desde logo, o distinto tratamento dado pelo redactor do documento de 960 e inviabilizaria outras potenciais distinções de natureza tipológica, como a que defendeu Mário Barroca em relação à eventual definição de penelas «como "castelos roqueiros", erguidos nas penedias» (Barroca, 2000: 217), padrão de assentamento que é também reconhecível para alguns castelos.

Ora, a leitura que faço da passagem da doação de D. Flâmula não me permite integrar Caria no lote de castelos, mas sim como a primeira das penelas. A diferenciação por letra maiúscula do primeiro local identificado como castelo (Trancoso) parece repetir-se no primeiro lugar mencionado como penela (Caria). Por outro lado, parece haver uma conexão de conteúdo na expressão *Caria cum alias penellas et populaturas*, fazendo crer que a localidade surge, aqui, como exemplo mais destacado destes segundo e terceiro níveis de estruturação do território. A ser assim, permanecerá válida a distinção proposta por Mário Barroca sobre o carácter roqueiro das penelas, embora o assunto careça ainda de outras explorações, sobretudo de carácter arqueológico, que permita esclarecer os padrões de ocupação entre os castelos e as supostas penelas.

Já as *populaturas*, tradicionalmente entendidas como aglomerados populacionais desprovidos de sistemas defensivos (Barroca, 2000: 217), podem revelar maior complexidade, na medida em que Catarina Tente identificou alguns povoados em zonas baixas dotados de aparelhos defensivos, alguns não tão rudimentares quanto isso (Tente, 2009: 147). É possível, mesmo, que parte destas povoações fosse aquilo que a documentação medieval designa por motas - montes artificiais dotados de paliçadas, fossos ou muralhas de pedra (Barroca, 1990/91: 98) -, mas há ainda um longo caminho a percorrer pela investigação arqueológica na zona até que se possam identificar as *populaturas* mencionadas em 960 com estas realidades populacionais.

O mesmo se pode dizer dos casais, unidade de povoamento ainda bem presentes na paisagem da Serra da Estrela e que podem ajudar a justificar a imensa dispersão de conjuntos funerários abertos na rocha, os quais são, maioritariamente, constituídos por pequeno número de sepulcros (Tente, 2009: 150)²⁹⁸. Esta hipótese está, contudo, prejudicada pela dificuldade em reconhecer esses casais alto-medievais, tendo em conta a perecibilidade dos materiais utilizados na sua construção. Finalmente, há ainda que relativizar a comparação entre os resultados obtidos para zonas mais próximas da Serra da Estrela (aparentemente marginais ao esforço colonizador asturiano-leonês) e o panorama detectado na região militarizada detida por D. Chamôa, cujo valor estratégico era maior e onde, presumivelmente, seriam mais numerosos os agentes da mudança ali activos.

No território abrangido pela doação que se tem vindo a referir, é preponderante a natureza bélica dos vestígios encontrados. Mas a dimensão religiosa não está ausente e são já consideráveis os indícios de cristianização efectiva de alguns lugares vinculados à autoridade de Rodrigo Tedones, sendo até sintomático que o próprio documento refira a existência de peregrinos e de mosteiros na região (Real, 2005: 279)²⁹⁹. Tal facto deve

²⁹⁸ É possível que um desses casais, vocacionados para o aproveitamento agro-pecuário de pequenas parcelas, tenha sido identificado em Muimentos, conc. Meda (Almeida e Silva, 1998),

²⁹⁹ Um dos motivos pelos quais D. Chamôa Rodrigues fez doação ao mosteiro de Guimarães relacionava-se com fórmulas de piedade patrocinadas pela nobreza asturiano-leonesa. Com efeito, D. Flâmula doou aqueles bens «pro remedio animo nostre captiuos et peregrinos et monasteria distribuere in ipsa terra» (PMH, DC, fasc.1: 51).

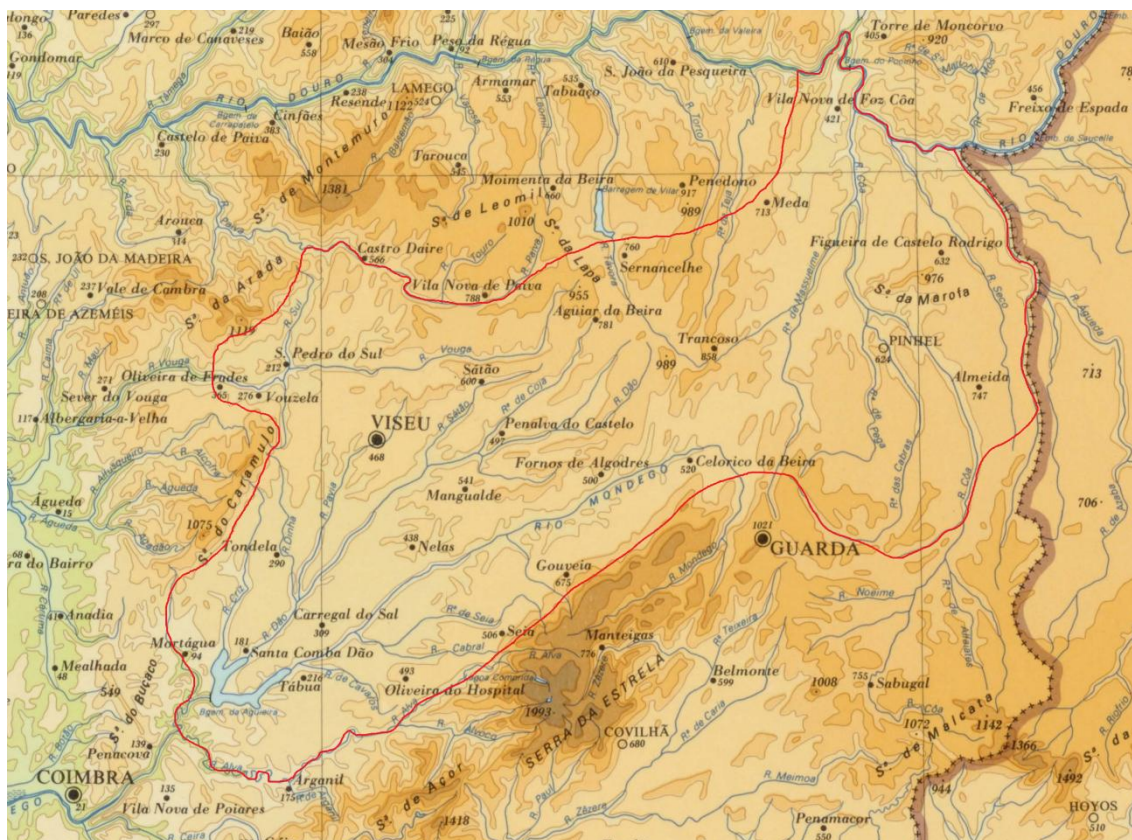


Fig. 195.

Mapa presumível da diocese de Viseu na época visigótica, segundo Catarina Tente (a quem agradeço a sua disponibilização para integrar este estudo)

motivar, também, uma abordagem mais dispersa e complexa dos padrões de povoamento estabelecidos na zona pela elite asturiano-leonesa, marcas que tardam em ser identificadas pela arqueologia, embora os avanços nos últimos anos tenham sido decisivos em muitos aspectos.

É, finalmente, possível que o amplo distrito detido por D. Chamôa tivesse uma relação religiosa com a cidade de Viseu. Sendo esta a sede diocesana no século X, é provável que as suas fronteiras integrassem aquele território. Parte considerável dos castelos mencionados em 960 localiza-se em pontos exteriores aos limites físicos da diocese viseense após a sua restauração, em 1147, mas a circunscrição eclesiástica de época visigótica era maior (**fig. 195**) e o vínculo militar da região à família de Diogo Fernandes e à corte de Viseu-Lafões autoriza esta hipótese.

Quase todos os castelos mencionados em 960 preservam testemunhos pré-românicos, embora, para já, destituídos da relevância quantitativa e qualitativa dos concentrados em Trancoso, que deveria desempenhar papel de verdadeira capital regional.



Fig. 196.
Perspectiva parcial da necrópole rupestre na zona a nascente da igreja de Santa Marinha de Moreira de Rei



Fig. 197.
Portal Sul da igreja de Santa Marinha de Moreira de Rei (Arquivo DGEMN, 1997)

Em **Moreira de Rei**, o castelo implanta-se numa zona ligeiramente afastada da povoação primitiva, o que pressupõe uma distinção entre áreas militar e residencial (Barroca, 2000: 221). Da fortaleza pré-românica nada se sabe, suprimida em épocas posteriores, especialmente numa extensa campanha dos séculos XII-XIII. Os mais importantes elementos da expansão asturiano-leonesa localizam-se na igreja matriz. Para além do impressionante núcleo de sepulturas escavadas na rocha (constituído por 68 sepulcros, segundo Ferreira, 2000: 367) (**fig. 196**), algumas delas cortadas pelo posterior edifício românico, o portal lateral Sul do templo conserva vestígios que sugerem ter sido, originalmente, de arco ultrapassado, apesar de hoje muito modificado e da solução anacrónica encontrada, em data incerta, para o lintel e tímpano, onde se reaproveitou a pedra de fecho (**fig. 197**). Infelizmente, ainda não se realizaram escavações nesta importante estação, mas o orago do templo (Santa Marinha), a relação com a necrópole e os vestígios agora mencionados no portal meridional vêm em benefício de um primeiro templo pré-românico, como já havia sido sugerido (Barroca, 2000: 221).

Moreira de Rei revela, ainda, um terceiro local, sobre o qual o período pré-românico actuou: uma segunda necrópole rupestre, mais reduzida que a disposta em redor da igreja de Santa Marinha, localizada hoje na entrada da localidade. Ela aproveitou um afloramento rochoso de pequena dimensão, e deve ter sido um



Fig. 198.
Necrópole rupestre à entrada de Moreira de Rei

cemitério de carácter familiar, composto por poucas sepulturas, de que se conservam duas praticamente íntegras (**fig. 198**). Desconhece-se a dimensão desta área cemiterial, prejudicada pela implantação de um cruzeiro, de uma casa anexa e pela própria estrada que leva ao centro da povoação.

Sernancelhe e **Caria**, os dois castelos mais próximos de Viseu mencionados em 960, conservam também importantes vestígios relacionados com a colonização asturiano-leonesa. No primeiro caso, o castelo (**fig. 44**) guarda ainda alguns elementos dignos de nota. É o caso de um pequeno troço de muralha, construído com aparelho não-isódomo e que integra silhares almofadados (Barroca, 2000: 217). É de crer, no entanto, que a fortaleza fosse um reduto muito simples, obtido maioritariamente por desbaste de superfícies rochosas, formando taludes que ajudavam à inclusão de estruturas de madeira e paliçadas. No interior do recinto encontraram-se fragmentos cerâmicos consentâneos com uma ocupação pré-românica (Marques, 2000: 115), embora o aro temporal para estes vestígios seja mais dilatado, chegando a períodos plenomedievais e à organização territorial já portuguesa.

Mais importantes que os vestígios militares do castelo, é o grande capitel asturiano (**fig. 37**) que se conserva no interior da igreja matriz, cuja cronologia é possível situar ainda no século IX, na órbita da arte asturiana, e, por isso, anterior às presúrias do tempo de Afonso III, já analisado no primeiro capítulo desta Parte II).

Em **Caria** subsistem restos de uma fortificação parcialmente assente em grandes penedos, com controlo visual sobre uma antiga via (Vieira, 2009: 104). Os vestígios são já muito ténues e devem ter desaparecido quase por completo aquando da construção / reconstrução da capela de Nossa Senhora da Guia. É ainda possível verificar a existência de superfícies cortadas e outras que serviam para receber entalhes, possivelmente de estruturas mais perecíveis, cujos vestígios não chegaram aos nossos dias. Já na igreja de Santa Maria de Caria, Marina Afonso Vieira identificou silhares

pré-românicos, reaproveitados na construção posterior (Vieira, 2009: 103-104) e, segundo informação oral transmitida pela autora – que agradecemos – é forte a possibilidade de a igreja de Santiago de Caria ostentar os alicerces de uma igreja pré-românica, constituídos por silhares de apreciáveis dimensões e que revelam vestígios de almofadado.

Vila Nova de Paiva e Moimenta da Beira revelam ainda outros vestígios pré-românicos que poderão, a seu tempo, confirmar uma mais densa ocupação do território naquele período. Ao contrário do que seria de esperar num território cuja vocação militar tem sido tantas vezes valorizada, estes vestígios são, quase todos, de natureza religiosa. Na capela de



Fig. 198.

Santiago de Vila Cova. Pormenor do aparelho construtivo que integra um grande silhar almofadado. Fot. Marina Vieira

S. Tiago de Vila Cova, o aparelho construtivo revela diversos silhares romanos reaproveitados, um dos quais almofadado (**fig. 198**), para lá de uma dimensão funerária associada ao templo que não foi ainda avaliada arqueologicamente (Vieira, 2004: 116). Na arruinada igreja Velha de Ariz, parte dos alicerces podem também corresponder a um templo alto-medieval, ainda de contornos pouco conhecidos (Vieira, 2004: 113), enquanto o castelo parece também ostentar vestígios de suportes para antigas estruturas em materiais perecíveis (Marques, 2000: 116). Em São Martinho de Almeneixe conserva-se um importante núcleo de sarcófagos que representam a face visível de um cemitério alto-medieval que poderia estar relacionado com vestígios de muros ainda visíveis na zona (Vieira, 2004: 142-143). Em Castelo, a muito modificada capela (que preserva ainda interessantes vestígios góticos), convive com uma necrópole rupestre. Em Vide, segundo Vieira, 2009: 103, a capela do Espírito Santo conserva silhares pré-românicos reaproveitados, indicação que não consegui provar na visita que fiz ao imóvel em 2016. O mesmo ocorre na igreja de Pendilhe (Vieira, 2009: 103). Finalmente, em Vila Cova-à-Coelheira questiona-se a eventual ligação da necrópole rupestre com um suposto templo pré-românico (Vieira, 2004: 150). Todos estes sinais, apesar de escassos e de pouco conhecidos, representam os melhores testemunhos de uma paisagem religiosa que, a fazer fé no documento de 960, teria maior número de referências.

Dos restantes seis castelos mencionados no documento de 960, é possível adiantar que, pelo menos dois (**Longroiva, Numão**) parecem ter beneficiado da associação de edifícios religiosos logo na época pré-românica, valorizando-se as necrópoles rupestres associadas a templos cuja configuração arquitectónica é posterior (Antunes, Faria e Almeida, 1998: 243-244 e Martín Viso, 2009: 120 para Longroiva; Martín Viso, 2005-2006: 85 para Numão). Também **Almendra**, possivelmente mencionada em 960 revela vestígios dessa associação (Coixão, 2004, embora com dúvidas sobre as cronologias a atribuir aos enterramentos).



Fig. 199.
Necrópole rupestre anexa à fachada nascente da antiga igreja de Santa Maria de Numão

O caso de Numão merece maior atenção, na medida em que a necrópole da igreja matriz (**fig. 199**) não é a única ainda conservada na povoação. Fora da cerca medieval, junto da igreja de S. Pedro, é ainda possível encontrar um cemitério rupestre composto por 19 sepulturas (Barroca, 2000: 217). Para além disso, o castelo conserva troços pré-românicos,

sobretudo na vertente meridional (Barroca, 2000: 217), características que, conjugadas, conferem a Numão o estatuto de uma das principais localidades do distrito presumivelmente controlado a partir de Trancoso em época pré-românica, e local onde a investigação arqueológica poderá trazer dados importantes sobre a sobreposição dos colonos asturiano-leoneses sobre eventuais comunidades autóctones. A importância de Numão no sistema defensivo documentado em 960 justifica-se, ainda, por ser a fortaleza implantada mais a Norte, e a que mais próximo se encontra do rio Douro, parecendo funcionar como chave setentrional da região, um pouco à semelhança do estatuto de Trancoso no limite meridional daquele território.

Na área de Numão encontra-se o sítio do Prazo (**fig. 200**), local de importante assentamento romano (Coixão, 1997: 2-6) com ocupação continuada até à Idade Média. À colonização asturiano-leonesa pertencem as ruínas de uma igreja bastante compartimentada, de três naves separadas entre si por arcarias triplas, com possível cabeceira e *narthex* tripartidos (**fig.201**). Os vestígios pré-românicos do Prazo mereceram um muito recente e detalhado estudo por parte de Manuel Luís Real, pelo que remeto para o essencial das conclusões daquele autor, em particular para a

evidência de ocupação asturiano-leonesa ter deixado mais testemunhos na zona (Real, 2013: 72). Pretendo salientar, todavia, o formulário artístico encontrado no templo, que



Fig. 200

Templo pré-românico do Prazo. Perspectiva das ruínas tirada de poente a nascente, com o *narthex* tripartido em primeiro plano (cujo acesso ocidental foi posteriormente entaipado) e a cabeceira (não identificada arqueologicamente) em fundo

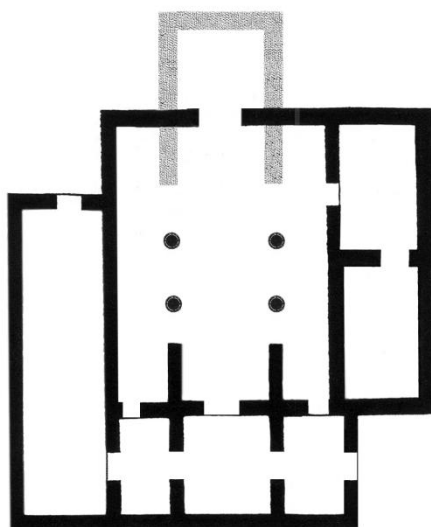


Fig. 201
Prazo. Planta da igreja,
segundo Manuel Luís Real

entronca directamente com a corrente classicizante que percorre o território entre os rios Douro e Mondego (e mesmo até ao Tejo, se se tiver em conta que o monumento de Idanha-a-Velha integralmente esta tendência artística). No Prazo, também se encontram os grandes saiméis de arcos que caracterizam a segunda fase de Lourosa ou as arcarias de Idanha-a-Velha, bem como frisos e cornijas moldurados realizados a partir ou à semelhança de antigas peças romanas, bem como se testemunha o reaproveita-

mento de materiais clássicos, sobretudo nas colunas que seccionavam o corpo do templo e respectivos capitéis, sistematicamente lisos (Real, 2007: 147) e que, por vezes, aparecem invertidos, sintoma de que terão sido reaproveitados como bases de colunas (como Lídia Fernandes salientou em relação à igreja de Lourosa).

Outras importantes povoações na zona, providas possivelmente de valor militar, não foram mencionadas no diploma de D. Chamôa. É o caso de **Marialva**, identificado no século XI como Castro de S. Justo, um dos pontos controlados por Fernando Magno na sua campanha das Beiras, em torno do qual subsiste uma assinalável concentração de sepulturas escavadas na rocha (Almeida, Antunes e Faria, 2000: 175-176). A intervenção arqueológica realizada na necrópole de S. Pedro de Marialva revelou um conjunto impressionante de sepulcros rupestres, alguns parcialmente mutilados pela construção do templo, incorporados como alicerces (Amaral, 2001) (**fig. 202**). A cronologia alto-medieval de parte deste conjunto não motiva grandes dúvidas e faz pensar num carácter polinucleado do povoamento em Marialva, em momento anterior ao foral de D. Afonso Henriques (criticamente datado de 1157-1169)³⁰⁰.

Finalmente, e apesar da doação de D. Chamôa mencionar a existência de mosteiros na zona controlada por este núcleo de castelos, não se identificou ainda nenhum. É possível que alguns templos construídos à sombra daquelas fortalezas possam ter tido estatuto monacal. O templo do Prazo afigura-se como bom candidato, na medida em que não se encontrou, até agora, qualquer pia

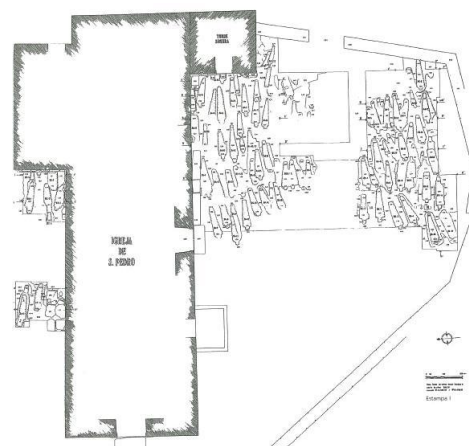


Fig. 202.
Planta da igreja de S. Pedro e da necrópole anexa, publ. Amaral, 2001: 130

baptismal. Mas, certamente, existiram outros pontos religiosos, mais ou menos distanciados dos centros de poder militar. Um desses locais, sugeridos por Manuel Luís Real, é a estranha anta-capela de Nossa Senhora do Monte (Penela da Beira) (**fig. 203**). A visita que fiz ao local não logrou identificar qualquer elemento tipológico inequívoco de vínculo à colonização asturiano-leonesa e mesmo a sugestão de uma câmara supra-

³⁰⁰ O carácter polinucleado de Marialva em época pré-românica pode alargar-se ao local onde, no século XIX, se ergueu a capela de Nossa Senhora de Lurdes, sítio onde foi identificado um cemitério rupestre composto por sete sepulturas, mas que, na origem, poderia ser mais vasto (Almeida, Antunes e Faria, 2010: 207-208). O local situa-se no exterior da muralha, pelo que a hierarquização urbanística deve ter-se feito sentir logo no período pré-românico.

absidal sobre a anta transformada em capela-mor do edifício (Real, 2013: 98) carece de melhor comprovação³⁰¹.



Fig. 203

Anta-capela de Nossa Senhora do Monte, Penela da Beira
Vestígios de provável câmara supra-absidal sobre a anta, transformada em capela-mor de um templo

A importância da colonização leonesa do território de Trancoso deve ter deixado importantes marcas na paisagem edificada da localidade, onde a torre e a igreja documentada em 912 seriam certamente realizações afirmativas e qualitativas dos novos senhores. Uma notável sobrevivência da estética asturiana chegou através de um fragmentado friso, recentemente descoberto na igreja de Santa Maria³⁰² (**fig. 204**). Atribuo-lhe uma cronologia em plena segunda metade do século XI – sensivelmente um século depois da mais intensa presença leonesa em Trancoso – mas algumas das suas características provam como, mesmo muito depois de passada a vaga artística estritamente asturiana, os artistas ao serviço da monarquia castelhano-leonesa de

O fragmento de friso da igreja de Santa Maria de Trancoso

³⁰¹ Agradeço a Luciano Moreira a visita que proporcionou ao local, bem como as impressões trocadas a respeito da organização pré-nacional daquele território.

³⁰² Agradeço aos arqueólogos Maria do Céu Ferreira e João Carlos Lobão, bem como à historiadora da arte Ilda Nunes a oportunidade de conhecer a peça em primeira mão e de a poder estudar. Está em preparação um artigo conjunto a contextualizar os importantes achados medievais da igreja de Santa Maria de Trancoso, que não correspondem apenas ao período pré-românico, mas que se alargam à obra românica e à utilização do templo no final da Idade Média.

Fernando Magno mantinham com os seus antepassados fundadores uma relação artística inequívoca.



Fig. 204.

Igreja de Santa Maria de Trancoso. Fragmento de friso incorporado na caixa murária da parede Norte da nave, na face voltada ao interior da igreja

O fragmento de friso situa-se numa difusa e dificilmente catalogável transição estilística, entre os derradeiros contextos asturiano-leoneses e as primeiras fórmulas românicas.

Ele ilustra uma reminiscência da arte asturiana do século IX e inícios da centúria seguinte, em concreto na moldura que delimita a composição, concebida como encordado ou com decoração incisa diagonal, que alguns autores identificam como “decoração em espinha de peixe”, com duas bandas ornamentais de alinhamento alternado. Este mesmo recurso identifica-se em vários âmbitos de uma das principais construções asturianas de meados do século IX: o palácio de Santa Maria de Naranco. Aí, aparece nos medalhões da planta alta do edifício (fig. 32), no rebordo dos seus altares ou numa gelosia hoje recolhida no Museu Arqueológico de Oviedo (fig. 205).

O sucesso deste tipo de ornamentação, que constitui mesmo uma marca do *atelier* decorativo de Naranco (como se comprova pela solução canelada oblíqua das colunas da planta alta), vislumbra-se em obras posteriores vinculadas às monarquias de

Oviedo e de León: uma gelosia encontrada nas escavações da catedral ovetense; a generalidade da decoração da igreja de San Miguel de Lillo (**fig. 206**)³⁰³; a gelosia da igreja de Aguëlles (**fig. 207**)³⁰⁴, ou os elementos decorativos do interior da igreja de Santa Cristina de Pola de Lena (**fig. 208**).

Em território português, este tipo de ornamentação encontra-se em vários locais, como já se viu a respeito de obras do século IX-X (os frisos da parede triunfal de S. Pedro de Lourosa ou o silhar reaproveitado em Figueiredo das Donas). Mas esta opção decorativa tem exemplos mais meridionais, como um capitel procedente da área de Coimbra e hoje conservado no Museu Nacional de Machado de Castro (**fig. 209**), que tem a particularidade de possuir um anel ornamentado com triplo motivo encordoado, sendo a



Fig. 205. Santa Maria de Naranco
Gelosia recolhida no Museu
Arqueológico de Astúrias. Séc. IX



Fig. 206. San Miguel de Lillo, Oviedo
Pormenor da decoração interior da igreja, com recurso a abundantes molduras de duplo
encordoado de sentido alternado. Séc. IX

³⁰³ Nesta igreja, contemporânea do palácio de Naranco, a dupla moldura encordoada aparece noutros locais, como gelosias, frisos e até num reaproveitado segmento, hoje incorporado na caixa murária exterior da cabeceira. Este tipo de moldura é um recurso ornamental que caracteriza a própria oficina escultórica responsável pelo programa decorativo do templo.

³⁰⁴ A igreja asturiana de Argüelles data da segunda metade do século IX e a ela pertenceram duas gelosias que ainda existem, associadas ao templo actual (García de Castro, 2006: 118).

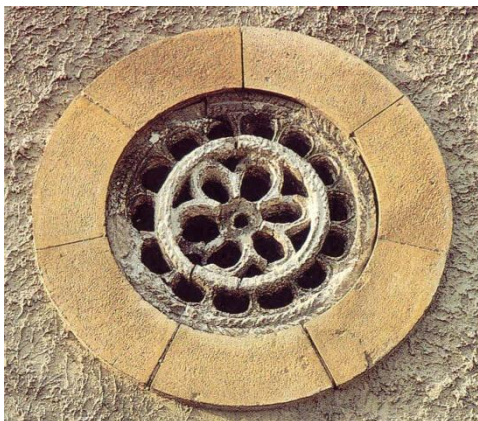


Fig. 207. San Martín de Argüelles
Gelosia asturiana reaproveitada na
construção românica. Séc. IX-X



Fig. 208. Santa Cristina de Pola de Lena
Pormenor da decoração interior, que recorre a
molduras de duplo encordoado. Séc. IX

banda central composta por motivos em espinha de peixe. A recente análise efectuada a esta peça relacionou-a com a ocupação asturiana de Coimbra, após a conquista de 878, tendo os autores assumido paralelos com a igreja de Priesca, uma das últimas igrejas asturianas, já situável no século X (Real e Fernandes, 2017, no prelo).

Se a ascendência do modelo de moldura presente no fragmento de Trancoso se encontra em contextos asturianos do século IX, importa realçar que o tema iconográfico nele representado é, um tanto paradoxalmente, plenamente românico. Trata-se da despedida do cavaleiro ou, de forma mais abrangente, do tema *da dama e do cavaleiro*, quando este último se prepara para partir para uma batalha. Na cena da direita, duas figuras sentadas, frente a frente e parcialmente cobertas por um manto, parecem despedir-se uma da outra. Não é difícil pensar que se trata do cavaleiro, no seu cenário doméstico e, por isso, desprovido de atributos, que passa a última noite com a sua amada, antes de partir para a guerra, cena que se vislumbra no quadro da esquerda, em que o cavaleiro, já na sua montada e protegido por um escudo, cavalga a grande velocidade numa floresta (ambiência dada pelo elemento vegetal no canto inferior esquerdo), acossado por um animal demoníaco que o parece perseguir e, com isso, levá-lo para cada vez mais longe da sua dama.

Este tema teve particular sucesso no século XII, em consequência da generalizada aceitação da literatura de âmbito cortês e laico pela nobreza dos vários reinos da Europa ocidental. A ocorrência deste tema na escultura românica do Norte de Espanha foi já objecto de análise por Isabel Ruiz de la Peña González, que identificou nada menos que 5 representações da *despedida entre o cavaleiro e a dama* em igrejas asturianas (Villanueva (**fig. 210**), Narzana, Villamayor e S. Pedro e S. Estêvão de Sograndio) (Peña González, 2003: 444-448). Este constitui, sem dúvida, o núcleo mais



Fig. 209. Capitel de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro), com anel superior decorado com tripla banda encordoada. Sécs. IX-X. Fot. Manuel Luís Real

importante de representações do tema em território espanhol, seguido, a alguma distância, por ocorrências na Cantábria (fig. 211), Palência e Zamora, salientando-se a sua ausência no Noroeste peninsular e também nas regiões a Sul de León (Peña González, 2003: 452). Particularmente interessante é o ciclo esculpido nos capitéis de San Pedro de Villanueva (Teverga), que uma tradição local admite tratar-se da história do rei Fávila (segundo rei asturiano, do século VIII), morto depois de atacado por um urso, e que aqui estaria a despedir-se da sua mu-

lher, Froiluba. Sem bases para uma interpretação tão fantasiosa, é sem dúvida em San Pedro de Villanueva que se exhibe, com maior detalhe e importância, o tema da despedida do cavaleiro da sua dama (Álvarez Martínez, 1999: 142-143).

Se a moldura da peça é tipologicamente pré-românica e se o tema que evidencia está conotado com os anos do românico, por que razão opto por situar a peça na segunda metade do século XI? Esta cronologia justifica-se pela técnica escultórica, que se assemelha a outras produções proto-românicas do tempo do rei de Leão Fernando I, o Magno.



Fig. 210. San Pedro de Villanueva. Pormenor do portal principal, com o tema da despedida entre o cavaleiro e a dama. Séc. XII

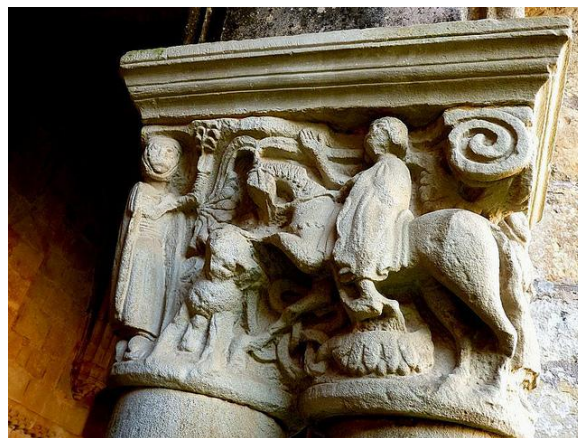


Fig. 211. Colegiada de Santillana del Mar. Capitel com a despedida entre o cavaleiro e a dama. Séc. XII

As duas cenas do friso foram realizadas segundo uma mesma técnica, à base de incisões verticais e oblíquas, que criam sulcos de escassa profundidade e formam um padrão uniforme de claros-escuros. Tipologicamente, esta técnica é muito distinta dos baixos-relevos que caracterizam a arte asturiana e diferencia-se também do relevo “redondo” e conseguido sem ser através de sulcos que se identifica em praticamente todo o românico da área portuguesa. Pelo contrário, são vários os casos de realizações artísticas catalogadas como proto-românicas, atribuíveis ao tempo de Fernando Magno, que constituem paralelos para a peça de Trancoso. Sirva de exemplo o desaparecido painel do *Agnus Dei*, procedente da igreja de San Isidoro de León (**fig. 212**). A peça só é conhecida através de fotografia, mas um estudo recente atribuiu-a à construção da igreja isidoriana de León ao tempo de Fernando I (Moráis Morán, 2014: 19 e ss.)³⁰⁵. Apesar do elevado desgaste da sua superfície aquando da execução da fotografia (realizada antes de 1954), é interessante verificar que a técnica escultórica utilizada assemelha-se bastante à da peça de Trancoso, tendo-se recorrido a encordoados simples para as molduras, de banda única, mas também à incisão vertical e oblíqua para obter volumes e dinamismo das figuras, especialmente nas asas dos Evangelistas e dos querubins que se encontram alinhados verticalmente com a figura do cordeiro místico.

As semelhanças com o painel do *Agnus Dei* de León são elucidativas a respeito do marco cronológico em que a obra foi realizada: após a campanha das Beiras de Fernando Magno (1055-1064) e num momento em que o território de Trancoso estava sob domínio da monarquia leonesa e, em concreto, era tutelado por D. Sesnando de Coimbra. Subsistem indícios que apontam para uma campanha de obras na fortaleza de Trancoso em plena segunda metade do século XI (Ferreira e Lobão, 2013: 763-771), indícios que se alargam, agora, ao património religioso da cidade, no contexto de reafirmação da soberania cristã do território, antes ainda das primeiras vagas românicas terem atingido aquele aglomerado populacional no século XII.

³⁰⁵ San Isidoro de León foi sagrado em 1063, numa cerimónia que assinalou a solene trasladação das relíquias de Santo Isidoro, de Sevilha até León, à época a capital do reino leonês.



Fig. 212. Painel do *Agnus Dei* da igreja de San Isidoro de León. Séc. XI. Desaparecido

2.2.3. O território interior entre Viseu e Trancoso (fig. 213)

Entre Viseu e Trancoso, começam a surgir muitos elementos que apontam para uma ocupação asturiano-leonesa de certo impacto. Apesar das dúvidas que muitos locais motivam, é possível que aquele território tenha sido sujeito a uma organização militar estruturada em fortalezas de pequeno porte, possivelmente associadas a membros secundários das famílias dominantes da zona ou com elas relacionadas através dos laços feudais que se começavam a impor. É o que parece ter acontecido com os castelos de Mangualde, Penalva (Penalva do Castelo), Castelo de Ferreira (Sátão), Aguiar da Beira, S. Pedro (Aguiar da Beira), Queiriz (Fornos de Algodres) e, sobretudo, Senhora do Barrocal (Sátão). Marques, 2000: 115 salientou o facto de estes vestígios ilustrarem uma rede militar mais vasta que aquela documentada em 960, na doação de D. Flâmula, o que adverte para uma maior complexidade de agentes envolvidos no processo de colonização setentrional ao longo do século X. Uma complexidade que não pode deixar de se alargar a alguns territórios vizinhos mais setentrionais, em particular nos actuais concelhos de Sernancelhe, Vila Nova de Paiva e Moimenta da Beira, como já se viu.

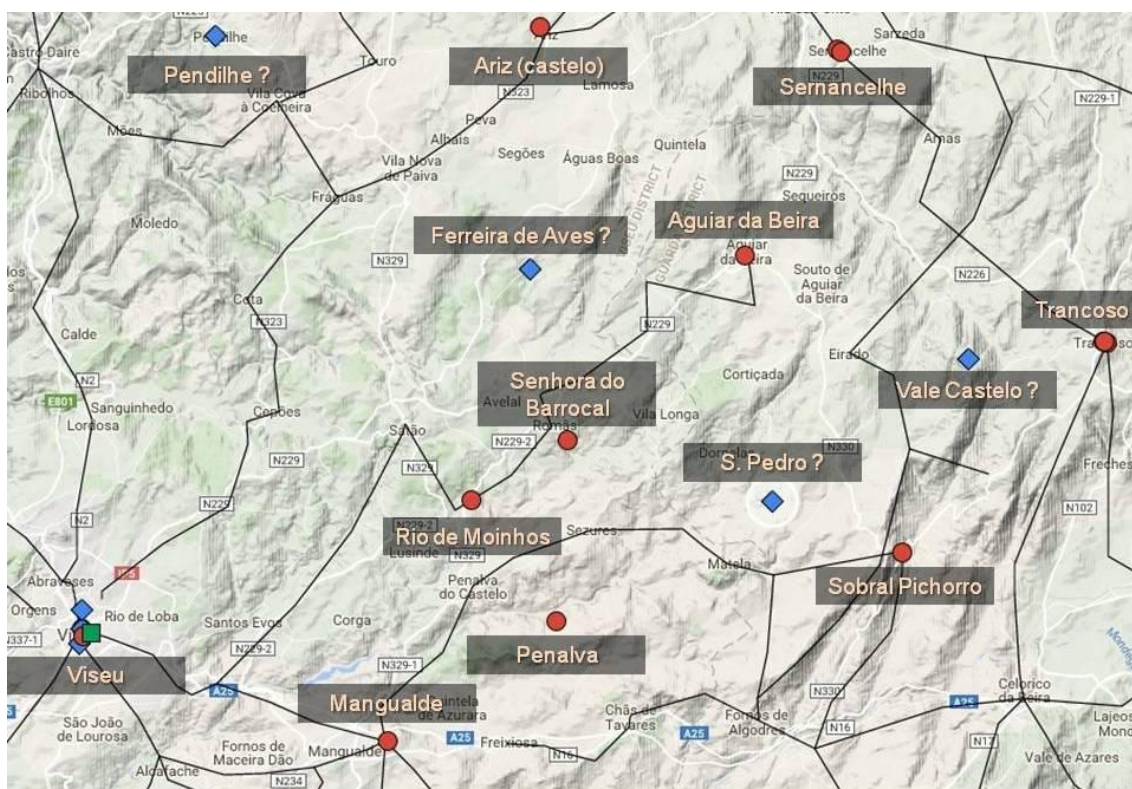


Fig. 213.

Mapa dos vestígios materiais (a vermelho os vestígios concretos e a azul os possíveis) e referências documentais a construções (a verde) na zona entre Viseu e Trancoso durante os séculos IX e X. Implanta-se também a rede viária romana da região, a partir do site www.viasromanas.pt

Pese o optimismo daquele trabalho de Jorge Adolfo Marques, algumas dúvidas por si colocadas não foram, até agora, resolvidas, e a maior parte dos sítios por si catalogados permanece por escavar. Assim, e neste estado provisório de resultados, é possível ter certezas quanto à existência de vestígios catalogáveis no período pré-românico em apenas quatro daquelas fortificações.

Os vestígios do **castelo de Zurara** (Mangualde) (**fig. 214**) foram já catalogados como romanos (Alves, 1989: 14b e 17; Gomes e Carvalho, 1992: 85), mas uma observação mais atenta pode indicar tratarem-se do que resta de uma fortificação pré-românica ali estabelecida. Era já conhecida a existência de um alicerce de muralha



Fig. 214

Muro no topo do antigo castelo de Zurara que pode ter correspondido à fortaleza medieval

que reutilizou materiais romanos ou tardo-romanos, em concreto alguns silhares almofadados. Marques, 2000: 120 reconheceu que esse troço de muralha formava parte de uma estrutura quadrangular, muito possivelmente uma torre da qual tudo se desconhece – se se associava a outros dispositivos militares ou se formava parte de outro tipo de complexo monumental³⁰⁶. É possível que a construção daquela estrutura tivesse correspondência com um habitat próximo, eventualmente de natureza áulica. Ainda que por explorar do ponto de vista arqueológico, deve mencionar-se o suposto aproveitamento de materiais clássicos na Quinta da Igreja, que Alves, 1990: 12 interpretou como sede de uma antiga *uilla* romana. O acesso ao castelo, mosteiro românico e possível habitat residencial recebeu, em época indeterminada, uma via lajeada, realocizada recentemente por Nóbrega, 2005: 22. Estes indícios, se bem que promissores, carecem de uma investigação arqueológica que esclareça a eventual

³⁰⁶ Para a época românica, sabe-se que o castelo estava associado a um mosteiro, documentado em 1103 (*Livro Preto*, ed. 1999: 243, doc. 151). Este cenóbio, dedicado a S. Julião, deve ter sido fundado na segunda metade do século XI, possivelmente pela classe dirigente ligada a D. Sesnando Davidiz, a quem Fernando, o Magno, confiou o território de fronteira após as conquistas das décadas de 50 e 60 do século XI. A escavação da sua necrópole revelou uma ocupação que não recua para lá do século XII (Pinto, 1983: 70), embora permaneça a dúvida sobre uma fase ligeiramente anterior, atestada por sepulturas escavadas na rocha de perfil antropomórfico (Gomes e Carvalho, 1992: 103-104; também Monteiro, 2003: 46).

importância deste local logo na época asturiano-leonesa, e permita perceber a evolução do sítio onde, mais tarde, se estabeleceu a cabeça do território de Zurara³⁰⁷.

No quadro dos vestígios pré-românicos desta parcela de território interior, o **castelo de Penalva (fig. 215)** é dos que conserva maiores probabilidades de ter desempenhado papel importante durante a colonização asturiano-leonesa. Ele já existia em 1058, ano em que foi conquistado por Fernando, o Magno, e subsistem vestígios de uma fortaleza pré-românica, cuja planta não se conhece na sua totalidade, mas que integrava troços de muralha e outros locais onde se detectaram rebaixamentos dos afloramentos rochosos para receber desaparecidas muralhas ou paliçadas (Marques, 2000: 189), bem como sectores dotados de degraus «que provavelmente faziam parte do circuito de ronda» (Marques, 1997: 42-43). O aparelho construtivo do que resta da muralha, se bem que integre silhares almofadados, caracteriza-se pelo uso de abundante pedra miúda e irregularmente talhada, material que não se deve relacionar directamente com um castelo pleno-medieval, mas sim com um reduto pré-românico, ainda que de cronologia incerta³⁰⁸.

Dentro deste perímetro identificou-se cerâmica de uso doméstico, maioritariamente escura e com decorações em meandros (Marques, 2000: 121). Nas imediações do recinto foram identificados reaproveitamentos de silhares almofadados (Vaz, 1997: 17) e é provável que a fortaleza se relacionasse com a ponte do Castelo, que alguns autores admitem ser de origem romana, reconfigurada na Idade



Fig. 215
Superfícies escavadas e afeiçãoadas no castelo de Penalva

³⁰⁷ O actual concelho de Mangualde não tem sido pródigo em revelar vestígios inequívocos cristãos dos séculos IX e X. À excepção do monte de Nossa Senhora do Castelo, conhece-se um silhar almofadado no lugar de Paços (Mesquitela), cuja cronologia pré-românica não está provada. Outros indícios ainda mais difusos encontram-se em Alcafache (ponte de possível origem romana, segundo Gomes e Carvalho, 1992: 14), no centro histórico de Chãs de Tavares (onde se reaproveitaram diversos silhares almofadados de origem romana, cf. Gomes e Carvalho, 1992: 23) e em Santa Marinha (Póvoa de Cervães), hagiopónimo que parece ter correspondência com a época em estudo, apesar de os materiais ali identificados estarem catalogados como romanos.

³⁰⁸ O castelo de Penalva foi ocupado nos séculos XII e XIII, pelo menos, como se depreende pelo espólio ali encontrado, em particular um cabo de punhal tipologicamente inserido naquele período (Marques, 2000^a: 189). Em 1102, no foral de Zurara, surge o termo *penaalu* e, na centúria seguinte, já se menciona a paróquia (*Inquisitiones*, 1258: 801, 802 e 803) e os *paazos de penna Alba* (*Inquisitiones*, 1258: 801).

Média (Leite e Monteiro, 1997: 40 e 65; Vaz, 1997: 17-18), unindo-as uma calçada identificada por Vaz, 1997: 17, e hoje coberta por alcatrão. À semelhança de Zurara, também o reduto fortificado de Penalva parece anteceder a constituição de um núcleo urbano de relativa importância na plena Idade Média, em torno da igreja matriz e necrópole locais. Neste último contexto, foram identificadas cinco sepulturas escavadas na rocha de contorno antropomórfico, cuja cabeceira é definida por arco ultrapassado, indicador de possível cronologia pré-românica (Nóbrega, 2006, dgpc-online)³⁰⁹.

O passado alto-medieval do sítio está ainda atestado pela necrópole de sepulturas escavadas na rocha, composta aparentemente por cerca de duas dezenas de sepulcros, dos quais apenas estão visíveis cinco (Nóbrega, 2006, dgpc-online), todas com cabeceira de perfil antropomórfico e possivelmente associadas a um pio circular que Marques, 1997: 41 interpretou como provável receptáculo de água destinado a «reproduzir, a título simbólico, o banho ritual que precedia a inumação do corpo».

O território de Penalva integra outros locais com boas possibilidades de terem tido ocupação alto-medieval, mas nenhum deles até ao momento arqueologicamente intervencionado³¹⁰.

No norte desta faixa geográfica, importa referir o antigo **castelo de Ferreira** (de Aves), que Vale, 1976: 455 admitiu ser anterior ao século XI e onde Marques, 2000: 116 encontrou fragmentos cerâmicos catalogáveis na Alta Idade Média. O local foi parcialmente urbanizado em anos recentes, mas ainda são visíveis rebaixamentos no afloramento rochoso, certamente para receber construções em madeira, eventualmente uma torre de vigia (Vieira, 2009: 115). Em todo o caso, o foral de inícios do século XII (1113-1120), passado por D. Teresa, não refere qualquer estrutura militar e a primeira menção à sua existência depreende-se apenas das Inquirições de 1258, ao mencionar-se

³⁰⁹ Infelizmente, não foi ainda possível esclarecer as origens da igreja matriz do castelo de Penalva. Os vestígios arquitectónicos mais antigos correspondem à época gótica (um portal entaipado de perfil apontado e algum aparelho construtivo siglado) (Marques, 1997: 40; Eusébio, 1997: 89). O adro do templo, onde se identificaram as sepulturas que podem corresponder à época pré-românica, foi muito adulterado por obras ilegais em 2006, que terão afectado também parte do recinto defensivo. Em todo o caso, este complexo monumental carece de uma investigação arqueológica que esclareça as origens da ocupação humana e suposta evolução nas diferentes fases da Idade Média.

³¹⁰ Em S. Romão (freg. Castelo de Penalva) existiu uma capela que havia sido edificada com recurso a silhares almofadados e outro material romano, algum epigráfico (Vaz, 1997: 15). Na freguesia de Esmolfe, no sítio de S. Martinho, foram identificados indícios de um antigo templo, eventualmente em associação a uma necrópole rupestre (Nóbrega, 2005: 39), mas não foi possível, até agora, concretizar a cronologia e âmbito desses vestígios.

o *Crasto de Ferreyra* (*Inquisitiones* 1258: 797)³¹¹. Ainda em Ferreira, a igreja de Santo André conserva vestígios que podem ser atribuídos a uma construção pré-românica, em concreto alguns silhares lisos e volumetricamente irregulares, reaproveitados na construção românica (Vieira, 2009: 103), dado que aqui refiro prudentemente, uma vez que a análise que efectuei ao edifício não resultou numa clara relação com um eventual templo pré-românico.

Os escassos vestígios materiais da zona de Ferreira merecem mais alguma ponderação. Trata-se de um território muito próximo de três áreas que tiveram relevância no período asturiano-leonês: Sernancelhe, a Norte, Senhora do Barrocal, a Sul, e Aguiar da Beira, a nascente. Por outro lado, não restam dúvidas sobre a importância de Ferreira de Aves no século XII, tempo a que correspondem numerosas realizações arquitectónicas, uma rede paroquial estável e zona de estabelecimento de uma importante família condal, atraída possivelmente por ocasião do foral de D. Teresa (na medida em que D. Soeiro Viegas, possivelmente o fundador do mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, de acordo com alguns autores - Alvelos, 1970: 3-6 e 17; Ribeiro, 1995: 9 -, foi um dos confirmantes daquele diploma). Este é um território, todavia, onde parece haver maior correspondência de vestígios pré-românicos com a rede viária romana estruturante, razão pela qual a ocupação asturiano-leonesa parece ter privilegiado as estradas que, de Viseu, partiam para Aguiar da Beira, por um lado, e para Ariz e Caria, por outro. Em todo o caso, permanece a hipótese de ter existido uma via que ligava Decermilo ao rio Vouga e, daí, até às imediações por Vila Nova de Paiva, passando por Ferreira de Aves, suposição que não foi ainda confirmada (Vieira, 2004: 37). É também possível que, de Ferreira de Aves, a via seguisse para Ariz e Caria, outra hipótese que carece de mais dados de contextualização.

No actual concelho de Sátão, o panorama é totalmente diferente. Aqui, graças à recente investigação arqueológica conduzida por Catarina Tente, encontram-se vestígios que devem atribuir-se sem grandes dúvidas ao tempo da colonização asturiano-leonesa, os quais permitem mesmo considerar esta área como uma micro-centralidade de grande relevância na coesão interna do tipo de povoamento e organização social então conferida a este território, sendo particularmente sugestivas para a visibilidade das elites asturiano-leonesas no vasto território interior entre Lafões-Viseu e os castelos do *limes*

³¹¹ Mais antiga é a primeira notícia do território de Ferreira (1142) – cf. Ribeiro, 1995: 128, doc. 2 -, indicador seguro da existência de uma circunscrição militarizada, reconhecida como tal na orgânica do reino, e encabeçada por um castelo.

beirão entre Trancoso e Numão. Na **Senhora do Barrocal** foi identificada uma estrutura militar, da qual se observam alguns rebaixamentos no terreno, para receber construções percíveis, e fiadas de muralha constituídas por blocos bem aparelhados, que Marques, 2000: 116-117 colocou no século X. De acordo com os dados ainda escassos dados a conhecer por Catarina Tente (inéditos³¹²), está-se perante um sítio com excelente domínio visual sobre um território circundante extensíssimo (**fig. 216**), por isso fortemente militarizado, de que fez parte uma poderosa muralha que contém



Fig. 216.

Senhora do Barrocal.

Perspectiva do alcance visual que se obtém do local onde se implantou a fortaleza

silhares aparelhados, um dos quais almofadado. O perímetro fortificado, que em alguns locais podia mesmo ter duas linhas de muralhas, ainda não está totalmente definido, pois faltam troços de muralha e os próprios penedos entre os quais a estrutura se ergue tiveram valor militar, sendo de destacar a existência de um abrigo natural entre dois grandes blocos maciços, que chegou a receber um telhado em época ainda incerta. Os estudos até agora efectuados permitiram concluir que existiu um incêndio, criticamente datável de finais do século X, que foi acompanhado pela destruição de parte da muralha, a qual parece ter sido posteriormente reconstruída, num âmbito cronológico-cultural que para já nos escapa. Do espólio cerâmico resgatado, embora domine uma produção local

³¹² A intervenção arqueológica foi noticiada por Hugo Baptista, em artigo de jornal (04-02-2016): <http://www.daoedemo.pt/noticias/detalhes/688>.

de fraca qualidade, foram identificados fragmentos que apontam para fabricos de tradição islâmica, eventualmente cerâmica importada, como parece ser o caso dos elementos encontrados em Trancoso.



Fig. 217

Senhora do Barrocal. Aspecto da relação física entre o reduto do castelo e a actual Capela de Nossa Senhora das Candeias

À semelhança de outras fortalezas analisadas neste ponto, também a Senhora do Barrocal parece ter constituído um pólo de relativa urbanidade, na medida em que, associada à fortaleza, associou-se certamente uma igreja (**fig. 217**), da qual faria parte um célebre lintel, hoje conservado no interior do templo tardio (Capela de Nossa Senhora das Candeias) que serve o sítio (ao qual concorre uma importante romaria local). Trata-se de um lintel epigrafado (**fig. 218**), que foi já lido como tendo a palavra “REFECTA” e atribuído ao século XI (leitura e cronologia avançadas por Manuel Luís Real e veiculadas por Estefânio, 2009: 108-109). No entanto, análises mais recentes apontam para outra leitura e para uma datação em plena segunda metade do século X, eventualmente ao redor de 971³¹³. O lintel não se resumia apenas ao letreiro epigráfico comemorativo de algum evento associado à construção, reconstrução ou alteração do templo. Ele integra uma curiosa decoração em arquinhos que, com as devidas

³¹³ Agradeço a Manuel Luís Real a troca de impressões sobre este achado, em visita ao local já em 2016, onde foi possível analisar a peça com alguma luz rasante.

distâncias, é o que se vê na torre-cruzeira de S. Frutuoso de Montélios e o que se supõe ter ocorrido na torre-cruzeira de S. Pedro de Lourosa. Ou seja, trata-se da transposição para um âmbito puramente decorativo de um dispositivo arquitectónico que tem origem na arquitectura áulica islâmica peninsular, como se viu já a respeito do friso de arquinhos de Lourosa.



Fig. 218.

Senhora do Barrocal. Inscrição que se encontra no interior da capela de Nossa Senhora das Candeias e que, na origem, faria parte de um lintel decorado com sequências de arquinhos

O passado alto-medieval da capela de Nossa Senhora das Candeias está também atestado por uma sepultura escavada na rocha, antropomórfica (**fig. 219**) e dotada de rebordo parcial na sua face Sul. O dado mais interessante desta isolada sepultura é o facto de a fachada meridional da igreja ter respeitado o alinhamento do sepulcro, o que sugere que a actual capela, de construção tardo-medieval, deve ter sido erguida sobre os alicerces da construção alto-medieval.



Fig. 219

Sepultura escavada na rocha ao longo da fachada sul da Capela

Ainda no território de Sátão importa destacar a inscrição recentemente aparecida em Casal de Cima, perto de Rio de Moinhos (**fig. 220**)³¹⁴, conhecida graças a fotografias

³¹⁴ Trata-se do vestígio mais antigo conhecido para este trecho de território, que se conhece bem melhor para a baixa Idade Média: foral de D. Sancho I (Alarcão, 1996: 27), embora na documentação daquele monarca não se encontre este diploma, nem tenha sido admitido por Branco, 2006: 280; criação do concelho em 1240 (de acordo com Sousa, 1991: 117) e primeira menção à igreja de S. Miguel nas Inquirições de 1258 (*IS* 800-801), templo onde ainda existe uma imagem tardo-gótica de S. Miguel, de

partilhadas por Hugo Baptista com a comunidade científica através da lista de distribuição online archport. Trata-se de um letreiro comemorativo que parece terminar com as palavras “SILO FECIT”, nome próprio que remete facilmente para contextos asturianos e leoneses, embora se esteja ainda muito longe de ter uma percepção mais concreta da totalidade da inscrição.



Fig. 220

Lintel epigrafado de Casal de Cima, Rio de Moinhos. Fot. Hugo Baptista

A descontextualização dos achados epigráficos do concelho de Sátão impede de perceber, para já, qual o alcance das construções a que os letreiros diziam respeito. Eles estariam certamente associados a lintéis, possivelmente portas de ângulo recto sobrepujadas por arcos de descarga de volta perfeita, como se encontra em Lourosa e como Manuel Luís Real sugeriu em relação à inscrição de Mosteiro de Fráguas. Estas descobertas vêm recolocar a questão acerca da memória do território e, em particular, das grandes alterações verificadas nos séculos IX e X na actual Beira. Trata-se de uma organização territorial que privilegiou também o registo epigráfico, na medida em que se conhecem já 5 inscrições associadas a esta conjuntura colonizadora (Lourosa, Trancoso, Senhora do Barrocal, Rio de Moinhos e Mosteiro de Fráguas, restando ainda a dúvida sobre a cronologia a atribuir à peça recentemente aparecida em Figueiredo das Donas). É ainda mais: quatro destas inscrições estavam associadas a lintéis de portas (Senhora do Barrocal, Mosteiro de Fráguas e Rio de Moinhos e mesmo a peça de Lourosa, cujo contexto original se desconhece, deveria figurar na fachada principal do edifício). Ou seja, todas elas estariam em posição de destaque, voltadas para os espaços públicos, anunciando o prestígio das construções e também de uma classe dirigente

pedra anã. Sousa, 1991: 175 admitiu que a localidade tivesse sido provida de castelo, mas dessa suposta fortaleza não parecem restar vestígios nem sei se estará identificado o local onde terá sido edificado. Existe ainda uma suposta via romana que, vindo do actual concelho de Viseu, passaria por Rio de Moinhos (Eira do Rei e Casal de Cima). Foi neste último local que a inscrição parece ter sido descoberta. Há, finalmente, uma sepultura escavada na rocha em Priuve.

letrada, que assim deixou para a posteridade um fiel reflexo do seu impacto na estruturação do território.



Fig. 221

Aguiar da Beira. Aparelho construtivo da fortaleza no sector Norte

No actual concelho de Aguiar da Beira subsistem vestígios de três fortificações que parecem ter tido ocupação alto-medieval. Apenas o **castelo de Aguiar (fig. 221)** fornece dados aparentemente mais seguros de militarização asturiano-leonesa. No local foram identificados troços de muralha onde foram incorporados alguns silhares almofadados (Marques, 2000: 115). As visitas que efectuei ao local revelaram mais dados. A extensão do aparelho pré-românico é ainda apreciável e regista-se praticamente ao longo de toda a face Norte, revelando uma técnica muito característica deste período, com abundantes cunhas e cotovelos e integração de antigos silhares romanos, alguns dos quais almofadados. É também desse lado que surgem os dados mais sintomáticos da relevância da fortaleza na Alta Idade Média. É surpreendente a largura do troço de muralha conservado nesse sector que, não obstante os derrubes e perdas de material, sugere um muro de dupla face com integração de silhares de grandes dimensões (**fig. 222**). No limite Nordeste, na face voltada à localidade, identifica-se uma segunda campanha construtiva, que teve a particularidade de se adossar à muralha anterior (**figs. 223-224**). Esta segunda etapa caracteriza-se por um aparelho construtivo distinto, onde se reconhecem ténues sequências de sogas e tições inscritos em fiadas

horizontais de maior regularidade. Desconhece-se o que terá motivado esta campanha, mas é natural que se esteja em presença de um raro vestígio de reforço arquitectónico de uma anterior estrutura militar, realizado em plena primeira metade do século XI, altura em que alguns pontos-chave do território entre os rios Mondego e Douro estiveram sob domínio islâmico. É possível que este troço de muralha seja o que resta de uma torre construída nesse período, ou um reforço ditado por eventuais fragilidades da fortaleza naquele sector. O reforço da muralha de Aguiar da Beira presumivelmente no século XI não é caso único na região, pois idêntica opção foi já arqueologicamente identificada na Senhora do Barrocal, durante a campanha de escavações realizada já em 2016 (dados ainda inéditos).



Fig. 222
Aguiar da Beira. Pormenor da largura da muralha da face Norte

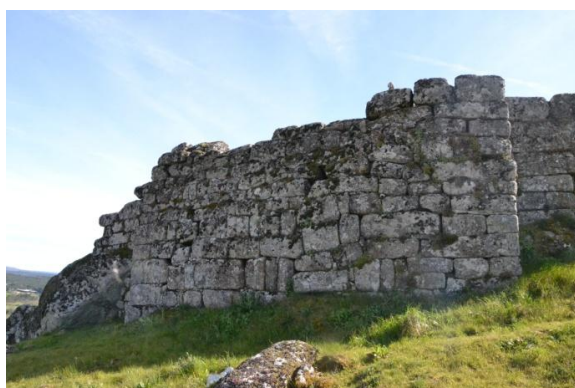


Fig. 224
Aguiar da Beira. Aparelho construtivo da muralha correspondente à segunda etapa de obras



Fig. 223.
Aguiar da Beira. Pormenor do adossamento da segunda muralha no sector Nordeste da fortaleza

Outro ponto de suposto aproveitamento militar altimedieval localiza-se no Sul do actual concelho, no sítio de **S. Pedro** (freg. Forninhos). Aqui, alguns afloramentos salientes foram unidos com muralhas de aparelho irregular e silhares imperfeitos (Marques, 2000: 115), mas detecta-se a associação de uma estrutura defensiva, para já

sem datação concreta, a um templo. Com efeito, ainda são reconhecíveis os vestígios da igreja que serviu o povoado, cujo cemitério integra fragmentos de sarcófagos alto-medievais (Marques, 2000: 115), ao que tudo indica três sepulturas identificadas aquando da abertura de uma estrada no local³¹⁵. O terceiro local a mencionar no actual concelho de Aguiar da Beira encontra-se na freguesia de Carapito e é conhecido por **castelo do Vale Castelo**. Também aqui os vestígios de fortificação são ainda importantes, conservando-se restos apreciáveis de largos troços de muralha e aproveitamento de penedos talhados para fechar ângulos ou definir estreitas passagens. Marques, 2000: 116 reconheceu ainda, a meia encosta do lado poente, os vestígios de um antigo aglomerado populacional, servido por igreja, onde Maria Adelaide Recarey de Frias encontrou uma ara romana (“Castelos/Carapito”, Igespar online, em 13-08-2008).

Falta referir, finalmente, o castelo de **Queiriz** (conc. Fornos de Algodres) onde, apesar dos escassos vestígios até agora identificados (Marques, 2000: 116), se pode ter localizado uma fortificação alto-medieval, que dispunha de um excepcional campo de visibilidade. No topo da elevação, Valera, 1993: 35 reconheceu as fundações de uma estrutura circular, que interpretou como possível atalaia medieval, «talvez subsidiária do castelo de Celorico».

O mais surpreendente testemunho pré-românico desta área surge na pequena e desconcertante capela do Santo Cristo de **Sobral Pichorro**. A notícia mais recuada sobre esta aldeia data apenas de 1258, ano em que a igreja de Algodres estava na posse de um casal na aldeia de *Soveral*, que Almeida Fernandes, 2000: 336 admitiu tratar-se de Sobral Pichorro. A data de construção da capela é ainda mais tardia, já no final da Idade Média, e por patrocínio privado de um habitante local.

Neste edifício, que se assemelha a uma pequena cabeceira de tripla ábside a que falta o corpo, foram incorporados, aparentemente, três elementos provenientes de construções anteriores: uma coluna e um lintel com motivos circulares aplicados à janela meridional da fachada principal (**fig. 224**); e um pequeno friso decorado com uma série em espinha, a servir de imposta setentrional à arcada do interior (**fig. 225**). Se os dois primeiros vestígios não fornecem características suficientes para uma datação mais concreta, já o discreto friso em espinha contextualiza-se com a estética pré-românica,

³¹⁵ Em 2013, decorreram campanhas de escavação no topo do monte, conduzidas por Catarina Tente e inseridas no projecto *Estudo Interdisciplinar de Comunidades Altomedievais (séculos V-X)*. Aguardam-se os resultados para breve.

embora não seja ainda suficiente para provar a sua inequívoca atribuição ao processo colonizador asturiano-leonês. Ele não deixa de lembrar idênticos frisos de dupla espinha existentes em Lillo (Oviedo) (**fig. 226**), Valdediós, ou San Martín de Castañeda (León) (**fig. 227**), malgrado o carácter estilizado deste tipo de decoração impossibilitar quaisquer conclusões cronológicas precisas.



Fig. 224.
Janela meridional da fachada principal da capela do Santo Cristo de Sobral Pichorro



Fig. 225.
Pequeno friso inserido no interior da Capela do Santo Cristo de Sobral Pichorro, ao nível de imposta do arco da capela lateral setentrional

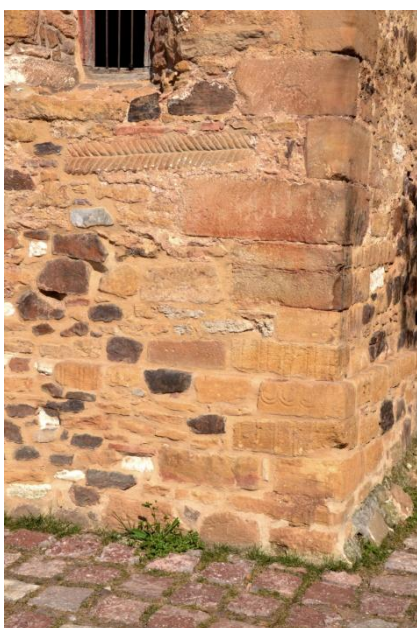


Fig. 226.
Friso em dupla espinha reaproveitado na capela-mor da igreja de San Miguel de Lillo



Fig. 227.
Fragmento decorado com dupla secção espiralada San Martín de Castañeda, Zamora

A proximidade da capela em relação ao castro da Trepá faz com que se admita, provisoriamente, que este espólio possa ser originário daquela estação, cuja ocupação

está comprovada para a época visigótica, mas sobre a qual se desconhece a evolução em períodos seguintes³¹⁶.

Uma das mais importantes conclusões relativamente à investigação que tem sido realizada no concelho de Fornos de Algodres é a ausência de vestígios militares associados às grandes necrópoles rupestres da Alta Idade Média que se identificaram naquele território. No centro histórico de **Algodres**, cuja igreja está documentada desde 1208 (Almeida Fernandes, 1973: 83), a vasta necrópole conta já com mais de centena e meia de enterramentos e diversas etapas de ocupação, desde a antiguidade tardia até à época moderna (Pinto e Silva, 2009: 61). Não obstante os resultados de radiocarbono terem apontado para cronologias pleno-medievais (Tente e Carvalho, 2011: 467), tem vindo a ser identificado espólio alto-medieval associado a algumas sepulturas, bem como material romano e tardo-romano reaproveitado, em concreto elementos construtivos, e algumas sepulturas anteriores à construção da igreja matriz. Finalmente, Pinto e Silva, 2009: 62, escavando junto ao templo, identificaram níveis que supuseram ser pré-românicos, com grande probabilidade anteriores ao edifício religioso da Baixa Idade Média. Esta grande área cemiterial, certamente associada a um efectivo populacional de grande importância regional, não parece ter sido defendida por uma torre ou outro qualquer dispositivo militar em época pré-românica (Valera, 1993: 36, reconhecendo a tradicional atribuição de um castelo a Algodres, concluiu pela inexistência de quaisquer vestígios arqueológicos). Idêntico parece ser o caso da necrópole das **Forçadas** (freg. Matança), composta por 24 enterramentos rupestres, não antropomórficos. Até ao momento, e não obstante os esforços de Marques, 1992: 126-127 e Martín Viso, 2009: 125-126, não foi possível, sequer, identificar os espaços dos vivos a que correspondem estes sinais dos mortos, quanto mais eventuais estruturas de carácter defensivo.

Os locais que acabei de mencionar, com todas as dúvidas que ainda os rodeiam, revelam (parecem revelar) duas tendências interessantes que, mais que conclusões, devem ser vistas como perspectivas de estudo em futuras investigações.

³¹⁶ Conhecem-se duas peças de provável cronologia visigótica, encontradas no Castro da Tropa: uma *patena crismalis*, em bronze, e um punhal. Apesar do mau estado em que se encontrava há mais de cinquenta anos, a *patena* possuía ainda o cabo de madeira, decorado com motivos zoomórficos, e foi, provisoriamente, datada do século V (Cortez, 1950: 69-71). O punhal curto inscreve-se mais naturalmente na indumentária de época visigótica, sendo numerosos os paralelos identificados por Cortez, 1950: 67-68. Nunca investigado arqueologicamente, o local permanece como um dos mais promissores sítios de ocupação altomedieval deste imenso território, constituindo a única estação que forneceu um elemento de uso privado, concretamente uma faca-punhal, tipo de arma que deve ter sido de uso exclusivo das elites guerreiras do período bárbaro.

Em primeiro lugar, a convicção de que se está num território plenamente militarizado, onde os agentes da colonização asturiano-leonesa exerceram um poder estratégico de controlo do espaço através de pequenas unidades fortificadas, arquitectonicamente resumidas ao essencial, aproveitando as condições possíveis no topo de elevações e, com grande probabilidade, dotadas de sistemas defensivos em madeira e outros materiais mais frágeis. Esta rede de pontos militares surge, para já, composta por estruturas equidistantes entre si, cobrindo um vasto território entre os rios Dão, Vouga e Távora, mas, mais importante, entre duas centralidades regionais em plena época asturiano-leonesa: Viseu e Trancoso.

Uma segunda conclusão relaciona-se com os fenómenos de urbanidade que se podem detectar. À sombra daquelas fortalezas, na mesma altura ou, com maior probabilidade, nos séculos seguintes, geraram-se pólos de fixação dos homens, testemunhados por igrejas, necrópoles e, em alguns casos, povoados. O castelo de S. Pedro (Aguiar da Beira), a Senhora do Barrocal (Sátão) e, eventualmente, Ariz (Moimenta da Beira) tiveram igrejas pré-românicas (Vieira, 2009: 80 e 113). Em todos os restantes locais, os templos só se identificam no final do século XI e inícios do século XII, época em que se assistiu a uma reconfiguração de base cristã do território, já vinculada ao Condado Portucalense e ao futuro reino de Portugal. Em Mangualde, Penalva, Ferreira e, possivelmente, Vale do Castelo, o povoamento e, nos três primeiros casos, a instituição paroquial do século XII privilegiou a proximidade em relação a antigos pontos fortificados asturiano-leoneses, o que inevitavelmente adverte para uma provável continuidade ocupacional destes locais pela época de domínio muçulmano (primeira metade do século XI). Antes da estruturação paroquial, ou em paralelo com ela, a instituição de mosteiros em Mangualde e Ferreira aponta também para o vínculo daqueles locais a famílias dominantes que entraram na posse da gestão militar dos respectivos territórios (no primeiro caso, um familiar de D. Sesnando; no segundo, uma estirpe documentada a partir do foral passado pela condessa D. Teresa).

2.2.4. O sul do território. Entre Viseu e Coimbra (fig. 228)

Um território que tem merecido pouca atenção para cronologias tão recuadas é o que se localiza a Sul de Viseu, numa faixa diagonal que acompanha o curso descendente da margem direita do rio Mondego e que hoje ocupa parte substancial dos concelhos de Nelas, Tondela e Santa Comba Dão, e todo o município de Carregal do Sal, tendo como

limites genéricos o Mosteiro de Fráguas (Tondela), a poente, e o Castelo de Nossa Senhora do Castelo (Mangualde), a nascente.

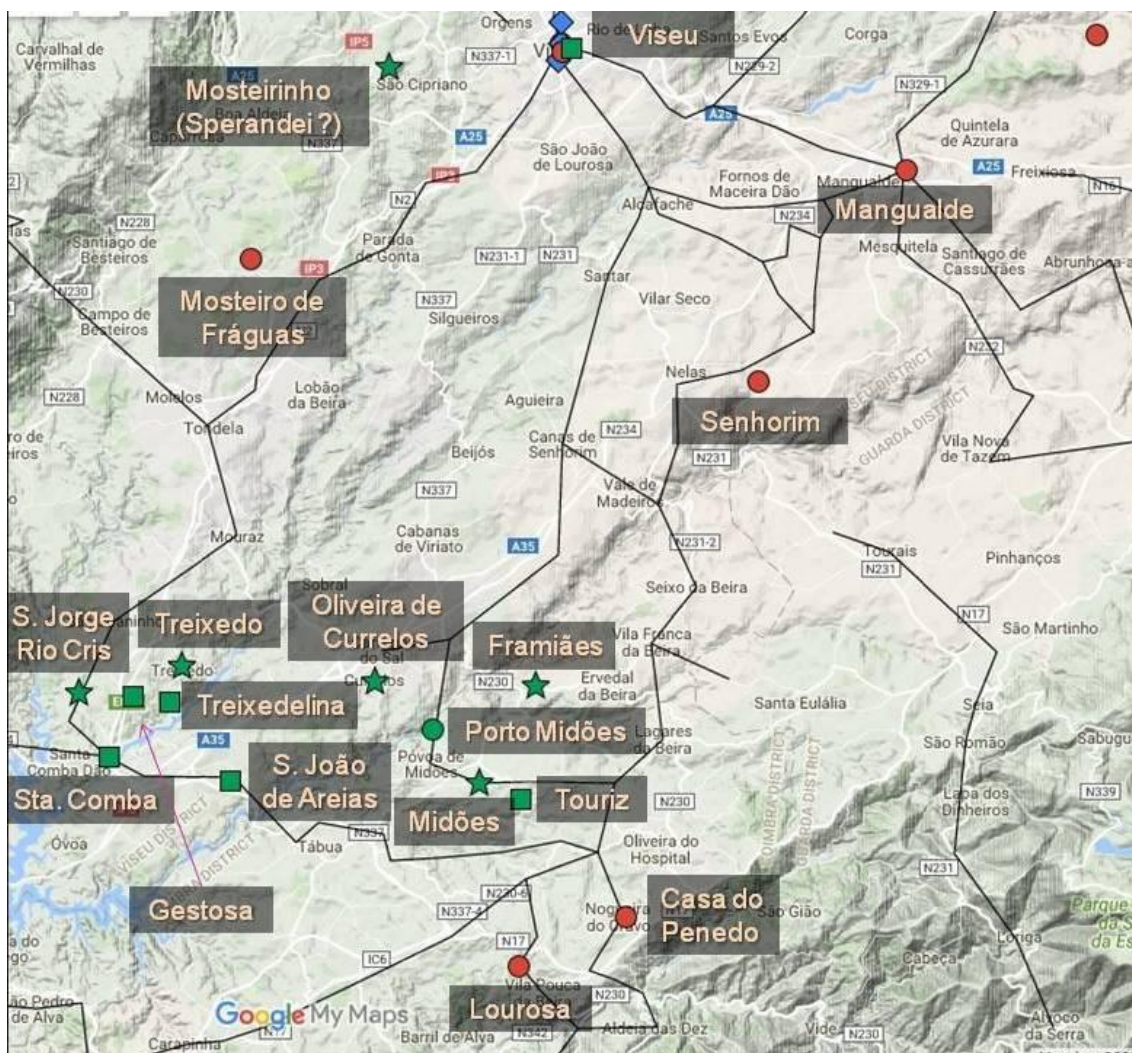


Fig. 228.

Mapa dos vestígios materiais e referências documentais a construções na zona entre Viseu e Coimbra durante os séculos IX e X.

Implanta-se também a rede viária romana da região, a partir do site www.viasromanas.pt

Referências documentais: Mosteiro de S. Jorge do Rio Cris (974), localização conjectural; Mosteiro de Treixedo (981); Igreja de Treixedelina (981), localização conjectural; Igrejas em Santa Comba Dão (974); Igreja de Gestosa (974); Igreja de S. João de Areias (974); Mosteiro de Oliveira de Currelos (981); Mosteiro de Framiães (969); Porto de Midões (969); Mosteiro em Midões (969); Igreja de Touriz (969)

Já salientei a escassez de vestígios construtivos pré-românicos no actual concelho de Mangualde (**nota 307**), aparente vazio que se alarga ao município de Nelas. Aqui subsistem alguns núcleos de sepulturas escavadas na rocha, mas não se identificou, até ao momento, qualquer local inequivocamente vinculado à autoridade asturiano-leonesa³¹⁷, para lá do suposto **castelo de Senhorim**, possível cabeça da terra

³¹⁷ No centro histórico de Canas de Senhorim conservam-se vários vestígios de reaproveitamento de materiais construtivos romanos, em concreto alguns silhares almofadados, aproveitados em construções

pleno-medieval de Senhorim e onde se identificaram troços de muralha realizados com silhares almofadados talhados com grande qualidade (Eusébio e Marques, 2005: 58) e em cujo perímetro se encontraram fragmentos cerâmicos semelhantes aos identificados no castelo de Penalva (Marques, 2000: 121). As características desta fortificação enquadram-se na tipologia de pontos militares de reduzidas dimensões e escassez de monumentalidade, localizados no espaço entre Viseu e Trancoso, o que faz com que também Senhorim possa ter feito parte desta rede de estruturação militar do território, eventualmente mais destinada a estabelecer pontos de reconhecimento da autoridade dos colonos, do que propriamente a servir de efectivos instrumentos de defesa.

À medida que se caminha para Sudoeste, em direcção à estrada que ligava Viseu a Coimbra, surgem mais importantes vestígios da presença asturiano-leonesa na região. Em **Oliveira de Currelos** existiu um mosteiro pré-românico, documentado em 981 (DC, vol. 1: doc. 130)³¹⁸. No sítio do Passal, Casal Mendo (freg. Currelos), subsistem vestígios de um estabelecimento religioso, atestado pela inclusão de uma estela discóide nos muros de um edifício de carácter utilitário, que Lourenço, 2007: 48 admite que possa corresponder àquele antigo mosteiro, embora a natureza destes vestígios (a que se deve juntar os muros antigos que integram elementos arquitectónicos de difícil cronologia, salientados por Pinto, 2006: 29) aponte para cronologias mais recentes. Outro elemento interessante desta parcela do território, embora destituído de indicadores cronológicos, é o possível oratório rupestre de **Cimalinhas** (ou Campa da Moira, freg. Cabanas de Viriato), composto por dois pequenos nichos, um deles em arco ultrapassado, a que se associam pequenas covas, bem como uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha (Lourenço, 2007: 127-128). Oliveira do Conde é outro local que poderá ter integrado a paisagem pré-românica da zona. Ali ainda não apareceram vestígios materiais daquele período (não se confirma a cronologia alto-medieval de um aximez encontrado no adro da igreja, como sugeriu Pinto, 2004: 57) e a localidade está documentada apenas desde 1105 (*Livro Preto*, ed. 1999: 443, doc. 301),

muito mais recentes (inventário destes elementos em Pinto, 1999 e 2003). Não foi até agora possível, no entanto, confirmar a utilização deste espólio em edifícios medievais. Mais sugestivos, mas também pouco decisivos, são os vestígios da demolida igreja Velha do Passal, edifício a que se associou uma necrópole baixo-medieval, da qual procedem três estelas funerárias. Aqui foram também identificados silhares almofadados romanos incluídos na construção da suposta igreja (conhecida como «palheirão» e entretanto demolida) (Pinto, 1999: 133), mas não é possível ter certezas quanto à cronologia a atribuir a este edifício.

³¹⁸ Trata-se de uma doação de Gonçalo Moniz e sua mulher D. Mumadona ao Mosteiro de Lorvão; referência em Almeida Fernandes, 2001: 301. Neste mesmo documento é referida a *villa Papizinos* (hoje Papízios), localidade onde, até ao momento, não foram encontrados vestígios alto-medievais, para além de um conjunto de sepulturas escavadas na rocha no sítio de S. Sebastião (Lourenço, 2007: 134).

certamente por oposição a Oliveira de Currelos, núcleo que, como se viu, polarizou o povoamento pré-românico da zona. No entanto, o topónimo deve estar relacionado com a realidade condal do século X. Não se sabe, exactamente, quando se extinguiu o mosteiro de Currelos, mas é possível que a sua trajectória descendente tenha sido determinada pela progressiva preponderância de Oliveira do Conde. Com efeito, em 1105 ainda se menciona o mosteiro (*Livro Preto*, ed. 1999: 443, doc. 301), mas logo em 1116 o templo surge mencionado como igreja (*Livro Preto*, ed. 1999: 106, doc. 61) e toda a documentação subsequente não mais voltou a dar notícia do mosteiro. Em 1258, a referência à igreja é difusa, mas em 1320-21 já se refere apenas a igreja matriz de Oliveira de Currelos.

Relativamente perto, já no actual concelho de **Santa Comba Dão**, existiu na época asturiano-leonesa o mosteiro de Treixedo e a igreja de Treixedelina, documentados pela primeira vez em 981 como *Traxede* e *Traxedelina* (DC 130; ref. Almeida Fernandes, 1997: 274). Não se conhecem vestígios pré-românicos desses templos, mas esta parcela do território meridional da futura diocese de Viseu apresenta, logo desde o século X, um conjunto apreciável de templos e de hagiopónimos: documentos de 974 e 985 mencionam o mosteiro de S. Jorge do rio Cris (talvez no sítio de Couto do Mosteiro, a Nordeste do centro histórico de Santa Comba Dão) e a *villa de Sancta Columba* (Santa Comba) (DC 114; *Livro Preto*, ed. 1999: 3, doc. 1; 5, doc.2; ref. Almeida Fernandes, 2001: 19). No mais antigo daqueles diplomas, *Sancto Johanne* (S. João de Areias)³¹⁹ surge como limite territorial. É aqui, no adro da sua igreja, que se conservam os mais importantes vestígios de ocupação humana potencialmente coincidente com o período asturiano-leonês, em concreto sete sepulturas escavadas na rocha (Neves, 2000: 174), todas antropomórficas e actualmente ocultas sob a calçada do adro (Lourenço, 2007: 48 e 137). Desconhece-se a relação deste cemitério rupestre com o templo românico, documentado logo em 1213, de cuja necrópole paroquial procede uma estela discoide. A correcta identificação dos sepulcros e respectiva relação estratigráfica com o templo será decisiva para perceber o alcance da ocupação pré-românica em S. João de Areias, se limitada a apenas mais um cemitério rupestre, entre

³¹⁹ Não partilho da interpretação de Veloso, 2008-2009: 256 sobre a possibilidade de *Sancto Johanne* (mencionado em 974, DC 114) dizer respeito a S. Joaninho. Neste diploma, e após a menção a *Santa Columba*, as localidades são mencionadas de Sudeste para Noroeste, primeiro com São João de Areias, depois Treixedo e Nagozela e, finalmente, Alvarim, rio Cris e o mosteiro de São Jorge. Não há menção a São Joaninho. Em 981 (DC, 130), pelo contrário, a nomeação das localidades é feita de Sudoeste para Nordeste e, daí, para Sul e Sudeste. Também aqui penso que não se menciona S. Joaninho, embora S. João de Areias já surja como *Sancto Johanne de Teliada* (eventualmente para diferenciar de outra povoação com o mesmo hagiopónimo, ainda que não identificada no diploma?).

muitos na zona, ou se já associada a um contexto monumental. Para além disso, a documentação do século X menciona ainda as igrejas de S. Pelágio de Gestosa (974) e várias igrejas em Santa Comba (974).

Não se está em condições de identificar a época, ou épocas, em que o território do actual concelho de Santa Comba Dão terá sido dotado desta densa rede de hagiotopónimos e de igrejas. Em 985 mencionaram-se os *terminus antiquos* de Treixede (uma das localidades não associadas a qualquer santo), ao passo que para S. João de Areias e Alvarim são indicados *terminus fortes*, certamente por oposição àqueles antigos. Este facto favorece a leitura de que o território, em particular o de S. João de Areias, possa ter sido delimitado mais recentemente, mas por aqui passava a *via antiqua* (certamente a que ligava Coimbra a Viseu) e em Santa Comba existiam *terminis antiquis*, indicações que inevitavelmente advertem para uma maior complexidade territorial, onde se juntavam referências na paisagem humana mais antigas e outras mais recentes. Mais certo é o facto de esta religiosidade territorial não deixar de se relacionar com o que se vai conhecendo das zonas vizinhas da margem esquerda do rio Mondego (em concreto os actuais concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital), caracterizadas também por uma progressão religiosa asturiano-leonesa de grande importância (veja-se o que já se disse sobre este território no ponto 1.4.1. desta Parte II).

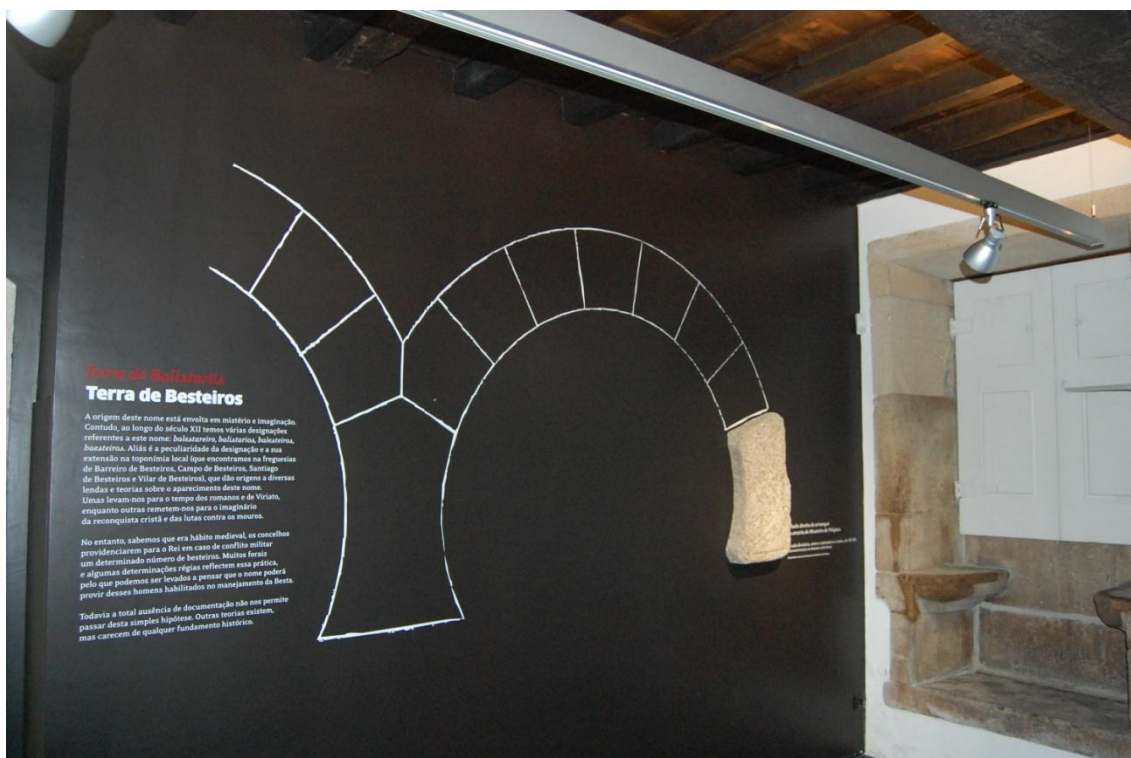
A documentação da segunda metade do século X, relativa ao actual território de Santa Comba Dão, surge no seio da família condal conimbricense e, em particular, na figura de Munio (Mónio) Gonçalves, um dos filhos do conde Gonçalo Moniz e irmão de Froila Gonçalves, aliado de al-Mansur no final da centúria. Este, doou ao mosteiro de Lorvão parte da sua propriedade de Santa Comba em 985. Um pouco antes, um seu possível familiar, Oveco Garcia, casado com Godinha Gonçalves, irmã de Mónio Gonçalves (Mattoso, 1968-69, republ. 2001: 93), doou a Lorvão mais extensas propriedades na mesma zona. Estas duas doações ao mosteiro laurbanense apontam para a constituição de um território de fronteira mais vinculado aos poderes meridionais, sediados em Coimbra (na descendência directa de Hermenegildo Guterres), e menos às famílias dominantes na área de Viseu. Esta mesma área foi, menos de dois séculos depois, a fronteira entre as dioceses de Viseu e de Coimbra.

É também no seio desta família que surge uma das mais enigmáticas referências a este território, em concreto a igreja de Treixedilina (DC 130, de 981). Não consegui identificar este topónimo na actualidade, mas ele não se situaria longe de Treixedo, onde existia um mosteiro. O facto curioso é que o doador, Gonçalo Moniz, referiu

expressamente que, na igreja de Treixedilina, há uma sepultura que se intui ser privilegiada (*Ecclesia de traxedilina ubi est sepultura*). Tratar-se-á, muito possivelmente, de uma capela funerária vinculada àquela família condal, e, também com grande probabilidade, de um templo na dependência do mosteiro de Treixedo (razão da origem toponímica comum aos dois locais), o que faz com que este território, perto da foz do rio Dão, assumia um estatuto de verdadeira centralidade para esta estirpe, onde a continuidade da investigação poderá vir trazer alguma luz sobre os lugares de enterramento da nobreza liderante asturiano-leonesa nos séculos IX e X instalada nas Beiras, até agora totalmente desconhecidos.

Bem dentro do território viseense situava-se a antiga terra de Besteiros (genericamente coincidente com o actual concelho de **Tondela**). Aqui, as marcas pré-românicas são eloquentes quanto à importância do território para a expansão asturiano-leonesa, uma vez que, no sítio de Mosteiro de Fráguas, ainda se conservam vários elementos de uma igreja monacal, construída na segunda metade do século X (Real, 1970). Os vestígios são muito fragmentados, mas foram objecto de um recente estudo de conjunto que logrou situá-los no projecto monumental pré-românico (Real, 2005).

Conservaram-se três aduelas de um arco da *eikonostasis* (elemento litúrgico de separação entre a cabeceira e o corpo da igreja, muito utilizado na arquitectura pré-românica) (**figs. 229 e 230**), um tímpano liso, semelhante aos de S. Pedro de Lourosa, e um lintel epigrafado, para além de material construtivo disperso, entre o qual um silhar almofadado decorado com motivos geométricos. As aduelas estão decoradas com um relevo pouco pronunciado, sem definição concreta de planos e com as arestas já algo desgastadas, mas é possível perceber que, numa peça, esculpíam-se uma serpente e uma ave, e, noutra, um elemento vegetalista que foi já interpretado como ramo de videira (Almeida, 1986: 144), representações de uma iconografia muito específica, de sentido paradisíaco, que é possível reconhecer em outros monumentos do Noroeste peninsular erguidos no século X, como San Miguel de Escalada (Real, 2005: 282). No fecho do arco, exhibe-se um motivo cruciforme. Sem a qualidade escultórica de outras zonas da arte leonesa, os elementos de Fráguas constituem um importante núcleo de arte pré-românica no actual território português, sobretudo pela novidade decorativa que introduzem na caracterização artística daquele período na região, onde, até agora, o classicismo anicónico de S. Pedro de Lourosa se impunha como principal marca.



Figs. 229 e 230.

Saimel de arco em ferradura de uma arcada transversal do corpo da antiga igreja de Mosteiro de Fráguas. Proposta de reconstituição museológica no Museu Terras de Besteiros (Tondela) e pormenor da decoração do saimel



A inscrição que acompanha o lintel de um dos portais do mosteiro de Fráguas alude à origem do fundador (ou refundador) do cenóbio: Ressus de Cárquere³²⁰ (fig. 231). Embora não se conheçam outros elementos sobre a vida deste enigmático Ressus (ou Gressus), é natural que tenha vindo de Santa Maria de Cárquere (c. Resende) para Fráguas, e que o património que possuía na sua terra natal tenha, de alguma forma, sido associado ao do mosteiro por si construído na diocese de Viseu. É o que se depreende de uma permuta que Egas Moniz e sua mulher fizeram com a Sé de

Coimbra, em 1133, a respeito de vinhas que possuíam em Cárquere e da metade da igreja de Fráguas (Real, 2005: 283). A origem alto-duriense do fundador do mosteiro é uma novidade nos agentes asturiano-leoneses envolvidos na colonização do território de

³²⁰ A leitura de Barroca, 2000: 135 é a seguinte: “[...] RESSUS DE CARCERE FECIT”.

Viseu. Se, na cidade e nas zonas oriental e ocidental da diocese, se testemunha a presença das famílias dominantes da corte regional de Bermudo Ordóñez (em particular os descendentes de Diogo Fernandes, Ero Fernandes e Afonso Tedones / Betotes), o aparecimento de um homem do Alto Douro, aparentemente não vinculado àquelas estirpes, adverte para que o povoamento asturiano-leonês da região se tenha também feito com personagens de outras origens, atraídos à zona pela grande dinâmica que ela evidenciava no século X.

Não se possuem dados que ampliem ou reduzam o impacto de agentes aparentemente exteriores à corte regional viseense no esforço de povoamento na zona. Mas estaria Cárquere verdadeiramente fora da órbita do clã dominante em Viseu-Lafões? Aguarda-se que Manuel Luís Real apresente os seus estudos sobre a zona de Lamego, os quais trarão, certamente, nexos de relação entre a zona imediatamente a Sul do rio Douro e os territórios mais a Sul. É possível que, também neste caso, se assista a uma progressão da periferia para o centro, como parece ter ocorrido com a família de Alvito Lucides, progressivamente mais próxima de Viseu.

Na futura Terra de Besteiros, o mosteiro de Fráguas não seria, certamente, caso isolado³²¹. É um facto que, para além dos já mencionados *terminus fortes* da villa de Alvarim, no limite Sul do actual concelho de Tondela e, há sensivelmente 1000 anos, associado ao território de *Santa Columba*, não se conhecem, para já, outros vestígios arqueológicos da instalação asturiano-leonesa na região. Tal facto, todavia, pode decorrer mais da falta de investigação na zona do que, propriamente, de uma deliberada estratégia de afastamento dos poderes alto-medievais. Subsistem locais que, com probabilidade, revelarão, a seu tempo, níveis ocupacionais coincidentes com aquele período, como o Castro dos Três Rios, onde se identificou também um horizonte funerário (Marques, 2003: 146 e 149) e, sobretudo, Nandufe, onde se terá instalado a cabeça da Terra de Besteiros (segundo proposta de Real, 2005: 275), mas cujo registo arqueológico recua até, pelo menos, à época romana. Outros locais importantes poderão ser Muna (freg. Santiago de Besteiros), que Almeida Fernandes, 2006: 190 sugeriu poder ser relativo a Muna Dias (ou Múnia), irmã de Mumadona Dias, documentada em 928, Santa Eulália, Sabugosa e Silvares, todos documentados a partir dos meados do século X (Real, 2005: 287).

³²¹ Não se inclui aqui a suposta relação que Almeida Fernandes, 2006: 189 encontrou entre *gonta abba* e Parada de Gonta. Na verdade, o que o DC 67 indica é a existência, em 953, de um abade *Gonta* que, com seus *fratres et sorores*, habitavam o mosteiro de Guimarães.



Fig. 231.

Inscrição comemorativa da construção da igreja pré-românica de Mosteiro de Fráguas, aludindo ao seu promotor, Ressus de Carquere

A referência a Muna Dias constitui o dado mais importante nesta série de notícias, pois esta nobre era casada com Alvito Lucides e subsistem importantes indícios de que este casal não só se instalou numa zona de fronteira entre Viseu e Coimbra, provavelmente controlando o território por onde passava a principal estrada que ligava aquelas cidades (Real, 2014: 219)³²², como também parece ter tentado ampliar a sua área de influência a zonas ainda mais a Sul, conforme se depreende das doações que fizeram ao mosteiro de Lorvão nos meados do século X (Almeida Fernandes, 1973: 16). Ora, a actual localidade de Muna fica no sopé da Serra do Caramulo, na direcção de Viseu, e num traçado secundário que ligava aquela cidade a Penacova e, daí, a Coimbra. Sem que existam dados que o possam, para já, certificar, é possível que esta esquecida localidade de Muna possa estar ligada a um cenário privilegiado de instalação de Múnia Dias e Alvito Lucides, possivelmente numa fase inicial do seu relacionamento e antes das importantes doações ao mosteiro de Lorvão (recorde-se que Múnia está documentada entre 928 e 973 (?)) e que as doações do casal

³²² Agradeço ao autor ter-me facultado o acesso a este artigo antes da sua publicação. Alvito Lucides e Múnia Dias ter-se-iam instalado mais a Sul, nas proximidades de Santa Comba Dão e ultrapassando o rio Mondego para Sul, dispondo possivelmente de territórios de ambos os lados daquele curso.

ao cenóbio laurbanense ocorreram apenas a partir da década de 50 do século X³²³, o que sugere uma progressão para Sul por parte desta linhagem, que pode mesmo ter incluído Penacova³²⁴).

Outra dimensão do património reunido por Alvito Lucides e Múnia Dias no Médio Mondego, e que a Penacova diz respeito, relaciona-se com o valor militar destas possessões. Deve-se a Manuel Luís Real o reconhecimento de uma linha defensiva nesta zona, que separava fisicamente Viseu de Coimbra e que coloca Penacova (e o seu mosteiro de Lorvão) na órbita viseense durante as primeiras décadas do século X (Real, 2013: 220), constituindo, por isso, o limite meridional da expansão do grupo estabelecido em Lafões-Viseu. Em Coimbra e na sua imediata área de influência actuaram outros poderes, assim como no triângulo que se desenha entre Santa Maria da Feira, o rio Douro e o Oceano Atlântico.

³²³ Mattoso, 1968-69, republ. 2001: 81 identificou duas doações ao mosteiro de Lorvão (950 e 956). Subsiste uma terceira doação, data de 973. A filha deste casal, Tegla Alvites, agraciou também aquele cenóbio com, pelo menos, uma doação – a de um terço da villa de Gondelim (conc. Penacova), passada em 984.

³²⁴ Como se viu, Alvito Lucides e Múnia Dias possuíam territórios a sul do Mondego, mas não apenas nos actuais concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital. Também ao longo da estrada entre Coimbra e Viseu se pode detectar parte do património deste casal, em Santa Comba Dão e Penacova. Aqui, detinham a vila de Gondelim (que aparece no património da filha de ambos, Tegla Alvites), mas também a própria vila de Penacova poderá ter feito parte das possessões, o que explicaria a mais próxima relação com o vizinho mosteiro de Lorvão. A posse de Penacova, ainda duvidosa, pode mesmo ter entrado logo no património desta estirpe na primeira metade do século X, a fazer fé na proposta de Almeida Fernandes, 1973: 42, segundo a qual a *uilla coua* mencionada na doação que Onega (mulher de Diogo Fernandes) fez ao mosteiro de Lorvão em 928 (PMH, DC, n.º34). Esta interpretação, no entanto, mereceu crítica em Alarcão, 2004: 88-91 que, por outro lado, reforçou a presença de Diogo Fernandes e Onega na margem esquerda do rio Mondego.

CONCLUSÃO

É possível falar de uma Viseu islâmica? Sim, mas... No momento presente, e perante os dados de que disponho, parece certo que as tropas muçulmanas terão passado pela cidade no século VIII, nos ainda tão discutidos itinerários dos “conquistadores” pelo Centro e Norte da Península Ibérica, sobretudo Musà, que terá logrado alcançar a Galiza em 714 (Recuero Astray e Barreiro Mallón, 2008: 62 e Novo Guisán, 2005: 67). Mas enquanto no Sul da Hispânia se estabelecia um verdadeiro Estado islâmico, disso dando conta o início de cunhagem de moeda própria, logo em 713 (Manzano Moreno, 2006: 59), no Centro e no Norte, a passagem dos exércitos islâmicos terá alcançado outros fins: obter o reconhecimento por parte das populações autóctones dos seus novos senhores; entrar na posse de riquezas; desestruturar o que restaria do Estado visigótico; abrir caminho à instalação de posteriores contingentes de árabes e berberes, assim houvesse uma contínua vaga conquistadora.

Uma certa historiografia tradicional viu na passagem dos exércitos islâmicos uma atitude de deliberada conquista de toda a Península, barrada apenas por um punhado de asturianos em Covadonga (provavelmente em 722, embora existam autores que a colocam em 718 – cf. Montenegro e Castillo, 1990-91). Ficou célebre a passagem de al-Maqqari a respeito dessa batalha: os árabes, tendo de combater contra trinta homens que, num último esforço, se encontravam barricados, acabaram por virar costas, assim desprezando aquela exígua derradeira resistência cristã (visigótica) e abandonaram o cenário de combate exclamando «trinta asnos selvagens, que dano nos podem fazer?». Não obstante estas palavras terem sido escritas no século XVII³²⁵, elas foram tomadas como proféticas por alguma historiografia do século XX, na medida em que não deixava de ser paradoxal que aqueles trinta asnos do século VIII se tivessem transformado em 300, em 3.000, em 3.000.000... e que tivessem sido os seus legítimos descendentes a consumir a Reconquista séculos depois de Covadonga. Aquela frase, para além do mais escrita pela pena de um muçulmano, não podia ser mais glorificadora para os reinos cristãos baixo-medievais, transformados em neo-visigóticos e reconquistadores e, por consequência, para a própria consciência nacional dos

³²⁵ Al-Maqqari assegura que está a reproduzir textos (ou a reelaborar ideias) a partir do relato de Ahmed al-Razi, cronista do século X cujo trabalho se perdeu (como esclareceu Christys, 2007: 15). A *Crónica do Mouro Rasis* é uma versão do século XIV (cf. Viguera Molins, 1995: 40).

historiadores espanhóis que se agrupam sob o epíteto de nacionalistas (por todos, Sánchez Albornoz, 1960: 76-77).

Hoje, sabe-se que o panorama reveste-se de outra complexidade. Nem os muçulmanos pretenderam ocupar a totalidade da Península Ibérica (ao contrário do que a sua fulgurante conquista parecia assegurar), nem a história peninsular entre os séculos VIII a X se pode resumir a uma oposição constante e linear entre dois blocos: um cristão setentrional e um islâmico meridional. Foram mais os protagonistas dessa história e é justo destacar alguns sectores especiais árabes (como terá acontecido com al-Gassani, provável general de Musà, oriundo da Gassânia, actual Líbano, que se terá fixado na zona de Lafões, a crer na versão tardia do século XI que se lhe refere), as comunidades judaicas (que floresceram sob domínio islâmico) e, especialmente, os berberes e os moçárabes. Estes dois últimos sectores da sociedade são essenciais para contar a história possível do século VIII e a sua elevação ao estatuto de protagonistas obriga a mudar os mapas com que fomos ensinados.

A visibilidade de moçárabes e berberes complexifica socialmente a Península (como complexa era a sociedade de visigóticos e hispano-romanos dos séculos anteriores), mas dota o território de mais particularismos políticos. Por um lado, confere maior importância aos pactos de capitulação, matéria longamente discutida, sobretudo em anos recentes, e que vai ao encontro da natureza fiscal do regime islâmico. Já se sabia que as obrigações de natureza cultural e religiosa não terão sido a prioridade por parte dos conquistadores, no relacionamento estabelecido com os conquistados; o que a historiografia está agora em condições de propor é que o Emirato de Córdoba foi um Estado eminentemente fiscal baseado na militarização restrita do território. A forte probabilidade de, em meados do século IX, ter sobrecarregado de impostos os cristãos cordoveses para sustentar a máquina estatal e, com isso, ter desencadeado o fenómeno conhecido por “martírios de Córdoba” parece ser um indicador nesse sentido (valoriza-se a opinião de Yelo Templado, 1993, a respeito da crescente pressão do Emirato sobre os cristãos efectivamente integrados nos domínios controlados a partir de Córdoba, face à incapacidade estatal em arrecadar os tributos em largas faixas do seu nominal território).

Estabelecido o pacto, começavam os entraves à expansão islâmica, uma vez que esta era prejudicada pela criação de condições que legalizavam a manutenção de estilos de vida sem aparentes rupturas. Por opção, ou por, efectivamente, não dispor de efectivos populacionais capazes de exercer a autoridade islâmica em toda a Península

Ibérica não vinculada ao reino asturiano, assume-se que é cada vez mais provável que, entre os séculos VIII e X, a ocupação territorial a partir de Córdova tenha sido bastante mais reduzida que a que se admitia não há tanto tempo. A própria divisão territorial genérica que se sugere entre árabes (instalados no Sul urbano) e berberes (colocados em sectores mais setentrionais, de onde, de resto, terão fugido em grande parte ainda antes de se atingir o meio do século VIII), vem em benefício desta interpretação.

Apesar da natureza substancialmente distinta do bloco cristão setentrional, denota-se uma idêntica dificuldade para ocupar o território de natural expansão asturiana até, pelo menos, aos meados do século IX, senão mesmo até finais daquela centúria. Sugiro, neste estudo, que as acções conquistadora e povoadora atribuídas pelas *Crónicas Asturianas* ao tempo de Afonso I (com a preciosa ajuda de seu irmão Fruela, como realçam as duas crónicas mais tardias) podem ter sido, afinal, uma estratégia legitimadora de um processo que estava a ser materializado em pleno reinado de Afonso III (sintomaticamente descendente de Fruela). Nos meados do século IX, porém, a situação parece ter-se invertido e ter-se-á assistido a uma progressão de agentes colonizadores asturianos para Sul, em direcção ao vale do Douro e, no Ocidente peninsular, pelo menos até aos rios Mondego e Alva. Este processo expansionista teve por objectivo a integração de comunidades no reino asturiano, ao abrigo do reconhecimento por parte das populações autóctones da supremacia dos seus novos senhores (construtores de torres, de igrejas e de mosteiros e organizadores dos recursos regionais). A maior parte dos autores tem vincado o carácter pacífico das presúrias como método privilegiado dos nobres asturianos para reclamar uma terra “sem dono”.

O quadro que traço acerca da menor extensão dos blocos que protagonizaram a (re)conquista, pelo menos entre os séculos VIII e X, tem dois notáveis testemunhos que se afiguram decisivos. Do lado islâmico, o sábio rebelde Yahya Ibn Yahya, implicado na revolta do arrabalde de Córdova em 818, teve de fugir para Toledo (Guichard, 2001: 63). Ora, Toledo era a antiga capital do reino visigótico, com o simbolismo que tal estatuto certamente representava na classe dirigente islâmica, e uma cidade ainda meridional, na linha do Tejo, a cerca de 300 Kms de Córdova. O episódio ocorrido com Ibn Yahya parece significar que, em 818, ou pouco depois, o Emirato de Córdova não tinha aparente controlo sobre aquela cidade. Do lado cristão, idêntico cenário repetiu-se alguns anos mais tarde. Na década de 80 do século IX, os irmãos de Afonso III revoltaram-se contra o monarca e foram condenados à cegueira e à prisão. Um deles logrou fugir e, acompanhado por um grupo de fiéis, instalou-se em Astorga, onde

governou durante sete anos. Astorga ficava somente a 150 Kms de Oviedo e, ainda que sem o protagonismo de León, situava-se estrategicamente abaixo da cordilheira montanhosa setentrional e constituía ponto nevrálgico para a estratégia expansionista de Afonso III e seu modelo condal.

Entre a “renúncia” de Córdoba e a “incapacidade” de Oviedo, quem habitava as *terras de ninguém*? Comunidades autóctones, caudilhos fugidos dos respectivos países e cristãos, árabes e berberes residuais, cujas famílias haviam encontrado condições de subsistência adequadas às suas expectativas. O grosso desta população seria certamente cristã e ter-se-á organizado em autarcia, razão pela qual se assiste a uma diversidade de opções integradoras por parte da nobreza de Afonso III, que se viu confrontada com diferentes *habitats* e distintos tipos de população. Nessas *terras de ninguém*, ainda tão escassamente conhecidas, não terá sobrevivido apenas uma sociedade arcaica e rudimentar, apesar da ausência da escrita que parece testemunhar-se. São abundantes os vestígios de continuidade religiosa e, ainda que não restem aparentes vestígios grandiosos desse contexto (à excepção, talvez, do monumento de Idanha-a-Velha), é de salientar a complexidade de algumas necrópoles rupestres e o grau de sofisticação das poucas cercas defensivas registadas arqueologicamente.

Com o avanço da investigação, começa-se a falar em sobreposição de culturas, debate que coloca em confronto os vestígios materiais das populações autóctones com os dos colonizadores asturianos e leoneses. Ainda que se conheçam melhor os espaços de alguns mortos que os dos vivos – na medida em que as sepulturas rupestres eram destinadas a sectores restritos das respectivas comunidades, como argumentou Mário Barroca, e que a grande maioria dos espaços domésticos terá privilegiado a construção em materiais perecíveis.

Sobre este assunto S. Pedro de Lourosa parece ter histórias a contar. Durante muito tempo questionei-me sobre a relação da igreja com a necrópole rupestre vizinha. Hoje, sugiro que a construção do templo (nas suas duas fases construtivas) sobrepôs-se ao cemitério. Quer isto dizer que os colonizadores asturianos que, provavelmente ainda no século IX, chegaram a Lourosa, sobrepuseram a sua cultura (assente, pelo menos, na técnica construtiva de um templo de notáveis proporções e, possivelmente, de natureza monástica) à população autóctone, a qual havia destinado aquele local específico a necrópole comunitária.

O tema carece de melhor explicação, pois os registos das sepulturas realizados na primeira metade do século XX é muito deficitário, não houve escavações no adro da

igreja no último meio século e, pelos dados conhecidos, foram vários, e de várias épocas, os cemitérios de Lourosa: existe a necrópole rupestre, cujo desenvolvimento para Sul leva a crer que continuaria sob o local onde a igreja foi edificada; existem tumbas escavadas no interior da igreja, que foram rebaixadas para construir a igreja (na medida em que uma fotografia de Marques Abreu, realizada ainda antes do restauro – **FIG. 162** - revela sepulturas colocadas a uma cota superior à das bases das colunas que seccionam o corpo do templo em três naves); e, durante o “restauro”, apareceu um conjunto de cabeceiras de sepultura, que devem corresponder à utilização do adro como cemitério paroquial já no século XII.

As dúvidas e certezas em relação a S. Pedro de Lourosa ilustram o tipo de problemas com que a investigação se depara ao tentar analisar a colonização asturiano-leonesa no Ocidente peninsular. Por um lado, são inexistentes (ou, para já, invisíveis) os dados que certificam efectivas conquistas ao bloco islâmico. Mesmo em Viseu ou Coimbra não subsistem dados materiais inequívocos da presença emiral e, no vasto território ocidental situado entre os rios Mondego e Douro, os testemunhos de efectiva ocupação islâmica apontam apenas para a primeira metade do século XI, e mesmo assim de forma pouco efectiva, como tive já ocasião de tentar demonstrar (Real e Fernandes, 2017, no prelo). Por outro lado, são pouco impressionantes os testemunhos de comunidades autóctones, integradas na esfera asturiano-leonesa. Já quanto à presença dos agentes colonizadores, não devem restar dúvidas sobre a grande dinâmica que animou a região entre os anos finais do século IX e praticamente toda a centúria seguinte. A zona atraiu um príncipe desavindo com o monarca asturiano, como provou Manuel Luís Real, e a estrutura aí criada foi forte o suficiente para um dos mais destacados monarcas leoneses do século X ter estabelecido a sua capital em Viseu (ou na região) e daí ter partido para unificar o reino em 930.

O estudo de âmbito territorial que tive ocasião de fazer vem, do meu ponto de vista, trazer luz sobre algumas situações menos conhecidas acerca da colonização asturiana e leonesa pelo actual Centro de Portugal.

Em primeiro lugar, certifica que o amplo espaço geográfico entre os rios Mondego e Douro foi um campo aberto à expansão asturiana, sem aparentes dificuldades. Disso dá conta a grande quantidade de testemunhos materiais e a aparente coincidência cronológica de grande parte deles. Ainda que se comece a ter consciência de uma expansão em pleno século IX (de que restam escassas mas decisivas evidências materiais), a maior parte dos vestígios podem atribuir-se à primeira metade do século X,

época também pujante em termos documentais, no que à colonização e alteração da paisagem arquitectónica da região diz respeito.

Em segundo lugar, prova a grande amplitude desse processo. Não foi só em Coimbra, Portucale ou Viseu que os agentes colonizadores deixaram a sua marca. A conjugação de vestígios materiais com as muitas referências documentais deixadas pela nobreza asturiano-leonesa instalada na região define um panorama mais globalizador do que se poderia pensar. Do rio Côa ao Oceano Atlântico e desde Santa Maria da Feira a Vila Nova de Poiares, o território foi densamente ocupado por contingentes populacionais vinculados aos reinos das Astúrias, Leão, Galiza e “Marca Ocidental” (nas diversas formulações que estes blocos políticos tiveram entre o fim do reinado de Afonso II e Bermudo II, ou seja, entre 842 e 999).

Em terceiro lugar, importa destacar a natureza alargada dos agentes da colonização. Se é certo que Bermudo Ordóñez e o seu séquito terão estruturado genericamente o território (ainda que se detectem processos colonizadores anteriores), e que, com Ramiro II, a tendência para a alta nobreza se tenha naturalmente reforçado, é já verificável que foram mais e mais diversificados os protagonistas deste movimento. As figuras condais de Coimbra e de Portucale tiveram papel decisivo, e sobretudo os agentes religiosos (sendo de destacar os bispos, os presbíteros, mas também as comunidades monásticas – e é importante realçar que o entre-Douro-e-Mondego condensa um número impressionante de casas monásticas deste período, que suplanta mesmo outros territórios mais setentrionais) e vislumbram-se outros agentes, que a investigação tem dificuldade em caracterizar, mas que podem situar-se no vasto campo de homens livres que se associaram ao povoamento da região para daí obter vantagens fundiárias e também económicas.

Finalmente, sugere-se que alguns sectores regionais tenham desempenhado missões específicas na consolidação asturiana deste território. Esta ideia está mais relacionada com a constituição do senhorio autonómico de Bermudo Ordóñez e com os interesses fundiários da família do seu fiel seguidor Diogo Fernandes. Enquanto o núcleo central deste verdadeiro clã se estabeleceu na zona entre Viseu e Lafões, beneficiando da proximidade das termas de Lafões e dos amplos recursos geológicos daquela zona, a estratégia dos 4 filhos de Diogo Fernandes parece ter sido orientada para a consolidação territorial daquele senhorio. Com efeito, Múnia Dias parece ter-se instalado na zona Sul, numa progressão em direcção à foz do rio Dão, à linha do rio Alva e ao mosteiro de Lorvão, controlando assim os acessos a Coimbra e ao leito

navegável do Mondego. Por seu turno, Leodegúncia Dias, com o marido, Rodrigo Tedones, avançou para Oriente, devendo-se a este casal, e certamente a outros membros da nobreza local, a rede de fortificações que a filha de ambos doou ao mosteiro de Guimarães em 960, que terá constituído uma relativamente complexa rede de castelos que defendiam a Beira dos acessos a León e ao coração do reino deixado por Afonso III. Ximeno Dias alcançou o estatuto de conde de Coimbra pelo casamento. E Mumadona Dias, “irmã de leite” de Ramiro II, ascendeu ao condado de Portucale. Esta progressão terá também ocorrido com outro ramo da família Fernandes. O irmão de Diogo, Ero, fora nomeado conde de Lugo por Afonso III, mas teve importantes interesses na zona entre os rios Vouga e Douro, precisamente a área onde se estabeleceu o filho, Gondesindo Eres. Este último, casado com a filha do presor de Coimbra, Inderquina Pala, escolheu uma área fortemente colonizada para centralizar os seus interesses, como se mostra pela **fig. 151** (território entre as fozes do Douro e do Vouga) e terá acompanhado Ramiro II quando este se instalou no trono de León, sendo ainda interessante verificar que o seu filho, Ero Moniz, foi testemunha de vários diplomas passados por aquele monarca (Branco, 1993: 555).

Durante praticamente um século e meio, em diferentes vagas e através de vários protagonistas, o Centro do actual território português assistiu à instalação de gentes do Norte peninsular e à ampliação dos domínios cristãos. E se Viseu parece ter atraído os colonizadores ligados a Bermudo Ordóñez e Diogo Fernandes, Coimbra parece ter sido uma verdadeira capital regional durante grande parte do século X. O estatuto de cidade condal deve ter influído bastante para esse protagonismo, mas ainda hoje é surpreendente a quantidade de referências a construções no baixo-Mondego que a documentação registou, genericamente entre Águeda e Coimbra (**fig. 151**). Infelizmente, os achados arqueológicos não têm confirmado o panorama fornecido pelo registo escrito da época e, mesmo em Coimbra, apenas se pode admitir duas peças relativas a este período (Real e Fernandes, 2017, no prelo) - a célebre inscrição mariana da Sé de Coimbra e um até agora ignorado capitel com decoração em triplo encordado, do Museu Nacional de Machado de Castro – **fig. 209**.

É ainda possível que a Serra da Estrela e a bacia do rio Mondego não tenham sido a fronteira natural da expansão verificada no século X. Os dados recolhidos em Trancoso, Vilares, Jarmelo, *Centum Cellae*, Capinha e Idanha-a-Velha admitem a existência de uma progressão nascente rumo à linha do Tejo que, com a continuidade da investigação na Beira Interior, poderá vir trazer novos dados sobre esta realidade,

particularmente no Sabugal e em Penamacor, onde decorrem projectos de arqueologia de longo prazo.

Em termos artísticos, o século X beirão está repleto de surpresas. Lourosa continua a ser um enigma, embora o estudo de arqueologia da arquitectura tenha confirmado a existência de duas fases construtivas. Proponho uma interpretação para o monumento assente nas conclusões daquele estudo, mas também com base no abundante material resgatado aquando do restauro, que permite uma abordagem de natureza mais tipológica. Assim, penso que Lourosa teve uma primeira fase ainda no século IX, de possível âmbito monástico, e que se terá transformado num templo de três naves e dotado de uma natureza paroquial nos inícios do século X. As mesmas cronologias são as que encontro em S. Pedro de Balsemão, embora com menores elementos tipológicos para estudos comparativos.

No território interior, que se pode balizar entre Lafões, Numão e Trancoso, surpreende a quantidade de vestígios materiais, que contrasta com as escassas referências documentais conhecidas para a região. Um cenário diametralmente oposto é o que caracteriza a zona de Coimbra, com apenas dois vestígios materiais inequivocamente atribuídos ao tempo da colonização asturiano-leonesa, mas com abundantes diplomas que referem construções. Naquele território interior, porém, os pontos de instalação dos poderes asturiano-leoneses parecem ter privilegiado locais estrategicamente colocados em antigas estradas romanas. A linha proporcionada pelos achados de Rio de Moinhos, Senhora do Barrocal e Aguiar da Beira é a mais eloquente, mas também a concentração de vestígios em Ariz, Vila Cova e Caria se assume como uma notável presença colonizadora alto-medieval tendo por base o ancestral quadro viário romano. Sintomaticamente, são alguns mosteiros que parecem fugir a esta lógica transtemporal. Nem Sperandei (a crer que se localize na actual localidade de Mosteirinho), nem o Mosteiro de Fráguas parecem ter vias romanas nas proximidades, sintoma de uma estratégia deliberada de ocupar zonas mais afastadas por parte daquelas comunidades.

A progressão asturiana e leonesa pelo actual Centro de Portugal sofreu um duro revés nos finais do século X. Em boa verdade, a conjuntura regressiva arrastava-se desde, pelo menos, a Batalha de Simancas (939), mas a segunda metade do século X assistiu à decadência do modelo condal instaurado por Afonso III e à fraqueza da figura real, sucedendo-se os problemas entre pretendentes ao trono e suas poderosas facções. Quando o entre-Douro-e-Mondego voltou a ser totalmente cristão novamente, depois

das campanhas das Beiras de Fernando Magno e da conquista de Coimbra em 1064, o reino asturiano há muito havia desaparecido e, com ele, o modelo de organização em condados liderados por nobres da mais alta estirpe. Está já estudada a organização implementada por Fernando Magno em *terras* (que continuou uma prática seguida desde os inícios do século XI no reino de León, como se depreende pelo facto de a *terra* de Lafões aparecer documentada logo em 1030, ainda antes da coroação de Fernando I como monarca de León) e as grandes diferenças que tal modelo significou em relação ao seu antecessor asturiano, estruturado em *civitates* (ponto de situação em Barroca, 2003: 32-33 e 72-74, sem esquecer a política de forais concedida por Fernando Magno, sobretudo na zona do Douro).

No entanto, nem a primeira metade do século XI se pode considerar um tempo plenamente islâmico no território entre os rios Mondego e Douro, nem o modelo colonizador ali implementado durante quase um século e meio ruiu por completo com as investidas de al-Mansur.

Já tive ocasião de demonstrar que, à excepção de Coimbra e Viseu, locais onde é possível testemunhar a presença de efectivos militares islâmicos, grande parte do território permaneceu cristão, sem aparentes alterações. Um dos sinais nesse sentido é a grande quantidade de mosteiros que surgem documentados na primeira metade do século XI, em zonas muito próximas de Coimbra. Vacariça (1002) e Soure (1043) são os mais importantes, aquele pela verdadeira federação de igrejas (e mosteiros?) que congregou em seu redor, na prática às portas de Coimbra para Norte, e este pela sua situação geográfica meridional. Mas outros existiram e, para já, conhecem-se 7 instituições monásticas no entre-Douro-e-Mondego para a primeira metade do século XI, o que não deixa de ser surpreendente para um território nominalmente controlado por muçulmanos. O mesmo panorama testemunha-se em relação a igrejas, tendo recolhido 19 menções para o período entre 1018 e 1064, só no *Livro Preto* da Universidade de Coimbra (Real e Fernandes, 2017, no prelo). E, assim, também para a primeira metade do século XI há que questionar os mapas tradicionais que colocam o entre-Douro-e-Mondego como uma mancha uniformemente ocupada por poderes vinculados a Córdova.

Não deixa de ser paradoxal que, tendo Afonso V falecido diante das muralhas de Viseu, numa altura em que tentou conquistar a cidade (onde residia certamente um contingente militar islâmico de evidente envergadura desde, presumivelmente, os finais do século X), a maior parte do território tutelado pela cidade era certamente cristão e

nele habitavam os descendentes dos colonizadores asturianos e leoneses do século anterior. E isto é tão mais sintomático quando se trata de tempos anteriores ao Concílio de Burgos de 1080, um período, portanto, em que não havia antagonismos assinaláveis entre cristãos do Norte e cristãos do Sul.

Foi certamente a profundidade daquela colonização, empreendida a partir da segunda metade do século IX, que permitiu a sobrevivência de algumas famílias condais e outras longamente ligadas às poderosas estirpes que chegaram à região nos inícios do século X. Em 1030, por exemplo, o senhor da *terra* de Lafões era Fromarico Viegas, filho de D. Egas Eriz de Marnel, que por sua vez descendia de Ero Fernandes. E foi precisamente contra os Marnel que D. Sesnando, alvazil de Coimbra após a conquista de Fernando Magno, manteve um duro contencioso, a ponto de D. Paio Gonçalves, antigo senhor de Santa Maria da Feira, ter expressamente declarado Sesnando como seu inimigo, em 1077 (DC, 549). Em todo o caso, a família Marnel continuou a desempenhar papel fulcral na primeira metade do século XI, tendo ficado a dever-se a um seu membro, Gonçalo Trastemires da Maia, genro de Gonçalo Viegas de Marnel, a conquista do importante castelo de Montemor-o-Velho, em momento ainda não determinado da década de 30 do século XI.

Quanto aos vestígios materiais, a arte asturiana continuou viva até à segunda metade do século XI. O fragmento de friso recentemente encontrado no interior da igreja de Santa Maria de Trancoso, e de que aqui se dá primeira notícia, é uma peça notável, não só pela sua raridade a nível peninsular, como por constituir uma flagrante sobrevivência de modelos estéticos asturianos mais de um século e meio depois de Afonso III ter instalado a capital do reino em León. A moldura daquela peça, composta por duplo encordoado formado por segmentos incisos diagonais uniformes, repete, com extrema fidelidade, modelos que caracterizam a arte asturiana do século IX, assim se manifestando a longa vida da *matéria das Astúrias*, muito para cá de findo o reino asturiano.

BIBLIOGRAFIA

- “A caminho de Lourosa. A restauração do vetusto monumento”, *Ilustração Moderna*, nº52, Porto, Marques Abreu, Jul-Ago. 1931, pp.333-343
- ACIÉN ALMANSA, Manuel Pedro, “Consideraciones sobre los mozárabes de al-Andalus”, *Studia Historica*, n.º27, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2009, pp.23-36
- ACIÉN ALMANSA, Manuel, “De nuevo sobre la fortificación del emirato”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Edições Colibri, 2002, pp.59-75
- ACIÉN ALMANSA, Manuel, “Poblamiento indígena en Al-Andalus e indicios del primer poblamiento andalusí”, *Al-Qantara*, vol.20, fasc.1, Madrid, CSIC, 1999, pp.47-64
- ACIÉN ALMANSA, Manuel, VALLEJO TRIANO, Antonio, “Urbanismo y Estado islâmico: de Corduba a Qurtuba – Madinat al-Zahrâ”, *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, ed. Patrice Cressier e Mercedes García-Arenal, Madrid, Casa de Velázquez e CSIC, 1998, pp.107-136
- ADÁN ÁLVAREZ, Gema Elvira, CID LÓPEZ, Rosa Maria, “Nuevas aportaciones sobre el culto a Mitra en Hispania: la comunidad de San Juan de la Isla (Asturias)”, *Memorias de Historia Antigua*, Nº 18, 1997, pp.257-298
- AGUADÉ, Jorge, “Some remarks about sectarian movements in al-Andalus”, *Studia Islamica*, n.º64, Maisonneuve & Larose, 1986, pp.53-77
- AILLET, C., *Les mozarabes. Christianisme, Islamisation et Arabisation en la Péninsule Ibérique (IXe-XIIe siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2010
- AILLET, Cyrille, “El monasterio de Lorvão y los confines de la Beira (siglos IX-XII). Apuntes sobre la memoria histórica de un espacio de contacto”, *Studia Historica – Historia Medieval*, n.º27, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2009, pp.71-95
- ALARCÃO, Jorge de, “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”, *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1998, pp.89-119
- ALARCÃO, Jorge de, “A *splendissima civitas* de Bobadela (Lusitânia)”, *Anas*, nº15/16, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 2002-2003, pp.155-180
- ALARCÃO, Jorge de, “As origens do povoamento da região de Viseu”, *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1996, pp.5-35
- ALARCÃO, Jorge de, “As paróquias suévicas do território actualmente português”, *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania. Actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, ed. Francisco Villar Liébana e María Pilar Fernández Álvarez, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2001, pp.29-59
- ALARCÃO, Jorge de, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 9, n.º1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2006, pp.131-147
- ALARCÃO, Jorge de, “Notas de arqueología, epigrafia e toponímia - VI”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2012, pp.113-137
- ALARCÃO, Jorge de, “O reordenamento territorial”, *Nova História de Portugal*, dir.

- Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp.352-382
- ALARCÃO, Jorge de, “Percurso de Ibn Maruán”, *Portugália*, nova série, vol. 34, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, pp.137-149
- ALARCÃO, Jorge de, *A Beira Baixa. Terra tomada sem guerra*, Coimbra, CEAUCP, 2013
- ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008
- ALARCÃO, Jorge de, *In Territorio Colimbric. Lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, IPA, 2004
- ALARCÃO, Jorge de, *Portugal roman*, Worminster, Aris & Phillips Ltd., 1988
- ALARCÃO, Jorge, ETIENNE, R., MAYET, F., *Les villas de São Cucufate (Portugal)*, Paris, 2 vols., 1990
- ALBUQUERQUE, Elisa, SANTOS, Constança Guimarães dos, “399. Ara votiva de São Pedro da Capinha (Fundão)”, *Ficheiro Epigráfico*, n.º 87. Suplemento da Revista *Conímbriga*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, 3 pp.
- ALBUQUERQUE, Elisa, SANTOS, Constança Guimarães, “Capela de São Pedro de Capinha (Fundão): primeira intervenção”, *Al-Madan*, nº15, Adenda electrónica, <http://almadan.cidadevirtual.pt>, Dezembro de 2007, cap. X
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, ANTUNES, João Viana, FARIA, Pedro Baêre de, “Sinais do passado em Marialva, concelho de Meda”, *Douro. Estudos & Documentos*, vol. 10, Porto, GEHVID, 2010, pp.173-218
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Arte da Alta Idade Média”, *História da Arte em Portugal*, vol.2, Lisboa, Alfa, 1986
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII”, *Portugal no Mundo. História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, pp.38-54
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Notas sobre a Alta Idade Média no noroeste de Portugal – época paleocristã”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – série História*, nº3, Porto, Universidade do Porto, 1973, pp. 113-136 (separata pp.5-28)
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., Porto, Dissertação de Doutoramento, 1978
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal*, vol. 1 (O Românico), Lisboa, Estampa, 2001
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, LOPES, Francisco Gaspar de Almeida, “Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a igreja de S. Miguel”, *Portugália*, nova série, vol.2/3, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1981-82, pp.131-140
- ALMEIDA, Fernando de, “Um *Palatium Episcopi* do século VI em Idanha-a-Velha”, *Actas do IX Congresso Nacional de Arqueologia*, Valladolid, 1966
- ALMEIDA, Fernando de, *Arte visigótica em Portugal*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962
- ALONSO LUENGO, L., *Santo Toribio, obispo de Astorga (un momento de la formación de España)*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1939
- ALVELOS, Manuel da Cunha e, *O Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves (esboço da sua história)*, coord. e notas de Alexandre Alves, Viseu, s/ed., 1970

- ALVES, Alexandre, “O sítio de Santa Cristina e as suas surpresas arqueológicas”, *Beira Alta*, vol. XXXIV, fasc. 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1975, pp.429-454
- ALVES, Alexandre, *A igreja de S. Julião de Azurara. Matriz de Mangualde*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 1990
- ALVES, Alexandre, *A Sé Catedral de Santa Maria de Viseu*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu; Santa Casa da Misericórdia de Viseu; Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco, 1995
- ALVES, Alexandre, *O santuário de Nossa Senhora do Castelo em Mangualde*, Mangualde, Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, 1989
- ALVES, Carlos, “A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções. O alcácer e o castelo de Viseu (sécs. XII-XIV)”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, Coimbra, SPEM, 2010, pp.77-91
- ALVES, Carlos, *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História. A Sé de Viseu*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009
- AMADOR DE LOS RÍOS, *Historia critica de la literatura española*, vol.II, Madrid, 1862
- AMARAL, Maria Antónia Athayde, “A necrópole de São Pedro de Marialva. Estudo arqueológico”, *Revista Estudos / Património*, n.º1, Lisboa, IPPAR, 2001, pp.129-138
- AMARO, Clementino, “Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica”, *Garb. Sítios islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR, 2001, pp.165-197
- ANEDDA, Damiano, “La desaparecida inscripción de consagración de la iglesia de San Miguel de Escalada: un acercamiento prudente”, *Antigüedad y Cristianismo*, vol. XXI, Murcia, 2004, pp.375-385
- ANTUNES, João Manuel, FARIA, Pedro Baêre de, ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de, “Aspectos da história antiga de Longroiva”, *Douro. Estudos & Documentos*, vol. 3, n.º6, Porto, GEHVID, 1998, pp.241-248
- ARBEITER, Achim, “Los edificios de culto cristiano: escenarios de liturgia”, *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, vol. XXXIX, Madrid, CSIC, 2003, pp.177-230
- ARBEITER, Achim, “Sobre los precedentes de la arquitectura eclesiástica asturiana en la época de Alfonso II, *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. 2, Oviedo, UNiversidad de Oviedo, 1989, pp.161-173
- ARBEITER, Achim, NOACK-HALEY, Sabine, *Hispania Antiqua. Christliche Denkmäler des frühen Mittelalters. Von 8. bis ins XI. Jahrhundert*, Mainz, Deutsches Archäologisches Institut-Philipp Von Zabern, 1999
- ARCE SAINZ, Fernando, “Los monasterios cordobeses de Tábanos y Peñamelaria a la luz de los textos y su entorno histórico”, *Boletín de Arqueologia Medieval*, n.º6, Madrid, Asociación Española de Arqueologia Medieval, 1992, pp.157-170
- ARCE SAINZ, Fernando, “Propuesta para el estudio de la arquitectura cultural cristiana en al-Andalus”, *Relegados al margen. Marginalidad y espacios marginales en la cultura medieval*, ed. I. Monteiro Arias, 2009, pp.31-39
- ARCE SAINZ, Fernando, “Viejas y nuevas perspectivas sobre la cultura material mozárabe”, *Visigodos y Omeyas*, 2000, pp.77-93
- ARCE, Javier, *El último siglo de la España romana (284-409)*, 1982, 2.ªed., Madrid,

- Alianza Editorial, 2009
- ARELLANO GARCIA, Mario, “Parroquia mozárabe de las santas Justa y Rufina”, <http://www.architoledo.org/Parroquias/SantasJustayRufina/ParroquiaStjustaRufina.htm>
- ARIAS PÁRAMO, Lorenzo, “Aproximación a la realidad material del monacato asturiano en la Alta Edad Media”, *Monjes y monasterios hispanos en la Alta Edad Media*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real – CER, 2006, pp.205-227
- ARIAS PÁRAMO, Lorenzo, *Santa Maria de Naranco. San Miguel de Liño*, Gijón, Trea, 1996
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, *Sacerdocio y Reino en la España altomedieval. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular. Siglos VII-XII*, Madrid, Sílex, 2008
- AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de, *Toponímia moçárabe em Portugal*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 1997
- AZKARATE, José María de, “Presentacion”, CID PRIEGO, Carlos, *Arte prerrománico de la monarquía asturiana*, Oviedo, GEA, 1995, pp.9-16
- AZUAR RUIZ, Rafael, “Las técnicas constructivas en al-Andalus. Ele origen de la sillería del hormigón de tapial”, *V Semana de Estudios Medievales* (Nájera, 1994), Logroño, 1995, pp.125-142
- AZUAR RUIZ, Rafael, “Las técnicas constructivas en la formación del Al-Andalus”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º4, 2005, pp.149-160
- BALIÑAS PÉREZ, C., *Do mito a realidade. A definición social e territorial na Galícia na Alta Idade Média (siglos VIII a XI)*, Santiago de Compostela, 1992
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos, “La "Estremadura" Gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, N.º. 15, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp.139-162
- BANGO TORVISO, Isidro, “El neovisigotismo artístico en los siglos IX y X: la restauración de ciudades y templos”, *Revista de ideias estéticas*, n.º148, 1979, pp.319-338
- BANGO TORVISO, Isidro, “Estudio preliminar”, GÓMEZ MORENO, Manuel, *Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, reed. Granada, Universidad de Granada, 1998, pp.XIII-XXV
- BANGO TORVISO, Isidro, “L’Ordo gotorum et la survivance dans l’Espagne du Haut Moyen Age”, *Revue de l’Art*, n.º70, Paris, Centre de la Recherche scientifique, 1985, pp.9-20
- BANGO TORVISO, Isidro, “La cultura artística de la monarquía astur, la ultima manifestación de la Antigüedad”, *Astures (Pueblos y culturas en la frontera del Imperio romano)*, Gijón, 1995, pp.170-187
- BANGO TORVISO, Isidro, “La vieja liturgia hispana y la interpretación funcional del templo prerrománico”, *VII Semana de estudios medievales – Nájera* (Los siglos oscuros), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1997, pp.61-119
- BANGO TORVISO, Isidro, “Los expolios del paisaje monumental y la arquitectura hispana de los siglos VIII al XI. Reflexiones sobre el proceso constructivo de San Miguel de Escalada”, *De Arte*, n.º7, 2008, pp.7-50
- BANGO TORVISO, Isidro, “Los reyes y el arte durante la Edad Media: Leovigildo y Alfonso II y el arte oficial”, *Lecturas de Historia del Arte*, 1992, pp.19-32
- BANGO TORVISO, Isidro, *Alta Edad Media. De la tradición hispano goda al Románico*, Madrid, Sílex, 1994
- BANGO TORVISO, Isidro, *El Arte mozárabe*, Madrid, Historia 16, col. Cuadernos de

- Arte Español, 1991
- BAPTISTA, Hugo, “O sítio arqueológico da Senhora do Barrocal (Romãs / Sátão)”, *Dão e Demo. Diário Digital*, 04-02-2016 (<http://www.daoedemo.pt/noticias/detalhes/688>)
- BARBERO, Angel, VIGIL, Marcelo, *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, 1978
- BARBERO, Marcelo, VIGIL, “Sobre los orígenes sociales de la Reconquista: Cántabros y Vascones desde fines del império romano hasta la invasión musulmana”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. CLVI, 1965, pp.271-339
- BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã. Nas origens de Portugal. Séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo, 2008
- BARKAI, Ron, *El enemigo en el espejo. Cristianos y musulmanes en la España medieval*, Madrid, Rialp, 2007
- BARRAL I ALTET, Xavier, *The Early Middle Ages. From late Antiquity to A. D. 1000*, Colónia, Taschen, 1997
- BARRAU-DIHIGO, L., "Recherches sur l'histoire politique du royaume asturien (718-910)", *Revue Hispanique*, n.º 52, 1921, pp. 27-31
- BARREIROS, Cónego Aguiar, “Arquitecto José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu, 1930, p.30
- BARREIROS, Manuel de Aguiar, *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Porto, 1934
- BARRIOS GARCÍA, Ángel, “Repoblación de la zona meridional del Duero. Fases de ocupación procedencias y distribución espacial”, *Studia Historica – Historia Medieval*, vol. III, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1985, pp.33-82
- BARRIOS GARCÍA, Angel, “Toponomástica y Historia: notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero”, *En la España Medieval*, n.º2, 1982, pp.115-134
- BARRIOS GARCÍA, Angel, *Estructuras agrarias, nucleos de poder y dominio capitular en Avila*, Salamanca, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca, 1980
- BARROCA, Mário Jorge, “Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior”, *Beira Interior – História e Património* (I Jornadas de Património da Beira Interior, 1 a 3 de Outubro de 1998), Guarda, 2000, pp.215-238
- BARROCA, Mário Jorge, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho”, *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol.IV, Braga, 1990, pp.101-145
- BARROCA, Mário Jorge, “Da Reconquista a D. Dinis”, *Nova História de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp.21-161
- BARROCA, Mário Jorge, “Do castelo da Reconquista ao Castelo românico (sécs. IX a XII)”, *Portugália*, nov. sér., vol.XI-XII, Porto, 1990-91, pp.89-136
- BARROCA, Mário Jorge, “Em torno da residência senhorial fortificada”, *Revista de História*, vol. IX, 1989, pp.9-62
- BARROCA, Mário Jorge, “Um templo pré-românico - A igreja velha de Mondim (Panque, Barcelos)”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol.III, 1986, pp.277-290
- BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, publ. Lisboa, Fundação de Calouste Gulbenkian, 2000

- BARROCA, Mário Jorge, MORAIS, A. C., “Sepulturas medievais na Terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar)”, *Arqueologia*, n.º8, Porto, 1983, pp.92-103
- BARROCA, Mário Jorge, MORAIS, António Cardoso, “A Terra e o Castelo – uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”, *Portugália*, nova sér., vol. VI/VII, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985-86, pp.35-81
- BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V-XV)*, Porto, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987
- BARROCA, Mário Jorge, REAL, Manuel Luis, “As caixas relicário de S. Torcato (séc. X-XIII)”, *Arqueologia Medieval*, n.º1, Porto, Campo Arqueológico de Mértola / Afrontamento, 1992, pp.135-168
- BARROCA, Mário, “De Miranda do Douro ao Sabugal – arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portugália*, nova série, vol. XXIX-XXX, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008-2009, pp.193-252
- BARROCA, Mário, “Sepulturas escavadas na rocha de entre-Douro-e-Minho”, *Portugália*, nova série, vols. 31-32, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010-2011, pp.115-182
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Moçárabes”, *Dicionário de História religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.246-249
- BATATA, Carlos, “Presença islâmica no Médio Tejo”, *Zahara*, n.º15, Abrantes, Centro de Estudos de História Local Palha de Abrantes, 2010, pp.72-76
- BATATA, Carlos, *Carta arqueológica do concelho da Sertã*, Sertã, Câmara Municipal da Sertã, 1998
- BEIRANTE, Maria Ângela, “A “Reconquista” cristã”, SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H, Oliveira, dir., *Nova História de Portugal*, vol.II, Lisboa, Presença, 1993, pp.253-365
- BENITO MARTÍN, Félix, “La ciudad de Ágreda y sus murallas”, *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º2, 1995, pp.99-114
- BENITO RUANO, Eloy, “La Reconquista: una categoría histórica e historiográfica”, *Medievalismo. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n.º12, Madrid, 2002, pp.91-98
- BENTO, José Alves, “Sepulturas abertas na rocha de Vilar Maior – Sabugal”, *Munda*, n.º40, Coimbra, GAAC, Nov. 1990, pp.95-104
- BERNARDES, João Pedro, “Entre romanos e medievos: o povoamento da região de Leiria durante a Alta Idade Média”, *Arquipélago*, 2.ª sér., vols. 9-10, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005-2006, pp.567-580
- BODELÓN, Serafín, *Literatura latina de la Edad Media en España*, Madrid, Akal, 1989
- BOLÒS MASCLANS, Jordi, “Fortificaciones y organización del territorio en la «Marca» o frontera catalana durante durante los siglos IX-XII”, *La fortificación medieval en la Península Ibérica*, coord. Pedro Luís Huerta Huerta, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real, 2001, pp.101-123
- BONNAZ, Yves, *Chroniques asturiennes (fin du IXe siècle)*, Paris, CNRS, 1987
- BORGES, José Pedro de Aboim, *Marques Abreu. A fotografia e a edição fotográfica na defesa do património cultural*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2014

- BORRÁS GUALIS, Gonzalo, *El Islam. De Córdoba al Mudéjar*, Madrid, Silex, 1994
- BOSCH VILÁ, J., “A propósito de la berberización de al-Andalus”, *Cahiers de Tunisie*, n.º26, 1978, pp.129-141
- BRANCO, Gertrudes, VIEIRA, Marina Afonso, “Outeiro do Vale: sepulturas de Nogueira de Côta (Côta, Viseu)”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, n.º34, 2008, pp.125-146
- BRANCO, Maria João Violante [Marques da Silva], “Portugal no reino de León: etapas de uma relação (866-1179)”, *El reino de León en la Edad Media*, vol. IV, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, pp.533-625
- BROCHADO, Cláudio Laranjeira, *Povoamento tardo-romano e altomedieval na bacia terminal do rio Lima (séculos IV-XI)*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004
- BULLIET, Richard, “Conversion stories in early Islam”, *Conversion and continuity. Indigenous christian communities in islamic lands. VIII-XVIII centuries*, Toronto, 1990, pp.89-101
- CABALLERO ZOREDA, Luis, “Acerca del paisaje arquitectónico hispánico inmediato al año 711 (entre Toledo y el territorio astur y vasco)”, *En torno a 711*, Alcalá de Henares, Museu Arqueológico Provincial de la Comunidad de Madrid, 2011, pp.255-272
- CABALLERO ZOREDA, Luis, “Aportaciones de la lectura de paramentos a la polémica sobre la Sé de Idanha-a-Velha”, *Al-Ándalus. Espaço de mudança. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp.266-273
- CABALLERO ZOREDA, Luís, “Arquitectura tardoantigua y altomedieval en Extremadura”, *Repertorio de Arquitectura cristiana en Extremadura. Época tardoantigua y altomedieval*, ed. P. Mateos e L. Caballero, col. Anejos de Archivo Español de Arqueología, vol. XXIX, Madrid, CSIC, 2003, pp.143-175
- CABALLERO ZOREDA, Luis, “El conjunto monástico de Santa María de Melque (Toledo). Siglos VII-IX (Criterios seguidos para identificar monasterios hispánicos tardo antiguos)”, *Monjes y monasterios hispanos en la Alta Edad Media*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María La Real, 2006, pp.101-145
- CABALLERO ZOREDA, Luís, “Excavaciones arqueológicas en el lugar de Melque, San Martín de Montalbán (Toledo)”, *Investigaciones arqueológicas en Castilla-La Mancha 1996-2002*, 2004, pp.345-363
- CABALLERO ZOREDA, Luís, “Observaciones arqueológicas sobre producción arquitectónica y decorativa de las iglesias de San Miguel de Lillo y Santianes de Pravia”, *Asturias entre Visigodos y Mozárabes*, ed. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz y César García de Castro Valdés, Madrid, CSIC, 2012, pp.89-123
- CABALLERO ZOREDA, Luis, “Un canal de transmisión de lo clásico a la Alta Edad Media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre el siglo VII y inicios del siglo X”, *Al-Qantara*, Madrid, CSIC, vol. XV, fasc. 2, 1994, pp.321-348 e vol. XVI, fasc. 1, 1995, pp.107-124
- CABALLERO ZOREDA, Luís, ARCE, Fernando, “El último influjo clásico en la Lusitania Extremeña. Pervivencia visigoda e innovación musulmana”, *Los últimos romanos en Lusitania*, coord. A. Velásquez, Enrique Cerrillo e Pedro Mateos Cruz, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 1995, pp.185-218
- CABALLERO ZOREDA, Luis, FERNÁNDEZ MIER, Margarita, “Notas sobre el complejo productivo de Melque (Toledo). Prospección del territorio y análisis del Carbono 14, polínicos, carpológicos y antracológicos de morteros”, *Archivo*

- Español de Arqueología*, vol. 72, Madrid, CSIC, 1999, pp.199-239
- CABALLERO ZOREDA, Luis, MURILLO FRAGERO, José Ignacio, “Notas sobre las cercas y murallas de Santa María de Melque”, *Congreso Espacios fortificados de la provincia de Toledo*, Toledo, 2005, pp.255-292
- CABALLERO ZOREDA, Luís, SÁENZ LARA, Fernando, *La iglesia mozárabe de Santa Lucía del Trampal*, Cáceres, Memorias de Arqueología extremeña, 1999
- CABALLERO ZOREDA, Luís, SÁEZ DE LARA, Fernando, “La iglesia de El Gatillo de Arriba (Cáceres). Apuntes sobre una iglesia rural en los siglos VII y VIII”, *El siglo VII frente al siglo VIII: Arquitectura*, coord. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz y María Ángeles Utrero Agudo, Madrid, CSIC, 2009, pp.155-184
- CABALLERO ZOREDA, Luís, UTRERO AGUDO, María de los Ángeles, ARCE, Fernando, MURILLO FRAGERO, José Ignacio, “La iglesia de San Miguel de Lillo (Asturias). Lectura de paramentos. 2006”, *Territorio, Sociedad y Poder. Anejos*, n.º1, 2008, 80pp.
- CABRERA, Emilio, “Reflexiones sobre la cuestión mozárabe”, *Actas del I Congreso Nacional de Cultura Mozárabe*, Córdoba, Publicaciones Cajasur, 1995, pp.11-26
- CAL PARDO, Enrique, *Episcopologio mindoniense*, Santiago de Compostela, 2003
- CALVO CAPILLA, Susana, “Apuntes sobre los templos de los dimmies en Al-Andalus”, *Memoria de Sefarad*, catálogo de exposição, coord. Isidro Gonzalo Bango Torviso, Toledo, Centro Cultural San Marcos, 2002, pp.241-244
- CALVO CAPILLA, Susana, “Las primeras mezquitas de al-Andalus a través de las fuentes árabes (92/711 – 170/785)”, *Al-Qantara*, vol. XXVIII, 2007, pp.143-179
- CAÑAVATE CASTEJÓN, Víctor, MELADO RIVERA, José António, SARABIA BAUTISTA, Julia, “Uso, residualidad y problemática del siglo VIII en el palacio de época visigoda del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º16, 2009, pp.9-31
- CANTARINO, Vicente, *Entre monjes y musulmanes. El conflicto que fue España*, Madrid, Alhambra, 1977
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, “Cronología de los obispos de Castilla en los siglos VIII-X (Osma-Muñó, Veleya-Valpuesta y Oca-Burgos)”, *Edad Media. Revista de Historia*, vol. 5, 2002, pp.69-116
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, “En torno a los orígenes del monasterio de Sahágún”, *Tierras de León*, n.º120-121, León, Diputación Provincial, 2005, pp.67-87
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, “Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X a través de los obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI”, *Bracara Augusta*, vol. 48, n.º101-102, 1998-99, pp.311-401
- CARVALHO, António Maria Romeiro, “O culto de Mitra e as sepulturas escavadas na rocha”, *Açafa online*, n.º2, Associação de Estudos do Alto Tejo, 2009, 23pp.
- CARVALHO, António Rafael, FARIA, João Carlos, FERREIRA, Marisol Aires, *Alcácer do Sal islâmica. Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-andalus (séculos VIII-XIII)*, Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2004
- CARVALHO, António Rafael, *Torrão do Alentejo. Arqueologia, História e Património*, vol. 1, Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal / Junta de Freguesia do Torrão, 2009, publ. Online
- CASTILLO, Alberto del, “Cronología de las tumbas llamadas olerdolanas”, *XI*

- Congreso Nacional de Arqueología*, Saragoça, 1968, pp.
- CARVALHO, Cândido Xavier de, «Cidade de Vizeu», *O Panorama*, vol. 5, n.º195, Lisboa, 1841, pp.26-27
- CARVALHO, Pedro C., “O final do mundo romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia”, *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, coord. José d’Encarnação, Maria da Conceição Lopes e Pedro Carvalho, Coimbra e Mangualde, Universidade de Coimbra, 2016, pp.397-435
- CARVALHO, Pedro Sobral de, “Apontamentos bibliográficos de arqueologia viseense: Cava de Viriato”, *Beira Alta*, vol. XLVII, fasc. 1 e 2, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1988, pp.121-141
- CASARIEGO, Jesus, ed., *Crónicas de los reinos de Asturias y León*, Madrid, Everest, 1985
- CASTILHO, Liliana A. Matos, “O centro histórico de Viseu”, *Beira Alta*, LXIII, fasc. 3 e 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2004, pp.307-357
- CASTILLO ÁLVAREZ, Arcadio de, MONTENEGRO VALENTÍN, Julia, “En torno a la conflictiva fecha de la batalla de Covadonga”, *Anales de la Universidad de Alicante – Historia Medieval*, n.º8, Alicante, Universidad de Alicante, 1990-91, pp.7-18
- CASTILLO ÁLVAREZ, Arcadio del, MONTENEGRO VALENTÍN, Julia, “De nuevo sobre don Pelayo y los orígenes de la Reconquista”, *Espacio. Tiempo y Forma*, 2.ª sér., t. 8, 1995, pp.507-520
- CASTILLO ÁLVAREZ, Arcadio del, MONTENEGRO VALENTÍN, Julia, “Don Pelayo y los orígenes de la Reconquista”, *Hispania. Revista española de Historia*, vol. 52, n.º 180, 1992, pp.5-32
- CASTILLO, Alberto del, “Excavaciones altomedievales en las provincias de Sória, Logroño y Burgos”, *Excavaciones arqueológicas en España*, n.º74, Madrid, 1972
- CASTILLO, Alberto del, “La necrópolis de covachas artificiales del Monasterio de Suso, pervivencia del sistema de enterramiento eremítico”, *XIII Congreso Nacional de Arqueología*, Saragoça, 1975, pp.967-978
- CATARINO, Helena, “A Marca Inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e de Coimbra”, *La Península Ibérica al filo del año 1000. Congreso Internacional Almansor y su Época* (Córdoba, 2000), coord. José Luís del Pino, Córdoba, Fundación Prasa, 2008, pp.123-146
- CATARINO, Helena, “Intervenção arqueológica no pátio da Universidade de Coimbra: notícia dos resultados preliminares”, *Informação Universitária*, n.º11, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, Jan.-Mar. 2001, pp.7-11
- CATARINO, Helena, “Notas sobre a presença árabe em Portugal: conquista e transformações urbanas”, *Actas dos XI Cursos Intenacionais de Verão de Cascais* (28/6-10/7 2005), vol. 1, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2005, pp.29-46
- CATARINO, Helena, “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.195-214
- CATARINO, Helena, FILIPE, Sónia, “«A história tal qual se faz» no pátio da Universidade de Coimbra: apresentação sumária dos vestígios de época romana”, *A História tal qual se faz*, Coimbra, Colibri / Faculdade de Letras da

- Universidade de Coimbra, 2003, pp.49-63
- CATARINO, Helena, FILIPE, Sónia, “*Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira*”, *Al-Ándalus. Espaço de mudança. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp.73-85
- CATARINO, Helena, FILIPE, Sónia, SANTOS, Constança, “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, *Xelb*, n.º9 (6.º Encontro de Arqueologia do Algarve), Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, pp.333-378
- CATARINO, Helena, *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, publ. *Revista Al-Ulya*, n.º6, 3 vols., Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1997/98
- CATARINO, Helena, *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, publ. *Revista Al-Ulya*, n.º6, 3 vols., Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1997/98
- CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique, “Los últimos romanos en Lusitania. Entre la tradición y el cambio”, *Los últimos romanos en Lusitania*, Merida, 1995, pp.11-48
- CHALMETA, Pedro, “Concesiones territoriales en al-Andalus”, *Cuadernos de Historia*, anejos de la Revista *Hispania*, n.º6, 1975, pp.1-90
- CHALMETA, Pedro, “El fin de Hispania y el principio de al-Andalus”, *Torredonjimeno. Tesoro, monarquía y liturgia*, catálogo de exposição, Jaén, Museu d’Arqueologia de Catalunya, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Junta de Andalucía, 2003, pp.85-93
- CHALMETA, Pedro, *Invasión y islamización*, Madrid, MAPFRE, 1994
- CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra, “Chiese rurali in Spagna prima e dopo il 711: ipotesi su un’altra transizione”, *774. Ipotesi su una transizione*, dir. S. Gasparri, Brepols, Turnhout, 2008, pp.313-327
- CHEJNE, Anwar G., *Historia de la España musulmana*, 4ªed., Madrid, Catedra, 1999 (ed. original em língua inglesa, University of Minnesota, 1974)
- CHRISTYS, Ann, *Christians in Al-Andalus.711-1000*, Richmond, Curzon Press, 2002
- CID LÓPEZ, Rosa María, FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, GARCÍA DÍAZ, Paloma, PEDREGAL RODRÍGUEZ, María Amparo, “Lucus Asturum y un ara inédita a los Lares viales en Lugo de Llanera (Asturias)”, *Gallaecia*, n.º13, 1992, pp.113-128
- CID PRIEGO, Carlos, *Arte prerrománico de la monarquía asturiana*, Oviedo, GEA, 1995
- CODERA, Francisco, *Estudios críticos de Historia árabe español*, Madrid, Imprenta Iberica, 1917
- COELHO, 1996 – Borges Coelho
- COELHO, José, “A feira franca de Viseu e o infante D. Henrique”, *Beira Alta*, vol. 19, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1960, separata
- COELHO, José, *Monumentos de arqueologia e história militar do concelho de Viseu*, Viseu, 1938
- COIXÃO, António de Sá, “Intervenção arqueológica de emergência no adro da igreja matriz de Almendra – ano 2003 – primeiros resultados”, *Côavisão*, n.º6, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2004, pp.75-82
- COIXÃO, António de Sá, “Novos dados para o estudo do povoamento da área urbana de Freixo de Numão da Pré-História aos nossos dias”, *Côa Visão*, n.º3, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2001, pp.45-52

- COIXÃO, António do Nascimento Sá, “O Sítio pré-histórico, romano e medieval do Prazo”, *Um Projecto, a investigação, a musealização e um circuito - Freixo de Numão, 1980-1996*, Freixo de Numão, Câmara Municipal, 1997
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, *Rituais e cultos da morte na região de entre Douro e Côa*, Almada, 1999
- COLLINS, Rudolph, “Doubts and certainties on the churches of early medieval Spain”, *God and man in Medieval Spain*, ed. W. D. Lomax e D. Mackenzie, Warminster, 1989, pp.1-18
- COLLINS, Rudolph, *The Arab Conquest of Spain (710-797)*, Oxford, 1989, ed. espanhola, Barcelona, 1991
- CORREIA, Alberto, “Sepulturas escavadas em rocha no concelho de Sernancelhe”, *Beira Alta*, vol. XXXV, fasc. 1, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1976, pp.93-135
- CORREIA, Alberto, *Viseu*, Lisboa, Presença, 1989
- CORREIA, Fernando Branco, “Egitânia / Antaniya e o domínio islâmico algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.77-83
- CORREIA, Fernando Branco, “La ciudad en el occidente de al-Andaluz. Apuntes para una persepectiva histórico-militar”, *I Simposium Internacional Escenarios Urbanos de Al-Andalus y el Occidente musulmás*, ed. V. Martínez Enamorado, Málaga, ed. Inicitiva Urbana, 2011, pp.111-135
- CORREIA, Vergílio, “Arte Visigótica”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. 1, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, pp.365-388
- CORREIA, Vergílio, “O cemitério medieval da Sé Velha”, *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, pp.
- CORREIA, Vergílio, *A Igreja de Lourosa da Serra*, Lisboa, 1912
- CORTEZ, F. Russell, “Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII (alguns elementos para a sua cronologia)”, *O Instituto*, vol. 114.º, Coimbra, Coimbra Editora, 1950, pp.52-92
- CORZO SÁNCHEZ, Ramón, *Visigótico y prerrománico*, Madrid, Historia del Arte 16, 1989
- COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e da Cidade de Lamego*. Lamego, tomo I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, s.ed., 1977
- COUTINHO, Hélder M. R., “Cerâmica Muçulmana do Montinho das Laranjeiras”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993, pp.39-54
- COUTINHO, Hélder M. R., “Os Buyut do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim). Escavações de 2000”, *Xelb*, nº4 (Actas do I Encontro de Arqueologia do Algarve), Silves, Câmara Municipal de Silves, 2003, pp.265-278
- COUTINHO, João de Moura, *As artes pré-românicas em Portugal. São Frutuoso de Montélios*, Braga, ASPA, 1978
- CRESSIER, Patrice, “Chapiteaux islamiques du Portugal (traditions, créations, importations)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.175-194
- CRISTÓVÃO, José, *A aldeia histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma visita*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2002

- CRUZ VILLALÓN, Maria, “Apliación metodológica al estudio de la escultura. El conjunto visigodo de Extremadura”, *Escultura decorativa tardoromana y altomedieval en la Península Ibérica*, coord. Luís Caballero Zoreda e Pedro Mateos Cruz, Madrid, CSIC, 2006, pp.221-232
- CRUZ VILLALÓN, Maria, “El paso de la Antigüedad a la Edad Media. La incierta identidad del arte visigodo”, *Arte de épocas inciertas. De la Edad Media a la Edad Contemporanea*, coord. Maria del Carmen Lacarra Duca, Zaragoza, CSIC (Instituto «Fernando el Católico»), 2008, pp.7-45
- CRUZ VILLALÓN, Maria, “La escultura cristiana y altomedieval en Extremadura”, *Repertorio de Arquitectura cristiana en Extremadura. Época tardoantiqua y altomedieval*, ed. Pedro Mateos e Luís Caballero, col. Anejos de Archivo Español de Arqueología, vol. XXIX, Madrid, CSIC, 2003, pp.253-269
- CRUZ VILLALÓN, Maria, “Mérida entre Roma y el Islam. Nuevos documentos y reflexiones”, coord. A. Velásquez, Enrique Cerrillo e Pedro Mateos Cruz, *Los últimos romanos en Lusitania*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 1995, pp.153-184
- CRUZ VILLALÓN, Maria, Badajoz visigodo, Badajoz mozárabe”, *Anas*, n.ºs. 7-8, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 1994-95, pp.327-342
- CRUZ VILLALÓN, Maria, *Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*, Badajoz, 1985
- CUSTÓDIO, Jorge, *Renascença artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 2009
- DAVID, Pierre, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie aux XIIe siècle*, Lisboa, Bertrand, 1947
- DÍAZ DE GARAYO, E. Pastor, *Castilla en el tránsito de la Antigüedad al feudalismo. Poblamiento, poder político y estructura social del Arlanza al Duero (siglos VIII-X)*, 1996
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio, “Los mozárabes. Una minoría combativa”, *Existe una identidad mozárabe? Historia, lengua y cultura de los cristianos de al-Andalus (siglos IX-XII)*, ed. Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, Madrid, Casa de Velázquez, 2008, pp.1-8
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio, *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*, Barcelona, El Albir, 1976
- DÍEZ HERRERA, Carmen, “La Liébana altomedieval: del espacio escrito al espacio interpretado”, *Liébana y Letras*, Santander, Universidad de Cantabria / Gobierno de Cantabria, 2008, 25-46
- DOMINGUES, José Domingos Garcia, “Ossónoba na época árabe”, *Anais do Município de Faro*, vol. 3, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1971, pp.179-229
- DUARTE, Luís Miguel, “O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações”, *Douro. Estudos & Documentos*, n.º2, Porto, GEHVID / Afrontamento, 1996, pp.57-69
- DUBY, Georges, “Guerre et société dans l’Europe féodale: ordonnancement de la paix”, *Concetto, Storia, Miti e Immagini del Medio Evo*, dir. Vittore Branca, Florença, 1973, pp.449-482
- DURÁN GUDIOL, Antonio, “Las diócesis de Huesca y Jaca”, *Argensola*, n.º109, 1995, pp.25-38
- DURANY CASTRILLO, Mercedes, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, María del Carmen, “Ocupación y organización del espacio en el Bierzo bajo entre los siglos V y X”, *Studia Historica – História Medieval*, n.º16 (El poblamiento altomedieval

- galaico-astur-leonés: herencia prerromana, romana y visigoda), Salamanca, Universidad de Salamanca, 1998, pp.45-87
- EDUARDO LÓPEZ, José, “La cultura del mundo árabe en textos latinos hispanos del siglo VIII”, in *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da UEAI*, ed. Adel Sidarus, Évora, Universidade de Évora, 1986, pp. 253-271
- ENTWISTLE, Chris, “Notes on selected recent acquisitions of Byzantine jewellery at the British Museum”, *Intelligible Beauty. Recent research on Byzantine jewellery*, ed. Chris Entwistle e Noël Adams, Londres, British Museum Research Publication, n.º178, 2010, pp.20-32
- ESCORTELL PONSODA, Matilde, *Catálogo de prerrománico del Museo Arqueológico de Asturias*, Oviedo, Principado de Asturias, 1996
- ESPARZA, José Javier, *La gran aventura del reino de Asturias. Así empezó la Reconquista*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2010
- ESTEFÂNIO, Abel, “08. Lintel. Imposta (?)”, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu e Museu de Grão Vasco, 2009, pp.108-109
- EUSÉBIO, Maria de Fátima, “Algumas obras de arte da freguesia de Castelo de Penalva”, *Castelo e Terras de Pena Alba. Vestígios histórico-artísticos*, Penalva do Castelo, Associação Cultural Castro de Pena Alba, 1997, pp.85-109
- EUSÉBIO, Maria de Fátima, MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, *Arqueologia e arte no concelho de Nelas*, Nelas, Câmara Municipal de Nelas, 2005
- FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, ALBA CALZADO, Miguel, “El sentido de la alcazada emiral de Mérida: su aljibe, mezquita y torre de señales”, *Mérida. Excavaciones arqueológicas*, n.º8, Mérida, 2002, pp.565-586
- FEIO, Jorge, “A iconografia dos epitáfios paleocristãos como possível fonte de estabelecimento de critérios cronológicos: alguns exemplos práticos”, *Revista de História da Arte*, n.º10, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp.266-277
- FELIPE RODRÍGUEZ, Helena de, *Identidad y onomástica de los beréberes de al-Andalus*, Madrid, CSIC, 1997
- FERNANDES, A. de Almeida, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Viana do Castelo, 1968, republ. Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1997
- FERNANDES, A. de Almeida, *Portugal no período vimaranense (868-1128)*, sep. *Revista de Guimarães*, Barcelos, Ed. Minho, 1973
- FERNANDES, Armando de Almeida, “A toponímia da Beira Alta no *Dicionário Onomástico e Etimológico* de José Pedro Machado”, *Beira Alta*, vol. LIV, fasc. 3 e 4, 1995, pp.211-243 a vol. LXI [LX], fasc. 1 e 2, 2001, pp.1-50 [1995-2001]
- FERNANDES, Armando de Almeida, “A toponímia da Beira Alta”, *Beira Alta*, vol. LVII, fasc. 3 e 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1997, pp.253-292
- FERNANDES, Armando de Almeida, “A Toponímia da Beira Alta”, *Beira Alta*, vol. LX, fasc. 3 e 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2000, pp.295-336
- FERNANDES, Armando de Almeida, “Povoações do Distrito de Viseu (Origens)”, *Beira Alta*, vol. LXI [LX], fasc. 3 e 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2001, pp.277-325
- FERNANDES, Armando de Almeida, “Povoações do Distrito de Viseu (Origens)”, *Beira Alta*, vol. LXV, fasc 3 e 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2006, pp.181-220
- FERNANDES, Armando de Almeida, “Viseu, Agosto de 1109. Nasce D. Afonso

- Henriques”, *Beira Alta*, vol. XLIX, fasc. 1 e 2, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1990, pp.29-78
- FERNANDES, Armando de Almeida, *Território e política portugalenses (séculos VI-XII)*, Porto, 1972
- FERNANDES, Armando de Almeida, *Toponímia portuguesa. Exame a um dicionário*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999
- FERNANDES, Carla Varela, “Algumas cruces processionais portuguesas em metal. Reflexões sobre circulação de modelos e as transferências artísticas entre Ocidente e Oriente”, *Imagens e Liturgia na Idade Média*, Coord. Carla Varela Fernandes, Colecção *Bens Culturais*, Lisboa, Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016 – no prelo
- FERNANDES, Hermenegildo, “Fronteiras e reconquista”, *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.269-276
- FERNANDES, Lídia, “A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, n.º2, Lisboa, Igespar, 2008, pp.231-270
- FERNANDES, Paulo Almeida, “A dimensão monástica da expansão asturiano-leonesa nas Beiras. Sécs. IX-X”, *De Cister a outros espaços e caminhos. As Beiras e as suas expressões histórico-culturais*, XII Encontro de S. Cristóvão de Lafões, coord. Luís Carlos Amaral, Lafões, Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, 2017, no prelo
- FERNANDES, Paulo Almeida, “A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana”, *Arqueologia Medieval*, n.º10, Mértola e Porto, Campo Arqueológico de Mértola e Afrontamento, 2008, pp.21-40
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da *mesquita-catedral* de Idanha-a-Velha”, *Artis*, n.º5, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, pp.49-72
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Eclectismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.293-310
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Esplendor ou Declínio? A arquitectura do século VII no território português”, *La Arquitectura: el siglo VII frente al siglo VII*, coord. Luís Caballero Zoreda e Maria de los Angeles Utrero Agudo, Mérida, CSIC, Junta de Extremadura, 2009, pp. 241-273
- FERNANDES, Paulo Almeida, “O ajimez moçárabe reaproveitado no castelo de Soure”, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp.796-801
- FERNANDES, Paulo Almeida, “O contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da Alta Idade Média em Portugal”, *Arqueologia e História*, vol. 55 (2003), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2004, pp.205-213, republ. *Estudos de Castelo Branco*, nova série, n.º5, Castelo Branco, 2006, pp.189-200
- FERNANDES, Paulo Almeida, “O Ocidente peninsular entre Oviedo-Leão e Córdoba.

- Uma perspectiva *crístianocêntrica*”, *Lusa. A Matriz Portuguesa*, Catálogo de Exposição, Santana de Parnaíba, São Paulo, Mag Mais Rede Cultural, 2007, vol. 2, pp.38-49 (texto em inglês, pp.133-138)
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Reconstituição. Reintegração. Restauro. Os projectos de intervenção na igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa (1929-1934)”, *Revista Estudos – Património*, n.º9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp.150-15
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Uma arte sem nome. Acerca da evolução do conceito de Arte Moçárabe”, *Al-Xarajib*, n.º 8 (2.º Colóquio Internacional sobre Moçárabes “Cultura e Acultura”), Silves, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2017 (no prelo)
- FERNANDES, Paulo Almeida, *A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003
- FERNANDES, Paulo Almeida, *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*, Lisboa, Centro de Estudos de Teologia / História das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001
- FERNÁNDEZ ARENAS, José, *Imagen del arte mozárabe*, Barcelona, Polígrafa S. A., 1978
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier, “El papel de la monarquía en la consolidación señorial del obispo de Oviedo”, *Studia Historica*, n.º25, 2007, pp.67-87
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier, “La fundación de San Salvador de Valdediós. Fuentes epigráficas”, *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1994, pp. 213-247
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier, “Lugares de culto en Asturias durante la época de transición”, *Asturiensia medievalia*, n.º7 (estudios em homenagem a Juan Uría), Oviedo, 1993-94, pp.31-55
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier, “Notas sobre la religiosidad de la alta Edad Media asturiana”, *Scripta. Estudios en homenaje a Elida García García*, 1998, pp.149-160
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier, *La Religiosidad Medieval en Hispania. I. Alta Edad Media (s. VII-X)*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2000
- FERNÁNDEZ MIER, Margarita, “Campos de cultivo en la cordillera cantábrica. La agricultura en zonas de montaña”, *Por una arqueología agraria. Perspectivas de investigación sobre espacios de cultivo en las sociedades hispánicas medievales*, ed. Helena Kirchner, Oxford, Bar International series, 2010, pp.41-59
- FERNÁNDEZ MIER, Margarita, “La toponimia como fuente para la historia rural: la territorialidad de la aldea feudal”, *Territorio, Sociedad y Poder*, n.º1, 2006, pp.35-52
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, “Gijón romano y su contacto con el mar: restos de una industria de salazones de época romana”, *III y IV Jornadas de Arqueología Subacuática en Asturias*, coord.. José Adolfo Rodríguez Asensio, 1996, pp.101-120
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, “La ciudad romana de Gijón: orígenes y dinámica histórica”, *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico*, coord.. António Rodríguez Colmenero, vol. 2, 1999, pp.11109-1124
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, “Poblamiento rural en Asturias durante la época romana”, *Portugalia*, vol. IV-V, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1983-84, pp.231-243

- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, GARCÍA DÍAZ, Paloma, “Recuperación y puesta en valor de las termas romanas de Campo Valdés de Gijón (Asturias)”, *Termas romanas en el occidente del Imperio*, Gijón, 1999: 443-450
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, GIL SENDINO, Fernando, VILLAR CALVO, Almudena, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Natalia, ÁLVAREZ TOLEDO, Gonzalo, MORÁN FERNÁNDEZ, Orlando, “La villa romana de Veranes (Gijón). Aportaciones preliminares sobre la transformación funcional del asentamiento en la Antigüedad Tardía”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, n.º31-32, 2005-2006, pp.137-194
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, *Una industria de salazones de época romana en la Plaza del Marqués*, Gijón, Ayuntamiento de Gijón, 1994
- FERREIRA, Maria do Céu Crespo, “Contributos para a carta arqueológica do concelho de Trancoso”, *Beira Interior. História e Património*, Guarda, 2000, pp.361-374
- FERREIRA, Maria do Céu Crespo, LOBÃO, João Carlos Barros, BATISTA, Inês Patrícia dos Santos, “Trabalhos arqueológicos no centro histórico de Trancoso”, (2009) <http://www.ara-patrimoniobi.com>.
- FIERRO, Maribel I., “La obra histórica de Ibn al-Qutiyya”, *Al-Qantara*, vol. X, 1989, pp.485-512
- FIERRO, Maribel, “Cristianos en contextos arabizados e islamizados en la Península Ibérica”, *Studia Historica*, n.º27, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2009, pp.119-124
- FLORIANO CUMBREÑO, A., *Diplomática española del período astur. Estudio de las fuentes documentales del reino de Asturias (718-910)*, 2 vols. Oviedo, 1949-51
- FONTAINE, Jacques, *L'art pre-romanique hispanique*, 1973, ed. espanhola, *El Prerrománico*, Madrid, 1978
- FONTES, Luís Oliveira, “Escavações arqueológicas de Dume (S. Martinho) – resultados preliminares”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XVIII, fasc.3-4 (vol. II do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1988, pp.243-255
- FONTES, Luís Oliveira, “Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Notícia preliminar da campanha de 1989”, *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga*, vol.I, Braga, Arquidiocese de Braga, 1990, pp.147-169
- FONTES, Luís Oliveira, “Escavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Notícia preliminar da campanha de 1989”, *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga*, vol.I, Braga, Arquidiocese de Braga, 1990, pp.147-169
- FONTES, Luís, “O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação”, *Asturias entre visigodos y mozárabes*, ed. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz e César García de Castro Valdés, Madrid, CSIC, 2012, pp.443-474
- FONTES, Luís, *A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de S. Martinho*, Braga, Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho e Junta de Freguesia de Dume, 2006
- FONTES, Luís, MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo, CARVALHO, Helena Paula, “A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII”, *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (s. VI-VIII)*, Toledo, Toletum Visigodo, 2010, pp.255-262
- FRADE, Helena, MOREIRA, José Beleza, “A arquitectura das termas romanas de S. Pedro do Sul”, *Espacio, Tiempo y Forma*, série II (Historia Antigua), t. V, 1992, pp.515-544

- FRANCO MORENO, Bruno, “Territorio y poblamiento en la kura de Mãrida durante el emirato omeya (siglos VIII-X)”, *Espacio, Tiempo y Forma*, série III, t. 17, 2004, pp.167-184
- FRIAS, Agostinho Figueiredo, “Fragmento de Hispana”, *Cristo, fonte de esperança*, Porto, Diocese do Porto, 2000, pp.204-205
- GAMITO, Teresa Júdice, *O Algarve e o Magreb. 711-1249*, Faro, Universidade do Algarve, 2007
- GARCÍA ÁLVAREZ, Manuel Ruben, “Odoario y sus inmediatos sucesores en la sede lucense”, *Boletín de la Comision Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo*, vols. 67-70, Lugo, 1967-68, pp.149-
- GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, César, “Las estructuras occidentales en la Arquitectura altomedieval asturiana”, *Religion and Belief in Medieval Europe* (Medieval Europe Brugge 1997 Conference), vol. 4, Zellik, 1997, pp.159-170
- GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, César, “Visigodos, asturianos y carolíngios”, *Asturias entre visigodos y mozárabes*, ed. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz e César García de Castro Valdés, Madrid, CSIC, 2012, pp.229-286
- GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, César, *Arqueologia cristiana de la Alta Edad Media en Asturias*, Oviedo, 1995
- GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, César, *Arte prerrománico en Asturias*, Oviedo, Nobel, 2004
- GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, César, *La colegiata de San Pedro de Teberga*, Oviedo, Nobel – Principado de Asturias, 2006
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, “Crecimiento demográfico y ordenación del espacio en la Rioja Alta en el siglo XI”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. XV, 1985, pp.63-82
- GARCÍA DE CORTAZAR, José Angel, “Estructuras del poder y el poblamiento en el solar de la monarquía asturiana: (años 711-910)”, *La época de la Monarquía Asturiana: actas del simposio celebrado en Covadonga* (2001), Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos, 2002, pp.415-450
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, “Las formas de organización social del espacio del valle del Duero en la Alta Eda Media: de la espontaneidad al control feudal”, *Despoblación y repoblación del valle del Duero. Siglos VIII-XX*, León, 1995, pp.457-563
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, “Los monasterios del reino de León y Castilla a mediados del siglo XI: un ejemplo de selección de las especies”, *Monjes y monasterios hispanos en la Alta Edad Media*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real – CER, 2006, pp.255-288
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, “Organización social del espacio: propuestas de reflexión y análisis histórico de sus unidades en la España medieval”, *Studia Historica. Historia Medieval*, vol. VI, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1988, pp.195-236
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, *La Sociedad rural en la España medieval*, Madrid, ed. Siglo XXI de España, 1988
- GARCÍA FITZ, Francisco, “La Reconquista: un estado de la cuestión”, *Clio & Crimen*, n.º6, 2009, pp.142-215
- GAREN, Sally, “Santa Maria de Melque and church construction under muslim rule”, *The Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 51, n.º3, Setembro de 1992, pp.288-305
- GERBET, Marie-Claude, “Los españoles de la «frontera» (siglos VIII-mediados del siglo XIV)”, *Las Españas Medievales*, ed. P. Bonnassie, P. Guichard e M.-C.

- Gerbet, Barcelona, Crítica, 2001, pp.189-247
- GIL FERNÁNDEZ, Juan, “Introducción”, *Crónicas Asturianas*, ed. J. Gil Fernández, J. L. Moralejo e J. I. Ruiz de la Peña, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, pp.43-105
- GIL, J., “Judíos y cristianos en Hispania (siglos VIII y IX)”, *Hispania Sacra*, vol. XXXI, 1978-79, pp.
- GIMENO Y HOYO, J., “La epigrafía medieval asturiana. Los epígrafes de la iglesia de San Juan de Santianes de Pravia”, *Asturias entre Visigodos y Omeyas* (2010), Madrid, CSIC, 2012, no prelo
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925
- GLICK, T. F., *Cristianos y musulmanes en la España medieval (711-1250)*, Madrid, Alianza Universidad, 1991
- GLICK, Thomas F., “Convivencia: an introductory note”, *Convivencia. Jews, Muslims and Christians in Medieval Spain*, catálogo de exposição, ed. Vivian B. Mann, Thomas F. Glick e Jerrilynn D. Dodds, Nova Iorque, The Jewish Museum, 1992, pp.1-9
- GODOY FERNÁNDEZ, Cristina, *Arqueología y liturgia. Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII)*, Barcelona, 1995
- GOMES, Luís Filipe Coutinho, CARVALHO, Pedro Sobral de, *O património arqueológico do concelho de Mangualde*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 1992
- GOMES, Mário Varela, DIAS, Maria Manuela Alves, “Jarro litúrgico, visigótico, de Bobadela (Coimbra)”, *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans; Universitat de Barcelona; Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.91-98
- GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela, “Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal)”, *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1992, pp.287-295
- GOMES, Saúl António, “6. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”; *nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, pp.309-383
- GOMES, Saul António, “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.339-421
- GOMES, Saúl António, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Semente em boa terra – raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra*, catálogo de exposição, Coimbra, Diocese de Coimbra, 2000, pp.120-133
- GÓMEZ MORENO, Manuel, *Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX al XI*, 2 vols., Madrid, 1919, republ. Granada, 1998
- GÓMEZ TARAZAGA, Iker, “El obispado de Auca y su área nuclear (siglos V-XI): un referente de diálogo entre lo local y lo central”, *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VII-X)*, ed. Iñaki Martín Viso, Madrid / Salamanca, ed. Sílex / Universidad de Salamanca, 2009, pp.69-92
- GÓMEZ VILLA, Antonio, *El culto a los santos en la diócesis Cartagena-Murcia*, Tese de Douroamento apresentada à Universidade de Murcia, 2011
- GÓMEZ VILLA, Antonio, *El culto a los santos en la diócesis Cartagena-Murcia*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Murcia, 2011

- GÓMEZ-TABANERA, José M., “Los Visigodos en Hispania y la eclosion del *Asturorum Regnum*”, *Los Visigodos y su mundo*, Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, pp.161-174
- GONÇALVES, António Nogueira, “Evocação do XI centenário da primeira reconquista cristã de Coimbra”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, 1978, republ. *Estudos de História da Arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.343-355
- GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés, “El diácono Rodrigo de Coimbra: fundador de tres ecclesiae en la Galicia del siglo VIII”, *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp.439-451
- GOUVEIA, Mário de, “S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI)”, *Culto e Santuari di San Michele nell'Europa medievale*, Edipuglia, 2007, pp.81-112
- GUERRA, Amílcar, “Sobre o território e a sede dos *Lancienses (Oppidani e Transcvdani)* e outras questões conexas”, *Conimbriga*, vol. XLVI, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2007, pp.161-206
- GUERRA, Amílcar e SCHATTNER, Thomas G., “El foro y el templo de *Lancia Oppidana*: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte)”, *Ciudad y foro en Lusitania romana*, coord. Trinidad Nogales Basarrate, Badajoz, Universidad de Extremadura, 2010, pp.333-342
- GUICHARD, Pierre, “El nacimiento del Islam andalusí (siglo VIII – inicios del siglo X)”, *Las Españas Medievales*, Barcelona, Critica, 2001, pp.49-84
- GUICHARD, Pierre, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, 2.^a ed., Barcelona, Barral Editores, 1976, 2.^a ed. facsimil Granada, Universidad de Granada, 1998
- GUIMARÃES, Constança, ALBUQUERQUE, Elisa, “O reaproveitamento de materiais de construção. O caso da capela de São Pedro da Capinha”, *Al-Madan*, 2.^a sér., n.º17, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2012, pp.155-158
- GUIMARÃES, Constança, ALBUQUERQUE, Elisa, “Segunda campanha de escavações na capela de São Pedro da Capinha. Os materiais”, *Al-Madan online. Adenda electrónica*, n.º16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2008, pp.4-5
- GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves, “Vestígios arqueológicos paleocristãos de Portucale Castrum Antiquum (Gaia)”, *I Congresso sobre a diocese do Porto. Tempos e lugares de memória*, vol. 1, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2002, pp.543-556
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino, “De la fortificación prefeudal al castillo feudal: excavaciones arqueológicas en Peñaferruz (Gijón, Asturias, España)”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Edições Colibri, 2002, pp.861-865
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, “Ciudades y conquista. El fin de las civitates visigodas y la génesis de las mudun islámicas del sureste de al-Andalus”, *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, Madrid, Casa de Velázquez / CSIC, 1998, pp.137-157
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, “La islamización de Tudmir: balance y perspectivas”, *Villes et campagnes de Tarraconaise et d'al-Andalus (VIe-XIe siècles): la transition*, ed. Philippe Sénac, Paris / Toulouse, CNRS / Université de

- Toulouse-Le Mirail, 2007, pp.275-318
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, ABAD CASAL, Lorenzo, GAMO PARRAS, Blanca. “Eio, Iyyuh y el Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete): de sede episcopal a Madîna islâmica”, *Les ciutats tardoantigues d'Hispania: cristianització i topografia / VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, (Valência, 2003), Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2005, pp. 345-370
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, *El tránsito de la Antigüedad Tardía al mundo islámico en la cora de Tudmir. Cultura material y poblamiento paleoandalusí*, Tesis doctoral apresentada à Universidade de Alicante, 1992
- HAUSCHILD, Theodor, “Arte Visigótica”, *História da Arte em Portugal*, vol.I (dir. Jorge de Alarcão), Lisboa, Alfa, 1986, pp.149-169
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*, 3.^a ed., vol. III, Lisboa, Bertrand & Companhia, 1868
- HERNÁNDEZ CHARRO, María Carmen, “Agua y poblamiento. Notas sobre la configuración del territorio de Tudela andalusí”, *Studia Historica – Historia Medieval*, n.º24, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2006, pp.315-339
- HERRERA ROLDÁN, Pedro, “En torno al mozárabe Cipriano de Córdoba”, *Excerpta Philologica*, n.º4-5, 1994-95, pp.215-229
- HERRERAS CASADO, Antonio, *Historia de Almonacid de Zorita*, Guadalajara, Aache, 2003
- HITCHCOCK, Richard, “El supuesto mozarabismo andaluz”, *I Congreso de Historia de Andalucía*, vol. 1 (Andalucía mediaval), Córdoba, 1978
- HITCHCOCK, Richard, *Mozarabs in Medieval and Modern Spain. Identities and Influences*, Burlington, Ashgate, 2008
- IBN HAYYÁN, *Crónica del califa Abdarraham III an-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabas V)*, ed. María Jesús Viguera e Federico Corriente, Saragoça, 1981
- IGLESIAS GIL, José Manuel, GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, “El primer milenio: la Antigüedad y Alta Edad Media”, *Cantabria. Historia y instituciones*, Santander, Parlamento de Cantabria e Universidad de Cantabria, 2002, pp.45-64
- Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Boletim da DGEMN, nº55, Lisboa, MOP, 1949
- ISLA FREZ, Amancio, “Consideraciones sobre la monarquía Astur”, *Hispania: Revista española de historia*, Vol. 55, Nº 189, 1995, pags. 151-168
- ISLA FREZ, Amancio, “El adopcionismo. Disidencia religiosa en la Península Ibérica (fines del siglo VIII-principios del siglo IX)”, *Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, Nº. 1, 2004 (Ejemplar dedicado a: Las Herejías Medievales), pags. 115-134
- ISLA FREZ, Amancio, “Ensayo de historiografía medieval: El Cronicón Iriense”, *En la España medieval*, Nº 4, 1984 (Ejemplar dedicado a: Dedicado a Angel Ferrari Núñez (I)), pags. 413-432
- ISLA FREZ, Amancio, “Nombres de reyes y sucesión al trono (siglos VIII-X)”, *Studia Historica*, vol. XI, 1993, pp.9-33
- JIMÉNEZ GADEA, Javier, “Los asentamientos beréberes en al-Andalus”, *V Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1995, pp.209-215
- JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso, “Compendio de la arquitectura emiral cordobesa”, *Compendio de arquitectura paleoislámica*, coord. K.A. C. Creswell, Sevilha, Universidad de Sevilla, 1979, pp.468-487
- JORGE, Ana Maria, *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (IIIe-VIe*

- siècles*), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002
- JUEZ JUARROS, Francisco, *Símbolos de poder en la arquitectura de Al-Andalus*, Madrid, Tesis doctoral apresentada à Universidad Complutense de Madrid, 1999
- JUSUÉ, Eduardo, *Monasterio de Santo Toribio de Liébana*, 2.^aed., Valladolid, 1921
- KENNEDY, Hugh, *Muslim Spain and Portugal. A political history of al-Andalus*, New York, Addison Wesley Longman Limited, 1996, 2.^a imp. 1998
- LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1942
- LAFUENTE Y ALCÁNTARA, Emilio, ed., *Ajbar Machmua (coleccion de tradiciones)*, Madrid, Real Academia de Historia, 1867
- LAGUARDIA ÁLVAREZ, Jesús María, “La transición al feudalismo en el territorio astorgano en el siglo X”, *Espacio, Tiempo y Forma*, 3.^a sér., t. VIII, 1995, pp.11-37
- LAMPEREZ Y ROMEA, V., “Iglesia visigoda de San Pedro de Balsemão”, *Boletim de la Sociedad castellana de excursiones*, VII, n.º 84, 1909, pp.265-268, republicado in *Arte*, nº84, Porto, Marques Abreu, Dez 1911, pp.94-96
- LARREN YZQUIERDO, H., “Excavaciones arqueológicas en San Miguel de la Escalada”, *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, vol. II, Huesca, 1986, pp.103-123
- LARREN YZQUIERDO, H., “San Miguel de Escalada: trabajos arqueológicos 1983-1987”, *Nvmantia. Investigaciones arqueológicas en Castilla y León*, nº3, Valladolid, 1990, pp.217-238
- LAVAJO, Joaquim Chorão, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I (Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.91-133
- LÁZARO LÓPEZ, Agustín, «6. Escolpium, llamado de Fernán González», *Yo Camino*, catálogo de exposição, Ponferrada, Fundación Las Edades del Hombre, 2007, pp.64-65
- LEGUAY, Jean Pierre, “O Portugal germânico”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol.II, Lisboa, Presença, 1993, pp.13-115
- LEITE, Fernando Barbosa Barros, MONTEIRO, Paulo Celso Fernandes, *Concelho de Penalva do Castelo. Recolha bibliográfica / Contributo para uma monografia*, Penalva do Castelo, Câmara Municipal de Penalva do Castelo, 1997
- LEÓN MUÑOZ, Alberto, LEÓN PASTOR, Enrique, MURILLO REDONDO, Juan F., “El Guadalquivir y las fortificaciones urbanas de Córdoba”, *4.º Congreso Internacional sobre fortificaciones. Las fortificaciones y el mar* (2007), Alcalá de Guadaíra, Ayuntamiento de Alcalá de Guadaíra, 2008, pp.261-290
- LÉVI-PROVENÇAL, Émile, “España musulmana. Hasta la caída del Califado de Córdoba 711-1031”, *Historia de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, vol. IV, 5.^a ed., Madrid, Espasa-Calde, 1982
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, *Histoire de l’Espagne musulmane*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1950
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, *La civilización árabe en España*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1953
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Historia de España*, vol V (España musulmana, 711-1031), Madrid, Espasa-Calpe, 1982
- LIMA, António Manuel de Carvalho, “Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana”, *Portugália*, nova série, vols.

- 31-32, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010-2011, pp.83-114
- LIMA, António Manuel, TEIXEIRA, Ricardo, “Reflexões em torno do povoamento e organização dos territórios medievais no curso médio e terminal do Douro”, *Colóquio Internacional Património Cultural y Territorio en el valle del Duero*, 2010, pp.137-153
- Livro Preto*, coord. edit. Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999
- LLORENTE FERNÁNDEZ, Ildefonso, *Recuerdos de Liébana*, Madrid, Imprenta y Fundación de M. Tello, 1882
- LOPES, Luís Seabra, “Talábriga. Situação e limites aproximados”, *Portugália*, nova série, vol. XVI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, pp.331-343
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, “Aproximación histórica: a Galiza e a Idade Média”, *Galícia no Tempo*, Catálogo de exposição, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia / Arcebispo de Compostela / Diócesis de Galicia, 1990, pp.163-169
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, “El encuadramiento eclesiástico como espacio de poder: de la parroquia al obispado”, *Los espacios de poder en la España medieval (XII Semana de Estudios Medievales de Nájera)*, Logroño, Centro de Estudios Riojanos, 2002, pp.425-457
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media, 800-1150*, Santiago de Compostela, 1988
- LÓPEZ CARREIRA, Anselmo, “El proceso urbanizador en Galicia antes del año 1000”, *Rudesindus. La cultura europea del siglo X*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2007, pp.54-69
- LÓPEZ DUESO, Manuel, “De la Edad Media”, *Comarca de Sobrarbe*, coord. Severino Pallaruelo Campo, Zaragoza, Gobierno de Aragón, 2006, pp.95-114
- LÓPEZ LÓPEZ, Ángel Custodio, “El conde de los cristianos Rabi ben Teodulfo, exactor y jefe de la guardia palatina del emir al-Hakam I”, *Al-Andalus Magreb*, n.º7, Cadiz, Universidad de Cadiz, 1999, pp.169-184
- LÓPEZ LÓPEZ, Teodoro Agustín, “La iglesia mozárabe del Badajoz islámico”, <http://www.chde.org>, em 12-03-2012
- LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo, *Estudio critico sobre la Crónica mozárabe de 754*, Zaragoza, 1980
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge, “Después del "final" de las Villae entre el Miño y el Duero (ss. VII-X): Comunidades "fructuosianas", hábitat rupestre y "aldeas", *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, N° 31-32, 2005-2006 (Ejemplar dedicado a: Formas de ocupación rural en la "Gallaecia" y en la "Lusitania" durante la antigüedad tardía y la Alta Edad Media), pags. 219-246
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge, BANGO GARCÍA, Clara Isabel, “Los edificios de culto como elemento morfogenético de transformación del paisaje rural en la antigüedad tardía y la Alta Edad Media”, *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, N° 31-32, 2005-2006 (Ejemplar dedicado a: Formas de ocupación rural en la "Gallaecia" y en la "Lusitania" durante la antigüedad tardía y la Alta Edad Media), pags. 29-60
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge, RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica, “Un modelo de evolución del poblamiento rural en la Galicia interior (siglos V-X). El territorio en torno a la depresión de Sarra y al monasterio de Samos”, *Boletín del Museo Provincial de Lugo*, n.º9, Lugo, Museo Provincial de Lugo, 1999-2000, pp. 173-186

- LORENZO JIMÉNEZ, Jesus, *La dawla de los Banu Qasi. Origen, auge y caída de una dinastía muladí en la frontera superior del al-Andalus*, Madrid, CSIC, 2010
- LORENZO JIMÉNEZ, Jesús, *La Dawla de los Banu Qasi. Origen, auge y caída de una dinastía muladí en la frontera superior de Al-Andalus*, Madrid, CSIC, 2010
- LOURENÇO, Sandra, *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007
- MACIAS, Santiago, “Islamização no território de Beja – reflexões para um debate”, *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º173, Lisboa, 2005, pp.807-826
- MACIAS, Santiago, “Resenha dos factos políticos”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 417-429
- MACIEL, Manuel Justino, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, ed. Autor, 1996
- MAISO GONZÁLEZ, Jesús, “Una historia fundamentalista o nacionalista sobre Cantabria en el siglo XVII. La «*Crónica de los príncipes de Asturias y Cantabria*» de Francisco de Sota”, *I Encuentro de Historia de Cantabria*, Santander, Universidad de Cantabria e Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, 1999, pp.663-724
- MAN, Adriaan de, *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Sílabo, 2006
- MAN, Adriaan de, *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*, Porto, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008
- MANTAS, Vasco, “Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?”, *Al-Madan*, 2ª série, nº12, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dez. 2003, pp.40-42
- MANTAS, Vasco, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, m1996
- MANZANO MORENO, Eduardo, “Beréberes de Al-Andalus: los factores de una evolución histórica”, *Al-qantara*, vol. XI, fasc. 2, 1990, pp.397-428
- MANZANO MORENO, Eduardo, “El asentamiento y la organización de los yund-sirios en al-Andalus”, *Al-Qantara*, vol. 14, 1993, pp.327-359
- MANZANO MORENO, Eduardo, “La conquista del 711. transformaciones y pervivencias”, *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, ed. Luís Caballero y Pedro Mateos, Madrid, CSIC, 2001, pp.401-414
- MANZANO MORENO, Eduardo, *Conquistadores, Emires y Califas. Los omeyas en la formación de al-Andalus*, Barcelona, Crítica, 2006
- MANZANO MORENO, Eduardo, *La organización fronteriza en al-Andalus durante la época omeya: aspectos militares y sociales (756-976)*, Madrid, 1989
- MARFIL RUIZ, Pedro, “Córdoba. De Teodosio a Abd al-Rahman III”, *Visigodos y Omeyas*, ed. Luís Caballero Zoreda, Madrid, CSIC, 2000, pp.117-141
- MARFIL RUIZ, Pedro, “La iglesia paleocristiana de Santa Catalina en el Convento de Santa Clara (Córdoba)”, *Caetaria*, n.º1, Córdoba, 1996, pp.33-46
- MARÍN GUZMÁN, Roberto, *Sociedad, Política y Protesta Popular en la España musulmana*, S. José, Universidad de Costa Rica, 2006
- MARINHO, José Rodrigues, “As moedas hispano-muçulmanas do Museu Machado de Castro em Coimbra”, *O Arqueólogo Português*, série III, vol. V, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1971, pp.249-255
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Portugal islâmico”, *Nova História de Portugal*, vol. II, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1993, pp.117-

- MARQUES, António, “Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Belmonte (Castelo Branco)”, *Beira Interior. História e património*, Guarda, 2000, pp.351-360
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses e GAMA, Teresa Maria Simões, “Contributo para o estudo das sepulturas escavadas na rocha: necrópole das Forçadas (Matança, Fornos de Algodres)”, *Beira Alta*, vol. LI (fasc. 1-2), Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1992, pp.85-129
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, “Castelos da Reconquista na região de Viseu”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII (Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica), Porto, ADECAP, 2000, pp.113-127
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, “O distrito de Viseu da Antiguidade Tardia à Baixa Idade Média”, *Por Terras de Viriato. Arqueologia na Região de Viseu*, catálogo de exposição, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, 2000, pp.177-182
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, “Sepulturas escavadas na rocha no concelho de Penalva do Castelo”, *Castelo e Terras de Pena Alba. Vestígios histórico-artísticos*, Penalva do Castelo, Associação Cultural Castro de Pena Alba, 1997, pp.33-45
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, *Carta arqueológica do concelho de Vouzela*, Vouzela, Câmara Municipal de Vouzela, 1999
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, *Lafões. História e Património*, s.l., Edições esgotadas, 2012
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, ed. 2000
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, *Vouzela. Património arqueológico. Sítios e rotas*, Vouzela, Câmara Municipal de Vouzela, 2005
- MARQUES, José, “O mosteiro de Guimarães”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XLI, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1990, pp.7-13
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “O arcediogo de Penela na Idade Média: algumas notas”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 8, Coimbra, 2008, pp.97-143
- MARTÍN ESCUDERO, Fátima, *El tesoro de Baena. Reflexiones sobre circulación monetaria en época omeya*, Madrid, Real Academia de Historia, 2005
- MARTÍN VISO, Iñaki, “Elementos para el análisis de las necrópolis de tumbas excavadas en la roca: el caso de Riba Côa”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, n.º31-32, 2005-2006, pp.83-102
- MARTÍN VISO, Iñaki, “Espacios sin Estado: los territorios occidentales entre el Duero y el Sistema Central (siglos VIII-IX)”, *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VII-X)*, ed. Iñaki Martín Viso, Madrid e Salamanca, Ed. Sílex e Universidad de Salamanca, 2009, pp.107-135
- MARTÍN VISO, Iñaki, “La articulación del poder en la cuenca del Duero: el ejemplo del espacio zamorano (siglos VI-X)”, *Anuario de Estudios Medievales*, n.º31, 2001, pp.75-126
- MARTÍN VISO, Iñaki, “Monasterios y reordenación del espacio local: un estudio comparado del norte de Zamora y la región de Viseu (siglos IX-XI)”, *Monasteria et Territoria. Elites, edilicia y territorio en el Mediterraneo Medieval (siglos V-XI)*, coord. Jorge López Quiroga, Artemio Manuel Martinez

- Tejera e Jorge Morín de Pablos, 2007, pp.259-280
- MARTÍN VISO, Iñaki, “Una frontera casi invisible: los territorios al norte del sistema central en la Alta Edad Media (siglos VIII-XI)”, *Studia Historica*, (série Historia Medieval), n.º23, 2005, pp.89-114
- MARTÍN VISO, Iñaki, BARRIOS GARCÍA, Angel, “Reflexiones sobre el poblamiento rural altomedieval en el Norte de la Península Ibérica”, *Studia Historica – Historia medieval*, n.º18-19, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2000-2001, pp.53-83
- MARTÍN, José Luís, “Reconquista y cruzada”, *Studia Zamorensia*, n.º3, 1996, pp.215-241
- MARTÍNEZ ÁNGEL, Lorenzo, “Santo Toribio de Astorga en el declive del Imperio Romano”, *Estudios humanísticos*, n.º8, 2009, pp.9-24
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo, *El Condado de Castilla (711-1038). La historia frente a la leyenda*, 2 vols., Valladolid, Junta de Castilla y León, ed. 2005
- MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio, “Relaciones entre los omeyas y los núcleos cristianos”, *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa Occidental*, Granada, Junta de Andalucía / Fundación El Legado Andaluzí, 2001, pp.310-319
- MARTÍNEZ FAEDO, Leonardo, “La corte de Cangas”, *III Congreso de Arqueología medieval española*, (Oviedo, 1989), 1992, pp.147-154
- MARTÍNEZ RUIZ, Enrique, MAQUEDA, Consuelo, *Atlas Histórico de España*, vol. 1, Madrid, Istmo, 2000
- MARTÍNEZ TEJERA, Artemio Manuel, “La arquitectura cristiana hispánica de los siglos IX y X en el *regnum* astur-leonés”, *Argutorio*, n.º14, 2004, pp.9-12
- MARTÍNEZ TEJERA, Artemio Manuel, “La realidad material de los monasterios y cenobios rupestres hispanos (siglos V-X)”, *Monjes y monasterios hispanos en la Alta Edad Media*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real – CER, 2006, pp.59-97
- MARTÍNEZ VILLA, Alberto, “La necrópolis medieval de la ermita de Santa Cruz (Cangas de Onis, Asturias)”, *III Congreso de Arqueología medieval española*, (Oviedo, 1989), 1992, pp.155-160
- MARTINO, Eutimio, *La montaña de Valdeburón (biografía de una región leonesa)*, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1980
- MATEOS CRUZ, Pedro, ALBA CALZADO, Miguel, “De Emerita a Marida”, *Visigodos y Omeyas: un debate entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media*, Madrid, CSIC, 2001, pp.143-168
- MATEOS CRUZ, Pedro, SASTRE DE DIEGO, Isaac, “Mobiliario arquitectónico de época tardoantigua en el entorno del templo "de Diana" de Mérida. Una propuesta sobre su ocupación entre los siglos VI-IX”, *Merida – Excavaciones arqueológicas*, Mérida, Consorcio Ciudad Monumental, vol. 7, 2004, pp.397-415
- MATESANZ GASCÓN, Roberto, “Donde está la mitología fenicia? Al-Idrisi y los Aventureros de Lisboa”, *Gerión*, vol.20, n.º1, 2002, pp.75-111
- MATTOSO, José, “A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular” (1997), *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009, pp.311-330
- MATTOSO, José, “A nobreza portugalense dos séculos IX a XI”, *Do Tempo e da História*, vol. III, Lisboa, s. ed., 1970, pp.35-50
- MATTOSO, José, “A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII”, *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 6, 1969, pp.465-520, republ. *A Nobreza Medieval*

- Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.117-189
- MATTOSO, José, “As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI”, *Studium Generale*, vol. 12, 1968-1969, pp.59-115, republ. *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.75-117
- MATTOSO, José, “As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI”, *Studium Generale*, n.º12, 1968-69, pp.59-115, republ. *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.75-117
- MATTOSO, José, “Grupos sociais na fronteira portuguesa (séculos X a XIII)”, *Las sociedades de frontera en la España medieval*, Saragoça, 1993, pp.111-124, republ. *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009, pp.367-378
- MATTOSO, José, “Os Moçárabes”, *Revista Lusitana*, nova série, n.º6, 1985, pp.5-24, republ. *Fragments de uma composição medieval*, 2ªed., Lisboa, Estampa, 1990, pp.19-34
- MATTOSO, José, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 1º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp.439-565
- MATTOSO, José, *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 3.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1998
- MATTOSO, José, *Seia na Idade das Trevas*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1987
- MENCHON BES, Joan Josep, “Necrópolis y Husun: dos aspectos de la arqueología de Tarragona anterior a la conquista feudal”, *Sautuola*, n.º12, Instituto de Prehistoria y Arqueología Sautuola, 2006, pp.331-348
- MENÉNDEZ BUEYES, Luís R., “Algumas notas sobre el posible origen Astur-Romano de la nobleza en el Asturorum Regnum”, *Studia Historica. Historia Antigua*, n.º13-14 (La Península Ibérica en la Antigüedad: imagen de un territorio), Salamanca, Universidad de Salamanca, 1995-96, pp.437-455
- MENÉNDEZ BUEYES, Luís R., “Civitas christiana versus núcleos de poder: la ciudad postromana en el reino asturiano”, *Studia Historica – Historia Antigua*, n.º20 (La ciudad en el mundo antiguo), Salamanca, Universidad de Salamanca, 2002, pp.265-299
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, “Introducción”, *Historia general de las literaturas hispánicas*, dir. Guillermo Díaz-Plaja, Barcelona, Barna, 1949
- MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino, *Historia de los heterodoxos españoles*, vol. 1, Madrid, CSIC, 1992
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, “Continuidad y ruptura en los orígenes de la sociedad asturleonese: de la villa a la comunidad campesina”, *Studia Historica*, n.º16, 1998, pp.89-127
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José María, “Antecedentes y primera manifestaciones del feudalismo asturleonés”, *En torno al feudalismo hispanico. I Congreso de Estudios Medievales*, 1989, pp. 85-120
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José María, “Poder político, monarquía y sociedad en el reino astur-leonés en el período de su configuración”, *Estructuras y formas del poder en la historia: ponencias*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1992, pp.73-88
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José Maria, “Ruptura social e implantación del feudalismo en el noroeste peninsular (siglos VIII-X)”, *Studia Historica – Historia Medieval*, n.º3, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1985, pp.7-32
- MIRANDA CALVO, “Pervivencia y peculiaridades del mozarabismo toledano entre los siglos VIII al XI”, *Toletum*, n.º 40, Toledo, Real Academia de Belas Artes e Ciências Históricas de Toledo, 1999, pp.189-207

- MOLINA, Luis, “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”, *Al-Qantara*, vol. II, Madrid, 1981, pp.209-263
- MONÉS, Hussain, “La división político-administrativa de la España musulmana”, *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos*, n.º5, fasc. 1-2, 1957, pp.79-135
- MONREAL JIMENO, Luís Alberto, *Eremitorios rupestres altomedievales (el alto valle del Ebro)*, Bilbao, Universidade Duestro, 1989
- MONTEIRO, Paulo Celso, *Patrimonium Mangualde*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 2003
- MONTEJO CÓRDOBA, Alberto J., GARRIGUET MATA, José Antonio, “El ángulo suroccidental de la muralla de Córdoba”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, n.º5, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1994, pp.243-276
- MOREIRA, David Bruno Soares, “As «marcas de pedreiro» nas fortificações de Trancoso”, *O Archeologo Portuguez*, vol.25, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921-22, pp.191-196
- MORENA LÓPEZ, José Antonio, “Nuevas aportaciones sobre el *Aqua Vetus Augusta* y la necrópolis occidental de la *Colonia Patricia Corduba*”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, n.º5, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1994, pp.155-179
- MORENO MARTÍN, Francisco José, *La arquitectura monástica hispana entre la Tardoantigüedad y la Alta Edad Media*, Oxford, British Archaeological Reports – International Series, 2011
- MORETA, Salustiano, “Formación del reino astur-leonés (718-1037)”, *Historia Medieval de la España Cristiana*, 3.ªed., Madrid, Cátedra, 2009, pp.15-93
- MORUJÃO, Maria do Rosário, “A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal”, *Espaço, poder e memória. A catedral de Lamego. Sécs. XII-XX*, coord. Anísio Miguel Saraiva, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2013, pp.15-45
- MORUJÃO, Maria do Rosário, *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, FCT e FCG, 2010
- MOXÓ, Salvador, *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*, Madrid, 1979
- NASCIMENTO, Augusto Aires, “A iluminura hispânica primitiva: fragmentos de um universo cultural”, *A iluminura em Portugal. Identidade e influências*, catálogo de exposição, Lisboa, Ministério da Cultura, 1999, pp.111-125
- NETO, Joaquim Maria, *O Leste do território bracarense*, 1975
- NEVES, António Nunes, “Igreja matriz da freguesia de S. João de Areias (Sta. Comba Dão)”, *Beira Alta*, vol. LIX, fasc. 1 e 2, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2000, pp.129-180
- NEVES, Fernando Correia das, *Arqueologia Rural no Concelho de Oliveira do Hospital*, Oliveira do Hospital, Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 2010
- NIETO ALCAIDE, Victor, *Arte prerrománico asturiano*, salinas, Ayalga, 1989
- NIETO CUMPLIDO, Manuel, “Estatuto legal de los mozárabes cordobeses”, *I Congreso Nacional de Cultura Mozárabe*, Córdoba, Publicaciones Caja Sur, 1995, pp.27-36
- NOACK, Sabine, “En torno al arte mozárabe”, *III Congreso de arqueología medieval española*, t.3, Madrid, Comunidad de Madrid, 1987, pp.582-588
- NÓBREGA, Pedro Pina, “Castelo de Penalva / Coruto”, www.monumentos.pt,

consultado a 24-08-2011

- NÓBREGA, Pedro Pina, *As sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Quintela de Azurara, Mangualde*, trabalho académico, inédito, 2004
- NÓBREGA, Pedro Pina, *Património arqueológico nos concelhos de Mangualde e Penalva do Castelo. Novas achegas de velhos tempos*, trabalho académico no âmbito da parte curricular do curso de Mestrado, apresentado à Universidade Aberta, 2005
- NOVO GÜISÁN, José Manuel, “Lugo en los tiempos oscuros. Las menciones literarias de la ciudad entre los siglos V y X – VIII”, *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, n.º. 12, vol. 2, 2005, pp. 171-188
- NUNES, Manuel, SOUSA, Luís, GONÇALVES, Carlos, “Sepulturas medievais escavadas na rocha no concelho de Lousada: o cemitério rupestre do Irmeiro (Boim)”, *Oppidum*, n.º1, Lousada, Câmara Municipal de Lousada, 2006, pp.47-67
- NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel, *História de la Arquitectura gallega – arquitectura prerrománica*, Madrid, 1978
- OLAGUER-FELIÚ, Fernando, *Arte medieval español hasta el año mil*, 2ªed., Madrid, Encuentro, 1998
- OLIVEIRA, A. Nazaré, “Para a história do concelho de S. Pedro do Sul”, *Beira Alta*, vol. LXI [LX], fasc. 1 e 2, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2001, pp.51-143
- OLIVEIRA, Bruno de Melo, *Reorganização política nortenha. O processo de formação do reino das Astúrias (séculos VIII ao X)*, Niterói, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2010
- OLMO ENCISO, Lauro, “Nuevas perspectivas para el estudio de la ciudad en la época visigoda” (1990), *Los Visigodos y su mundo*, Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, pp.261-269
- ORLANDIS, José, *Historia de la España visigoda*, Madrid, 1977
- PALLARES MÉNDEZ, “Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia en los siglos IX-XII”, *Primeras jornadas de Metodología de las Ciências Históricas*, Santiago de Compostela, 1975, pp.95-113
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmén, PORTELA SILVA, Ermelindo, “Entre Toledo y Oviedo: los efectos de la conquista árabe en Galicia”. *Santiago y Al-Ándalus. Diálogos artísticos para un milenio*, Santiago de Compostela, 1997, pp. 37-60
- PALLARES, María Carmen, PORTELA, Ermelindo, “El lugar de los campesinos. De repobladores a repoblados”, *El lugar del campesino. En torno a la obra de Reyna Pastor*, ed. Ana Rodríguez, Valencia, Universidad de Valencia / CSIC, 2007, pp.61-87
- PALOL, Pere de, *Arte hispánico de la España Visigoda*, Barcelona, 1968
- PEDRO, Ivone, “Sepulturas escavadas na rocha do Distrito de Viseu”, *Colóquio arqueológico de Viseu*, livro II, Viseu, 1990, pp.22-27
- PEDRO, Ivone, VAZ, João Luís da Inês, “Basílica e necrópole altomedievais de Viseu”, *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d’estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.343-352
- PEÑARROJA TORREJÓN, Leopoldo, *Cristianos bajo el Islam: los mozárabes hasta la reconquista de Valencia*, ed. Gredos, 1993
- PERES, Damião, “A Reconquista Cristã”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, pp.435-479

- PERESTRELO, Manuel Sabino, *O povoamento romano na bacia média do rio Côa e na bacia da ribeira de Massueime*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000
- PÉREZ DE URBEL, Justo, “Orígen de los himnos mozárabes”, *Bulletin Hispanique*, vol. 28, n.º2, 1926, pp.113-139
- PÉREZ DE URBEL, Justo, *Sampiro: su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*, Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1952
- PÉREZ LÓPEZ, “San Rosendo e Mondoñedo. Razóns para un Centenario (907-2007)”, *Estudios Mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, n.º22, Ferrol, Centro de Estudios de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol; Fundación Caixa Galicia, 2006, pp.11-109
- PERNADAS, Paulo Lages, “O ajimez de Vilar Maior”, *Sabucal*, n.º2, Sabugal, Câmara Municipal de Sabugal, 2010, pp.51-60
- PESSANHA, José, “S. Pedro de Balsemão: notas complementares”, *O Archeologo Portuguez*, série 1, vol. 25, Lisboa, Museu Ethnographico Português, 1921-22, pp.134-141
- PESSANHA, José, *Arquitectura pré-românica em Portugal. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, Coimbra, 1927
- PEVNY, Olenka Z., “206. Cross Enkolpion”, *The Glory of Byzantium. Art and Culture of the Middle Byzantine Era. A. D. 843-1261*, catálogo de exposição, ed. Helen C. Evans e William D. Wixom, Nova Iorque, The Metropolitan Museum of Art, 1997, pp.303-304
- PICARD, Christophe, “La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman Ibn Yunus al-Jalliki”, *Revue des Etudes Islamiques*, n.º49, 1981, pp.215-230
- PICARD, Christophe, “Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-Andalus (X-XIIe siècle): les signes d’une dynamique”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.129-143
- PICARD, Christophe, “Les Marches du Gharb al-Andalus à l’époque omeyyade d’après le *Muqtabis* d’Ibn Hayyân (IXe-Xe siècle)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.71-76
- PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe – XIIIe siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000
- PIMENTEL, António Filipe, *A morada da sabedoria. O paço real de Coimbra. Das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003
- PINTO, A. Nunes, “Notas sobre a necrópole medieval da igreja matriz de Mangualde”, *Mundo da Arte*, n.º16, Coimbra, 1983, pp.67-70
- PINTO, Evaristo de Jesus, “Novos contributos para o inventário arqueológico e documental da vila de Canas de Senhorim”, *Beira Alta*, LXII, fasc. 3 e 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2003, pp.365-433
- PINTO, Evaristo João de Jesus, *Circuito Arqueológico da Cova da Moira*, Carregal do Sal, Câmara Municipal de Carregal do Sal, 2006
- PINTO, Evaristo João de Jesus, *Património arqueológico do concelho de Carregal do Sal. 2.ª fase da carta arqueológica e roteiro*, Carregal do Sal, Câmara

- Municipal de Carregal do Sal, 2004
- PINTO, Evaristo João, *Vila de Canas de Senhorim. Roteiro do Património Artístico*, Canas de Senhorim, Associação para o Desenvolvimento Local e Social de Canas de Senhorim, 1999
- PINTO, Mariana Paiva, SILVA, Inês Mendes da, “Intervenção arqueológica em Algodres: resultados preliminares”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º4, Lisboa, ERA, 2009, pp.59-64
- PONTE, Salete da, FERREIRA, Rui, MIRANDA, Judite, “Intervenção arqueológica no castelo de Tomar”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500)*, coord. Isabel Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e edições Colibri, 2002, pp.423-238
- PORTELA SILVA, Ermelindo, PALLARES MÉNDEZ, M. C., “La villa por dentro. Testimonios galaicos de los siglos X y XI”, *Studia Historica. Historia Medieval*, vol. 16, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1998, pp.13-43
- PORTELA, Ermelindo, “Galícia en la época de Alfonso III”, *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós – Congreso de Historia medieval*, Oviedo (1993), 1994, pp.79-96
- PORTELA, Ermelindo, PALLARES, M. C., “Elementos para el análisis de la aristocracia altomedieval de Galícia: parentesco y patrimonio”, *Studia Historica – Historia Medieval*, nº5, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1987, pp.17-32
- Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, ed. Alexandre Herculano, Lisboa, Tipografia Académica, 1868
- PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editora, 1975
- QUINTANA FERNÁNDEZ, C., PUJOL I SABATÉ, N., MENÉNDEZ BUEYES, Luís, CAPDEVILA ROVIRA, C., CALDENTEY RODRÍGUEZ, Paz, LÓPEZ CACHERO, Javier, “Relaciones entre la nobleza territorial del reino de Asturias y la geografía de la romanización”, *Lancia*, n.º2, 1997, pp.165-180
- QUINTANA PRIETO, Augusto, “Compludo, sede del concilio de Irago”, *Bracara Augusta*, vol. XXI, n.ºs. 47-50 (59-62) (Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da morte de S. Frutuoso), Braga, Câmara Municipal de Braga, 1967, tomo II, pp.141-156
- RAMALLO ASENSIO, Sebastián, BERROCAL CAPARRÓS, María del Carmen, RUIZ VALDERAS, Elena, “Contextos cerámicos de los siglos V-VII en Cartagena”, *Archivo Español de Arqueología*, vol. 69, n.º174-174, 1996, pp.135-190
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (c. 950-1250)*, 2 vols., Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991
- RAMOS, Fernando Soares, “Sever do Vouga um pouco da sua história”, *Aveiro e o seu Distrito*, n.º17, Aveiro, Junta Distrital de Aveiro, 1974, pp.7-26
- RAMOS, Mafalda, ALBUQUERQUE, Elisa, SANTOS, Constança, “Cerâmica dos séculos IX-XII: alguns exemplares provenientes do Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra”, *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro de Portugal. Séculos IX a XII*, coord. Adriaan de Man e Catarina Tente, Lisboa, IEM, 2014, pp.69-77
- REAL, Manuel Luís e FERNANDES, Paulo Almeida, “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando”, *Congresso Internacional Coimbra Cidade Aberta*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017 (no prelo)

- REAL, Manuel Luís, “A dinâmica cultural em *Portucale* e *Colimbrie* nos séculos VIII-XI”, *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e o Centro de Portugal. Séculos IX a XII*, coord. Adriaan de Man e Catarina Tente, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2014, pp.13-56
- REAL, Manuel Luís, “A escultura decorativa em Portugal: o grupo «portugalense»”, *La escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica*, Mérida, CSIC, 2007, pp.133-170
- REAL, Manuel Luís, “Inéditos de arqueologia medieval portuense”, *Arqueologia*, nº10, Porto, 1984, pp.30-42
- REAL, Manuel Luís, “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”, *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d’estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.17-68
- REAL, Manuel Luís, “Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.275-292
- REAL, Manuel Luís, “Notícia histórica”, *Pousada de Santa Marinha de Guimarães*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, vol. CXXX, Lisboa, MOP, 1985, pp.7-54
- REAL, Manuel Luís, “O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, vol. XII (Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, pp.203-230
- REAL, Manuel Luís, “O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos”, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, pp.461-476
- REAL, Manuel Luís, “O disco de Sabante e a influência da arte asturiana na área galaico-portuguesa”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp.261-274
- REAL, Manuel Luís, “O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”, *Actas do Congresso Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Teologia de Braga; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp.435-510
- REAL, Manuel Luís, “O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do século XII”, *Boletim Cultural – Póvoa do Varzim*, vol. XXI, nº1, Póvoa do Varzim, 1982, pp.5-75
- REAL, Manuel Luís, “O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na alta Idade Média duriense”, *Actas das 1.ªs Conferências do Museu de Lamego / Citcem*, Lamego, Museu de Lamego, 2013, pp.65
- REAL, Manuel Luís, “Os Moçárabes do Gharb português”, *Portugal Islâmico*, Catálogo de Exposição, Lisboa, Museu nacional de Arqueologia, 1998, pp.35-56
- REAL, Manuel Luís, “Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasias, dissimulações e ambiguidades”, *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média peninsular*, coord. Carlos de Ayala Martínez e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri e Universidad Autónoma de Madrid, 2015,

pp.39

- REAL, Manuel Luís, “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”, *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media* (Mérida, Abril de 1999), *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, vol. XXIII, Madrid, CSIC, 2000, pp.21-75
- REAL, Manuel Luís, “Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb al-Andaluz: o caso português”, *O Sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*, ed. Susana Gómez Martínez, Santiago Macias e Virgílio Lopes, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2014, pp.245-351
- REAL, Manuel Luís, *A arte românica de Coimbra. Novos problemas, novas hipóteses*, Porto, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974
- REAL, Manuel Luís, *Convento da Costa - História e Arqueologia*, Guimarães, Museu Alberto Sampaio, 1980
- REAL, Mário Guedes, “Mosteiro de Fráguas e sua igreja”, *Beira Alta*, vol. 29 (3), Viseu, 1970, pp.401-416
- RECUERO ASTRAY, Manuel, “Política de restauración eclesiástica de los reyes asturianos: reorganización de la diócesis de León”, *Estudios de Historia Medieval en homenaje a Luis Suárez Fernández*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1991, pp.383-392
- RECUERO ASTRAY, Manuel, “Sobre la documentación real del periodo Astur-Leonés en Galicia”, *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem – Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. II, Porto, Civilização, 2003, pp.861-865
- RECUERO ASTRAY, Manuel, BARREIRO MALLÓN, Baudilio, *História da Galiza*, Lisboa, Sílabo, 2008
- RECUERO ASTRAY, Manuel, *Orígenes de la Reconquista en el Occidente peninsular*, A Coruña, Universidad de A Coruña, 1996
- REDONDO JARILLO, María Cristina, “La confección de la figura del rey guerrero en las crónicas asturleonesas (siglos VIII-XII)”, *Miscelánea Medieval Murciana*, vol. XXXII, 2008, pp.131-141
- REI, António, “Almeida e a cidade da Ammaya (Marvão) no itinerário de Târiq ibn Ziyâd e do seu exército em fins de 711 – inícios de 712”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.85-90
- REI, António, “Cronologia – Gharb al-Andalus”, www.iem.fcsh.unl.pt, s/d.
- REI, António, “Literatura moçárabe. Memória de uma cultura de resistência (séculos VIII-XII)”, *Medievalista online*, n.º4, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2008, 18pp., www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-rei.htm
- REI, António, “Os condes de Coimbra no século VIII. Ascendências e descendências”, *Armas e Troféus*, 9.ª série, tomo XVI, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014, pp.295-311
- REILLY, Bernard, *Cristãos e Muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*, Lisboa, Teorema, 1996
- RETUERCE VELASCO, Manuel, “Arqueología y poblamiento en la meseta andalusí. El referente cerâmico”, *V Semana de Estudios Medievales* (1994), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1995, pp.87-124
- RIBEIRO, Maria José Ferreira Homem, *Edição dos documentos medievais do cartório*

- do mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995
- RIBEIRO, Orlando, “Ainda em torno das origens de Viseu”, *Beira Alta*, vol. 30, fasc. 4, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1971, pp.437-443
- RIBEIRO, Orlando, *A formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987
- RIBEIRO, Orlando, *A Formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987
- RINCÓN ALVÁREZ, Manuel, *Mozárabes y mozarabías*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2003
- RÍOS CAMACHO, José Carlos, *Mozarabismo en la Gallaecia altomedieval Estudios generales y análisis desde sus fuentes documentales monásticas. Siglos VIII, IX, X y XI*, Murcia, Universidad de Murcia, 2009
- RISCO, Manuel, *Memorias de la santa iglesia esenta de León, concernientes a los siglos XI, XII y XIII*, (*España Sagrada*, vol. XXXVIII), Madrid, 1786
- RIVERA BLANCO, Javier, “La encrucijada de caminos”, *Encrucijadas – Las edades del hombre*, Astorga, Fundación Las Edades del Hombre, 2000, pp.51-73
- RIVERA RECIO, Juan F., *El Adopcionismo en España, siglo VIII: historia y doctrina*, 1980
- RODAMILANS RAMOS, Fernando, “Herejías en la Península Ibérica hasta el siglo IX”, *Ab Initio*, n.º2, 2011, pp.61-79
- RODRIGUES, Patrícia, “Cerâmicas medievais do Pátio do Museu Grão Vasco (Viseu): elementos para uma sistematização da cerâmica pleno medieval do espaço viseense”, *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro de Portugal. Séculos IX a XII*, coord. Adriaan de Man e Catarina Tente, 2014, pp.141-159
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, María del Carmen, “El Bierzo en la época de Alfonso III”, *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós*, Oviedo, 1994, pp.151-164
- ROISSE, Philippe, “Célébrat-on les offices liturgiques en arabe dans l’Occident musulman? Étude, édition et traduction d’un *Capitulare Evangeliorum arabe* (Munich, Bayerische Staatsbibliothek Cod. Aumer 238)”, *Existe una identidad mozárabe? Historia, lengua y cultura de los cristianos de al-Andalus (siglos IX-XII)*, ed. Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, Madrid, Casa de Velázquez, 2008, pp.211-253
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, BARROCA, Mário Jorge, *Do Douro internacional ao Côa. As raízes de uma fronteira*, CD-ROM, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000
- RUBIO HERNANSÁEZ, Luis, “Los Astures y los inicios de la monarquía astur (una aproximación)”, *Antigüedad y Cristianismo*, vol. XIV, 1997, pp.299-319
- RUIZ DE TOLEDO, F. Javier Villalba, *Sistemas defensivos de la Castilla primitiva (siglos VIII-IX)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999
- SABATÉ I CURULL, Flocel, “Frontera e identidade (siglos IX-XII)”, *Las cinco villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII*, coord.. Esteban Sarasa Sánchez, 2007, pp.47-94
- SAEZ SANCHEZ, Emilio, “Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930”, *Revista portuguesa de História*, t. III, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, pp.271-290
- SAINZ SAIZ, Javier, *Arte prerrománico en Castilla y León*, León, Lancia, 2006
- SALVADO, Pedro, “Idanha-a-Velha: das «ruínas de ruínas» a que futuro?”, *O estudo*

- da História*, 2ª sér., vol. 2, Lisboa, APH, 1986-87, pp.93-96
- SAMPAIO, Alberto, “As villas do Norte de Portugal”, *Portvgalia*, t.I, fase I-IV, Porto, Pola Grey, 1899-1903
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, “L. Barrau-Dihigo: Recherches sur l’histoire politique du royaume asturien (718-910): Extrait de la Revue Hispanique, 52. New York-Paris, 1921, 360 págs.”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, n.º2, Madrid, 1925, pp.532-534
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, “La sucesión al trono en los reinos de León y Castilla”, *Viejos y nuevos estudios sobre las instituciones medievales españolas*, vol. II, Madrid, 1976, pp.1105-1172
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires, 1966
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Cláudio, *España. Un enigma histórico*, vol. II, Buenos Aires, 1956
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, *Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media*, Fundación Barrié de la Maza, 1981
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, *Investigaciones sobre historiografía hispana medieval (siglos VIII-XIII)*, Buenos Aires, 1967
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, *Muza en Asturias? Los musulmanos y los astures trasmontanos antes de Covadonga*, Buenos Aires, Centro Asturiano, 1944
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, Orígenes de la nación española. Estudios críticos sobre la Historia del reino de Asturias, t. III, Madrid, CSIC, 1975
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Cláudio, *Orígenes de la nación española: estudios críticos sobre la Historia del reino de Asturias*, II, Oviedo, 1974
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, *Una ciudad de la España cristiana hace mil anos*, reimp. 5ªed., Madrid, RIALP, 1998
- SÁNCHEZ MONTANA, Carlos, «El lugar de Oviedo hasta el siglo VIII», <http://terraeantiquae.com>, em 27 de Janeiro de 2010
- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos, *Territorio y poblamiento en Galicia entre la Antigüedad y la Plena Edad Media*, Tesis doctoral, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2008
- SÁNCHEZ RAMOS, Isabel, MORÍN DE PABLOS, Jorge, *Idanha-a-Velha. El episcopio de Egítania en época tardoantigua*, s.l., ed. autor, 2014
- SÁNCHEZ RAMOS, Isabel, MORÍN DE PABLOS, Jorge, *Idanha-a-Velha. Portugal. Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha. Campaña de excavación (2014)*, s.l., ed. Autores, 2015 (também com edição portuguesa, 2015)
- SANTOS PUERTO, José, *Notas al privilegio de Ordoño y reflexiones sobre archiveros. Estudio, edición y índices*, La Laguna, Museu de la Educación, 2010
- SANTOS YANGUAS, Narciso Vicente, “Las villas romanas en Asturias”, *Memorias de Historia Antigua*, n.º6 (Población y poblamiento en el norte de la Península Ibérica), 1984, pp.155-174
- SANTOS, Constança Guimarães dos, ALBUQUERQUE, Elisa, “Capela de São Pedro: breve abordagem aos materiais de construção da sepultura 1”, *Ebvrobriça*, n.º 6, Fundão, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, 2009-2010, pp.31-42
- SANTOS, Constança Guimarães dos, ALBUQUERQUE, Elisa, “O reaproveitamento de materiais de construção. O caso de S. Pedro da Capinha”, *Al-Madan*, 2.ª série, n.º 17, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2012, pp.155-158
- SANTOS, Maria Constança, ALBUQUERQUE, Elisa, “Cerâmicas medievais da

- Capela de São Pedro da Capinha, Fundão”, *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro de Portugal. Séculos IX a XII*, coord.. Adriann de Man e Catarina Tente, Lisboa, IEM, 2014, pp.99-107
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, “Viseu – do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º10, t. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010, pp.11-36
- SASTRE DE DIEGO, Isaac, “Un modelo de altar asturiano? Del arquetipo de Quinzanas a la obra excepcional de Naranco”, *Asturias entre Visigodos y Mozárabes*, ed. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz e César García de Castro Valdés, Madrid, CSIC, 2012, pp.179-207
- SASTRE DE DIEGO, Isaac, *Los altares de las iglesias hispanas tardoantiguas y altomedievales. Estudio arqueológico*, 2012
- SCHLUNK, Helmut “Arte visigodo. Arte asturiano”, *Ars Hispaniae*, vol. II, 3ª parte, Madrid, 1947
- SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao, *Inicio de la invasión árabe de España. Fuentes documentales*, Tarifa, Editora Tarifeña, 2010
- SÉNAC, Philippe, *Les Carolingiens et al-Andalus (VIIIe-IXe siècles)*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2002
- SERRA, Susana, *Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico*, Lisboa, EGEAC, 2008
- SILVA, Ana Raquel, “A ocupação medieval do castro de Santiago”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, vol. 5, Lisboa, Colibri, 1999, pp.83-89
- SILVA, José Candeias da, “O problema das sepulturas abertas na rocha – subsídios para o seu estudo, com base numa amostra colhida na Orca (Fundão)”, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, pp.509-521
- SILVA, Rodrigo Banha da, “De volta à cava de Viriato”, *Al-Madan*, 2.ª sér., n.º17, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2012, pp.163-164
- SIMONET, Francisco Javier, *Historia de los mozárabes en España*, Madrid, 1897-1903, reed. 3 vols. Madrid, Turner, 1983
- SIMONET, Francisco Javier, *Santoral hispano-mozárabe escrito en 961 por Rabi Ben Zaid, obispo de Iliberis*, Madrid, Tipografía de Pascual Conesa, 1871
- SOALHEIRO, João, “Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego. Breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais”, *Foz Côa. Inventário e Memória*, Porto, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000, pp.30-56
- SOARES, Torquato de Sousa, “Um testemunho sobre a presúria do bispo Odoário de Lugo no território bracarense”, *Revista Portuguesa de História*, vol. I, 1941
- SOTTO Y MONTES, Joaquín de, “Estampas Maragatas. Las antiguas murallas y castillo de Astorga (Historia y leyendas)”, *Tierras de León*, n.º42, León, Instituto Leonés de Cultura, 1981, pp.90-97
- SOUSA, J. M. Cordeiro de, “Uma cruz feita no século IX com oiro levado do saque de Lisboa”, *A Família cristã*, n.º17, Lisboa, 1961, republ. *Colectânea Olisiponense*, vol. III, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1966, pp.5-6
- SOUTO, Juan A., “La práctica y la profesión del artista en el Islam: arquitectos y constructores en el al-Andalus omeya”, *Espacio, Tiempo y Forma*, série VII (Historia del Arte), n.º10, 1997, pp.11-34
- SPIER, Jeffrey, *Byzantium and the West. Jewellery in the first millennium*, catálogo de exposição, Londres, Paul Holberton, 2012
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Historia de España antigua y media*, Madrid, RIALP, 1975
- SUÁREZ OTERO, José, «Del locus sancti Iacobi al burgo de Compostela», *Historia*

- de la Ciudad de Santiago de Compostela*, coord. Ermelindo Portela, Santiago de Compostela, Imprenta Universitaria, 2003, pp.49-77
- SUÁREZ OTERO, José, CAAMAÑO GESTO, Manuel, “Santiago antes de Santiago”, *Historia da Cidade de Santiago de Compostela*, coord. Ermelindo Portela, Santiago de Compostela, Consorcio da Cidade de Santiago de Compostela, 2003, pp.23-47
- TAFT, Sarah, “119. Reliquary cross”, *The Glory of Byzantium. Art and Culture of the Middle Byzantine Era. A. D. 843-1261*, catálogo de exposição, ed. Helen C. Evans e William D. Wixom, Nova Iorque, The Metropolitan Museum of Art, 1997, p.169
- TAVARES, António Luís Marques, *Sepulturas Escavadas na Rocha*, Azurara, Grupo Cultural e Recreativo de Santo António da Azurara, 2009
- TAVARES, António Marques, *Sepulturas escavadas na rocha no concelho de Mangualde*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 1999
- TAVARES, António *Sepulturas escavadas na rocha das freguesias de Cunha Baixa e Espinho (Mangualde). Contributos para a História da Alta Idade Média numa micro-região*, Mangualde, Grupo Cultural e Recreativo de Santo Amaro de Azurara, 2007
- TEIXEIRA, Ricardo, “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)”, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp.463-476
- TEIXEIRA, Ricardo, “Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (sécs. IX-XIV)”, *III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* (2006), vol. IV, Porto, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, 2008, pp.49-63
- TEIXEIRA, Ricardo, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996
- TENTE, Catarina, “Dos «bárbaros» ao Reino de Portugal”, *Celorico da Beira na História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira, 2009a, pp.46-60
- TENTE, Catarina, “Viver em autarcia. A organização do território do Alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X”, *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedades en el centro de la Península Ibérica (siglos VII a X)*, ed. Iñaki Martín Viso, Salamanca, Universidad de Salamanca / Silex, 2009b, pp.137-157
- TENTE, Catarina, *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007
- TENTE, Catarina, CARVALHO, António Faustino, “The establishment of radiocarbon chronologies for early Medieval sites: a case study from the Uppar Mondego Valley (Guarda, Portugal)”, *Munibe*, n.º62, San Sebastián, 2011, pp.461-468
- TENTE, Catarina, LOURENÇO, Sandra, “Sepulturas medievais do distrito de Évora”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, n.º1, Lisboa, IPA, 2002, pp.239-258
- TENTE, Catarina, LOURENÇO, Sandra, “Sepulturas medievais escavadas na rocha dos Concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: Estudo Comparativo”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, n.º2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1998, pp. 191-217
- TENTE, Catarina, MARTINS, Ana, “Levantamento arqueológico do concelho de

- Gouveia. 1.^a fase. A necrópole medieval do Risado, o conjunto de Carreira Cova e a sepultura de Penedo dos Mouros. Notícias preliminar”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, vol. 2, Lisboa, Colibri, 1994, pp.283-291
- TORRENTE FERNÁNDEZ, Isabel, “Sedes regias de la monarquía asturiana”, *Historia Social. Pensamento historiográfico y Edad Media. Homenaje al Prof. Abilio Barbero de Aguilera*, ed. María Isabel Loring García, Madrid, ed. del Orco, 1997, pp.
- TORRENTE FERNÁNDEZ, María Isabel, "Pravia, Sede Regia", *Orígenes. Arte y Cultura en Asturias Siglos VII-XV*, Oviedo, 1993, pp.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, “La torre de Doña Urraca en Covarrubias (Burgos)”, *Obra Dispersa*, vol. 1, Madrid, Instituto de España, 1981, pp.123-125
- TORRES SEVILLA, Margarita, “La España del Norte (siglos VIII a XI)”, *Historia Militar de España*, dir. Hugo O’Donnell, t. 2, coord. Miguel Ángel Ladero Quesada, s.l., ed. Laberinto / Ministério de Defensa, 2010, pp.109-140
- TORRES, Cláudio, “A Sé Catedral da Idanha”, *Arqueologia Medieval*, nº1, Lisboa, Afrontamento, 1992, pp.169-178
- TORRES, Cláudio, “El Islam. La última civilización del Mediterráneo antiguo”, *Triángulo de al-Andalus*, catálogo de exposición, coord. Inmaculada Cortés, Granada, Fundación *El Legado Andalusi*, 2004, pp.129-135
- TORRES, Cláudio, “O Gharb al-Andaluz”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp.363-415
- TORRÓ, Josep, “Pour en finir avec la «Reconquête». L’occupation chrétienne d’al-Andalus, la soumission et la disparition des populations musulmanes (XIIe-XIII siècle)”, *Cahiers d’Histoire*, nº78, 1999, pp.79-97
- TOUBERT, Philippe, “L’incastellamento aujourd’hui: quelques réflexions en marge de deux colloques”, *L’incastellamento. Actas de las reuniones de Girona (27-29 de Noviembre 1992) y de Roma (5-7 de Mayo 1994)*, ed. Miquel Barceló e Philippe Toubert, Madrid e Roma, CSIC e Escuela Española de Historia y Arqueología, 1998, pp.XI-XVIII
- TUDELA, José, “Evolução de Viseu numa visão histórico-urbanística”, *Beira Alta*, vol. XLVII, fasc. 1 e 2, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1988, pp.143-163
- UBIETO ARTETA, Antonio, *Cartulario de San Millán de la Cogolla (759-1076)*, Valencia, Anubar, 1976
- UTRERO AGUDO, María Ángeles, “Análisis arqueológico de la Varanda dos Cónegos, Sé de Viseu, Portugal. Primeros resultados”, *Informes y Trabajos. Excavaciones en el exterior 2011*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2012, pp.585-605
- UTRERO AGUDO, María de los Ángeles, “A finales del siglo IX e inícios del X. Entre asturianos y mozárabes”, *Asturias entre visigodos y mozárabes*, ed. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz e César García de Castro Valdés, Madrid, CSIC, 2012, pp.125-145
- UTRERO AGUDO, María de los Ángeles, “Las iglesias cruciformes del siglo VII en la Península Ibérica. Novedades y problemas cronológicos y morfológicos de un tipo arquitectónico”, *El siglo VII frente al siglo VII. Arquitectura*, coord. Luís Caballero Zoreda, Pedro Mateos Cruz y María de los Ángeles Utrero Agudo, Madrid, CSIC, 20009, pp.133-154
- UTRERO AGUDO, María de los Ángeles, coord., *Análisis arqueológico de la iglesia de São Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital, Coimbra), Portugal. Memoria de actividades, 2009*, Madrid, CSIC, 2010 (inérito)
- UTRERO AGUDO, Maria de los Ángeles, *Iglesias tardoantiguas y altomedievales en*

- la Península Ibérica. Análisis arqueológico y sistemas de abovedamiento*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XL, Madrid, CSIC, 2006
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Francisco, “La mezquita privada de Abd al-Rahman Ibn Marwan al-Yilliqui en la alcazaba de Badajoz”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, n.º25.2, 1999, pp.267-290
- VALE, Alexandre de Lucena e, “O castelo romano de Viseu”, *Beira Alta*, vol. 30, fasc. 2, 1971, pp.215-226
- VALE, Alexandre de Lucena e, “O manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia”, *Beira Alta*, vol. XXXII, fasc. 1, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 1973, pp.1-49
- VALERA, António Carlos, *Património arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres, 1.ª fase da carta e roteiro*. Lisboa, Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, 1993
- VALERA, António Carlos, *Sepulturas escavadas na rocha no concelho de Fornos de Algodres*, Fornos de Algodres, Câmara Municipal de Fornos de Algodres, 1990
- VALLVÉ BERMEJO, Joaquín, *Al-Andalus. Sociedad e instituciones*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1999
- VARELA AGÜI, Enrique, *La fortaleza medieval. Simbolismo y poder en la Edad Media*, Junta de Castilla y León, 2002
- VASCONCELOS, Joaquim de, “Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal IV-VI. Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, n.º82, Porto, Marques Abreu, Out. 1911, pp.75-80; n.º83, Nov. 1911, pp.82-88; n.º87, Mar. 1912, pp.25-28
- VÁSQUEZ DE PARGA, Luís, “Los obispos de Lugo-Braga en los siglos VIII y IX”, *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, t.VII, vol. I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957
- VAZ, João Luís Inês, CARVALHO, Pedro Sobral de, “Viseu – a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana”, *Viseu. Cidade de Afonso Henriques*, Viseu, Avis, 2009, pp.31-46
- VAZ, João Luís Inês, “A arquitectura paleocristã da Lusitânia Norte”, *Máthesis*, n.º20 (In Memoriam Prof. Dr. Manuel de Oliveira Pulquério), Viseu, Universidade Católica, 2011, pp.99-128
- VAZ, João Luís Inês, “A ocupação do espaço de Viseu na época romana”, *Máthesis*, n.º15, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 2006, pp.143-154
- VAZ, João Luís Inês, “Basílica altomedieval de Viseu”, *Por Terras de Viriato. Arqueologia na Região de Viseu*, catálogo de exposição, Viseu, Governo Civil de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, 2000, pp.183-184
- VAZ, João Luís Inês, *A civitas de Viseu, espaço e sociedade*, 2 vols., Coimbra, Dissertação de Doutoramento, 1997
- VELHO, Martim, “Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sa ‘Dun Surunbãqui””, *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, ed. Rudolph Peters, Leyden, E. J. Brill, 1981, pp.270-287
- VIEIRA, Marina Afonso, “Reflexões em torno do povoamento alto medieval da bacia superior do rio Paiva”, *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedades en el centro de la Península Ibérica (siglos VII a X)*, ed. Iñaki Martín Viso, Salamanca, Universidad de Salamanca / Silex, 2009, pp.93-106
- VIEIRA, Marina Afonso, “Subsídios toponímicos para o conhecimento da influência muçulmana a sul do Douro”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.53-67

- VIEIRA, Marina Afonso, *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004
- VIGUERA MOLINS, María Jesus, “Apuntes sobre mozárabes y cristianos andalusies”, *Al-Xarajib*, n.º7 (Colóquio Internacional Os Moçárabes no Gharb al-Andalus. Sinais de uma Cultura), Silves, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 20009, pp.9-19
- VIGUERA MOLINS, María Jesus, “El ejército en Al-Andalus (siglos VIII a XI)”, *Historia Militar de España*, dir. Hugo O’Donnell, t. 2, coord. Miguel Ángel Ladero Quesada, s.l., ed. Laberinto / Ministério de Defesa, 2010, pp.79-107
- VIGUERA MOLINS, María Jesus, “El establecimiento de los musulmanes en Spania – Al-Andalus”, *V Semana de Estudios Medievales* (1994), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1995, pp.35-50
- WILLIAMS, John, “Las pinturas del Comentario”, *Los Beatos*, catálogo de exposição, coord. A. Madinaveitia, Bruxelas, Biblioteca Real Alberto I, Europalia, 1985, pp.19-21
- WOLF, Kenneth Baxter, *Christian Martyrs in Muslim Spain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988
- YAÑEZ, G. I., LÓPEZ, M. A., RIPOLL, Gisela, SERRANO, E., CONSUEGRA, S., “Excavaciones en el conjunto funerario de época hispano-visigoda de La Cabeza (La Cabrera, Madrid)”, *Pyrenae*, n.º25, 1994, pp.259-287
- YELO TEMPLADO, Antonio, “El monacato mozárabe. Aproximación al Oriente de al-Andalus”, *Antigüedad y Cristianismo*, vol. X, Murcia, 1993, pp.453-466
- YELO TEMPLADO, Antonio, “La hagiotoponimia y el culto a los santos en la Rioja en época visigoda: estado actual de la investigación”, *2.º Colóquio sobre Historia de la Rioja*, vol. I, Logroño, 1985, pp.241-246
- YZQUIERDO PERRÍN, Ramón, “Los espacios catedralícios a lo largo del tiempo”, *Santiago. La Esperanza*, catálogo de exposição, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1999, pp.51-57
- ZOZAYA, Juan, “711-856: los primeros años del Islam andalusí o una hipótesis de trabajo”, *Ruptura o Continuidad. Pervivencias preislámicas en Al-Andalus*, *Cuadernos emeritenses*, n.º15, Mérida, 1998, pp.85-142
- ZOZAYA, Juan, “Arquitectura militar en al-Andalus”, *Xelb*, n.º9 (6.º Encontro de Arqueologia do Algarve), Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, pp.75-126
- ZOZAYA, Juan, “Fortificaciones tempranas en al-Andalus ss.VIII-X”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Edições Colibri, 2002, pp.45-58
- ZOZAYA, Juan, “La línea de fortificaciones andalusies del Duero oriental”, *Coloquio Internacional Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero*, Zamora, Junta de Castilla y León, 2010, pp.235-255
- ZOZAYA, Juan, “Toponímia árabe en el valle del Duero”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.1-42